VEREDAS DE UM GRANDE SERTÃO: A GUERRA DO CONTESTADO E A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Rogério Rosa Rodrigues

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Renato Luís de Couto Neto e Lemos

Rio de Janeiro

Maio de 2008

VEREDAS DE UM GRANDE SERTÃO: A GUERRA DO CONTESTADO E A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Rogério Rosa Rodrigues

Orientador: Prof. Dr. Renato Luís de Couto Neto e Lemos

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada por:

____
Presidente, Prof. Dr. Renato Luís de Couto Neto e Lemos

____
Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro

____
Prof. Dr. José Murilo de Carvalho

____
Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

____
Prof. Peter M. Beattie

Rio de Janeiro

Maio de 2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Rodrigues, Rogério Rosa.

Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro / Rogério Rosa Rodrigues. - Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

xviii, 430f.: il.; 31 cm.

Orientador: Renato Luís de Couto Neto e Lemos.

Tese (Doutorado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2008.

Referências Bibliográficas: f. 418-430.

1. Guerra do Contestado. 2. Modernização militar. 3. História militar. 4. Memória militar. 5. Forças Armadas. 6. Fotografia de guerra. I. Lemos, Renato Luís de Couto Neto e. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial devo ao Prof. Dr. Renato Lemos. Ele não foi apenas orientador, mas revisor da tese e, em momentos de crise, um ouvinte prestativo. Sua postura acadêmica é um exemplo a ser seguido.

Devo à compreensão da minha família grande parte do resultado que ora se apresenta. O carinho e a dedicação de Rose e de Flávio, meus irmãos, serão sempre lembrados, tanto por suportar calados a bagunça que promovi na casa ao espalhar livros e papéis pelos cômodos, quanto pela devotada admiração que sempre nutriram por mim. À minha mãe, Ruty, e meu irmão, Junior [o Zeca], assim como aos demais membros da família, como tios, avó e primos, sou profundamente grato pelo respeito que sempre demonstraram pelas minhas escolhas pessoais e profissionais.

Às amigas-irmãs Lucésia Pereira, Silvia Ackermann, Karla Nunes, Conceição Pires e Zilda Lima tenho dívidas de gratidão por serem confidentes, suportar minhas crises e me apoiarem em momentos cruciais. Os amigos merecem crédito pelo mesmo motivo: Glaucon Werly, Antonio Elybio, Alonço Família, Moysés Siqueira, Fabio Brito, Geraldo Bassani e Flávio Valadares. Ana Paula Faria agradeço pela companhia no cinema e nos almoços e, mais recentemente, nos mergulhos na praia de Manguinhos no litoral capixaba.

No Rio de Janeiro, pude contar com o abrigo carinhoso de Antônio Augusto, de André Felipe, de Ângela Miranda e do casal Conceição e Sérgio. A cidade maravilhosa tem outro sentido quando estou em companhia desses amigos.

Elisabete Leal e Karl Monsma me acolheram primeiro em Campinas durante pesquisa no Arquivo Edgar Leuenrouth (AEL) e posteriormente em Porto Alegre, por ocasião de busca de documentos nos arquivos da cidade gaúcha.

O amigo Jadir Rostoldo agradeço por me auxiliar com a localização de documentos no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em Belo Horizonte e também Márcia Espig, por cambiar fontes localizadas no Rio Grande do Sul.

Muitos amigos leram fragmentos do texto e contribuíram para que o trabalho ganhasse forma. Silvia e Marcelo me ajudaram com as normas técnicas; Lucésia, Karla e Conceição foram leitoras mais críticas que tive a sorte de encontrar; elas me ajudaram a rever algumas idéias e a aprofundar outras. Paulo

Sodré corrigiu a escrita de alguns capítulos, empenhou-se em localizar alguns livros em Portugal e ainda se deu ao trabalho de trazê-los em sua bagagem para mim. Ana Carolina Justiniano e Larissa Fabriz me ajudaram com a língua inglesa. Renan Marques, na formatação final do trabalho. A todos dedico profunda gratidão.

Os quatro anos de pesquisa me aproximaram de alguns profissionais, sobretudo os funcionários do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Contei com a atenção e o profissionalismo do tenente Alcemar Ferreira, com a dedicada colaboração do Sargento Fernando Rodrigues e com o préstimo dos soldados que se desdobram para atender aos pedidos feitos pelos pesquisadores.

Ao Professor Dr. Antônio Dimas, da USP, agradeço pela acolhida simpática feita por e-mail e por colocar ao meu dispor os documentos acerca da viagem de Olavo Bilac durante sua campanha pela implementação do serviço militar no sul Brasil.

Ao Professor Dr. Paulo Pinheiro Machado, eu devo a generosidade e a paciência de ceder suas fontes de pesquisa, indicar leituras, propor parceria para publicação e incentivar o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Tenho a honra de contar com seu acompanhamento desde a banca de defesa do Mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2001.

Aos professores da banca de qualificação da tese, Dr. José Murilo de Carvalho e Dr. Celso Castro, agradeço pelas valiosas sugestões.

Por fim, agradeço aos alunos que ouviram minhas divagações e suportaram meu humor na fase final do trabalho. Muitas idéias aqui presentes foram elaboradas em sala de aula.

Todos que malmontam no sertão só alcançam de reger em rédea por uns trechos; que sorrateiro o sertão vai virando tigre debaixo da sela.

Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*

RESUMO

VEREDAS DE UM GRANDE SERTÃO: A GUERRA DO CONTESTADO E A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Rogério Rosa Rodrigues

Orientador: Prof. Dr. Renato Luís de Couto Neto e Lemos

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

A Guerra do Contestado (1912-1916) ocorreu num momento de profundas transformações no país e no Exército. Em termos políticos o Brasil tentava, por meio dos seus intelectuais, estabelecer uma idéia de nação articulada com o regime republicano. Os oficiais militares, por sua vez, desenvolviam uma campanha de modernização e profissionalização dos quadros que reivindicava a renovação da sua doutrina e da tecnologia bélica, a implementação da lei que estabelecia o sorteio militar universal para ingresso nas forças armadas e a reorganização da força de terra do país. Convidado a intervir oficialmente no movimento rebelde ocorrido na fronteira do Paraná com Santa Catarina, o Exército promoveu uma ação de guerra contra os fiéis de São Sebastião e de João Maria e fez de sua atuação no campo de batalha uma vitrina para os ideais modernizadores que propunha. Em meio à instabilidade política e social vivida no Brasil e na instituição militar durante a década de 1910, os oficiais se empenharam para tornar a intervenção beligerante no Contestado uma forma de incluir a história do Exército no repertório da história política republicana em formação no início do século XX.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; Modernização Militar; História Militar; Memória Militar; Forças Armadas; Fotografia de Guerra.

Rio de Janeiro

Maio de 2008

ABSTRACT

CONTESTADO WAR AND THE MODERNIZATION OF THE BRAZILIAN ARMY

Rogério Rosa Rodrigues

Orientador: Prof. Dr. Renato Luís de Couto Neto e Lemos

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

The Constestado War (1912- 1916) took place in a context of deep changes in the country and in the Army. The political scenario was that Brazil, with the support of its intellectuals, was trying to establish the idea of an articulated nation with the republican system. Military officers started modernizing and professionalizing areas that wanted to renew their doctrine and war technology. They also attempted to implement the law that established recruitment in the army and to reorganize the land force of the country. Once invited to interfere officially in the rebellious movement in the boarder of Paraná and Santa Catarina, the army started a battle against religious followers from São Sebastião and João Maria and made of its action in the battle field a showcase for the modernizing goals it once proposed. In the 1910's, which was a moment of political and social instability in Brazil, military officers tried to make the intervention in Contestado a way to include the army history in the history of republican politics which was being formed in the early 20th century.

Keywords: Contestado War; Military Modernization; History Military; Military Memory; Army Forces; Photography of War.

Rio de Janeiro

Maio de 2008

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE FOTOGRAFIAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE SIGLAS

ADN – A Defesa Nacional

AeCB – Aero-Clube Brasileiro

AHEx – Arquivo Histórico do Exército

AIB – Ação Integralista Brasileira

BC – Batalhão de Cavalaria

BI – Batalhão de Infantaria

CEP – Corpo Expedicionário do Exército Português

COB – Confederação Operária Brasileira

CPA – Código Penal da Armada

DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

EBA – Escola Brasileira de Aviação

HEB – História do Exército Brasileiro

HNB – Historia Naval Brasileira

IMS – Instituto Moreira Salles

LDN – Liga de Defesa Nacional

MHN – Museu Histórico Nacional

RPCM – Regulamento Processual Criminal Militar

STM – Supremo Tribunal Militar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Fato recorrente no desenvolvimento dessa tese foi o estranhamento de colegas e amigos pela escolha do tema e da abordagem proposta. A Guerra do Contestado era assunto pouco conhecido, e a história militar não gozava de bons créditos devido a sua vocação para produzir histórias factuais, laudatórias e cronológicas: experiência que a caracterizou por longa data, em função disso é necessário justificar a proposta que ora se apresenta.

O interesse pelo assunto nasceu, em primeiro lugar, da curiosidade pelo modo de vida dos habitantes do interior do país. Em segundo, do questionamento do papel das forças armadas na repressão aos movimentos sociais; também do incômodo de encontrar versões que apresentam a Guerra do Contestado, e tantas outras, como se os militares não existissem enquanto agentes sociais, mas apenas como forças desencarnadas que agem em determinado tempo e lugar. O problema localizado nesse tipo de abordagem é a facilidade com que ratifica e cristaliza a visão do repressor. Ele não tem cara, não tem medo, não tem crise... apenas conquista, reprime, vence! Motivados por essa inquietação, estabelecemos como objetivo inicial centralizar a proposta numa história do cotidiano da guerra; no entanto, as fontes e as leituras realizadas sobre o contexto político e militar da Primeira República nos conduziram a outros caminhos. Percebemos que a atuação do Exército mobilizava, por meio dos discursos produzidos e das ações cotidianas, uma série de valores que davam pistas para se pensar a constituição de uma memória militar republicana para a força terrestre.

Tal como as narrativas de Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas*, uma história foi puxando outra e, após dois semestres de pesquisa e de orientação, tínhamos diferente concepção do papel desempenhado pela Guerra do Contestado na história militar e do Brasil. O social continuava em mira, mas a ele foi acrescentado o enfoque político.

Depois de Canudos, a Guerra do Contestado foi uma das maiores intervenções do Exército brasileiro em movimentos sociais do interior do país. A mobilização de aproximadamente oito mil homens, entre civis e militares, para combater supostos fanáticos religiosos no sul do Brasil, ocorreu num momento de

reavaliação da política nacional e também da história institucional da força terrestre.

O conflito estabelecido nas fronteiras do Paraná com Santa Catarina tem despertado o interesse dos pesquisadores acadêmicos há décadas. A ênfase geralmente é dada aos aspectos religiosos do movimento rebelde. Em via de regra, ele nos é apresentado pelo seu caráter exótico. Outro ponto em comum nos estudos feitos sobre a o conflito liderado pelos fiéis de João Maria e de São Sebastião é uma abordagem que privilegia o recorte regional. As vantagens desse tipo de análise se destacam na medida em que elas nos apresentam o mundo dos sertanejos no seu dia-a-dia, desvendam seus rituais e explicam as reivindicações sociais e políticas nele presentes. Os limites aparecem quando constatamos que, malgrado o volume de publicações sobre o Contestado, poucos são os estudos que articulam os acontecimentos ocorridos nos sertões catarinenses e paranaenses, com os rumos da política e dos conflitos sociais emergentes no país durante a Primeira República. Sobre a história militar, quase nada se fez sobre a Guerra do Contestado.

Na época da intervenção federal no sul do Brasil, o país vivia um clima de grande instabilidade. A política das "salvações" levadas a termo por oficiais militares durante o quadriênio presidencial do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914), a revolta liderada por padre Cícero em Juazeiro (1914) e a Revolta dos Sargentos (1915) são apenas alguns dos muitos conflitos sociais e políticos contemporâneos à Guerra do Contestado, valendo mencionar, em âmbito internacional, a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Mirando a história militar do Brasil, verificamos que o Exército movia nesse momento uma campanha de modernização e profissionalização que buscava renovar suas doutrinas e sua tecnologia bélica. Com a aprovação da lei que previa a adoção do sistema de sorteio para alistar os jovens brasileiros nas forças armadas - Lei n°. 1.860 de janeiro de 1908 - os oficiais militares intensificaram sua luta por reformas no Exército.

O lançamento da revista *A Defesa Nacional*, em 1913, e a conseqüente entrada dos "jovens turcos" na campanha de modernização marcaram profundamente a história do Exército brasileiro, tanto que os oficiais empolgados com a doutrina militar germânica não deixaram de acompanhar os rumos das

ações militares desenvolvidas nos sertões sulinos, assim como fazer dessa experiência uma lição para o aprimoramento técnico e ideológico da força terrestre. Também não ignoraram os personagens envolvidos nesse conflito ao analisar o perfil dos ditos fanáticos e também lançar uma subscrição nas páginas de *A Defesa Nacional* para socorrer as famílias dos soldados mortos em campo de batalha.

Diante do contexto esboçado acimo, colocamos como objetivo analisar o lugar ocupado pela Guerra do Contestado na campanha de modernização militar do Exército. À medida que aprofundamos a leitura da bibliografia especializada sobre a história da força terrestre, deparamo-nos com estudos que privilegiam o aspecto organizacional. Tais estudos promovem um corte metodológico de grande vantagem para se entender as instituições militares, mas acabam circunscrevendo o raio de observação do pesquisador ao universo da caserna.

Ao recorrer à bibliografia sobre história política da Primeira República, constatamos que o país vivia um momento de avaliação dos ideais republicanos e de elaboração de um projeto de nação que sinalizava para a emergência de se construir uma memória nacional republicana. Projeto esse que contou com a atuação de intelectuais como Euclides da Cunha, Alberto Torres, Olavo Bilac, Gustavo Barroso e Lima Barreto.

Visto isso, perguntamo-nos qual o papel dos oficiais do Exército e do projeto de modernização militar no programa nacional. Nossa preocupação não era apenas com as idéias levadas a termo pelos "jovens turcos", mas também pelos oficiais ilustrados que atuaram e escreveram sobre a Guerra do Contestado. Ao cruzarmos as propostas, verificamos que o sertanejo foi o alvo privilegiado dos intelectuais das primeiras décadas do século XX, conforme se evidencia ao constatarmos o sucesso causado pelo livro *Os sertões* de Euclides da Cunha, as ações desenvolvidas nos pontos mais longínquos do país, como o trabalho abraçado por Rondon e sua equipe, e também por meio de campanhas de saneamento, como as propostas por Carlos Chagas e Belisário Pena. Percebemos que tanto os oficiais modernizadores como os intelectuais possuíam em comum o olhar voltado para os habitantes do interior do Brasil, bem como para o espaço por eles ocupado. O objetivo era claro: integrá-los aos quadros da nação. A abordagem comparativa dos projetos dos militares e dos intelectuais defendidos

por oficiais do Exército e pelos intelectuais da época nos permitiram eliminar uma abordagem dicotômica que coloca em campos opostos civis e militares.

Mas não seria apenas nos projetos intelectuais que a Guerra do Contestado abriria novas possibilidades de se estudar o universo dos militares. Durante a grande expedição de guerra contra os sertanejos do Contestado comandada pelo general Fernando Setembrino de Carvalho (1914-1915), houve um esforço de mobilizar os mais modernos equipamentos bélicos e estratégias militares para o campo de batalha. Propomo-nos analisar as articulações desse esforço com a modernização do Exército e levantamos a hipótese de que o empreendimento bélico tinha em mira amenizar a visão negativa que se tinha das forças armadas, bem como convencer a sociedade brasileira a se alistar voluntariamente nos seus quadros. Ao buscar na imprensa da época elementos que nos informassem sobre os empreendimentos realizados para convencer a sociedade da utilidade de se investir nas forças armadas, deparamo-nos com notícias que denunciavam a situação precária do soldado brasileiro. Algumas delas diziam respeito às vítimas militares da guerra.

Na documentação militar que trata do cotidiano do soldado, tal como inquéritos militares e ordens do dia, avultavam os casos de insubordinação, os delitos e os crimes cometidos contra os camaradas e contra a população civil. Os fatos vividos no dia-a-dia da corporação não só contrariavam a imagem que se construía do Exército brasileiro, como punha em risco a campanha de modernização militar. Uma abordagem do cotidiano do soldado em ação de guerra sinalizava como oportunidade de fazer contraponto ao ideal profissional e moderno que se apresentava da força terrestre durante a década de 1910.

Para dar conta dos objetivos propostos, dividimos a tese em duas partes. Na primeira, denominada *Veredas*, apresentamos e analisamos o projeto de modernização do Exército, as obras escritas por oficiais militares sobre o movimento rebelde e também o debate intelectual acerca da nação. O propósito da primeira parte é analisar o Contestado e os sertões de fora para dentro. Acompanharemos a visão dos "jovens turcos", da imprensa nacional e dos intelectuais sobre os acontecimentos desenrolados no sul do país. Na segunda parte, chamada *Sertão*, o foco é colocado sobre a atuação efetiva no campo de batalha. A guerra passa a ser analisada de dentro para fora. Tratamos nesse momento da fotografia de guerra, da contratação de civis para lutar ao lado das

forças repressoras e dos crimes e delitos cometidos no teatro das operações militares.

Vale ressaltar que propomo-nos a transitar da história militar à história política e social do Brasil com vistas a ressaltar a complexidade das relações estabelecidas entre militares e civis durante a Primeira República.

VEREDAS

[...] sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar.
Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas.*

1 A POLÍTICA DE ARMAS NA MÃO: A GUERRA DO CONTESTADO E A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO

1.1 ROTEIRO POLÍTICO DA GUERRA

O que determina o fim de uma guerra? O assassinato em massa dos considerados inimigos, como ocorreu em Canudos? A falta de investimentos por parte do Estado? A trégua pedida pelos mais fracos numa tentativa de poupar a vida de mulheres, crianças e idosos, vítimas preferenciais em um combate sem glória? Todos esses fatores quase nada contam como elemento central para se hastear a bandeira branca no campo de batalha. O que determina, oficialmente, o fim de uma guerra é uma decisão política.

A Guerra do Contestado não fugiu à regra e o ano de 1916 é considerado o do seu fim. O marco foi delimitado tendo como referência a assinatura do tratado de limites de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, ocorrida no Palácio do Catete a 20 de outubro daquele ano. Ao evento, compareceram, além dos presidentes dos estados interessados - Afonso Alves de Camargo, do Paraná, e Felipe Schimdt, de Santa Catarina – ministros de Estado, autoridades militares e o presidente da República Wenceslau Braz. O ano de 1916 foi, também, o da prisão do último líder sertanejo, Adeodato Manoel Ramos, ocorrida nos últimos dias de julho. Apesar dos marcos oficiais, contudo, o término da guerra não pôs fim à exploração dos habitantes do Contestado. O destino dos sobreviventes foi selado por meio de arranjos políticos delineados pelos velhos inimigos do povo: os mandões locais que viram seus poderes questionados.

Sendo assim, que significado tem a data da assinatura do tratado de limites? Como bem nos lembra Alfredo Bosi (1992), a data nos coloca diante da ponta do *iceberg*. Ela não pode ser tomada como o fato, mas deve ser levada em consideração como referencial sob o qual devemos buscar as explicações. No caso da Guerra do Contestado, o ano de 1916 nos revela o que as autoridades julgavam de suma relevância resolver. Não era prioridade zelar por melhores condições de vida para as pessoas da região, mas evitar o prolongamento da disputa entre Paraná e Santa Catarina pelas fronteiras territoriais, porque a querela poderia respingar na política nacional. No contexto da Guerra do Contestado a data também nos revela o poder que as autoridades possuem para determinar dias, meses e anos em que se deve comemorar um episódio ao decidir seu lugar no

calendário oficial da nação. Essa operação histórica não é menos política do que aquela que implica o poder de retirar tropas, fazer pactos e estabelecer novas estratégias para uma região beligerante.

Assim como a data do fim da guerra é um marco político, não o deixa de ser o seu inicio. Quantos anos teríamos que recuar para determinar os fatores que contribuíram para a eclosão do movimento rebelde que colocou em confronto fiéis milenaristas e forças repressoras do Estado? [1] Paulo Pinheiro Machado (2004) demonstrou que em 1897 um movimento político-religioso foi sufocado nas proximidades de Campos Novos (SC), revelando que a combinação entre religião e política que caracterizou o Contestado já tinha seus antecedentes históricos na região. A liderança coube a um místico conhecido como "São Miguel". O movimento ficou conhecido como Canudinho de Lages, em referência ao conflito que se desenrolava na mesma época nos sertões baianos sob a liderança de Antonio Conselheiro. Antes de Machado, o historiador catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral (1979) efetuou uma viagem ao tempo do Morgado de Mateus - século XVIII - para provar que Santa Catarina tinha direitos históricos sobre o território disputado com o Paraná. Independentemente do quanto os pesquisadores possam recuar no passado em busca das origens do conflito, foi no ano de 1912 que o rastro de pólvora se espalhou pela região e suas fagulhas despertaram o que conhecemos como Guerra do Contestado. Foi nesse ano que a reunião de pessoas em torno de um viandante conhecido como José Maria preocupou o político da pequena vila de Curitibanos a ponto de ele escrever para o governador catarinense, denunciando o grupo de fiéis como um bando de restauradores monárquicos.

Diante disso convém retomarmos a lição de Bosi (1995) e situarmos 1912 como a confluência de fatores que desencadearam uma série dramática de acontecimentos. Eles não estavam predestinados, nem mesmo definidos, mas, olhando retrospectivamente, percebemos que os componentes da rebelião

[1] Na contramão da maioria dos pesquisadores Duglas Teixeira Monteiro (1974) defende a idéia de que o Contestado não foi um movimento messianista como o de Canudos. A diferença estaria no fato de que os fiéis de Antonio Conselheiro aguardavam a chegada do messias que os redimiriam desse mundo. Na visão messiânica o lugar da salvação não é a terra. No Contestado os sertanejos acreditavam que o milênio estava chegando ao fim e com ele todos os males que os afligiam. O retorno de São Sebastião e de São João Maria, acompanhados de um exército encantado, acabaria com todos os males vividos na região, tais como doenças, injustiças e explorações políticas. A visão de Monteiro sobre Canudos é contestada por Robert M. Levine (1995) ao considerar que em Canudos também se verifica uma experiência milenarista.

sertaneja já estavam esboçados naquele ano: crise política, desapropriação de terras, desemprego, devoção mística.

José Maria não tinha como prever que seu deslocamento acenderia as centelhas da discórdia entre os paranaenses, já em litígio com o Estado vizinho por questões políticas e econômicas; os paranaenses, por sua vez, não previam que o confronto com os seguidores do monge vitimaria o comandante da força policial, coronel João Gualberto, e desmobilizaria sua tropa, repetindo no sul o primeiro confronto das forças militares da Bahia com os seguidores de Antonio Conselheiro em novembro de 1896.

Com a morte de Gualberto e de José Maria no combate do Irani, ocorrido, em outubro de 1912, acreditava-se que não haveria mais reunião dos fiéis, nem tampouco resistência às forças oficiais. A surpresa veio no ano seguinte, quando um dos devotos do monge, Eusébio Ferreira dos Santos, se deslocou para as terras de Chico Ventura, em Taquaruçu, levando com ele alguns fiéis sob a inspiração mística de adolescentes que passavam as instruções recebidas do falecido José Maria.[2] Nesse mesmo mês, nova expedição militar foi enviada para dispersar os supostos monarquistas, porém a força mista do Exército com a Polícia Militar partiu de Santa Catarina. Se a origem da expedição repressora foi diferente, não o foi no aspecto da organização. Enquanto se dirigiam para a região, os soldados eram informados das supostas forças misteriosas que moviam os fiéis, das personalidades que aderiram ao movimento. Além disso, pouco equipada, mal treinada e inexperiente, a tropa se fragmentou antes de chegar ao destino. Os próprios historiadores militares descrevem esse confronto como um encontro patético: soldados fugindo espavoridos, deixando para trás, além da honra militar, equipamentos bélicos e munições que serviriam como armas dos sertanejos nos combates que se seguiriam.

A debandada das forças repressoras foi um incentivo para os fiéis. Em janeiro de 1914 Taquaruçu contava com uma população aproximada de seiscentas

[2] A primeira vidente foi Teodora, neta de Eusébio. Segundo Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 199), a garota de onze anos de idade "começou a relatar sonhos e visões que tinha com José Maria e a difundir o retorno do monge junto ao 'exército encantado' de São Sebastião". Ao chegarem a Taquaruçu, coube a Manoel, filho de Euzébio, o contato com o monge falecido, no que era auxiliado pelas "virgens". Acusado de tentar abusar sexualmente das mesmas, Manoel foi deposto e substituído por um neto de Eusébio, Joaquim, de pouco mais de onze anos de idade.

pessoas em grande pregação mística. Eles montaram ali os **quadros santos**[3] e formaram uma guarda de elite denominada **Pares de França**.[4] Nesse mês, Joaquim, neto de Eusébio, ainda mantinha a liderança religiosa do movimento. Com o sucesso conquistado nesse "combate" se deu inicio a formação de novas **vilas santas**,[5] como a vizinha Caraguatá.

A grande leva de pessoas que afluíam para as vilas sagradas colocava os líderes políticos locais em alerta, pois temiam perder sua clientela. Entre os maiores inimigos dos sertanejos constava o superintendente municipal de Curitibanos, Francisco Albuquerque. Ele era aliado político da oligarquia Ramos, proveniente da cidade de Lages (SC), que naquele momento liderava o governo do Estado na figura de Vidal José de Oliveira Ramos (1910-1914). Diante das reiteradas correspondências de Albuquerque ao presidente do Estado catarinense, nova força militar foi enviada à região.

O presidente Vidal Ramos solicitou reforços da inspetoria militar com sede em Curitiba. Conseguiu reunir setecentos soldados, duas seções de metralhadoras, um esquadrão de cavalaria e duas peças de artilharia de montanha. O ataque aconteceu no dia 8 de fevereiro de 1914. Taquaruçu foi totalmente destruída. Nem mesmo mulheres e crianças foram poupadas.

Apesar das perdas sofridas nesse combate, os que pereceram não eram referidos pelos sertanejos como mortos, mas como aqueles que **passaram.** Com isso eles queriam dizer que as vítimas se haviam juntado ao exército encantado de São Sebastião e de João Maria e que, juntos, protegeriam os que ficaram para a luta que empreendessem.[6]

---

[3] Constituía-se em uma praça retangular onde se situava uma igreja, tendo, em cada um dos quatro ângulos, um cruzeiro assinalando os pontos significativos do seu perímetro.

[4] Guarda de elite inspirada na leitura que os fiéis tinham da gesta carolíngia ou da *História de Carlos Magno*. Foi propagado pela imprensa da época que o movimento entendia que doze pares correspondiam a 24 pessoas; no entanto, Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 201) esclarece que o número de "pares de França" nunca foi muito preciso no movimento. Firmado em depoimentos, Machado informa que há relatos de habitantes da região que falam que a guarda de honra denominada "pares de França" chegou a ser formada por grupo de 120 guerreiros. Sobre o assunto há ainda o estudo de Márcia Janete Espig, *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado* (2002).

[5] Vilas construídas pelos fiéis de João Maria. O espaço era considerado sagrado e os habitantes se submetiam a rígidas regras morais e religiosas. Algumas se constituíram em verdadeiras cidades, como a de Santa Maria que chegou a ser habitada por aproximadamente dez mil pessoas.

[6] Como veremos no capítulo seguinte a região do Contestado foi visitada por três "monges": João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria. O último foi aceito como sucessor dos outros. Os fiéis possuíam diversas orações de São João Maria, mas também clamavam por José Maria na hora dos combates. A morte deste no entrevero ocorrido em Irani foi presenciada por

Após a destruição de Taquaruçu, os sobreviventes se deslocaram para Caraguatá. Eusébio e seu neto perderam o poder para Elias de Morais, oficial da Guarda Nacional e antigo Juiz de Paz do distrito de Perdizes.[7] A repercussão dos assassinatos cometidos em Taquaruçu levou à adesão de muitos habitantes da região. Atendendo ao convite de Eusébio, Venuto Baiano – seu nome completo era Benvenuto Alves de Lima – chegou à região, acompanhado de cem homens dispostos a lutar. Não muito distante dali, em Perdizinhas [*vide* mapa 2], os fiéis intensificavam o contato com os habitantes, na tentativa de convencê-los a aderir ao movimento. Iniciavam-se também os primeiros contatos com um capitão da Guarda-Nacional, Aleixo Gonçalves de Lima, que em breve aderiria ao movimento com grande número de fiéis. Ele reivindicava em sua atuação no movimento a definição judicial dos limites entre Paraná e Santa Catarina, com benefícios para este estado. O deslocamento de Taquaruçu para Caraguatá foi marcado ainda pelo aparecimento de Maria Rosa, de quinze anos de idade, que assumiu a liderança do contato místico com José Maria. O número de adeptos e de novas vilas santas se multiplicava a cada dia. De acordo com Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 273), no mês de março se deslocaram para São Sebastião das Perdizes duas mil pessoas e seiscentos bois.

Caraguatá também foi alvo das forças repressoras composta por militares e bandos de jagunços de coronéis locais, estes sendo os maiores interessados em pôr fim ao movimento.

---

alguns fiéis; no entanto, tal como os demais companheiros que **passaram,** acreditava-se que ele tinha se juntado aos guerreiros celestes comandados por São Sebastião e São João Maria.

[7] Todas as informações sobre os líderes da Guerra do Contestado foram retiradas do livro de Paulo Pinheiro Machado (2004), a mais criteriosa investigação que conhecemos sobre a trajetória das lideranças sertanejas do Contestado.

Figura 1 – Mapa com localização dos principais redutos rebeldes
Fonte: Machado, 2004

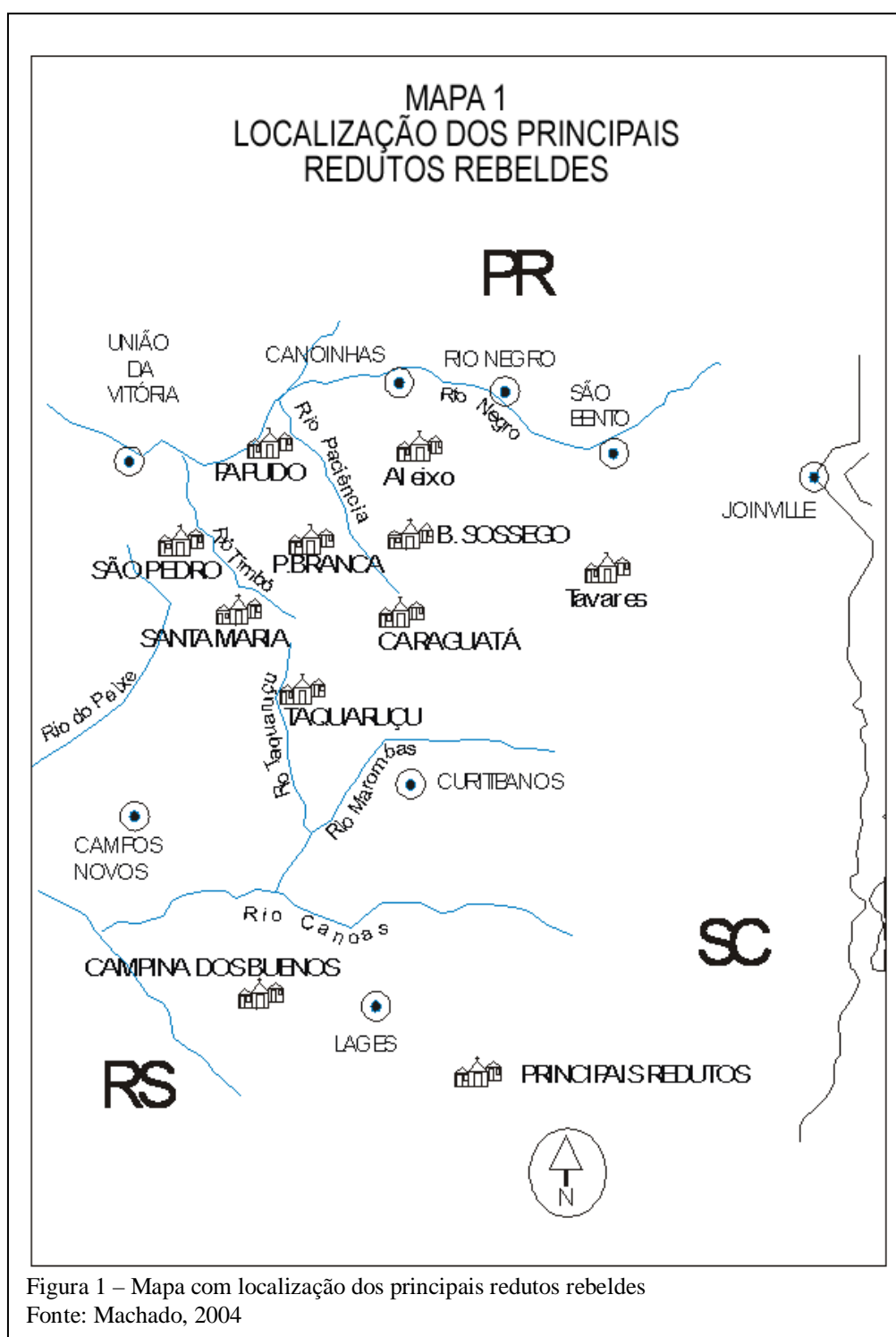
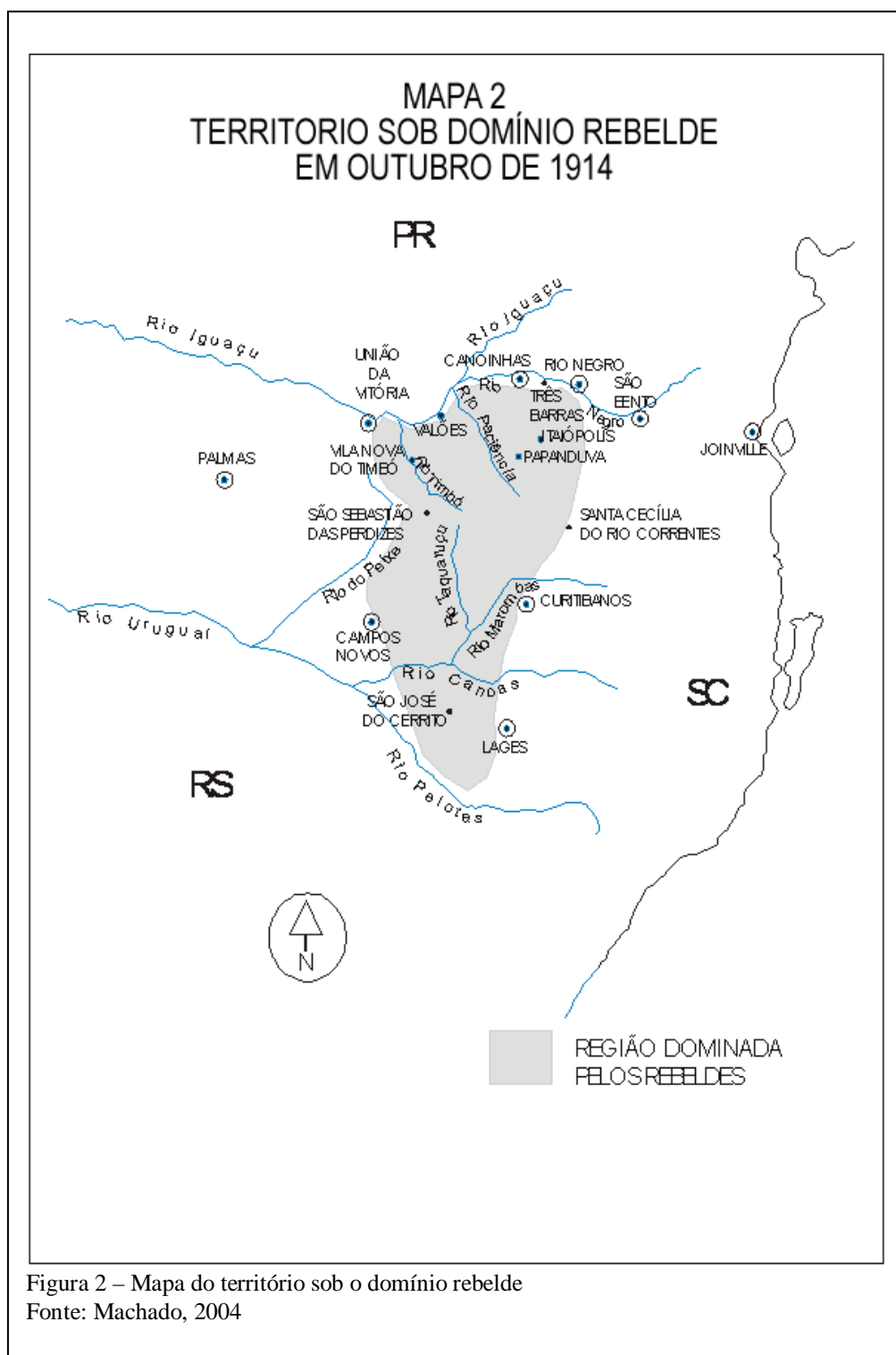



Figura 2 – Mapa do território sob o domínio rebelde
Fonte: Machado, 2004

No dia 9 de março a vila foi atacada, mas não se alcançou o sucesso militar pretendido. Novamente o Exército sucumbia diante dos sertanejos. As perdas militares se acumulavam a olhos vistos.

Em abril de 1914 o governo brasileiro, preocupado com o crescimento do conflito e com a repercussão negativa das reclamações militares e, principalmente, interessado em conciliar as elites políticas dos estados vizinhos, entregou o comando da expedição repressora a um general de reconhecida experiência: Carlos Frederico de Mesquita. Ele possuía uma vasta trajetória profissional. Filho de oficial militar, entrou para o Exército voluntariamente em 26 de julho de 1869, aos quinze anos de idade. Nesse mesmo ano, seguiu para a Guerra do Paraguai, onde permaneceu de 15 de setembro a 1 de março do ano seguinte, sendo condecorado posteriormente pelos governos do Paraguai e da Argentina. Esteve presente na defesa da cidade de Rio Grande durante a Revolta Federalista de 1893, e foi promovido por bravura a tenente-coronel em novembro de 1897 pela sua atuação na expedição de Canudos. Além disso, foi o idealizador e um dos redatores da *Revista dos Militares*, de Porto Alegre, uma das primeiras publicações da força terrestre criada para defender as aspirações profissionalizantes do Exército brasileiro.[8] Foi com essa carreira em ascensão e com o prestígio de um militar reconhecido que Mesquita chegou à região do Contestado. Com 59 anos de idade, era não apenas o mais experiente oficial designado para o comando das operações nos sertões paranaenses e catarinenses como o de mais alta graduação.

Ele atacou Caraguatá no inicio de maio de 1914, mas quando lá chegou a vila estava praticamente vazia, pois a população, vitimada pela epidemia de tifo que se alastrou na região, já havia dispersado para Bom Sossego. Após verificar a situação do Exército e constatar a politicagem que imperava no Contestado, Mesquita pôs fim à expedição militar que comandou. Registrou que a condição

[8] Breves notas sobre a criação e desenvolvimento dessa revista podem ser encontradas no livro de Francisco de Paula Cidade intitulado *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*, p. 399-412. Vale destacar, ainda, que a presença da pioneira *Revista dos Militares* coincidiu com o momento em que a Academia Militar da Praia Vermelha fora fechada. A formação de oficiais entre os anos 1905 e 1911 foi transferida para Porto Alegre e o lançamento da Revista dos Militares é de 1910.

das tropas era deplorável e afirmou que o problema deveria ser resolvido pelos respectivos presidentes de Estado.

Com a saída de Frederico de Mesquita, ficou na região um pequeno destacamento do Exército – aproximadamente duzentos homens –, comandado pelo capitão João Teixeira de Matos Costa. O oficial deu inicio a investigações sobre as origens do conflito e apontou destacados mandões locais como responsáveis pela exploração dos sertanejos. Em suas buscas encontrou vestígios da participação de poderoso coronel da Guarda Nacional – Fabrício Vieira – na circulação de moedas falsas pela região.

Matos Costa acreditava que a distribuição de terras e a intervenção do Exército na política local poderiam solucionar o problema sem se recorrer à violência contra os habitantes do Contestado, pois os consideravam vítimas da ignorância e da exploração dos mandões políticos. Sua atuação nesse conflito não teve o sucesso esperado. Durante o ataque dos sertanejos à estação ferroviária de Calmon, no dia 5 de setembro, Matos Costa morreu, ao trocar tiros com os sertanejos. Seus soldados fugiram, deixando o corpo do comandante para trás.

A imprensa alarmou a população com a notícia da morte do oficial. Um jornal catarinense publicou: “A situação anárquica dos nossos sertões, assolados por um bando de bandoleiros e fanáticos, torna-se cada vez mais crítica e ameaçadora, pois as suas depredações e violências aumentam de intensidade”.[9] Ao ser encontrado o corpo de Matos Costa, o mesmo jornal foi mais contundente:

> O desgraçado movimento de fanáticos nos sertões do Brasil já tem custado muito sangue precioso de bravos e leais servidores da Pátria e da República.
> Como se não bastasse tanto sangue derramado, a jagunçada assassina e boçal acaba de abater, numa emboscada, a vida preciosa do capitão Matos Costa, o ilustre e bravo oficial, cujos sentimentos humanitários lhe davam o sonho de uma pacificação por meios suasórios, chamando-se à razão toda essa horda estúpida e alucinada que é um doloroso atentado da inferioridade cultural do sertão brasileiro.[10]

A morte do capitão era o prenúncio do avanço do movimento, mas também abria as feridas do Exército, ao denunciar o seu despreparo para enfrentar situações como essa. O espectro de Canudos desencadeava uma onda de denúncias e de exigência de providências do governo. Poucos dias antes da morte de Matos Costa, o presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) havia nomeado o

---

[9] *O Dia*, Florianópolis, 11 set. 1914.
[10] Ibidem.

general Fernando Setembrino de Carvalho para assumir a liderança de nova campanha militar contra os sertanejos do Contestado. Esse general recebeu "carta branca" para mobilizar todos os recursos bélicos necessários para pôr fim ao movimento, neutralizar as disputas políticas da região e restaurar a imagem do Exército brasileiro. Ele levou para o *front* o equivalente a um terço do efetivo real do Exército: aproximadamente seis mil soldados. Permaneceu por lá de setembro de 1914 a maio de 1915, tempo necessário para arrasar quase todas as vilas e enfraquecer o movimento rebelde.

A destruição de Santa Maria foi considerada o marco da ofensiva militar e o fim da expedição Setembrino de Carvalho. O que restou poderia ser resolvido por uma tropa menor e menos custosa para os cofres públicos. As etapas finais da repressão ficaram a cargo do capitão José Vieira da Rosa, militar catarinense que conhecia bem a região e que publicaria posteriormente uma história sobre o assunto. Restavam nesse momento os chamados redutos – termo militar usado para designar as vilas – de São Miguel, Pedras Brancas e São Pedro [*vide* mapa 1]. A liderança sertaneja, nesse momento, cabia a Adeodato Manoel Ramos, o último "líder de briga" do movimento.[11]

Como vimos, Adeodato foi preso em julho de 1916. O acordo de limites foi assinado em outubro do mesmo ano. A guerra estava oficialmente terminada. A solução política foi coadjuvada pelas armas. O Exército saiu vencedor e, como troféu, celebrou o acordo de limites, ao preço de um número que se estima em cinco mil mortos entre civis e militares, isso sem contar os milhares de pessoas desabrigadas entregues aos caprichos dos mandões locais.[12]

Em sintonia com as análises efetuadas por Mauricio Vinhas de Queiroz (1981) e Duglas Teixeira Monteiro (1974), acreditamos que, enquanto resistiram, os sertanejos do Contestado mantiveram a esperança na renovação do tempo em que viviam e a fé em João Maria e em São Sebastião. Embora os fiéis

---

[11] Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 24) divide as lideranças do movimento em lideranças "religiosas" tais como as feitas pelos adolescentes inspirados por José Maria e "lideranças de briga", sendo esta a que predominou no final do conflito em função da repressão militar. O mesmo historiador ressalva que "na experiência do movimento social do Contestado, não há como separar com uma linha nítida as lideranças em 'religiosas' e 'não-religiosas'. Todos os 'comandantes de briga', até o final do conflito, sempre legitimaram seu poder político nos redutos a partir de uma ligação espiritual, manifesta em 'sonhos', 'visões' etc., com o monge José Maria e com a contínua assistência de 'virgens' e 'comandantes de reza.'"

[12] Não há consenso entre os pesquisadores sobre o número de mortos na Guerra do Contestado. Monteiro (1974) afirma que alguns falem em três mil, outros em oito mil.

representassem um perigo iminente para os políticos locais, ao se deslocarem de Taquaruçu para o Irani, não tinham um programa de reivindicações estabelecido. Ao se reunirem novamente no final de 1913, sob a liderança espiritual dos meninos videntes orientados por Eusébio e sua esposa Querubina, os sertanejos se organizaram na esperança da **parusia**.[13] Os pesquisadores têm apontado os múltiplos fatores que influenciaram a adesão dos habitantes da região ao movimento, entre eles a briga pela questão de limites, a busca por fama e notoriedade, como parece ter sido o caso de Henrique Wolland e, mesmo a vingança, segundo apontou recentemente Paulo Pinheiro Machado, como a que motivou a adesão da família de Praxedes Gomes Damasceno, comerciante assassinado pelo superintendente municipal Francisco Albuquerque, em Curitibanos. Ainda assim, permanecia a fé no monge e em São Sebastião, a conferir unidade ao movimento.

Há muito que a historiografia deixou de opor crenças religiosas à organização política. A religiosidade era o princípio e o fim da comunicação e da organização do movimento. Por meio dela é que se construiu a pauta de reivindicações que tomou forma na trajetória de resistência e de luta dos fiéis. A chacina em Taquaruçu, ocorrida em janeiro de 1914, parece ter sido decisiva nesse sentido. Um oficial militar registrou que foi encontrado na porta de um negociante morto o seguinte bilhete, dirigido às forças repressoras:

> Nós estava em Taquaruçu tratando da noça devoção e não matava nem robava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardiar onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia.
> O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terreno que pertence a nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer pervalecer os noços direito (apud SOARES, 1935, p. 88).

O ataque da força militar revelou para os fiéis e demais habitantes da região a face bárbara da ação oficial do governo. A partir de então não bastaria

---

[13] De acordo com o dicionário *Aurélio* parusia significa “volta gloriosa de Jesus Cristo, no final dos tempos, para estar presente ao Juízo Final”. No contexto da Guerra do Contestado, o retorno esperado era o de São Sebastião, São João Maria e seu exército encantado. Os santos promoveriam a renovação do tempo de exploração vivido na região do Contestado. Ao interpretar a ação daqueles que abandonavam seus lares e suas terras para viver nas comunidades sagradas do Contestado, Monteiro afirma (1974, p. 108): “Protegidos contra as calamidades anunciadas para o *dies irae*, os que ali se reuniam estavam do *lado certo*, aguardando a ressurreição dos *monges*, a volta gloriosa dos que para o lado deles tinham-se passado, a instauração da monarquia e a grande renovação.” (Grifos originais).

aguardar o fim do milênio. Os fiéis perceberam que precisavam lutar por ele. Luta aqui entendida em suas várias acepções: arrebanhar novos adeptos, preparar-se militarmente para o combate, educar o espírito para compreender os desígnios sagrados, combater a politicagem que deu origem ao estado de exploração em que viviam.

As reivindicações foram ganhando forma na própria luta dos sertanejos e na adesão de novos personagens. Antonio Tavares, homem ilustrado que aderiu ao movimento, afirmou em correspondência a um oficial do Exército: "Temos a dizer que não abandonamos a civilização e nem repudiamos o trabalho, estamos nos debatendo e continuaremos a nos debater até o dia que o Presidente da Nação quiser fazer justiça". [14] Antes dele foi encontrado no bolso de um fiel assassinado pelas forças repressoras o seguinte bilhete: "Nós não tem direito de terra, tudo é prá gente das Oropa" (apud ASSUMPÇÃO, 1917, p. 245). A consciência de exploração entre os fiéis os fez elevarem suas reivindicações para além dos limites do Contestado. Em resposta à proclamação de Setembrino de Carvalho, que os incitou a se entregarem ao Exército, eles solicitaram propriedades, afastamento da empresa norte-americana que explorava terras e madeira na região,[15] deposição de líderes políticos locais e do presidente Hermes da Fonseca.

A consciência de exploração adquirida no enfrentamento cotidiano com as forças repressoras também pode ser observada no depoimento que Adeodato Ramos deu ao chefe de Polícia em 14 de agosto de 1916. Ele foi apresentado pela imprensa e por alguns participantes do movimento como "o flagelo de Deus".[16] Era acusado de trucidar crianças, abrir o ventre de mulheres grávidas, assassinar friamente companheiros, enfim, como a encarnação do próprio demônio. Ao receber a sentença de trinta anos de prisão, Adeodato declamou alguns versos de sua autoria em que ironicamente se colocava ao lado dos ricos e poderosos, como se verifica abaixo: [17]

Quem quisesse terra e escola

[14] Carta de Antonio Tavares ao Major Taurino de Rezende: 2 jan. 1915 apud CARVALHO, 1916, p. 231.
[15] Trata-se da *Brazil Railway Company* e da *Southern Lumber Brazil and Colonization Company*, ambas pertencentes ao norte-americano Percival Farquhar. Uma análise específica da ação dessa empresa no Sul do Brasil pode ser encontrada no trabalho de Todd Diacon, *Milenarian Vision, Capitalist Reality* (1991).
[16] O epíteto é atribuído a Átila, o rei dos hunos, durante a Idade Média. Seu exército foi considerado pelos cronistas cristãos o mais sanguinário que atacou a Europa no século V.
[17] Adeodato foi assassinado numa suposta fuga do presídio de Florianópolis no ano de 1923.

> Eu lis dava uma surra,
> Ajudando os do Governo
> No recheio de suas burra,
> A pobreza pro inferno
> Onde lá o diabo urra,
> Esta terra é de nóis rico
> Nossas veia são mais pura! (apud MACHADO, p. 319).[18]

Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 321), ao interpretar os versos, afirma que neles "o discurso religioso é superado pela crítica social profana", e, continuando a sua explanação, acrescenta:

> O mundo dos vitoriosos é o mundo dos ricos, das famílias importantes, dos de origem européia, que tem as "veias mais pura", os donos de terras, espertos e de "bom emprego". Adeodato não nega que tenha matado várias pessoas nos redutos ("dei descanso às criatura"), mas afirma que a grande mortandade nos redutos, no final da guerra – "os faminto e os doente sem mais cura" – foi útil ao governo. Não haveria mais tanto pobre a pedir "terra" e "escola" (MACHADO, 2004, p. 321).

Os versos de Adeodato Ramos dão a conhecer indiretamente uma das últimas notas de resistência dos sertanejos do Contestado. Eles insinuam a experiência adquirida pelos fiéis de José Maria na luta diária contra a opressão.

1.2 OS "JOVENS TURCOS" E O CONTESTADO

Após um ano de seu lançamento, a revista militar *A Defesa Nacional* (ADN) publicou no seu primeiro editorial uma matéria sobre a Guerra do Contestado.[19] Nele, os redatores – os primeiros-tenentes Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e J. de Souza Reis – fizeram uma análise dos desdobramentos militares do conflito que ocorria no Sul do Brasil e o compararam, do ponto de vista militar, à Guerra de Canudos: "os surtos sangrentos dos *fanáticos* vão se assemelhando à luta inglória de Canudos, onde uma grande parte do nosso

---

[18] A autoria dos versos foi avaliada por Euclides Felipe, folclorista que os reuniu numa coletânea sobre o folclore na história do Contestado. Paulo Pinheiro Machado cotejou os versos com o depoimento de Adeodato Ramos e confirmou sua autoria (Cf. MACHADO, 2004, nota 72, p. 332).

[19] Os redatores dessa revista ficaram conhecidos como "jovens turcos", designação pejorativa baseada na ação de jovens oficiais reformadores da Turquia que, no ano de 1908, derrubaram o domínio otomano e promoveram uma série de reformas na política turca. Frank McCann (2007, p. 216-217) acredita que o sentido negativo que a designação possuía, ao ser atribuída aos redatores da revista militar, pode ser creditada ao sentido pejorativo que o termo "turco" possuía no Brasil, ao se referir genericamente a todos os imigrantes do Oriente Médio. Se a intenção inicial era dar aos oficiais reunidos na ADN um nome que os desqualificasse, o título "jovens turcos" acabou ganhando novo significado, ao ser aceito e incorporado pelos oficiais brasileiros. Isso se deve ao fato de que os turcos de lá, tal como os daqui, foram treinados de acordo com os ensinamentos militares germânicos, por meio de um estágio na Alemanha, país de organização militar considerada modelo.

exército sucumbiu aos tiros certeiros dos *jagunços*".[20] O texto foi redigido sob o impacto da morte do capitão Matos Costa, que, como vimos, pereceu nos primeiros dias de setembro de 1914.

A referência ao episódio ocorrido nos sertões baianos, há pouco mais de quinze anos, não era acidental. O exército brasileiro sofreu derrotas em Canudos que desmoralizaram a própria imagem da corporação, pois não se podia aceitar que homens simples pudessem vencer forças militares profissionais, como se acreditava serem as tropas brasileiras enviadas para por fim ao movimento liderado por Antônio Conselheiro. A morte de soldados e oficiais no conflito, que se arrastava nos limites de Santa Catarina desde outubro de 1912, comprometia novamente a imagem da força terrestre nacional.

No mesmo editorial os "jovens turcos" fizeram uma análise das causas que haviam levado à rebelião sertaneja, e apontaram fatores como: fanatismo religioso, banditismo e espírito de vingança de alguns pequenos proprietários de terras "espoliados por concessões de seus territórios, feitas a mandões políticos pelos governantes dos dois Estados",[21] em síntese os oficiais viram o episódio, basicamente, como fruto da ignorância dos habitantes, mas culparam os governantes estaduais por terem abandonado seus povos, descuidando da instrução e do policiamento naquela região.

Apesar de lamentar o rumo dos acontecimentos que abatiam diariamente a vida dos "soldados da pátria", assim como a sorte de sertanejos que eles consideravam títeres das oligarquias locais, os redatores da revista destacaram que os incidentes exigiam uma medida enérgica, uma ação de guerra contra os rebeldes. Sem um acordo de paz os brasileiros deveriam ser tratados como inimigos: "a ação das forças militares assumirá assim, nitidamente as características de *operações de guerra*, contra irmãos, é verdade, mas irmãos que, por seus atos, estão reduzidos à condição de *inimigos*".[22] Numa situação de guerra, afirmam os "jovens turcos", não se poderia recuar, sob pena de desmoralização. Como argumento favorável a uma ação firme e derradeira contra os fiéis de São Sebastião, chamava-se a atenção para o papel diferenciado do Exército e da Polícia. Esta última teria como função "prevenir para remediar, por

---

[20] ADN, nº. 13, 10 out. 1914, p. 1, grifo do autor.
[21] Ibidem.
[22] Ibidem, p. 2.

isso é mais conciliatória, mais tímida e mais humilde";[23] já a ação do Exército é apresentada de forma diferente. Segundo os oficiais treinados na Alemanha, o seu papel é combater, e só poderia parar quando saísse vitorioso: "enquanto o adversário não se entrega, só deve haver um pensamento entre os chefes e subordinados – *aniquilá-lo*".[24]

As ações militares desenroladas nos limites do Paraná com Santa Catarina serviram para dar visibilidade aos planos de modernização do Exército brasileiro, sendo que alguns deles já aparecem enunciados no editorial dos "jovens turcos", tal como a construção de uma força rigorosa e coesa, pronta para guerrear e defender o Brasil contra os seus inimigos, fossem eles internos ou externos. Infere-se, também, das idéias presentes no texto, que era preciso resgatar a imagem do Exército brasileiro, sendo sua diferenciação das forças policiais um dos elementos centrais, pois estas, além de terem o papel de prevenir, estavam associadas às forças ligadas ao poder oligárquico que comandava a política estadual. O Exército brasileiro buscava um espaço nos jogos de poder da Primeira República, e os "jovens turcos" perceberam que somente com um discurso de neutralidade é que conquistariam força de barganha para as reformas reivindicadas para a corporação e para o país. Diante dessas questões, a Guerra do Contestado se apresentava como uma prova de fogo para a força armada de terra, pois, se na Europa desdobrava-se na mesma época a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no Brasil o conflito do Contestado serviria não somente de vitrina para a exposição das propostas dos oficiais empenhados na campanha de modernização militar, mas também de campo de testes para os novos equipamentos e estratégias importadas das grandes potências européias.

A forma como a ADN tratou as ações militares do Contestado denuncia as estratégias utilizadas pelos oficiais modernizadores para resgatar o papel dos militares na política brasileira e, ao mesmo tempo, delimitar sua função na defesa nacional. No discurso dos "jovens turcos" percebemos também um esforço em articular a memória do Exército brasileiro no repertório da história política republicana em formação nas primeiras décadas do século XX.

Ainda a propósito da guerra no Sul, o editorial da ADN reduzia as reivindicações dos sertanejos do Contestado ao descuido dos governantes, o que

---

[23] Ibidem.
[24] Ibidem, grifo do autor.

significava apresentar os mesmos como passivos diante da história, espécie de turba guiada por espertalhões, fossem eles religiosos ou políticos. Acreditava-se que esses homens não tinham capacidade para pensar, planejar e buscar soluções para a situação de miséria e de exploração que os afligia diariamente. Talvez por isso, a recusa em vê-los como agentes históricos. Assim, a visão dos editorialistas não se diferenciava muito daquela que os coronéis da região tinham dos sertanejos: a de um grupo que necessitava ser guiado, e, se rebelde, aniquilado. A proposta inicial apresentada aos sertanejos pelos oficiais militares era a submissão, ou seja, que depusessem as armas e se curvassem ao Estado, ao Exército e aos coronéis. Ao se recusarem, os sertanejos foram guindados ao *status* de "inimigos da nação". Esta designação não é menos capciosa que a de "fanáticos", tradicionalmente atribuída aos sertanejos por compartilharem da crença em João Maria e em São Sebastião. O *outro*, ou seja, o inimigo, não tem cara; não tem consciência. Ele é apenas aquele que precisa ser aniquilado, o alvo para os disparos que instituiriam a ordem que o Exército proclamava defender.

Opinião semelhante encontramos em mais um "jovem turco", o segundo-tenente Francisco de Paula Cidade.[25] No artigo *Fanáticos: liame histórico*, o oficial aponta os aspectos que considera essenciais destacar nessa campanha de guerra. O texto é dividido em seis pontos a saber: "o inimigo, as nossas dificuldades, os nossos efetivos, da eficiência, recursos que faltam e a brigada estratégica".[26]

Para Cidade, o Contestado não se diferia de outros movimentos rebeldes da história do Brasil, representados como:

> Amontoados sediciosos, desde Palmares, nos tempos coloniais teria em comum uma organização militar rudimentaríssima, e, em vez de unidades formadas de acordo com as necessidades administrativas ou táticas, apresentam-se em bandos, que valem antes pelo chefe que têm do que pela solidez de seus elementos.[27]

---

[25] Baseando-se nas memórias de Bertholdo Klinger, a historiadora Leila Capella (1985, p. 53) assinala: "O apelido de 'jovens turcos' estaria associado a todos aqueles que envidavam esforços no sentido da transformação e modernização do Exército: *germanófilos* seriam apenas aqueles que serviram no exército alemão. Segundo essa explicação, os 'jovens turcos' teriam antecedido cronologicamente aos *germanófilos*". Diante desse esclarecimento é que incluímos Paula Cidade no grupo dos "jovens turcos", muito embora saibamos que ele não fez parte de nenhuma das levas de oficiais enviados à Alemanha entre 1906 e 1910.

[26] ADN, nº. 13, 10 out. 1914, p. 12, grifo do autor.

[27] Ibidem.

Contrapondo-se a esse tipo de organização, o Exército brasileiro deveria demonstrar organização, desenvolver uma ação previamente traçada e dispor não só de comandantes solidamente preparados, como também de soldados disciplinados e profissionais. Para Paula Cidade, essa campanha aparecia com uma possibilidade de aperfeiçoar as modernas estratégias militares e corrigir os erros e falhas ainda presentes na corporação. Sugere, por exemplo, a artilharia como a principal arma a ser utilizada no campo de batalha. O motivo alegado é estritamente militar: o fato de que "essa arma deixa muito a desejar entre nós!...".[28] A adoção do fuzil alemão *Mauser*, em substituição ao *Comblain*, era outro motivo para a experimentação da artilharia. Paula Cidade asseverava, ainda, que não bastavam novas tecnologias bélicas, havia a necessidade de treinamento:

> Achamo-nos, até certo ponto, na situação dos franceses de 1870, que dispunham de uma boa arma, mas que a usavam segundo uma técnica muito primitiva, em face de adversários servidos de um fuzil inferior, mas senhores da técnica do respectivo tiro.
> Não há oficial sabedor do seu oficio e – honesto – que seja capaz de afirmar que os nossos processos de tiro difiram hoje dos já adotados nos tempos da Comblain.[29]

Como podemos observar, os "jovens turcos" ficaram atentos à atuação militar no Contestado desde a grande expedição comandada por Setembrino de Carvalho. Além do acompanhamento das lições que o Exército poderia tirar dessa guerra, seguiu para o campo de batalha um dos redatores da revista, conforme registrado no expediente do número de outubro de 1914: "Com o 58º regimento de caçadores, que vai fazer parte da expedição militar enviada contra os *fanáticos* do Contestado, seguiu o Sr. primeiro-tenente J. de Souza Reis Netto, um dos redatores desta Revista". [30]

Bertholdo Klinger, os demais oficiais que assinavam o editorial de *A Defesa Nacional* e o tenente Paula Cidade não foram os únicos que escreveram na revista sobre a Guerra do Contestado. Publicou-se, também, um artigo de Mario Travassos, oficial que nos anos 30 escolheria o Pico das Agulhas, no estado do Rio de Janeiro, para figurar no brasão da Escola Militar (Cf. CASTRO, 2002, p. 44), além do relatório do coronel Francisco Raul d´Estillac Leal, comandante de uma das colunas que atuaram no Contestado. Nascido em 3 de agosto de 1866, ao

---

[28] Ibidem.
[29] Ibidem.
[30] Ibidem, p. 36.

chegar ao Contestado, Estillac Leal ostentava a patente de tenente-coronel, conquistada a 18 de dezembro de 1912, por merecimento. Sua atuação, como comandante de uma das frentes militares montada por Setembrino de Carvalho, lhe rendeu a promoção de coronel, também por merecimento, a 20 de janeiro de 1915.[31] Seu nome ficou entrelaçado à Guerra do Contestado não apenas pelos artigos técnicos publicados em ADN, mas também devido ao empenho de um dos oficiais por ele comandando, Herculano Teixeira d´Assumpção, que escreveu longo panegírico das ações da Coluna por ele liderada. Frank McCann (2007, p. 589) é extremamente crítico em relação às ordens desse oficial no Contestado. Para ele, Estillac Leal "parece ter sido um oficial eficiente em tudo, exceto levar seus soldados à vitória", e conclui: "a qualidade de sua liderança não o impediu de aposentar-se marechal", sugerindo que tal benefício foi conseguido graças a influências políticas.

1.3 MODERNIZAÇÃO MILITAR E POLÍTICA NACIONAL

A atuação política de Hermes da Fonseca marcou o período de efetiva campanha pela modernização do Exército brasileiro. O projeto, embora anterior à atuação do oficial na Presidência da República (1910-1914), ganhou, a partir de sua gestão como Ministro da Guerra (1906-1909), novo ânimo. [32]

Atento às iniciativas tomadas pelos países como Chile, Argentina, Bolívia e Peru, no sentido de renovar material e doutrinariamente suas forças armadas, Hermes da Fonseca estreitou as relações diplomáticas com a Alemanha com a intenção de adotar no Brasil o modelo de instrução militar daquele país. Entre as medidas adotadas destacam-se o envio de oficiais brasileiros para receber instrução no exército alemão, a renovação da tecnologia bélica, a reforma e construção de quartéis e escolas militares, a renovação da doutrina militar e a implementação da lei que estabelecia o sorteio militar universal para ingresso nas

[31] No *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB, 2001, p. 3028) o oficial tem o nome com grafia atualizada: Francisco Raul Estillac Leal. No entanto, para efeito de localização na documentação do Exército, recomenda-se manter o nome original, assim como o faz McCann (2007). Vale ressaltar que Leal foi pai de dois oficiais militares que desempenhariam papel importante na história do Brasil: Newton Estillac Leal, que se notabilizaria como "tenente" e líder nacionalista militar nos anos 50, ministro da Guerra, de 1951 a 1952, e Zeno Estillac Leal, chefe do Estado-Maior do Exército, de 1956 a 1958.

[32] Além dos textos indicados, vale mencionar o recente livro de Frank McCann, Soldados da Pátria (2007). Ele nos mostra que boa parte das propostas de Hermes da Fonseca para o Exército foi anteriormente elaborada por João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro da Guerra entre 1898 e 1902.

forças armadas e a conseqüente reorganização do Exército (Cf. DOMINGOS NETO, 1980; CARVALHO, 1974).[33]

De acordo com José Murilo de Carvalho (1974, p. 198), o envio de oficiais para a Alemanha, para receber treinamento militar, ocorreu por sugestão do ministro das Relações Exteriores, Rio Branco (1902-1912), sendo a primeira leva enviada em 1906, a segunda, em 1908, e a terceira e maior – composta de 22 oficiais do Exército –, em 1910. Diferentemente de Murilo de Carvalho, a historiadora Leila Maria Corrêa Capella (1985, p. 48) afirma terem sido 21 oficiais enviados à Alemanha; ela acrescenta que o estágio dos mesmos não fazia parte de um projeto elaborado pelo ministério da Guerra, logo, o controle das atividades por lá desenvolvidas era frouxo, não havendo acompanhamento oficial do desempenho dos oficiais estagiários. Segundo a mesma pesquisadora:

> Quando o adido militar brasileiro, coronel F. E. Julien, tomou a iniciativa de cobrar relatórios periódicos dos estagiários, que chegaram à Alemanha em 1910, dois deles preferiram regressar ao Brasil. A morte do oficial de Engenharia reduziu mais o grupo, que passou a ser de 18 oficiais.[34]

Soma-se às dificuldades enfrentadas pelos militares treinados na Alemanha a espinhosa tarefa de dominar a língua, objetivo atingido por poucos. Ao concluir o estágio em 1912, três oficiais − Parga Rodrigues, Bertholdo Klinger e Estevão Leitão de Carvalho − assumiram a iniciativa de fundar uma revista militar para divulgar os ensinamentos recebidos no exército germânico. Capella (1985, p. 49) afirma que a inspiração veio da *Militaer Wochenblatt*, a mais conceituada revista militar da Alemanha. Assim nasceu *A Defesa Nacional* em outubro de 1913. Ela assumiu, como bandeira da modernização, a implementação da Lei nº 1860, aprovada em janeiro de 1908, que estabelecia o sorteio dos jovens brasileiros para ingresso nas Forças Armadas e a reorganização do exército brasileiro.

José Murilo de Carvalho (1974, p. 198) destaca que a reforma institucional pretendida por esses oficiais pressupunha um afastamento do Exército na política: "a revista era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do exército alemão, difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes,

---

[33] As relações militares do Brasil com a Alemanha pode ser verificada no ensaio de Frank McCann, "A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945". In: *A Revolução de 30.* Seminário Internacional[199-].

[34] A lista completa com o nome dos 21 oficiais treinados na Alemanha em 1910 e suas respectivas armas pode ser encontrada em Capella (1985, p. 66).

bem como lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política, a defesa nacional". Ao defender a neutralidade do Exército nas disputas políticas por que passava o país, os oficiais se contrapunham frontalmente à atuação dos camaradas de formação positivista. Os "jovens turcos" responsabilizavam a influência dos denominados "científicos" pela politicagem na caserna e pelo despreparo militar para ações efetivas de guerra, dizendo que os oficiais positivistas dominavam complexos sistemas filosóficos e matemáticos, mas não sabiam atirar.[35] Apesar dessa rivalidade, herdaram dos "científicos" o combate aos tarimbeiros: oficiais que não cursaram a Academia Militar e que eram acusados de terem galgado postos militares por relações políticas e por hereditariedade. Por esses motivos os tarimbeiros eram considerados ignorantes, grosseiros e oportunistas.[36]

O peso que os "jovens turcos" tiveram na profissionalização militar, bem como nos rumos da política nacional, foram sentidos posteriormente. Klinger foi o mais influente entre eles. Murilo de Carvalho reconhece (1974, p. 213-214) que sua posição pressupunha uma intervenção do Exército na política, que denominou de "intervenção controladora", "a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o Estado-Maior". Essa perspectiva seria de grande influência na política militar do período governado por Getúlio Vargas na década de 1930, principalmente por meio do pensamento e da ação de Góes Monteiro.

Embora reconhecendo os elementos políticos das doutrinas defendidas pelos "jovens turcos", Carvalho dá ênfase aos aspectos corporativos da reforma militar do Exército, tendência que acreditamos presentes nos estudos de Edmundo Campos Coelho (2000) e Frank McCann (1982; 2007). Numa vertente diferenciada, localizamos as abordagens de Alain Rouquié (1984) e Leila Capella (1985). Estes pesquisadores, sem ignorar os fatores institucionais, realçaram os

---

[35] Sentimos falta um estudo sobre a luta política entre os "jovens turcos" e os positivistas. Estes não eram avessos à modernização do Exército, mas, diante das agitações que promoveram na política brasileira na passagem do século XIX para o XX, foram jogados a escanteio da reforma militar. A liderança dos "jovens turcos" na profissionalização do Exército nos parece um aspecto da luta de uma nova oficialidade que buscava se firmar no cenário político da época. Quem tangencia esse tipo de análise é José Murilo de Carvalho (1974), no entanto, sua ênfase é antes nas propostas corporativas dos "jovens turcos" do que na luta que empreenderam contra os positivistas.

[36] De acordo com o *Dicionário Técnico Militar de Terra* contemporâneo ao momento histórico que analisamos, tarimbeiro "deriva de tarimba, estrado alto onde deitam e dormem os soldados nos quartéis" (ALBUQUERQUE, 1911, p. 355).

aspectos políticos da modernização militar defendida nas páginas de ADN. Para Capella, por exemplo, os "jovens turcos" acreditavam que a defesa nacional deveria ser abraçada por toda população brasileira e, por isso, propunham uma reforma na educação, voltada para a formação do cidadão-soldado desde os seus primeiros anos na escola. Tal idéia está explícita no artigo do segundo-tenente Aquino Correia, ao declarar sua admiração pela educação germânica:

> A escola primária obrigatória se encarrega, nesse país [Alemanha], de ensinar aos meninos, a par da ginástica, os primeiros exercícios militares. Também a disciplina, apanágio do exército alemão, é pelo povo cultivada desde a infância, quer no lar sob a influência paterna, quer na escola por imposição dos mestres. Nos seus "Jardins da Infância", os primeiros exercícios de canto, entoados por meninos e meninas, são verdadeiras juras de amor filial à pátria e de dedicação ao seu serviço até à morte; nesses cânticos, tudo o que são, o que possuem e gozam declaram dever exclusivamente ao seu país natal. Na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Japão, a escola primária prepara os meninos para o dever militar, que será por eles, mais tarde, alegremente cumprido.[37]

Coerentemente com as doutrinas dos "jovens turcos", Corrêa defende a instituição do modelo educacional alemão em terras brasileiras. Tal modelo é visto como o mais sólido para a defesa da nação.

Diante dessa idéia, entendemos, como defende Leila Capela, que os "jovens turcos", ao reivindicar a modernização do Exército, buscavam mais do que uma reforma na corporação. No estudo comparativo que realizou acerca da atuação das forças armadas da América Latina na política, Alain Rouquié (1984, p. 95) chamou a atenção para o papel que as instituições militares tiveram na construção do Estado:

> O Exército moderno, símbolo do progresso, é um instrumento de centralização e de reforço, enfim, de construção do Estado. Enquanto Exército nacional, seu aperfeiçoamento e sua expansão pressupõem a unificação da classe dirigente. Assim, quanto mais tardia foi a unificação, mais o processo de profissionalização demorou, seja em benefício de um poder civil instável, seja para abrir espaço a um poder ditatorial de fato.

No Brasil, desde as últimas décadas do século XIX, registrava-se entre os oficiais uma auto-percepção que os projetava como elementos superiores, em virtudes cívicas, ao conjunto da população nacional, o que legitimava uma aspiração a tutelar a política brasileira até a sociedade estar amadurecida suficientemente para seguir seus próprios rumos. Essa visão formulada, em grande

---

[37] ADN, nº. 7, 10 abr.1914, p.211.

parte, pelos oficiais de formação positivista, foi reelaborada pelos "jovens turcos", que perceberam que a corporação militar precisava se fortificar para ter peso nas disputas políticas que envolvessem projetos de nação. É o que se observa no editorial do primeiro número de ADN:

> É um fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem a sua formação e desenvolvimento, e que só num grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função.[38]

Ainda no mesmo editorial, os "jovens turcos" chamavam a atenção para o que consideravam ser a verdadeira função do Exército:

> O Exército, num país como o Brasil, não é somente o primeiro fator de transformação político-social, nem o principal elemento de defesa exterior: ele tem igualmente uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral dos cidadãos.[39]

Com essa declaração, os oficiais se colocavam como os mediadores do futuro da nação, papel que, acreditavam, lhes era destinado desde a participação do Exército na mudança do regime político em 1889. Era em nome dessa participação que apresentavam seu projeto de desenvolvimento nacional e reivindicavam as reformas institucionais, como a efetiva aplicação da lei do sorteio militar. Na visão dos oficiais, essa lei permitiria ao exército selecionar os jovens mais saudáveis e melhor preparados para defender a nação, e ainda transformaria, progressivamente, todo cidadão em soldado. Se antes de chegar ao Exército, os brasileiros recebessem nas escolas uma educação inspirada na caserna, teríamos, conforme suas idéias, uma geração de patriotas prontos para defender o país.

Ao analisar a campanha pela adoção do serviço militar obrigatório nos países da América Latina, Rouquié (1984, p. 117) encontrou a mesma lógica de articulação política por parte dos oficiais do exército:

> No contexto do alistamento, o papel, a responsabilidade do oficial ganha uma dimensão nacional e, portanto, eminentemente política. Nessas sociedades heterogêneas, as forças armadas têm a partir de então uma função de integração nacional, de formação de cidadania.

---

[38] ADN, nº. 1, 10 out. 1913, p. 1.
[39] Ibidem.

Como visto, ao propor uma modernização que passava por maior profissionalização militar, os “jovens turcos” não descartavam a possibilidade de o Exército interferir na política nacional. O que eles buscavam era o distanciamento das intrigas políticas locais. Quando se tratasse de uma política que envolvesse a nação, podia-se esperar a sua participação protagonista. Quem melhor sintetizou a relação da modernização do Exército com a política brasileira foi Leila Capella (1985, p. 264), ao constatar que:

> Os estudiosos são unânimes em considerar os “jovens turcos” como um marco do processo de profissionalização do Exército, processo este visto como sinônimo de apolitismo. Segundo essas análises, o mérito do movimento dos “jovens turcos” estaria justamente aí, nessa guinada “rumo à tropa”, cuja condição de possibilidade era o afastamento da política. Mas o que a análise dos discursos do grupo evidenciou foi a decomposição da política em duas dimensões: a “politicagem”, negada como nociva à instituição, e a “política”, de alcance nacional, na qual o Exército tinha garantido seu espaço desde a derrubada da monarquia.

Embora boa parte das matérias publicadas em ADN fosse ligada a questões técnico-profissionais, os “jovens turcos” não deixavam de debater os projetos para desenvolvimento da nação e de polemizar com os políticos brasileiros, ao reivindicar recursos financeiros para o Exército. Na luta que travaram pelo projeto de defesa nacional para o Brasil, fizeram da Guerra do Contestado um horizonte de expectativas para dar maior visibilidade às suas propostas. No entanto, a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ofereceria aos “jovens turcos” matéria-prima mais condizente com sua visão político-militar. O conflito internacional colocou a discussão sobre defesa nacional na ordem do dia. Para os oficiais, a guerra européia era a prova contundente da necessidade de armar a nação. Ela foi astuciosamente usada como plataforma da campanha de modernização do Exército. A matéria do tenente-coronel Augusto Tasso Fragoso faz eco à expectativa dos modernizadores em aproveitar o conflito internacional para promover as reformar militares:

> Agora que a guerra européia repercutindo tão fundamente entre nós obriga os poderes públicos a cortes profundos nos orçamentos, é mais do que nunca oportuno pôr em execução o serviço militar obrigatório. (...)

> Meditem os nossos Congressistas sobre os fatos que se desenrolam no cenário europeu e encarem o futuro do Brasil como o vão fazendo as outras nações da América.[40]

A situação mundial serviu de argumento para que os oficiais militares alertassem os políticos e a sociedade brasileira para a suposta iminência de um conflito armado no sul do Brasil, principalmente com a Argentina. Comparações sobre a situação das forças armadas dos demais países da América Latina, que haviam adotado o serviço militar obrigatório, mostravam como o Brasil estava atrasado em termos militares. Informa-nos Alain Rouquié (1984, p. 117) que o serviço militar obrigatório existia no Chile desde 1900; no Peru e na Argentina, a partir de 1901; no Equador, desde 1902, e na Bolívia foi inaugurado em 1907. Além disso, muitos desses países já haviam recebido missões militares européias com a função de modernizar suas forças armadas.

Apesar do destaque conferido à Primeira Guerra pelos tenentes reunidos em torno da revista militar, o Contestado não deixou de ser acompanhado com cautela pelos "jovens turcos". Afinal, após a remodelação do Exército brasileiro feita por Hermes da Fonseca em 1908, quando ministro da Guerra, esse seria o primeiro momento de uma ação previamente organizada. Embora nesse mesmo período intervenções militares tivessem ocorrido em diversos estados brasileiro, em função da chamada "política das salvações", uma ação militar de tão grande vulto, exigindo as mais altas energias e capacidade logística, só tinha ocorrido na Guerra de Canudos (1896/1897).[41] A campanha do Contestado gerava, portanto, uma grande expectativa entre a oficialidade brasileira, particularmente o setor empenhado na campanha de modernização do Exército.

Mas essa expectativa não era correspondida pelas prioridades políticas do momento. Em 1914, último ano do quadriênio presidencial de Hermes da Fonseca, o país passava por grande crise política e econômica, tendo o marechal governado sob estado de sítio de março a outubro, além de ter fechado jornais de

---

[40] ADN nº. 12, 10 set. 1914, p. 375-376.

[41] A "política das salvações" foi o movimento que reuniu oficiais do Exército brasileiro na luta contra as velhas oligarquias estaduais. A liderança do movimento pode ser atribuída ao general Dantas Barreto que deixou o Ministério da Guerra e assumiu o poder em Pernambuco no ano de 1911, depondo do poder o clã Rosa e Silva. O movimento gerou vários conflitos nas principais capitais brasileiras durante as campanhas políticas estaduais entre 1911 e 1913. Além de Pernambuco, houve confronto entre militares e oligarquias locais no Ceará, Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul. Edgar Carone (1977, p. 268-327), cuja pesquisa é o estudo mais sistemático que encontramos sobre o assunto, inclui o movimento salvacionista no que denominou de "abalos intermitentes do regime".

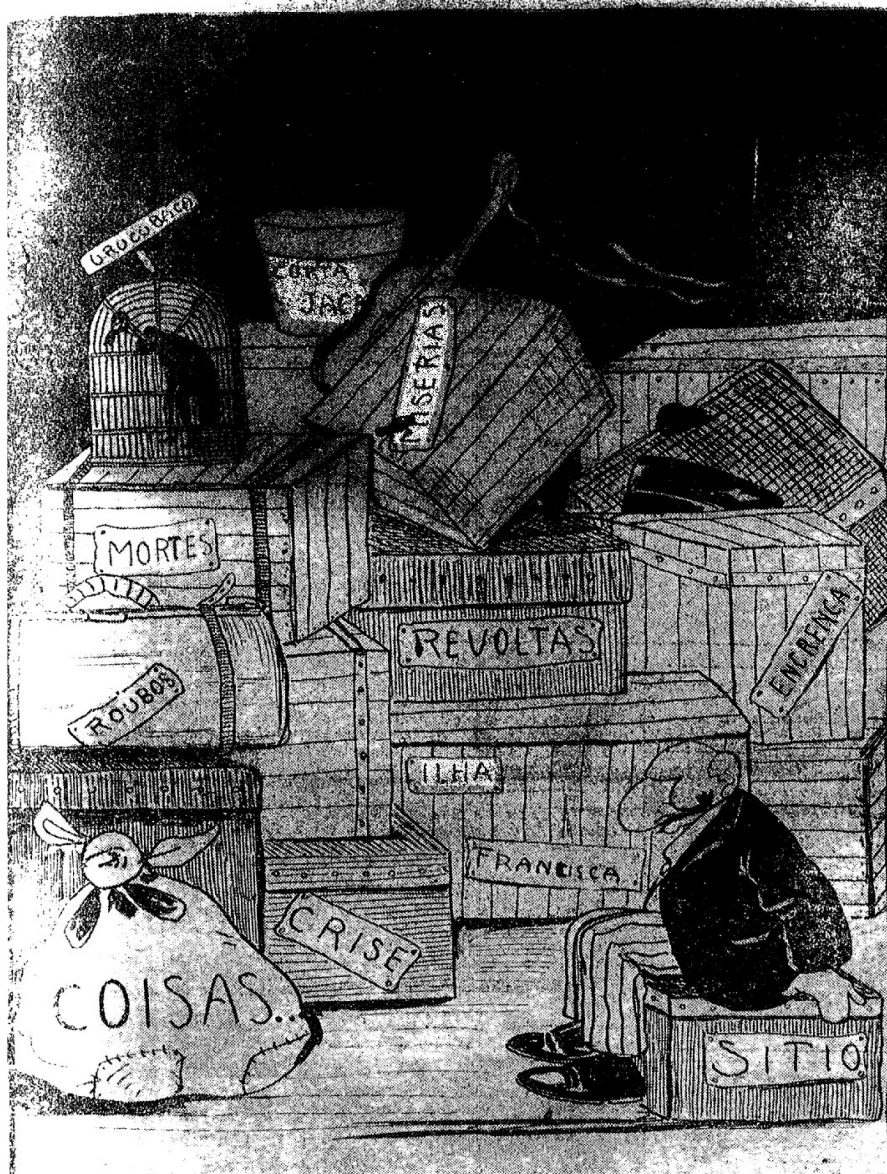
oposição, decretado a prisão de jornalistas e intelectuais e ter enfrentado uma manifestação de estudantes contrários a sua política. Sua retirada do palco presidencial foi comemorada com manifestações nas ruas e discursos inflamados na imprensa. A charge publicada em *A Época* sugere que até mesmo os militares faltaram a sua despedida do Palácio do Catete.

ONDE HEI DE ESCONDER TODAS ESSAS IMMUNDICIES ?

Figura 3: O fim do quadriênio presidencial de Hermes da Fonseca
Fonte: *A Época*, 12 nov. 1914

A organização de uma vultosa expedição militar contra os sertanejos considerados fanáticos e ignorantes foi uma das últimas iniciativas autoritárias do presidente. O ano de 1914 marcaria então a grande ofensiva contra os fiéis de São Sebastião e João Maria, o fim do governo de Hermes da Fonseca e o auge da campanha de modernização do Exército.

É nesse contexto que a expedição militar de Setembrino de Carvalho ganha visibilidade. Composta de um terço do efetivo do Exército e com os melhores recursos bélicos e estratégicos disponíveis à época, o prestigiado general, que poucos meses antes retornara de Juazeiro – como comandante das forças federais que haviam enfrentado os problemas decorrentes da derrubada da oligarquia Acioli no Ceará –, seguiu para o Sul do Brasil em setembro de 1914.[42] Anteriormente, diversas expedições foram enviadas para acabar com o movimento. Um oficial que atuou no Contestado listou mais de dez expedições militares organizadas contra os seguidores de José Maria:

[42] Trata-se da Revolta de Juazeiro, liderada por Padre Cícero, após a derrubada da oligarquia Acioli. O conflito teve início com a eleição do coronel Franco Rabello, reconhecida pela Assembléia Legislativa do Ceará, mas contestada por destacadas lideranças políticas da região. Com o intuito de resolver o conflito, Hermes da Fonseca anulou todos os poderes políticos locais, ao decretar estado de sítio na região, e enviou Setembrino de Carvalho como interventor federal para restabelecer a ordem no Estado. Para maiores detalhes do conflito, ver Ralph Della Cava, *Milagre em Juazeiro* (1977) e as *Memórias* de Fernando Setembrino de Carvalho (1950, p. 104-126).

Composição e destino	Ano	Comandante	Resumo
Força federal a Canoinhas	1905	Capitão Aleluia Pires	Desarmamento do bando de Demétrio Ramos
Força paranaense ao Timbó	1905	Juiz Morais Machado	Aprisionamento da Família Demétrio
Força catarinense a Curitibanos	1911	Major Januário Côrtes	Perseguição aos fanáticos
Força paranaense ao Irani	1912	Coronel João Gualberto	Expedição Irani
Força federal ao Herval	1912	Tenente-coronel Pedreira Franco	Destacamento de socorro
Força federal a Palmas	1912	Coronel Pirro	Expedição a Palmas
Forças federal e catarinense a Curitibanos	1913	Não consta	Os fanáticos voltaram à zona catarinense
Forças federal e catarinense	1914	Capitães Adalberto, Esperidião e Euclides	Primeira investida em Taquaruçu
Forças federal e catarinense	1914	Tenente-coronel Aleluia Pires	Arrasamento de Taquaruçu
Forças federal e catarinense	1914	Tenente-coronel Gameiro	Expedição Caraguatá
Força federal	1914	Tenente-coronel Adolfo de Carvalho	Ocupação de Calmon
Força federal	1914	General Mesquita	Destruição de Santo Antônio
Força federal	1914	Capitão Matos Costa	Desastre de São João
Força federal	1914-1915	General Setembrino	Grande expedição
Força federal	1915	Coronéis Pirro e Ramalho	Circunscrição militar e ocupação militar
Forças federal e catarinense	1915	Capitães Rosa e Euclides	Perseguição aos jagunços
Força federal	1916	Coronel Bello	Ocupação Militar

QUADRO 1 - RESUMO DAS EXPEDIÇÕES MILITARES ENVIADAS AO CONTESTADO (1905-1916)
Fonte: Peixoto, 1920

Observando o quadro acima, é possível perceber que os conflitos na região antecedem a chegada de José Maria. Verifica-se também que as operações militares foram intensificadas a partir do ano de 1914, sendo que, antes da

expedição comandada por Setembrino de Carvalho, somente a de Carlos Frederico de Mesquita foi dirigida por um oficial de mesma graduação. As tropas enviadas para o Contestado eram, em sua maioria, carentes de recursos financeiros e humanos, por isso nem todas chegaram ao enfrentamento com os sertanejos, limitando-se a fazer reconhecimento das imediações ocupadas pelos fiéis.

Além dos problemas financeiros e estratégicos nas expedições militares, havia, até a intervenção de Carvalho, dúvida sobre qual o procedimento a ser adotado em relação ao conflito político estabelecido nos limites do Paraná com Santa Catarina. O general Abreu, comandante da 11ª região militar, com sede em Curitiba, acreditava que o problema envolvendo os fiéis de João Maria com fazendeiros locais era eminentemente político e deveria ser resolvido pelas polícias estaduais dos Estados envolvidos.[43] Embora esse oficial tenha respondido de forma positiva, enviando tropas do Exército sempre que solicitadas pelos presidentes de Estado, ele não se empenhou em buscar recursos e equipamentos para os soldados, o que acabou revelando o despreparo material e doutrinário do Exército que via suas tropas se extraviarem antes mesmo de chegar ao destino. Faltavam recursos básicos como mantimentos e fardamento, além de os soldos estarem atrasados havia meses. A chegada do general Mesquita na região em abril de 1914 prometia reverter a situação, mas não foram obtidos os recursos solicitados para levar adiante uma operação de guerra. Além disso, no breve período em que comandou o Exército no Contestado, o veterano da Guerra de Canudos percebeu a complexidade do problema ali presente e deu por finalizadas as operações federais na região conflituosa antes mesmo que a decisão fosse autorizada oficialmente pelo ministro da Guerra. Seu descontentamento é evidenciado no relatório em que prestou contas da sua atuação no teatro das operações:

> De todo o movimento da Brigada dei sempre ciência em telegrama ao General-de-Divisão Alberto Ferreira de Abreu, Inspetor da XI Região Militar. Tendo cumprido minha missão, solicitei o regresso das Forças a quartéis por acharem estas extenuadas, sem roupas, e grande parte atacada de reumatismo e bronquite, devido ao passar mal com a estação invernosa que se aproximava, chegando o termômetro nesta região a zero grau. Solicitei também a minha exoneração, por ter

[43] A opinião desse oficial aparece claramente no relatório que enviou ao ministro da Guerra, na ocasião em que teve de entregar o comando da região militar a Setembrino de Carvalho. Esse documento foi transcrito literalmente por Carvalho, em relatório acerca da Guerra do Contestado, documento publicado em 1916.

> concluído, como acima disse, a minha missão, não me competindo mais andar com forças federais à caça de bandidos, como capitão do mato do tempo da escravatura. Aos governos do Paraná e Santa Catarina competem, agora, com suas forças policiais, exterminar os bandidos que aparecerem, limpando, assim, a zona de elementos perniciosos. Em parte, a culpa é dos referidos governos, que descuram da instrução, deixando a ignorância campear livremente, chegando o fanatismo a constituir grupos, como o que acabo de aniquilar numa vitória inglória (apud SOARES, 1931, p. 72).

A nomeação de Setembrino de Carvalho, meses após o fim das operações do Exército no Contestado, ocorreu em um momento não apenas de crise na política nacional, mas também de insatisfações generalizadas por parte das elites locais envolvidas no conflito e do descontentamento de soldados e oficiais destacados no território conflagrado. As mortes no campo de batalha indicavam o avanço dos sertanejos e repercutiam na imprensa como um novo arraial de Canudos que se erguia no Sul do Brasil. Essa era a opinião da imprensa da época, bem como de alguns oficiais que tomaram parte nas ações desenvolvidas no Contestado, como se verifica na declaração de Dermeval Peixoto (1995a, p. 89), um dos oficiais mais atentos aos acontecimentos que se desenrolavam naquela região:

> Assim, cada vez mais numerosas, as forças movimentadas correspondiam ao desenvolvimento da exaltação dos jagunços. Os contingentes enviados em começo não passaram de pequenas frações incumbidas de diligências policiais ou de espreitar os fanáticos; mas, depois, coube aos capitães levarem destacamentos de ataque, seguindo-se colunas dos tenentes-coronéis à frente de mil e tantos homens. Agora já um general, veterano de Canudos, coordenava os elementos táticos para ir ao encontro dos tabaréus. *Mutatis mutandis*, o que havia acontecido com os fanáticos dos sertões baianos, em 1897, estava sendo reeditado...

Ao assumir o comando da 11ª região militar em substituição ao general Abreu, cargo que acumulou com o de comandante das operações militares no Contestado, Setembrino de Carvalho dedicou-se a montar uma expedição que pusesse fim ao conflito e fizesse cessarem os rumores de negligência do governo e do Exército para com seus soldados, além de se empenhar para solucionar o conflito político entre os governadores de Paraná e de Santa Catarina em torno da questão de limites territoriais.

Setembrino de Carvalho mobilizou grande leva de soldados das unidades existentes no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Concordamos com Frank McCann, quando observa que tais unidades eram

inexperientes, dado que tinham sido recentemente constituídas (2007, p. 184); no entanto, merece observação o fato de que elas eram filhas das reformas implementadas por Hermes da Fonseca quando ministro, logo, possivelmente estavam melhor equipadas belicamente do que as demais. Além disso, elas indicam o caráter experimental que essa guerra teve no contexto do projeto de modernização do Exército.

Antes de seguir para o *front*, Setembrino palestrou com o presidente da República e com os ministros do interior, Herculano de Freitas, e da Guerra, Vespasiano de Albuquerque. A idéia inicial de Hermes da Fonseca era repetir no Sul a medida adotada no Ceará: anular os poderes políticos dos presidentes de Estado e nomear Setembrino de Carvalho interventor federal. A solução seria devidamente amparada pela Constituição Federal, uma vez que os líderes políticos estaduais solicitaram formalmente a intervenção da União, conforme estabelecido no artigo 6º:

> O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:
> 1º) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;
> 2º) para manter a forma republicana federativa;
> 3º) para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos;
> 4º) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.
> (Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891).[44]

Apesar de legal, a possibilidade de intervenção política no Estado não pareceu a Setembrino de Carvalho a melhor solução. Ele alegou os aborrecimentos que enfrentara com o cargo político assumido no Ceará, mas é bem possível que estivesse pensando nos dissabores que os oficiais salvacionistas tinham trazido para a corporação militar, ao se confrontar diretamente com oligarquias poderosas durante as campanhas de sucessão governamental desenvolvidas durante a atuação de Hermes da Fonseca na presidência da República (1910-1914). Em suas memórias, Carvalho (1950, p. 130-131) afirma que declinou do convite por não se dispor a aceitar comissão política alguma, posto que não seria “general único para casos tais” (1950, p. 130). Diante da

[44] Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htmm.
Acesso em: 19 fev. 2008.

recusa, Herculano de Freitas indagou a Setembrino o que ele queria, recebendo a seguinte resposta:

> Oh! Senhor Ministro, eu não quero nada. Escolhido para uma missão de guerra pelo titular competente, estou pronto a desempenhá-la. Precisarei de recursos para levá-la a bom termo. O Exército nada tem, e, no momento, faltam-lhe mesmo energias morais. Não me atemoriza, todavia, este precário estado das tropas a comandar. Desde que Vossa Excia. me coloca tão à vontade com sua interrogação, peço vênia para melhor expressar meu pensamento, definindo claramente a atitude que deverei assumir: peço que o meu papel no Paraná e Santa Catarina deverá ser semelhante ao do Ministro da Guerra, Marechal Moura, quando ao Rio Grande do Sul foi dirigir as operações contra os revolucionários federalistas. Restringiu sua ação à esfera militar, guerreira. Alheio inteiramente à política e administração do Estado, exercidas conjuntamente pelo seu Presidente, Julio de Castilhos. Os Poderes Públicos do Estado conservaram-se íntegros, sem interferências alheias. Assim, também, em relação aos dois Estados do Sul, assolados pelo fanatismo. Os Governadores continuarão no exercício legal de seus mandatos, auxiliando-me no que se fizer mister, dever que lhes é imposto pelo fato de haverem solicitado à União intervenção nos moldes do artigo 6º da Constituição da República (CARVALHO, 1950, p. 130).

Ao frustrar os planos de um estado de sítio na região, conforme proposta de Hermes da Fonseca e seus ministros, Setembrino de Carvalho acreditava isentar sua atuação e, conseqüentemente, a ação do Exército, dos partidarismos políticos que sabia serem uma das causas do conflito no Sul do Brasil. Com isso, colocava a força terrestre acima dos interesses partidários, cuidando para que não fosse confundida com as forças policiais e para que os soldados não fossem vistos como jagunços que serviam aos “coronéis” locais. De um lado, Setembrino de Carvalho compartilhava a preocupação do general Mesquita e acionava a velha retórica que opunha a carreira militar à política; de outro, se aproximava das idéias dos “jovens turcos”. De qualquer forma, essa proposta escamoteava a intervenção política, dando-lhe um caráter estritamente militar. Ademais, nela, a corporação aparecia como moderadora da disputa estadual, o que pressionava os presidentes de Estado a cooperarem. Em outras palavras, a idéia era fazer a política se curvar ao Exército, e não o Exército confundir-se com a política. A proposta foi aceita. No dia 26 de agosto o Decreto foi publicado nos seguintes termos:

> Resolvo nomear o General-de-Brigada Fernando Setembrino de Carvalho inspetor permanente da 11ª Região Militar, interinamente, com a incumbência especial de reprimir os desordeiros que nos Estados do Paraná e Santa Catarina, atentarem contra as autoridades federal e local.

> Para tornar praticamente efetiva essa incumbência, o referido General exercerá toda a autoridade indispensável, de acordo com as disposições da Constituição, em vista da requisição dos Governos de ambos os Estados, os quais pediram, nos termos do artigo 6º, a intervenção da União para esse fim (CARVALHO, 1950, p. 131).

A partir desse momento, estava iniciada oficialmente a Guerra do Contestado, uma vez que anteriormente para lá só haviam sido enviadas expedições intermitentes. O episódio marcaria a história militar brasileira, assim como a vida de milhares de sertanejos explorados nos sertões do país.

1.4 ESTRATÉGIAS E COMBATES: O CONTESTADO E A MODERNIZAÇÃO MILITAR

Setembrino chegou a Curitiba no dia 9 de setembro de 1914, verificou a situação das tropas estacionadas disponíveis, sondou o clima político nos dois Estados em conflito e deu inicio à elaboração da estratégia que adotaria na região. Em novembro desse mesmo ano, distribuiu o contingente militar de que dispunha da seguinte forma:

TABELA 1
COMPOSIÇÃO DAS COLUNAS EM OPERAÇÕES NO CONTESTADO EM 28-11-1914

Coluna	Sede	Oficiais	Praças de *pré*	Total
Norte	Canoinhas (SC)	42	1447	1489
Leste	Rio Negro (PR)	58	1109	1167
Oeste	Porto União da Vitória (PR)	47	1012	1059
Sul	Móvel, estacionou em Curitibanos (SC)	39	1054	1093
TOTAL		**186**	**4.622**	**4.808**

Fonte: Forças em operações no Contestado caixa nº 5537 – AHEx

O quadro acima corresponde à primeira organização militar disponível para que Setembrino iniciasse as operações no sul do Brasil. Diante da resistência dos sertanejos, ele reivindicou mais homens e mais verbas. A grande deficiência, como se pode observar, era o reduzido número de oficiais. Nesse contingente não estavam incluídos os civis incorporados às forças repressoras, mas aparecem os soldados provenientes das forças catarinense e paranaense, que somavam 417 homens, sendo que, destes, somente 14 eram provenientes da polícia de Santa Catarina. O número não era o esperado, mas com ele Setembrino poderia dar

início a sua estratégia, que tinha como objetivo controlar todas as entradas e saídas da região conflagrada – aproximadamente 26 mil quilômetros quadrados (*vide* mapa 2) −, cadastrando devidamente cada pessoa ou família e, ao mesmo tempo, dificultando a entrada de armas e alimentos nos redutos. Um cartão de identificação, também chamado de passaporte, era conferido aos habitantes do vasto território e somente de posse dele era possível transitar pela região. A identificação das pessoas era feita por meio de interrogatório sobre suas possíveis relações com os "fanáticos", com o devido reconhecimento dos vaqueanos, isto é, jagunços de coronéis locais incorporados à tropa.

O general percebeu que faltava ao Exército um moderno regulamento que ordenasse as instruções das tropas em tempos de guerra. Tal carência levava os oficiais a redigirem os documentos militares, como partes de combate e relatórios, cada um à sua maneira. Como, nessa campanha, havia oficiais das mais diversas formações, as versões variavam de acordo com os respectivos conceitos. Setembrino de Carvalho ordenou aos oficiais, que compunham o seu Estado-Maior, que traduzissem regulamentos franceses e alemães e os distribuiu para os comandantes. Com essa medida, buscava não somente homogeneizar os relatórios como aproveitar melhor as lições que essa guerra poderia dar para o Exército brasileiro. As inovações não agradaram, como pode ser apreciado pela opinião de um oficial que participou das ações militares:

> As denominações pomposas e as indicações abreviativas para as dependências dos departamentos e dos *bureaux* militares, como se notações peculiares ao domínio da química ou às cogitações algébricas tivessem influência mavórtica sobre serviços administrativos[...], as intermináveis revisões de regulamentos táticos, o que tem dado margem a grotescas esquisitices pelos quartéis, onde os soldados precisam conhecer o antigo, o novo, o alemão, o moderno e até o moderníssimo ombro-arma, e às vezes também conhecer outros variados manejos criados pelo seu tenente Fulano, ou seu capitão Beltrano, o marcar-passo do 55º, o alto o 52º e o descansar arma do 56º, nada disso tem colimado ao fim nobremente objetivado. Quando tais encenações ultrapassam as guarnições de elite e aos minguados efetivos do interior vão chegando adulteradas e intervaladas, as mudanças de nomes com criações quase ridículas, já outros gabineteiros apresentam novos "sistemas racionais" de "segurar a espada", "estalar os calcanhares" ou "uniformizar as continências". Caminhamos assim a passos largos para uma situação confusa, a exemplo da lendária história dos construtores da Babel (PEIXOTO, 1995b, p. 28).

Vimos que, para os "jovens turcos", a aplicação dos regulamentos firmados em clássicos da estratégia militar seria o diferencial da estratégia do

Exército em relação àquelas utilizadas pelas chamadas populações semi-bárbaras, ou seja, pelos habitantes do interior do Brasil. De acordo com os redatores de *A Defesa Nacional,*

> Para que, nessa luta, a vantagem fique do nosso lado, é preciso ajamos segundo os princípios táticos consignados nos nossos regulamentos – que compendiam a experiência militar de povos guerreiros, que com eles têm alcançado decisivas vitórias.[45]

Povos guerreiros, leia-se, doutrinas alemãs. Mas essa não era a posição de muitos dos oficiais presentes no *front.* Para a jovem oficialidade ilustrada que acompanhou de perto as ações no campo de batalha – oficiais estes que não estavam reunidos no corpo editorial de ADN –, era preciso criar uma estratégia tipicamente brasileira. Um exército profissional não seria, de acordo com esses oficiais, somente aquele forjado à imagem e semelhança do prussiano, mas o que tivesse capacidade de traçar suas próprias estratégias em função da realidade da terra brasileira e em atenção ao perfil dos seus combatentes e adversários. O tenente Dermeval Peixoto foi um dos que criticou abertamente a profissionalização à européia:

> Não se pode pregar como meio único de consertar o exército, a introdução das doutrinas de além-mar, importadas em doses exageradas. Absolutamente, não. Sem uma criteriosa adaptação preliminar, essas doutrinas são inaplicáveis em nosso território de guerra provável. Antes das traduções integrais, precisamos de uma tática inteiramente indígena, baseada na experiência do campo e nas necessidades inadiáveis da tropa; colhidos bons ensinamentos das guerrilhas e aproveitados com criterioso empenho e sem pretensões, os ardis táticos que praticam os cangaceiros em cansando-se com as modalidades do solo e com o trançado dos matagais; tendo em vista, por fim, as comunicações dificílimas sob todos os aspectos, o que não acontece com as nações onde, sequiosos, buscamos táticas (PEIXOTO, 1995b, p. 29-30).

A proposta desse oficial é de que se deveria nacionalizar a tática, melhorando o sistema de guerrilha do sertanejo brasileiro, opinião compartilhada por J. Pinto Soares (1931), outro oficial atento às decisões do comandante-em-chefe presente no campo de batalha.

A crítica à importação de estratégias européias é indicativa da resistência de alguns oficiais em relação às ordens de Setembrino de Carvalho. Ainda não estão devidamente explorados os casos de insubordinação militar nessa campanha, mas, pelas reclamações do comandante, é possível detectar sua existência e avaliar

---

[45] ADN, nº. 13, 10 out. 1914, p. 1.

seus efeitos. Em seu relatório, o comandante-em-chefe se manifesta a esse respeito:

> Domina ainda uma parte considerável de nossa oficialidade, o preconceito estéril de que não se aplica, à nossa gente e às nossas guerras, a doutrina militar germânica ou francesa.
> Pretende-se orgulhosamente que haja uma estratégia e uma tática nacionais. E nesse ansiar presunçoso por uma emancipação espiritual absoluta, vamos ao ponto de esquecer que, na primeira como na última, há princípios gerais e irredutíveis, centralizando os processos efetivamente variáveis com a época, com o teatro da guerra, com o gênio particular de cada povo (CARVALHO, 1916, p. 137).

Apesar da resistência, o general levou adiante os seus planos e os impôs à oficialidade em ação. Também conseguiu aumentar o número de militares em sua expedição. Diferentemente da primeira leva de soldados, a maior parte dos novos recrutados era proveniente da região Nordeste do país, principalmente de Alagoas, Paraíba, Bahia e Pernambuco. O efetivo foi elevado a um número aproximado de 8 mil homens.

TABELA 2
COMPOSIÇÃO ESTIMADA DAS FORÇAS MILITARES EM OPERAÇÕES NO CONTESTADO EM JANEIRO DE 1915

Coluna	**COMANDANTE**	**Nº. homens**
Norte	Tenente-Coronel Manoel Onofre Muniz Ribeiro	1.700
Oeste	Coronel Eduardo Arthur Sócrates	2.000
Leste	Tenente-Coronel Julio César Gomes da Silva	1.000
Sul	Coronel Francisco Raul d´Estillac Leal	2.000
TOTAL		**6.700**

Fonte: Queiroz, 1981

Os números acima não incluem os civis incorporados. Os chamados vaqueanos somavam mais de mil. Frank McCann (2007, p. 187) nos informa que, no total, Setembrino de Carvalho dispôs de exatos 6.408 homens entre civis e militares; em fins de março, o comandante das operações no Contestado solicitou ao ministro da Guerra instruções para a retirada das tropas e apresentou os seguintes números: “tenho para mais de seis mil homens o grande material a retirar do Contestado e quero executar metodicamente como aprendizagem para

mim e oficiais Estado-Maior".[46] Como vemos, esse número dizia respeito apenas aos soldados do Exército, excluindo as forças policiais do Paraná e de Santa Catarina e os vaqueanos, logo, o número aproximado de 8 mil homens no total nos parece o mais confiável.

Apesar dos recursos humanos e financeiros mobilizados em função do estado de guerra decretado na região, passados quatro meses da atuação de Setembrino como comandante no Contestado, a imprensa continuava denunciando as baixas militares, o descontentamento dos soldados, a má administração da guerra, os soldos atrasados, a falta de medicamentos, a alimentação deficiente, as degolas etc. O general também se desentendeu com o presidente do Estado de Santa Catarina, Felipe Schimdt, então coronel do Exército, em função das suas propostas de delimitação de limites na região. Todos esses fatos levaram Setembrino de Carvalho a solicitar, oficialmente, sua demissão do cargo.

> Não somente porque o cargo de inspetor permanente nesta região compete a um general-de-divisão, como também porque, devido anormalidades nos Estados Paraná e Santa Catarina, acha-se aquela autoridade investida de poderes especiais para o restabelecimento da ordem nos referidos Estados, o exercício do cargo por um general-de-brigada no momento atual reveste-se da confiança nele depositada pelo governo da República, o que é ainda corroborada pela doutrina seguida na indicação ao comando superior em operações de guerra; em tais condições, unicamente por motivos de escrúpulos, venho respeitosamente depositar nas mãos do Exmo. Sr. Presidente da República por intermédio de V. Excia. o pedido de demissão do cargo de Inspetor Interino desta região com que fui por decreto de 26 de agosto findo, honrado pelo governo do Exmo. Sr. Marechal Hermes da Fonseca. Respeitáveis saudações. General Setembrino.[47]

Percebe-se, na citação acima, que pesava contra Setembrino de Carvalho o fato de não ser general-de-divisão, patente adequada para o comando de uma operação como a do Contestado.[48] De acordo com McCann (2007), o posto de general-de-brigada que Setembrino ostentava fora concedido pelo presidente Hermes da Fonseca pouco antes de enviá-lo para resolver o conflito no Ceará, o que o colocava sob o fogo cerrado da imprensa de oposição e como alvo preferencial das críticas das elites catarinenses, que não viam nele autoridade suficiente para arbitrar a questão de limites com o Paraná.

---

[46] Telegrama ao ministro da Guerra, 30 mar.1915.
[47] Telegrama ao ministro da Guerra, 17 nov. 1914.
[48] O Exército contava com três graus hierárquicos de generais: marechal, general-de-divisão e, em último lugar, general-de-brigada. (Cf. ALBUQUERQUE, 1911, p. 191).

A recusa do ministro da Guerra em aceitar a demissão de Carvalho foi um sinal de que teria liberdade para levar adiante sua estratégia de guerra. Enquanto esteve no comando das operações militares no Contestado, o general fez alianças com lideranças políticas locais, defendeu os interesses da empresa norte-americana responsável pela construção da estrada de ferro e pela exploração de madeira na região, mandou erguer pontes, fez novas cartas geográficas, realizou várias manobras militares para provar a disciplina e o profissionalismo dos soldados, estabeleceu novos regulamentos militares.

Ao deixar o campo de batalha, em maio de 1915, Fernando Setembrino de Carvalho levaria consigo uma experiência que lhe garantiria um futuro promissor nas Forças Armadas brasileiras: os mais altos postos da política militar no Brasil.[49]

1.5 O CONTESTADO E A HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Durante sua estada no Contestado, Setembrino de Carvalho lutou para aplicar no *front* os mais avançados recursos bélicos disponíveis no país. Como comandante, fez dessa guerra uma das maiores operações militares já executadas pelo Exército em solo brasileiro. Todas as armas foram acionadas. O Serviço de Aviação, em caráter experimental na corporação, foi levado para o campo de batalha sob a condução do oficial Ricardo Kirk e do civil italiano Ernesto Darioli. Setembrino planejou convocar a Marinha para o campo de batalha, com o objetivo de fiscalizar a navegação no rio Iguaçu, por onde se acreditava eram transportados alimentos, armas e munições que abasteciam os redutos.

> Invoquei, neste sentido, o auxilio do Sr. Ministro da Marinha, almirante Alexandrino de Alencar, que mandou, prestes, apresentar-se-me o capitão Plínio Rocha, expedindo, sem tardança, para o porto de Paranaguá, o cruzador República, destinado a fornecer os elementos precisos à armação de pequenina frota.
> Todos e tais, porém, foram os empecilhos, que no fim de pouco tempo eu me via forçado a desistir da empresa, agradecendo, penhorado, ao ilustre almirante, o patriótico empenho que pusera em facilitar-me a dificílima tarefa (CARVALHO, 1916, p. 46).

---

[49] Fernando Setembrino de Carvalho foi nomeado Inspetor dos Serviços Administrativos da Guerra, em 1916, promovido a general-de-divisão a 12 de janeiro de 1918, comandante da 4ª Região Militar com sede em Juiz de Fora (MG), em 1919, chefe do Estado-Maior do Exército em 1922, promovido a marechal reformado a 10 de setembro de 1924 e ministro da Guerra na presidência de Arthur Bernardes, entre 1922 e 1926 (CARVALHO, 1950, p. 14-15).

Diante de todas essas iniciativas, constatamos que a Guerra do Contestado acenava como uma oportunidade ímpar de dar visibilidade ao projeto de modernização do exército brasileiro e, mais que isso, de conectar a história do Exército à história da república implantada no Brasil.

Em muitos pontos a ação de Fernando Setembrino de Carvalho, no comando das operações no Contestado, se assemelha à dos "jovens turcos", como a adoção de regulamentos alemães, defesa da implementação do sorteio militar, discurso de neutralidade política do exército, a idéia de que as Forças Armadas estavam acima das lutas políticas do país.

O que verificamos, em conformidade com Leila Capella (1985), ao relacionar a Guerra do Contestado com a modernização do exército, é que ela serviu de um grande laboratório para as inovações propostas. Da articulação política à experimentação de novos equipamentos bélicos e de estratégias de guerra, esse conflito serviu de grande lição para a história militar brasileira. Apesar disso, pouca relevância tem sido dada a ele pela historiografia militar.

No ano de 1942 Gustavo Barroso, intelectual conhecido pela sua atuação como criador do Museu Histórico Nacional e como um dos grandes propugnadores do Integralismo no Brasil, afirmaria a necessidade de cultuar os feitos guerreiros do passado brasileiro: "pode-se afirmar, sem receio de exagero, que a História Militar do Brasil é uma das mais brilhantes do mundo, porque, de fato, é a mais brilhante da América e talvez a mais brilhante entre as dos países novos neste e no outro hemisfério" (BARROSO, 1942, p. 401). Com essa matéria, Barroso estabeleceu uma pauta para a escrita da história militar do Brasil, que, como ele mesmo observou, poderia ser chamada também de "História Militar Brasileira, História do Exército Brasileiro ou História das Instituições e Campanhas Militares do Brasil" (BARROSO, 1942, p. 404).

Sua proposta foi dividida em doze pontos, com minuciosa subdivisão interna para cada um deles, contemplando a história da organização das forças armadas, das unidades do Exército, da indumentária e da música militar, das fortificações brasileiras, das doutrinas militares; ele propunha ainda uma história das principais figuras militares do país e até da tradição militar, na qual incluía o folclore militar, as bandeiras e medalhas. Outros pontos foram listados, mas gostaríamos de destacar o item de número VII, denominado "História das guerras internas" (1942, p. 411-412), ele foi subdividido em quatro tópicos, a saber: a)

expedição de penetração do território [entradas e bandeiras]; b) lutas para a defesa do território, contemplando a expulsão de estrangeiros (franceses, ingleses, holandeses e castelhanos); c) "expedições punitivas" [Palmares e Canudos] e d) lutas civis. Nesta categoria, Barroso listou quinze pontos, que começam com a Revolução de 1817, passam pelas revoltas regenciais e vão até a Revolução Constitucionalista de 1932.

A taxonomia acima não inclui a Guerra do Contestado nem mesmo naquilo que o autor chamou de *"expedições punitivas"*. Barroso, atento às classificações, ignorou completamente o conflito ocorrido no Sul. Os motivos não são claros, mas é certo que não foi por desconhecimento.[50] De qualquer forma o tópico **c)** nos mostra a visão tradicional do autor em relação aos movimentos sociais do Brasil. José Neves Bittencourt (2003, p. 166) tenta justificar a ausência, alegando que "Barroso escrevia, por certo, de improviso, mais ou menos como quem prepara uma aula, e não deve ter lembrado de diversos outros levantes que fariam por merecer 'Expedições punitivas'". O mesmo pesquisador emenda:

> Barroso via a formação social brasileira como uma espécie de reino da desordem, tanto é que se refere ao País como "de origem e formação tumultuária". E vê o Exército como uma "ordem permanente", capaz de garantir a continuidade da vida nacional. Quer dizer, o Exército é uma espécie de vanguarda armada do Estado, que inclusive possibilita a implantação deste. Por sobre o tumulto prevalece, pois, a ordem (BITTENCOURT, 2003, p. 166).

Acrescentaríamos que tal visão é coerente com o pensamento integralista de Barroso. Movimentos como Contestado, Canudos, Palmares e tantos outros ligados à luta popular só ganham espaço como passíveis de punição por desafiar a ordem que teria seu braço forte, na sua visão, nas Forças Armadas.

Se Barroso excluiu o movimento do Contestado do repertório da história militar do Brasil, outro intelectual de geração posterior, e decerto de outra filiação teórica-política, o mencionaria, mesmo que em breves linhas. Trata-se de Nelson Werneck Sodré que publicou no ano de 1965 a obra *História militar do Brasil*.

No livro de Sodré constatamos uma referência passageira à Guerra do Contestado. A fonte do intelectual marxista foi o livro de Rui Facó, *Cangaceiros e*

---

[50] No capítulo III, analisaremos o papel de Barroso na construção de uma memória militar no Brasil e apresentaremos algumas pistas da sua relação com a Guerra do Contestado.

fanáticos.[51] O registro está inserido no capítulo intitulado "O latifúndio contra o Exército" que, como sugerido no título, se propõe a mostrar os conflitos entre os proprietários de terras e os oficiais do Exército enviados para reprimir rebeliões no interior do Brasil. O tópico é concluído com a constatação de que "pouco a pouco, as Forças Armadas vão se tornando [...] de instrumento inadequado do latifúndio em instrumento da burguesia em ascensão, participando das transformações em que esta participa, e até como de suas forças de vanguarda, até o Tenentismo, quando a fase se encerra" (SODRÉ, 1968, p. 232). É nesse contexto que a Guerra do Contestado aparece, ou seja, para denunciar o papel que o Estado brasileiro delegava ao Exército, para sufocar movimentos sociais "em áreas de predomínio de relações feudais" (SODRÉ, 1968, p. 194). O que Sodré pretendia com essa abordagem era mostrar as raízes de uma formação popular e democrática no exército brasileiro.

Com a mesma vertente interpretativa de Werneck Sodré é que destacamos a ausência dos acontecimentos do Contestado na formação daquilo que João Quartim de Moraes (1991) chamou de "esquerda militar no Brasil". Ele cita a Revolta da Chibata, as revoltas salvacionistas em Pernambuco, no Ceará, em Alagoas e até na Paraíba, mas nada fala sobre a Guerra do Contestado.

Talvez a maior contribuição de Sodré à articulação do Contestado com a história militar brasileira esteja na reprodução de uma discussão, travada durante reunião no Clube Militar, no contexto das revoltas tenentistas da década de 1920 (SODRÉ, 1968, p. 202-208), entre o tenente Adrúbal Gwaier de Azevedo e dois oficiais que haviam tido papel de destaque no conflito do Sul do Brasil: Fernando Setembrino de Carvalho e Tertuliano Potiguara. Gwaier acusa o primeiro de ter desviado verbas da guerra e o segundo, de responsabilidade pela morte de vários soldados num ataque considerado suicida. Essa é uma informação que não deve ser subestimada, pois, passados sete anos, os episódios desenrolados no Sul do Brasil permaneciam na memória dos oficiais do Exército. Observe-se, ainda, que foram resgatados como elementos de luta por um jovem oficial ligado ao

---

[51] O livro de Rui Facó foi publicado pela primeira vez em 1963, pela editora Civilização Brasileira. Antes disso, versões iniciais de alguns capítulos foram publicadas no final da década de 1950, em revistas especializadas no Brasil e na União Soviética (Cf. prólogo escrito pelo autor). O livro se tornou um clássico da interpretação sociológica sobre os movimentos sociais do interior do Brasil. A última versão do livro – 9ª edição – foi feita em 1991 pela editora Bertrand Brasil.

"tenentismo" uma das mais relevantes experiências de contestação da ordem militar surgidas no interior do próprio Exército.

Recentemente, o livro *Nova História Militar Brasileira* (2004) organizado por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, reuniu dezessete ensaios sobre a história militar do Brasil. Os organizadores não se propuseram a dar conta de todos os episódios militares, ocorridos nos mais de quinhentos anos de história do país, mas a apresentar uma amostra das pesquisas atuais desenvolvidas em instituições acadêmicas, que tivessem os militares como objeto. Contudo, vale registrar a ausência das guerras de Canudos e do Contestado entre os títulos selecionados para compor a obra.

Leila Capella é uma das poucas pesquisadoras a relacionar a Guerra do Contestado com a modernização do exército na bibliografia que levantamos. Em dissertação de Mestrado defendida em 1985, analisou as matérias sobre o conflito publicadas em ADN e destacou o papel desta revista na discussão travada pelos "jovens turcos" acerca da defesa nacional no Brasil.

O objetivo da autora, ao analisar o destaque dado ao Contestado na revista militar, foi mostrar de que forma seus colaboradores construíram a imagem de um inimigo interno que deveria ser combatido e como essa construção contribuiu para conferir maior legitimidade à proposta de modernização militar defendida pelos "jovens turcos": "A análise da Guerra do Contestado, do ponto de vista de *A Defesa Nacional*, nos permite ver de perto como os reformadores pensavam esses "inimigos" no justo momento em que atuavam" (CAPELLA, 1985, p. 196). Ela também reconheceu que o conflito serviu de laboratório para as experiências dos reformadores:

> A guerra civil apresentava pontos positivos para os "jovens turcos": a possibilidade de testar os conhecimentos adquiridos nos estudos com mestres e manuais estrangeiros e, ainda, demonstrar a importância do Exército para a vida nacional, abrindo caminho, em conseqüência, para a obtenção de melhores fatias do orçamento federal (CAPELLA, 1985, p. 198).

Nesse trabalho pioneiro, Leila Capella articulou a modernização do exército com a história social e política do Brasil na Primeira República, sem negligenciar as várias frentes de luta na batalha pela profissionalização do Exército: de um lado os "jovens turcos" e os membros da *Liga de Defesa Nacional*; de outro, os sargentos rebeldes da década de 1910 e os trabalhadores

organizados de inspiração socialista e anarquista. No meio desse redemoinho, ela deu visibilidade às idéias dos "jovens turcos" bem como contextualizou tais idéias com a luta pela implementação do sorteio militar, a Primeira Guerra Mundial e a Guerra do Contestado.

Mas Capella não é a única entre os pesquisadores a articular a Guerra do Contestado com a história militar brasileira. O historiador norte-americano Frank McCann vê o conflito como uma das importantes experiências do Exército em sua luta pela profissionalização. Além disso, assinala que pelo menos três ministros da Guerra, de destacada atuação na história política do Brasil, foram veteranos do Contestado: Setembrino de Carvalho (1922-1926), Nestor Sezefredo dos Passos (1926-1930) e Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (1954-1960).

McCann identificou, ainda, um "jovem turco" entre os combatentes do Sul do Brasil: o segundo-tenente Mario Travassos, ao qual acrescentaríamos, como já mencionado, o nome do primeiro-tenente J. de Souza Reis Netto, um dos fundadores de ADN e redator dos primeiros números, ao lado de Bertholdo Klinger e de Leitão de Carvalho. McCann apontou, também, como combatentes no Contestado, dois oficiais que participariam, na década de 1920, do movimento tenentista: os segundos-tenentes Euclides Hermes da Fonseca, que comandou o forte de Copacabana em 1922, e Heitor Mendes Gonçalves. Em seu balanço sobre o papel da Guerra do Contestado na história militar brasileira, o autor conclui:

> Na época da Revolução de 1930, havia 109 veteranos (15%) entre os 716 oficiais da ativa que foram comissionados a tempo de servir no Contestado. Nas décadas seguintes, no mínimo 26 (24%) chegaram ao generalato. Seis deles figuravam entre os 33 generais-de-divisão e generais-de-brigada em 1930. *Se a experiência do Contestado não esclareceu a oficialidade sobre as realidades e problemas do Brasil rural, é difícil imaginar o que poderia tê-lo feito* (McCANN, 2007, p. 212, grifo nosso).

Concordamos com McCann, quando afirma que a experiência do Contestado deve ter marcado os rumos profissionais e a formação política de muitos oficiais do Exército; mas acreditamos que, essa relação necessitaria ser investigada com minúcia. O historiador certamente reconhece que não foi a atuação no Contestado que predestinou os oficiais ao sucesso político-militar; relação tão direta nos levaria à compreensão da história como encadeamento progressivo que conduziria os personagens inevitavelmente a fins determinados. Uma operação matemática não consegue explicar a promoção a general de

determinado oficial que fora capitão no Contestado; no entanto, tais números certamente nos oferecem índices a serem investigados, e essa é uma das grandes contribuições de Frank McCann ao estabelecer as conexões da revolta ocorrida no Sul com a história política e militar do Brasil. Neste sentido, merece destaque, também, sua observação de que "O Contestado continuou a ser, por vários anos, um importante elemento da memória institucional do Exército" (McCANN, 2007, p. 212), lembrando que, durante a década de 1970, "quando o exército estava às voltas com ações de guerrilha, o estudo do Contestado e de Canudos fazia parte da preparação exigida dos oficiais selecionados para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército" (p. 213).[52]

O Contestado realmente marcou a memória institucional do Exército brasileiro; porém, acreditamos que é necessário aprofundar as investigações acerca da relação desse conflito com o contexto da modernização militar, relacionando-o com o momento de construção de uma identidade nacional republicana no Brasil. Em outras palavras, acreditamos que é preciso articular a história militar com a história política, intelectual e social do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Além disso, faz-se mister estudar os arquitetos da construção dessa memória, explicitar seus respectivos projetos, nomes e obras, para então entendermos a lógica de fixação desse conflito na memória do Exército. É isso que tentaremos empreender nas páginas seguintes, ao analisar o contexto da guerra e o esforço de alguns oficiais em construir a versão oficial da intervenção militar no Contestado para a posteridade, colocando o Exército brasileiro em primeiro plano.

---

[52] Ver, por exemplo, ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Guerras insurrecionais no Brasil (Canudos e Contestado). Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1966.

2 A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA: A GUERRA DO CONTESTADO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA MILITAR

2.1 - MEMÓRIA E INSTITUIÇÃO

Ao falarmos de memória, geralmente a primeira idéia que nos ocorre é a da memória oral que, por sua vez, remete à memória individual. Quem lembra é o indivíduo, bem o sabemos, mas também os grupos sociais possuem uma memória, assim como as instituições. A memória coletiva, termo se não cunhado, ao menos consagrado pelos estudos realizados por Maurice Halbwachs (2006) nos remete ao fato de que os indivíduos necessitam se ver como pertencentes a um mesmo corpo social. Para isso recorrem a experiências comuns que, por sua vez, dão contorno à memória coletiva. De acordo com Jean Duvignaud, em apresentação que faz do livro de Halbwachs (2006, p. 13), "a consciência jamais está encerrada em si mesma, não é vazia nem solitária. Somos arrastados em inúmeras direções, como se a lembrança fosse uma baliza que permitisse nos situarmos em meio da variação constante dos contextos sociais e da experiência coletiva histórica". Para Halbwachs os indivíduos herdam experiências alheias, seja dos familiares, dos colegas de trabalho, ou mesmo da instituição à qual estão ligados, e fazem dessas experiências memória própria. Diante da constatação de que há uma imbricação da memória individual com a dos grupos, Maurice Halbwachs chegou a desconfiar da memória individual e a defender que, em última análise, toda memória é coletiva, pois mesmo sendo o indivíduo seu portador, ele recorre a objetos exteriores para construí-la.

Para Michel Pollak (1992, p. 1), o sociólogo francês dá ênfase "à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade"; nesse sentido, Halbwachs não se preocuparia tanto em destacar os conflitos presentes na construção da memória do grupo, mas os fatores que lhe dão coesão. Na interpretação de Pollak (1992, p. 1), Halbwachs acredita que "a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva". Duvignaud (2006, p. 12) ressalta, por sua vez, que para Halbwachs "a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos".

O cientista francês da primeira década do século XX, com os pés firmados na tradição durkheimiana, estava mais preocupado, como dito acima, com a coesão do grupo identificado em torno de valores comuns do que nos embates inerentes à construção da identidade grupal. Uma abordagem que coloque os conflitos no cerne do trabalho de enquadramento da memória coletiva oferece ao cientista a possibilidade de desnaturalizá-la, uma vez que geralmente ela aparece cristalizada no seio de determinado grupo. Ao se explorar a construção da memória coletiva tendo como referência o conflito e não a harmonia, é possível identificar os sujeitos individuais e coletivos presentes no enquadramento da memória social. Essa é a proposta levada adiante por Michel Pollak (1989). Ele se empenhou em trabalhar com a memória dos excluídos, ou melhor dizendo, com a resistência dos excluídos no processo de enquadramento da memória social, o que ele denomina "memória subterrânea". Sua proposta é a de mostrar o momento em que a memória oficial é questionada ao entrar em disputa com a memória dos excluídos: vale ressaltar que as opções feitas por Michel Pollak emergem da leitura crítica efetuada da obra de Maurice Halbwachs.

Na mesma trilha desses intelectuais, propomo-nos a discutir a construção de uma memória militar republicana no Brasil durante a Primeira República. Tal como Pollak e Halbwachs, acreditamos que os períodos de instabilidade política reforçam o empreendimento de enquadramento da memória. No caso brasileiro, verificamos que após duas décadas de experiência foi feita uma avaliação dos rumos do regime republicano no país (OLIVEIRA, 1990). O inicio do ano de 1910 seria um marco importante nesse contexto, uma vez que a campanha presidencial, que opôs Rui Barbosa ao oficial do Exército Hermes da Fonseca, dividiria as elites políticas conformadas até então no pacto oligárquico consolidado por Campos Salles. Emilia Viotti da Costa (1987, p. 280), em análise historiográfica feita sobre as versões construídas pelos intelectuais acerca da proclamação da República no Brasil, destaca que, após a defesa dos contemporâneos à derrubada da monarquia – republicanos e monarquistas –, seria a vez de as teorias civilistas e militaristas influenciarem as interpretações acerca da instauração da república: "Uma reivindicava para os militares, outra para os civis a glória do movimento. Uma condenava a atuação dos militares na política, considerando-a nociva. Outra acentuava os benefícios que tinham decorrido daquela intervenção". De acordo com Viotti (1987) o maior nome da vertente

antimilitarista é Tobias Monteiro, com a publicação de *Pesquisas e depoimentos para a História*. O livro foi lançado em 1913, portanto, durante o quadriênio de Hermes da Fonseca. A historiadora identifica em Monteiro uma das primeiras versões que designam os militares como instrumentos nas mãos dos políticos.[53] Na síntese que faz do trabalho desse intelectual, Viotti afirma que ele defendia que o papel do Exército deveria se restringir a garantir a ordem interna e a paz com o estrangeiro, e acrescenta que, para Tobias Monteiro:

> Em vez disso sempre que se oferece uma situação delicada, em que um 'elemento estranho' possa 'desviar o eixo da política', não falta quem esteja disposto a acordar nos quartéis os soldados de prontidão e os venha trazer pelo braço, como salvadores do momento que transformam a espada em talismã (COSTA, 1987, p. 282).

Vale destacar que nesse mesmo período de embate entre civilistas e militaristas o Estado Nacional buscava se firmar por meio de iniciativas exploratórias e civilizatórias, tais como a instituição de fronteiras nacionais internas e externas, a repressão a movimentos de contestação da ordem política vigente – como foi a Guerra do Contestado, em 1914 –, a imposição de uma política econômica que assegurasse a supremacia do Estado sobre o vasto território brasileiro. Outras iniciativas foram projetos como a *Comissão Rondon* e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré que tinham como parte do seu programa avançar no interior do Brasil para integrar a massa sertaneja ao Estado-Nação. Temos ainda a formação da *Liga de Defesa Nacional*, criada em 1916, para catequizar conforme os ditames cívicos.

Nesse esforço de construção de uma nacionalidade republicana para o Brasil, os militares, particularmente os oficiais do Exército, desempenhariam papel significativo. Em primeiro lugar, na cisão político-ideológica entre liberais e positivistas dos primeiros anos da República, emergiria um grupo de oficiais que

---

[53] A idéia de que os militares, particularmente o presidente Hermes da Fonseca, foram títeres dos velhos políticos que administravam o país durante a Primeira República está presente na historiografia tradicional que tem esse período como objeto. Pode ser encontrada em Bausbaum (1986), em Carone (1977) e até mesmo em Werneck Sodré (1968). Esse historiador afirma que "A sucessão conturbada de Afonso Pena viria trazer a participação dos militares de terra ao primeiro plano, desde que o florianismo fora liquidado. Aí surgiu a manobra sagaz de Pinheiro Machado que, representando as forças oligárquicas, conseguiu articular a candidatura do próprio ministro da Guerra do governo Pena, o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, cindindo no nascedouro as forças populares, de que o Exército era componente poderoso" (SODRÉ, 1968, p. 190). Vale lembrar, conforme já assinalado no capítulo anterior, que o lançamento do nome de Hermes da Fonseca não foi iniciativa de Pinheiro Machado, mas de oficiais do Exército que participaram da primeira administração militar no governo do país, quando da proclamação da República, entre eles, Jacques Ouriques e Mena Barreto (CUNHA, 1976).

propunham tutelar a política nacional, prometendo conduzir o país para os rumos do progresso e a instituição militar, para os limites corporativos. Isso significa que o esforço de construir uma identidade nacional coincide com o desejo do Exército brasileiro de instituir sua própria identidade corporativa, por meio de um projeto de modernização das Forças Armadas, que tinham, na implementação da lei do sorteio militar, a grande bandeira de luta. Esse esforço antecede o surgimento dos "jovens turcos", mas foi catalisado pela coesão dos oficiais treinados na Alemanha bem como aos que a eles se associaram. Identificamos tal esforço como pertencente à tentativa de construção da memória institucional para o Exército brasileiro.

Diante do exposto acreditamos que a intensificação da campanha de modernização militar, na década de 1910, merece ser vista não somente como tentativa de construir uma política institucional para o Exército, mas também como um processo de enquadramento da memória militar. Isso se daria por meio de iniciativas como publicações específicas – nesse sentido a ADN, criada em 1913, ocuparia um papel central –, maior empenho em garantir a disciplina e a hierarquia no Exército e também solidificar uma história de luta e de glória em suas ações militares.

Sabemos que a guerra é um fator de grande peso para a construção de identidades. O confronto com o outro, principalmente em casos-limite como o imposto pela violência de uma ação beligerante, leva os sujeitos envolvidos, e também os expectadores, a afirmarem seus próprios valores. Acreditamos que a Guerra do Contestado circunscreve um momento importante na formulação dos projetos militares na história do Brasil. Em primeiro lugar, a intervenção federal nesse conflito traz à tona a experiência político-militar de Canudos e, em segundo lugar, o papel do Exército na defesa interna do país, bem como nos jogos políticos vigentes. Emergiu, dentro desses limites, um esforço por parte dos intelectuais civis e militares em fixar a memória do Exército em sintonia com o projeto republicano em elaboração. Diante disso, a construção da memória corporativa do Exército não se deu, ao menos nesse momento, em total oposição ao mundo civil.

O Exército buscou integrar sua memória institucional nos quadros da memória nacional e fazer da sua história a história do Brasil. O esforço nos parece diferente daquele abordado por Amanda Mancuso (2007), ao analisar o discurso subjacente nos volumes da História do Exército brasileiro (HEB), obra publicada

durante a década de 1970. A pesquisadora mostra que, no contexto da ditadura, a publicação de história militar feita pela força terrestre tentava inserir a instituição nos quadros da política nacional. Nesse sentido, podemos observar que havia o entendimento de que a história militar, embora se aproximando da história nacional, dela se diferenciava; além disso, a construção dessa história, como Mancuso nos alerta, tinha como função maior reforçar os laços de identidade corporativa em oposição ao mundo civil.

Com a HEB temos um gênero consolidado: a história militar brasileira. Ele é decorrente da própria profissionalização das Forças Armadas, tal como se deu a partir da década de 1930. No inicio do século, ao menos para os livros escritos pelos oficiais do Exército sobre a atuação militar na Guerra do Contestado, a corporação vivia outra fase de desenvolvimento institucional. Não era tanto uma história militar intra-muros o que se propunha, e se fez, mas uma história da guerra com fronteiras abertas para os demais gêneros, tal como a literatura, a antropologia, a memória e a história.

Ao pensar o exército como uma instituição que está construindo sua memória coletiva, teremos a oportunidade de analisar não somente o processo de construção dessa memória, como também os personagens e conflitos presentes nesse esforço. Diante disso, gostaríamos de destacar que entre os grandes desafios enfrentados pelos militares estava a imagem que o Exército brasileiro tinha no país. Para muitos, uma instituição corrompida pelos vícios morais tais como sodomia, embriaguez, furtos, castigos corporais etc. (BEATTIE, 2001); para outros, principalmente para uma jovem oficialidade identificada com os “jovens turcos”, um exército corrompido pelos vícios da política partidária. Em meio a essas representações, havia ainda a imagem de uma instituição que carregava o peso de possuir baixo treinamento e parcos equipamentos bélicos, por conseguinte, totalmente despreparada para assumir com êxito qualquer função a ela destinada.

A atuação militar em Canudos teria um peso significativo nessa última imagem, uma vez que os erros cometidos contra os conselheiristas macularam a imagem do Exército, expondo as práticas bárbaras da força terrestre na aplicação da justiça bem como seu despreparo para defender o país. O trauma estabelecido na memória institucional do Exército, assim como na memória nacional, aparentemente se consolidou a partir da crítica efetuada pelo livro de Euclides da

Cunha, publicado pela primeira vez em 1902 e celebrado pela geração intelectual do início do século XX como uma das mais importantes expressões do pensamento social brasileiro.[54] Nesse sentido, o trauma é entendido como uma experiência que marcou negativamente a atuação do exército como instituição, o que, por sua vez, traria conseqüências para a construção da memória militar.

O desafio apresentado aos oficiais modernizadores estava em como compatibilizar uma força como aquela que lutou em Canudos com uma que tentava se aproximar do modelo militar prussiano. Para uma corporação que tem como marco a disciplina e a exaltação de suas ações, Canudos foi um golpe forte. Seria preciso não só tempo, mas nova oportunidade para reconstruir essa memória. Se na década de 1910 a sociedade brasileira resistia à conscrição era porque um conjunto de experiências era acionado em desvantagem para as Forças Armadas. Tal fato certamente boicotava o projeto de modernização no momento em que o Exército almejava firmar-se como um grupo confiável no jogo político. Era preciso agir. Urgia estabelecer novas estratégias para convencer o país da necessidade de investir nas suas Forças Armadas.

A Guerra do Contestado entra nessa história como uma oportunidade ímpar para o restabelecimento do exército nos jogos de poder.[55] A idéia que temos é que a força terrestre levou para o campo de batalha dos sertões sulinos não apenas novas estratégias militares, novos equipamentos bélicos como os aeroplanos, as *Mausers* e *Krupps* de fabricação alemã, mas também os valores republicanos e a honra ferida pela Guerra de Canudos. Se isso não foi uma atitude da maioria, haja vista que muitos soldados certamente não se identificavam totalmente com o Exército, ao menos foi um empenho de alguns oficiais que nomeamos de historiadores de farda.

---

[54] *Os sertões* elevou Euclides da Cunha ao panteão intelectual tão logo foi lançado em 1902. Já em 1903 foi eleito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e para a Academia Brasileira de Letras. O livro também teve um sucesso editorial inédito no país. Conforme Walnice Galvão (2004, p. 523) foram feitas três edições subseqüentes de *Os sertões*: 1902, 1903 e 1905, com estimada tiragem de seis mil livros. Luiz Costa Lima (1997: 15) acrescenta que “para um escritor que vivia fora das redações e das rodas literárias da capital, que se lançava com um grosso livro (...) e dependente de um público pouco afeito a leituras sérias, o êxito de venda era surpreendente”.

[55] Vale observar que a guerra não foi criada para atender aos interesses da modernização militar, mas serviu de campo de experiências e de vitrina para as reformas. Muitas questões defendidas pelos “jovens turcos” foram debatidas pelos oficiais em campo de guerra, assim como a ADN noticiou e analisou as ações militares em desenvolvimento no Contestado.

2.2 À SOMBRA DE CANUDOS

Menos de quinze anos haviam se passado desde a Guerra de Canudos e a imprensa alardeava a reunião de fiéis em pregação mística no interior de Santa Catarina, relacionando-a com o episódio baiano:

> A semente talvez de um novo Canudos começa a germinar no interior do Estado, na fazenda Irani, cerca de 11 léguas de Palmas [PR], e que pertenceu a uma companhia e que hoje é, em grande parte, habitada, segundo dizem, por bandidos que ali se introduziram e que, pelo terror, trazem em sobressalto as populações vizinhas.[56]

A matéria foi publicada no contexto do primeiro combate travado entre as forças policiais paranaenses e os seguidores de José Maria. A alcunha de monge ficava por conta da crença popular, pois na verdade José Maria, como os demais homens "santos" que transitaram pelo planalto catarinense, não possuía formação religiosa oficial. Era pelo comportamento, pelos conselhos, pela vida pobre e muitas vezes contemplativa que mereciam o título de monge. O fato não passou despercebido pela imprensa. Pouco antes do combate do Irani, um periódico carioca já fazia troça da santidade do andarilho e curandeiro que perambulava na região.

> O que está apurado, afinal, a respeito do fanático José Maria é o seguinte:
> - Que é monge falso;
> - Que faz curas;
> - Que fala mal da República.
> Mas senhores! E por isso querem dar cabo do pobre sertanejo? Estamos num país em que quase tudo é falso. Que mal faz que haja um monge que não seja verdadeiro?
> Faz curas? Onde fica a liberdade de profissão do Rivadávia? E por que se há de perseguir um homem que cura quando os que matam ficam impunes?
> Fala mal da República? Ora tenham a bondade de apresentar-nos uma pessoa que fala bem dela![57]

A nota humorística, retirada da seção *"Pingos e Respingos"* do jornal *Correio da Manhã* (RJ), resume à sua maneira as características do monge. Sua principal atribuição era curar as pessoas por meio de medicamentos elaborados com ervas e orações. A presença de "homens santos", como se dizia à época, era uma constante nos sertões catarinenses.

---

[56] *Folha do Comércio*, Florianópolis, 30 out. 1912.
[57] Ibidem.

Os pesquisadores registram pelo menos dois outros místicos que passaram e deixaram marcas na fronteira do Paraná com Santa Catarina. O primeiro, denominado João Maria de Agostinho, teria passado pela região no final da década de 1840; o segundo, João Maria de Jesus, apareceu entre os federalistas por volta de 1893, identificando-se, ao que parece, com a causa dos maragatos.[58] As pistas sobre José Maria de Jesus, o terceiro "monge", remontam ao ano de 1912, contexto da "política salvacionista", da construção de uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, e da exploração madeireira internacional na região. José Maria seguia as mesmas práticas dos demais; no entanto, um desentendimento com o titular da Superintendência Municipal de Curitibanos, Francisco Albuquerque, no ano de 1912 rendeu-lhe uma denúncia ao governo catarinense. Albuquerque informava que havia um ajuntamento de monarquistas armados em Taquaruçu, comunidade ligada politicamente a Curitibanos (FACHEL, 1995). [59]

A denúncia surpreende pelo argumento, uma vez que para alguns historiadores a Revolta da Vacina marcou o último suspiro do movimento monarquista no Brasil.[60] Como bem destacado por Paulo Pinheiro Machado, a denúncia de monarquia não convencia nem mesmo os contemporâneos, o que pode ser comprovado pela correspondência do também superintendente da vila catarinense de Campos Novos, Henrique Rupp, para o governador de Santa Catarina, ao afirmar: "questão restauração da monarquia, no meu ver uma arlequinada" (MACHADO, 2004, p. 181). Como explicar, então, a denúncia de perigo de ajuntamento de monarquistas sob a liderança de José Maria? Paulo Pinheiro acredita que ela foi ouvida devido ao receio de uma aliança entre José

---

[58] Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 168) destacou algumas diferenças na atuação dos dois monges que passaram pelo planalto catarinense no século XIX. Para ele, "João Maria de Jesus não aprovava o fim da Monarquia, ou melhor, era contrário à República; foi simpático aos federalistas no período 1893-1895; teve relação hostil com o clero católico; fazia batizados; propalava um discurso apocalíptico com grande receptividade no planalto". João Maria de Agostinho, por sua vez, manteve relação amistosa com as autoridades religiosas oficiais e não consta que pregasse o fim dos tempos.

[59] José Maria possuía maior poder de manejo das ervas medicinais que seu antecessor João Maria de Jesus, como sugere Paulo Pinheiro Machado. Em suas palavras: "José Maria aviava receitas complexas, envolvendo o emprego de diversas ervas, raízes e sementes". Sua popularidade como curandeiro era tão grande que, apesar de alfabetizado, levava com ele um "secretário" que redigia as receitas por ele ditadas (MACHADO, 2004, p. 176).

[60] Maria de Lourdes Janotti (1986, p. 255), ao fazer os devidos créditos a Edgar Carone, afirma que tal como esse historiador "admite que, após o fracassado levante de 1904, a atuação monarquista entra em irremediável declínio", em seguida acrescenta: "Não foi apenas o monarquismo o único partido vencido no governo Rodrigues Alves. A partir de então, também não há mais viabilidade tanto para os partidos dissidentes, como para o jacobinismo militar e popular".

Maria e Henriquinho de Almeida, opositor político de Albuquerque e protegido político do então governador catarinense Vidal Ramos.

Uma denúncia de movimento monarquista em 1912 não deixa de parecer anacrônico, mas foi esse o motivo encontrado pelo político local para mobilizar forças policiais contra os fiéis reunidos em torno de José Maria. O estranho não é tanto a denúncia, mas o fato de ela ter sido acatada, conforme o comprova o pequeno destacamento militar enviado à região por ordem de Vidal Ramos. Para os objetivos aqui propostos, o que nos chama a atenção não é tanto o sentido que os fiéis tinham de monarquia – estudo já realizado por Ivone Cecília Gallo (1999)[61] – mas o uso que se fez disso para justificar a perseguição aos primeiros ajuntamento de fiéis em Taquaruçu.

Avisado do deslocamento de forças militares em Florianópolis contra o grupo de homens e mulheres ao seu redor – Mauricio Vinhas de Queiroz (1981) estima que havia aproximadamente trezentas pessoas – José Maria se dirigiu para os campos do Irani, região contestada juridicamente pelo Paraná na querela de fronteiras que se estendia havia décadas entre os estados vizinhos. Desta feita, o governo paranaense temia uma invasão de catarinenses, supostamente movidos por interesses políticos, que teriam como objetivo tomar posse das terras em território contestado. Resultado: ao fugir do confronto com a polícia catarinense, José Maria e seus seguidores acabaram enfrentando um destacamento da força pública paranaense, enviada à região para dar cabo dos supostos invasores de terra em litígio político. O confronto ocorreu no fim da tarde do dia 22 de outubro de 1912. Entre mortos e feridos dos dois lados, constatou-se a perda do comandante militar, coronel João Gualberto Gomes de Sá e do monge José Maria. Estava iniciada oficialmente a cizânia que vitimaria pelos próximos anos um número absurdo de civis e militares no Sul do Brasil.

Em dezembro de 1913, novo grupo de pessoas se reuniu na fazenda de um devoto de José Maria, Chico Ventura, sob inspiração de uma adolescente que

---

[61] Ivone Cecília Gallo, no livro *O Contestado: o sonho do milênio igualitário* (GALLO, 1999, p. 182) dedicou-se a analisar o sentido de monarquia entre os fiéis de João Maria. Segundo a autora, “em uma perspectiva popular, a imagem do Rei está associada à idéia de justiça e de unidade, interferindo na cessação de conflitos. Mas, no caso do Contestado, a Monarquia esperada é aquela prevista no livro da revelação, em que o Rei chega contra os anciãos e príncipes do seu povo, para formar a corte dos homens bons – a cidade santa. Ali os eleitos participarão do governo, como reis, em uma Monarquia cujos únicos princípios que deverão ser observados são os do amor e os da amizade”.

dizia falar com o monge. A ordem era voltar para Taquaruçu e organizar-se em devoção pelo "fim do milênio", momento em que José Maria desceria do céu com um exército encantado, tendo à frente São Sebastião e São João Maria. A formação da comunidade de fiéis em Taquaruçu foi interpretada como uma afronta ao poder político do coronel Albuquerque. Novas expedições militares foram enviadas, a primeira em dezembro de 1913, para debandar os fiéis. O desastre militar dessa expedição mostrou o despreparo das tropas e comprometeu a imagem do Exército, além disso, ela avultava a fama dos fiéis que creditavam ao poder do monge e à intervenção de São Sebastião as vantagens conquistadas. Para os contemporâneos interessados no desenrolar dos conflitos desenvolvidos na região, Canudos se repetia, pois o Exército cometia os mesmos erros de outrora: ignorar a força da fé dos homens e mulheres reunidos sob inspiração mística. Da batalha do Irani – outubro 1912 – à grande campanha militar comandada por Fernando Setembrino de Carvalho a partir de setembro de 1914 foram organizadas onze expedições militares (PEIXOTO, 1995) destinada a reprimir o movimento rebelde (*vide* Quadro cap. 1).

Até o confronto em Irani, não se tinha entendimento da força do movimento de fiéis. A sociedade e o Exército brasileiro ficaram surpreendidos com os rumos dos acontecimentos nos sertões catarinenses, tanto que, após a morte do coronel João Gualberto e do monge José Maria, a imprensa sequer conseguia noticiar com segurança o acontecimento. Dizia-se de forma hesitante que "A semente talvez de um novo Canudos começa a germinar no interior do estado"; não se tinha informações precisas sobre o movimento e seus integrantes: "[região] habitada, segundo dizem, por bandidos que ali se introduziram", apesar disso, a imprensa não vacilou ao apontar Canudos como referência. Poderia ser qualquer outro movimento. A intervenção militar em Juazeiro, por exemplo, ocorrera no mesmo ano e a notícia estava fresca; os seguidores de Padre Cícero também eram apontados como fanáticos religiosos, apesar disso, Canudos é que ressurge; poderia ser a Revolução Federalista, espacialmente mais próxima das experiências de oposição política ao poder oficialmente constituído, mas clamava-se por Canudos.[62]

---

[62] A Revolução Federalista nasceu do descontentamento político entre aqueles que reivindicavam autonomia estadual frente ao poder político federal. Ela nasceu no Rio Grande do Sul, como oposição ao governo de Julio de Castinhos, mas se alastrou pelos Estados de Santa Catarina e do

O curioso nas associações feitas entre Canudos e Contestado é que, além de demonstrar que as feridas de Canudos não estavam cicatrizadas na memória nacional, fazia-se sempre crítica ao regime republicano, como pode ser observado na coluna humorística do *Correio da Manhã*, já citada, em que o redator da matéria se pergunta quem, naquele momento, falava bem da República. A nota faz coro a uma avaliação crítica das promessas não cumpridas pelo novo regime político implantado. Crítica essa que teve na atuação dos humoristas da *Belle époque* brasileira forte núcleo de formulação, conforme bem explorado por Elias Thomé Saliba (2002) e por Mônica Pimenta Velloso (1996).[63] Além dos humoristas, vale citar também o papel desempenhado por intelectuais como Lima Barreto e Euclides da Cunha, ambos decepcionados com as promessas não cumpridas pelo novo regime conforme nos evidencia os trabalhos de Lucia Lippi Oliveira (1990) e de Nicolau Sevcenko (1999). Sobre Euclides da Cunha, o historiador Roberto Ventura afirma que "a revisão da República é central" no conjunto da obra desse intelectual. Para ele, Euclides "passou da militância da República à descrença com os rumos do novo regime, numa mudança que se deu em pouco mais de dez anos, de 1886 a 1897, entre o inicio dos estudos militares e a cobertura da Guerra de Canudos" (VENTURA, 2003, p. 213-214). O mesmo pesquisador acrescenta que o autor de *Os sertões* "criticava de forma aguda quer o militarismo dos primeiros governos, quer o liberalismo artificial de uma Constituição, que as elites civis violentavam por meio de fraudes e manipulações eleitorais" (2003, p. 213-214). Ao fazermos essa aproximação, percebemos que a nota sobre a figura do monge que "falava mal da República" se insere num movimento de avaliação do regime que mal completara bodas de prata. O conflito

---

Paraná. Os seguidores de Castilhos, também conhecidos como pica-paus, foram vitoriosos na guerra civil que durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. Segundo Paulo Pinheiro Machado, os maragatos, ou federalistas, se espalharam pelo interior dos Estados envolvidos, principalmente na região de planalto de Santa Catarina na fronteira com o Paraná, receando represália dos vencedores. Durante toda a Guerra do Contestado antigos maragatos tiveram papel importante na luta contra o governo federal (MACHADO, 2004).

[63] *Belle époque* é o período que caracteriza o clima de euforia pelos avanços técnicos, intelectuais e sociais do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nesse período novas invenções tecnológicas e científicas marcaram o mundo, tais como o cinema, o telégrafo sem fio, a bicicleta e o avião, também se verificou a expansão dos movimentos operários de inspiração socialista e anarquista. Abaixo da linha do Equador, o Brasil foi um dos países que experimentou o clima de efervescência cultural que marcou esse período, adotando valores europeus na reestruturação urbana e cultural do país. Sobre o assunto temos como referência o trabalho primordial de Jefrrey Needell, *A belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século* (1993).

ocorrido no Sul do Brasil, assim como Canudos, colocava em evidência os problemas da política republicana.

Embora o movimento do Contestado fosse caracterizado como fanatismo religioso, não havia dúvidas entre os oficiais militares e demais autoridades da época de que a verdadeira origem do problema estava na delimitação de fronteiras entre o Paraná e Santa Catarina. Isso significava reconhecer que se instaurara no sul do Brasil um problema político que denunciava os males provenientes da má condução do regime republicano pelos civis. Crítica à política oligárquica também era o que faziam os oficiais salvacionistas nas "derrubadas" políticas que promoveram no nordeste brasileiro entre 1911 e 1913 (*vide* capítulo I). A "politicagem de aldeia", conforme designação conferida aos acontecimentos do Sul, era atribuída à incúria do governo. De acordo com um oficial que tomou parte na repressão ao movimento:

> As monstruosas cenas de retumbante vandalismo praticadas nas regiões inóspitas e incultas do Contestado, em um século fecundo de luzes, ficaram indelevelmente registradas na história brasileira como atestado exuberante da inadvertência e descaso dos nossos governantes (SOARES, 1931, p. 105).

A eclosão da Guerra do Contestado denuncia, dessa forma, além da miséria e da intolerância, práticas políticas vigentes na Primeira República. Ao Exército brasileiro caberia, como historicamente sempre o fizera, sufocar a rebelião dos sertanejos e acalmar as disputas dos mandões políticos locais. Ao assumir o comando da maior expedição militar para a região, o general Fernando Setembrino de Carvalho percebeu o vespeiro político que sobrevoava os limites do Paraná com Santa Catarina. Ele não hesitou em afirmar que a mais delicada questão a ser enfrentada era a disputa das elites políticas catarinenses e paranaenses pela posse do território rico em erva-mate e madeira, então denominada região do Contestado.

Apesar dos cuidados tomados, Setembrino acabou envolvido nas disputas oligárquicas, ao tentar propor uma solução negociada para as fronteiras da região contestada. A imprensa paranaense noticiou que Carvalho chegara para ser o árbitro da disputa territorial; as elites catarinenses imediatamente questionaram a autoridade de um militar para servir de árbitro numa questão já definida favoravelmente à Santa Catarina pelo Supremo Tribunal Federal. A situação

rendeu trocas de farpas na imprensa dos “estados irmãos” e Carvalho se viu obrigado a retratar sua posição, declarando que seu papel era estritamente militar.

É obvio que não era somente isso. Setembrino de Carvalho fora enviado para solucionar o problema político, pois, se a repercussão do movimento ganhava espaço na imprensa e preocupava as autoridades, a prioridade era apaziguar os ânimos entre as elites locais. A questão de limites era o principal problema a resolver, tendo sido a causa da nomeação de Setembrino de Carvalho. Este general, que havia desempenhado papel semelhante ao agir como interventor no conflito de Juazeiro meses antes, tentou camuflar o papel que lhe foi confiado pelos ministros da Guerra e do Interior, Vespasiano e Alexandrino, e também pelo então presidente Hermes da Fonseca. Décadas mais tarde, ao escrever suas memórias para constar nos anais históricos os seus feitos, ele reconheceria a função que lhe foi confiada, ao declarar como via o papel do Exército na política. A citação abaixo é uma manifestação do militar diante da crítica feita por “catarinenses ilustres” quanto à sua incapacidade para mediar o conflito de limites dos dois estados:

> Não é possível restringir demasiado o papel desse comando agrilhoando-o ao princípio do ataque ou defesa, considerando-o um instrumento passivo, negando-lhe o direito de exame das circunstâncias que influir possam nas suas resoluções, eliminando dentre as faculdades que lhe são outorgadas a escolha dos meios mais consentâneos para atingir o fim proposto.
> Será lícito negar a um general a serenidade para bem distinguir os fatores em jogo, de naturezas várias, considerando-os em seu justo valor, e aquilatar das suas respectivas preponderâncias, determinando-lhes resoluções?
> Ora, se na guerra, onde em tabuleiro estratégico joga-se a sorte das nações beligerantes, onde impérios e reinos correm os riscos de seus azares, sendo as tropas dirigidas por eminentes generais, são eles revestidos de uma soma enorme de poderes, por que não admitir que um medíocre general de um medíocre exército se ocupasse de uma medíocre questão que somente um pouco de boa vontade e uma pequena dose de patriotismo resolveriam perfeitamente? (CARVALHO, 1950, p. 139).

Merece destaque a repetição do adjetivo “medíocre” no desabafo de Carvalho. Ela parece se configurar numa falsa modéstia do general que, como vimos no capítulo I, foi bastante criticado por sua atuação política e militar no Contestado. Ela sugere que o Exército e, por conseguinte, seus oficiais estavam acima dos interesses, considerados “espúrios”, da política oligárquica; logo, é

destacada a relação da corporação com a preservação dos valores do novo regime, ou seja, o Exército aparece como o baluarte dos valores políticos republicanos.

Conforme vimos anteriormente, a Guerra do Contestado serviria também aos interesses da campanha de modernização militar, em curso no país a partir da tentativa de implementação da lei do sorteio militar, aprovada no ano de 1908; até então essa lei tinha sido travada por falta de apoio político e social (BEATTIE, 2001). Uma ação de guerra, se bem conduzida, salvaria tal imagem e ainda restauraria a honra militar das perdas e das críticas feitas à atuação do Exército em Canudos há pouco mais de uma década. Canudos projetava sua sombra sobre o Contestado.

A presença do espectro de Canudos no movimento do Contestado não se fazia somente nas páginas dos jornais. Um dos oficiais que teve parte ativa no combate contra os fiéis de José Maria, o historiador de farda José Octaviano Pinto Soares, ao relatar a participação de Edmundo Dantas, preso em 1915 sob acusação de participar do movimento rebelde, registrou:

> Em poder deste indivíduo, mais tarde preso, quando na Estação do Rio Caçador se vangloriava do insucesso que a ‘Coluna Sul’ tivera a 8 de fevereiro (1915) na sua investida pelo célebre desfiladeiro contra o referido reduto, foi encontrado um volume da obra *Os Sertões*, tendo assinalados os pontos que tratavam da maneira pela qual os jagunços do Norte combatiam em Canudos (SOARES, 1931, p. 63).

Soares não foi o único a registrar a presença do já célebre livro de Euclides da Cunha entre os fiéis de João Maria. Dermeval Peixoto, ao relacionar a ignorância religiosa como fator que afligia Canudos e Contestado acrescentou: “E, coisa curiosa, o próprio livro de Euclides da Cunha era lido por essas escusas regiões”. Peixoto também confirmou a informação registrada por Soares de que o exemplar de *Os sertões* trazia “assinalado a lápis os detalhes da resistência de Canudos e marcados acentuadamente os revezes das tropas naqueles árduos sertões do norte!” [PEIXOTO, 1995b, p. 98, grifo do autor].

Embora a idéia de que os sertanejos estudassem as técnicas de combates dos conselheiristas, por meio do livro de Euclides da Cunha, pareça devaneio dos oficiais militares, vale destacar que tanto Soares como Peixoto eram criteriosos na coleção e citação de fontes. Ainda que fantasiosa, essa informação merece algum crédito, pois revela a relação efetiva ou imaginada que os contemporâneos – civis

e militares – faziam entre Canudos e Contestado. É da sombra de Canudos que estamos tratando, logo, mesmo que forjada, essa referência tem muito a nos dizer.

Canudos espalhava seus estilhaços em território catarinense após quinze anos de sua destruição. Os fatos ocorridos no movimento liderado por Conselheiro estavam vivos na memória nacional e foram usados para denunciar a violência praticada nos sertões catarinenses ou mesmo para exigir o extermínio dos sertanejos, como aparece no texto a seguir:

> [...] Esses bandos temíveis e desesperados resistiram em guerrilhas tremendas às pequenas forças que o governo mandava para o Contestado, sem a noção do grave perigo que tal gente representava. [...] Os fanáticos resistiram, lutaram e o Exército foi a pouco e pouco vencendo-os e arrasando os redutos.
> Arrasando, incendiando, acabando.
> Mas nem todos os fanáticos morreram. [...]
> Era claro que as forças federais, terminada a Campanha, deveriam ficar no Contestado o tempo necessário para definitivamente fazer entrar em ordem a zona assaltada pelo flagelo vivo.
> O governo entendeu o contrário.
> E as forças não foram mesmo retiradas aos poucos, foram retiradas de chofre.[64]

Essa matéria foi publicada após a saída da grande expedição de Setembrino de Carvalho, ocorrida em maio de 1915. Era preciso amenizar a repercussão dos extermínios cometidos pelas forças legais que aumentaram consideravelmente após a retirada da grande força militar federal, mas, ao mesmo tempo, era preciso, na visão oficial, restabelecer a ordem na região, vingar os soldados mortos e calar de vez a rebeldia dos sertanejos. O redator da matéria dissimula sua defesa do extermínio com uma investida patriótica, ao destacar os prejuízos que as pequenas campanhas militares traziam para os cofres públicos. Observem como até o fim da Guerra do Contestado o episódio de Canudos era acionado:

> Com o clamor da opinião, que via bom dinheiro gasto para matar estupidamente oficiais e soldados valorosos, fez-se o que devia fazer desde o começo, e que a *Gazeta* aconselhou, lembrando o exemplo de Canudos – fez-se a grande expedição.[65]

Além da presença constante nas matérias jornalísticas relacionadas à Guerra do Contestado, o movimento liderado por Antonio Conselheiro aparece repetidamente nos livros publicados pelos oficiais do exército que atuaram nos

---

[64] *Folha do Comércio*, 10 jul. 1915.
[65] Ibidem.

sertões catarinenses. Para esses oficiais, que se dedicaram a escrever bem mais que uma simples crônica de guerra, a comparação era inevitável: fanatismo religioso, politicagem, guerrilha, tudo que acreditavam fazer parte do universo do sertão baiano aparentemente encontrava seu referente no Contestado. Além disso, a necessidade de não se cometerem os mesmos erros era constantemente lembrada. Suas histórias sobre a guerra denunciam o papel que os oficiais atribuíam à corporação a que estavam ligados. Se Canudos marcou negativamente a experiência militar do Exército, o Contestado seria a sua contrapartida.

A relação Canudos/Contestado não é apanágio dos oficiais ilustrados da década de 1910. Conforme Amanda Pinheiro Mancuso (2007, p. 117), em análise feita acerca do discurso presente na obra denominada *História do Exército Brasileiro* (HEB), o assunto foi incorporado à narrativa oficial da trajetória da força terrestre com o objetivo de articular simbolicamente o papel da instituição na defesa da lei e da ordem. Como o momento vivido era de ditadura militar – a HEB foi publicada em 1972 – Mancuso identificou ao longo dos três volumes interferências da situação política contemporânea a conduzir as representações sobre o passado da instituição.

> Contestado, uma guerra revolucionária.
> Ao contrário de Canudos, em que os jagunços contentavam-se em viver, a seu modo, a sua ordem, na tróia sertaneja, nesta guerra surgiu a idéia de implantar uma nova ordem, além dos redutos do Contestado.
> (...)
> Se difere de Canudos em seus aspectos bélicos, Contestado se lhe equipara como fenômeno social. Ambos são rebeliões dos sertões, esquecidos pelo governo central. Ambos são advertências para a busca de melhores fórmulas de integração nacional, hoje, realidade das nossas esperanças (apud MANCUSO, 2007, p. 119).

Em análise dos fragmentos citados, Amanda Mancuso (2007, p. 119) chamou a atenção para o fato de que neles são destacados “a questão do isolamento geográfico e social do interior do país que dá abertura a manifestações como de Canudos e do Contestado, aproveitando-se desse isolamento guerrilhas como de Caparaó e do Araguaia”. Gostaríamos de ressaltar, em concordância com a pesquisadora, a persistência da memória dos dois maiores movimentos de contestação provenientes do mundo rural como elemento importante na formação da identidade corporativa do Exército. As histórias de Canudos e do Contestado, ao serem inseridas no discurso oficial da força terrestre, foram instrumentalizadas

para enfatizar o papel do Exército na defesa interna do país (MANCUSO, 2007, p. 119). Acrescentaríamos que tal estratégia repetia, passados mais de meio século, o discurso oficial repisado na imprensa da época da Guerra do Contestado que, como vimos, fazia a mesma relação.

Recentemente tivemos mais uma versão militar do movimento eclodido no Sul do Brasil. Trata-se do livro *Contestado: Guerra cabocla*, publicado pela Editora do Exército, em 2003. Aureliano Pinto de Moura, o autor, é médico e general do Exército brasileiro. Embora seu estudo seja sobre o Contestado, o conflito dos sertões baianos é constantemente mencionado, como se verifica na conclusão: “a insurreição do Contestado é um episódio que deve ser mais bem estudado e conhecido por ter sido muito maior, mais grave e com insurretos mais preparados e melhor liderados do que em Canudos” (MOURA, 2003, p. 241). Em seguida acrescenta: “deve-se conhecer o que houve no Contestado para que não se venha a sofrer outra tragédia semelhante, talvez de maior envergadura”. Para ele “o Contestado, como Canudos, não pode ser esquecido pelos políticos, pelas autoridades constituídas, pelos militares e pelos brasileiros” (MOURA, 2003, p. 241). A visão pragmática da história é repetida por esse militar. A máxima que afirma ser o passado lição para o presente e prevenção para o futuro é novamente acionada.

A idéia de que essa guerra não era somente uma luta contra fanáticos religiosos ou bandidos desvirtuados dos ideais da civilização, mas uma cruzada pela moralização da política, uma intervenção “necessária” para garantir a tranqüilidade da República, ligava diretamente o combate travado a uma defesa do regime político em vigor. Em toda ação militar é necessário apresentar uma justificativa para o uso da violência, situação que se reforça quando tal ação ocorre no final de uma administração bastante questionada e dentro do território nacional como o foi o quadriênio de Hermes da Fonseca; contudo, vale enfatizar, buscar essa justificativa em Canudos não era uma questão fortuita. Havia algo não resolvido nesse conflito que aflorava na memória nacional. Tal questão não era estritamente militar; era política e social.

Para os intelectuais militares o conflito permitiu criticar os rumos da política republicana demonstrando que, malgrado o tempo decorrido, pouca coisa melhorara, as promessas não se cumpriam. Valendo-se da linguagem de Koselleck (2006), pode-se dizer que as experiências políticas com o novo regime reduziam o

horizonte de expectativas a cada nova administração presidencial durante a Primeira República. Esse descompasso aumentava a desilusão de alguns e estimulava a crítica à República, naquele momento sob as rédeas de um marechal do Exército. Um exemplo disso aparece num jornal de oposição em Florianópolis. Foi criada na *Folha do Comércio* uma coluna dedicada a reproduzir supostas correspondências entre habitantes pobres da região para denunciar as mazelas políticas do momento. A coluna se chamava *Do Caboclo do Irani*, e um breve exame de uma das missivas ajudará a ilustrar o uso do movimento dos fiéis de José Maria para fazer crítica política. Reproduziremos mais detidamente a "*Carta XI"*, por apresentar claramente a relação Contestado/Crítica à República, mas antes de partirmos para a correspondência publicada na imprensa, é preciso fazer algumas considerações.

A carta certamente foi inventada; prova-o a linguagem caricatural expressa no texto do suposto homem do interior. É nítida uma grosseira tentativa de reproduzir a fala que um homem urbano imagina ser de "caboclo". A carta é iniciada conforme os moldes tradicionais e com perfeita conjugação do verbo: "Estimarei que estas mal traçadas linha vá lhe incontrá bom junto dos piá e dos noços parente". Além do verbo estimar, vale citar a correta utilização do substantivo masculino mal que antecede a também impecável redação de traçadas, o que possivelmente, na grafia de uma pessoa pouco letrada mais fácil seria registrar "mau com u". Outros exemplos abundam, como "bibilha" [Bíblia], e, principalmente, preocupações com acentos para dar ênfase na entonação caricatural como aparece em "ficô", "nhô", "inté", "véro", "mexé", "õté", entre outros. Essas são somente algumas das muitas pistas que sugerem a "falsidade" do documento, mas à medida que reproduzirmos fragmentos da "carta", os exemplos se acumularão a olhos vistos.

Se a matéria foi inventada, que pertinência teria usá-la como fonte? Ela expressa uma crítica aberta, por dirigir-se claramente aos paranaenses e ao regime republicano representado por Hermes da Fonseca, mas, ao mesmo tempo, aponta uma crítica velada, em função de o autor ou de os autores se esconderem sob os trajes de um caboclo. Passemos à carta.

Inicialmente, o caboclo faz uma longa apresentação e minuciosa descrição de viagem do planalto catarinense até Florianópolis – ele escreve para o compadre

e primo para dar notícias da viagem, do bom acolhimento que teve e do que viu e ouviu na capital –; após esse intróito, ele inicia o assunto que mais nos interessa:

> Aqui, tudo mundo me perguntô dos causo que açucedeu ahi ca gente do parente Zé Maria e o Peçoar do Paranan, eu contei tudo, e dice que já se acabou-se mais por mais um espirro tava a coisa pegada e o rapé era intão porva seca que fazia o espirro derramá lagrima.
> O nhô Fernando já defendeu o Zé Maria no Júri e foi absorvido inté que não sei como foi que elle si adiantô na viagem pra xegá na noça frente. Diz que ficô provado que Zé Maria não é criminoso, pois não acometeu crime, e si foi chefe duma revorta, também síria considerado criminoso todos os graúdo que tam fazendo essa bandaieira plos Estados, e que no fim sempre contava vitória, e ninguém fica preso.[66]

É claro nessas linhas que o caboclo reproduz idéias presentes naquela matéria da coluna *Pingos e Respingos* do diário do Rio de Janeiro, que questionava a falsidade do monge. Prova-o o fato de a coluna do caboclo do Irani ser criada no mesmo jornal que reproduzira a matéria do periódico carioca. A *Folha do Comércio* era um dos principais órgãos de oposição política ao governo catarinense; este tinha como jornal oficial *O Dia*.

Após absolver José Maria da acusação de criminoso, o caboclo aproveita a oportunidade para acusar os paranaenses que enviaram forças policiais e mataram homens e mulheres no combate do Irani e não foram penalizados por isso. Essa acusação é ilustrativa da divergência entre os Estados. A disputa política fica mais evidente na frase que diz, em tom de denúncia: "... no fim sempre contava [os paranaenses] vitória, e ninguém fica preso". Em seguida a crítica ganha contornos maiores:

> [...] O goberno da República não anda direito, bem se vê que o parente Zé Maria tinha razão de querê procramá a Monarquia nos Curitibanos.
> Vançe veja si tem preposito iço: desde lá inté aqui plos õté onde nois parava si encontrava turmas de impregado da comição denominada mata cachorro. Eu pra sabê que serviçio andavam eles fazendo, e eles arresponderam – O Goberno suspendeu o serviço da comição ante rabia, - qui nem sei o que é – e nois está sustentando aqui... e outro gritou:
> - E viva a Republica.
> - Viva o goberno do érme.
> Eu nem falei mais, só pensei que como essa comição é a de catekezi que nois conhecemo.
> E a berdade primo Juca, é que não tarda o goberno sinti comichão no Tezoro por ta sustentando tanta comição, que tem um bam peçoar pra trabaiá na lavoura, que é o que nois pricizamo, gente que prante miio e feijão.[67]

---

[66] *Folha do Comércio*, 2 jan. 1913.
[67] Ibidem.

Conforme visto, a carta expande suas acusações ao regime republicano, mas foca sua censura à República presidida por Hermes da Fonseca. A crítica nos parece uma expressão dos desentendimentos herdados da campanha civilista e à política das salvações.

As articulações do conflito no Sul do Brasil com a crítica ao governo também aparecem de forma bem humorada em *O Malho*, outro periódico carioca de oposição a Hermes durante a Campanha Civilista. O chargista recolhe uma matéria publicada no *Correio da Manhã*, que reproduzia a proclamação de um imperador entre os fiéis de José Maria. A matéria e a charge são de 1914.

AFINAL, TIRARAM A MASCARA!

"De União da Victoria, Estado do Paraná, foi enviado ao "Diario da Tarde", de Curityba, um manifesto politico de "Dom Manuel Alves de Assumpção Rocha, Imperador constitucional da Monarchia Sul Brazileira". Esse manifesto tem trinta artigos e constitue o *programma* dos "fanaticos", contra os quaes foi requisitada a intervenção federal".—(*Dos jornaes*)

MANIFESTO
4º Dar ao paiz uma Constituição completamente liberal.
27º A pena de morte entrará em vigor com a fôrca.
Eu, D. Manoel Alves d'Assumpção Rocha
Loureiro

Zé: — Eis o retrato do novo *Imperador* do sul! Além de prometter uma Constituição completamentte liberal.. com a pena de morte por cima promette "uma emissão de numerario nominal, a creação de "um exercito aviador", e outras cousas myrabolantes! Está na conta!

Tem um exercito de fanaticos a seus pés e só lhe falta... a camisola de forca!

Figura 4: A proclamação do Imperador Dom Manuel Alves de Assumpção Rocha
Fonte: *O Malho*, 12 set. 1914

Assim como a carta do caboclo, essa charge aciona valores preconceituosos sobre o habitante do interior do Brasil. Novamente se relaciona o movimento a Canudos – ambos seriam monarquistas – e a República. Observe-se como o humorista brinca com a notícia retirada dos jornais, mobilizando uma grande quantidade de informações que remetem aos estereótipos que os habitantes das capitais possuíam em relação ao homem do campo. Os adereços incorporados na indumentária do "Imperador" dão provas disso: coruja, cobra, pé de galinha, sapo, figas, espada, calango, botas e esporas. Todos esses elementos reforçam a idéia de que o movimento foi guiado por um imperador "matuto" que se adornava de amuletos supersticiosos para ostentar seu poder. Popularmente, muitos desses objetos são usados como proteção contra "mau-olhado", logo, eles confirmariam a ignorância de quem os ostenta, esse é o caso das figas, uma no pescoço, outra no cetro, enfatizando negativamente o caráter místico do Contestado. Esses símbolos contrastam com o manifesto apresentado na mão esquerda do imperador, possivelmente em alusão ao fato de Assunção Rocha ser alfabetizado, e também com a espada, ao que parece em referência a um dos símbolos de identificação da patente de oficial da Guarda Nacional, título pompeado por muitos na região, inclusive por alguns adeptos do movimento sertanejo.

A coroa remeteria ao fundo monarquista de que era acusado o movimento; as botas e esporas, ao fato der ser um movimento rural. O fanatismo é destacado ao se incluírem os homens em reverência aos pés do imperador: o que é ressaltado tanto pela posição em que foram dispostos pelo desenhista quanto pelos chapéus jogados ao chão em sinal de respeito. Fanatismo armado, diga-se de passagem, uma vez que não se deixou de incluir uma espingarda no meio do "exército de fiéis". O caráter conservador do discurso também se apresenta por meio do sujeito que observa a cena com ar zombeteiro, no fundo à direita. Ele aponta para a indumentária "real" como se dissesse: "– Olha o imperador que eles têm!". Como se tais elementos não bastassem, o discurso é fechado ainda com um texto: "tem um exército de fanáticos a seus pés e só lhe falta... a camisa de força". Ignorância, fanatismo, banditismo e loucura seriam os elementos mais recorrentes na representação jornalística do movimento do Contestado. A charge de *O Malho* consegue, em breves linhas, sintetizar diversos aspectos da representação negativa

feita acerca do movimento dos sertanejos rebeldes e denunciar seu olhar preconceituoso sobre o mundo rural.

A crítica política ao regime republicano aparece sutilmente no desenho. Como já dissemos, a inspiração para a charge foi tirada de uma matéria publicada em agosto de 1914, no *Diário da Tarde* (RJ) e reproduzida na imprensa de vários Estados do Brasil, entre eles Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais (SOARES, 1931, p. 96). Trata-se do manifesto de D. Alves Assumpção Rocha, "aclamado imperador constitucional da Monarquia Sul-Brasileira". O documento informa que a sede política do regime seria Taquaruçu do Bom Sossego, por meio dele os fiéis convidam a nação "a lutar para o completo extermínio do decaído governo republicano, que durante 26 anos infelicita esta pobre terra, trazendo o descrédito, a bancarrota, a corrupção dos homens, e finalmente, o desmembramento da pátria comum" (SOARES, 1931, p. 96). O Manifesto apresenta trinta artigos, com os quais D. Alves Assumpção Rocha se compromete a cumprir. Dois deles são ostentados na representação humorística de *O Malho:* o de dar ao país uma constituição totalmente liberal (4º) e o de instituir pena de morte com a forca (27º). Entre os artigos, constam alguns em que a República e o Exército são atacados, tal como o 1º, que prega eliminar "o último soldado republicano do território da Monarquia, que compreende as três províncias do Sul do Brasil – RS, SC e PR"; o 7º, que pretende "Fazer garantir a inviolabilidade do lar e do voto, tão menosprezado pelo decaído regime", e o 8º, que garante "Fazer respeitar, em absoluto, a liberdade da imprensa, também menosprezada pela antiga República".

Vale destacar que a proclamação do imperador foi uma invenção da imprensa da época que, seguindo uma tradição galhofeira – conforme designação atribuída por Walnice Nogueira Galvão (1974), ao analisar a produção jornalística de Canudos –, fabricava cartas de matutos para familiares, inventava orações e diálogos entre os homens do interior e publicava isso sem se importar com a veracidade da informação. Eram construções grosseiras, exageradas no tom justamente para destacar seu caráter risível, conforme bem destacado por Galvão (1974) acerca da Guerra de Canudos. No entanto, elas não deixavam de confirmar um imaginário preconceituoso sobre os homens do sertão e fazer uso disso para reafirmar suas críticas ao regime político e ao governo do momento.

A associação constante entre Canudos/Contestado/República, feita no momento da campanha militar no Sul do Brasil, é demonstrativa de que a ferida de Canudos ainda não cicatrizara na memória nacional, como vimos apontando. Se o episódio envolvendo os seguidores de Antonio Conselheiro marcava profundamente a sociedade a ponto de despertar referências reiteradas aos acontecimentos do sertão baiano no momento em que o exército atuava no Contestado, atribuindo a força terrestre a responsabilidade pelos episódios violentos em Canudos, isso se deve ao fato de que foi pelas mãos da instituição militar que a sociedade se vingou do "bárbaro" e "incivilizado" habitante do sertão, do "monarquista atrasado" e do "fanático religioso". Uma vingança almejada pelas elites urbanas do país empolgadas com a modernidade. Canudos representava uma faceta do Brasil ignorada por muitos e desprezada pela maioria que a descobriu. O sucesso editorial e de crítica de *Os sertões* de Euclides da Cunha nos autoriza a afirmar que o trauma persistia não tanto pelo extermínio dos habitantes do sertão baiano, mas por essa guerra ter revelado os mais cruéis instintos daqueles que autorizaram tal morticínio: os civilizados do litoral. Vale ressaltar que se foi do Exército a mão que executou a sentença, foi do governo, apoiado por importantes setores sociais, a voz que a ordenou.

Apesar disso, havia sempre a possibilidade de culpar exclusivamente a força terrestre pelas ações bárbaras cometidas, o que aliviava a consciência, mas não fechava as chagas. Diante disso, descontando-se, obviamente, aqueles que realmente foram vítimas dessa ação – os fiéis reunidos na cidadela mística – o Exército brasileiro era o que mais sofreria o impacto dessa ação.[68] Isso porque se viu desmoralizado ao ser derrotado por homens "ignorantes", os "hércules-quasímodos", conforme oxímoro criado por Euclides da Cunha; também por que tiveram que interromper a modernização militar em curso. Canudos foi uma das experiências mais traumáticas do Exército brasileiro após a Proclamação da República. Com isso concorda Frank McCann (2007, p. 63), ao afirmar:

[68] O Exército brasileiro cometeu grandes atrocidades nos sertões baianos: prometeu manter vivos todos que se apresentassem pacificamente ao Exército e depois aplicou-lhes a degola, estuprou as mulheres, leiloou as crianças. Registra Robert Levine (1995, p. 273) que não é possível saber "quantos canudenses conseguiram escapar e quantos tiveram um destino cruel nas mãos dos soldados ou de terceiros. Mesmo durante a guerra, muitos soldados transformaram, à força, mulheres e meninas em concubinas, e grupos de crianças foram colocados para trabalhar como faxineiras e empregadas".

> Quando Canudos emergiu na consciência nacional, o Exército estava tentando reorganizar-se depois da desordem dos primeiros anos da República. A experiência de combate da época não produziu um Exército mais profissional; ao contrário, arruinou-o. O nervosismo que dominou o clima político na década de 1890 permitiu que uma inofensiva colônia religiosa nos confins da Bahia fosse retratada como uma horda monarquista pronta para atacar. Os gritos vindos das chamas de Canudos perturbariam o sono de muitos soldados nos anos vindouros e deixariam uma cicatriz na psique institucional. Não há monumentos em cidade brasileiras aos mortos e feridos do Exército em Canudos, embora 5 mil soldados tenham perecido ali em menos de um ano.

Na citação acima o historiador deixa entrevê sua afinidade com a perspectiva militar. Embora condene os rumos dos acontecimentos, responsabilizando, em alguns momentos as ações vacilantes e desorganizadas de oficiais na condução dos episódios desenrolados no sertão baiano, ele não deixa de lamentar a inexistência de monumento aos soldados mortos. Malgrado a perspectiva, gostaríamos de ressaltar que concordamos com parte do enunciado por McCann (2007, p. 64), ao afirmar que "justamente quando a instituição estava prestes a passar por uma grande reestruturação, a diminuir seu papel ativo na política e a curar as feridas da guerra civil, quase por acaso, e com certeza desnecessariamente, o mundo místico e o político travaram no Brasil uma luta mortal". Porém, não compartilhamos da idéia, tributária a Samuel Huntington, de que a profissionalização levaria ao afastamento dos militares da política. Também substituiríamos <u>psique nacional</u> por <u>memória nacional</u> e institucional, uma vez que falar de memória, no nosso entendimento, é falar de sujeitos, de eventos e de atitudes que visam conferir coesão a determinado grupo.

Pelos motivos expostos, acreditamos que o trauma de Canudos pesou fundo na memória institucional do Exército e da República durante a Guerra do Contestado. Era preciso vingar Canudos para retomar a missão de construir a memória do Exército brasileiro e levar adiante o projeto de modernização militar. Para tanto era necessário não cometer os mesmos erros. Urgia mostrar uma corporação preparada, civilizada, pronta para defender a nação, o que significava apagar a mácula de soldados e oficiais que praticavam degolas, estupravam mulheres, fugiam do campo de batalha, não sabiam atirar e tantos outros problemas que colocavam em risco a instituição militar e, por conseguinte, a relação Exército/República.

O momento era de perigo, ao menos para o Exército brasileiro. Era preciso resgatar a memória da instituição e atá-la ao fio da política nacional, ou seja, ao seu papel destacado na Proclamação da República e na conseqüente condução do país aos rumos do progresso. Para fazer isso, necessário seria rever as estratégias utilizadas até então e construir uma relação distanciada entre Exército e política partidária. Uma grande campanha militar, se bem conduzida, poderia garantir isso ao desgastado Exército brasileiro. Nesse sentido, a campanha militar do Contestado, liderada pelo general Fernando Setembrino de Carvalho, vingou Canudos.

Vingou em termos estratégicos, pois mobilizou tropas modernas, testou regulamentos traduzidos dos manuais alemães e franceses, aplicou uma estratégia dentro dos grandes modelos clássicos de guerra vigentes na Europa. Observando as oitenta e sete fotos de guerra, selecionadas pelo comandante para registrar o nível profissional das forças que atuaram no Sul do Brasil, temos a ilusão de que vingou também em termos bélicos e disciplinares.[69] As imagens fotográficas elaboradas sobre a atuação militar mostram um Exército que se confunde com o prussiano: o mais poderoso em termos bélicos e organizacionais do momento.

Vingou também em termos sociais, ao desempenhar uma suposta campanha humanitária, uma guerra que se dizia dentro dos limites do profissionalismo e da civilidade, conforme declarado pelo comandante geral da grande expedição militar. Em outras palavras, uma guerra sem as barbaridades de Canudos, em que as mulheres, crianças e idosos teriam sido preservados; em que os soldados e oficiais, além de equipados e disciplinados, seriam bem comandados, seus soldos pagos regularmente; uma campanha civilizada ainda por ser uma guerra em que não teria faltado nenhum recurso médico e alimentício aos soldados da pátria.

Vingou, por fim, porque venceu o trauma de Canudos com a especial colaboração dos historiadores de farda que enquadraram a atuação do Exército nos limites da história política republicana, o que se deu essencialmente pelo controle da memória efetuado nessa campanha. Além do álbum de fotografia, que não registra sequer uma foto de desordem, de morte e de privações – elementos inerentes a qualquer ação de guerra –, constata-se a distribuição dessas fotos aos

---

[69] Trata-se do álbum de fotografias da Guerra do Contestado, depositado no setor de iconografia do Arquivo Histórico do Exército. Esse documento será devidamente analisado no capítulo 3.

principais jornais do país e um rígido controle da imprensa. Portanto, além da vitória, também conquistada com muitas perdas em Canudos, no Sul do Brasil a atuação militar contou com o não menos importante registro oficial do acontecimento, em sua transformação da memória para a história, ou seja, sua imortalização nos anais da memória nacional

É, pois, sobre o controle da memória do conflito e a conseqüente construção da memória militar, por meio das obras de história da guerra escrita por oficiais do Exército no calor da hora, que nos debruçaremos a seguir, na tentativa de entender e explicar como tal conquista foi possível. Pretendemos acrescentar à guerra dos canhões *Krupp* e dos fuzis *Mauser* a batalha das letras, pois a consideramos como mais uma das muitas munições usadas pelas forças oficiais para vencerem os fiéis do movimento do Contestado.

2.3 CULTURA ESCOLAR E FORMAÇÃO DE OFICIAIS MILITARES NO BRASIL

Entre o fim da Guerra do Paraguai e o governo do Marechal Hermes na Presidência da República (1870-1914), foram aprovadas seis reformas curriculares nas academias militares: em 1874, 1889, 1890, 1898, 1905 e 1913 e, fora do período mencionado, a reforma de 1918-1919. As datas são indicativas de transições políticas importantes. A primeira, no contexto das reivindicações militares após o retorno do Exército da Guerra do Paraguai; a segunda, às vésperas da Proclamação da República; a de 1890, no conturbado momento de atuação de Deodoro da Fonseca na Presidência e de Benjamin Constant no Ministério da Guerra; a de 1897 corresponde ao momento das manifestações jacobinistas, em função do afastamento dos militares da política e a conseqüente implementação da política oligárquica, que seria consolidada posteriormente por Campos Salles; a de 1905, no contexto do envolvimento dos oficiais do Exército na Revolta da Vacina (1904); a de 1913, no momento da criação da revista *A Defesa Nacional* e o empenho dos "jovens turcos" na campanha de modernização do Exército brasileiro, e, por fim, a de 1918-1919, no contexto do imediato pós-guerra mundial e da contratação da Missão Militar Francesa. A interferência da situação política nacional nessas reformas é inegável. Elas ilustram não apenas a política <u>nos</u> círculos militares, mas também a política <u>das</u> Forças Armadas brasileiras, particularmente, do Exército.

De todas as reformas citadas, as mais substanciais, conforme análise de Jehovah Motta (2001) foram as de 1905 e 1913. A primeira dava um passo importante na profissionalização do Exército, ao insistir na formação prática dos oficiais. A segunda marcaria o que Motta denomina a "era do Realengo", instituindo a base da formação dos oficiais do Exército até os dias atuais: "O que tem variado, desde então [1913], é a extensão dos cursos, ou o valor relativo de um em relação aos demais" (MOTTA, 2001, p. 243). Nesse meio tempo, ocorreu a centralização dos estudos na Escola de Guerra, antiga Escola Militar de Porto Alegre.

Malgrado as reformas políticas na estrutura curricular, no primeiro decênio do século XX persistia o modelo fortemente influenciado pelas teorias evolucionistas herdadas do ensino oferecido na Escola de Formação de Oficiais do final do século XIX. A experiência adquirida nas Escolas Militares, dado o perfil dos seus alunos, o tipo de ensinamento ali ofertado e o debate político instaurado graças à participação ativa do Exército na Proclamação da República, colocou as instituições militares na vanguarda político-intelectual da época. Além disso, atraiu pessoas com interesses distintos daqueles voltados para o universo militar propriamente dito.

Dentro da matriz científica fortemente marcada pelo positivismo, passavam pela academia de formação de oficiais nomes ilustres na política e na intelectualidade brasileira. Muitos não tinham vocação nem interesse na carreira militar, mas não desprezavam o *status* que a patente de oficial lhes garantia, nem tampouco o clima intelectual que se estabelecia nas academias. Ao tratar do corpo de engenharia militar, Fernando Setembrino de Carvalho comenta o destino de muitos oficiais formados no final do século XIX.

> Em geral, os meus colegas do Corpo de Engenheiros dedicavam-se, logo ao sair da Escola, ao magistério ou ao exercício da Engenharia ou ainda à política. O campo da engenharia militar era muito restrito. Os trabalhos nessa esfera de atividade limitam-se à construção de quartéis e fortificações no litoral, variando de intensidade, de acordo com a flutuação financeira do País, que acarretava paralisações freqüentes. As obras públicas nacionais estavam entregues ao domínio da engenharia civil. Não havia lugar para os engenheiros militares.
>
> Por essa razão, e para fugir ao serviço em corpo de tropas, refugiavam-se nos empregos burocráticos ou emigravam para a política. Servir arregimentado importava humilhação! 'Ninguém se formava, adquirindo um título científico para tratar de soldados'. 'Era aviltante!' (CARVALHO, 1950, p.79, grifo do autor).

Fernando Setembrino de Carvalho afirma ter entrado para a vida militar sem intenção de seguir carreira: "A persistência em abandonar o internato, e a atração dos dourados de oficial, inclinaram-me para a Escola Militar. Não me animavam pendores naturais para a carreira das armas" (CARVALHO, 1950, p. 23). O oficial que se elevaria nos anos 1920 a ministro da Guerra matriculou-se na Escola Militar de Porto Alegre a 1º de março de 1878. Ele declara que o que o levou a entrar no universo militar foi o prestígio e a independência que o galão de alferes-aluno possuía na sociedade:

> Por essa época os alunos da Escola Militar gozavam de bom conceito na sociedade Portoalegrense. Na maioria descendentes de famílias de representação social, fácil lhes era o ingresso. Era mesmo de certo brilho a situação que ocupavam. Despertavam a atenção dos rapazes civis e estudantes (CARVALHO, 1950, p. 22).

O historiador de farda Umberto Peregrino (1968, p. 15) defende a idéia de que Euclides da Cunha entrou na academia pelo mesmo motivo apresentado por Setembrino de Carvalho, ou seja, "pela magia que a Escola Militar da Praia Vermelha exercia sobre a mocidade estudantil do último quartel do século passado", e acrescenta:

> Não há de ter sido, pois, para não se desprender dos estudos matemáticos, ou para assegurar a continuidade do curso de Engenharia, que se voltou para a Escola Militar, quando seu pai transferiu residência para S. Paulo. Não. O Euclides que se lançou à Escola da Praia Vermelha não foi o estudante de Engenharia, foi o poeta, foi o sonhador, foi o estudioso sensível ao prestígio acadêmico da velha Escola, foi o idealista já interessado no movimento republicano em marcha, foi o moço que conhecera Benjamin Constant no Colégio Aquino (PEREGRINO, 1968, p. 16).

Embora Peregrino exagere, ao sugerir que Euclides já chegou poeta, intelectual e republicano na Praia Vermelha, sua afirmação merece crédito ao confirmar outros relatos semelhantes que chamam a atenção para a atração intelectual que a Academia Militar exercia na juventude da época.

O estudo realizado por Celso Castro, acerca da cultura educacional das Academias Militares durante a segunda metade do século XIX, sem negar o fascínio que a escola da Praia Vermelha poderia exercer sobre os jovens da classe média, aponta uma explicação mais plausível e empiricamente demonstrável para entender a preferência pela educação militar, no final do Oitocentos:

> A Escola Militar representou, no Império, uma rara possibilidade de ascensão social para pessoas que não pertenciam à elite tradicional e

> cujas famílias não podiam custear cursos superiores nas faculdades de direito ou medicina; a Escola Naval também era inviável, pelo caríssimo enxoval que o novo aluno precisava adquirir – um filtro social. Muitas vezes, encontramos nas memórias de ex-alunos o reconhecimento de que seguiram para a Escola Militar mais por necessidade que por vocação. O ingresso na carreira militar e a ascensão por mérito, concretizada no titulo de alferes-aluno, representava assim, muitas vezes, a única possibilidade de ascensão social aberta para esses jovens e um bem simbólico fundamental para a construção de sua identidade social (CASTRO, 1995, p. 48).

A opinião de Celso Castro é compartilhada por Regina Abreu (1998), ao mostrar que o clima da Escola Militar aprimorou a formação política e intelectual de Euclides da Cunha. Em suas palavras, “a aquisição de armas científicas e ascensão social pelo talento e mérito seriam dois componentes fundamentais da Escola Militar ao tempo em que Euclides ingressou como aluno, tendo sido estruturantes para sua formação” (ABREU, 1998, p. 71).

Roberto Ventura, em biografia inconclusa sobre Euclides da Cunha, confirma o que os demais pesquisadores falaram da Escola Militar, ao afirmar que ela “se tornara, após a Guerra do Paraguai, um centro de estudos científicos, sobretudo matemáticos”, e acrescenta: “era um centro de irradiação de idéias positivistas, evolucionistas e republicanas” (VENTURA, 2003, p. 52).

Antes de Euclides da Cunha, outro reconhecido intelectual ligado ao Exército brasileiro, que seria vinculado posteriormente aos ideais republicanos foi Benjamin Constant Renato Lemos, mesmo destacando a importância do maior conflito militar enfrentado pelo Brasil, no século XIX, na formação político-ideológica do “fundador da república”, ressalta o quanto ele não se identificava com as ações militares em curso na Guerra do Paraguai.

> O descontentamento com a direção que os generais imprimiam à guerra também enfraquecia em seu estado de espírito o entusiasmo beligerante, que nunca fora muito acentuado. As críticas que fazia aos dirigentes militares eram sempre mais duras, principalmente por sentir-se ludibriado. Embora nunca deixasse de achar péssima a condução da guerra, chegara a admitir que pudesse haver mudanças positivas. Agora, porém, considerava-se vítima da sua boa fé: “o marasmo tem (...) continuado, apesar dos imensos sacrifícios de vidas e de dinheiro que o país tem feito esterilmente e nem ao menos [há] a esperança de um pronto desfecho a esse péssimo estado de coisas!” Ele percebia aumentar o número dos que já não viam sentido na guerra. O desânimo estava estampado (...) (LEMOS, 1999, p. 168).

Os oficiais modernizadores do Exército, particularmente o grupo reunido em torno da revista *A Defesa Nacional*, creditavam ao sistema educacional oferecido nas academias militares o problema na profissionalização do Exército

dentro dos moldes por eles almejados. Para os chamados “jovens turcos”, somente uma formação técnica, voltada efetivamente para a prática, com aulas de tiro, conhecimento profundo da tecnologia bélica e com reduzido conteúdo filosófico, conseguiria incutir um *ethos* militar; ou seja, formar um soldado profissional, disposto a doar a vida em prol da pátria, capaz de abdicar da família e de si próprio em nome da nação, além de estar devidamente preparado para realizar tal mister. Essa idéia, somada a uma conjuntura política, incentivou as reformas curriculares de formação de oficiais, mas tal proposta esbarrava em problemas técnicos, financeiros e mesmo culturais, pois o ensino positivista fincara raízes nas escolas de oficiais e não seria eliminado com um simples decreto.

É o excelente estudo de Motta (2001) sobre a formação do oficial do Exército que aponta ainda que os currículos, até a reforma de 1905, malgrado as tentativas de impor um ensino tático e prático, possuíam grande tendência às humanidades, aliás, essa era a tônica da formação dos oficiais no final do Oitocentos. Além das disciplinas de Sociologia, das cadeiras de História do Brasil e História Geral, nas disciplinas de Matemática, conforme o modelo impresso por Benjamin Constant, era dada ênfase no modelo positivista, que era mais filosófico que voltado para o treinamento bélico. Além disso, havia nos cursos preparatórios, grande ênfase em línguas: português, francês e inglês (MOTTA, 2001).

Com o fechamento da Escola da Praia Vermelha, em 1905, após o envolvimento dos estudantes e oficiais na Revolta da Vacina, restava o problema de como abrigar os ex-alunos e dar continuidade à formação dos oficiais do Exército. O destino de alguns foi a transferência, em fevereiro de 1906, para a antiga Escola Militar, no contexto transformada em Escola de Guerra de Porto Alegre. De acordo com um dos poucos estudos feitos sobre essa instituição no período que nos interessa,

> A Escola, que no gênero era única para o País, iniciou suas atividades com uma pletora de alunos. Além dos candidatos normais, para ela foram transferidos os alunos dos cursos de Aplicação. Destes alunos, os que tivessem completado o curso eram matriculados no curso de guerra; e os demais eram matriculados num curso anexo especial, com o funcionamento limitado a dois anos, criado pelo art. 197 do Regulamento de 1905. Também foram transferidos para esta Escola os alunos da Escola Militar do Brasil, do Rio de Janeiro, a qual fora fechada a 16 de novembro de 1904. Ocorrera naquele ano uma revolta dos alunos (14 de novembro), motivada pela vacina obrigatória, e por isso foram todos desligados, com exceção de cinco alunos feridos e um alferes-aluno morto no conflito; e fechada a Escola. Por tal motivo e depois de realizado o inquérito, foram os alunos não punidos ou

> anistiados transferidos para Porto Alegre. Daí que em 1906 a matrícula era mais de 600 alunos. Eram 88 oficiais e 518 praças, excluídos deste número os que concluíram os estudos naquele ano (MEDEIROS, 1992, p. 39).

Diante dessa composição, a Escola de Guerra transformou-se num grande centro de troca de experiências e de debate político. Vale lembrar que Porto Alegre sempre fora um núcleo importante de difusão das idéias positivistas (LOVE, 1977). Repetia-se nesta Escola parte da cultura política dos militares que derrubaram a monarquia no Brasil (MEDEIROS, 1992). A própria diversidade dos homens ali presentes favorecia tal cultura. Homens das mais diversas regiões do país, idades as mais variadas, experiências também diversas. Laudelino Medeiros informa, por meio das memórias de João Neves da Fontoura, aluno do curso de Direito em Porto Alegre e contemporâneo da Escola de Guerra, o ambiente político-intelectual dos estudantes:

> [...] depois da revolta contra Rodrigues Alves, Porto Alegre sofreu a "invasão dos cadetes", vindos de todos os pontos do País. Era mais um poderoso fator para que a mocidade acadêmica ganhasse decisiva influência da vida da capital, nos centros sociais e literários, na imprensa e afinal na política. Coube-lhe desde logo e sem contestação a ditadura da Rua da Praia e da Praça da Alfândega, onde os grupos espalhados por todos os pontos, com o colorido dos uniformes de vistosas calças de ganga vermelha, como os zuavos de Napoleão III, imprimiam um tom de animação quase revolucionário na morna pacatez provinciana. Os estudantes civis usavam e abusavam do fraque, feito a primor no Germano, e do chapéu alto (apud MEDEIROS, 1992, p. 39).

Dermeval Peixoto também ressalta, em *Memórias de um velho soldado* (1960), que a Escola de Porto Alegre, no momento da chegada dos alunos do Rio de Janeiro, mantinha o mesmo prestígio declarado por Setembrino de Carvalho. No capítulo denominado "Remate evocativo", Peixoto (1960, p. 215-217) relaciona o nome de alguns colegas com quem conviveu, denunciando a experiência ali vivenciada. Ele cita "o velho Marcos", definido como "simpático e bom camarada velho contador de pequenas histórias, verídicas e inverídicas, de Canudos, onde fora ferido em combate" (PEIXOTO, 1960, p. 215); também se lembra dos colegas mais atraídos pela tribuna como Cristóvão Barcellos: "De tendências mais para a política do que para a profissão militar, o cadete Barcelos acompanhava com vivo interesse a conduta do deputado major Barbosa Lima nos seus arroubos de eloqüência e de violenta oposição aos governos" (PEIXOTO, 1960, p. 216) e os diversos anistiados da Escola da Praia Vermelha que para lá se

dirigiram para concluir a formação de oficiais. Interessa-nos, nas suas reminiscências, destacar que a cultura escolar do século XIX não morreu com a reforma curricular de 1905.

A Escola de Guerra se transformou num ambiente rico para troca de experiências, ao acumular tradição positivista com as novas propostas curriculares e abrigar estudantes das mais diversas formações, inclusive a proveniente da Praia Vermelha, núcleo político militar do país. Em função disso, tal como no século anterior, ali se encontravam jovens com interesses diversos daqueles que a vida da caserna direcionava. Dermeval Peixoto (1960, p. 219) destaca alguns desses tipos que alegravam os dias na Escola de Porto Alegre:

> O Sabino de Almeida Magalhães, o Tito de Barros e o Oliveira Góis, - este o Góis de Timbamba dos Mocóis da Paraíba, uma trindade que estudava pouco e preferia fazer livretos em versos.
> Eram poetas os três cadetes; continuaram três aspirantes poetas e morreram poetas três oficiais...
> [...] Muitos oficiais identificaram-se no mesmo afã escolar da "risonha e franca" colméia de Porto Alegre.
> Lá passaram Potiguara, Serra Martins, Fleury de Barros, Tupi Caldas, Galdino de Souza e outros completando os estudos em meio dos cadetes.

Diante do exposto, vale destacar que o perfil do oficial que saía das academias até a primeira década do século XX era bem diferente de quem se forma atualmente na Academia das Agulhas Negras, por exemplo. Mesmo entre aqueles que vestiam a farda e seguiam carreira é possível detectar pouco penhor militar, no sentido contemporâneo atribuído ao oficial. Acreditamos que somente a partir da década de 1930, mais precisamente com a consolidação do Exército na condução do destino político do país – o que ocorre a partir do Estado Novo – é que verificamos uma profissionalização efetiva no Exército brasileiro.[70] Vale enfatizar o que já foi mencionado: o clima das disputas militares da Primeira República foi marcado por conflito de propostas, logo, de construção de um modelo adequado para o Exército nacional. O núcleo de oficiais treinados na Alemanha, reunidos em torno da revista *A Defesa Nacional*, em 1913, certamente contribuiu para impulsionar o projeto de modernização, mas de forma alguma foi o que inaugurou o debate sobre o assunto. Conforme demonstrado por Frank McCann (2007), o desejo de profissionalização militar aparece nos relatórios

[70] Sobre o papel do Exército na política, durante a década de 1930, e sua efetiva profissionalização, destacamos as análises empreendidas por Edmundo Campos Coelho (2000), Ítalo Tronca (2004), José Murilo de Carvalho (2005) e Frank McCann (2007).

ministeriais desde o final do século XIX. Confirma-o Jehovah Motta (2001), ao mostrar que as reformas curriculares, desde 1874, já estavam preocupadas em fornecer a devida formação prática para os oficiais.

Foi, portanto, nesse clima que os historiadores de farda da Guerra do Contestado estudaram. Esses aspectos da formação do oficial do Exército certamente não explicam a tendência de alguns deles para a produção intelectual, mas nos dá pistas sobre idéias, leituras e posicionamentos presentes na construção narrativa da Guerra do Contestado.

Diante do exposto, já é possível sugerir que os oficiais historiadores, tal como os intelectuais "paisanos" do seu tempo, tinham um projeto de nação para o Brasil, no inicio do século XX.[71] As condições de produção de suas obras, a formação recebida nas academias militares, bem como o público para o qual os textos foram escritos, não os fecham no mundo militar. O ambiente escolar nas academias de formação de oficiais no inicio do século XX, a despeito das reformas curriculares, permitiu o cruzamento de gerações e culturas distintas num momento de revisão das experiências políticas republicanas e da própria atuação do Exército nos rumos políticos da nação.

Dito isso, é preciso rebater outro argumento que pode colocar em dúvida a vocação intelectual dos historiadores de farda: o fato de se debruçarem sobre a história do Exército, ou seja, terem produzido sobre a corporação e o oficio ao qual estavam ligados. Como bem nos lembra Ângela de Castro Gomes (1996), em seu estudo sobre periódicos em circulação durante o Estado Novo, Pandiá Calógeras, Rio Branco, Rui Barbosa e tantos outros também se imortalizaram como intelectuais, dedicando-se a produzir sobre o seu oficio e não foram encarcerados no mundo de suas respectivas atuações profissionais.

Outra questão que merece destaque é o fato de que a História está se profissionalizando no Brasil no momento da produção dos historiadores de farda, acerca da atuação militar na Guerra do Contestado. Não temos nesse período ainda uma firmada separação entre os intelectuais e o Estado, ao menos entre os que se dedicam à História; tampouco entre a História e o jornalismo, uma vez que muitos historiadores, assim considerados pelo suplemento literário de *Autores e Livros* e pela revista *Cultura Política* – ambas em circulação entre 1941-1945 –,

[71] O tema será desenvolvido no capítulo seguinte.

analisados por Ângela de Castro Gomes (1996), iniciaram suas atividades intelectuais nas páginas dos jornais, tal como José de Alencar, João Francisco Lisboa, João Ribeiro e Gonçalves de Magalhães.

Os oficiais do Exército compartilharam as mesmas mazelas e os mesmos louros dos considerados historiadores do seu período. Se assumiram um discurso patriótico e nacionalista, também apresentaram rigor de pesquisa na fabricação de suas histórias; se estiveram ligados ao Exército, também possuíram vínculos com instituições acadêmicas de reconhecido caráter científico, como o do Instituto de Geologia e das unidades regionais do Instituto Histórico e Geográfico, espalhadas pelo Brasil. Não lhes faltou a erudição para articular pesquisa, narrativa e filosofia nas interpretações dadas para a Guerra do Contestado. Eles versaram sobre folclore, lingüística, etnologia, geologia, botânica, literatura e tantas outras áreas de conhecimento. Seus textos tiveram repercussão dentro e fora do mundo militar, o que pode ser comprovado pelas palestras que proferiram, pelos comentários que expuseram na imprensa, pelas editoras que publicaram seus livros.

Outra característica que os historiadores de farda compartilharam com os historiadores do seu tempo foi a atuação na imprensa. Boa parte deles foram correspondentes de jornais da época. Uma declaração de Dermeval Peixoto (1960, p. 207) é reveladora da relação de oficiais do Exército com a atividade jornalística. Esse historiador de farda registrou em suas reminiscências que, no ano de 1905, no contexto do fechamento da Escola de Formação de Oficiais da Praia Vermelha, muitos dos expulsos desempenharam a atividade de suplentes de revisores do jornal *Correio da Manhã*, da Capital Federal. Somando essa informação com a comprovada atuação dos historiadores de farda como correspondentes de jornais durante a Guerra do Contestado, podemos afirmar que a relação dos oficiais com a imprensa antecedia a própria experiência de guerra. Certamente, em função dessa proximidade, além do contato direto que mantiveram com a guerra, é que se deu a colaboração dos mesmos com a imprensa brasileira.

Ainda em relação à atuação jornalística dos historiadores de farda, não é possível afirmar que possuíam autonomia para escrever e publicar o que bem quisessem, entenda-se, falar mal da corporação à qual estavam ligados. Mas isso também era limitado para os demais intelectuais de sua época. Como já demonstrado, Dermeval Peixoto, por exemplo, fez várias críticas à atuação do

general comandante das operações militares no Contestado, no seu livro lançado ainda quando possuía patente de segundo-tenente, assim como Vieira da Rosa e Pinto Soares não se eximiram de criticar superiores e decisões militares. Em crítica à instituição militar, Peixoto assim se manifestou:

> A deficiência de nosso aparelhamento militar exaltou-se ao primeiro momento da necessidade de seu emprego. Testemunhando o que se passou quando foi preciso levar forças ao campo, é-se impelido ao brado patriótico – armemos a Nação! É doloroso confessar: - estaríamos de sobra derrotados se estivéssemos presentes a uma guerra de verdade... e triste de nós se, no momento em que venha porventura tornar-se mister mobilizar o exército, repetir-se semelhante cena de desorganização de seus elementos e de seu conjunto. A despeito do ardente desejo pelo seu engrandecimento, por parte de grande número de seus oficiais, o exército é, em quase tudo, o mesmo ou pior que o de vinte e cinco anos atrás. Apesar das alterações consecutivas de seus uniformes, das mudanças de nomes das repartições e das permutações de aquartelamentos, o que se tem dado, periodicamente, satisfazendo a intermitência febril de papeleiros desorganizadores, o exército é o mesmo de outrora (PEIXOTO, 1995a, p. 28).

Essa crítica, presente no segundo volume do livro publicado em 1917, enquanto ainda assinava com o pseudônimo de Criveláro Marcial, não impediu que a obra circulasse. Também merece destaque que suas idéias não foram contrariadas pelos demais historiadores de farda que reconheciam nela estudo “aprofundado” e “narrativa fiel”, exceção feita ao amargurado Vieira da Rosa que afirmou que a única obra escrita sobre a Guerra do Contestado digna de confiança seria a de Pinto Soares, intitulada *As lutas do Contestado perante a história* (1920). Poder-se-ia argumentar que o recurso ao pseudônimo, feito por Peixoto, denuncia um receio de repreensão militar, o que não é totalmente infundado; no entanto, tal cuidado parece ter um caráter mais simbólico do que de busca de anonimato. Primeiro, porque o texto deixa pegadas claras de que foi escrito por um oficial militar que atuou na guerra: o nome Criveláro Marcial é uma clara menção à carreira das armas. Além disso, no tempo em que ele esteve no teatro das operações, já havia externado seu desejo de publicar uma obra sobre o assunto. A minuciosa busca nos arquivos locais, o recolhimento de objetos pertencentes aos fiéis e a coleta de depoimentos, junto aos habitantes da região e aos sertanejos ligados ao movimento são pistas incontestáveis daquilo que certamente era de notório conhecimento entre os seus superiores no campo de batalha: seu desejo de imortalizar tais feitos em um livro.

Os elementos descritos, embora com algumas ressalvas, também se aplicam ao mais bajulador dos historiadores de farda: Herculano Teixeira d'Assumpção. Também ele manifestara interesse em redigir uma obra sobre a campanha militar durante sua estada no campo de batalha. A diferença entre o oficial mineiro e Peixoto reside no fato de que Assumpção construiu uma obra que raramente contraria e questiona as decisões do seu superior, mas não deixa de ser rigorosa na pesquisa e na apresentação dos argumentos. Dermeval Peixoto também enaltece os feitos militares, mas se mostra menos comprometido com a instituição do que o secretário da Coluna Sul, tenente Herculano Teixeira d'Assumpção.

Os historiadores de farda eram intelectuais. Como quase todas as outras categorias, eram também representantes do mundo em que viviam. Suas idéias atravessavam as barreiras institucionais, ao imiscuir-se nos debates nacionalistas, políticos e sociais do seu tempo – e não apenas no atinente ao mundo militar –, mas também eram representativas da instituição à qual estavam ligados. As obras dos historiadores de farda são, desse modo, produções situadas numa encruzilhada, pois apontam para várias direções: as trilhas do jornalismo, da história, do oficial do Exército, do literato, do cientista político e do etnógrafo. Uma produção de fronteira, sem dúvida, mas não alheia às demais produções intelectuais do seu próprio tempo. Os historiadores da Guerra do Contestado não mantiveram uma relação sitiada com o Exército, separando os interesses militares dos interesses do Estado; eles estão mais para ideólogos do Estado do que para intelectuais militaristas.

Acreditamos que entre a versão da História Militar contada por um historiador de farda do início do século XX e outra versão contado escrita por um militar formado na geração posterior à vinda da Missão Militar Francesa, há diferenças razoáveis, visto ser o último mais técnico/profissional que o primeiro. Os historiadores de farda da *belle Époque* brasileira, que narraram os feitos militares no momento da Guerra do Contestado, montavam uma proposta para a nação brasileira, proposta essa que colocava o Exército como partícipe e não como uma instituição descolada da nação.

Vale ressaltar que não compartilhamos das teorias organizacionais, como as defendidas por Samuel Huntington (1996), que pensam que a profissionalização do Exército tende a afastar a instituição da política, o que

poderia ser transposto aqui para a idéia de que essa profissionalização produziria intelectuais militares desligados dos debates políticos do país. Refuta tal idéia a existência de Paula Cidade, de Umberto Peregrino e do próprio Werneck Sodré, todos com produção em períodos em que o ideal institucional das Forças Armadas se apresenta em condições completamente diferenciadas daquelas dos oficiais da Primeira República. Tampouco queremos condicionar a existência dos historiadores de farda à formação positivista – ou científica, na concepção dos "jovens turcos" –, impressa nos currículos escolares das academias militares da geração que estudou na Praia Vermelha, em contraposição à formação técnica aplicada a partir da era da Missão Militar Francesa. Fazer tal relação incorreria nos problemas identificados nas reflexões organicistas de Huntington, que tem uma visão homogeneizadora e evolucionista do envolvimento das Forças Armadas com a sociedade.

Nossa argumentação propõe colocar os militares no seu devido tempo. A profissionalização do Exército não impede a existência de oficiais intelectuais, mas percebe-se uma tendência a deslocar as discussões da nação para o Exército, ou seja, há uma tendência para a especialização dos assuntos militares, enquanto antes havia uma nacionalização dos problemas, cabendo ao Exército papel importante na resolução dos mesmos.

Em termos intelectuais, é possível perceber uma tendência dos historiadores de farda a não acompanharem as transformações no método das ciências sociais e continuarem construindo uma História dentro dos moldes tradicionais, com referenciais de um paradigma atrasado. Isso não se aplicaria, obviamente, a Nelson Werneck Sodré que, em sintonia com sua geração, usou o método histórico-dialético para analisar a História. Contudo, parece aplicar-se a Paula Cidade, a Umberto Peregrino e, mais recentemente, ao general Aureliano Pinto de Moura (2003) que publicou um livro sobre a Guerra do Contestado, claramente "inspirado" no livro de Dermeval Peixoto, nada inovando em termos de idéias e de pesquisa.

2.4 OS HISTORIADORES DE FARDA

Entre 1914 e a década de 1930, um número significativo de livros sobre a Guerra do Contestado foi escrito por oficiais do exército que tiveram participação efetiva na repressão ao movimento. O fato em si não é estranho, pois toda guerra

fabrica uma montanha de papéis, como partes de combate, correspondências, telegramas oficiais, avisos, ordens, apresentação dos planos e estratégias, manuais de instrução etc. Essa documentação, por si só, revela o grande aparato burocrático mobilizado para uma ação militar. Também não é novidade a construção de manuais técnicos militares e relatórios − fonte mais extensa e de maior cuidado na elaboração − pois, como testemunhos voluntários, se destinam a prestar contas e a perpetuar a memória da ação militar pelos tempos. Numa terceira categoria, verificam-se, como fruto da guerra, memórias de oficiais e, em casos mais raros, de soldados, que podem aparecer em diários de campanha ou em livros publicados. A quarta categoria de produção sobre guerra é menos comum que as anteriores, pois se enquadra numa especialização. São as tentativas de alguns oficiais militares de escreverem a história do que "realmente aconteceu".

Muitas vezes, a elaboração ou, pelo menos, a publicação dessas obras de história ocorre tempos depois da guerra, mas no caso do Contestado elas não somente foram idealizadas no campo de batalha como algumas foram iniciadas no *front*, haja vista a surpreendente proximidade entre a guerra e a sua publicação. Frequentemente tais obras se confundem com as memórias, pois compartilham das reminiscências do autor para a fixação do que aconteceu. Entretanto, se distinguem pela pesquisa empreendida, pela busca de imparcialidade e pela declarada manifestação de estar produzindo *história***,** e não *memória*.

Para diferenciar a memória da história da guerra, passaremos a designar os oficiais que se empenharam na última missão de *historiadores de farda*. A proposta é centralizar a discussão nos textos da Guerra do Contestado produzidos pelos oficiais ilustrados. Antes de dar inicio à análise, achamos necessário deixar mais explícita a categoria que ora inventamos.

Na abordagem aqui proposta, historiador de farda seria um oficial que se dedica, embora não exclusivamente, mas principalmente, à história militar. Os historiadores de farda compartilham entre si, além da formação militar, conferida em escolas de formação de oficiais, o fato de não publicarem apenas em espaços militares, de não visarem apenas à platéia das forças armadas e de adotarem referenciais teórico-metodológico-científicos compartilhados pelos intelectuais "civis" na construção de suas obras. Com os historiadores acadêmicos compartilham, muitas vezes, fontes, leituras e atuação em meios de comunicação, como revistas e jornais, dentro e fora do círculo militar.

A formação dos historiadores de farda está enraizada nas escolas militares, no entanto, ainda que fortemente influenciados pela formação educacional recebida, a dedicação à história, bem como a erudição desses intelectuais, não pode ser circunscrita aos ensinamentos formais oferecidos pelas instituições castrenses. À formação escolar deve ser acrescida uma busca individual que inclui aprofundamento em assuntos de interesse, leituras extras que muitas vezes fogem do currículo das academias militares. O caso de Euclides da Cunha é exemplar, pois, formado na Escola Militar da Praia Vermelha, sua erudição o distingue dos demais oficiais de sua geração. Em sua produção podemos localizar leituras e debates oriundos dos ensinamentos cientificistas ofertados na escola de formação de oficiais do Exército do final do século XIX, mas também leituras, abordagens e interesses individuais que o singularizava. Para o primeiro caso, cita-se o interesse pelos aspectos militares da Guerra de Canudos e a leitura de teorias evolucionistas, como a de Herbert Spencer; para o segundo, a rebuscada narrativa, a linguagem figurada, o não menos rebuscado vocabulário. Vale destacar que Euclides da Cunha já havia se desligado da instituição quando da produção de suas obras; contudo, a formação militar ainda o perseguia, o influenciava.

Tal fato o aproxima de Nelson Werneck Sodré. O intelectual marxista de geração posterior a de Euclides, mesmo após se desligar do Exército (o que fez por pressão política, após o golpe de 1964, e não por vontade própria), sempre reconheceu a importância da formação militar recebida em sua atuação intelectual.[72] Os dois compartilham também uma produção sobre assuntos não estritamente militares, tais como a *História da imprensa*, de Sodré, e *Contrastes e confrontos*, de Cunha.

Diferentemente desses dois intelectuais, os historiadores de farda da Guerra do Contestado permaneceram na carreira militar até o fim dos seus dias, e isso teve um peso significativo em suas investidas intelectuais. Sendo assim, eles estão mais próximos de Francisco de Paula Cidade – um dos mais prestigiados historiadores de farda entre os oficiais do Exército – que dos camaradas afastados da caserna.

---

[72] Sobre a produção intelectual de Werneck Sodré, destacam-se as publicações: *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*, organizado por Marcos Silva (2001), *Um olhar à esquerda*, de Paulo Ribeiro da Cunha (2002), e *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*, organizado por Paulo Cunha e Fátima Cabral (2006).

Com isso, vale acrescentar outro elemento à categoria aqui proposta: o historiador de farda é aquele que, além das características descritas acima, produz livros de história. Não se incluem no elenco de história obras técnicas, como relatórios ou mesmo memórias, como já afirmado acima, mas produções que demandaram pesquisa, que se apresentam como obra de história e que compartilham com a disciplina histórica métodos e técnicas.

Em praticamente 20 anos, após o fim da Guerra do Contestado, foram escritas mais de três mil páginas sobre as operações militares, todas de autoria de oficiais que viveram a experiência de batalha. Essas obras apresentam em comum, como já afirmado, o fato de seus autores terem estado no campo de guerra, atuando militarmente, incorporado uma rica e diversificada documentação primária, e pretendido a imparcialidade, logo, a veracidade do seu discurso, mesmo quando acompanhado do título de “reminiscências da guerra”. A preocupação em entender a lógica dos habitantes do interior do Brasil e apresentar uma proposta de integrá-los à nação também é traço marcante nos historiadores de farda do Contestado. Outra característica reveladora das similaridades entre obras e autores é o fato de as últimas terem sido debatidas e publicadas em instituições acadêmicas tradicionais, como as unidades do Instituto Histórico e Geográfico espalhadas pelo país. Registra-se, por fim, uma tentativa de explicar os fatores responsáveis pela origem e desenvolvimento do conflito que invocava São João Maria e São Sebastião, o que permite identificar uma filosofia da história orientando tais interpretações, além de ser recorrente o diálogo velado ou explícito com o clássico *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

Até o momento, apenas apresentamos resumidamente algumas características gerais das histórias contadas por esses oficiais, mas ainda não sabemos quantos nem quem eram eles. Eis a lista dos nomes e da patente que possuíam no momento da atuação no *front*:

1. Antonio Alves Cerqueira – Capitão Médico do Exército.
2. Ezequiel Antunes – 1º Tenente
3. José Vieira da Rosa - Capitão
4. José Octaviano Pinto Soares – 2 - Tenente
5. Herculano Teixeira de Assumpção - 1º Tenente
6. Dermeval Peixoto – 2º Tenente

Passaremos, em seguida, à análise individualizada das obras, para, no final, confrontá-las. O objetivo é, inicialmente, apresentar um esboço da trajetória dos historiadores de farda, mas, também, destacar fases da guerra e as diversas explicações conferidas a ela.

2.4.1 Antonio Alves Cerqueira

Durante a campanha do Contestado, boa parte dos correspondentes da imprensa eram oficiais militares que atuavam no campo de batalha. Em seus artigos tentavam explicar a origem do movimento e apontar os responsáveis pelo "fanatismo que assolava os sertões". Alguns fizeram de suas partes de combate verdadeiras crônicas da guerra que, unidas aos artigos publicados na imprensa, deram origem a publicações sobre o conflito.[73] O melhor exemplo dessa trajetória é a do médico, à época com a patente de capitão do Exército, Antônio Alves de Cerqueira. Jovem oficial, contava à época 31 anos de idade. Esteve presente no Contestado de 31 de janeiro a 6 de abril de 1914, logo, atuou diretamente nas primeiras expedições militares, ainda no momento em que os recursos eram escassos.[74] Sua publicação *A jornada de Taquaruçu: feito guerreiro* é uma das poucas fontes que temos redigidas por um observador direto acerca dos combates de Taquaruçu e Caraguatá, realizados nos meses de fevereiro e março daquele mesmo ano.

O livreto de quarenta e sete páginas, publicado em 1936, é apresentado como uma terceira edição da parte de combate escrita por Cerqueira durante sua atuação no campo de batalha. Trata-se de uma análise crítica do serviço de saúde militar que atuou nos primeiros momentos da Guerra do Contestado.

O historiador de farda afirma, na edição aqui analisada, que a primeira versão do seu texto ocorreu no *Boletim do Estado-Maior do Exército* e a segunda, na *Revista de Medicina Militar*. Em nenhum dos casos o autor especifica a data, o que dificultou a localização dessas publicações para efetivo confronto. Há que se destacar que encontramos nas páginas da imprensa catarinense parágrafos inteiros do texto de Cerqueira, o que revela sua atuação como correspondente militar

[73] Documento destinado a relatar uma batalha. Geralmente era redigido pelo comandante de uma unidade militar.
[74] As informações que serão apresentadas aqui sobre idade, patente, tempo de permanência na região do Contestado, foram retiradas do Almanaque dos oficiais. Essas fontes encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo Histórico do Exército.

durante o tempo que atuou na repressão ao conflito. Fragmentos do texto, que se tornaria livro também, aparecem reproduzidos nas obras escritas por Dermeval Peixoto e por Herculano Assumpção, em 1916 e 1917, respectivamente.

A tardia publicação em livro, duas décadas após o registro em documentação militar e em revista especializada, revela o interesse que a Guerra do Contestado despertava passados vinte anos do seu fim. O relato de Cerqueira aparentemente ganhou notoriedade, conforme se verifica no convite realizado para discursar no Clube Militar, em 1915, o que aparece destacado na introdução da versão de 1936, ao afirmar:

> Tanto que se tornou conhecido o presente escrito, recebeu o autor, de seus companheiros de jornada, as mais cativantes demonstrações de generosidade, quer verbalmente, quer em cartas, que serão guardadas como penhor da fidelidade com que foram narrados os presentes fatos (CERQUEIRA, 1936, p. 8).

A terceira edição é simples, nela não se exibe sequer o nome da editora. O registro de que se trata de uma “nova edição”, conforme aparece em caixa alta na capa, faz referência indireta às publicações anteriores, mas também sugere algumas alterações entre a primeira e a presente edição. Por meio de fragmentos da parte de combate de Cerqueira, reproduzido parcialmente por outros historiadores de farda, percebe-se que sua crítica ao serviço de saúde, feita no momento da guerra, beira a insubordinação. O tom indignado não é repetido na edição da década de 1930. Aliás, o fragmento sobre o serviço de saúde foi excluído da versão final. Em 1914 o médico e oficial denunciara:

> O serviço de evacuação do posto de socorro para o acampamento de Perdizes e daí para outros pontos para onde devíamos marchar revestiu-se da maior das dificuldades. Basta dizer que alguns feridos tiveram que viajar montados, outros em macas nas costas dos soldados extenuados em um combate de seis horas, o que constitui uma verdadeira calamidade não só pelas distâncias a vencer como pelos caminhos a percorrer. Estou crente de que se tivéssemos de combater um inimigo inteligente e regular muito provavelmente teríamos deixado no campo todos os nossos feridos pela absoluta falta de transporte quando tudo isto podia ser remediado com uma formação sanitária bem organizada, não extenuando assim pelo transporte de feridos, tantos soldados quem em uma ação de retirada ainda poderiam estar prestando reais serviços na linha de fogo (CERQUEIRA, apud PEIXOTO, 1995c, p. 70).

É também de Cerqueira uma das descrições mais comoventes dos estragos feitos pela artilharia militar na vila habitada pelos sertanejos. O autor demonstra certa ambigüidade ao tratar a violência da guerra, sugerindo em alguns momentos

um tom de denúncia pela fúria do ataque militar que vitimou mulheres e crianças. Num estilo que primava pela emotividade, assim se exprimiu sobre o combate realizado em março de 1914, no reduto de Caraguatá:

> O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso. Grande número de cadáveres, calculado, por uns, em 40 e tantos e, por outros, em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos: bois, cavalos, (...)., casas queimadas (...). Fazia pavor e pena o espetáculo que então se desenhava aos olhos do expectador. Pavor motivado pelos destroços humanos; pena das mulheres e das crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reduto (CERQUEIRA, apud PEIXOTO, 1995a, p. 114).

Na edição de 1936, o autor suprime estas passagens e apresenta a inclusão do seu texto como "Contribuição ao estudo da História Militar do Brasil". Ademais, seu cuidado em não ferir suscetibilidades, como se dizia à época, fica evidenciado ao afirmar: "Ao escrever estas linhas, só tive em mira ser, de algum modo, útil à classe a que dedico os meus dias, abeirando-me o mais possível da verdade, sem o intuito de magoar os belos companheiros desta inglória jornada" (CERQUEIRA, apud PEIXOTO, 1995a, p. 45).[75]

A referência ao posto militar ocupado, feita na capa do livro, a confissão de que dedicava os seus dias à "classe" militar e a declaração de que tal publicação seria uma contribuição ao estudo da história militar indicam a importância que esta disciplina ganhara, passados dez anos de atuação da Missão Militar Francesa no Brasil; sugerem ainda uma profissionalização da disciplina nas academias militares. Antes se ensinavam História Antiga e História Contemporânea, mas, com a reforma feita por Benjamin Constant, quando ministro da Guerra (1890), essa última passou a ter ênfase em História do Brasil. Essa disciplina não existia, ao menos com esse nome, até 1905. Segundo Jehovah Motta (2001, p. 185), o currículo das escolas de formação de oficiais de 1898 incluía uma disciplina chamada História Universal com ênfase em História do Brasil e em Corografia Pátria. Na reforma curricular de 1905, feitas a partir das propostas de modernização do Exército, elaboradas pelo ministro da Guerra José Nepomuceno de Medeiros Mallet (1898-1902), a ênfase foi dada na formação técnica do oficial. Nesse currículo já encontramos a disciplina chamada História

---

[75] O autor não revela os melindres de quem temia ferir, mas certamente estava se referindo aos oficiais que atuaram no Contestado e que, na época em que reeditou o pequeno livro, estava vivo. Poderia também estar se referindo indiretamente às primeiras publicações feitas por militares sobre a Guerra do Contestado. Como veremos a seguir, Vieira da Rosa ficou profundamente ressentido com a forma como foi apresentado na narrativa de Herculano Teixeira d'Assumpção.

Militar; no entanto, o mesmo pesquisador destaca as dificuldades para sua execução, cabendo à força da tradição da antiga cultura escolar da Praia Vermelha o maior peso para concretizar as mudanças.[76]

É possível que Cerqueira, ao mencionar na edição da década de 1930 que seu livro se tratava de uma contribuição à história militar, estivesse manifestando seu interesse em vê-lo utilizado nas escolas de formação de oficiais. A maioria dos livros publicados até o inicio da década de 1920 pelos historiadores de farda do Contestado se apresenta como uma história da guerra, e não como uma história militar *stricto sensu*. O gênero seria amadurecido nas décadas posteriores e acompanharia a própria profissionalização do Exército. Como já mencionado, em referência ao trabalho de Amanda Pinheiro Mancuso (2007), somente na década de 1970 o Exército publicaria a versão oficial da sua história.

Outro elemento importante da capa do livro é a rubrica abaixo do nome do autor, onde ele faz questão de ostentar que é "Médico do Exército e professor da Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano". O Instituto − centro de prática, estudo e difusão da homeopatia − funcionava no Rio de Janeiro, certamente cidade de residência de Cerqueira no período.[77] Ainda na década de 30, mais especificamente entre 11-2-1935 e 24-6-1936 ele dirigiu o HCE – Hospital Central do Exército – já gozando a patente de coronel médico.

Quanto à contracapa, é preciso destacar que em relação a suas publicações mencionadas, todas posteriores à atuação na Guerra do Contestado, o autor se apresenta especializado em temas ligados à higiene e à saúde militar. São três publicações dessa ordem: *Guia para instrução das tropas de saúde em tempo de paz; Páginas perdidas acerca da organização sanitária do Exército e Postilas de fisiologia – 1º fascículo.* Além disso, demonstra interesse pela literatura, ao tratar do poeta mineiro Belmiro Braga em *O rouxinol mineiro: perfil biográfico do poeta Belmiro Braga.* Este esboço biográfico foi publicado originalmente como artigo no *Jornal do Comercio*, do Rio de Janeiro.[78]

---

[76] Cabe ressaltar que nas reformas curriculares de 1913 e de 1918 já aparece a disciplina que se chamaria de História Militar do Brasil; no entanto, no currículo de 1929, ela volta a se chamar simplesmente História Militar (MOTTA, 2001, p. 185).

[77] Sobre o funcionamento do Instituto Hahnemanniano do Brasil, ver o capítulo I da dissertação de Mestrado de Renata Palandri Sigolo, *Em busca da "Sciencia Médica": a medicina homeopática no início do século XX* (1999).

[78] Em 27 de março de 1932, conforme informação disponível em: http://www.jgaraujo.com.br/trovadores/01_belmiro_braga_prefacio.htm. Acesso em: 18 nov. 2007.

O poeta, nascido nas proximidades de Juiz de Fora a 7 de janeiro de 1872, havia lançado os livros *Cantos e Contos*, em 1906; *Rosas*, em 1911; *Contas do meu Rosário*, em 1918 e *Tarde Florida*, em 1925. Vale ressaltar que Belmiro Braga era amigo de Lima Barreto e com ele manteve contato nas primeiras décadas do século XX. Entre as correspondências do escritor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, encontramos uma que demonstra, além da cumplicidade afetiva, também a afinidade política entre os dois intelectuais, conforme pode ser observado no tom íntimo da missiva.

> Lima Barreto,
> Prezado e ilustre amigo. Escrevo-te da velha Garnier – o cocho onde a velha tropa literária vem todos os dias lamber sal. Recebi dois postais teus e ainda não tinha acabado de decifrar o primeiro, recebi o segundo (...). *Numa e a Ninfa* tem me deliciado a grande. Que pena tão fina jóia em tal estojo! (...)
> Que voltes gordo e com muita coisa linda no teu "coco" privilegiado. Adeus, meu caro Barreto.
> Receba o coração do teu
> Belmiro

A carta não nos diz muito sobre a relação de Cerqueira com os escritores citados, mas nos apresenta a admiração do historiador de farda pelos intelectuais críticos, como era o caso de Belmiro e Barreto.

Além dessa referência, outra que sugere a relação do médico com a língua e literatura é a publicação *Dúvidas de linguagem*; porém, em vista da impossibilidade de consultar o livro não podemos afirmar se se trata efetivamente de um texto sobre a linguagem médica ou sobre Língua Portuguesa, conforme sugere o título. De qualquer forma, sabemos da queda do oficial pelo oficio das Letras. Essa tendência aparece no seu *Jornada de Taquaruçu*, na seguinte declaração: "como estrangeiro nos arcanos da ciência da guerra, limitei-me ao recontamento dos fatos tais como sucederam, sem discuti-los" (CERQUEIRA, 1936, p. 45). O uso de "arcanos" para referir-se à ciência da guerra indica não somente a visão que o autor tinha da ação bélica – lugar de mistério –, mas também o cuidado com o vocabulário e as imagens para representar sua iniciação na História Militar.

Por fim, entre os textos publicados de Cerqueira destaca-se sua investida na história, além de certo saudosismo com relação à região de origem, Minas Gerais. À escolha de um poeta mineiro como Belmiro Braga, para objeto de

estudo, deve-se acrescentar *O Monte Verde: esboço corográfico e histórico do município*, também sem data.

Resta agora tratar especificamente da interpretação do autor sobre a Guerra do Contestado. Embora tenha declarado ser imparcial na sua narrativa, ele deixa claro sua perspectiva unilateral da origem dessa guerra, ao afirmar:

> Um grupo de desordeiros, aproveitando-se da situação anormal daquelas paragens e sob a capa de fanatismo que é o que dão lugar o atraso a ignorância da nossa gente sertaneja, começou a reunir *fiéis* para realização de práticas pseudo-religiosas. E a vaga foi crescendo até que para alimentar toda essa gente foi preciso tocar o seu fito, isto é, entrar a depredar a propriedade alheia.
> Neste comenos, o banditismo, visando a saciedade dos seus instintos de crueldade e malvadez, enveredou pelo caminho escuso do assassínio e do roubo, procurando tirar todo o partido possível (CERQUEIRA, 1936, p. 9-10, grifo do autor).

O contraste dessa interpretação com aquela que denunciava na imprensa a violência do ataque a Caraguatá, com corpos de homens e mulheres estraçalhados, é gritante. O historiador de farda firma, com a edição da década de 30, uma interpretação conservadora de banditismo, politicagem e fanatismo para explicar o movimento sertanejo no Sul do Brasil. Os fiéis são representados como animais guiados pelo instinto. Isso reduzia a cena do morticínio de Caraguatá a uma banalidade. O tom de denúncia na escrita do período da guerra é substituído na nova edição pela justificativa para a violência do exército.

Antonio Alves Cerqueira, tal como os demais historiadores de farda, não resiste a estabelecer uma relação do conflito ocorrido no Sul com Canudos. A referência é indireta, mas pontual, ao ser escolhida para fechar a narrativa. Trata-se, conforme registrado em nota de rodapé, de citação de um discurso proferido na Faculdade de Medicina da Bahia, pelo médico Anísio Circundes de Carvalho. Tal discurso foi feito "quando regressavam de Canudos as forças vitoriosas" (CERQUEIRA, 1936, p. 47). Eis o epílogo do livreto que nascera da experiência do oficial na Guerra do Contestado: "E quando extasiado olhardes para as bandas do oriente, vereis aqueles clarões multicores; é o futuro de nossa Pátria que se levanta; é o gigante do Sul; é o Brasil" (CERQUEIRA, 1936, p. 47). Nada mais patriótico! Nada de estranho na declaração de um oficial do Exército. Mas tal desfecho encerra um distanciamento crucial entre o militar que viu a violência no campo de batalha e aquele que a representou objetivamente, passadas duas décadas, em seu livro chamado *A jornada de Taquaruçu: feito guerreiro*.

A jornada da narrativa de Alves Cerqueira, desde seu registro na parte de combate de 1914 até a publicação em 1936, parece acompanhar a jornada profissional do autor e, por que não dizer, do próprio exército com o qual ele tanto se identificava no momento de lançamento do livro. A profissionalização do Exército marcou o distanciamento do historiador de farda e da instituição militar com o outro, nesse caso, com o sertanejo. O olhar perspectivo do militar, que beirou a denúncia da guerra no relato produzido no calor da hora, foi substituído por uma narrativa laudatória dos feitos militares, insensível para com os habitantes do interior do país. Vantagens do profissionalismo e da modernização militar?

2.4.2 Ezequiel Antunes de Oliveira

Outro médico presente no campo de batalha e que fez de sua experiência objeto de estudo foi Ezequiel Antunes de Oliveira. Nascido no Rio Grande do Norte, era filho do tenente-coronel José Antunes de Oliveira e de Joana Soares de Oliveira. A família era ilustrada. Consta entre seus irmãos o poeta, de destacada atuação na emancipação do Acre no inicio do século XX, Juvenal Antunes, e a também poeta Etelvina Antunes de Lemos. O curso de medicina foi feito na Faculdade de Medicina do Recife. Serviu como militar em Belém no Pará e, após a Guerra do Contestado foi designado para atuar em São Paulo. No ano da campanha contra os fiéis de João Maria, Antunes possuía a patente de primeiro-tenente e, assim como Cerqueira, esteve presente nos primeiros combates efetuados pelas forças oficiais contra os seguidores de José Maria. Aliás, é do seu colega de profissão um dos registros de sua participação na batalha de Taquaruçu em fevereiro de 1914:

> O Dr. Ezequiel Antunes, na execução das ordens emanadas da chefia do serviço, revelou-se, não só um militar disciplinado, zeloso e reto no cumprimento dos seus deveres senão também um profissional consciencioso, inteligente e trabalhador, mostrando-se de uma atividade sem par no serviço que lhe era afecto (CERQUEIRA, 1936, p. 41).

Antunes chegou ao palco do conflito em 29 de janeiro de 1914 e lá ficou até 3 de abril do mesmo ano. Por motivos ignorados deixou a região, retornando em outubro com a expedição comandada por Fernando Setembrino de Carvalho, ali permanecendo até maio de 1915. No ano de 1918 foi convidado a proferir

palestra na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do qual fazia parte como membro da Comissão de História. Embora tenha declarado o projeto de redigir um livro sobre o assunto, foi possível localizar apenas a publicação das conferências por ele proferidas. Sob o título *O Contestado entre Paraná e Santa Catarina*, propõe-se a buscar as raízes religiosas e políticas do movimento sertanejo do Sul.

A narrativa de Antunes é marcada pela experiência como médico com maior destaque do que a de Cerqueira. Enquanto seu colega se identificava com a homeopatia, Antunes desprezava esse tratamento: ele o aproximava das práticas de cura popular predominantes no interior do Brasil. As análises e denúncias que faz do exercício de curandeiro aplicado pelos monges é o mote de que se vale para destilar sua crítica à sociedade homeopática, também combatida na imprensa carioca.

De acordo com Regina Palandri Sigolo (1999), no inicio do século XX a preocupação dos médicos se centrou na discussão sobre higiene pública, com destaque para o combate das epidemias e para as campanhas de saneamento. Os nomes mais importantes nesse momento eram os de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Ambos, conforme relata Sigolo (1999, p. 102), foram influenciados pelas teorias microbiológicas desenvolvidas por Louis Pasteur. O principal problema da medicina oficial – alopática – com a homeopatia é sua recusa em aceitar o caráter científico da última. Os hahnemannianos, por sua vez, chamavam a atenção para o fato de que os médicos tradicionais tinham como preocupação antes a doença que o paciente. A discussão animou as páginas dos principais periódicos médicos do inicio do século, bem como a imprensa "leiga", e, pelo que verificamos em Antunes, ultrapassou as barreiras da discussão acadêmica, instaurando-se na prática de medicina popular comum no interior do Brasil.[79]

Ezequiel Antunes relaciona o avanço da homeopatia à ignorância científica que ele acreditava predominar no país. O historiador de farda cita que a instrução nos sertões catarinenses era de tal ordem que os mestres eram escalados entre os "desocupados pernósticos das cidades" com o objetivo de formar massa política para os coronéis da região. Em sua visão, os poucos professores ali existentes

[79] O conflito entre medicina oficial e homeopatia no Brasil foi analisado no capítulo II da já citada dissertação de mestrado de Regina Palandri Sigolo (1999).

eram “fervorosos ledores de jornais, discutidores peritos de politiquices, e, a mais, com a endêmica vocação de aplicarem a homeopatia” (ANTUNES, 1918, p. 28).

Antunes acreditava que esses professores, munidos de sua eloqüência, acabavam difundindo o que chamou de “homeopatiomania”, definida por ele como modismo que teria sua doutrina “no sutil e caviloso propósito de não engendrar estatísticas de mortos... (as *aguinhas* só registram as curas...) no que leva franca vantagem à boba alopatia, tão falível e cheia de necrológios” (ANTUNES, 1918, p. 29).

O olhar crítico do médico não fica restrito aos ataques à sociedade homeopática; ele também se destaca nas referências que faz a nomes e obras de alguns cientistas ligados à medicina popular, como o famoso manual do dr. Chernoviz.[80] Mas somente isso não basta; sua narrativa é totalmente contaminada pelo olhar médico-militar. Antes de explorar melhor sua abordagem e explicação para a Guerra do Contestado, é preciso entender a publicação em si.

O livro foi lançado no ano de 1918. Ele foi patrocinada pelo governo paraense e nasceu da conferência proferida nesse mesmo ano no Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Na folha de rosto, antes de mencionar o fato de ser de membro desse instituto de saber, o autor faz questão de registrar que era “Médico do Exército”. A ordem de apresentação não se deu de forma aleatória. Em primeiro lugar, está ligado a uma instituição militar e, depois, a uma “científica”.

Ao título *O Contestado entre Paraná e Santa Catarina* é acrescido o longo subtítulo *Gênese do fanatismo e a lenda do monge. Origens da rebelião, causas determinantes e seus desastres*. É por esse caminho que Antunes inicia sua abordagem. O livro está dividido em duas partes: na primeira, ele faz uma introdução sobre a vida e a cultura dos sertanejos do Sul do Brasil, com ênfase nos

---

[80] Piotr Czerniewicz (1812-1881) nasceu na Polônia . Formou-se em medicina pela Faculdade de Montpellier (França) e chegou ao Brasil no ano de 1840 conseguindo, no mesmo ano, que seu diploma fosse reconhecido pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Casou-se em 1846 com uma brasileira filha de franceses e abrasileirou seu nome para Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Ficou popularmente conhecido como Dr. Chernoviz graças aos seus manuais de medicina popular: o primeiro intitulado Formulário ou guia médico (1841) e o segundo Dicionário de medicina popular (1842). De acordo com Maria Regina Cotrim Guimarães (2005, p. 1) esse manuais “foram essenciais na difusão de saberes e práticas aprovados pelas instituições médicas oficiais para regiões rurais do Brasil imperial (...) Elaborados de modo a facilitar a leitura, os manuais de medicina popular continham a descrição das moléstias, bem como os conselhos e medicamentos que deveriam ser empregados em cada uma delas, de fácil formulação e úteis na economia doméstica”.

aspectos religiosos e no uso da medicina popular no interior do país, e na segunda são reproduzidos comentários da imprensa de Belém sobre a conferência.

A primeira parte do livro se chama "Das reminiscências do Contestado" e compreende uma narrativa sobre o monge João Maria de Jesus que, como vimos, teria passado pela região no final do século XIX. Ele esboça um olhar indulgente com as práticas médico-religiosas desse profeta e, ao que parece, baseia-se inteiramente nas histórias contadas na região sobre o antecessor de José Maria. Como os habitantes locais geralmente tratavam os dois monges que por lá passaram como uma única pessoa, o historiador de farda também os confunde. Aparentemente ele nem mesmo sabe que foram três "Marias" que pregaram e curaram na região, pois só distingue dois deles, o João e o José.

Em vários momentos do texto, Antunes usa a memória dos fiéis para confirmar suas idéias acerca da cultura sertaneja, embora não se canse de repetir que elas são expressões do fanatismo e da ignorância dos habitantes dos sertões do país. Como exemplo, vale citar o uso que faz da profecia atribuída a João Maria de Jesus, o segundo monge, que teria prevenido os habitantes: "atrás de mim virá alguém que só fará o mal dizendo que faz o bem" (ANTUNES, 1918, p. 31). Essa predição ele não questionou, o que nos parece um contra-senso, pois se ele recusa toda crença popular, como valer-se de uma profecia para fundamentar a sua argumentação? Não seria isso adotar sem a devida crítica o misticismo por ele mesmo rechaçado? Obviamente que Antunes molda a frase ao seu olhar etnocêntrico, ao emendar:

> Entanto a passagem de tal indivíduo nos sertões do estado de Santa Catarina, rudes e incultos, como qualquer pedaço recôndito do Brasil, constituiu no trabalho bruto da superstição e da crendice, a gênese de toda a funesta guerrilha dos fanáticos do Contestado (ANTUNES, 1918, p. 31).

Embora o autor reconheça que havia na região uma ação religiosa dos franciscanos, assim como uns "poucos professores", e mesmo "raros médicos", considera tudo desvirtuado, ineficaz e atrasado. A origem do fanatismo estaria, nesse sentido, na distância daqueles ermos sertões em relação à civilização. Essa é a conclusão a que chega na primeira parte da sua conferência para os membros do IHGP.

Na segunda parte, ele busca traçar as "origens da rebelião", o que ele creditava ao cumprimento da profecia do primeiro monge. José Maria se tornaria

uma cópia perigosa do João, ao assumir a maioria das atividades de seu antecessor, mas seria capcioso, charlatão, politiqueiro, adjetivos dos mais suaves que utiliza para qualificar o “falso monge”:

> Perceberam [alguns habitantes da região] maquinações de natureza política, atos de insubordinação a autoridades constituídas.
> Era que, estabelecido o poderio de José Maria sobre a massa crédula, planos de uma nova seita despótica eram forjados no turbilhão de ambições imperialistas. Tartamudeava-se mesmo que o novo monge quer ser um Rei, deveria governar a tudo e a todos, tendo lhe aparecido um Anjo que lhe inspirara a restauração da Monarquia (ANTUNES, 1918, p. 43).

Na explicação que dá para a origem do movimento, Antunes repete as maledicências da imprensa da época; no entanto, o faz passados mais de dois anos do ocorrido. Ele certamente tivera acesso às obras publicadas pelos seus camaradas que já questionavam algumas informações prestadas por ele na conferência que deu origem à publicação, mas, talvez com o intuito de tornar sua narrativa mais empolgante para a platéia, preferiu reproduzir a versão mais conservadora dos sertanejos e do movimento. Predominou aqui o filtro interpretativo do autor. Dessa forma, as raízes da rebelião que questionou o poder das autoridades constituídas estariam firmadas inicialmente naquilo que chamou a “gênese do fanatismo”: ignorância e crendice dos sertanejos. A presença do segundo monge acrescentaria novos ingredientes à receita que colocaria o povo contra as autoridades. Supostamente mancomunado com políticos locais, José Maria, na versão de Antunes, explorava os ignorantes da terra e fazia valer suas “ambições imperialistas” tal como o suposto desejo de se firmar imperador de uma seita.

Na narrativa, Ezequiel Antunes (1918, p. 3) nos esclarece sobre sua visão de história: “A História parece não exigir grande literatura nem muita ciência. Antes, ela determina, imperativamente, na análise e registro dos fatos, sobretudo, a expressão da verdade”. Nessa versão, o método histórico era simplesmente aquele firmado pela imparcialidade e meticulosidade dos fatos. Para fazer valer sua concepção de história, o autor busca a autoridade do estadista e historiador francês Adolphe Thiers (1797-1877):[81]

---

[81] Adophe Thiers publicou, entre 1823-1827, *Histoire de la revolution*, em dez volumes, o que lhe garantiu lugar na Académie Française, em 1833. De 1845 a 1862, publicou, em vinte volumes, *Le consulat e l´empire*, narrativa minuciosa e cronológica do período correspondente. Em avaliação da produção historiográfica desse autor do século XIX, Philippe Tétart (2000, p. 84) destacou: “Se

> Encontro em A. Thiers a notícia de que Guichardin nunca pensara em escrever História, e, para isso, não fizera aprendizagem alguma. [82] Tinha a alma um pouco triste por natureza e por saciedade da vida. Entanto, não sabendo em que se ocupar, escreveu os anais de seu tempo, com uma largueza de narração, um vigor de pincel, uma profundidade de senso crítico, que colocam a sua obra entre os belos monumentos do espírito humano. A sua frase é longa, emaranhada, um pouco pesada às vezes, e, contudo, caminha como um homem ativo, depressa, mesmo com más pernas (ANTUNES, 1918, p. 11).

O recado parece arriscado para uma platéia de possíveis historiadores, mas bem sabemos que no Instituto Histórico e Geográfico do período havia muitos historiadores "de horas vagas" que, "por falta do que fazer" resolviam redigir os anais do seu tempo, como aparentemente teria feito Guichardin e Thiers, se verdadeiras as informações citadas. Ademais, nesse período não havia distinção entre o homem de Letras e o historiador, mesmo porque a formação acadêmica em História não existia; as pessoas não se especializavam na disciplina, apenas se tornavam historiadores. A breve referência que faz às personalidades presentes a sua palestra demonstra a heterogeneidade do público do Instituto Histórico do Pará: além do presidente, "notável homem de letras, dr. Ignácio Moura", estava presente como consócio um camarada de farda, o coronel Cylleno. Integrado a uma visão tradicional da História, muito próxima da filosofia positivista, Antunes acreditava que a história nada mais é que acúmulo de fatos que se sucedem e que precisam ser organizados para melhor aprendermos com o passado. É o que se denuncia na forma como constrói o seu argumento:

> Fanatismos, opróbrios, violências e extermínios, escapos à argúcia das previsões da ciência, dos governos e da moral, marcam nela os grandes lances por que tem passado a humanidade, a exemplo de uma fatalidade que, muita vez, pesa sobre os continentes para os massacrar (sic) perante o registro de todos os tempos.
>
> Aí estão as guerras púnicas, o cristianismo, as invasões dos bárbaros do norte, a expansão formidável e momentânea dos maometanos, as cruzadas, o feudalismo, as descobertas marítimas, o aparecimento de Cromwel, a independência da América, a Conflagração Européia, quais pontos de referência aos observadores e estudiosos (ANTUNES, 1918, p. 56).

Na citação acima, encontramos a velha fórmula da história dos grandes feitos. O autor acredita que a Guerra do Contestado foi, tal como as guerras

---

Thiers lega uma obra de observador vigilante, apaixonado por exatidão factual, ela carece de espírito de análise e deixa prevalecer o político".

[82] François Guichardin é o nome "afrancesado" do estadista italiano Francesco Guicciardini (1483-1540), que se destacou por uma filosofia política crítica ao pensamento de Maquiavel. Sobre o assunto ver Newton Bignotto, *Republicanismo e realismo: um perfil de Francesco Guicciardini* (2006).

púnicas, a invasão dos bárbaros etc., ponto de referência na história do Brasil. Um dos momentos "escapos à argúcia da ciência, dos governos e da moral".

Assim como os demais historiadores de farda, Antunes faz referência a Canudos. Em vários momentos, João Maria aparece como reflexo de Antonio Conselheiro. Mas a relação mais direta está presente no seu objetivo de relacionar ausência de instrução escolar com fanatismo. O oficial tenta mostrar que essa é uma lei universal e, para o caso brasileiro, a história o autorizaria a vê-la como uma regra.

> O Ceará mostra no Crato em Maria de Araújo e no padre Cícero – uma santa e um revelado divino – A Bahia exibira em Canudos Antonio Conselheiro – um novo Messias.
> Santa Catarina desencavara o seu homem santo – no curandeiro asceta João Maria.
> Recuamos à Idade Média, acreditando nos céus com fervor e também dando fé aos bruxedos com pavor (ANTUNES, 1918, p. 30).

É preciso destacar o empreendimento de Antunes ao atar os fios do misticismo presente no movimento do Contestado com o identificado na região Nordeste do país e com a Idade Média. Constava entre seus objetivos mostrar que o fanatismo não era exclusividade de um povo ou de uma região. Ele ressalta que o Nordeste não seria o único a produzir "novos Messias"; o Sul do Brasil, característico pelo povoamento de populações de origens européias, também fabricava os seus.

A relação com Canudos não ficava apenas nas conclusões a que chegou, seguindo receituário positivista. A imprensa de Belém, em matéria publicada em *O Estado do Pará*, na ânsia de exaltar a narrativa do oficial e de encontrar um Euclides da Cunha sobre a Guerra do Contestado registrou, às vésperas da conferência que ocorreu na noite de sábado, no Instituto Histórico, que o estudo de Antunes faria parte "de um livro à feição d'*Os Sertões* (apud ANTUNES, 1918, p. 63).

A relação da conferência de Antunes com *Os sertões* é anunciada em outro periódico paraense, *Folha do Norte*, ao reproduzir a descrição que o historiador de farda fez do planalto catarinense, certamente um dos raros momentos de beleza na narrativa do autor. Assim como Euclides, Ezequiel Antunes se preocupou em descrever a natureza de forma poética. O registro é nacionalista, conforme gosto do oficial e em moda na época:

> Tão reduzidas florestas não ostentam a frondescência gigantesca das matas do norte. Figuram rincões a flux de cujo solo desliza uma esteira de águas mansas e claras, que correm medrosas para um hiante grotão próximo. Pouco cerrados, os capões abrigam os romeiros da canícula, da friagem e dos chuveiros (apud ANTUNES, 1918, p. 62).

Nessa descrição, a narrativa ameniza o discurso científico do historiador de farda. A exaltação da natureza, em tom ufanista, como em outras passagens, aparece como contraste da ignorância atribuída aos habitantes dos sertões do país. Tal natureza também serve como contraste da diversidade nacional, como elemento exótico, assim como as práticas religiosas dos fiéis, apresentadas para entreter a platéia. Ciência e literatura, antropologia e história se misturam na obra de Antunes.

2.4.3 José Octaviano Pinto Soares

Como repositório de fontes raras sobre esse conflito, merecem destaque as obras do então segundo-tenente José Octaviano Pinto Soares. No ano de 1920, esse historiador de farda publicou dois volumes sobre a Guerra: o primeiro chamado *Apontamentos para a história: o Contestado* e o segundo com o título *As lutas do Contestado perante a história*. O livro I é uma coletânea de artigos jornalísticos, publicados até aquele ano, e demais documentos por ele coletado, o II faz uma síntese da atuação militar no Contestado com destaque para as expedições anteriores à grande campanha organizada por Fernando Setembrino de Carvalho. A narrativa deste livro começa com a chegada do general Carlos Frederico de Mesquita, em abril de 1914, e termina com a morte de Matos Costa, nos últimos dias de agosto do mesmo ano.

O autor demonstra familiaridade com a região e as pessoas do planalto catarinense. Familiaridade essa conquistada pela sua atuação militar no local após a guerra, quando estabeleceu laços de amizade com importantes políticos locais, coletou informações sobre costumes e tradições, estudou o povoamento e a economia da região e colaborou como correspondente de vários jornais do interior do Paraná, além de periódicos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Uma coletânea de artigos originados dessa experiência jornalística constitui os *Apontamentos para a história: o Contestado*, já citado acima.

A experiência de Canudos acompanha toda a narrativa de Pinto Soares, a começar por sua tentativa frustrada de servir militarmente na força de repressão

que atuou nos sertões baianos em 1897. Nesse ano, seus estudos na Escola Militar de Porto Alegre foram interrompidos e ele foi designado a servir em Manaus. Dois meses depois, deixou a Amazônia e seguiu para Salvador, para se tratar de beribéri, contraída na curta estadia no Norte. A capital baiana estava em convulsão, devido à Guerra de Canudos. Pinto Soares alega que, acompanhado de dois colegas, se apresentou como voluntário para servir junto às forças oficiais que lutavam contra os seguidores de Antônio Conselheiro, vistos à época como inimigos da República (SOARES, 1920, p. 125). As críticas da imprensa, acusando o governo de enviar jovens inexperientes para morrerem no "açougue de Canudos", foi a justificativa dada pelo comandante para recusar sua "patriótica" manifestação.[83] Conforme as ordens, ele teria que retornar para Manaus. Terminava ali sua tentativa de se tornar um veterano de Canudos.

No livro que ora analisamos – *As lutas do Contestado perante a história* - Soares se mostra um dos mais militaristas entre os historiadores de farda. Sua preocupação central é exaltar os feitos do Exército, empregando, para tal fim, uma campanha de difamação do movimento rebelde e de seus adeptos, ao mesmo tempo em que eleva a complexidade do movimento do Contestado, ao compará-lo com Canudos. Sempre centrado nos aspectos militares, ele afirma:

> A guerra de Canudos, estrategicamente falando, foi mais simples que a do Contestado, porque, lá, o inimigo ficou, desde logo, localizado. A dificuldade toda estava nas marchas de aproximação e na escolha de posição conveniente, para a artilharia praticar o canhoneio necessário ao avanço da infantaria (SOARES, 1920, p. 126).

Ao apontar o aspecto espacial como um dos fatores que tornava o Contestado mais difícil de combater do que o movimento liderado por Antonio Conselheiro, Pinto Soares recorria ao papel que o meio físico, conforme a visão militar, desempenharia num combate. Numa concepção estratégica, a configuração do espaço de luta é primordial para se estabelecer uma ação de guerra bem-sucedida. Outro fator que nos parece presente, no destaque que o historiador de farda dá à maior dificuldade em lutar contra os chamados "fanáticos do sul", diz respeito à idéia de que quanto mais se exalta a força do oponente,

---

[83] Antes de Euclides da Cunha, a imprensa comandou crítica acirrada contra a atuação militar nos sertões baianos. Walnice Nogueira Galvão (1974, p. 34), em análise feita das matérias publicadas nos jornais de época acerca da presença da 4ª expedição militar enviada a Canudos, registra os versos publicados na Folha da Tarde (RJ) a 17 de julho de 1897, que diz: "Eu ando desconfiado,/Olhar baixo, lábios mudos,/com medo de ser pegado/Para o açougue de Canudos".

mais grandiosa se torna a vitória sobre eles. O aparente paradoxo no texto de Antunes, ao tecer vários elogios condenatórios aos sertanejos do Contestado, nos parece decorrente de tal idéia.

O confronto que Soares faz entre Canudos e Contestado não se restringe ao tamanho do território conflagrado; ele afirma que, diferentemente do sertão baiano, o planalto catarinense era mais extenso e a vegetação, mais diversificada e fechada, o que permitia aos sertanejos prepararem emboscadas, valendo-se do conhecimento que possuíam da natureza. Em sua interpretação, facilitavam a ação dos "bandoleiros" os declives do planalto e as oscilações do clima, que no inverno apresentava temperaturas abaixo de zero grau. Além desses fatores naturais, Soares registra que no Contestado não havia um arraial, mas dezenas de comunidades religiosas, denominadas na linguagem militar de redutos. Tudo isso dificultaria a elaboração de uma estratégia militar rápida e eficaz no Contestado, pois além de todos esses percalços apontados não se dispunha de cartas geográficas atualizadas da região beligerante.

Após falar da configuração natural e espacial, ele se propõe a tratar do homem – vale mencionar brevemente a semelhança com a tripartição da obra de Euclides da Cunha: a terra, o homem e a guerra –, como na passagem seguinte:

> Mas, em Canudos, o inimigo, apesar de inferior em número, era muito mais terrível e audacioso; tinha soberbo desprezo pela morte, porque o laço moral que unia os combatentes era, de fato, o fanatismo, sempre dolorosamente funesto, que, por sua vez, anulava inteiramente o apelo ao instinto de conservação. Impulsionados pela crença inabalável de que ressuscitariam, tudo brigava com o mesmo [ardor] homens, mulheres e criançolas.
> No Contestado, porém, o inimigo era um misto de fanáticos, bandidos e exploradores de todos os matizes. Não havia, portanto, sincera uniformidade na flâmula de combate desfraldada. Preferia a luta traiçoeira das emboscadas ao abrigo da intermina e espessa mataria; a caçada, covarde e vil, por detrás do pau, à nobre luta das clareiras a peito descoberto, enfim (SOARES, 1920, p. 126).

Tal representação dos fiéis de José Maria, como traiçoeiros em vantagem pelo conhecimento da natureza, é compartilhada pela imprensa humorística do Rio de Janeiro, o que sugere uma congruência entre os pontos de vista dos historiadores de farda e o dos jornalistas, conforme já sugerido acima. *O Malho*, sempre atento aos acontecimentos político-sociais do país, deu contorno imagético às notícias que vinham do Contestado. Na edição de 28-11-1914, o periódico representou um soldado vitimado por um "fanático" espertamente escondido atrás

da árvore. A agonia do representante da força repressora é ressaltada pela forma como o desenhista registrou o espanto do soldado diante da emboscada.

Figura 5: Soldado morto em emboscada no Contestado
Fonte: *O Malho*, 28 nov. 1914

A frase final deixa no ar a idéia de que o movimento dos sertanejos era conduzido por interesses políticos. Corria a notícia de que, devido à influência paranaense, os rebeldes eram financiados pelo governo catarinense com o objetivo de garantir a posse sobre o território de fronteira disputado na justiça.

O Malho, assim como Pinto Soares, denuncia a morte de soldados e se cala diante dos mortos e feridos entre os fiéis. Nessas representações, a Guerra do Contestado repete Canudos, porém, de forma mais complexa, tanto pela configuração natural do espaço, como pelos interesses presentes na ação. Ao falar da luta traiçoeira dos sertanejos, que − e isto o historiador de farda se esqueceu de mencionar − não possuíam a tecnologia bélica do Exército, e apresentá-los como covardes, Soares, assim como *O Malho*, já anuncia o fim que deseja para os participantes do movimento: o extermínio. Mas era preciso justificar tal ação, e o melhor caminho era apresentá-los como selvagens.

Entre louvores aos oficiais e suas ações tidas como meritórias e benfazejas, o historiador de farda contrasta as "intenções abnegadas de patriotismo" dos soldados à "perfídia" dos "fanáticos". Seu canto de louvor ao Exército tem sempre como contraponto a suposta selvageria do outro. Ele descreve em detalhes suplícios que os rebeldes supostamente infligiam nos soldados da pátria, como a empalação. Soares enfatiza que os sertanejos desenterravam aqueles que tinham sido sepultados pelos camaradas (prática também presente em Canudos) e os deixavam expostos aos porcos e abutres após picá-los a facão. O historiador de farda afirma que os sertanejos tramavam os mais astutos ardis para enganar a tropa, como fingir estarem mortos para atacar de surpresa, quando um soldado se aproximasse, travestirem-se de mulheres em determinado momento para contar com a benevolência das tropas e atraiçoá-los em seguida etc. Registra, por fim, que a ingenuidade dos soldados foi barbaramente pisoteada pela prática dos sertanejos:

> Antes de penetrarmos na zona perigosa, supúnhamos que íamos socorrer uma região opulenta, perfeitamente habitada e trabalhada, cuja vida normal estivesse sofrendo empecilhos, entravada pela horda de sicários que a infestava impunemente.
> Nem mais essa ilusão, porém podia pairar no nosso espírito algumas horas depois de iniciarmos a marcha ofensiva. É que verificávamos uma extensão considerável de território, coberta por uma mata espessa e circundada de cenários bravios, perfeitamente inculta, sem uma escola, sem vestígios de trabalho que denunciassem uma vida regular, sem fator algum de civilização humana, ocupada por uma multidão de sicários e vagabundos armados e dirigidos por exploradores contumazes, com fins absolutamente obscuros, dando idéia perfeita dos tempos em que a humanidade jazia em estado selvagem (SOARES, 1920, p. 89-90).

"Bandidos", "selvagens" e "fanáticos" eram adjetivos comuns para designar os fiéis. No tratamento dispensado por Pinto Soares, aparecem ainda expressões como "horda de sicários e vagabundos", "bestas feras" e "terríveis celerados", como registrado na citação acima. Para ele, além da crença "bizarra" num falso monge, os sertanejos se mostravam bárbaros na própria ação de guerra, ao se valerem de táticas de guerrilha para planejar armadilhas que pegassem os soldados de surpresa. Não possuíam, em sua visão, ética guerreira, logo, não adiantaria usar estratégias civilizadas contra "bandidos" dessa ordem; a solução seria o extermínio, valendo-se, se necessário, dos mesmos ardis, conforme sugere o trecho transcrito abaixo:

> E era com indivíduos dessa ordem, perdidos para o mundo e para a sociedade, que nós, os da guarda nobre da República, íamos combater. Era para esse fim que marchávamos, resignados e corajosos, exclusivamente impelidos pela corrente da disciplina militar, circunstância única que, fortalecendo o nosso espírito naquelas tristes solidões, nos animava em uma luta ingratamente desigual (SOARES, 1920, p. 90).

Quanto à narrativa, o texto de Pinto Soares é altamente fragmentado, dando a entender muitas vezes que se compôs de uma coletânea de artigos escritos em épocas diferentes. Ele também transcreve documentos inteiros, tais como o raro relatório do general Carlos Frederico de Mesquita, notícias publicadas na imprensa e correspondências oficiais.[84] Seu livro se compõe de retalhos de histórias que às vezes parecem sem nexo, situação aparentemente reconhecida pelo próprio historiador de farda, nas páginas finais do seu livro:

> Não tenho a pretensão de escrever a história do Contestado; mas, unicamente, a patriótica intenção de co[ordenar] documentos e informações que, oportunamente, [sirvam] de subsídios ao justo e competente historiador.
> No decorrer das narrativas, entretanto, o leitor [terá] encontrado assunto que lhe parecerá estranho ao desenvolvimento da tese a que me propus. Mas, é preciso que saiba que escrevo para quem me compreende, ou, na linguagem mais clara, o caso é compreendido por quem o conhece (SOARES, 1920, p. 120).

Dito isto, resta perguntar: qual é a tese do autor? Ela não se difere da formulada pelos demais historiadores de farda. A Guerra do Contestado teria surgido da politicagem de “exploradores contumazes”. Assim como seus camaradas, Soares acusa a falta de escola na região, o abandono dos poderes públicos e a ausência da Igreja como motivações para a eclosão do movimento rebelde. Mas ao mesmo tempo em que critica a politicagem, exalta a figura dos coronéis locais, como o Fabrício Vieira e Francisco Albuquerque. Em sua versão oficial, nem mesmo reconhece como crime os atos bárbaros cometidos pelos fabricianos.[85]

---

[84] Sobre esse relatório, temos apenas uma síntese feita pelo próprio autor e atualmente guardada no IHGRS. A documentação depositada no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), sobre a Guerra do Contestado, é majoritariamente sobre a grande campanha comandada por Fernando Setembrino de Carvalho. Apesar disso, Carvalho reproduz quase integralmente o relatório de Mesquita, o que também é feito nos livros de Soares, particularmente o da década de 1930. Esse historiador de farda possuía grande admiração pelo general que antecedeu Setembrino de Carvalho no comando de uma expedição no Contestado.

[85] Nome atribuído à tropa de quase duzentos homens, comandada pelo coronel da Guarda Nacional Fabrício Vieira. Tal tropa, denominada de Batalhão Patriótico, foi responsável, com o aval do Exército, pelos crimes de degola e demais modalidades de assassinato de civis durante a campanha militar no Contestado, particularmente no período em que era comandante o general Fernando

Apesar da narrativa fragmentada, o autor não parece se contradizer. É fiel ao seu objetivo de exaltar os feitos militares. Sua paixão pela História Militar aparece não só nas escolhas feitas no encadeamento do texto, mas também no rol de situações históricas e autores citados, ao demonstrar seu interesse pela leitura de estrategistas militares. Ao defender a guerra irregular contra os fiéis, o autor evoca o almirante Togo, oficial japonês que se destacou durante a guerra russo-japonesa, ocorrida entre 1904-1905 (1920, p. 120). Mas, entre todos, é o estrategista francês Ferdinand Foch (1851-1929) o mais citado, por tratar, entre outras coisas, da importância da relação de comando entre soldado e superior e ressaltar o peso da disciplina numa ação bem sucedida de guerra. *Les principes de la guerre*, publicado em 1903, mereceu no livro de Soares uma citação, em português, que se estendeu por quase três páginas (1920, p. 70-73).[86]

Soares se apresenta nesse livro bastante crítico aos catarinenses. Ele acusa o governo e a polícia de favorecerem vários bandidos. Apresenta de forma ambígua a suposta relação de empresas catarinenses com os fiéis, dando a entender que muitos homens de destaque na sociedade muniam os sertanejos do Contestado de víveres e até mesmo de armas, devido ao interesse pela questão de limites territoriais. Denúncias que chegaram a envolver Lauro Muller, então senador por Santa Catarina, como financiador da rebelião. A acusação partiu da imprensa catarinense e não foi comprovada; ela era parte das trocas de insultos e acusações entre as elites políticas dos Estados beligerantes no momento da guerra.

As páginas finais do livro são dedicadas a heroicizar o militar morto pelos fiéis, capitão João Teixeira de Matos Costa, com direito à foto e a breve registro de fé de oficio. O militar, que contava à época 39 anos de idade, foi promovido a major por distinção, *post mortem*, por decreto de 6 de Setembro de 1914. Matos Costa foi considerado um herói pacificador da guerra. Pinto Soares elogia a iniciativa do oficial, mas recusa levar adiante sua proposta. O historiador de farda usa o assassinato de Matos Costa como uma das evidências da suposta selvageria dos fiéis de São Sebastião.

Setembrino de Carvalho, setembro de 1914 a maio de 1915. O assunto será melhor explorado no capítulo V.

[86] Ferdinand Foch atuou como comandante-em-chefe das forças aliadas durante a Primeira Guerra Mundial, consagrando-se como grande estrategista militar. Ele morreu em Paris, no ano de 1929, e foi sepultado junto ao túmulo de Napoleão. Suas idéias foram registradas nas obras *Les principes de la guerre* (1903) e *La conduite de la guerre* (1904). Além desses livros, ele também escreveu *Mémoire pour servir à l'histoire de la guerre. 1914-1918* (1918), livro dedicado às suas memórias acerca da Primeira Guerra Mundial, conforme indica o próprio título.

É preciso ressaltar ainda a epígrafe que escolheu para o seu livro, retirada de Tristão Araripe, camarada de farda e intelectual: “Nada excita tanto o esforço do homem para o bem, como a recordação das nobres ações de seus maiores”. Ela sintetiza seu objetivo e sua visão de história: ressaltar os grandes feitos do Exército, recordar para não deixar morrer. Em outras palavras, selecionar do passado aquilo que mereceria ser imortalizado, para que não caíssem no esquecimento os grandes feitos militares, ou, o que poderia ser pior, para não serem desvirtuadas as ações gloriosas que soldados da pátria desempenharam nos “ínvios” sertões catarinenses. Era preciso não cometer os mesmos erros de Canudos.

2.4.4 Herculano Teixeira d´Assumpção

Na mesma perspectiva de enaltecimento dos feitos militares, porém com recorte mais preciso em torno da campanha organizada por Setembrino de Carvalho, temos o livro de Herculano Teixeira d´Assumpção. Durante a guerra, ele serviu inicialmente como secretário e depois como assistente do tenente-coronel Raul D´Estillac Leal, comandante do 58º Batalhão de Caçadores e, posteriormente, da Coluna Sul.

A Campanha do Contestado: as operações da Coluna Sul teve seu primeiro volume publicado pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, no ano de 1917. O autor tinha em comum com alguns camaradas, que escreveram sobre o conflito, a patente de tenente, a faixa etária de 30 anos e relações com instituições de saber de fora da corporação militar, tal como o Instituto Histórico e Geográfico. Sua obra foi dividida em dois volumes de aproximadamente quatrocentas páginas cada um.

Enquanto esteve no *front*, foi correspondente do jornal *O Minas Geraes*, no qual publicou a série de cartas – 36 ao todo – enviadas à imprensa e organizadas em livro com o título *A repressão do banditismo do Sul.*[87] Diferentemente dos demais historiadores de farda, Assumpção não iniciou sua carreira como historiador com o livro sobre a Guerra do Contestado. Ao que

[87] No volume do livro sobre o Contestado, consta entre as publicações desse oficial um livro elaborado com a reunião das cartas enviadas à imprensa mineira. Não encontramos essa publicação, mas localizamos nas páginas do jornal algumas das cartas. O livro é raríssimo, mesmo o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais não o possui, nem sequer tem referência acerca dessa publicação, a não ser a existente na contracapa de *A Campanha do Contestado* (1917).

parece, ele foi um dos mais prolíficos intelectuais de farda da sua geração. Na década de 1950, somava 72 publicações, entre livros, livretos e artigos científicos, nove anos de presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e a participação em serviços de pesquisa sobre os povos e a língua indígena no Mato Grosso. Entre as suas primeiras publicações, constam dois livretos com temas militares.

De sua atuação como secretário da Junta de Revisão e Sorteio Militar, cargo exercido por mais de um ano em Minas Gerais, nasceu o livro de 117 páginas intitulado *Serviço militar obrigatório*, publicado pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, no ano de 1912. Trata-se da reunião de artigos publicados no *Diário de Minas*, entre os meses de setembro e novembro de 1911.

Na apresentação do livro, o autor lamenta a ignorância das pessoas do seu Estado acerca da lei de sorteio militar. Conforme nos relata Fabio Faria Mendes (1997), historicamente Minas Gerais sempre foi resistente ao recrutamento militar, o que justifica a manifestação do historiador de farda ao anunciar: “O nosso Estado precisa reagir contra a lenda existente de que seus filhos são contra a farda pelo horror que têm às armas nobilitantes, fornecidas pela nação” (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 29). Ele faz uma defesa ardorosa da importância da lei de 1908, que instituiu o sorteio militar no Brasil, e destaca que “de todos os países civilizados” o Brasil seria o único que não possuía serviço militar obrigatório. A comparação não se dá apenas pelos países europeus; o autor chama a atenção para a situação do Brasil mesmo entre os países da América do Sul: “Mas não há necessidade de irmos tão longe. Temos inúmeros exemplos nos nossos próprios visinhos, para que nos sintamos envergonhados, basta olharmos para as pequenas Repúblicas do Sul do nosso continente, principalmente para Bolívia” (ASSUMPÇÃO,1912, p. 16).

O livro é dedicado ao presidente do Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, e faz elogios ao então presidente da República, Hermes da Fonseca, por ter conseguido aprovação da lei do sorteio:

> O benemérito soldado instituidor dessa sábia lei, que arrostando tantas dificuldades, que sabendo sua vida ameaçada, que desprezando todos os perigos prestou o mais assinalado serviço à segurança nacional, conseguindo ao mesmo tempo reerguer o seu espírito patriótico, era duramente tratado por esses embaixadores da anarquia, e comparado no mais feroz caudilho dos nossos tempos (ASSUMPÇÃO, 1912a, p. 15).

Não há novidade no livro. A publicação é um manual que rebate algumas idéias veiculadas na imprensa, tais como a duração do serviço militar, a idade exigida para se ingressar nas Forças Armadas e a proibição de casamento aos conscritos.

O segundo livro, de apenas 60 páginas, destinava-se à Brigada Policial. Ele foi lido no mesmo ano de sua publicação (1912) no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, tendo sido publicado também pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, com o título *Instrução na Brigada Policial*. Tal como o anterior, este livro nasceu da militância do autor na imprensa mineira. Essa informação explica tanto sua atuação como correspondente de guerra, ao publicar as cartas, como também os volumosos livros sobre a Guerra do Contestado, pelo mesmo órgão oficial de Minas. Ela possibilita, ainda, levantar a hipótese de que sua designação como secretário na Guerra do Contestado estaria ligada à repercussão de seus livros. Ao que consta, ambos fizeram relativo sucesso em Minas Gerais e alhures. Devemos levar em consideração que o *Diário de Minas* era consumido em outros Estados da federação, principalmente, na capital federal, e que alguns oficiais que atuaram no Contestado possivelmente leram os artigos de Assumpção antes de sua publicação, em 1912.

A carta-prefácio de Pedro Dias de Campos, para o livro *Instrução na Brigada Policial*, revela a divulgação dos escritos de Assumpção fora do Estado de Minas. Em uma correspondência enviada com data de 26 de janeiro de 1912, Dias tece uma série de elogios pelo pioneiro trabalho de Assumpção. Informa que o mesmo foi bem recebido no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, após leitura pública em reunião. A autoridade do prefaciador valoriza a obra. Pedro Dias de Campos, além de pertencer ao IHGSP, era escritor e tradutor de obras militares. Constam de sua autoria os seguintes livros:

1. *A revolta de seis de Setembro*: (a ação de São Paulo): esboço histórico. Paris; Lisboa: Typographia Aillaud; Alves & Cia, 1913.
2. *O espírito militar paulista: na Colônia, no Império na República*. São Paulo: Rossetti e Rocco, 1923.
3. *Palestras Militares*. São Paulo: Rossetti e Câmara, 1927.
4. *O íncola e o bandeirante na História de São Paulo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves [1951].

Em uma análise comparativa da apresentação dos livros de 1912 e os volumes sobre a Guerra do Contestado publicados em 1917 e 1918, verificamos

que Assumpção não deixa de registrar que era oficial do Exército brasileiro. Observe-se, ainda, que, nos cinco anos transcorridos entre as publicações sobre o serviço militar e a brigada policial, o autor acumulou outras funções em instituições fora do universo militar. Em 1917 ele já era membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas, membro da Comissão de Arqueologia, Etnografia e Língua Indígena e da comissão técnica do 6º Congresso de Geografia.

Um estudo sistemático sobre a produção intelectual de um oficial como Assumpção ainda está por ser feito. Um dos raros trabalhos que buscou ultrapassar o tradicional uso dos textos produzidos pelos historiadores de farda como base de determinado argumento, ou seja, retirar-lhes apenas as informações convenientes, é o capítulo do livro da pesquisadora de literatura paranaense, Marilene Weinhardt (2002). Ela desmontou o discurso de Assumpção, aproximando-se, dessa forma, da proposta de Jacques Le Goff (1994), no sentido de que se veja o documento como monumento, logo, como um artefato que possui um lugar de produção, com intencionalidade, carregado de valores individuais do próprio tempo em que foi produzido e também das opções individuais feitas pelo autor. Em função do pioneirismo e da qualidade do trabalho de Weinhardt, nos valeremos em grande parte de sua análise, a começar pela observação feita quanto à racionalidade na estruturação da obra:

> Cada volume contém cinco partes, com títulos indicativos do conteúdo. Cada parte é dividida em capítulos, todos também nomeados. Os capítulos são subdivididos em blocos, cada um trazendo longas epígrafes que resumem o texto, semelhantes às usadas nos artigos de jornais da época (WEINHARDT, 2002, p. 88).

Se uma das marcas do autor d'*Os sertões* é o domínio vocabular, valendo-se de expressões e palavras do vernáculo, algumas de rara utilização na literatura da época, Assumpção procura superá-lo, o que, muitas vezes, soa estranho, quando não exagerado. A seleção feita por Weinhardt foi certeira, ao recolher os exemplos mais característicos do estilo de Assumpção, tal como a avaliação que o historiador de farda fez da atitude dos sertanejos como aparece a seguir:

> A acídia cavalgou-os, dominando-os inteiramente. É que o enthusiasmo dos conducticios sertanejos era marcecível com a aproximação do maior perigo. A felonia era positiva: os fredifragos

> civis tomavam uma decisiva e fementida atitude de rebeldia pacífica (ASSUMPÇÃO, apud WEINHARDT, 2002, p. 81).[88]

Ela demonstra que o "oficial beletrista" buscava na língua-mãe auxílio para derramar sua erudição. O resultado, como se verá abaixo, nem sempre soava bem:

> Entre essa gente *nud* pede, imbecil, desairosa, incompta, já despida da sua fúria rapace, existiam jovens fanáticas, tão sem pejo como as mythicas Propetides...
> Era uma malta de churdos autochtones, *sine nomine vulgus*, que se mostrava retractil e desconfiada mesmo ante as mais sinceras pallitações (ASSUMPÇÃO, apud WEINHARDT, 2002, p. 81).

Embora Assumpção manifeste seu desejo de ser imparcial e científico, de fazer retrato fiel dos acontecimentos – "a minha preocupação é a do historiador: a verdade deve culminar em tudo" (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 175) – ele não vê incompatibilidade entre literatura e história. Seu texto é totalmente costurado com descrições românticas e momentos de tensão para prender o leitor. Um dos muitos exemplos é o da narrativa que constrói sobre o deslocamento das tropas rumo à Vila de Curitibanos, em Santa Catarina:

> Era, assim, magnificamente apparatosa a madrugada do dia 29. No firmamento, a claridade versicolar que precede o apparecimento do sol já cedia logar aos phebeos raios escaldantes. Pelos galhos dos interminos arvoredos, voando, alegremente, os canoros sabiás em maviosos gorgeios, como que numa saudação matinal, traziam aos nossos ouvidos os melodiosos trinados de sua garganta de ouro. Mais além, trepados nos paus, muito espantados, saltavam os sajús, os pequenos cimios de que as nossas mattas são tão pródigas (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 153).

Descrição, talvez, por demais bucólica para um cenário de guerra. Ainda assim, o autor não perde oportunidade de exibir seus dotes narrativos. Eles estão bem articulados com a preocupação de fixar a imagem da natureza exuberante dos nossos sertões. A beleza natural contrastaria com a ignorância dos habitantes da região e com o desenrolar da guerra, que vitimaria os soldados do exército. Essa tensão entre beleza natural e ausência de civilização nos sertões catarinenses permeia toda a narrativa do autor. Além do bucolismo romântico, na apreensão da natureza, Marilene Weinhardt (2002, p. 83) localizou em Assumpção o que chama

[88] Preferimos manter a grafia original nas citações de Assumpção, uma vez que entre os nossos objetivos consta o de mostrar o rebuscado vocabulário apresentado por esse historiador de farda para contar a história do Contestado, esse artifício tinha uma função que não era meramente ilustrativa, embora também o fosse.

de “ressonâncias barrocas”, como a que aparece no exemplo “em que se conjugam a enumeração, o encadeamento e o paralelismo”:

> Mas os reductos constituíam grandes atractivos para a juventude semi-bárbara do sertão – para a mocidade insciente, imperita, mandraça, aventurosa e de lúbrica sensualidade. Pois, alli só se exigiam taes predicados: ignorância para não comprehender o absurdo da infalllibidade espiritual da virgem e da auctoridade heril do chefe temporal; imperícia para o exercício de funções nobres, pois isso facilitava a adaptação ao banditismo; mandriice, como qualidade instigadora do crime; espírito aventureiro, para as correrias atraz do gado alheio e os assaltos às fazendas próximas; e a lascívia, para que a geração de sectários de José Maria não se definhasse pelo numero, recebendo sempre novos elementos (ASSUMPÇÃO, apud WEINHARDT, 2002, p. 83).

A erudição do autor também se destaca nas constantes referências à mitologia greco-romana, o que permite identificar no seu estilo “o uso de recursos neoclássicos”, conforme identificado por Weinhardt (2002, p. 84). Tal estilo se manifesta nas repetidas relações que o autor estabelece entre a campanha militar e a mitologia antiga, chegando a afirmar claramente: “Essa marcha effectuada pelo 58º de Caçadores, quase toda com mau tempo, foi uma verdadeira Odysséa” (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 156). Na descrição que faz do deslocamento das tropas federais do Rio de Janeiro para o Paraná, temos a oportunidade de apreciar a qualidade do estilista:

> Vinte e quatro horas e a perturbação no ar é ameaçadora. Parecia que Eolo havia mandado abrir os odres de Ulysses. (...) Tritão, o divino filho de Netuno e da ninfa Salacia, parecia estar apossado de forte crise de desespero, furiosamente tocando o seu grande e retorcido buzio. Era a grita iracunda dos elementos naturais conturbados no seu equilíbrio (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 21-22).

Em outro contexto, o da passagem pela vila catarinense de Curitibanos, o historiador de farda escreveu: “Empanda, a querida deusa de fábula, depois de haver abandonado a antiga villa catharinense às iras de Nemesis, continuava insensível à sua grande dor... (...) O tufão da desgraça havia passado de permeio da sympathica villa” (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 312). Exemplos como esses se acumulam nas oitocentas páginas do relato dos feitos da Coluna Sul, imortalizados por Assumpção.

Percebe-se nesse historiador de farda a influência velada de Euclides da Cunha, o que também foi observado por Marilene Weinhardt, mas a pesquisadora acredita que enquanto o discurso do autor de *Os sertões* era aberto, o do

historiador de farda era autoritário e fechado. Discurso esse que Weinhardt identifica com a própria formação profissional dos militares, particularmente com a tendência de Assumpção a não questionar seus superiores e a exaltar os feitos militares e seus camaradas. Segundo a pesquisadora:

> Euclides é fruto exemplar da fase de mobilização, Herculano d´Assumpção é fruto da militarização, somando os princípios de confiança irrestrita na ação dos superiores em benefício da construção do Estado com a obediência cega à hierarquia e assumindo uma atitude áulica sem disfarces, subscrevendo a ação oficial, sem sequer aventar a hipótese de existirem outras soluções para o impasse, possibilidades que descartassem o excesso de violência que se praticou (WEINHARDT, 2002, p. 74).

Nesse ponto, discordamos da autora. Em primeiro lugar, pelo motivo de não haver grande distância entre a formação de Euclides e a de Assumpção, em segundo, porque Dermeval Peixoto era da mesma geração do oficial mineiro, e em sua narrativa não se verifica a mesma abordagem oficiosa. Por fim, vale destacar que a suposta militarização do discurso dos historiadores de farda, principalmente o de Assumpção, não pode ser vista como fruto de uma história militar profissional. Todos os oficiais apresentam seu texto como uma contribuição à História Militar, o gênero estava em formação, e só vai se firmar a partir da profissionalização do próprio Exército brasileiro. Nas primeiras décadas do século XX, o que se evidencia é um conflito político no interior da força terrestre brasileira, no momento em que buscava modernizar seus quadros. A frágil unidade atingida pelos oficiais positivistas foi fruto de uma contingência política que se fragmentou tão logo foi proclamada a República no Brasil. A oposição dos “jovens turcos”, a partir de 1913, confirma a fragilidade de unidade no Exército que poderia justificar sua militarização. Comprova-o também a ausência de fronteira entre história, literatura, antropologia e memória, presente em todos os escritos aqui analisados.

Os historiadores de farda viam os sertanejos sob a óptica dos militares, mas também a do médico, do cientista, do historiador, do antropólogo e de tantas outras perspectivas de disciplinas em formação nesse período. Tal visão não pode ser confundida com a militarista. Vale ressaltar o titubear na forma como o outro – o dito fanático/selvagem – é apresentado. Embora sejam destacados aspectos negativos dos sertanejos, há sempre um interesse antropológico pelos homens do sertão. Seus costumes são inventariados, suas práticas julgadas, seus objetos

autopsiados. O Exército é o personagem central dos escritos, mas a figuração dos sertanejos, mesmo que negativa, aparece de forma complexa como um enigma a ser decifrado. Isso possibilita ao leitor reconhecer o outro e, numa prática de leitura mais crítica, retirar dali a própria complexidade do universo dos fiéis de José Maria.

Quanto à explicação de Assumpção para a origem da guerra, não se diferencia muito das demais, assim como sua visão de História; no entanto, devido à forte influência e ao peso de *Os sertões*, seu livro articula erudição - expressa, sobretudo, pelo exagero vocabular e encadeamento narrativo - com uma escrita que fica entre a literatura e a história. Ambigüidade que também aparece no tratamento conferido aos sertanejos. Ora ele esboça uma simpatia para com alguns fiéis, ora demoniza a maioria. Mas de forma geral, predomina o olhar preconceituoso sobre o movimento do Contestado e seus personagens, como fica explícito no prefácio do livro, no momento em que o autor declara:

> Documentarei o presente trabalho para que bem claro fique, sem possíveis sophismas, que nos sertões do sul, em pleno coração da fertilíssima zona até há pouco tão disputada pelos Estados de Santa Catharina e Paraná, habita uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano... (ASSUMPÇÃO, 1917, p. i).

Na "ausência de sentimentos humanos", o que equivale a chamar os fiéis de José Maria de bárbaros, a solução, tal como a proposta por Pinto Soares, é o extermínio. Essa solução é evidenciada na continuidade do texto:

> O governo não deve se contentar apenas com a victoria das forças legaes sobre os bandidos do sul: amanhã elles voltarão às suas habitações, mantendo a mesma vida, as mesmas crenças, e podendo facilmente ser dominados ao império do primeiro explorador intelligente que por alli appareça... (ASSUMPÇÃO, 1917, p. ii).

As reticências, no fim dos dois fragmentos citados, convidam a imaginação do leitor a completar aquilo que está apenas sugerido. Elas dão continuidade ao final da narrativa, recurso inteligentemente armado pelo historiador de farda para ressaltar a sutileza das suas idéias.

Como já anunciado acima, o domínio da linguagem, presente nessa obra, denuncia a candidatura velada do autor a ser o "Euclides da Cunha da Guerra do Contestado"; no entanto, como bem ressalta Weinhardt: "As lições de antropologia de Euclides, o tenente Assumpção as leu parcialmente, mas os

ensinamentos de ordem sociológica ele não alcançou” (WEINHARDT, 2002, p. 85).

A vaga de “Euclides do Contestado” permanecia aberta. Talvez o autor que mais tenha se aproximado em sua abordagem do livro *Os sertões* tenha sido o historiador de farda Dermeval Peixoto, isso graças a qualidade da pesquisa que fez, a narrativa crítica e a busca de entendimento da complexidade do movimento.

2.4.5 José Vieira da Rosa

De todos os oficiais historiadores da Guerra do Contestado, talvez o que tenha uma trajetória um pouco mais singular seja José Vieira da Rosa. Mais experiente que os demais, profundo conhecedor da região, pois já atuara no serviço indigenista no interior de Santa Catarina, o capitão Rosinha, como era popularmente conhecido, contava 54 anos de idade no ano de 1914. Ele acompanhou desde o primeiro momento do conflito, em outubro de 1912, as ações militares contra os fiéis de José Maria e foi um dos últimos a deixar o campo de batalha. Após a grande expedição militar de Setembrino de Carvalho, foi ele designado o comandante das operações finais na região. Filho de Santa Catarina, realizou seus estudos militares no Rio Grande do Sul.

Vieira da Rosa fez parte do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e do Instituto de Geologia Brasileiro, deixando vasta produção sobre geografia e história do seu Estado natal. Entre estas produções, vale destacar a *Corografia de Santa Catarina***,** publicada em 1905. Nessa obra o historiador de farda empreendeu um minucioso trabalho de levantamento de dados sobre população, origem étnica, ocupação, vegetação, geologia e demais aspectos do Estado.

Sobre a campanha do contestado, possui duas obras inéditas. Uma delas, escrita provavelmente nos anos 30, que será analisada adiante, e a outra, publicada nas páginas do jornal catarinense *Terra Livre,* no ano de 1918, jamais editada em livro.

Sob título *Reminiscências da Campanha do Contestado: subsídios para a história*, Vieira da Rosa escreveu um longo texto, narrando os feitos do 54º Batalhão de Caçadores, do qual era comandante. A idéia de narrar principalmente os feitos que presenciou conferia, na concepção do oficial, maior veracidade ao relato. Após denunciar a imprensa de partidária – “adulterando os fatos em

proveito de seus adeptos, manchando reputações, caluniando, mentindo” – e depois de colocar em dúvida até mesmo os documentos oficiais, como partes de combate e relatórios dos comandantes, Vieira da Rosa destaca a veracidade dos seus escritos ao contrapor estes aos publicados pelos demais historiadores de farda, particularmente, Peixoto (1916) e Assumpção (1917). Para ele, essas edições pecavam, entre outras coisas, por serem fantasiosas e também pelo fato de seus autores não terem vivido, como ele, os ardores da vida no sertão. Rosinha afirmava que os camaradas escritores nada saberiam sobre a cultura e os costumes da vida no interior do país, pois eram homens urbanos sem vivência no meio rural. É com essa crítica que chama a atenção para sua experiência como observador direto dos acontecimentos ocorridos no Contestado, bem como ao conhecimento que tinha dos habitantes da região:

> Aos literatos cabe a tarefa, para eles fácil, mas para nós impossível, de tornar conhecidos lá fora os sucessos do Contestado, e desde já fica ao dispor dos inteligentes escritores, o nosso modesto trabalho. Que o expurguem dos defeitos de forma que o limpem dos erros que decerto cometemos, mas que não o alterem na parte descritiva porque, o que nela estiver consignado, será a verdade pura, em grande parte por nós mesmos observada (ROSA, 1918, p. 4).

A motivação para a escrita e publicação das suas reminiscências, em 1918, está claramente ligada ao desejo de destituir a autoridade das informações prestadas por Assumpção, ao atribuir os feitos militares mais gloriosos da guerra à iniciativa do 58º Batalhão de Caçadores. O oficial mineiro acusara o Batalhão comandado por Vieira da Rosa de ser covarde e despreparado, além de indisciplinado e conivente com supostos políticos e bandidos do Contestado. Como resposta, Vieira da Rosa chama as unidades comandadas por Estillac Leal de “batalhões aristocráticos”, inexperientes em qualquer ação militar que fugisse de manobras e simulações feitas nos quartéis e nos centros urbanos do país. O alvo preferido das críticas era, obviamente, o 58º Batalhão de Caçadores, no qual Assumpção servia como secretário.

O grande interesse desse texto para a pesquisa está em evidenciar os conflitos entre os oficiais do Exército e a tentativa de firmar uma memória oficial da Guerra do Contestado. As *Reminiscências* de Vieira da Rosa desmentem uma suposta harmonia entre as forças militares, ao mostrar a relação conflituosa entre as unidades do Exército comandada por oficiais próximos a Setembrino de Carvalho e a catarinense. Na história contada por Vieira da Rosa, presenciamos

não apenas os embates entre a oficialidade, como também entre soldados e comandantes de regiões distintas. Percebemos ainda uma luta pela representação da guerra. Cada historiador de farda se investia de autoridade maior para registrar os feitos militares nesse conflito. Nesse sentido, narrar os episódios desenvolvidos durante a Guerra do Contestado significava arvorar-se em detentor da verdade e, conseqüentemente, em ter seu nome registrado na posteridade. Rosinha, embora negasse, foi mais um dos candidatos a Euclides da Cunha do Contestado.

2.4.6 Dermeval Peixoto

O volume I de *As operações da Coluna Sul*, do tenente Assumpção, seria a primeira obra no *ranking* das publicações sobre o Contestado, não fosse o lançamento do primeiro volume de *A Campanha do Contestado: episódios e impressões*, do segundo-tenente Dermeval Peixoto. Certamente devido à proximidade e envolvimento com a campanha, esse oficial preferiu usar um pseudônimo – Criveláro Marcial – nos dois primeiros livros publicados em 1916 e 1918, respectivamente, assumindo a autoria com seu verdadeiro nome somente a partir de 1920, quando da publicação do terceiro e último volume.

Peixoto nasceu em São Fidelis, Rio de Janeiro, a 11 de dezembro de 1884. Aos 16 anos de idade, ingressou na Escola Preparatória e de Tática do Realengo, visando ingressar na prestigiada Escola de Formação de Oficiais, na Praia Vermelha. Após a Proclamação da República, o ensino preparatório não era mais ofertado na mesma unidade onde se cursava o ensino superior. Foram criadas para esse fim as escolas preparatórias – e de tática – de Realengo, na Capital Federal, de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul e do Ceará, em Fortaleza. Ao ingressar no Realengo – o que poderia ser feito a partir dos 15 anos de idade – o jovem era denominado cadete, tal como na Escola de Formação de Oficiais. Ali ele cursava as disciplinas básicas que lhe capacitariam a ingressar na Escola Militar. Apesar de separadas fisicamente, Peixoto (1960, p. 196) nos informa que as escolas preparatórias eram um "prolongamento natural das boas e das más idéias dominantes na Praia Vermelha"; nelas "refletiam-se logo todos os acontecimentos". Ele acrescenta que "os cadetes preparatorianos não se distinguiam mentalmente e nem exteriormente dos seus colegas mais adiantados nos estudos". Talvez em função dessa proximidade conste no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) que Peixoto ingressou em 1901 na

Escola Militar da Praia Vermelha, quando em suas memórias ele esclarece que foi para o Realengo.[89]

No ano de 1902, chegou à Fortaleza de Santa Cruz para servir como soldado. Ali foi alçado a sargento, em 1903, e trabalhou como amanuense na secretaria do forte por ter boa caligrafia. Sua função era "escriturar a 'caixa' dos dinheiros pertencentes aos presidiários, porque não lhes era permitido carregarem, pessoalmente, as importâncias ou objetos de valor" (PEIXOTO, 1960, p. 159). Outra função que lhe cabia era a de ordenar os chamados "livros mestres", "nos quais se registravam as alterações do pessoal desde a antiga tropa daquela secular guarnição militar e cidadela presídio" (PEIXOTO, 1960, p. 160). No meio daqueles livros históricos, Peixoto descobriu, ao que afirma, entusiasmado, que o antigo presidente da República, Floriano Peixoto, ficou preso por quatro dias em Santa Cruz, por ter agredido fisicamente um companheiro.

Em 1903, retomou a situação de cadete no Realengo, vindo a participar da revolta militar que tentou depor o Presidente Rodrigues Alves, em 1904. Trata-se do levante liderado por oficiais como Lauro Sodré, Gomes de Castro, Nico de Morais, Silvestre Travassos entre outros. Esses homens, a maioria de orientação positivista, aproveitaram a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro (1904), para manifestar seu descontentamento com os rumos da política.

Dermeval Peixoto relata que deixou a Escola de Realengo na noite de 14 de novembro, acompanhado de uma centena de cadetes, rumo (1904) à Praia Vermelha, "movido pelo espírito de solidariedade consolidado entre os estudantes militares" (PEIXOTO, 1960, p. 196). Ao chegar à Escola Militar, a revolta já tinha sido reprimida e os cadetes do curso preparatório foram presos e deportados até receberem a condenação oficial. "A bem da tranqüilidade da República", rememoraria o velho oficial meio século depois, "foram os termos do ato governamental que expulsara das fileiras do Exército, em novembro de 1904, cerca de mil alunos das Escolas Militares, da Praia Vermelha e do Realengo" (PEIXOTO, 1960, p. 196). No entremeio da prisão, em 14 de novembro, e da ordem de expulsão efetuada poucos dias depois, os prisioneiros foram distribuídos

[89] As informações sobre a trajetória profissional desse historiador de farda foram retiradas do livro *Memórias de um velho soldado*, escrito por Peixoto na década de 1950 e publicado pela editora do Exército em 1960. Outra fonte de informação foi o verbete do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* da FGV e a introdução feita por Luiz Roberto Soares, na edição recente do livro *Campanha do Contestado* (1995), ao apresentar Peixoto para o leitor contemporâneo.

para servirem como praças no Norte e no Sul do Brasil. Peixoto (1960, p. 202) recorda que “oito dias após [a prisão] éramos cinco os que nos encontrávamos no quartel do Regimento de Cavalaria, sediado em Santa Vitória de Palmar, na extremidade sul da Lagoa Mirim e fronteira do Uruguai, aguardando ulteriores deliberações”.

A expulsão do Exército marcou profundamente a vida desse historiador de farda. Ele afirma que a mocidade militar “humilhada” pela decisão governamental ficara sem meios de sustentar-se, vivendo de favores de alguns e da caridade de outros. Em suas palavras:

> Um milhar de jovens pelo Brasil em fora enveredara por múltiplas atividades novas: - na reportagem, no comércio, nas academias e na prática de pilotagem em barcos da Companhia Lage; na venda ambulante e na propaganda, no professorado e no labor noturno de revisão de jornais. E, até com quitandas sortidas de aves e legumes encontrava-se, no ano de 1905, com gente nova desejosa de salvar-se, estigmatizada pela pérfida sentença (PEIXOTO, 1960, p. 203).

Antes de completar um ano de afastamento do Exército, Rui Barbosa conseguiu reverter a situação com uma lei de anistia para todos os “amotinados” da Escola Militar. Nesse período, como represália à manifestação política dos cadetes e oficiais, a academia da Praia Vermelha já havia sido fechada. Entre 1906 e 1911, o ensino de formação de oficiais foi transferido para Porto Alegre (RS), na recém criada Escola de Guerra. Dermeval Peixoto (1960, p. 213) afirma que “quase um milhar de anistiados e mais ou que completaram os estudos nas escolas preparatórias táticas e no Colégio Militar, nela foram incluídos em 1906”.

As informações que aparecem em suas “memórias” não são rigorosamente datadas. Ele narra ora na primeira, ora na terceira pessoa e, muitas vezes, nos confundimos se o que ele está contanto foi por ele vivido ou apenas chegou ao seu conhecimento. Observamos isso para ressaltar que as informações registradas não conferem com a breve trajetória da vida profissional desse militar traçada nas páginas do DHBB. Nessa obra de referência, está registrado que Dermeval Peixoto “realizou o curso de guerra e aplicação da Escola de Guerra de São Gonçalo (RJ) de 1906 a 1909” e de que seu nome seria Demerval Peixoto (DHBB, 2001, p. 4499). Nesse período Peixoto esteve na Escola de Guerra de Porto Alegre junto aos demais anistiados. É o que se verifica em suas memórias, ao descrever com minúcias o cotidiano dessa instituição escolar e ao citar diversas personalidades que por lá passaram nos seis anos de existência, tais como Newton

Cavalcanti, Góes Monteiro, Getúlio Vargas, os filhos de Hermes da Fonseca – Leônidas e Euclides – e tantos outros nomes menos conhecidos (PEIXOTO, 1960, p. 212-220). Se suas referências a personalidades e à cultura da Escola de Guerra apenas nos dão pistas sobre sua formação em Porto Alegre, a lembrança da amizade firmada no interior das escolas militares reforça nossa suspeita de que, no período em que se diz que ele estudava em São Gonçalo, estava, na realidade, na capital gaúcha. Em suas memórias, declara que nas escolas militares fez algumas amizades.

> Na "risonha e franca" Escola de Guerra os de "rancho" [na gíria militar os companheiros] existiam em profusão... Tive cinco "de rancho". Nos estudos o Manoel Henriques Gomes, paranaense alegre e animado e caprichoso em tudo. (...) Dois outros companheiros em Porto Alegre, o Henrique Barbalho Uchoa Cavalcanti, brilhante inteligência moça que abandonou a carreira militar para ser engenheiro civil, e o Otavio Saldanha Mazza. Este um dos poucos daquele tempo que ainda estava na ativa (PEIXOTO, 1960, p. 53).

Diante dessa declaração, não resta dúvida quanto sua formação ao oficialato ter sido efetuado no Rio Grande do Sul e não em São Gonçalo como registrado no DHBB.

Lamentavelmente, o pequeno livro de memórias de Peixoto é encerrado com as histórias da Escola de Guerra de Porto Alegre. Nele não figurou a experiência que viveu no Contestado. Sabemos que ele foi promovido a segundo-tenente em agosto de 1911, chegando com esta patente ao Sul do Brasil, para reprimir o movimento rebelde nas fronteiras do Paraná com Santa Catarina. A promoção a primeiro-tenente viria em 1918, a capitão, em 1922, a major, em 1930, e a coronel, em 1937. Nesse mesmo ano, assumiu o comando do 5º Regimento de Infantaria, em Lorena (SP). O generalato foi conquistado em 1942 (brigada) e 1944 (divisão). Em 1946, por ordem do presidente Eurico Gaspar Dutra, foi nomeado interventor federal em Pernambuco, cargo que ocupou por poucos meses.

Diferentemente dos demais historiadores de farda, Peixoto não levou adiante a vida como intelectual, restringindo-se, além dos três volumes sobre a Guerra do Contestado (1916-1920), a redigir o livro já citado *Memórias de um velho soldado* (1960) e a tradução de outro sobre infantaria, chamado *O que é preciso saber sobre infantaria*, de M. Abadie (1928).

Luiz Roberto Soares, em introdução à edição contemporânea de *Campanha do Contestado* escrito por Peixoto (1995, v. I, p.8), afirma que o oficial "participou das insurreições contra o Presidente Artur Bernardes". Nada mais se diz sobre o assunto. Não conseguimos identificar a fonte de Soares, nem mesmo o DHBB faz referência ao envolvimento do oficial, ao que parece, relacionado ao movimento tenentista. Em suas memórias, a única pista que encontramos é o registro que faz ao já citado Manoel Henriques Gomes: "com ele repartia o meu tempo nos preparativos para as sabatinas do nosso bondoso professor de física, o capitão Tourinho, quem vi, mais tarde, como general à frente de tropas em Mato Grosso na perseguição da Coluna Prestes" (PEIXOTO, 1960, p. 53). De que lado ele estava nesse momento, não o sabemos. Informações precisas sobre a trajetória desse oficial só teremos no dia em que for permitido o acesso a sua documentação pessoal no Exército.

Mas o que mais nos importa no momento é a atuação de Peixoto na Guerra do Contestado. Ao chegar ao campo de batalha, em setembro de 1914, portanto, junto com a expedição comandada por Setembrino de Carvalho, era o mais jovem dos oficiais de farda: ele faria 30 anos de idade em dezembro daquele ano. Como vimos, ele já havia demonstrado interesse pela História e pela escrita, ao desempenhar a função de amanuense, na Fortaleza de Santa Cruz. Além dessa experiência, outra que marcaria sua formação intelectual seria a leitura de *Os sertões*. O livro sobre a Guerra de Canudos foi seu maior referencial de pesquisa, de estilo e de interpretação do movimento rebelde inspirado em São João Maria e em São Sebastião, no Sul do Brasil.

A julgar pelo repentino aparecimento do livro *Campanha do Contestado* (1916), é possível afirmar que Peixoto tenha iniciado sua escrita no campo de batalha. O tempo em que permaneceu no teatro de operações – de setembro de 1914 a abril de 1915 –, dedicou-se a recolher fontes sobre o movimento, tomando depoimentos dos prisioneiros e fazendo levantamento nos arquivos locais. Sua obra é a mais apurada em termos de pesquisa e um dos relatos mais completos, entre os escritos por militares sobre o assunto. O texto é claro e objetivo, sem o exagero ornamental que caracteriza a narrativa de Assumpção. Diferentemente deste, Peixoto propôs-se a escrever uma obra sobre toda a Guerra, mesmo as batalhas em que não esteve presente. Para cumprir tal proposta, fez estudo profundo sobre a história da região contestada e foi implacável na denúncia da

situação verificada na região, culpando, principalmente, os mandões políticos pela eclosão do movimento rebelde.

Ele também não deixou de criticar os comandantes militares, bem como a estratégia montada por Setembrino de Carvalho, pois não reconhecia a instrução à moda germânica como a mais adequada para o Exército brasileiro, ao menos para campanhas militares como as efetuadas no interior do Brasil. Embora fosse destacado na imprensa o profissionalismo do Exército que atuou no Contestado, Peixoto afirmou que a força terrestre não se diferia daquela de tempos passados: "A despeito do ardente desejo pelo seu engrandecimento, por parte de grande número de seus oficiais, o exército é, em quase tudo, o mesmo ou pior que o de vinte e cinco anos atrás" (PEIXOTO, 1995b, p. 29). A lucidez dessa observação, em meio a tantas exaltações da força militar no momento, denuncia um distanciamento mínimo do historiador de farda dos fatos narrados. Ele acrescenta – ao que parece, criticando a febre modernizadora que tomava conta da corporação – que "apesar das alterações consecutivas de seus uniformes, das mudanças de nomes das repartições e das permutações de aquartelamentos, o que se tem dado, periodicamente, satisfazendo a intermitência febril de papeleiros desorganizadores, o Exército é o mesmo de outrora" (PEIXOTO, 1995b, p. 29). Ele não poupou em sua crítica nem mesmo o comandante-em-chefe, general Fernando Setembrino de Carvalho:

> As qualidades do comandante não entravam em jogo para a premeditação da realização feliz do grande cerco, promovido por tropas que, ocupando centenares de léguas, pretendiam fechar o xadrez de luta; o general Setembrino jamais tinha comandado grandes forças combatentes e era, pois, estreante como dirigente de ações estratégicas (PEIXOTO, 1995b, p. 45).

A crítica não deixa de surpreender, uma vez que à época ele ostentava o posto de segundo-tenente. É bem verdade que foi publicada no segundo volume lançado em 1918, portanto, quase três anos após a saída de Carvalho do comando das forças repressoras. As opiniões emitidas sobre o superior, mesmo que publicadas sob pseudônimo, poderiam comprometer sua carreira militar.

Outro alvo das críticas de Peixoto era a empresa norte-americana responsável pelo transporte ferroviário e pela exploração das terras e da madeira na região: a *Brazil Railway Company*. Ele denuncia a morosidade do serviço de

transporte, o uso de máquinas obsoletas e os altos preços cobrados pelo serviço prestado às Forças Armadas.

Sua interpretação sobre as causas deflagradoras do movimento não escapa da visão militar, mas está mais próxima da compartilhada por intelectuais de sua época do que de um oficial militarista. Ele acreditava que ao Exército cabia a defesa nacional e que o movimento do Contestado havia chegado ao limite de impor uma intervenção federal, mas, ao mesmo tempo, reconhecia a culpa dos políticos locais e da exploração internacional representada pela empresa norte-americana que atuava na região.

Para Dermeval Peixoto, o "fanatismo" do Sul do Brasil, representado pela crença no monge e nos santos, não se diferenciava de outras manifestações religiosas pelo interior do país. O diferencial estaria na politicagem dos coronéis, cobiçosos pelas terras e receosos pela perda de autoridade. Reconhece que a questão de limites teve peso na conflagração da rebeldia sertaneja, mas para ele tal questão era apenas mais um dos muitos indícios da ambição dos coronéis, conforme se verifica na citação abaixo:

> A politicagem, o banditismo, a rapinagem costumeira, um falado regionalismo, a questão dos limites e uma desequilibrada aspiração restauradora das antigas instituições, embutida na cabeça de alguns matutos, ao final, surgiram quase a um só tempo, abruptamente e, ocultos nas avançadas do fanatismo que infelizmente ainda lá existe, avassalaram a imensidade do campo (PEIXOTO, 1995a, p. 58).

Tal como os outros oficiais ilustrados, Peixoto afirma que se repetia no Sul os episódios de Canudos. O primeiro problema identificado por ele na condução das negociações com os sertanejos foi não se ter organizado uma força militar devidamente equipada para acabar com o movimento à época em que os fiéis apenas seguiam o monge José Maria:

> Se desde essa época fosse dispersada, cautelosamente, a aglomeração das turbas, estariam virtualmente evitados os excessos posteriores e abafadas as desordens que correlatamente se manifestaram. Bastava apenas aproveitar ensinamentos de Canudos. Mas a tragédia dos sertões baianos foi esquecida e o Contestado, aos poucos, tomou proporções ameaçadoras sem que qualquer dos seus litigantes se lembrasse de solicitar providências formais do governo central para uma ocupação, embora temporária, das terras que disputam intransigentemente, embora sem capacidade para policiá-las (PEIXOTO, 1995a, p. 89).

Mas não seria apenas na advertência que o episódio de Canudos seria acionado na narrativa de Peixoto. Em vários momentos o texto nos remete a Canudos e ao livro que consagrou os acontecimentos desenrolados no sertão baiano. Entre as muitas evocações a *Os sertões*, escolhemos uma que parece fazer jus ao modelo instaurado pelo escritor, formado nos quadros positivistas da Praia Vermelha:

> Em Poço Preto, uma prole de cerca de dez infelizes criaturas, aleijadas, deformados e carcomidos de lepra e de 'bicho de pé' os membros, os corpos desnudos, foi ter às barracas da força do Exército. Mas, impiedosos desta vez, os soldados que acampavam junto ao coronel Fabrício não se condoeram do triste desígnio dos leprosos desgraçados. Ninguém os queria por perto, ninguém estendeu a mão com uma bolacha seca para os aleijadinhos esqueléticos. Por fim, ao atravessarem numa canoa as correntezas do Iguaçu, as criaturas asquerosas deixaram de sofrer para sempre. A canoa virou... e Canudos se repetia em todos os seus aspectos multiformes (PEIXOTO, 1995a, p. 76).

Aqui a crítica lembra as denúncias que Euclides faz de como os prisioneiros eram tratados em Canudos: a degola era o destino da maioria. Peixoto não vai tão longe. O crime fica apenas sugerido na menção à canoa virada no meio do rio Iguaçu. Vale notar que o historiador de farda não atribui ao Exército a responsabilidade pela morte, ela recai exclusivamente na força civil incorporada ao Exército ou, melhor dizendo, nos vaqueanos do coronel Fabrício Vieira.

O historiador de farda conclui o relato com um convite: "Passemos adiante. Voltemos esta triste página" (PEIXOTO, 1995a, p. 76). O recurso de interromper a narrativa para interpelar o leitor, induzindo-o a seguir em frente, para esquecer a página, lembra Euclides no capítulo final de *Os sertões*: "Fechemos este livro. Canudos não se rendeu".

Outro momento euclidiano aparece no elogio condenatório que faz aos sertanejos, no último volume de *A Campanha do Contestado*:

> No sertanejo do Contestado tinha-se assistido a reprodução da brutalidade da coragem dos caipiras dos sertões nortistas. Ante as vidas preciosas de oficiais e de soldados do exército, ceifadas na guerrilha cruenta, depois da vitória é justo render-se a homenagem merecida: - cruéis na luta os infelizes irmãos das matas, eram dignos de admiração pela ousadia com que enfrentaram as tropas regulares e, ainda mais dignos de piedade pela loucura com que se defendiam, excedendo a fúria dos javalis, a agilidade dos tigres e a valentia estóica do rei das feras. Rendamos essa homenagem merecida aos nossos irmãos enlouquecidos das selvas (PEIXOTO, 1955c, p. 155).

Já no fim do último volume da saga, construída por esse oficial ilustrado, Euclides novamente se faz presente em parágrafo de arremate das idéias: “quem mesmo pernoitou uma ou duas noites naquele antro, não terá agora na imaginação as exatas proporções do local fatídico. Santa Maria continua sendo uma interrogação. Nenhuma fotografia!!!” (PEIXOTO, 1995c, p. 157).

2.4.7 Os guardiões da memória

Durante a década de 1930, somente dois historiadores de farda se mantiveram empenhados em escrever sobre a Guerra do Contestado: José Octaviano Pinto Soares e José Vieira da Rosa. Vimos que Antonio Alves Cerqueira publicou, em 1936, *Jornada de Taquaruçu: feito guerreiro*, mas o livro era apenas uma versão revisada do artigo que escreveu em alguns periódicos especializados. Esse historiador de farda continuou ligado ao universo intelectual, mas com publicações de outros gêneros. Acreditamos que a persistência dos oficiais rio-grandenses e catarinenses em tratar do tema, passada mais de uma década, coloca-os como guardiões da memória do conflito, além de denunciar o significado que o episódio teve em suas vidas, tanto profissional como pessoal.

Suas obras não apresentam novidades sobre o que aconteceu, não superando, portanto, a mais criteriosa história escrita pelos oficiais do Exército, qual seja, o livro de Dermeval Peixoto (1995). No entanto, é notória uma análise que caminha para uma abordagem mais estritamente militar da guerra e, conseqüentemente, uma nova representação da relação entre a atuação militar no Contestado, a história do Exército e a história do Brasil. A proximidade de Soares e de Vieira da Rosa com os habitantes e com as discussões que se desenvolveram após o movimento rebelde liderado pelos fiéis de João Maria certamente influenciou o empenho de ambos em perseverar na militância sobre o assunto. O primeiro serviu muitos anos no Paraná, enquanto o segundo permaneceu até a morte em Santa Catarina.

No Sul do Brasil, a Guerra do Contestado transformou-se em tema tradicional da história regional. Isso contribuiu para o surgimento de especialistas no assunto.[90] Eles tentavam enquadrar a memória dos acontecimentos dos sertões

---

[90] Entre os pesquisadores acadêmicos de Santa Catarina, merecem destaque, pelo pioneirismo, o livro de Aujor Ávila da Luz, *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*, publicado pela primeira vez em 1952, e o de Oswaldo Rodrigues Cabral, *João Maria –*

catarinenses e paranaenses nos limites da história nacional. Soares e Vieira da Rosa talvez sejam os primeiros representantes desses especialistas.

Pinto Soares revela uma preocupação maior em enquadrar a memória da Guerra do Contestado nos limites da História Militar do que Vieira da Rosa. O caso da publicação do seu livro, em uma editora do Rio de Janeiro, em 1931 – Papelaria Velho –, em contraste com o fato de as memórias de Rosinha não terem ganhado edição, fornece pistas sobre a relação que cada um manteve com os interesses político-militares nacionais.[91]

As memórias de Vieira da Rosa não estão datadas; tivemos contato com elas por meio de uma cópia datilografada retirada do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. O texto está incompleto e é narrado sem rigor científico. O historiador de farda catarinense parece não ter se preocupado muito com a forma e com as reiteradas repetições e intervenções que faz em sua narrativa. No momento em que escreve sobre o deslocamento do 54º Batalhão de Caçadores para a cidade de Lages, ele interrompe a história para registrar:

> Estou escrevendo para ao futuro. Não temo ser prolixo porque este meu canhenho não pode ser publicado. Seria se dispusesse de *money* indispensável, mas também para que o faria quando não se lê neste País coisas sem sal, desenxabidas como são estes assunto de guerra e corografia.
> E se no futuro algum crítico quiser surrar-me pela prolixidade da obra, que o faça sem medo a uma réplica. Comprometo-me a não ligar grande importância ao caso, porque em se tratando de remoto futuro, não estarei presente, e se estiver não me lembrarei do que se passou nesta encarnação (ROSA, [s.d.], p. 42).

A história contada por de Vieira da Rosa apresenta certa amargura. É um texto de memória de um velho soldado, já autorizado pelo tempo e pela experiência, a externar suas idéias. Isso fica claro logo nas primeiras páginas do texto, quando o autor adverte:

> No correr deste trabalho farei crítica justa, mas não encobrirei misérias para mostrar-me amável a esse ou aquele camarada. Direi a Verdade, embora ela doa como espinho de mangagá [...] Firo suscetibilidades? Paciência, que se envergonhem os netos com as covardias de seus avós; que se ufanem aqueles que de seus

---

interpretação da Campanha do Contestado, publicado em 1960 (a segunda edição revisada desse livro – 1979 – recebeu o título de A Campanha do Contestado). Fora da produção catarinense, destaca-se *La "guerre Sainte" au Brésil: le mouvement messianique du Contestado,* tese de doutorado defendida na França, no ano de 1955, por Maria Isaura de Queiroz, trabalho realizado sob orientação de Roger Bastide.

[91] A cópia datilografada das memórias de Vieira da Rosa se encontra depositada no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e até o momento não foram publicadas.

> antepassados podem recordar atos de benemerência (ROSA, [s.d.], p. 27).

Observe-se como o já coronel dispara a metralhadora contra seus camaradas. A partir da advertência, ele segue denunciando os conchavos e expondo os bastidores das intrigas militares e políticas presentes durante o conflito. Nem mesmo Dermeval Peixoto fora tão explícito na crítica aos superiores militares quanto Vieira da Rosa. Vale destacar que o distanciamento temporal do registro de suas "memórias" certamente contribuiu para tal empreendimento.

Ao longo do texto, Vieira da Rosa, além de demonstrar profundo conhecimento de geografia e dos costumes locais, aproveita para expor suas idéias acerca dos sertanejos e demonstrar sua simpatia pelas teorias que viam na mestiçagem brasileira um fator positivo da composição étnica do país. O sertanejo para ele é um homem forte e vingativo, descendente dos bandeirantes com os índios, mas abandonado pelo Estado. Em sua opinião, se esse homem fosse "civilizado" – entenda-se, tivesse escola, igreja, assistência de saúde –, seria um braço forte para o desenvolvimento do Brasil. Ele declarou: "eu sou pelo caboclo. Convivi com ele. Sei-o muito superior a muitos habitantes das cidades no que concerne à moralidade, à hospitalidade, à robustez física, à valentia e à pureza de costumes" (ROSA, [s.d.], p. 26).

Em seus relatos de memória, percebemos profundo ressentimento por não ter recebido honras que julgava merecer por seus feitos militares. A mágoa era dirigida principalmente contra os oficiais que escreveram sobre o conflito. É de Vieira da Rosa o lamento de que o Contestado não teve o seu Euclides da Cunha para fixar, nos anais da história nacional, os acontecimentos desenrolados no Sul, com o destaque que ele julgava merecer.

Ao reivindicar o talento do autor de *Os sertões*, ele estava criticando indiretamente as publicações feitas sobre o movimento do Contestado, disponíveis até aquele momento. Como vimos, algumas dessas obras foram comparadas ou desejavam se equiparar ao clássico livro de Euclides da Cunha. Ele afirma que suas memórias não têm pretensão, mas ressalta que elas "não irão eivadas das falsidades, de partido tomado por esse ou aquele combatente, como acontece com duas ou três obras escritas a respeito da luta, por escritores que ali estiveram por pouco tempo e escreveram por informações suspeitíssimas" (ROSA, [s.d.], p. 27).

Em seguida passou a questionar a autoridade das fontes dos historiadores de farda, ao destacar: “eu vi, mas não enxerguei tudo, e sobre o que não vi não escrevo, mas sobre o que observei direi a verdade nua e crua, como dever ser a Verdade” (ROSA, [s.d.], p. 27). Em contrapartida, os historiadores de farda, em sua denúncia, falaram sobre o que não viram, sobre o que não viveram, sobre o que não entenderam.

Apesar das promessas, as “memórias” de Vieira da Rosa não trazem novidades sobre o movimento rebelde, exceto por revelar as intrigas militares desenroladas nos bastidores e por ser mais enfático do que os demais na crítica a autoridades políticas e militares.

Diferentemente dos demais trabalhos já citados, esse é, talvez, o único que merece a classificação, como gênero, de memória, mais que de história. É um texto de desabafo, que segue o fluxo da lembrança, ao relatar os fatos e expor suas opiniões sobre os acontecimentos. Percebe-se nesse relato o peso que a Guerra do Contestado teve sobre suas idéias e percepções de mundo.

Pinto Soares, por sua vez, é mais contido e profissional, em sua obra. O projeto do autor, conforme consta no final de *Guerra nos sertões* (1931), era dedicar um livro a cada uma das grandes expedições militares enviadas ao Contestado, a saber**:** Expedição Mesquita (abril/maio de 1914), Expedição Matos Costa (maio a agosto de 1914); A Expedição Setembrino de Carvalho (setembro 1914 a maio de 1915); A ocupação de José Vieira da Rosa (maio de 1915 a dezembro de 1916) e A solução, com a proposta de apresentar o acordo político estabelecido acerca da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina (1916). Os dois primeiros volumes foram concretizados: o primeiro, no livro *As lutas do Contestado* perante a história, apresentado acima, e o segundo, em *Guerra nos sertões*, de 1931. Os demais, aparentemente, não foram concluídos. De qualquer forma, a proposta denuncia seu parcialismo: dar continuidade à exaltação dos feitos militares, conforme já havia iniciado nas primeiras publicações.

A edição de 1931 repete diversos parágrafos de *As lutas do Contestado perante a história***,** publicado em 1920, mas busca entender a origem do movimento e é menos agressiva na demonização dos fiéis de João Maria. Aqui, também, o distanciamento pesou sobre a interpretação do historiador de farda. Se, no livro anterior, ele iniciou a narrativa com a “expedição Mesquita”, neste buscou traçar a “gênese do fanatismo”, tal como fizera Antunes, e acrescentou

informações sobre a vegetação, a geologia e a população catarinense à época do conflito. Pinto Soares também se apresenta, neste livro, mais rigoroso na crítica aos governantes, como se percebe na declaração: "O sinistro movimento subversivo, portanto, forçoso é confessá-lo, poderia facilmente ter sido evitado, si os poderes públicos tivessem sempre em vista, para nortear-lhes os passos, a grande verdade de que 'mais vale prevenir que remediar'" (SOARES, 1931, p. 22). Tal crítica também se voltou para a presença da empresa norte-americana – *Brazil Railway* –, responsável pela construção da estrada de ferro na região. Segundo ele,

> (...) a ação dos exploradores estrangeiros, à sombra da inércia governamental brasileira, não se limitava, então, aos Estados de Paraná e Santa Catharina, ia aos do Rio Grande do Sul, onde existe um sábio e modelar serviço de colonização por parte do governo estadual; S. Paulo, Minas, Goiás e Mato-Grosso, em que o enorme *syndicato Farquhar* escandalosamente se celebrizou, sob a nefasta proteção da política profissional (SOARES, 1931, p. 32).

Apesar disso, não se verificam mudanças radicais na interpretação que faz do conflito, não há aprofundamento de pesquisa no livro da década de 30, e nenhuma novidade é apresentada. Ele continua defendendo o caráter de banditismo do movimento e explicando a guerra pela exploração política – principalmente a catarinense –, mas é possível localizar maior consistência em seus argumentos.

Tanto Vieira da Rosa como Pinto Soares, na distância que separa seus primeiros textos sobre a guerra dos escritos dos anos 30, estreitaram relações com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. "Guardiões da memória do Contestado" é título merecido para os dois.

2.5 OS HISTORIADORES DE FARDA E A HISTÓRIA MILITAR NO BRASIL

Durante a Guerra do Contestado, a história militar brasileira estava em fase de elaboração. As fronteiras disciplinares ainda não estavam totalmente definidas e o Exército buscava consolidar o seu papel nos rumos políticos da nação. Por outro lado, o Brasil buscava a sua identidade. Tentava-se construir uma nação vinculada aos valores republicanos. O Exército tentava levar adiante o projeto de modernização e oficiais positivistas e "germanófilos" entravam em confronto, buscando uma identidade para a corporação. Paralelo a essas iniciativas, o Brasil

revivia a experiência de um oficial do Exército na política: o governo do marechal Hermes da Fonseca.

A Guerra do Contestado aconteceu em meio a tudo isso. A tentativa de se fixar uma memória sobre o conflito, conforme empreendimento efetuado pelos historiadores de farda, acaba refletindo todo o clima de instabilidade presente à época. Para os oficiais ilustrados, a Guerra do Contestado era um capítulo importante da história do Exército, mas também da história de um país que teve como protagonista, na mudança do regime político, a instituição militar. História do Exército, História do Brasil e História da República se confundiam nesse momento.

De outra ordem nos parece ter sido o contexto que deu origem ao empreendimento nomeado *História do Exército Brasileiro* (HEB), obra publicada pela primeira vez em 1972. Não se trata mais de uma história militar inserida na história do Brasil, mas da história do Exército sobreposta à história nacional. Nesse momento, a instituição já se coloca, senão acima, ao menos descolada do Estado. A HEB viria coroar a proposta de profissionalização militar, ao erguer um monumento escrito aos feitos da força terrestre. A publicação dessa obra marcaria uma longa trajetória de construção da memória militar no Brasil.

Amanda Pinheiro Mancuso, em tese de doutorado recentemente defendida (2007), centrou sua análise no discurso presente na *História do Exército Brasileiro* e na *História Naval Brasileira* (HNB), contando entre os seus objetivos apontar a interferência dos elementos do tempo presente – década de 1970 – na "construção do discurso histórico militar brasileiro" (p. 3). A autora acredita que a narrativa histórica, presente na HEB, desempenharia duas funções básicas: a primeira seria interna, "uma vez que essa narrativa é um dos meios de contar aos seus oficiais que instituição é essa da qual fazem parte, qual seu papel e sua função na sociedade"; a segunda seria externa, pois "através desse recontar histórico, que se insere no panorama mais amplo da história nacional, a instituição estabelece relação com a sociedade". Mancuso (2007, p. 4) acrescenta que ao "reproduzir" e "sustentar" uma auto-imagem militar, a narrativa histórica elaborada pelas Forças Armadas "concretiza um dos recursos através dos quais podemos lançar mão para a compreensão de elementos importantes da identidade militar". Com isso ela empreende trabalho de fôlego, ao selecionar como fontes as dezenas de volumes de história institucional, publicadas pelas forças de terra e

água, e ao analisar a vasta caminhada construída da relação entre os militares e a sociedade brasileira, por meio da narrativa histórica. No entanto, preocupada em desvendar a articulação do presente na formulação do passado dentro dessa narrativa, a autora deixou de lado aspectos que julgamos essenciais para compreender os elementos que deram configuração ao discurso materializado nas publicações militares, particularmente na publicação denominada *História do Exército Brasileiro*.

A primeira ausência que sentimos foi uma análise da formação dos colaboradores e do organizador do livro, feito sob a supervisão do historiador de farda coronel Cláudio Moreira Bento e com a colaboração dos alunos a ECEME.[92] A segunda ausência detectada no trabalho de Mancuso atravessa um dos problemas formulados nesta tese, qual seja, o papel dos historiadores de farda na construção da memória militar brasileira: qual a contribuição da fortuna intelectual militar acumulada pelos historiadores de farda na construção da HEB? Acreditamos que os textos publicados em revistas especializadas, como *A Defesa Nacional* – desde 1913 em circulação – assim como os livros publicados por autores como Umberto Peregrino, Pinto Soares, Ezequiel Antunes e tantos outros historiadores de farda tiveram papel importante na formulação daquilo que foi entendido posteriormente como História do Exército. Soma-se a isso a presença, desde 1905, da disciplina História Militar no currículo das escolas de formação de oficiais. Vimos que na edição de 1936 Cerqueira apresentou sua *Jornada de Taquaruçu: feito guerreiro* como uma colaboração à história militar brasileira. É bem possível que contribuições como essa serviram de subsídio para configurar o gênero que aparece consolidado em 1972, na HEB. Há que se destacar que desde 1937, mesmo que timidamente, já existia a editora chamada de “Biblioteca Militar”, atualmente conhecida como Bibliex. Por meio dela se publicaram várias obras de oficiais brasileiros, além de traduções de clássicos da história militar estrangeira. Segundo Humberto Peregrino (1967, p. 97-98), “o assinante nº. 1 [da Biblioteca Militar] foi o Marechal Eurico Dutra, que era general, ministro da Guerra, e o primeiro livro editado veio a ser *Em Guarda*, uma coletânea de diversos autores, versando temas anticomunistas”. Com mais de trinta anos de publicações a Editora do Exército deve ter acumulado uma vasta literatura que

---

[92] Na década de 1990 foi feita nova edição dos três volumes da HEB com encadernação luxuosa pela Editora Oldebrecht. Esta edição foi revisada e editada sob a supervisão de Olavo de Carvalho.

serviria de subsídio para a HEB, tais como a coletânea anticomunista citada. Acreditamos que tais obras desempenharam papel importante na formulação da imagem e da auto-imagem do Exército.

Na década de 1940, como vimos no capítulo 1, Gustavo Barroso já apontava uma pauta para a construção da história militar do Brasil. Até aquele momento, nos informa Barroso (2000, p. 5), "a única História Militar do Brasil existente foi escrita, em 1762, por José de Mirales!". Que peso teria a proposta feita por Gustavo Barroso na formulação da HEB? E a autoridade de Francisco de Paula Cidade, um dos destacados colaboradores da revista criada pelos "jovens turcos", que lançou o volumoso livro *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*, obra de fôlego que conta, na edição de 1998, 721 páginas?[93] E a fortuna crítica acumulada pelos historiadores de farda acerca da participação do Exército na história do Brasil? Uma investigação sobre tais questões remeteria não somente aos elementos que antecederam e possivelmente sustentaram a criação da HEB como também aos critérios usados para seleção dos fatos, bem como a forma de apresentá-los ao público.

Os oficiais, que imortalizaram a Guerra do Contestado em suas atividades intelectuais, afirmam constantemente a intenção de que suas obras sejam consultadas e julgadas na posteridade por historiadores. Nesse sentido, elas são construídas com a clara intenção de se constituírem como testemunho histórico, como um monumento (LE GOFF, 1994). A idéia de que a verdade será julgada perante um tribunal da História, sempre evocada no prefácio de seus livros, é tributária de uma consciência de historicidade que tem o futuro como perspectiva. Esse horizonte de expectativas sinaliza para o reconhecimento da importância histórica dessa experiência e o desejo de não cometer os mesmos erros do passado. Aqui, Canudos aparece como o grande referencial a ser superado. Nesses textos, há uma deliberada tendência a controlar a memória, a marcar, para o futuro, a verdade sobre a guerra. Dessa proposta, o que foi incorporado na História do Exército brasileiro, de 1972? Qual foi o caminho trilhado pelos "produtores" da HEB para que ela tivesse a configuração que possui?

De volta ao universo das primeiras décadas do século XX, percebemos que o projeto de modernização do Exército não se restringiu ao programa defendido

---

[93] A primeira edição desse livro é de 1959.

pelos “jovens-turcos”. Havia uma situação a superar – Canudos –, um desejo de contribuir para a construção de um Estado Nacional no Brasil e uma necessidade de delimitar o papel do Exército na defesa pátria, que ultrapassava o círculo dos oficiais reunidos na revista *A Defesa Nacional*. Esse período é marcado pelo empenho de alguns intelectuais em darem uma cara para a nação brasileira. Olavo Bilac, Lima Barreto e Gustavo Barroso, entre outros, são homens representativos dessa geração.

O cruzamento da proposta desses intelectuais com o projeto de modernização do Exército é o tema a ser discutido no capítulo seguinte.

3 APOSTOLADO, APÓSTOLO E APÓSTATAS: MILITARISMO OU MILITARIZAÇÃO?

3.1 O CULTO DA SAUDADE: GUSTAVO BARROSO E A HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Quem visita o Museu Histórico Nacional (MHN), no centro do Rio de Janeiro, dificilmente deixa de reparar a presença de objetos militares preservados em seu interior. Logo na entrada nos deparamos com imenso pórtico em que se vê a inscrição: "Portão da Minerva", referência explícita à deusa romana das artes, dos trabalhos manuais, das profissões e da guerra. No pátio interno há uma exposição permanente de velhos canhões, muitos deles provenientes de países como Holanda, Inglaterra, França e Portugal. Eles testemunham várias fases da história do Brasil. A grandiosidade desses monumentos militares combina perfeitamente com a arquitetura, que também nos remete ao universo marcial. O prédio onde atualmente está localizado o Museu Histórico Nacional abrigou no século XVII o forte de Santiago, construído na Ponta do Calabouço, entre as praias de Piaçaba e de Santa Luzia. O local foi estrategicamente escolhido para impedir a entrada de embarcações na Baía da Guanabara. Em 1762 foi construída ao lado do forte a "Casa do Trem", destinada a guardar e fazer pequenos reparos de artilharia.[94] Passados dois anos a edificação foi complementada pelo "Arsenal de Guerra". Ao longo do século XVIII suas instalações serviram como depósito de armamento e munição do Exército brasileiro, sendo construída em suas dependências, inicialmente, uma oficina de coronheiros e espingardeiros dedicada ao reparo, conservação e manutenção de material bélico. Fonseca de Castro (1997) informa que no Arsenal se desenvolveram inúmeros outros ofícios, tais como aqueles destinados à confecção de bandeiras (bandeireiros) e de tendas militares (barraqueiros), além dos de seleiros e sapateiros, maquinistas serralheiros, latoeiros, funileiros, pedreiros, entre outros. Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), o Arsenal forneceu ao Exército brasileiro vasto material, principalmente projéteis de artilharia (WINZ, 1953). Nessa mesma época, foi inaugurado em suas dependências o Museu Militar (1865) e, posteriormente, o Museu de Artilharia. Para José Neves Bittencourt (1998) esses dois museus

---

[94] Segundo Adler Homero Fonseca de Castro (1997, p. 168): "Trem é um nome genérico que se dava aos apetrechos de um exército. Porém no século XVIII e ainda no século XIX este termo era usado com uma visão mais restrita, como se fora 'trem de artilharia', ou seja, o conjunto dos canhões e materiais necessários a seu funcionamento".

devem ter sido contemporâneos, uma vez que no ano de 1875 o último já estava oficialmente constituído. Ao que tudo indica, esses museus não foram destinados a uma posição de grandeza e chegaram a ocupar somente uma ou duas salas do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (Cf. BITTENCOURT p. 211). Eles permaneceram nesse espaço até 1902. Após esse ano o Arsenal de Guerra foi transferido para ponta do Caju e o acervo dos museus ficou encaixotado nas dependências antigas do arsenal, até ser recuperado por Gustavo Barroso para compor o Museu Histórico Nacional, inaugurado em 1922.

Mas não é apenas nas instalações e nos objetos em exposição que sentimos o espírito militar pulsar no museu. A instituição abriga atualmente um dos mais representativos acervos da história militar do Brasil. Entre os muitos exemplos citamos o álbum contendo 19 fotos da Guerra do Paraguai, realizadas pelo fotógrafo Carlos César e ofertado em 1868 ao Visconde de Rio Branco. Merecem destaque também as fotos de Juan Gutierrez sobre a Revolta da Armada, feitas por encomenda do Exército brasileiro ao fotógrafo de origem espanhola. O MHN abriga, ainda, centenas de aquarelas pintadas por J. Walsht Rodrigues sobre os uniformes militares da força terrestre brasileira, trabalho que compreende a indumentária militar desde o século XVIII até o inicio do século XX.[95] Há muitos outros patrimônios importantes da história militar brasileira depositados no MHN, tal como um grande acervo de material bélico, principalmente armamento e objetos pertencentes à autoridade militares de destaque na história do Brasil. Conforme Bittencourt (1998) durante a década de 1920 a seção de Arqueologia e História do Museu era composta em sua maioria de acervo proveniente de outros estabelecimentos, na maioria militares, tais como Museu de Artilharia, o Museu Militar, o Arsenal de Guerra da Corte, a Biblioteca do Exército e o Ministério da Guerra. Mário Chagas acrescenta que, nesse mesmo período, 56,16% do acervo dessa seção resultava da transferência de outros estabelecimentos públicos; 25, 6% das aquisições chegaram por "coleta em demolições, por compra de coleções particulares ou por processos não especificados" e 17,82%, por meio de "doações

[95] Trata-se do álbum *Uniformes do Exército brasileiro.* A primeira edição foi feita em 1922 como parte das comemorações do Centenário de Independência do Brasil e ganhou impressão especial feita em Paris sob os auspícios do Ministério da Guerra. A obra foi dedicada a João Pandiá Calógeras, então ministro da Guerra (1918-1922).

de particulares, de associações, de governos e representações estrangeiras" (CHAGAS, 2003, p. 110-111).

Quem visita atentamente esta importante instituição se convence da estreita relação entre a história nacional e a história militar do Brasil. Usando uma terminologia contemporânea, é possível afirmar que o MHN é um lugar de memória do Exército brasileiro (Cf. NORA, 1993). Com o objetivo de explorar um pouco mais essa idéia, convidamos o leitor a voltar ao início da década de 1910 para conhecer as propostas iniciais materializariam o MHN, bem como a trajetória de seu idealizador e primeiro diretor, Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso. Iniciemos por ele.

Barroso nasceu em 1888, no Ceará.[96] Iniciou seus estudos em Fortaleza bacharelando-se em pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1911, mesmo ano que se lançou como escritor com o livro *Terra do Sol* em que trata dos costumes do sertão cearense. Com a experiência que adquiriu como redator do *Jornal do Ceará* (1908-1909), e em outros periódicos de Fortaleza, assumiu a redação do *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro (1911-1913) e, posteriormente, a direção da prestigiada revista carioca *Fon-Fon* (1916).

Sua atuação profissional não ficou restrita ao universo da imprensa. Foi professor da Escola de Menores da Polícia do Distrito Federal (1910-1912); secretário da Superintendência da Borracha no Rio de Janeiro (1913), secretário do Interior e da Justiça do Ceará (1914), deputado federal pelo Ceará (1915-1918) e inspetor escolar do Distrito Federal (919- 1922).

O museólogo Mário Chagas (2003) estabelece relações entre a infância de Barroso e sua visão museológica e destaca a influência da casa onde cresceu e da educação recebida do pai e da tia em sua visão romântica do passado brasileiro. Ele desejava ser militar, mas o pai o queria doutor. Segundo Chagas "O Museu [Histórico Nacional] permitiu-lhe amalgamar o amor ao passado (território familiar), a tendência militar, a formação bacharelesca e o gosto pela arte" (CHAGAS, 2003, p. 87). Esse mesmo pesquisador afirma que "não é casual a instalação do Museu num complexo arquitetônico antigo que envolve fortaleza, arsenal de guerra, beco dos tambores (militares) e casa do trem (artilharia)" (p.

---

[96] As informações biográficas de Gustavo Barroso foram retiradas do site da Academia Brasileira de Letras. Endereço: http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=213. Acesso em: 26 fev. 2008.

87). O espaço escolhido para abrigar o MHN estaria ligado, dessa forma, aos projetos intelectuais não realizados por seu idealizador. Essas são apenas algumas indicações da relação sentimental que Barroso possuía com as forças armadas. Ela se tornaria mais explícita a partir de 1911, momento em que lançou nas páginas da edição vespertina do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a idéia de se criar no Brasil um museu militar.

> O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis - espadas que tenham rebrilhado à luz nevoenta das grandes batalhas nas regiões platinas ou tenham sido entregues às nossas mãos vencedoras pelos caudilhos vencidos; canhões que vomitaram a morte nas fileiras inimigas do alto dos nossos bastiões e dos espaldões de nossas trincheiras; lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos, nos vastos pampas, e golpearam com Andrade Neves os quadrados paraguaios de Avaí (apud DUMANS, 1942, p. 384).

Gustavo Barroso invocou, a favor de sua proposta, a existência de museus militares nos principais países da Europa, como o Museu dos Inválidos na França, a Armería Real na Espanha, o Museu de Artilharia de Portugal. Lembrou, também, a presença significativa de objetos militares na Abadia de Westminster, no Palácio de Buckingham e no Museu Britânico, acervos que, na sua maneira de ver, mostravam o valor que a Inglaterra conferia ao seu passado militar. E finalizou o artigo conclamando: “Patriótica e nobre seria a fundação dum Museu Militar. Queiram os *numes* que tal idéia um dia se realize para que tenhamos onde depor nossos troféus como os gregos outrora os depunham nas métopas de mármore e granito dos templos da Acaia” (DUMANS, 1942, p. 384, p. 387).

Passado pouco mais de um ano, ele voltaria a defender a criação de um museu militar no Brasil nas páginas do mesmo jornal, só que dessa o fazendo num tom mais nostálgico em relação ao passado, como o próprio título do artigo denuncia: “O culto da saudade”.

> Verifica-se, com tristeza e a cada passo, que no Brasil quase não há o culto das tradições. Aqui no Rio de Janeiro são às centenas os exemplos deste asserto... As maiores relíquias da nossa tradição andam esparsas e ao abandono... É um descaso que já se torna crime e é um crime quase imperdoável... (...) O culto da saudade é coisa que não existe... ainda não é para nós (DUMANS, 1942, p. 387-388).

Os dois textos foram escritos no momento em que o Exército brasileiro empreendia uma política de modernização dos seus quadros. A lei de serviço

militar obrigatório aprovada em 1908 não conquistou o apoio político e social esperado e, por isso, permanecia "letra morta". Na Europa as nações se preparavam para uma guerra que acreditavam iminente. No Brasil, os positivistas moviam acirrada campanha contra a militarização da sociedade e, conforme nos informa Peter Beattie (2001), nesse período o Exército buscava melhorar sua imagem perante a sociedade. Apesar do contexto favorável, a proposta de Barroso não foi bem sucedida seduzindo, possivelmente, apenas um grupo seleto de oficiais militares ou de outros intelectuais saudosos como ele.

Em 1917 ele voltou a defender sua proposta ao incluir os dois artigos mencionados no livro *Idéias e Palavras*. De acordo com Adolpho Dumans (1942, p. 388) foi depois de ler esse livro que Epitácio Pessoa, futuro presidente da República (1918-1922), tomou a iniciativa de procurar Gustavo Barroso para fundar um museu histórico no Brasil. Passados quatro anos do lançamento de *Idéias e Palavras*, seu autor publicou novo artigo, agora no periódico carioca *Ilustração Brasileira,* reiterando seu descontentamento com o fato de não existir no Brasil uma instituição dedicada a preservar suas tradições históricas. Com isso ele retomava a temática do "culto da saudade", mas o revestia de algo novo. Se, antes, lamentava a ausência de um museu militar, agora falava da criação de um Museu Histórico Brasileiro, sendo que em 1922 receberia o nome de Museu Histórico Nacional. Desta maneira, encobria de forma sutil o projeto defendido em momentos anteriores. Não fala mais em museu militar, no entanto, a idéia era praticamente a mesma de antes. De acordo com Bittencourt (1998) em 1922 Barroso lembrou-se do acervo dos antigos museus existentes no Arsenal de Guerra e os incorporou imediatamente ao MHN. Isso nos sugere que, ao referir-se às relíquias da história do Brasil que mereceriam ser contempladas, eram as militares que Barroso tinha em mente. Tal fato pode ser confirmado em suas declarações nos artigos anteriores: "Quase não restam, custodiadas em parte alguma, relíquias dos primeiros tempos de nossa vida nacional. Não se conhece no país um objeto contemporâneo da Guerra Holandesa ou da luta dos Mascates. Recordações mais recentes vão se perdendo" (DUMANS, 1942, p. 388). Além disso, os lugares nos quais o autor sugeria buscar os objetos para compor o acervo do museu eram majoritariamente ligados às forças armadas:

> Haveria muito que colher daqui e dali. Quadros, armas, vestimentas, lápides, espadas e outros documentos em muitos pequenos museus

> particulares do país. Canhões de todas as épocas com armas de diversos países nos *fortes* de Óbidos, Tabatinga, Nossa Senhora da Assunção, Cinco Pontas, Três Reis Magos, Buraco, Boa Viagem e tantos outros. Bandeiras na Cruz dos Militares, a Espada de Solano Lopes no *Colégio Militar*, a carruagem de Osório nas cocheiras do *Ministério da Guerra*. Lanças, sabres e bandeiras veneráveis no *Museu Naval* e no velho *Arsenal de Guerra*. Várias coisas de valor no Arquivo Nacional. E, além disso, autógrafos, penas, tinteiros, móveis, estátuas, etc. (apud DUMANS, 1942, p. 388, grifo nosso).

Como se pode observar sua proposta era semelhante à defendida em 1911, porém o ano de 1921 conferia maior visibilidade às suas idéias graças ao bom relacionamento que Barroso mantinha com Pandiá Calógeras, ministro da Guerra, e com o presidente da República, Epitácio Pessoa (1918-1922). Some-se a isso a euforia que se vivia em função dos preparativos para a comemoração do primeiro Centenário da Independência do Brasil. De acordo com Marly Motta (1992, p.6), o evento reuniu grandes nomes da intelectualidade e despertou uma onda de reflexões acerca dos fundamentos da nacionalidade brasileira. A questão colocada era o lugar do Brasil na modernidade do século XX, e o desafio era como articular historicamente o passado monárquico com o futuro desejado. Neste contexto, as comemorações reacenderam em alguns um saudosismo em relação aos tempos do Império e, em outros, despertaram críticas às promessas não cumpridas do regime republicano. Entre os intelectuais da década de 1920 analisados por Marly Motta, constam Mário de Andrade, Oliveira Viana, Monteiro Lobato, Menotti del Picchia, Licínio Cardoso, Tristão de Ataíde, somente para ficar nos mais representativos, tanto entre os cariocas como entre os paulistas.[97] Paralelo ao empenho dos intelectuais citados acima registramos o empenho de Gustavo Barroso em fundar um museu militar no país como mais uma das muitas iniciativas feitas em prol da comemoração do Centenário. Sua proposta buscava reatar a história da nação brasileira com o passado monárquico. Como vimos, as relíquias e os episódios evocados como dignos para compor o museu desejado são prioritariamente dos tempos do império.

---

[97] O lançamento do livro *À margem da história da República* (1924) organizado por Vicente Licinio de Carvalho faz um balanço do regime republicano. Como declarado no prefácio à primeira edição o livro reuniu "a geração que nasceu com a República, pouco antes ou pouco depois: não viram o imperador, não conheceram os escravos, não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões". Com o objetivo de conferir maior legitimidade ao discurso impresso no livro Cardoso ressalta que os autores incluídos "Conquistaram posições e tomaram atitudes por seus próprios esforços: são pois republicanos e democratas na verdadeira acepção do termo, fizeram viver, em suma, as suas próprias idéias" (CARDOSO, 1990, p. 12), são eles: A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antonio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira e Tristão de Athayde.

Mário Chagas (2003) observa que “o peso do Centenário recolocava em pauta a necessidade de se organizar o passado”, acrescentando:

> Fazia parte do projeto moderno da nação ter a sua história disciplinada e para isso não bastavam as belas letras, era preciso também recorrer ao espaço tridimensional e habitá-lo com imagens tridimensionais, reconhecendo nelas a presença de outras dimensões, como a educativa, por exemplo (CHAGAS, 2003, p. 100).

A proposta de construção de um museu feita por Barroso não era a única no contexto da época: “estavam em disputa na ocasião, diferentes planos para um museu histórico de caráter nacional, diferentes formatos de *imaginação museal*” (CHAGAS, 2003, p. 101, grifo do autor). Chagas está se referindo, nesse caso, às propostas lançadas em 1918 por Max Fleiuss e Edgard Roquette Pinto, sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Graças aos bons relacionamentos que Barroso mantinha com as autoridades políticas, e ao prestígio que desfrutava como jornalista e escritor, seu projeto de museu foi o vencedor.

A criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, marcou, portanto, um espaço importante nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil. O museu instituiu o lugar dos militares na história da nação e Barroso pode ser considerado o maior arquiteto desse projeto.[98] Vale lembrar que o MHN foi inaugurado no momento em que o Exército brasileiro estava recebendo treinamento da Missão Militar Francesa, reivindicação antiga da corporação e considerada uma das mais importantes para concluir a reforma que deveria conduzir a profissionalização militar.[99] Durante as negociações para a contratação dos oficiais franceses, conduzidas pelo então ministro da Guerra, Barroso atuou em favor da modernização do Exército. Como ele mesmo relata: “O primeiro parecer favorável ao contrato duma missão militar francesa foi dado por mim, como deputado e membro da Comissão de Marinha e Guerra, em 1917” (BARROSO, 1942, p. 429).

Muitas outras seriam, ainda, as suas contribuições à história militar do Brasil, assim resumidas por ele: “vulgarizei mais tarde [depois de 1922], numa

---

[98] Embora no momento de sua formação o MHN tenha sido constituído de objetos militares, ele não deixaria de ser, basicamente, um museu de história do Brasil, com acervo bem diversificado, para além dos temas castrenses.

[99] Trata-se da chegada da Missão Militar Francesa em 1920 para treinar o Exército brasileiro. Sobre o assunto, ver Manuel Domingos Neto (1980) e Frank McCann (2007).

série de livros, os episódios marcantes de nossas guerras estrangeiras, algumas quase esquecidas como a que derrubou o tirano Rosas, outras abafadas no olvido como a que expulsou o caudilho Artigas" (BARROSO, 1942, p. 402). São livros coerentes com sua proposta de museu e com sua visão política conservadora, que o levou, na década de 1930, a aderir a Ação Integralista Brasileira (AIB),[100] movimento inspirado na ideologia fascista vindo a se tornar um dos seus principais ideólogos, em especial pela ênfase anti-semita que conferiu à doutrina (Cf. DHBB, 2001, p. 574; CHAGAS, 2003, p. 118).[101] Eis uma lista dos títulos publicados:[102]

1. *A guerra do Lopez:* contos e episódios da Campanha do Paraguay. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928, 206 p.
2. *A Guerra do Flores*: contos e episódios da Campanha do Uruguai 1864-1865. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929, 202 p.
3. *A Guerra do Rosas* (contos e episódios a Campanha do Uruguay e da Argentina 1851-1852). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929, 241 p.
4. *A Guerra de Vidéo*: contos e episódios da Campanha Cisplatina, 1825-1828. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930, 254 p.
5. *A Guerra de Artigas* (1816-1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930, 190 p.
6. *O Brasil em face do Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932, 452 p.
7. *História Secreta do Brasil* – em 3 volumes (1936, 1937 e 1938)
8. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (Coleção Brasiliana).

Barroso partia da idéia de que "nos compêndios escolares se não falava quase dessas glórias conquistadas por nossos antepassados" (BARROSO, 1942, p.

---

[100] A AIB foi fundada por Plínio Salgado em outubro de 1932. Com o lema "Deus, Pátria e Família" a organização defendia a implantação de um Estado corporativo-sindicalista, autoritário e nacionalista (Cf. DHBB, 2001, p. 574).

[101] De acordo com Amélia Coutinho (DHBB, 2004, p. 574) as concepções anti-semitas de Barroso estavam mais próximas da doutrina alemã que da italiana e portuguesa que inspirou a maior parte dos teóricos do integralismo. Um ano depois de aderir a AIB (1934) Gustavo Barroso assumiu o cargo de Chefe das Milícias da AIB. De acordo com Mário Chagas ao assumir esse cargo ele se tornou "o braço militar do movimento e responsável pela instrução técnica, tática e moral dos militantes, o que estava de acordo com a vocação que acalentava desde os tempos de menino" (2003, p. 118).

[102] Boa parte dos livros citados nasceu das lições de história militar ministradas por Barroso no Curso de Museus, oferecido no espaço do MHN ao longo da década de 1930 (Cf. Chagas, 2003, p. 119).

402). Tal declaração nos coloca diante do papel que esse intelectual ocupou na construção da memória militar brasileira.[103]

Celso Castro em breve referência (2002, p. 24-25) nos mostra a colaboração desse intelectual na construção do mito de Caxias, observando que o culto a este oficial do século XIX não foi exclusividade do Exército. Durante a década de 1930, o Ministério da Educação e Saúde patrocinou várias conferências sobre vultos nacionais, cabendo a Barroso falar do futuro patrono do Exército: Duque de Caxias. Segundo Castro, a preleção foi feita em 25 de agosto de 1936, vindo a ser publicada em 1945. Vale ressaltar, tendo como base a pesquisa de Celso Castro, que a sugestão de entronização de Caxias ocorreu na mesma década da inauguração do MHN e contou com a rápida adesão do ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho, o ex-comandante da maior expedição militar enviada ao Contestado.

Foi neste contexto, portanto, que o Museu Histórico Nacional tornou-se um lugar de memória do Exército brasileiro. Pensando no fenômeno atual de mundialização da cultura e de globalização econômica a acelerar o ritmo do tempo, Pierre Nora (1993) nos alerta para o culto que se faz da memória na atualidade. A construção de templos destinados a cultuar e preservar a memória é sintomática de uma época de crises. Acreditamos que a discussão se aplica à política brasileira da Primeira República. O regime republicano necessitava de uma tradição, de embasamento para se sustentar após três décadas de experiência. As primeiras iniciativas no sentido de formar "almas" republicanas, como bem nos mostrou José Murilo de Carvalho (1990), assumiram a forma de construção de símbolos, datas e heróis cívicos, destinados a estabelecer uma genealogia da república brasileira. Mas, depois de trinta anos, era preciso reforçar a dose. Os conflitos políticos experimentados no primeiro momento de permanência do novo regime, decorrentes da concentração do poder nas mãos das oligarquias e monopolizados pela elite paulista e mineira, da miséria que se agravava a cada ano, dos conflitos sociais que faziam soar as manifestações populares, quebraram o encantamento dos empolgados de última hora com as promessas republicanas (Cf. OLIVEIRA, 1990). Nesse tumulto de acontecimentos o Exército voltava ao

---

[103] Geralmente Gustavo Barroso é analisado não tanto por sua produção em história militar, mas pela sua participação na direção do MHN e na criação do primeiro Curso de museologia no Brasil (Cf. CHAGAS, 2003, BITTENCOURT, 1998; ABREU, 1996).

cenário político nacional com a candidatura de Hermes da Fonseca,[104] que, vale lembrar, era sobrinho de Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República, e reivindicou a autoridade do tio para a sua administração.[105] Embora Hermes não seja considerado um representante das forças armadas nos jogos de poder da Primeira República – a ele é atribuído papel mais fácil de classificar no esquema histórico da chamada República Velha, ou seja, de instrumento dos astutos políticos de plantão, principalmente do gaúcho Pinheiro Machado -, não se pode ignorar o peso que sua candidatura teve no imaginário político da época, seja civil, seja militar. [106] Basta mencionar, para não deixar a provocação no ar, a estratégia utilizada pelo candidato de oposição, o prestigiado Rui Barbosa, que atrelou a candidatura de Hermes a administração "mão-de-ferro" de Floriano Peixoto (1891-1894) ao tachá-la de militarista. Malgrado a eleição de Hermes da Fonseca, graças ao controle da máquina eleitoral pelo partido situacionista, Rui Barbosa conquistou muitos votos, além de ter mobilizado o Brasil para votar, o que sugere que sua estratégia política terá sido válida.

A idealização de um museu militar para o Brasil deu-se, portanto, no momento em que o presente acenava para o passado em busca de respostas para instabilidade política que o país vivia. Momento em que o Exército brasileiro buscava recuperar sua imagem perante a sociedade e reconstruir sua relação com a

---

[104] Trata-se da campanha presidencial de 1910, chamada de Campanha Civilista. Sobre o assunto, ver Edgar Carone. *A República Velha* (1977) e a tese de doutorado de Lorayne Garcia Ueócka. *A campanha civilista nas ruas* (2004).

[105] Não conhecemos estudo que discuta a relação da atuação de Hermes da Fonseca com a administração de seu tio, Deodoro da Fonseca, no entanto, constatamos que durante sua atuação como presidente da República o IHGB criou uma comissão para erguer um monumento comemorativo em homenagem a Deodoro. Faziam parte dessa comissão alguns oficiais que articularam a candidatura de Hermes à presidência, tal como Jacques Ouriques, deodorista de primeira hora quando da proclamação da República (LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Benjamin Constant – vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 390.). Nesse mesmo período o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, publicou a biografia de Deodoro, escrita por Ernesto Senna: *Deodoro: subsídios para a História*.Além disso, no campo de batalha do Contestado, entre as datas cívicas comemorada pelos oficiais constava o dia do nascimento de Deodoro, conforme aparece nas ordens do dia e nos relatórios militares.

[106] Leôncio Bausbaum (1986, p. 188) sintetiza essa idéia ao afirmar que "em virtude mesmo do caráter da sua candidatura, Hermes não passou de instrumento passivo na mão de espertos políticos e caudilhos das classes dominantes". A imagem é sedutora, pois se encaixa perfeitamente na engrenagem da chamada política do café-com-leite, mas carece de revisão histórica. Edmundo Campos Coelho (2000, p. 33), em síntese do pensamento de Tobias Monteiro e de Oliveira Vianna, afirma que a "instrumentalidade do Exército se explicaria pela sedução que exerce sobre o militar a retórica de políticos sagazes, estes 'psicólogos experientes, com o faro balzaquiano das fraquezas humanas', aplicados à exploração da sensibilidade exacerbada do espírito corporativo do militar ou ao estímulo à sua ingênua vaidade, frequentemente satisfeita com os prospectos de alguma parca e transitória gratificação simbólica pelo dever cumprido". O autor acredita que "mais como reflexo das práticas políticas e menos como reflexão sobre elas, esta versão não é de todo equivocada".

política nacional. Isso vale tanto para a candidatura Hermes, que acreditamos deve ser incluída no pacote de modernização do Exército, como para a militância dos "jovens turcos" a partir de 1913, ao estabelecer novos marcos para a atuação político-militar do Exército. A concepção de um museu que glorificasse a guerra, nesse momento histórico, reatava a história militar à história do Brasil, ligação fortalecida com a proclamação da República, mas enfraquecida a partir do monopólio dos civis na política inaugurado por Prudente de Morais (1894-1898) e consolidado por Campos Salles (1898-1902).

Acreditamos que, ao propor a criação de um museu militar na década de 1910, Gustavo Barroso buscava erguer um espaço onde a memória militar brasileira pudesse ser contemplada. Segundo Nora (1993; p. 12) "o tempo dos lugares é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída". Esse parece ser o ponto central da proposta de construção de um museu militar no Brasil, ou seja, ocultar a política dos quartéis e inventar novo passado para o país. Passado repleto de glórias, de conquistas militares, de força e de luta da elite militar, corporificada na figura de Caxias; passado preferencialmente restrito à guerra e, supostamente, alheio aos jogos de poder. Com essa proposta a política era deslocada do lugar onde ela efetivamente se encontrava no seio militar – as agitações jacobinas no período posterior a saída de Floriano Peixoto da presidência da República (1894), a presença dos oficiais militares na Revolta da Vacina (1904) e a Revolta dos Sargentos (1915), são alguns exemplos que nos informam a participação dos militares na política - para contemplar um passado monárquico de grandes conquistas, vistas sob o ângulo de um intelectual nostálgico dos tempos imperiais, como era Barroso.

Ainda seguindo as pistas abertas por Nora (1993, p. 21), concordamos quando diz que "mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica". Diante dessa idéias nos perguntamos qual o significado de um museu histórico militar no Brasil no momento em que a participação do Exército nas agitações sociais ganhava visibilidade. Deslocar o foco das experiências militares para o século XIX conferiria ao Exército uma mística que dissimularia o próprio presente. Diferentemente do que tal estratégia possa parecer, ela não visava isolar a instituição da política, mas assumir nova posição no jogo de poder,

dissimular novas relações, e, conseqüentemente, estabelecer novos personagens e parcerias para o Exército pretendido. Neste sentido, podem-se perceber, no processo de construção do MHN, confluências entre o projeto de Barroso e o dos "jovens turcos": ambos dissimulavam a real atuação dos oficiais militares na política.

3.2 FOLCLORISTAS DO SERTÃO: A GUERRA DO CONTESTADO E O MHN

Já vimos em capítulo anterior que Gustavo Barroso ao ditar uma pauta para a construção de uma história militar no Brasil ignorou completamente a Guerra do Contestado. Isso certamente não ocorreu por desconhecimento das ações militares desenvolvidas nos sertões catarinenses e paranaenses, pois, durante o conflito, ele possuía laços de amizade com grandes representantes da política e do meio militar do país, além de viver no Rio de Janeiro e escrever em diversos jornais da capital federal, que, como vimos, não deixaram de acompanhar as ações militares desenvolvidas no Contestado. Soma-se a isso o profundo interesse que Barroso tinha por episódios militares. Não bastassem essas pistas, constatamos no acervo do MHN algumas peças provenientes do conflito ocorrido no Sul do Brasil, entre elas armas e munições pertencentes aos sertanejos – elas estão com inscrições das iniciais do proprietário e com marcas de cruz –, um tambor usado durante a guerra para animar os combatentes, um livro de reza, uma cartucheira, uma rústica bandeira de São Sebastião, cravejada de tiros, recolhida dos fiéis e, ainda, armas e munições atribuídas ao Exército que atuou no Contestado. [107]

---

[107] Atualmente parte desses objetos se encontra no Museu da República no Rio de Janeiro. Eles faziam parte do acervo do MHN, no entanto, com a mudança da capital do Brasil para Brasília na década de 60, foi criado no Rio de Janeiro o Museu da República e boa parte do acervo do MHN referente ao período republicano foi enviado para o Palácio do Catete. Em 2005, havia no MHN uma pequena exposição sobre movimentos rurais no Brasil, onde se expunham algumas peças de Canudos, do Contestado e do Cangaço. Foi por meio dessa exposição que tomamos conhecimento dos objetos do Contestado. Além disso, no álbum de fotografias publicado na década de 1980 pela parceria do governo do estado de Santa Catarina com a Fundação Roberto Marinho (1987), constam três imagens de objetos do Contestado provenientes do acervo do Museu da República: um livro de reza (p. 34), uma cartucheira com vários projéteis que pertenceram aos fiéis de José Maria (p. 76) e um kit de refeição de emergência e material de primeiros socorros, utilizado pelo Exército à época da guerra (p. 136).

Figura 6: Bandeira de S. Sebastião das Perdizes
Fonte: Dumans, 1942

Ao constatar a existência desses objetos, imaginamos que seria possível rastrear, por meio do arquivo institucional do MHN, o caminho trilhado por eles do campo de batalha até os cuidados de Gustavo Barroso. Tínhamos a expectativa de localizar os doadores de tais peças. Suspeitamos que elas haviam chegado às mãos do primeiro diretor do MHN por meio dos historiadores de farda. Se comprovada essa origem, teríamos mais um argumento favorável da relação dos oficiais ilustrados com a construção da memória militar no Brasil. Apesar da expectativa, contudo, não foi possível fazer o rastreamento. A relação mais próxima que conseguimos entre esses intelectuais se refere ao fato de que os

historiadores de farda recolheram objetos no campo de batalha e os doaram a instituições de memória existentes no Brasil na década de 1910, tais como livros de reza, bandeiras, bocós e armas. Outra pista que tínhamos do caminho percorrido pelos objetos até chegar ao MHN era a informação de que Barroso recolhera da maioria dos museus militares do Rio de Janeiro o acervo inicial para formar a instituição por ele idealizada havia pelo menos uma década.[108]

Na impossibilidade de identificar o doador (ou doadores) das relíquias do Contestado que chegaram ao MHN nos anos 20, levantamos algumas questões que sugerem afinidades entre os historiadores de farda e Gustavo Barroso. Nosso objetivo é aproximar os interesses desses intelectuais e o empenho em se construir uma memória militar para o Exército brasileiro. Tal aproximação se dá pelo interesse em reunir objetos que relatassem a participação da instituição militar na defesa do país ao mesmo tempo que certificassem a glória das forças armadas.

Ao falarmos de coleção de peças provenientes de cenários de batalha, não estamos nos referindo à prática de pilhar, corriqueira durante a guerra. Um levantamento de objetos recolhidos nesse tipo de ação escapa aos nossos propósitos, embora eles sejam descritos pelos oficiais, tal como o fez Peixoto ao falar do ataque a Santa Maria em 4 de abril de 1915: "Enquanto alguns soldados saqueavam as abandonadas bugingangas dos rebeldes, outros ateavam fogo ao madeiramento ressequido dos casebres restantes" (PEIXOTO, 1995c, p. 151). Nosso objetivo é falar da recolha de relíquias pertencentes aos sertanejos com interesses de fazê-los documentos que atestassem o suposto fanatismo dos mesmos e para expô-los publicamente, em livros escritos sobre o conflito ou em museus militares. De qualquer forma, um interesse em apresentar a cultura do sertanejo para uma platéia supostamente civilizada.

O caso mais flagrante de que dispomos a esse respeito é o do historiador de farda e médico do Exército Ezequiel Antunes. Perante a platéia do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em conferência realizada em 1918, esse oficial declarou:

---

[108] É preciso registrar que a impossibilidade de rastrear os objetos não se deve ao empenho dos atuais funcionários do MHN. Eles foram de muita competência e atenção durante nossas pesquisas. Também consta que Gustavo Barroso era extremamente meticuloso com os registros. O problema é que as primeiras transferências de objetos para a instituição nem sempre vinham acompanhadas de fichas de classificação que indicassem os doadores, sendo mais comum a preocupação em determinar o tipo de objeto e sua datação.

> No acervo de orações, escapulários, bandeira, facão, balas, bocós, santo de madeira e outros objetos tomados pelas forças federais, *alguns dos quais ofereço hoje ao museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, é visível o fanatismo – o fetichismo embrutecedor e anárquico daquela gente rude, o desvio da moral e cultura religiosa, o seu espírito revolucionário e guerrilheiro (ANTUNES, 1918, p. 4, grifo nosso).

Em seguida o médico iniciou a exposição de cada objeto tomado dos sertanejos. Ele reproduziu as orações, escarafunchou os amuletos e os expôs ao olhar curioso do público, ávido por se deleitar com as diferenças culturais. Reproduzindo em texto a apresentação no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Antunes descreveu a situação material dos objetos confiscados:

> Em papelinhos sebentos e amarrotados, ora escritos a lápis, ora à tinta preta e de cor, com cruzes e sinais cabalísticos. Quando chegava um novato aos redutos dos fanáticos era informado de que havia o escrivão de orações, começando logo a adquiri-las para efeitos de moléstia, mandingas e briga (ANTUNES, 1918, p. 4).

Após essa apresentação o historiador de farda fez a demonstração dos objetos. Foram lidas quatro orações: uma que se inicia invocando a "espada elétrica pertence[nte] a São João Franco da Silva nobre cavalheiro de São Sebastião"; outra chamada de Oração de São João † Maria de Agostinho;, a terceira, Oração de São João e a quarta, simplesmente, Oração, mas também atribuída a São João Maria de Agostinho. Quanto aos objetos recolhidos, Antunes os descreveu minuciosamente, como se segue:

> Bocós – saquinhos de pano com uma cruz branca de cadarço, suspensos por uma correia de couro cru que os pendurava ao pescoço dos fanáticos, recheados de bentinhos e orações;
> Bandeira: Uma espécie de um lenço branco grande com uma cruz verde de fita ao centro e abaixo do cruzeiro as iniciais S.J.D. (São Jesus Divino). Presa a um bastão de madeira, roliço, fino e pequeno, erguida acima da cabeça do jagunço simbolizava a paz. Na guerra a cruz verde evitava as balas, e a bandeira movida de um lado para o outro fazia caírem mortos 50 soldados, chamados *peludos* e *pés redondos*. Nas refregas as tropas verificaram servir a bandeira, agitada diante dos olhos, para confundirem os soldados na hora do entrevero. Nunca partiam para as brigas sem passá-la sobre as cabeças dos rebeldes, distendidos em filas.
> Facão: Uma lâmina de madeira forte, na parte superior formando o copo da espada-elétrica uma tira larga de sola curtida. Nas duas faces da lâmina, riscavam cruzes à ponta de faca. A arma tinha a *miraculosa propriedade* de nos combates brandida sobre o inimigo ser leve como a pena de um passarinho, e ao desabar trazer o peso de 12 arrobas!... As praças verificaram também que, na luta, depois do afago da cacetada da espada-elétrica eram mutilados pelo luzente e afiado facão de tenda (ANTUNES, p. 6-7, grifo do autor).

Antunes ainda apresentou os projéteis usados pelos sertanejos, um santo de madeira e um relógio de metal. O interessante na apresentação é que o autor não se contenta em descrever os objetos, mas atribui significados a cada um deles, sempre mencionando que essa era a interpretação que os “fanáticos” faziam das peças. Essa atitude nos mostra a preocupação do militar em desvendar os rituais e os símbolos dos fiéis do Contestado. Ao assim proceder, esse historiador de farda confrontava a cultura do sertanejo com a dos presentes no salão do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e realçava a distância que separava a civilização litorânea daquela existente nos sertões do Brasil. Mas, além disso, a atitude de Ezequiel Antunes ao doar os objetos para uma instituição como o IHG do Pará nos sugere a intenção de coletar, guardar e expor o outro e suas memórias à contemplação pública.

Em Dermeval Peixoto também encontramos referência à doação de objetos da Guerra do Contestado a uma instituição de memória dos centros urbanos do país. Ao citar a entrada de Tertuliano Potiguara em Santa Maria, o historiador de farda nos informa: “logo depois de tomadas as posições dos jagunços, os vaqueanos e os soldados promoveram a devassa dos casebres abandonados, na ânsia de encontrarem os mistérios que embalavam aqueles entes desgraçados” (PEIXOTO, 1995c, p. 140). Em seguida, em nota de rodapé, é reproduzido um relato anônimo que nos apresenta alguns objetos recolhidos. O oficial afirma que foi encontrado um vidro, com trabalho em madeira, contendo “caveira microscópica, prodigiosamente esculturada, bem como uma cruz de duas achas de madeira de pinheiro, uma pá, uma palmatória e uma escada”. Estes objetos foram, segundo ele, oferecidos “ao museu do Colégio Militar do Rio pelo saudoso Tenente Gualter de Mello Braga”. Também foi confiscado um baú de madeira com um vestido que, acreditavam os oficiais, teria pertencido à líder dos sertanejos conhecida como Virgem Maria Rosa. Diante desta peça, o oficial anônimo não desperdiçou a oportunidade para descrever seu encanto: “Era branco e todo enfeitado de fitas azuis e verdes, sendo, além disso, complicadamente enfeitado de uma profusão de penas de pássaros, de todos os matizes, numa profusão de cores raras e vivas”. O encantamento do oficial diante do vestido é digno de nota. Ele registrou: “foi com respeito que conduzimos o estranho e bizarro vestido da virgem para ser entregue ao nosso comandante”. Após essa descrição o mesmo oficial destacou sua admiração por dois retratos de Aleixo

Gonçalves − capitão da Guarda Nacional e líder de um dos grupos rebeldes −, encontrados em uma casa abandonada na vila de Santa Maria.

> [Um dos retratos] registrava um dos mais assinalados feitos do guerreiro sertanejo, isto é, quando o herói montado a cavalo, atravessava a vau um rio caudaloso e espumante. Neste retrato o ilustre chefe rocambolesco vestia à gaúcha, trazendo sobre a cabeça um largo chapelão de palha. Os retratos não primavam pela correção artística, mas revelavam grande talento de quem os fizera, naturalmente algum pintor anônimo nascido e criado por ali que nunca passou pelos bancos de nossa Escola de Belas Artes (PEIXOTO, 1995c, p. 141).

É preciso destacar a diferença dessa descrição com a efetuada por Antunes. Enquanto o médico e capitão do Exército descreveu os objetos para ressaltar o abismo cultural entre litoral e sertão, o autor anônimo, não deixou de estranhar o outro, mas o fez com respeito e encantamento. De qualquer forma, ambos compartilhavam o interesse pelo sertanejo, não se contentando em guardar para si tais peças, como possivelmente fizeram muitos integrantes da força repressora que atuou no Contestado. Era preciso torná-las públicas e o espaço mais adequado para isso seriam instituições dedicadas à memória, fossem os museus dos institutos históricos e geográficos ou pequenos museus militares existentes no país.[109]

A curiosidade e a violência contra os pertences pessoais dos sertanejos levaram alguns oficiais a violar os objetos sagrados dos guerreiros de São Sebastião para verificar o que havia dentro dos mesmos. Antunes, Peixoto e Assumpção reproduziram em seus livros diversas orações copiadas do material existente nos patuás dos fiéis de João Maria. Eis um exemplo tirado de Assumpção (1918, p. 237-238):

> Oração contra o Ar. – Ar vivo ar morto ar do dia ar da noite ar do ferro ar do aço ar do sol ar da lua ar da Estrelas ar do vento ar da terra ar da água Ar da Sotta ar de Estupor Ar de sangue ar de vidro ar de paralisia ar de todos os ares eu sou quem te benze em nome das três pessoas da Santíssima Trindade e o Divino Espírito Santo †. Saia o ar do meu corpo para fora assim como caiu as lágrimas de Nossa Senhora Maria Santíssima quando viu seu Bento Filho Morto coroado na Cruz saia o ar do meu corpo, se for de sangue que corra pelas veias se for de tumor que se espalhe com as palavras de todos os assuntos. Amém Jesus.

[109] Estes não foram os únicos bens confiscados dos sertanejos. Peixoto ostenta ao longo do seu livro várias imagens de objetos da região, tais como um facão norte-americano, usado pelos trabalhadores da madeireira *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, o tipo de munição e cartucheira usada pelo Exército, e até um livro de reza pertencente aos sertanejos, idêntico ao que se encontra atualmente no Museu da República no Rio de Janeiro.

Ao serem recolhidos e ostentados em seus livros os objetos foram, naturalmente, destituídos de seu estatuto simbólico original – amuletos, armas, indumentária – para se tornarem documento, evidência do estágio atrasado em que os habitantes dos sertões, supostamente, se encontravam, se comparados aos povos do litoral. Mas, essa atitude denuncia, também, uma postura de quem se interessa profundamente pela cultura do outro, ainda que seja para desqualificá-la. Nísia Trindade, citando *Tristes Trópicos* de Lévi-Strauss nos chama a atenção para a aproximação dos relatos de campo dos militares com os feitos pelos antropólogos (1999, p. 88). Judy Bieber contrapôs os relatos de viajantes estrangeiros ao de Guido Thomas Marlière, soldado francês a serviço da Coroa Portuguesa no Brasil, que viveu mais de quinze anos – entre 1813-1829 - com os botocudos de Minas Gerais.[110] A autora mostra que os relatos dos soldados que viviam entre as populações indígenas, na maioria das vezes, serviram de fonte para os viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil oitocentista, e acrescenta: “muitos destes ‘soldados-etnógrafos’ passaram anos em sertões longuinhos (sic), tempo suficiente para aprender línguas indígenas e entender costumes, práticas, crenças espirituais, relações de parentesco etc.” (BIEBER, 2007, p. 2).

Diante do exposto destacamos que a aproximação entre a abordagem dos historiadores de farda e dos antropólogos não é infundada, uma vez que já demonstramos que boa parte dos oficiais ilustrados da Guerra do Contestado estavam ligados a instituições como Institutos de História e Geografia, Institutos de Arqueologia e de etnografia e língua indígena. Herculano Teixeira de Assumpção, por exemplo, ostenta seu conhecimento da linguagem do sertão brasileiro em vários pontos de sua narrativa. Após a Guerra do Contestado, ele trabalhou durante décadas com povos indígenas do Mato Grosso. No livro sobre a Guerra do Contestado, dedicou um espaço exclusivo para o que considerou os costumes e hábitos do sertão. Assumpção iniciou o capítulo explicando como entende a diferença entre os dois termos: “O costume é herdado do meio em que o indivíduo se cria e se educa. O hábito é adquirido pela continuada repetição mecânica de atos que ele pratica” (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 195). Esse intelectual foi minucioso em sua descrição. Falou da indumentária, da alimentação, da

---

[110] Texto inédito, intitulado *Soldados etnógrafos, viajantes e canibais: a reconstrução de culturas indígenas de Minas Gerais Oitocentist*”, apresentado em palestra proferida na Universidade Federal Fluminense, em maio de 2007, sob a coordenação da professora Gizlene Neder.

habitação, da linguagem e até mesmo dos gestos. Em uma de suas tiragens, à moda euclidiana, afirmou:

> O sertanejo é um perfeito grulha: responde ao que se lhe pergunta e conta o que não se quer saber. Desde que perceba que está sendo ouvido com atenção, ele fica à vontade: descalça o coturno, coça os pés desasseados, cuspinha, esfrega os olhos remelosos, mete o indicador pelas narinas e, às vezes, por cúmulo de modos tão extravagantes, tira com as pontas das unhas, farto limo dos dentes, virgens de escova (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 199-200).

O “oficial etnógrafo” também registrou cenas de casamentos entre os sertanejos, detalhes de saudações e das festas. Vieira da Rosa, que, como vimos, foi membro do Serviço Indigenista no Estado de Santa Catarina, antes de atuar na Guerra do Contestado, também foi atento aos detalhes, aos costumes e hábitos dos sertões catarinenses. Sua descrição do sertanejo, tal como em Assumpção, nos parece também inspirada em Euclides da Cunha. Ao tratar da origem dos habitantes da região ele buscou traçar a origem do tipo físico e do caráter dos mesmos:

> Descendentes diretos dos paulistas ousados, daqueles bandeirantes atrevidos e pouco afeitos ao sentimentalismo, cruzados com elemento guarani que preponderou naqueles sertões, onde o tipo da grande raça é mais acentuado do que o português, o caboclo sertanejo de Curitibanos é forte, sadio, sóbrio, corajoso, delicado no trato, mas, como todas as raças mescladas, vingativo até ao exagero (ROSA, [s.d.], p. 5).

O capitão Rosinha, como era chamado, também ostentou conhecimento do linguajar do povo do Contestado, adotando palavras e expressões próprias da região, tais como pelear, gauchada, bombear, piquete chucro e tantas outras reproduzidas ao longo do texto.

A prática de coletar objetos, expô-los e até mesmo contemplá-los, desenvolvida pelos historiadores de farda, pode não nos apontar o desejo de formar um museu militar no Brasil, tal como proposto por Gustavo Barroso, mas certamente nos oferece pistas acerca dos rumos de alguns dos muitos objetos confiscados no campo de batalha e doados a instituições de memória do país, bem como dos significados que os oficiais lhes atribuíam.

Que paradeiro teve o vestido que supostamente pertenceu a Maria Rosa? E as armas com inscrições cabalísticas recolhidas dos sertanejos? E as medidas de José Maria, os santos, as bandeiras, os bocós, que fim esses historiadores de farda deram a essas relíquias? Sabemos apenas que alguns foram doados ao Instituto

Histórico e Geográfico do Pará, outros para o museu do Colégio Militar do Rio. Acreditamos que muitas outras peças se tenham tornado propriedades particulares dos combatentes.

Vale destacar que a maioria dos historiadores de farda não seguiu escrevendo sobre o Contestado. À exceção de Soares e Vieira da Rosa, que permaneceram a serviço nos estados do Paraná e Santa Catarina, os demais se distanciaram do conflito e não mais publicaram a seu respeito. Sabemos que pelo menos dois deles se fixaram no Rio de Janeiro: Dermeval Peixoto e Ezequiel Antunes. Além disso, o próprio general Setembrino de Carvalho e o coronel Estillac Leal também retornaram ao Rio. O ex-comandante em chefe reuniu farto material para organizar o relatório de mais de trezentas páginas que entregou ao ministro da Guerra em 1916. Carvalho também palestrou no Clube Militar do Rio de Janeiro acerca de sua atuação na Guerra do Contestado, expondo diante de um público de oficiais as façanhas do Exército nos sertões catarinenses e as características dos inimigos. Muitos soldados e oficiais levaram consigo algumas “lembranças” da guerra: como aquele do soldado anônimo que declarou o recolhimento do vestido e das fotografias em Santa Maria. O caso de Dermeval Peixoto que incluiu em seu livro imagens de armamentos com sinais cabalísticos feitos pelos fiéis, bem como do livro de reza a eles pertencentes, nos indica que houve apropriação particular desses objetos, sendo que alguns foram encaminhados para centros de memória militar. Pinto Soares também se vangloria de ter acumulado diversos documentos como bilhetes escritos pelos sertanejos, orações e “medidas” de João Maria. A julgar pela quantidade de objetos, orações e correspondências reproduzidos no livro de Assumpção acreditamos que ele também montou o seu acervo particular de lembranças/documentos da guerra. Por fim, em um dos inquéritos policiais instaurados no campo de batalha há o depoimento do soldado Eduardo Gomes do Amaral, 23 anos de idade, que tinha em suas mãos uma arma recolhida de um fiel durante o combate de Santa Maria. Ao ser flagrado apontando a mesma arma carregada contra um colega, ele alegou que a tinha como “lembrança” e que sua atitude não passava de uma pilhéria.

No período da Guerra do Contestado havia apenas os pequenos museus ligados a instituições militares, como o do Colégio Militar do Rio de Janeiro e o do Ministério da Guerra. Além disso, os institutos de história e geografia do país também abrigavam pequenos museus etnográficos. Como vimos acima, nesse

período os museus anexados ao Arsenal de Guerra já estavam fechados, logo, as peças do Contestado depositadas no MHN possivelmente foram recolhidas dos pequenos museus pedagógicos do Exército. Outra possibilidade seria a de doação direta ao museu. Fonseca de Castro (1998, p. 253) nos informa que, durante muito tempo, o MHN foi visto como "o local mais apropriado para o recolhimento de material histórico de origem militar". Ele cita as doações das espadas que pertenceram aos marechais Floriano Peixoto e Carlos Machado Bittencourt e também da que pertenceu ao imperador D. Pedro I. Apresenta ainda a declaração de Eurico Gaspar Dutra quando ministro da Guerra (1936-1945) sobre tais doações. Este último ao referir-se a Espada de Pedro I declarou a Barroso: "deve ficar guardada no seu benemérito Museu, pois ela é mais do Brasil do que do Exército. Aí será por todos admirada, sem que aqui fosse mimada como legado de honra, que muito nos penhorava" (apud FONSECA DE CASTRO, 1998, p. 254). Na década de 1940 também foram doadas várias peças de artilharia recolhidas do exército inimigo pela FEB, tal como a bandeira hasteada no Quartel General durante as ações desenvolvidas na Itália. As peças foram entregues pelo general Mascarenhas de Morais, comandante geral das forças brasileiras na Itália (Cf. FONSECA DE CASTRO, 1998, p. 254). Assim, acreditamos que os objetos disponíveis atualmente no Museu da República e no MHN referentes a campanha do Contestado tenham sido conduzidos às instituições de memória do Exército não somente por meio da transferência do acervo dos pequenos museus militares, mas também pelas mãos dos historiadores de farda ou de demais oficiais que atuaram no Contestado.

Como podemos verificar os historiadores de farda e Gustavo Barroso compartilhavam interesses. Eles possuíam amplo conhecimento dos hábitos e costumes do sertão e colecionavam objetos militares, isso sem contar que os primeiros antecederam Barroso na construção da história militar do Brasil. Também é muito provável que os oficiais que lutaram no Contestado tivessem conhecimento das propostas de Barroso no sentido de abrir um museu militar, fosse pelos artigos que publicava na imprensa carioca, fosse pelo livro que publicou em 1917, reproduzindo os textos. Vimos, por outro lado, que Barroso conhecia em detalhes os museus militares do Rio e sabia de cor muitos dos objetos neles existentes, tendo mencionado muitos em artigos de 1911, 1912 e 1921. Embora sempre se refira às peças do século XIX e nem mesmo tenha

incluído a história do Contestado no rol de episódios dignos de pertencer à história militar do país, Barroso não recusaria tais objetos se fossem doados por particulares.

A existência, no MHN e no Museu da República, de peças tiradas do cenário da Guerra do Contestado denuncia a seleção feita pelos militares dos objetos dignos de serem preservados para a posteridade, operação que não deixa de ser política, uma vez que nos mostra o poder da força repressora do governo em definir o que da memória do inimigo deve ou não ser preservado assim como direciona seu significado: os projéteis dos militares, por exemplo, informariam sobre a luta e bravura dos soldados brasileiros, enquanto os projéteis com cruzes e iniciais dos sertanejos deporiam acerca do suposto fanatismo que imperava nos sertões do país. A vantagem, nesse caso, são as múltiplas apropriações que os expectadores contemporâneos podem fazer desses objetos, conferindo-lhes um significado completamente diferente daquele que os intelectuais sertanistas e militares lhes atribuíram no inicio do século XX. Atualmente, eles podem servir como referências de cultura material para o trabalho do historiador e também de denúncia da apropriação indébita da memória do outro, como aquela efetuada pelos militares ao não se contentarem com a artilharia despejada contra os sertanejos do Sul e incluir entre os seus arsenais a imposição de uma versão oficial dos episódios ocorridos no Contestado.

3.3 A CATEQUESE CÍVICA DE BILAC

A parceria de Olavo Bilac com Manoel Bomfim deu origem ao livro *Através do Brasil*, publicado no ano de 1910.[111] Trata-se de uma obra didática, criada com o objetivo de apresentar aos jovens brasileiros a diversidade cultural do país. De acordo com Marisa Lajolo (2000), o livro tinha um destino certo: a escola. Os personagens, os irmãos Carlos e Alfredo – de 15 e 10 anos de idade, respectivamente −, saem do nordeste brasileiro em busca do pai e de familiares.

[111] Manoel Bomfim (1868-1932) foi médico, psicólogo, pedagogo, sociólogo e historiador. Na área de história publicou *A América Latina* (1905), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931). Desde sua formação em medicina (1890) dedicou-se ao magistério lecionando Educação Moral e Cívica na Escola Normal do Rio de Janeiro (1897). De acordo com Marisa Lajolo (2000, p. 19), antes da publicação de *Através do Brasil*, Bomfim "já era então autor experimentado de obras escolares," algumas delas em parceria com Olavo Bilac como: *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias* (1899) e *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901). A pesquisadora ressalta que tanto Bilac quanto Bomfim eram homens públicos "de currículo ilibado, militantes da causa educacional, com carreira no serviço público em cargos ligados à educação" (LAJOLO, 2000, p. 20).

Durante a viagem revelam as riquezas do Brasil, falam do povoamento, chamam atenção para os tipos físicos e lingüísticos. O destino final dos garotos é o Rio Grande do Sul. Passados seis anos da publicação de *Através do Brasil,* Olavo Bilac empreendia nova viagem ao sul do país. Como diretor da *Liga da Defesa Nacional*, criada em 1916 para "congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes", conforme consta em seu estatuto (DHBB, 2001, p. 3112), é que Bilac partiu do Rio de Janeiro. Os objetivos dessa expedição não eram muito diferentes daquele que orientara a viagem literária: a "formação patriótica do povo brasileiro" continuava entre as prioridades do poeta. Essa não seria a única coincidência entre os dois passeios.

Bilac chegou a Porto Alegre em 1º de outubro de 1916 e permaneceu no Rio Grande do Sul, com passagens pelo interior do estado, até 9 de novembro do mesmo ano. As impressões que colheu do povo e da região não foram diferentes das narradas no livro de 1910 e podem ser resumidas no comentário registrado no capítulo 81 de *Através do Brasil* acerca da terra e do povo gaúcho: "O ar franco, a vida sadia do campo, a liberdade, o espetáculo cotidiano de um horizonte ilimitado dão a esta gente um temperamento distintivo, uma força de alma, uma independência e uma alegria extraordinárias" (2000, p. 386). Essa era a impressão que o poeta tinha do povo, baseada, conforme declara, em sua convivência com amigos provenientes do RS e no conhecimento que tinha da política, da geografia e da história daquele estado e do Brasil.

Ao deixar a terra do chimarrão e do charque - tal como fora apresentada aos heróis do livro didático - Bilac seguiu para o porto de Paranaguá, fazendo o caminho inverso de Carlos e Alfredo, que, vindos de Santos, fizeram uma breve parada no conhecido porto paranaense. Os irmãos não seguiram viagem até Curitiba, mas foram informados de que poderiam seguir de trem pela serra, viajando numa estrada de ferro considerada "uma maravilha que honra a engenharia brasileira" (2000, p. 352). Também aprenderam que o Paraná tinha como uma das suas forças econômicas a exploração da *Araucaria brasilienses*, "madeira tão boa como a da Noruega", além da erva-mate. Tudo isso o poeta pôde confirmar em 1916, uma vez que seguiu o roteiro apresentado aos irmãos que buscavam a família no sul do país. Olavo Bilac permaneceu no Paraná por seis dias (de 13 a 19 de novembro), tempo suficiente para fazer sua pregação cívica e conhecer um pouco mais da cultura e da economia paranaenses.

A “cruzada cívica” de Bilac, expressão atribuída pelos seus anfitriões à viagem que fez em nome da LDN , não começou pelo sul do Brasil. Um ano antes de chegar a Porto Alegre ele palestrou aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, conclamando os jovens a lutar pela “salvação da pátria”. Naquela ocasião o poeta disse aos jovens “O Brasil não padece apenas da falta de dinheiro: padece e sofre da falta de crença e de esperança” (BILAC, 1965, p. 27). Ele também questionou: “que se tem feito, que se está fazendo, para a definitiva constituição da nossa nacionalidade? Nada” (p. 26). Verificamos, diante dessas palavras, que, se em 1910 o mote para apresentar as riquezas do Brasil era uma aventura literária em parceria com Manoel Bomfim, em 1916 era o suposto risco que corria a nação o motivo alegado para a pregação cívica. Nos dois casos, porém, o poeta fez as malas e seguiu o rumo apontado pelo Cruzeiro do Sul.

A “defesa nacional”, na visão de Bilac, passava pela educação, que deveria tomar como modelo o ambiente militar: “a caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: dela sairiam conscientes, dignos, brasileiros” (p. 27). O momento coincidia com o projeto de modernização do Exército e com a campanha desenvolvida pelos “jovens turcos” pela implementação da lei do sorteio militar aprovada em 1908. Apoiando-nos em Nísia Trindade (1999) acrescentaríamos, ainda, que a década de 1910 foi marcada pelas “missões civilizatórias” promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz, que tiveram como conseqüência a incorporação definitiva do sertão, e do sertanejo, na agenda de discussão sobre a idéia de nação e raça no Brasil. Se os cientistas, denominados por Trindade de “médicos-etnógrafos” articularam doença e nacionalidade, Bilac trabalhou com a idéia de exército e nacionalidade. Nos dois casos, a pauta é a mesma: a incorporação dos habitantes do interior à nação brasileira. Nesse caso a criação da *Liga da Defesa Nacional* em 1916 deve ser inserida na ação de expansão do Estado brasileiro ao interior do país, como se pode depreender da atuação da *Comissão Rondon*, conforme explorado por Laura Maciel (1998) e Antônio Carlos de Souza Lima (1995), e também na ação da *Liga Pró-Saneamento do Brasil*, criada em 1918.[112] Se a *Comissão Rondon* e a *Liga de Saneamento* já foram objeto de estudos pontuais, o mesmo não se pode dizer da

---

[112] Conforme Nísia Trindade (1999) o objetivo dessa liga era promover uma grande campanha de reforma da saúde pública e saneamento dos sertões brasileiro. Não é mera coincidência a presença de Oswaldo Cruz tanto na *Liga de Defesa Nacional* como na *Liga Pró-Saneamento*. As duas associações tinham o sertão como alvo.

Liga de Defesa Nacional, que tem merecido apenas breves referências nas discussões acerca da idéia de nação no Brasil (OLIVEIRA, 1990) e, mais recentemente, sobre a modernização do Exército brasileiro (DHBB, 1983, CAPELLA, 1985; BEATTIE, 2002; McCANN, 2007). O nacionalismo de Bilac também aparece em desvantagem, na discussão sobre os intelectuais preocupados com a nação no Brasil, se comparado ao destaque conferido a autores como Alberto Torres e Euclides da Cunha, por exemplo. Sua atuação intelectual como um dos ideólogos da nação brasileira geralmente é observada somente a partir de sua atuação na LDN, embora, como observamos acima, ele tenha militado nessa causa antes de 1916. Antônio Dimas, crítico literário e organizador da mais completa antologia da produção jornalística de Bilac, constata a limitação dos estudos realizados sobre a atuação nacionalista do poeta. Para ele, o mergulho de Bilac no projeto nacionalista tem como marco o ano de 1908, momento em que o "príncipe dos poetas"[113] abandonou o oficio de jornalista:[114]

> [Em 1907] Bilac já estava prestes a renunciar à crônica semanal, tanto na *Gazeta de Notícias* como no *Correio Paulistano*, jornais que acolheram suas últimas colaborações sistemáticas. Devagar, devagar, a partir de 1908, o cronista ia despedindo-se das redações para dedicar-se de corpo e alma à campanha pela defesa do território nacional e pelo serviço militar obrigatório, assunto dos historiadores. Por causa das duas campanhas, aquele que começara poeta e continuaria jornalista transforma-se agora em líder cívico e viaja, em pregação oficial, pelo Sul do país, visitando Porto Alegre, Curitiba e São Paulo, onde foi recebido de forma inflamada, já nos últimos anos de sua vida, em 1916 (DIMAS, 2006, p.60).

Lucia Lippi Oliveira (1990, p. 120) constata que desde sua atuação na revista *Kosmos* (RJ) em 1905, "Bilac já defendia a educação primária e o serviço militar obrigatórios".[115] Se esses primeiros contatos são apenas indícios da parceria que Bilac estabeleceria com os militares e seus ideais antes de mergulhar na proposta da LDN, o discurso que ele fez em 1915 em São Paulo já denuncia a

---

[113] O título foi conquistado em concurso lançado pela Revista *Fon-Fon* em 01 de março de 1913. Informação disponível no site: http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=445&sid=184. Acesso em: 7 mar. 2008.

[114] Trata-se da coleção *Bilac: o jornalista* (2006) publicada em três volumes com organização de Antônio Dimas. Os dois primeiros volumes somam aproximadamente 1500 crônicas escritas entre 1890 e 1908, sendo o terceiro dedicado aos ensaios do organizador sobre a produção jornalística de Bilac.

[115] A revista *Kosmos* foi criada em 1904 no Rio de Janeiro. Ela foi porta-voz dos empolgados com a reforma urbana implementada no Rio de Janeiro com o surgimento da Avenida Central, atual Rio Branco. Sobre o assunto destacamos o livro Tempos eufóricos de Antonio Dimas (1983).

mão estendida para o trabalho em conjunto, conforme se observa ao tecer comentários elogiosos à lei do sorteio militar:

> Há sete anos, houve um rebate ansioso e febril. Na tribuna e na imprensa, vibrou um alto chamamento, um toque de alarma a todas as energias adormecidas. E uma lei apontou à nossa esperança o entreluzir de uma promessa de salvação: a lei do sorteio militar, se não a providência completa do serviço militar obrigatório, ao menos um ensaio salutar, o primeiro passo para convalescença e para a cura. Então, como ainda hoje, eu considerava que era esse o único providencial remédio para o nosso definhamento (BILAC, 1965, p. 26).

O poeta concluiu sua conferência aos jovens estudantes de direito de São Paulo com empolgação:

> Desta velha casa, de entre estes sagrados muros, que esplendem de tradições venerandas, deste quase secular viveiro de tribunos e de poetas - daqui saíram, em rajadas de heroísmo, em ímpetos de entusiasmo, as duas campanhas gloriosas, que foram coroadas pela vitória da Abolição e da República. Estruja de nova a casa! Estremeçam de novo os muros! E de novo palpite e ressoe o aviário canoro, cheio de hinos de combate de gorjeios de bondade! Inaugurai, moços de São Paulo, a nova campanha! (BILAC, 1965, p. 28).

A opção de Bilac por iniciar sua catequese cívica pela Faculdade de Direito de São Paulo foi certeira. Ali se formavam grandes nomes da intelectualidade brasileira.[116] Desse púlpito suas idéias ganhariam maior visibilidade nacional, além de conquistar adesões valiosas para o que considerava a luta pela defesa nacional.

Ao longo de 1915 o roteiro cívico de Bilac não se restringiu aos alunos de direito, nem tampouco à cidade de São Paulo. No dia 16 de outubro ele se dirigiu aos estudantes da Faculdade de Medicina, ainda na capital paulista. Em 6 de novembro palestrou para um grupo de oficiais em banquete oferecido pelo Exército no Clube Militar do Rio de Janeiro. No Dia da Bandeira (19 de novembro) falou aos soldados da Marinha, no edifício do Batalhão Naval. No inicio de 1916 viajou para a Europa e foi recebido, em 30 de março, na Academia de Ciências de Lisboa. Entre os intelectuais portugueses ele não deixou de falar da defesa nacional e de se posicionar sobre os rumos da Primeira Guerra Mundial.[117]

---

[116] Vale destacar que nessa instituição Bilac iniciou, pela segunda vez, um curso superior. De acordo com Antônio Dimas o poeta freqüentou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1881 e 1886, e a Faculdade de Direito de São Paulo entre 1887 e 1888. Não chegou a concluir nenhum deles (2006, p. 29-30).

[117] Ver discursos: “Na Academia das Ciências de Lisboa” e “Aos homens de Letras de Portugal” *In*: Bilac, 1965, p. 49-66.

De volta ao Brasil, promoveu novas conferências, só que desta vez na capital mineira.[118] Todo esse desempenho culminaria na formação da *Liga de Defesa Nacional*, inaugurada nas dependências da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro no dia 7 de setembro de 1916. No discurso de abertura Bilac, expôs o objetivo da nova organização:

> Estimular o patriotismo consciente e coesivo, propagar a instrução primária, profissional militar e cívica; e defender, com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz, com a consciência, a liberdade; e, com o culto do heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir. (BILAC, 1965 p. 82).

Nessa ocasião, definiu-se o Diretório Central da Liga, que reuniu alguns dos mais significativos representantes da elite política e econômica do país. Leila Capella (1985, 235-236) chama a atenção para os nomes e posição dos presentes: havia ministros de Estado, como o almirante Alexandrino de Alencar (Fazenda), o general José Caetano de Faria (Guerra), Pandiá Calógeras (Fazenda); deputados; representantes da indústria, comércio e agricultura; magistrados, como Pedro Lessa, à época ministro do Supremo Tribunal Federal; representantes do mundo acadêmico, como o conde Afonso Celso, que presidia o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e o diretor do Instituto de Manguinhos, Oswaldo Cruz; autoridades militares; dirigentes esportivos, além do consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, Clóvis Bevilacqua, Carlos de Laet, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Raul Pederneiras, e o monsenhor Vicente Lustosa de Lima, do Cabido Metropolitano.[119]

Com a oficialização da LDN em setembro de 1916, bastava colocar em prática o programa definido pelo Diretório Central. A viagem de Bilac para o sul do Brasil estava no roteiro de metas a serem cumpridas. A opção de iniciar por esta região era coerente com interesses dos militares e com a preocupação nacionalista do poeta. Era no Sul do Brasil, entre os filhos da classe média, que se buscava conquistar os corpos robustos a servir no Exército brasileiro. Ademais, naquela região havia uma população de imigrantes europeus que, na visão de

---

[118] No dia 24 de agosto de 1916 Bilac proferiu o discurso "Aos Estudantes Mineiros" para estudantes de Direito em Belo Horizonte. No dia 26 de agosto, na mesma cidade, discursou na Academia Mineira de Letras. O título da palestra foi "Os escoteiros" (BILAC, 1965).

[119] A lista completa dos nomes pode ser encontrada em Capella (1985, p. 235-236). Já destacamos acima que Oswaldo Cruz também fez parte da Liga Pró-Saneamento do Brasil, criada em 1918. Além dele, constam nas duas associações os nomes de Wenceslau Braz (presente do Brasil entre 1914-1918), Miguel Calmon, Pedro Lessa e Clóvis Bevilacqua.

Bilac representava um perigo para o país, como se depreende do discurso que proferiu para os estudantes de São Paulo: "os imigrantes europeus mantêm aqui a sua língua e os seus costumes. Outros idiomas e outras tradições ditam raízes, fixam-se na terra, viçam, prosperam. E a nossa língua fenece, o nosso passado apaga-se" (BILAC, 2006, p. 26). No final do século XIX, o poeta já apresentava sua visão purista da língua por meio do famoso poema "Profissão de fé", onde compara o trabalho do poeta com o do ourives:

> *Ver esta língua, que cultivo,*
> *Sem ouropéis,*
> *Mirrada ao hálito nocivo*
> *Dos infiéis!...*
>
> *Não! Morra tudo que me é caro,*
> *Fique eu sozinho!*
> *Que não encontre um só amparo*
> *Em meu caminho!*

A viagem pelo Sul permitiria continuar a defesa da língua portuguesa, agora somada à luta pela defesa nacional. Ao acompanharmos o "roteiro cívico" de Bilac pelas cidades por onde passou, relacionando suas conferências com a recepção que tiveram, com o local em que foram proferidas e com as autoridades que o saudaram, acreditamos conseguirmos melhor contato com suas idéias.

3.4 A CAMINHADA DO "EVANGELIZADOR": BILAC NO SUL DO BRASIL

Em relação aos estudos literários o envolvimento de Bilac com a campanha nacionalista dos militares aparece como uma ruptura na sua atuação intelectual. Não que o poeta não defendesse ideais nacionalistas antes disso, afinal vale lembrar que foi ele o autor da letra do "Hino à Bandeira", de livros infantis preocupados em erradicar o analfabetismo no Brasil e de diversas crônicas em que louva o país e a pátria. Segundo Antonio Dimas,

> Acreditando-se autorizado pela carreira que traçara por meio de seus versos e de suas crônicas opinativas, Bilac trocava de tecla e preferia, de 1908 em diante, bater numa outra que, de modo geral, poderia ser chamada de nacionalista. Da defesa da sua cidade passara para a defesa do seu país (DIMAS, 2006, p. 186).

Em seguida o crítico literário anuncia que "sua guinada final ainda não foi avaliada com a minúcia devida, tarefa que cabe aos historiadores" (DIMAS, 2006, p. 186). Compartilhamos com Dimas a percepção de que é necessário um estudo

minucioso da última campanha abraçada por Bilac. Estudo que se apóie não somente em seus discursos, mas também em suas correspondências, memórias e, se existirem, diários pessoais; estudos que busquem escarafunchar seus textos, as declarações de personalidades que com ele trataram. Enquanto tal pesquisa não vem a lume, registramos que nos últimos anos os historiadores têm se interessado pela relação do poeta com o Exército.

Lucia Lippi Oliveira (1990) inclui a atuação intelectual de Olavo Bilac na fase que chamou de "integração do Brasil ao mundo cosmopolita", que teria como marco as reformas urbanas efetuadas no Rio de Janeiro no ano de 1904 por Pereira Passos, mas se desenvolveria efetivamente a partir de 1910. A fase cosmopolita desenvolveria uma problematização acerca da idéia de nação e nacionalismo e também dos ideais cientificistas do século XIX. De acordo com a autora, são representativos dessa geração de intelectuais, além dos já consagrados Olavo Bilac e Coelho Neto, também Afrânio Peixoto, João Ribeiro e João do Rio (OLIVEIRA, 1990, p. 115).

Ainda segundo esta autora, a euforia inicial dos intelectuais da primeira década do século XX se desvaneceria a partir da Campanha Civilista, que opôs Hermes da Fonseca a Rui Barbosa na corrida presidencial de 1910, e, sobretudo, com a Primeira Guerra Mundial. Este conflito dividiu os intelectuais entre os simpáticos aos franceses como Medeiros e Albuquerque, Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Gilberto Amado e Pandiá Calógeras, e os que apoiavam a Alemanha, como o então deputado e presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara, Dunshee de Abranches (OLIVEIRA, 1990, p. 119). Lucia Lippi Oliveira observa que, neste contexto. "o debate sobre a construção da nação se centrava em torno da oposição militarismo-antimilitarismo, muito embora Bilac não admitisse ser um defensor do militarismo" (p. 120).

Lucia Lippi Oliveira destaca, também, a oposição que Alberto Torres moveu contra a associação feita pela LDN entre as noções de defesa nacional e consciência nacional, ou seja, entre militarização e construção da nacionalidade brasileira. Para a autora:

> Alberto Torres discute todos os falsos preconceitos que apresentam e defendem o militarismo como forma de garantir a paz. Para ele, enquanto houver um direito e uma política de guerra, Exército e Marinha, haverá guerras, ou ao menos a ameaça de guerra. O espírito militarista apresenta-se "sob o pretexto de defesa nacional, contra o

> inimigo externo, mas, de fato, ele representa a defesa dos governos contra seus adversários internos" (OLIVEIRA, 1990, p. 121).

Frank McCann (2007), mais preocupado em verificar o projeto de modernização do exército no contexto da Primeira República, insere Bilac no capítulo que chama de "Patriotismo e modernização" . O historiador localizou três projetos voltados para a inserção do Exército na política nacional durante a década de 1910: o dos "jovens turcos", o de Bilac e o de Alberto Torres. O primeiro, mais voltado para a reforma da instituição militar, estaria sintetizado no programa entregue ao ministro da Guerra, Caetano de Faria, no final de 1914. Ele afirma que as propostas que os "jovens turcos" defendiam "eram práticas, voltadas para o aumento da eficiência" (McCANN, 2007, p. 139). Já o de Bilac pretenderia integrar a sociedade e o Exército, cabendo à oficialidade militar o papel de instruir o povo, principalmente os habitantes das áreas mais isoladas do país. Para McCann, Bilac "sonhava com uma era dourada na qual as guerras seriam esquecidas e os exércitos seriam dispensados" (p. 141). A terceira interpretação do papel dos militares na política seria apresentada por Alberto Torres. Para McCann, o escritor e político "concebia a defesa nacional como algo mais amplo que a defesa militar" (p. 142), assim como acreditava que a formação do cidadão não poderia ser entregue aos quartéis, porque estes tinham como função apenas formar soldados. McCann destaca que Torres reivindicava para o Brasil uma reforma militar baseada na efetuada pelo Japão, pela Nova Zelândia e pela Austrália, "construindo a unidade e a infra-estrutura nacional" (p. 141). Por fim, o historiador reconhece pontos em comum nas propostas de Olavo Bilac e de Alberto Torres, tais como a preocupação com a construção de um ideal nacional e o afastamento dos militares da política (p. 142), idéias também defendidas pelos "jovens turcos".

Peter Beattie (2001) também se debruça sobre a relação de Bilac com a modernização do Exército brasileiro, estabelecendo uma conexão entre a peregrinação do tenente Gentil Falcão e a catequese cívica do poeta. No ano de 1910, Falcão viajou para o interior de Minas Gerais, núcleo histórico de resistência ao serviço militar, para tentar convencer as populações pobres da importância da passagem dos seus filhos pelo Exército.[120] Segundo Beattie (2001,

[120] Vale ressaltar que em 1911 o historiador de farda Herculano Teixeira d´Assumpção publicou no jornal *Diário de Minas* artigos explicando as propostas da lei do sorteio aprovada em 1908. O

p. 228), "Falcão, a pionner of army public relations, became convinced that reformers had to make the draft intelligible and acceptable to the respectable poor. Significantly, he and others began to talk about the army in explicitly familial terms to domesticate the barracks". Embora apontando Falcão como antecessor de cruzada cívica, Beattie chama a atenção para o fato de que Bilac não pregou pelos sertões do Brasil, mas, preferencialmente, em grandes capitais, como São Paulo, Porto Alegre e Curitiba.[121] O historiador nos mostra, ainda, que a defesa que Bilac fazia da expansão do serviço militar obrigatório estava vinculada a uma idéia de profilaxia social, pois via a caserna como um filtro de regeneração, principalmente para os pobres, idéia, aliás, defendida também pelo tenente Falcão. Neste sentido, o projeto de nação formulado por Bilac apresentaria idéias ligadas à eugenia:

> Bilac draped conscription in the "cientific" language of hygiene and racial "regeneration". He had some success in selling conscription as a masculine eugenic motor for improving the health, hygiene, intelligence, discipline, genes, and sense of national identity among a borader cross-section of Brazil's diverse lower classes. He stressed that "generalizaed military service" was "obligatory primary education; obligatory civic education; obligatory decency, obligatory hygiene, obligatore muscular and psych regeneration (BEATTIE, 2001, p. 231-232).

Nísia Trindade (1999) faz comentários interessantes sobre atuação do médico e antropólogo Roquette Pinto (1884-1954), contemporâneo de Bilac que participou, em 1929, do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (Cf. TRINDADE, 1999, p. 116). Para a autora,

> Ainda que portando ambigüidades, como o estabelecimento de uma relação de causalidade entre certos atributos culturais ou psicossociais e tipos raciais, Roquette Pinto, em seus principais trabalhos, enfatizou a ausência de qualquer política eugênica fundada em idéias como inferioridade racial (TRINDADE, 1999, p. 127).

---

oficial alega – na edição em livro de 1912 – que "O nosso Estado precisa reagir contra a lenda existente de que seus filhos são contra a farda pelo horror que têm às armas nobilitantes, fornecidas pela nação" (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 29). *Vide* capítulo 2.

[121] Outra importante contribuição de Peter Beattie ao debate acerca da modernização do Exército está em ter mostrado que, para ser colocada em prática, foi preciso longo trabalho de reconstrução da imagem militar perante a sociedade, o que significou uma constante negociação com o público, fosse por meio de campanhas como a movida pela *Liga de Defesa Nacional*, fosse por meio de novos regulamentos disciplinares para o Exército.

Segundo Trindade a posição desse intelectual acerca de raça está mais próxima da visão culturalista que Gilberto Freyre defenderia posteriormente, ou seja, ele trabalharia com uma visão de interação dos homens com o meio, e não com a concepção determinista de raça. Acreditamos que a visão de Bilac se aproxima da de Roquette Pinto, tal como apresentada por Nísia Trindade, podendo ser incluída na grande "missão civilizatória" do Brasil, uma vez que os discursos higienistas, nacionalistas e educacionais aparecem tanto na *Liga de Defesa Nacional* quanto na *Liga Pró-Saneamento do Brasil*, criada em 1918, e foram defendidos por outros intelectuais do inicio do século, como Euclides da Cunha e Monteiro Lobato (Cf. TRINDADE, 1999), ou seja, era um ideal compartilhado por vários pensadores que tinham os sertões como objeto.

Também Leila Capella (1985) trabalhou com as atas da LDN e estabeleceu as relações entre as idéias defendidas por Bilac e aquelas propagadas pelos "jovens turcos", concluindo que os oficiais ligados à revista *A Defesa Nacional* possuíam um projeto que não se restringia ao Exército:

> A criação da *Liga de Defesa Nacional* significa a aproximação e o entendimento entre militares e as elites civis, tradicionalmente avessos uns aos outros, em torno de um objetivo comum: a defesa nacional. A Liga é a abertura, no mundo da política, da produção e da circulação de um canal para difusão de um certo pensamento sobre a nação brasileira e sua defesa, elaborado por um grupo de militares, cujo núcleo eram os "jovens turcos", mas que contava com colaborações preciosas, como a do General Caetano de Faria, ministro da Guerra (CAPELLA, 1985, p. 233).

Capella observa que estudar a LDN permite ao pesquisador "apreender o movimento de uma organização sem vínculo político-partidário e que, contudo, ocupava um lugar na luta ideológica que os partidos, tal como estavam estruturados na Primeira República, não chegaram a tocar" (CAPELLA, 1985, p. 233). Para a autora, a atuação da LDN não se restringia à exigência da aplicação da lei do sorteio militar, mesmo porque o projeto de defesa nacional que defendiam era bastante amplo. Para ela "o fim último da Liga era a coesão nacional, operada, naturalmente, por quem estaria apto a fazê-lo: as elites tão bem representadas no Diretório Central" (p. 238). Por esse motivo, a discussão sobre a defesa nacional envolvia tanto a lei do sorteio quanto a propaganda cívica.

Diferentemente dos demais historiadores analisados, que já nos mostram a LDN em ação, Capella destrincha todo o processo da sua criação. Explicando que

seus idealizadores foram Pedro Lessa e Miguel Calmon, e não Bilac; analisa o diretório central, os objetivos da organização, os critérios de filiação, que admitiam tanto indivíduos como associações. Capella chama a atenção, ainda, para o fato de que havia diretórios regionais da LDN espalhados pelo Brasil, cabendo ao Paraná a indicação para se abrir a primeira unidade regional. De acordo com a autora, ao terminar o ano de 1916 a LDN contava com diretórios espalhados em dezenove Estados. A Liga se dispunha, também, a distribuir publicações feitas para atender às metas estabelecidas, entre elas, "um catecismo e livros de educação patriótica destinados à infância e adolescência, para distribuição gratuita" (CAPELLA, 1985, p. 244), a cargo de Olavo Bilac, assim como a criação de postais de propaganda com desenhos alusivos ao sorteio militar e ao escotismo elaborados por Raul Pederneiras. É mostrado, por fim, que a LDN estava incluída num contexto que não se restringe à Primeira Guerra Mundial, nem tampouco à modernização do Exército, mas também de construção de espaços de lutas pelos trabalhadores, organizados contra a exploração do trabalho e o fechamento da política nas mãos de uma minoria.

Fica-se sabendo, portanto, que as idéias da LDN não se exprimiam apenas nos discursos de Olavo Bilac. Embora os textos do poeta fossem representativos da concepção da maioria, elas merecem ser vistas sob novo prisma que ilumina os demais personagens envolvidos nesse projeto. Bilac era apenas uma das muitas autoridades de destaque na LDN a priorizar o que se considerava defesa nacional, bem como o papel que caberia ao Exército nessa missão. Se a defesa da lei do serviço militar conseguiu reunir os mais expressivos representantes da elite brasileira, alerta-nos Capella (1985, p. 249), foi "por ter sido vista como remédio para dois males detectados naqueles distantes anos dez; a ausência de um exército nacional e da própria nação brasileira". A autora conclui:

> É esse duplo alcance que lhe permite tornar-se desejável não só entre as autoridades militares, mas também entre as elites que governavam o país. Sua adoção surge, ainda, como arma no combate às teses defendidas pelo movimento operário. Embora não tenha tido uma repercussão ampliada, elas causaram preocupações a autoridades, militares e proprietários, os quais se utilizaram de todo os expedientes disponíveis para calar a sua voz e deixaram, para a posteridade, a imagem de que o serviço militar foi reivindicação da sociedade brasileira como um todo. Essa unanimidade, porém, jamais existiu (CAPELLA, 1985, p. 249-250).

É necessário, portanto, levar em conta tanto as reações favoráveis quanto as resistências despertadas pelo projeto nacionalista da LDN.

Em sua passagem pelos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná Bilac repetiu parte do itinerário feito em 1915, palestrou para alunos das escolas de direito e medicina, visitou escolas públicas e a Academia de Letras de cada Estado, foi recebido por autoridades políticas e religiosas, esteve em centros culturais, como bibliotecas, museus e teatros, e, principalmente, em várias unidades militares, como sociedades de tiro, batalhões e companhias do Exército, escolas militares e até o Clube dos oficiais da Guarda Nacional em Porto Alegre e a Força Pública Paranaense. Por onde passou foi ovacionado. Ao chegar a Porto Alegre numa manhã de domingo, foi conduzido por uma multidão do cais até o *Grande Hotel* sob uma chuva de pétalas de rosas. Ele fez discursos variados, um para cada ambiente - educacional, militar, acadêmico – e recitou alguns dos seus poemas. Nos espaços por onde passaria, autoridades foram nomeadas para fazer o discurso oficial em sua homenagem, o que geralmente, era seguido da declamação de um de seus poemas por outro membro da instituição. As autoridades políticas não deixaram de reverenciá-lo com banquetes e dedicatórias, como o fez prefeito de Curitiba, Claudino dos Santos, que o saudou com um discurso. Na capital gaúcha Bilac foi alvo de improvisações, como uma manifestação popular na noite de segunda-feira, 2 de outubro, antes de se dirigir ao Teatro São Pedro. Na ocasião ele ouviu o discurso empolgado de um aluno do Colégio Militar, Arnaldo Coelho Brandão, e do primeiro-sargento Graciliano de Abreu Gonçalves. Na véspera de deixar Porto Alegre, foi recebido no Colégio Militar e teve que ouvir um longo discurso − nada menos que 22 páginas − proferido pelo major Tito Villalobos, que se auto-intitulando um "tarimbeiro". Ele falou após o palestrante oficial. Ao que parece sua peça oratória não agradou a todos, pois no dia seguinte a imprensa publicou a opinião de que o major perdera oportunidade de se manter em silêncio.[122]

O poeta parece ter gostado da visita. Ao partir, rumo ao interior do Rio Grande do Sul, Bilac deixou aos porto-alegrenses uma emocionada declaração: "não partirei todo daqui. Sinto que já me sinto vosso. O amor é um cativeiro. Amando-vos, como vos amo, perdi um pouco da minha liberdade. Sou vosso. E

[122] *O Diário*, Porto Alegre, 14 out. 1916.

até breve, até sempre!".[123] De acordo com a imprensa, seu roteiro pelo interior seria: Cachoeira, Santa Maria, Livramento, São Gabriel, Bagé, Pelotas e, tal como Carlos e Alfredo, personagens de Através do Brasil, concluiria sua aventura na cidade de Rio Grande de 7 a 9 de novembro.[124]

Nos seus discursos sobre educação, patriotismo e defesa nacional, Bilac defendeu a língua portuguesa, discursou sobre folclore e tradições brasileiras, sobre história e, como se esperava, sobre a defesa nacional. Falando aos estudantes do Rio Grande do Sul, sintetizou sua jornada em frases de efeito: "Sede brasileiros sempre! E, sendo instruídos, sede fortes; sede soldados do Brasil" (BILAC, 1965, p. 104). Solicitou, tal como defendiam os "jovens turcos", que o soldado se afastasse da política: "das diversões ou distrações que facilmente se oferecem à alma do oficial, a mais perigosa é a do exercício da política" (p. 108) e sempre em sintonia com os oficiais modernizadores, diante das autoridades militares e dos estudantes da Escola Militar de Porto Alegre, afirmou:

> Acredito que já está hoje definitivamente traçada a linha de um claro e liso roteiro para o nosso destino. Pelo sorteio militar ou pelo processo que mais seguro e sólido ainda se possa criar – teremos o exército que devemos possuir: não uma casta militar, nem uma profissão militar, nem uma milícia assoldadada, nem um regime militarista, oprimindo o país: mas um exército nacional, democrático, livre, civil, de defesa e de coesão, que seja o próprio povo e a própria essência da nacionalidade afirmada em soberania popular e em consciência cívica. Como já disse, desejamos que "o que se chama "uniforme" seja realmente uniforme: a farda para todos; para todos o dever, a honra e o sacrifício" (BILAC, 1965, p. 107).

Em favor da aplicação da lei do sorteio militar, Bilac reivindicou a autoridade dos episódios que deram origem á Primeira Guerra Mundial: "o que está convulsionando o mundo é o amor da conquista de terras e de mares, o amor da expansão do comércio, o amor do interesse utilitário" (BILAC, 1965, p. 107). Diante disso ele acreditava que o Brasil não poderia se descuidar: "e poderemos acreditar que o Brasil, este imenso país de solo fértil e de ricas entranhas, ainda despovoado e desarmado fique sempre, graças ao acaso, ou ao benefício da Providência Divina, imune a qualquer investida comercial?" (BILAC, 1965, p. 127).

O representante oficial da LDN não alertava apenas para os perigos externos, pois que, os perigos internos eram os que ofereciam mais riscos à

---

[123] *Correio do Povo,* Porto Alegre, 13 out. 1916.
[124] Ibidem.

construção da consciência nacional, sendo responsáveis pelo "depauperamento do caráter, o definhamento do patriotismo consciente, a míngua de instrução, o acúmulo dos erros das más administrações, o império das cobiças individuais e a triste indiferença em que vegeta a maior parte da população". Em sua visão naquele momento impunha-se a defesa, por isso conclamava: "Defendamo-nos!" (BILAC, 1965, p. 127).

Na seqüência desse discurso preparado para apresentar o projeto da LDN e proferido no Rio de Janeiro, no Paraná e no Rio Grande do Sul, o poeta se valeu da biologia para reforçar seus argumentos: "Que é a vida, senão um constante combate? Todo o organismo que se não defende, enfraquece-se e elimina-se. De modo que a idéia de defesa é inseparável da idéia de vida" (BILAC, 1965, p. 127). Essa era a base da sua argumentação, tal como a dos defensores da modernização do exército. Eles não se diziam militaristas, mas zelosos da pátria. Um oficial – major R. Seidl - chegou a defender nas páginas de ADN que "o pacifismo é uma qualidade militar".[125] Seidl citou artigos da constituição, recorreu a argumentos etimológicos e até mesmo ao hino da Proclamação da República para convencer o leitor. Para ele alguns países da Europa eram militaristas porque a guerra naquela região configuraria uma indústria. Na sua interpretação esse não seria o caso brasileiro, pois por aqui, se houvesse guerra, ela seria meramente defensiva.

Por sua iniciativa de viajar em defesa do projeto de nação defendido pela LDN o "príncipe dos poetas" recebeu vários epítetos, na maioria de fundo religioso, tais como "evangelizador da bela religião do civismo e do ressurgimento cívico da pátria", "apóstolo do civismo", "alma da pátria", "cavaleiro da alma brasileira", "regenerador da nacionalidade" e "cavaleiro da cruzada cívica". As expressões são coerentes com a visão que os militares e os intelectuais ligados à LDN tinham de pátria e nação: uma religião cuja defesa mereceria a luta armada ou mesmo o sacrifício da vida. O historiador Philippe Contamine (1997) destaca que a expressão *Pro pátria mori* (morrer pela pátria) possui raízes na Antiguidade e se configurou num *topos* repetido ao longo dos séculos. O autor mostra que a consagração da pátria e do sacrifício humano teve seu auge durante a Revolução Francesa, mas que também passou a ser combatida naquele mesmo contexto por intelectuais socialistas, como Jean Jaurés.

---

[125] ADN, nº. 18, 10 mar. 1915.

Contamine destaca que o culto à pátria “recours à toute une pédagogie, par la parole, par le rite et par l´image, destinée a faire de la patrie autre chose qu’une figure abstraite, à susciter à son égard des réactions affectives, mais aussi à faire d’elle um concept majeur du droite public” (CONTAMINE, 1997, p. 1695). Essa nos parece a proposta da LDN ao fabricar manuais cívicos e organizar viagens de catequização no país.

Bilac, ao relacionar patriotismo com militarização da sociedade, recorria ao *topos Pro pátria mori* e conferia valores universais a sua empreitada cívica. É o mesmo historiador citado acima que nos chama a atenção para os riscos desse tipo de relação ao concluir sua análise:

> N’oublions pas, enfin, que l’amour de la patrie s’est toujours nourri, de façon cachée ou ostensible, d’une autre passion, tout aussi agissante et virulente: la haine de l’ennemi. Ce puissant ressort ne manqua pas d’être utilisé à sont tour par les États, sans scrupule ni retenue (CONTAMINE, 1997, p. 1696).

Tal observação nos adverte para os riscos que a pregação nacionalista, principalmente quando associada a valores religiosos, pode gerar. Alberto Torres parece ter tido essa compreensão ao ressaltar que não se devia confundir a formação de soldados com a construção da cidadania, mas essa visão não interessava aos modernizadores germanófilos, nem tampouco aos membros da *Liga de Defesa Nacional*.

Certamente, a jornada de Bilac pesou bastante para a efetivação da lei do sorteio militar que, não por acaso, foi colocada em prática pela primeira vez entre os dias 10 e 17 de dezembro de 1916, ou seja, poucos dias depois da visita do poeta ao sul do Brasil.[126] Mas, não seria a lei do sorteio a única beneficiada com as pregações de Bilac, mesmo porque, como aponta Beattie (2001), a sociedade estava mais preparada para ofertar seus filhos ao Exército, graças a mudanças que a instituição vinha implementando para modificar sua imagem desde o final do século XIX.

Acreditamos que Bilac contribuiu também para aquilo que temos denominado de “construção da memória militar do Exército brasileiro”,

---

[126] A implementação da lei do sorteio em 1916 não resolveu de vez a resistência dos jovens brasileiros em se alistar nas fileiras das forças armadas no Brasil. Segundo Frank McCann (2007, p. 232) após a cerimônia que inaugurou oficialmente a implementação da Lei nº. 1860 de 1908 alguns sorteados entraram com processo pedindo anulação, mas não foram atendidos pelo Supremo Tribunal Federal.

vinculando a força terrestre à história política republicana. No discurso proferido no Clube Militar em novembro de 1915 o poeta fez uma retrospectiva da participação do Exército na história do Brasil. Diante da platéia atenta ele entrelaçou a atuação do Exército ao presente, ao passado e ao futuro, ao proclamar: “Sois os mesmos que sempre enobreceram o Brasil, desde a época difícil da fundação da Pátria; sois o mesmo exército, que, em todas as crises graves da nossa história, até a proclamação da República, deu às boas causas a sua forma material e a sua força moral” (BILAC,1965, p 34). Em seguida o poeta iniciou uma retrospectiva da participação do exército na história recente do país. Ele deve ter comovido alguns com a paixão com que falou da infância e a relacionou com Guerra do Paraguai:

> As festas que coroaram a vitória, os hinos e as flores que recebiam os batalhões, a paz e a fortuna regozijando a cidade e todo o país, as fardas e as condecorações, os arcos de triunfo e os cortejos, as narrativas dos combates, o desempenho dos vencedores, o orgulho dos mutilados, o entusiasmo dos moços, o enternecimento dos velhos, o enlevo das mulheres, todo esse espetáculo de heroísmo, dominando a vida nacional, e por muitos anos alimentando a altivez do povo, encheu e maravilhou toda a minha adolescência... (BILAC, 1965, p. 35).

Em sua visão a guerra, apesar de todas as mazelas, serviu para irmanar os habitantes do vasto território brasileiro ao sentimento de pertencimento a uma mesma nação. Em contexto em que fala da defesa nacional e do perigo de uma invasão externa no Brasil, ele bendiz a guerra: “e a guerra, apesar de todos os seus males, seria uma ventura, porque seria uma formidável força de ligação nacional...” (p. 38). Após falar de como as ações do Exército marcaram sua infância e sua adolescência, referindo-se à história do Brasil, ele enumera a participação da instituição nos episódios mais relevantes da história nacional das últimas décadas:

> Depois, já homem, vi que as vossas espadas, recusando a sua força e o seu brilho à ganância dos mercadores de homens, e defendendo a miséria dos escravizados, apoiaram a dedicação dos abolicionistas, e apressaram a vitória da sagrada campanha... Depois, encontrei-vos, de novo, na alvorada de 15 de Novembro, e vi toda a vossa bravura e toda a vossa beleza, irradiando, concentradas na figura legendária de Deodoro... Foi assim que vos amei! (BILAC, 1965, p. 35).

O objetivo de Bilac já se anuncia nas citações acima: unir a história do Brasil à história militar. Empreendimento consolidado por sua catequese ao

emprestar sua popularidade e reconhecimento como poeta e como jornalista ao projeto do Exército. No discurso que proferiu dias depois para a Marinha nacional ele se limitou a destacar o papel da força do mar na batalha do Riachuelo. No mais, versejou sobre a relação do mar com o oficio dos marinheiros: “sois bem a alma da Pátria quando ela vivia convosco pela extensão do mar; ela vive no bojo dos vossos navios, fala pela voz dos vossos canhões, braceja e exulta na insígnia auriverde que vos protege” (BILAC, 1965, p. 45). Também falou da bandeira, tema da sua conferência, mas não imprimiu o mesmo peso dado ao Exército na construção da nacionalidade. Aos oficiais da força terrestre ele lamentou o desvio de alguns ao “preferirem ao rude e magnífico sacrifício da vida militar o fácil e grosseiro proveito do mando partidário e da pequena política das facções e das intrigas...” (p. 36), mas os congratulou pela iniciativa de reatar “o fio luminoso das tradições militares, que são o patriotismo da vossa classe...” (p. 36). Nesse momento o autor se referia ao suposto afastamento do exército da política, ao empreendimento da luta pela efetivação do sorteio militar. Como exemplo da dedicação dos oficiais do Exército à construção da nacionalidade brasileira, destacou as ações de Cândido Rondon pelo interior do Brasil, e novamente associou a história do Exército ao passado e ao futuro da nação:

> Com ele [Rondon], vai um punhado de heróis obscuros. São, ao mesmo tempo, a bandeira e a missão, as sortidas do século XV e do século XVI, redivivas no século XX. Em cada um desses homens vibra um Fernão Dias e sorri um Anchieta. E, nos rudes sertões, tudo é mistério, tudo é encantamento, tudo é espanto e riqueza. Nestas maravilhosas entradas de conquista e de catequese, cada passo é uma revelação e uma criação: o descobrimento de um rio, de uma serra, de um aldeamento de índios; o achado imprevisto de um tesouro natural, a invenção de um recurso para a ciência ou para a indústria; a plantação de uma roça, de um poste telegráfico, de um núcleo de povoação civilizada, de um rudimento de escola; a colheita de novas forças materiais e morais para o Brasil, - um mundo imenso que jazia em trevas... (BILAC, 1965, p. 42).

Podemos especular que compareceram a esta conferência o ministro da Guerra, Caetano de Faria, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, afinal foram eles que convidaram Bilac para se associar ao projeto de modernização militar (Cf. McCANN, 2007, p. 230). É possível que Fernando Setembrino de Carvalho e Tertuliano Potiguara também estivessem presentes, ambos eram sócios do Clube Militar e o primeiro era, nessa

data, diretor de Administração da Guerra, além de ter palestrado, naquele mesmo ano, para os camaradas do Clube sobre a Guerra do Contestado.

O conflito na região do Contestado foi mencionado por Bilac na conferência para os oficiais do Clube Militar. A guerra ainda estava na memória de muitos e as ações belicosas ainda se desenvolviam no sul do país. Os presidentes dos estados do Paraná e Santa Catarina não tinham assinado o acordo sobre a questão de limites territoriais, o que seria feito em 20 de outubro de 1916. Após homenagear o poder de união que uma guerra desperta no espírito individual de um povo, e de afirmar que uma invasão externa parecia improvável naquelas circunstâncias, Bilac acrescentou:

> O que me aterra é a possibilidade do desmembramento. Amedronta-me este espetáculo: este imenso território, povoado por mais de vinte e cinco milhões de homens, que não são continuamente ligados por intensas correntes de apoio e de acordo, pelo mesmo ideal, pela educação cívica, pela coesão militar; conflitos ridículos sobre fronteiras, dentro da integridade da pátria, explorados pela retórica, envenenados pelo fanatismo, originando guerras fratricidas; a desigualdade entre Estados irmãos, desirmanados pela diferença das fortunas e das prendas, estes, ricos e felizes, prosperando e brilhando, desenvolvendo o seu trabalho e a sua instrução, e aqueles, pobres, sem ventura, sem pão, sem ordem, sem escolas, assolados pelos flagelos da natureza ou talados pelos desmandos da governação; e descontentamentos, e rivalidades, e indiferença, desamor, falta de unidade... (BILAC, 1965, p. 38).

O discurso de Bilac se associa perfeitamente à visão dos militares. Não acreditamos que o poeta tenha se unido aos modernizadores do Exército por mera conveniência, recurso que sua popularidade dispensava, nem tampouco por uma suposta oferta pecuniária, conforme acusação feita pelo deputado federal Mauricio de Lacerda (Cf. McCANN, 2007, p. 230). O que percebemos é que há sincronia nas idéias, nos projetos de nação. O temor de desmembramento de alguns estados, principalmente no Sul, era um fantasma que assombrava as elites políticas e colocava em sobressalto civis e militares. Setembrino de Carvalho nos fala desse perigo explicitamente em telegrama ao ministro da Guerra ao se referir ao temor de ressurgimento do movimento federalista: “a situação da República é crítica e bem podem aqueles contumazes inimigos [os federalistas] aproveitar o ensejo

para uma pretensa transformação da ordem política do Rio Grande, alastrando-se em todos os estados do Sul".[127]

Tanto para Bilac quanto para os historiadores de farda, imperava no Contestado o fanatismo e a politicagem. Para eles, tudo seria evitado se os fachos da civilização fossem levados à região por meio da instrução. Esses intelectuais, assim como os "jovens turcos", acreditavam que cabia ao Exército manter a unidade territorial e espiritual da nação e a evangelização cívico-educacional do interior do país. A visão dos militares, tal como a do poeta e dos demais membros da LDN, tinha nos sertões um espaço a ser integrado à nação.

Não temos maiores manifestações de Bilac sobre a Guerra do Contestado, pois, como já dito, ele interrompeu suas atividades jornalísticas no ano de 1908, mas verificamos que a breve manifestação acima é coerente com outras declarações que fez sobre os habitantes do interior do Brasil e também com a visão que ele manifestou acerca da Guerra de Canudos mais de uma década antes. Segundo Dimas, ao receber a notícia da destruição do arraial em 1898, Bilac comemorou:

> Enfim, arrasada a cidadela maldita! Enfim, dominado o antro negro, cavado no centro do adusto sertão, onde o Profeta das longas barbas sujas concentrava a sua força diabólica, feita de fé e de patifaria, alimentada pela superstição e pela rapinagem!
> (...) Enfim, assaltada e vencida a furna lôbrega, onde a ignorância, ao mando da ambição, se alapardava perversa! Enfim, desmantelada a cidadela-igreja, onde o Bom Jesus, como um cura Santa Cruz de nova espécie, oficiava, tendo sobre o espesso burel a coronha da pistola assassina!... (apud DIMAS, 2006, p. 93).

Dimas acredita que o horror de Bilac ao movimento liderado por Conselheiro e à comunidade fundada no Belo Monte se devia ao ideal de progresso que ele possuía e que fora alimentado pelas contínuas viagens que fez a Europa, particularmente à França. De acordo com o crítico literário,

> Para o cronista [Bilac], o líder sertanejo, enfiado em malocas desconjuntadas num arraial perdido no sertão, encarnava exatamente aquilo que se opunha à noção de progresso, fosse por seu fanatismo religioso, fosse por sua falta de higiene, fosse ainda pela suspeita de sebastianismo monárquico que o rodeava (DIMAS, 2006, p. 92).

Nesse sentido, Dimas observa que, na visão de Bilac e da maioria dos seus contemporâneos, o conflito liderado por Conselheiro entravava o projeto de

---

[127] Telegrama ao ministro da Guerra, 17 nov. 1914.

civilização do Brasil e, por isso, deveria ser corrigido pelas armas. As contradições do poeta são apontadas:

> Nesse momento, sua posição é confortável, resguardada, e disso decorre uma voz autorizada e autoritária que se pretende orientadora. É a confiança de quem subestima o adversário e de quem se sente protegido pela distância do conflito. Nas alturas em que se defende e se isola do Vaza-Barris e do Monte Santo, o cronista aconselha a força travestida de legalidade e respalda sua pregação com argumentos aparentemente lógicos, porque sacralizados e reconhecidos pelo tempo. Daí o tom sereno nessa defesa do estado de sítio, pouco tempo depois de tê-lo sofrido na própria carne, em 1893 (DIMAS, 2006, p. 66).

Antonio Dimas faz referência ao período em que Bilac esteve exilado durante o governo de Floriano Peixoto, em razão das crônicas que escreveu denunciando o militarismo reinante na política.

Nas conferências feitas entre 1915 e 1916, Bilac repisou velhos preconceitos contra os habitantes do interior do Brasil, pois em sua concepção eles continuavam obstruindo o projeto civilizacional almejado pelas elites da época. Dirigindo-se aos estudantes de direito de São Paulo [1915], afirmou: “nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insetos, como as árvores” (BILAC, 1965, p. 25). Diante disso o poeta acreditava que com a lei do sorteio militar essa massa seria integrada, pela educação da caserna, à nação brasileira. Ele acreditava que o exército, pela sua amplitude nacional e pela participação que sempre tivera na história do Brasil, seria capaz de regenerar a sociedade e a política. Tal mister se cumpriria com a formação do cidadão como soldado; se houvesse resistência dos ignorantes, a solução seriam as armas.

Opinião semelhante defendia Alcides Maya (1878-1944), escritor do Rio Grande do Sul. Ele foi o primeiro rio-grandense a assumir uma vaga na Academia Brasileira de Letras, sendo eleito em 1913 para suceder a Aluízio Azevedo na cadeira de nº. 4. Entre 1918 e 1921, representou o Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, com destacada atuação nas questões envolvendo educação e cultura no Brasil. Entre a sua produção constam alguns títulos preocupados com a cultura regional, como o romance *Ruínas Vivas* (1910), os livros de contos *Tapera* (1911) e *Alma Bárbara* (1922) e os ensaios, *O Rio Grande independente* (1898), *O gaúcho na legenda e na história* (1922) e *Lendas do Sul, folclore* (1922). Sua atividade intelectual foi exercida, sobretudo, como jornalista, atuando na imprensa

carioca em jornais como *O País, O Imparcial, Correio da Manhã e Jornal do Comércio*.[128]

Em 1913, diante dos rumores de novos ajuntamentos de fiéis no Contestado, publicou um artigo em que analisou "o fenômeno do banditismo na sociologia brasileira". Com uma interpretação influenciada por ideais cientificistas que marcaria a abordagem naturalista na literatura brasileira, o escritor estabeleceu uma conexão entre o meio rural e o banditismo. Em suas palavras: "Esses bandidos saem das populações rurais, ignaras, esquecidas, desprezadas; representam a descendência dos conquistadores de terras, a linhagem dos aventureiros da Ibéria com o negro e com o índio, amalgamados numa primeira tentativa de adaptação da natureza americana" (MAYA, 1918, p. 15). Alcides Maya acreditava que a falta de instrução, a escravidão e a exploração política foram fatores que contribuíram para jogar os habitantes do interior do Brasil à margem da civilização. Em função disso, afirmou que os monges, como Antonio Conselheiro na Bahia e José Maria no Paraná, assumiam para o povo aquilo que o Estado negara: "o monge é a escola que lhe falta, o destino social que lhe não indicam, a crença num futuro melhor" (MAYA, 1918, p. 17), representando a pátria e a religião que não haviam chegado aos sertões.

Sintonizado com o projeto que Bilac levaria em sua cruzada cívica a partir de 1915, Maya defendia em 1913 que o Estado civilizasse os sertões, levando a educação e os valores positivos do trabalho como sinal do progresso econômico e moral da sociedade brasileira: "A educação pela escola e a valorização do trabalho, por todos os meios, diretos e indiretos, ao alcance dos governos [...], são os únicos recursos imediatos contra essa profunda necrose das camadas populares do nosso interior" (MAYA, 1918, p.18). De forma poética, concluía seu artigo com uma alusão aos episódios de Canudos: "o ideal da política e da administração no Brasil não deve consistir no alargamento da solidão de Canudos" (MAYA, 1918, p. 19). Para ele não bastava o extermínio, como se fez nos sertões baianos − expediente que, diga-se de passagem, o escritor recomendava para os que negassem a civilização –, era preciso investir no desenvolvimento das zonas rurais

---

[128] As informações sobre Alcides Maya foram recolhidas do site da Academia Brasileira de Letras. Endereço: http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=107, acesso em: 5 mar. 2008.

do país para romper de vez com o passado colonial, identificado como inimigo do progresso e da civilização.

Em 1915, diante das arremetidas finais do Exército contra o reduto de Santa Maria, Alcides Maya emitiria nova opinião sobre os conflitos nos sertões brasileiros. Falando do Contestado ele dá o veredicto:

> O exílio ou a morte: para eles não há lugar no Brasil, que, além de bons elementos imigratórios, atrai, recebe, encaminha e reabilita pelo trabalho a escória do mundo. Abaixo desta, só a ralé nacional, a borra das Monções, a lia mestiça dos feudos lusos aquém do Atlântico. Deserdados? Não, incorrigíveis... O selvagem recomendou-se à estima, abrandeceu os instintos sanguinários, está sendo incorporado; mas as buzinas pacificadoras que sucederam ao verbo de Anchieta, essas não soarão no Contestado (MAYA, 1918, p. 20).

Para Maya os Canudos e Contestados que se reproduziam no interior do Brasil representavam um atentado contra a civilização, comprometeriam a construção de uma nacionalidade brasileira, mas também denunciavam a ausência de um Estado forte, capaz de civilizar os recônditos do país. É o que se apreende quando o escritor afirma:

> Chamou-se Canudos, tem outras datas na história da Colônia e do Império, ocorre atualmente no Contestado. Que nome receberá amanhã? Ninguém sabe o designativo que lhe dará a incerta geografia dos êxodos sertanejos; mas, através da modorra administrativa da nação, salta aos olhos a fatalidade da sua volta. Fenômeno iterativo na sociogênese nacional, indica *de per si* o fictício da nossa organização de Estado (MAYA, 1918, p. 21).

As opiniões do escritor gaúcho antecipam os discursos nacionalistas de Bilac. Se o poeta pouco se manifestou sobre o Contestado, a pena de Alcides Maya parece ter lhe feito as vezes. Maya admirava Bilac, seu posicionamento político, a atuação como cronista e a produção poética. Diante da imprensa, defendeu-o da acusação de querer militarizar o Brasil, elogiou seu empreendimento cívico-evangelizador e a poesia parnasiana. Não deve ter sido por mera formalidade sua presença na comissão formada para ciceronear o "príncipe dos poetas" em Porto Alegre; as afinidades intelectuais certamente pesaram. Maya foi também responsável pelo discurso que apresentou Bilac à elite rio-grandense no Teatro São Pedro, na noite de 8 de outubro de 1916. O tema da conferência, a portas fechadas, foi: "Lendas brasileiras", assunto caro ao espírito nacionalista de Bilac e de seu anfitrião no espaço cultural. O escritor também recepcionou o poeta na visita feita ao Grêmio Gaúcho na manhã do dia 12 de

outubro. Na ocasião, destacou a situação permanente do gaúcho como soldado ao defender as fronteiras do Brasil.

A relação da catequese cívica de Bilac com a Guerra do Contestado não se resume ao breve comentário que o poeta fez sobre o conflito no Clube Militar, ao cotejamento de suas idéias com a de Euclides Maya, nem tampouco ao seu olhar conservador dirigido aos sertões do Brasil. Outro indicio foi a recepção que recebeu em unidades militares em sua passagem pelo Paraná. Entre os oficiais que lhe renderam homenagem com discurso de saudação, constavam dois que lutaram no Contestado: Daltro Filho e Fontenelli Bezerril.

Daltro Filho homenageou Bilac na tarde de 15 de novembro do ano de 1916 com longo discurso. A preleção foi feita na sede do 4º Regimento de Infantaria em Curitiba. O então tenente, falou que a popularidade do poeta se estendia até mesmo aos sertões paranaenses. Defendeu a expansão do ensino sob a tutela do Estado e com o auxílio do Exército e destacou que era preciso por fim ao preconceito contra a farda. Não fez menção direta à Guerra do Contestado, mas, ao se referir aos sertões e falar da necessidade do Estado se fazer presente no interior do país levando a instrução e a ordem, é possível que tivesse em mente o conflito no qual atuou como integrante do Estado- Maior montado por Setembrino de Carvalho.

O oficial, que morreria no final da década de 1930 defendendo os interesses políticos de Getúlio Vargas, iniciou sua carreira militar no ano de 1898, ao assentar praça, com 16 anos de idade, no 9º Batalhão de Infantaria, em Salvador. Foi aluno da Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo no RS entre 1899 e 1901. Na primeira década do século XX estudou na Escola Militar da Praia Vermelha e na Escola de Guerra de Porto Alegre. Ao chegar ao Contestado no ano de 1914, já tinha completado no Rio de Janeiro o Curso de Estado-Maior e Engenharia Militar e também da fundação da Universidade do Paraná, passando, em 1912, a compor o corpo docente desta instituição. Sua presença é notada na repressão ao movimento tenentista em 1922, quando exerceu o cargo de ajudante-de-ordens do presidente Arthur Bernardes, em que permaneceu até o fim do seu governo, em 1926. Em seguida, foi nomeado adido militar nas embaixadas brasileiras na França e na Bélgica. Daltro Filho pode ser considerado um oficial político de ocasião, pois, embora tenha combatido o movimento que depôs Washington Luís em 1930, acabou conquistando a simpatia de Vargas e sua

camarilha. Durante a década de 30 atuou ativamente contra o Movimento Constitucionalista de São Paulo (1932), recebendo como prêmio o comando da 2ª Região Militar sediada na capital paulista. Nessa mesma década também atuou em Belém, Curitiba e no Rio Grande do Sul. Morreu em janeiro de 1938, pouco depois de ter assumido a Interventor Federal neste Estado, no contexto da ditadura varguista implantada em 1937 com o golpe do Estado Novo.[129]

O segundo oficial a recepcionar Olavo Bilac foi o tenente Guilherme Barbosa Fontenelli Bezerril. Poucas informações temos sobre o oficial, mas o flagramos dirigindo um inquérito policial no campo de batalha do Contestado para averiguar a ordem de disparos dada por um sargento contra vultos em movimento nas proximidades da trincheira que comandava. Pesava sobre este a denúncia de desperdiçar munições (vide capítulo 6). Fontenelli Bezerril foi encarregado, pelo general Emygdio Ramalho, de fazer o discurso de recepção a Olavo Bilac na homenagem que lhe prestou o Quartel-General do Paraná. Na ocasião estavam presentes o presidente do estado, Afonso Camargo, oficiais militares e suas respectivas esposas.

Bezerril fez um longo discurso e chamou o poeta de "regenerador da nacionalidade". Em seguida, associou a campanha de Bilac ao projeto de modernização do exército. Seu discurso foi uma miscelânea de idéias dos "jovens turcos" com a filosofia positivista. O tenente teceu loas ao exército alemão e, em seguida, historiou brevemente a influência que a adoção do serviço militar obrigatório da Alemanha exerceu sobre países desenvolvidos economicamente, como a França. Lembrou que, no continente americano, a Argentina, o Chile e o Peru já haviam adotado o modelo germânico de conscrição. De acordo com esse oficial, "só os fracos, só os pusilânimes fogem do dever de defender a Pátria", invocando, em seguida, a memória dos antigos que teriam expulsado os franceses, os holandeses e os paraguaios do território nacional, para afirmar o dever patriótico do povo brasileiro se alistar no Exército para manter a tradição e honrar a memória dos ancestrais.

Em sua concepção, a obediência era a base da sociedade, da família e do patriotismo: "a sociedade, sem disciplina, é uma sociedade sem ordem, sem garantia, irrequieta, retrógrada". Pregou a subordinação dos homens à pátria e

---

[129] As informações sobre a trajetória político-militar de Daltro Filho foram retiradas do DHBB (2001, p. 1778-1780).

lembrou que a educação física tinha papel fundamental na disciplinarização do corpo e da alma dos jovens. Aliás, a identificação com a filosofia positivista é explicitada quando o oficial declarara sua admiração por Comte e suas idéias: “a subordinação é a base do aperfeiçoamento, diz o maior de todos os filósofos, o incomparável autor da Filosofia Positiva. Desde a organização social a mais rudimentar, que a disciplina é o elo preponderante criador da estabilidade e da ordem”.

Não deixa de ser curiosa a conciliação que Bezerril estabeleceu entre a lei do sorteio, a militarização da sociedade e o positivismo ortodoxo, principalmente ao falar como representante do Quartel-General de Curitiba. Daltro Filho teve o cuidado de apontar o que denominou “os equívocos do positivismo”, referindo-se ao combate que os discípulos brasileiros de Augusto Comte chamavam de militarização da sociedade ao atacar a lei do sorteio de 1908. Bilac e a *Liga de Defesa Nacional* foram bombardeados pelos discursos positivistas desde suas primeiras manifestações favoráveis à aplicação da lei. Não havia como compatibilizar visões tão divergentes. O discurso de Fontenelli Bezerril foi um tanto desastroso. O oficial congregou positivismo com modernização do exército e culto cívico. Tais valores estavam em trincheiras opostas naquele momento. Aparentemente, só ele não sabia disso. Se até aqui demos destaque ao lado nacionalista é preciso destacar que na outra margem se encontravam os positivistas ortodoxos. Eles tiveram papel importante nessa batalha em torno da modernização militar, como veremos a seguir.

3.5 O ESPÍRITO POSITIVO E OS EXTRAVIOS DO MILITARISMO

Em 1908 o Apostolado Positivista do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, e seus adeptos espalhados pelo país intensificaram a campanha contra a implementação da lei do sorteio militar.[130] Houve discursos calorosos em Fortaleza e Recife, envolvendo oficiais militares e representantes do apostolado (Cf. Mendes, 1908a). No Rio Grande do Sul, o núcleo positivista se manifestou contra o projeto defendido pela LDN, reproduzindo na imprensa textos já publicados anos antes e que atacavam o projeto de lei. O jornal *A Federação*, de

[130] Conforme consta no catálogo de publicações do Apostolado Positivista (1996) as críticas à lei do sorteio remontam ao final do século XIX, logo após a primeira formulação da proposta em 1874.

Porto Alegre, reproduziu uma carta publicada pela primeira vez em 1910, assinada por João Luís de Faria Santos, A. Homem de Carvalho e Carlos Torres Gonçalves.[131] Na publicação de 1916 a carta recebeu o título de "Extravios do militarismo: a Liga da Defesa Nacional". Nela, os autores diziam não acreditar na formação cívico-militarista, alegando que a verdadeira educação se adquiria na "atividade industrial" e que a proposta de fazer da caserna o modelo de escola no Brasil acabaria por formar um regime militarista no país.

Para Raimundo Teixeira Mendes, vice-diretor do Apostolado Positivista do Brasil, a partir da instituição do regime republicano no país se confirmava a lei de desenvolvimento proclamada por Augusto Comte para a sociedade, e com ela os valores que ele considerava inerentes ao dito regime: a fraternidade universal que pressupunha a liberdade individual dos homens e a sociabilidade sobre a individualidade. Para os positivistas, "o regime republicano supõe a livre preponderância final da poesia, da ciência e da indústria sobre o teologismo, a metafísica e a guerra, que formam a índole da civilização preparatória da Humanidade, e que a República aspira substituir" (MENDES, 1908a, p. 7).

Ao entrelaçar república e positivismo Teixeira Mendes, iniciava a desconstrução dos principais argumentos favoráveis à implementação da lei do sorteio, a começar pela sua anunciada legalidade. Com profundo conhecimento da legislação e da Constituição em vigor (1891), o intelectual rebatia cada argumento legal a favor da lei do sorteio com outro firmado no mesmo texto constitucional. A base para os defensores da lei era o artigo 87 § 4º, que dizia: "O Exército e a Armada compor-se-ão pelo voluntariado sem prêmio, e *em falta deste* pelo sorteio, previamente organizado" (MENDES, 1908a, p. 10, grifo do autor) e também o artigo 86: "Todo brasileiro é obrigado ao serviço militar, em defesa da Pátria e da Constituição, na forma das leis federais" (MENDES, 1908a, p. 10, grifo do autor). Teixeira Mendes contrapunha a tais artigos dois outros, que, na sua visão, lhes eram superiores, por estarem em conformidade com as leis republicanas, entendidas como positivistas. Ele cita, inicialmente, o artigo 78, pois, nele, se afirma que os direitos e garantias expressos na Constituição não

---

[131] *A Federação*, Porto Alegre, 3 out. 1916. A Federação era o jornal oficial da pregação positivista no Rio Grande do Sul e estava atrelado ao Partido Republicano Rio-Grandense. Os engenheiros Carlos Torres Gonçalves e João Luís Faria Santos, ficaram responsáveis pelas publicações positivistas em Porto Alegre a partir de 1906, ano da morte de Felizardo Júnior que até aquele momento cumpria esse papel.

excluiriam “outras garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consigna” (MENDES, 1908a, p. 9). Aqui estava o mote para que Mendes chamasse a atenção para os princípios positivistas: se o direito à liberdade era reconhecido como o maior alcançado pela civilização, ele não poderia ser subjugado por qualquer outra lei que previa o cerceamento da liberdade do cidadão. Ele também usa como argumento o fato de que a Constituição, ao enumerar as atribuições do Congresso, lhe concedia o direito de declarar a guerra somente nos casos em que a paz não fosse possível (Artigo 34, nº. 11) e o artigo 88, que dizia que o Brasil não se dedicaria a guerras de conquista. Num jogo retórico, muito característico da argumentação positivista, Teixeira Mendes informava que a lei do sorteio era não somente anticonstitucional como também contrária às leis de evolução da sociedade. Ele vai mais adiante ao acrescentar que a luta empreendida pelos positivistas não era recente, pois remontaria às aspirações republicanas daqueles que “se intitularam liberais ao inscrever no programa do seu partido os seguintes princípios” (MENDES, 1908a, p. 11):

> Redução das forças militares em tempo de paz, abolição do recrutamento militar forçado, adoção do engajamento voluntário para formação do Exército e Armada, supressão da Guarda Nacional, substituída por milícias cívicas paroquiais, sem a mínima organização militar, tendo os chefes eleitos pelas Municipalidades, e para servir nas paróquias, nos casos urgentes, como auxiliar da polícia.

No empenho de destituir a argumentação legal acerca da instituição do sorteio militar Mendes afirmava que a Constituição não poderia ser interpretada apenas pelos seus artigos isoladamente, mas pelo momento, pela fase em que se encontrava a sociedade quando elaborou a carta constitucional. Esse momento, segundo ele, correspondia a um consenso necessário para que se iniciassem as reformas que colocariam o Brasil nos rumos do progresso:

> Portanto, quando se aprecia a evolução do povo brasileiro e a situação moderna, não se pode admitir que seja constitucional a militarização do mesmo povo. Se a Constituição admitisse a hipótese da organização de grandes forças militares, não teria declarado que o Exército e a Armada compor-se-iam pelo voluntariado sem prêmio, e em falta deste pelo sorteio previamente organizado. Por que está na consciência de todos que seria impossível no Brasil, como em qualquer parte do Ocidente ou mesmo da Terra, obter hoje grandes exércitos compostos de voluntários, com prêmio ou sem prêmio (MENDES, 1908, p. 22).

Por fim acrescentou: “A República não pode ser mais militarista do que foi o Império; e a índole do regime republicano repele a organização das grandes forças militares em tempo de paz, como repele o emprego da violência para as formar” (MENDES, 1908a, p. 23).

Os defensores da lei que previa o serviço militar obrigatório no Brasil argumentavam com o desenvolvimento de países como a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos, destacando que, se o Brasil desejasse marchar rumo ao progresso, deveria fazer como essas nações. Contra tal argumento Mendes retrucava:

> Pouco importa que se invoque o exemplo de outras nações. Se essas nações não são repúblicas, o exemplo é evidentemente improcedente. Se essas nações proclamam-se repúblicas, o seu militarismo está em contradição com o regime republicano, da mesma sorte que outras aberrações despóticas que elas oferecem. A república é um ideal, não é um rótulo (MENDES, 1908a, p. 24).

Os modernizadores argumentavam, também, que a lei fora feita em favor da pátria, e não apenas para o Exército e em função da guerra. Esse foi o lema de Bilac e da LDN ao articularem nacionalismo e alfabetização ao serviço militar obrigatório no Brasil. Contra esse argumento, Teixeira Mendes destacou aberrações que teriam sido cometidas ao longo da história em nome da pátria: “sem sair da história do povo ibero-americano, quanto de horrores não custou a conquista do continente colombiano para arrancá-la às ingênuas tribos que o povoavam e cujos descendentes são ainda hoje barbaramente massacrados!” (MENDES, 1908a, p. 31), lembrando, ainda, que a pátria fora invocada para sustentar a escravidão africana, “para manter os privilégios dinásticos, para justificar o recrutamento forçado e o castigo corporal no Exército e na Armada, para interdizer ou dificultar a vida de família entre as praças de *pret*” (p. 31). Após apresentar exemplos históricos, o autor concluiu sua crítica evocando os ensinamentos positivistas:

> O exame da história demonstra assim que o patriotismo passou, como todos os sentimentos e opiniões humanas, por uma evolução donde resultou a eliminação dos preconceitos militaristas. De sorte que tais preconceitos só podem ser identificados com o patriotismo, ressuscitando a fase antiga do patriotismo, quando a guerra era a atividade dominante dos homens livres (MENDES, 1908a, p. 45).

Em resposta a ataques como esse Bilac pregava: “regeneremo-nos, e voltemos ao culto cívico” (BILAC, 1965, p. 41). De acordo com o poeta, em

crítica dirigida não só aos positivistas, mas também aos militares que se embrenharam nas veredas da política:

> Quase todos erramos, pecamos, e ultrajamos a Pátria, civis e militares, políticos e homens de letras, professores e jornalistas, artistas e operários, quase todos os pais de família e cidadãos. Uns por maldade ou indiferença natural, outros por afetação ridícula ou tola jactância, outros por imitação – quase todos desertamos o culto cívico. Esses ainda foram os menos culpados, porque se limitaram ao afastamento do templo: os piores foram aqueles, que, pregando as idéias subversivas e as palavras más, ousaram proclamar a negação da necessidade da Pátria... (BILAC, 1965, p. 41).

Pela atuação militante contra a lei do sorteio os membros do apostolado positivista se tornaram os alvos preferidos da artilharia retórica de muitos oficiais militares, cabendo aos “jovens turcos”, a partir de 1913, a vanguarda da detração aos mesmos, no que foram reforçados pelos intelectuais da *Liga de Defesa Nacional* a partir de 1916.

Não seria apenas pela oposição à lei do sorteio que os militares atacariam os positivistas. Os membros do Apostolado não compartilhavam a empolgação da maioria, civil e militar, acerca da atuação do Brasil na Guerra do Paraguai. No contexto do debate pelo sorteio militar, retomaram as críticas feitas desde o final do século XIX à participação do Brasil no conflito:

> Não podemos deixar de ponderar, mais uma vez, quanto são descabidos os argumentos com que se procura cegamente fazer a apoteose dele [o episódio militar].
> Alega-se que se foi libertar o Paraguai e a América de um monstruoso tirano. Ora, para dissipar semelhante afirmação basta refletir que a permanência política desse tirano teria sido incapaz de acarretar as desgraças que tal guerra trouxe para o Paraguai, para a América e para a Humanidade, que não cessa nem cessará de exigir a sua reparação (MENDES, 1908a, p. 13).

A reparação defendida pelos positivistas seria um esforço do governo brasileiro para reerguer o Paraguai, tanto econômica quanto moralmente, começando com um pacto oficial de amizade entre os dois países a partir da devolução dos troféus de guerra reunidos nos museus militares brasileiros e por particulares, alguns confiscados como espólio de guerra. Em suas palavras: “em vez da glorificação de uma luta fratricida, urge empregar a máxima solicitude para reerguer o Paraguai e para reparar os profundos golpes que sofreu, sobretudo, o altruísmo dos vencedores” (MENDES, 1908a, p. 13).

A posição dos positivistas não incomodou apenas os militares. Muitos intelectuais, apegados à tradição, como Gustavo Barroso, que como vimos defendia, desde 1911 "o culto da saudade" com a fundação de um museu militar no Brasil, ficaram enraivecidos com a posição do Apostolado. Em texto publicado no ano de 1942, afirmou:

> A glória dum exército concretamente se mostra nos seus troféus de guerra. O Museu Histórico Nacional está cheio dos que nossos soldados conquistaram nas guerras passadas: armas, bandeiras, tambores, fardamentos. Entre eles, a espada de Solano Lopez. Expõem-se em memória de altos feitos e até como preito à bravura dos vencidos. Recordam episódios e homens. Confirmam suas gloriosas ações. Tentar restituí-los a quem perdeu é um crime, pois a geração presente não pode dispor do que pertence a gerações mortas (BARROSO, 1942, p. 430).

Na década de 1940 Barroso já havia colocado em prática o seu ideal de construção de museu militar, embora, como vimos, mimetizado em Museu Histórico Nacional. O já reconhecido museólogo recorda que ao fazer a proposta, recebera críticas de todos os lados, e aproveitou a oportunidade para lançar as farpas em direção aos positivistas: "iniciei este trabalho em tempos ingratos, quando nosso meio, por ignorância ou minado pelo micróbio positivista, se manifestava de todo hostil a qualquer tentativa dessa natureza" (BARROSO, 1942, p. 402).

Bilac não teve como se calar diante das críticas provenientes do Apostolado Positivista do Brasil. Sua maior preocupação era com a idéia de que a LDN defendia o militarismo. No discurso que proferiu no Rio Grande do Sul a 2 de outubro de 1916, o poeta, tal como muitos militares, se declarou pacifista, mas prevenido:

> Não quero que o Brasil se fortaleça para orgulhos e crueldades de guerra. Quero que ele seja disciplinado e forte, não para atacar, mas para aparelhar-se em constante defesa, e para que a disciplina e a força dêem a todos os seus filhos músculos e alma, vigor e pensamento, saúde e consciência, energia e bondade, alegria e ventura, paz e patriotismo (BILAC, 1965, p. 91).

Gianfranco Pasquino (2004) esclarece que o conceito de militarismo pressupõe o controle do meio civil pelo militares:

> Ele visa objetivos ilimitados; objetiva penetrar em toda a sociedade, impregnar a indústria e a arte, conferir às forças armadas superioridade sobre o Governo; rejeita a forma científica e racional de

> efetuar a tomada de decisões e ostenta atitudes de casta, de culto, de autoridade e de fé (PASQUINO, 2004, p. 748).

À luz desta concepção, Bilac e a LDN não se enquadrariam na categoria "militarismo". Aliás, nem mesmo os "jovens turcos" se encaixariam, pois não pregavam a superioridade absoluta dos valores militares sobre os civis, mas defendiam, por vias legais, a participação do Exército na reforma política e social do país, além de propor reequipar ideológica e materialmente as forças armadas. Também não detectamos, nesse momento da história do Exército brasileiro, uma atitude de casta, embora haja um culto cívico, mesmo porque a instituição estava construindo sua memória institucional, sendo a luta dos "jovens turcos" com os oficiais positivistas o maior exemplo desse esforço. Apesar disso, não podemos ignorar a idealização das atividades militares na defesa que a LDN fazia da educação da caserna e da tentativa de preparar os jovens para as armas. Se o militarismo se configura, conforme apresentado por Pasquino, como um sistema político fechado sob o controle dos militares, esse definitivamente não era o caso defendido no Brasil na década de 1910. O que se tem é uma proposta de militarização, ou seja, uma tendência a dar uma feição militar à sociedade brasileira, acreditando que isto seria mais eficiente na construção do espírito nacional.

Alberto Torres denunciou a militarização presente na proposta da LDN, mas os positivistas ortodoxos foram mais radicais em sua crítica. Para eles, o que se pretendia era criar um regime militarista no país. Os apóstolos de Comte acreditavam que ao aumentar o efetivo do Exército, ao equipar a nação belicamente, o país acabaria deixando em sobressalto as nações vizinhas e isso estimularia, quiçá aceleraria, um conflito internacional. Segundo Teixeira Mendes "a defesa nacional não pode consistir no emprego de expedientes militaristas excitantes". A proposta dos positivistas era que se reduzisse o efetivo do Exército, que se investisse em milícias locais e se reencaminhassem as verbas destinadas às forças armadas para outros setores da sociedade, como a indústria e a educação. Eles concordavam que o ensino deveria ser firmado na obediência e na subordinação e pregavam que essas inspirações deveriam ser despertadas nos jovens, não impostas, porque nasceriam e se desenvolveriam livremente no espírito ilustrado dos homens e mulheres que acompanhassem os ritmos da evolução social. Tal como a LDN e os "jovens turcos", os positivistas acreditavam

que a educação cívica teria um papel fundamental na formação dos corpos e almas dos cidadãos, mas não os queriam treinados com armas na mão. A educação para os positivistas deveria passar pela profissionalização técnica dos jovens, pelo culto à humanidade e pelo conhecimento das leis que regem a história, não pela caserna. Bilac, como vimos, pregou aos estudantes paulistas que a caserna seria o modelo para a educação que regeneraria a sociedade para a nacionalidade. Para os alunos de direito de Porto Alegre o poeta suavizou sua proposta:

> Procurando deturpar o que, há um ano, disse aos moços de São Paulo, alguém inventou que indiquei o quartel como o único laboratório da regeneração do caráter... Nunca disse isto, porque, felizmente, não sou um espírito desvairado. Espírito desvairado é o que maquinou esta necedade... Quero e sempre quis a instrução e a defesa do país pelos livros e pelas armas. Quero a escola dentro do Quartel, e o quartel dentro da Escola. A segurança das pátrias depende da inteligência e da força: o estudo defendendo a civilização, e a disciplina defendendo o estudo (BILAC, 1965, p. 104).

Embora tenha relativizado suas idéias, elas não deixam dúvida de que seu objetivo era formar soldados armados, ou como se preferia à época, cidadãos soldados. Olavo Bilac morreu no dia 28 de dezembro de 1918. Em janeiro seguinte, a revista *A Defesa Nacional* prestou uma homenagem ao “evangelizador do civismo” ao figurar na capa sua imagem aureolada por símbolos pátrios. No editorial, os “jovens turcos” destacaram que o empreendimento do poeta ainda não se tinha realizado totalmente na sociedade brasileira, manifestando descontentamento com o sorteio militar, tal como vinha se realizando desde dezembro de 1916, assim como com os rumos da política e da educação no Brasil.[132] Afirmavam que Bilac “morreu com a alegria de saber principiada a sua obra e ainda manifestou o seu contentamento com a idéia governamental de

---

[132] Segundo Frank McCann (2007, p. 235) “entre 1916 e 1940 nada reduziu o número considerável dos que se esquivaram ao dever patriótico. A convocação de 1925 da 1ª Região Militar (Rio de Janeiro) pode ilustrar o problema: dos 23.069 convocados, 19.122, ou 82%, não se apresentaram, e dos 3.497 que apareceram, ou seja, 17%, 2.551 eram fisicamente inaptos ou foram excluídos por alguma razão, restando apenas 1.396 homens, meros 6% dos convocados, para ser incorporados à tropa. Ao longo dos anos, muitos foram chamados, poucos se apresentaram e menos ainda permaneceram”. Para McCann, somente a partir de 1940 é que se verifica no Brasil maior contingente de homens no Exército brasileiro, o que sugere maior aceitação da sociedade às forças armadas. Peter Beattie (2001) também identifica a década de 40 como marco no processo de mudança da imagem do Exército perante o povo brasileiro. Ele lembra que, em 1945, a FEB participou ativamente na batalha de Monte Castelo e a imprensa brasileira moveu grande campanha para identificar os soldados brasileiros às pessoas comuns. Ao fim da guerra ,os “pracinhas”, como ficaram conhecidos, foram recebidos de forma emocionada no país e, a partir de então, o Exército brasileiro se distanciaria da imagem de “rebotalho” da sociedade, que carregara durante a Primeira República.

contratar oficiais estrangeiros para aperfeiçoar a nossa instrução".[133] Não encontramos nos discursos de Bilac referências a contratação de missão estrangeira, nem nos parece que, se ele o fizesse, teria em mente uma missão alemã, como a preferida dos "jovens turcos", afinal é conhecida a admiração que o poeta devotava à França.

A presença de Bilac entre os militares não foi aclamada somente pelos "jovens turcos". Frank McCann (2007, p. 223) nos informa que, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas decretou que a data natalícia do poeta, 16 de dezembro, fosse considerada o "Dia do Reservista". Durante o regime ditatorial estabelecido no país em 1964, o general Humberto Castelo Branco, então ocupando a Presidência da República, decretou, em 1966, a elevação do "príncipe dos poetas" à categoria de "Patrono do Serviço Militar". O nome de Olavo Bilac, como vimos, somou-se ao dos militares, e à história político-militar do Brasil, após ter conquistado fama como poeta e como jornalista. Sua parceria com o Exército ajudou a melhorar a imagem da instituição aos olhos da sociedade, mas lhe rendeu o estigma de militarista.

3.6 ENTRAVES À MODERNIZAÇÃO: O SERVIÇO MILITAR NA BOCA DO POVO

Entre as críticas dos positivistas à modernização do Exército uma merece tratamento destacado. Trata-se da idéia de que a lei despertava revolta entre as massas. Para Teixeira Mendes, a lei do sorteio era "retrógrada e anárquica ao mesmo tempo", em sua concepção "ela vem fomentar a desordem social, procurando cegamente ressuscitar sentimentos, opiniões, preconceitos e hábitos que a marcha da civilização já há muitos séculos extinguiu essencialmente para sempre nos povos modernos" (MENDES, 1908a, p. 7, grifo nosso).

Na citação acima gostaríamos de destacar a idéia de que a lei promoveria conflitos sociais no país. Na visão conservadora dos positivistas caberia aos governantes zelar pela ordem. Como havia resistência da população a ingressar no exército a obrigatoriedade geraria conflitos, principalmente entre as classes populares, as mais atingidas pelo sorteio, uma vez que compunham a maior parte da população. Teixeira Mendes chamava a atenção, em suas publicações, para o fato de que a classe média, ao idealizar o destino dos seus filhos, se os viam como

---

[133] ADN, nº. 64, 10 jan. 1919, p.114.

militares, era no posto de oficiais, jamais de inferiores. Essa mesma classe tinha meios para concretizar suas aspirações para o futuro profissional dos rebentos, enquanto os pobres não o tinham, logo, a lei recairia exatamente nesta última classe, sendo que, nela, os proletários seriam os mais prejudicados, pois teriam que abrir mão do trabalho destinado ao sustento da família para servir compulsoriamente nas Forças Armadas.

Leila Capella (1985) mostrou em sua pesquisa que, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a oposição à lei foi orientada pelos trabalhadores organizados. A abordagem da historiadora é carente de fontes primárias, uma vez que esse não era seu objetivo central, mas nos alerta para o fato de que a instituição daquilo que, futuramente, seria o serviço militar obrigatório no Brasil não se efetivou sem resistências. A autora constatou que a revista *A Defesa Nacional* atacava mensalmente os defensores da paz universal, principalmente aqueles que se diziam inspirados nos movimentos pacifistas e antimilitaristas desenvolvidos na Europa em oposição à Primeira Guerra Mundial. De acordo com Capella:

> Havia boas razões para que a Revista cerrasse fogo contra as idéias e organizações de caráter pacifista. Paralelamente à campanha em prol do serviço militar, do fortalecimento do Exército e da construção da defesa nacional em seu sentido mais amplo, cujo pano de fundo era a inevitabilidade da guerra, desenvolvia-se uma outra, na contramão, encaminhada pelo movimento operário. Esta, contudo, apagou-se na memória histórica, ficando apenas, para a posteridade, o eco dos discursos de Olavo Bilac e seus correligionários, a significar, na falta de outros que se lhe opusessem, uma unanimidade de pensamento, uma visão monolítica daquelas questões (CAPELLA, 1985, p. 225).

Os motivos dessa operação de ocultação da oposição e da resistência devem ser atribuídos não apenas ao poder do grupo vencedor, como bem nos alerta Capella, mas também aos pesquisadores da modernização do Exército, enfeitiçados pelos discursos dos “jovens turcos”. Os redatores de *A Defesa Nacional* nos apresentam um Exército desejado, não um exército real, como o que estava em ação no momento. Retomando a vereda aberta por Capella, destacaríamos que as manifestações contrárias à execução da lei soaram de todos os lados. Além dos positivistas, também o escritor Lima Barreto, que, vale lembrar, era amanuense do Exército e oriundo das classes populares, se opôs a ela desde seus primeiros escritos, conforme nos mostra seu biógrafo, Francisco de Assis Barbosa. Barreto teria manifestado formalmente sua oposição à lei no ano de 1901, ao pedir desligamento da diretoria da Federação de Estudantes da Escola

Politécnica do Rio de Janeiro, por ter se indisposto com os colegas que se dirigiram ao Congresso Nacional com representação favorável ao serviço militar obrigatório. Segundo Assis Barbosa, "contra essa idéia, que considerava verdadeira monstruosidade, [Lima Barreto] protestou com toda a força das suas convicções solidamente arraigadas, desde os primeiros anos de juventude" (BARBOSA, 2002, p. 105).

Em outras oportunidades, o escritor repetiria sua opinião acerca da lei atacando diretamente a base de onde ela provinha: o exército germânico. Em crônica publicada em dezembro de 1914, Lima Barreto condenou o desempenho da Alemanha em suas investidas militares na guerra européia, e deslanchou uma crítica que nos parece endereçada aos "jovens turcos", ao afirmar: "Um exército tão famoso, tão poderoso, tão cheio de 'ff' e 'rr', que chega a poucos quilômetros de Paris e tem que recuar precipitadamente, concordemos, não é essa formidável máquina de guerra que os *nossos militaristas queriam que imitássemos*" (BARRETO, 2004, p. 123, grifo nosso) . Sua oposição à lei do sorteio militar é explicitada na mesma crônica. Para ele a Alemanha "obrigou todos os países a estabelecerem esse crime contra a liberdade, contra a independência, essa violência aos temperamentos individuais que é o serviço militar obrigatório" (BARRETO, 2004, p. 124).

Lima Barreto não perdia a oportunidade de espezinhar os empolgados com a lei. Da mesma forma que os positivistas, ele os denominava militaristas. Ao se manifestar a respeito da guerra mundial, Barreto afirmou que "os apologistas da guerra costumam divinizá-la por ser uma manifestação de energia"; como vimos esse era um dos argumentos que seriam, posteriormente, defendidos pelas autoridades reunidas em torno da LDN, ao acreditarem que a preparação para a guerra despertaria o sentimento cívico do brasileiro e o colocaria em defesa da nação, ao mesmo tempo em que contribuiria para a construção da nacionalidade brasileira. Completando a crônica, Barreto retruca: "Grande coisa! O raio também é uma manifestação de energia, e os caboclos, ao que dizem os cronistas, tinham-no por Deus" (BARRETO, 2004, p. 127). Para ele, os que louvavam a guerra eram pueris - adjetivo do escritor - em seus argumentos, assim como os defensores do militarismo. Ele entendia que o que a guerra mostrava era o dispêndio de energias que "bem podia ter outra aplicação mais útil aos nossos destinos" (BARRETO, 2004, P. 127). Sua crítica à guerra e ao militarismo, nessa

crônica, serviu de motivo para zombar da Alemanha, alvo certo de sua ironia nos textos que tomaram como objeto a Primeira Guerra Mundial. Ao comentar a posição de superioridade em que a nação germânica se colocava, igualando-se aos romanos em questões de raça e de política, o escritor lançou uma pérola: "imagino as gargalhadas que Julio César não dará no inferno, quando tiver notícia de que um bárbaro germano se enfeita com o seu nome. Kaiser! Ora! Por momentos, deixará de ter aquele olhar de abutre, de que fala Dante". (BARRETO, 2004, p. 128).

A voz do escritor popular se juntava à das massas que, pelas ruas, lutaram a favor da liberdade e contra a guerra, como os trabalhadores organizados do início do século XX, pois constituíam uma força de oposição aos ideais de militarização defendidos pelos "jovens turcos" e pela LDN. Segundo Leila Capella, a oposição na capital federal partiu da Confederação Operária Brasileira (COB), através do seu Centro de Estudos Sociais. A COB desenvolveu campanha contra a guerra mundial e contra o militarismo, concitando os proletários a se unirem numa "efetiva solidariedade internacional das classes trabalhadoras" (Carone apud CAPELLA, 1985, p. 228).

Também na capital federal, outra força de oposição apresentada por Capella é a antiga Federação Operária do Rio de Janeiro, que tinha sede na Praça Tiradentes e, como preparação para as comemorações do 1º de maio, promoveu comícios no Largo São Clemente, na Praça da Piedade, na Ponte das Tábuas e na Praça Sete. Em São Paulo a luta ficou por conta da Comissão Internacionalista contra a Guerra. Lembra-nos Capella (1985, p. 228) que este órgão contou "com o apoio de associações, jornais e centros culturais operários de tendências diferentes – socialistas e anarquistas – demonstrando maturidade política diante da ameaça comum". Nas publicações da Comissão, os anarquistas questionavam a idéia de pátria e reivindicavam o fim da guerra mundial. Atento aos acontecimentos desenrolados no Brasil, mas ao mesmo tempo inserindo-os num contexto de exploração internacional, o jornal anarquista *Guerra Sociale* publicou um artigo denunciando a miséria no país. Para demonstrar a violência cometida pelo Estado contra o povo brasileiro, no artigo são evocados os mendigos, os suicidas, os gatunos, os operários e também as vítimas da Guerra do Contestado, "onde as maiores monstruosidades foram praticadas pelas forças federais contra ignorantes e indefesos mambiras" (apud CAPELLA, 1985, p. 229).

Lima Barreto também fez menção ao conflito entre Paraná e Santa Catarina em sua atividade como jornalista. O escritor lamentou que os conflitos de fronteiras tenham gerado sentimentos cívicos regionais, como se duas nações fossem: “as questões de limites entre os estados tomam um aspecto ao mesmo tempo irritante e jocoso, de contendas entre países de verdade” (BARRETO, 2004, p. 125). Barreto se refere, nesse caso, tanto aos estados do Sul quanto ao Espírito Santo, que, tal como o Paraná, não reconhecia sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal quanto a uma pendência de limites com Minas Gerais. Pronto para alfinetar as manias da alta sociedade carioca, o escritor, tratando indiretamente da Guerra do Contestado, emendou:

> De quando em quando, em um deles há uns assomos belicosos, partem expedições, e as damas da capital, como se se tratasse de Berlim ou Paris, correm ao palácio do governador e oferecem os seus serviços nas ambulâncias para fazer *pendant* aos entusiásticos batalhões patrióticos, que se formam (BARRETO, 2004, p. 126).

Essa crônica foi publicada em dezembro de 1914, logo, no momento crucial da campanha de guerra comandada por Setembrino de Carvalho contra os fiéis de José Maria. Como vimos, essa era uma das muitas expedições militares enviadas ao sul do país, o que talvez justifique a ironia de Barreto de que o Exército brasileiro era tão manso e mal equipado que, de vez em quando, dava sinais de sua força. Em *Os Bruzundangas*, representação debochada do Brasil na Primeira República, tal opinião é explicitada: “a força armada da Bruzundanga é coisa mais inocente deste mundo. Em face dela, todo o pacifismo ou humanitarismo é perfeitamente ridículo” (BARRETO, 2001, p.63).

A denúncia de Lima Barreto não se limitou a debochar das forças armadas brasileiras. Tal como o movimento dos trabalhadores, ele atacou de frente o que chamou de “medalhão patriótico”. Para ele a idéia religiosa de pátria “nasceu da crença de que os nossos mortos continuavam vivos de certa forma, nos lugares em que habitaram, e precisavam de que os alimentássemos e lhes fizéssemos sacrifícios expiatórios para que não perturbassem os nossos trabalhos de vivos” (BARRETO, 2004, p. 125). Essa frase deveria soar como uma heresia para intelectuais como Gustavo Barroso, que, como vimos era adepto da seita patriótica.

Para os trabalhadores organizados, por sua vez, sua crítica aumentava o coro de denúncias feitas por meio de comícios, panfletos e passeatas pelas ruas do país.

No dia 14 de outubro de 1908, um jovem foi preso pela polícia do Rio de Janeiro quando colava cartazes na rua do Ouvidor. O texto convidava os trabalhadores a não cooperarem com seus patrões na passagem da lista que seria utilizada como fonte para a realização do primeiro sorteio militar, conforme lei aprovada e sancionada naquele ano. Eis o seu conteúdo na íntegra:

> Começarão a pedir nomes de pessoas de 20 a 30 anos para sortearem para o serviço militar. Há nas fábricas e nas casas de comércio listas para terem essas indicações. Há por toda a parte editais convidando as pessoas que têm essa idade a irem se alistar.
> Mas a lei em que tudo isso se baseia é inconstitucional. Estão atentando contra a Constituição e nós agimos dentro dos nossos direitos salvaguardando a Constituição e nos negando ao que pede essa lei inconstitucional. É preciso energia e calma. Ninguém responda a essas chamadas, nem consinta que os patrões entreguem as listas pedidas pelas juntas de alistamento. O Governo não tem meio de saber quem tem 20 a 30 anos. O registro civil só existe de 1889 para cá e as igrejas não fornecem os seus livros. Portanto ninguém tenha medo pois as juntas de alistamento se verão forçadas a desistir, e desistindo do primeiro sorteio, nunca mais pensará em tal coisa (apud MENDES, 1908b, p.3).

A prisão de Manuel Domingos, meses após a aprovação da Lei nº. 1.860 de 1908, que regulava o alistamento e sorteio militar, ao mesmo tempo em que previa a reorganização do Exército brasileiro, é uma das manifestações da sociedade que ajuda a explicar os motivos pelos quais foram necessários mais de 8 anos para que a medida fosse executada.[134] Em primeiro lugar há que ser destacado que o jovem foi preso colando cartazes numa das principais ruas da cidade e que possivelmente havia outros sendo distribuídos por ruas menos nobres que a do Ouvidor. A existência do cartaz também sugere um núcleo organizado que, provavelmente, debateu a lei e mediu seu impacto nas classes populares. Por fim, o texto nos ajuda a entender como os seus autores tinham consciência das dificuldades que o governo enfrentaria para executar a lei. Isso fica explícito quando se declara que, na falta de registros civis que certificassem o nome dos jovens em idade para o serviço militar, as autoridades dependeriam de que as pessoas se alistassem voluntariamente, ou então da cooperação dos patrões em

---

[134] Cabe ressaltar que Teixeira Mendes condenou a atitude da polícia que prendeu o jovem denunciando-a como autoritária e ressaltando o direito de expressão como "uma conquista fundamental da civilização moderna, e especialmente do regime republicano", em seguida reproduziu uma cópia da carta escrita ao Presidente da República em 3 de novembro do mesmo ano destacando a arbitrariedade da prisão e responsabilizando Afonso Pena por manter o jovem na casa de detenção "com flagrante violação do regime republicano, proclamado pelas leis brasileiras" (Cf. MENDES, 1908B, p. 3).

repassar para as autoridades as informações sobre seus trabalhadores. Não nos parece simples acaso o fato de que, entre os ilustres sócios da *Liga de Defesa Nacional*, constasse o nome de representantes da indústria e do comércio, como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o Centro de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro a Companhia Docas de Santos, a Estrada de Ferro Central do Brasil, o Lloyde Brasileiro, a Associação de Empregados do Rio de Janeiro, e até mesmo a empresa pertencente a Percival Farquhar, a *Brazil Railway Company*, responsável pela construção da Estrada de Ferro que cortava a região do Contestado e uma das grandes responsáveis, ao lado dos coronéis locais, pela eclosão do conflito ao explorar a terra e os trabalhadores (Cf. CAPELLA, p. 242). Diante da junção de tantos patrões podemos afirmar que a resistência organizada dos trabalhadores apontou aos idealizadores da LDN os parceiros que deveriam ser buscados.

À oposição dos trabalhadores organizados das duas maiores capitais brasileiras – que também deve ter se espalhado por outras capitais do Brasil –, dos positivistas e de intelectuais como Lima Barreto, pode-se somar a dos sertanejos da Guerra do Contestado. Já afirmamos em capítulos anteriores que essa guerra foi útil ao Exército como campo de testes de estratégias e equipamentos militares modernos, mas, antes disso, o conflito serviu para denunciar as mazelas da força terrestre brasileira. Com as repetidas derrotas no campo de batalha, com as ações de degola e de assassinato de inocentes, a Guerra do Contestado reforçava a idéia tradicional que se tinha da força terrestre, a mesma idéia que modernizadores como os "jovens turcos" tanto se empenhavam em desconstruir: uma força despreparada, sem instruções, cheia de vícios, indisciplinada, mal equipada etc. A chamada "guerra dos fanáticos" era um obstáculo a ser enfrentado para que o Exército lavasse sua honra e construísse nova memória da sua participação na história do Brasil. Vimos que os historiadores de farda desempenharam papel importante nessa missão, mas, além deles, outro oficial, mais ligado diretamente aos interesses políticos do Estado, general Fernando Setembrino de Carvalho, merece destaque entre os construtores da memória militar da guerra e da história do Exército, ao montar um arsenal de imagens fotográficas que agiriam sobre o imaginário da sociedade, convencendo-a de que o Exército já não era mais o mesmo. As imagens apresentam um Exército altamente profissional, pronto para receber os filhos da classe média em suas fileiras. Passemos, agora, ao Álbum

fotográfico da Guerra do Contestado e à discussão do papel que teve na construção da memória político-militar do Exército brasileiro.

SERTÃO

[...] sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!

Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*

4 GUERRA, FOTOGRAFIA E MEMÓRIA: CENAS E ENCENAÇÕES DA HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO CAMPO DE GUERRA

4.1 ANIMATÓGRAFO DA GUERRA

A 13 de janeiro de 1901 o célebre cronista do jornal *Gazeta de Notícias* (RJ) advertiu os leitores com a possibilidade do oficio por ele exercido ser extinto graças ao espaço que a imagem ganhava na imprensa bem como o seu significado no contexto de transformações porque passava o mundo no inicio do século XX. Ele advertiu:

> O público tem pressa. A vida de hoje, vertiginosa e febril, não admite leituras demoradas nem reflexões profundas. A onda humana galopa, numa espumarada bravia, sem descanso. Quem não se apressar com ela, será arrebatado, esmagado, exterminado. O século não tem tempo a perder. A eletricidade já suprimiu as distâncias: daqui a pouco quando um europeu espirrar, ouvirá incontinente o "Deus te ajude" de um americano. E ainda a ciência humana há de achar o meio de simplificar e apressar a vida por forma tal que os homens já nascerão com dezoito anos, aptos e armados para todas as batalhas da existência (BILAC, 2006, p. 395).

Na crônica a pressa do público é alinhada à velocidade da vida e dos avanços científicos. O texto escrito, na irônica versão de Olavo Bilac, não conseguiria acompanhar o ritmo do século que se iniciava. A imagem registraria de forma fugaz aquilo que a pena demoraria a fazer. Em função disso o cronista vislumbra a possibilidade da imprensa escrita ser adaptada para atender ao ritmo do no novo século:

> É provável que o jornal-modelo do Século Vinte seja um imenso animatógrafo, por cuja tela vasta passem reproduzidas instantaneamente, todos os incidentes da vida quotidiana. Direis que as ilustrações, sem palavras que as expliquem, não poderão doutrinar as massas nem fazer propaganda eficaz desta ou daquela idéia política. Puro engano. Haverá ilustradores para o louvor, ilustradores para a censura, ilustradores para a sátira, ilustradores para a piedade (BILAC, 2006, p. 395).

Era a ditadura da imagem que se anunciava. Para Bilac o texto escrito, além de exigir maior tempo, também obrigaria o leitor a fazer "reflexões mais profundas". Mas quando se trata de imagens, qual seria a mais adequada aos novos tempos? A pintura, a charge, a gravura? Sua resposta é certeira: a fotografia. É o que verificamos na seqüência da crônica:

> As palavras são traidoras, e a fotografia é fiel. A pena nem sempre é ajudada pela inteligência; ao passo que a máquina fotográfica funciona sempre sob a égide da soberana Verdade, a coberto das

> inumeráveis ciladas da Mentira, do Equívoco, e da Miopia intelectual. Vereis que não hão de ser tão freqüentes as controvérsias (BILAC, 2006, p. 395).

Bilac chama a atenção para o papel que a fotografia propiciaria ao servir de prova incontestável ao objeto encenado. Ela se adequava aos novos tempos porque sua exibição abafaria os boatos, as controvérsias entre os cronistas, e mesmo a ambigüidade dos seus discursos. Ele cita como exemplo o caso da notícia sobre o espancamento de uma mulher divulgada na imprensa carioca da época. Alguns repórteres publicaram que a agredida era mãe do agressor, outros que se tratava da tia ou mesmo da sua irmã. Se não fosse a manifestação do próprio acusado, outras mulheres apareceriam como vítimas de sua fúria. Bilac alerta: "Imagine-se a série formidável de complicações que podem trazer esses exageros de fantasia, quando empregados em caso sério, de alta monta para a vida moral da nação" (BILAC, 2006, p. 396). Em outro exemplo da mesma crônica ele comenta que a imprensa noticiou a presença de personalidade importante "espairecendo pela *Puerta del Sol* em Madri". A figura aludida já havia morrido, mas os repórteres o apresentavam vivíssimo ao público. O cronista não titubeia e novamente propõe: "Fotografem-no e veremos". Nesses exemplos percebemos que o príncipe dos poetas explora a crença de que a fotografia serviria para dirimir todas as falácias e invencionices da imprensa escrita, daí a sua prioridade como suporte discursivo do animatógrafo.

Brincando com verdade da imagem *versus* parcialidade da escrita/escritor o poeta tece verdadeira teia reflexiva sobre o suposto efeito das ilustrações na modernidade. Ao destacar que o uso da imagem atenderia às várias intenções das redações, ele desmonta totalmente a sua ingenuidade discursiva.

> Quando o diretor do jornal quiser dizer que o povo morre de fome, confiará as suas idéias a um pintor de alma fúnebre, que mostrará na tela os cadáveres empilhados pelas ruas, sob uma revoada de corvos sinistros; quando quiser dizer que político X é um cretino que não vê dois palmos adiante do nariz, apelará para o talento de um caricaturista, que, pintando a vítima com um respeitável par de imensas orelhas, claramente exprimirá o pensamento da folha. Demais, nada impede que seja anexado ao animatógrafo um gramofone de voz tonitruosa, encarregado de berrar ao céu e à terra o comentário, grave ou picante, das fotografias (BILAC, 2006, p. 395).

A fotografia no animatógrafo ofereceria, além da imparcialidade tantas vezes reivindicada pela imprensa, a leitura superficial e ao mesmo tempo segura

das grandes transformações porque passava o novo século. A câmera seria como o olho fiel, nada acrescentaria nada diminuiria no relato.

> Quando é assassinado um homem, este jornal vem dizer que lhe coseram o corpo a facadas, aquele que o asfixiaram, aquele outro que lhe estouraram o crânio a tiros de revólver. Ora, o público tem pressa: como há de perder tempo em procurar a verdade dentro deste acervo de contradições e de divergências?... (BILAC, 2006, p. 395).

Com essa declaração o leitor confirma a irônica condução que Bilac faz da prosa: a imagem é para os apressados, para os que galopam o corcel da modernidade, para aqueles que não têm tempo a perder com "leituras demoradas nem reflexões profundas" (BILAC, 2006, p. 395). E tudo isso o cronista relata sem nostalgia ou lamúrias. Ele é complacente com o ritmo do novo século ao admitir que "quem não se apressar com ela [a onda do tempo], será arrebatado, esmagado, exterminado". A solução encontrada foi celebrar em texto bem-humorado, ele próprio escrito num ritmo acelerado, a ascensão da imagem sobre o texto.

A percepção de Bilac ao nos apresentar o conflito entre texto escrito e imagem foi explorada em tempos recentes pelo filósofo Vilém Flusser (2002).[135] Ele diferencia as imagens fotográficas, por ele denominadas de imagens técnicas, das imagens que ele chama de tradicionais, como as pinturas. Entre as últimas há somente a interferência do homem que imagina e que produz a imagem – o pintor –, enquanto nas imagens técnicas o registro é capturado por uma máquina, logo, elas se apresentam como texto científico aplicado. De acordo com Flusser (2002, p. 13):

> Imagens técnicas são, portanto, produtos indiretos dos textos – o que lhes confere posição histórica e ontológica diferente das imagens tradicionais. Historicamente, as imagens tradicionais precedem os textos, por milhares de anos, e as imagens técnicas sucedem aos textos altamente evoluídos. Ontologicamente, a imagem tradicional é abstração de primeiro grau: abstrai duas dimensões do fenômeno concreto; (...). Historicamente, as imagens tradicionais são pré-históricas; as imagens técnicas são pós-históricas. Ontologicamente, as imagens tradicionais imaginam o mundo; as imagens técnicas imaginam textos que concebem imagens que imaginam o mundo. Essa condição das imagens técnicas é decisiva para o seu deciframento.

A complicação no deciframento das fotografias, seguindo as trilhas abertas por Flusser, está no fato de que as pessoas acreditam que elas não precisam ser

---

[135] *Filosofia da caixa preta* é o título do livro. O autor propõe por meio dele elaborar uma filosofia da fotografia.

decifradas. Isso ocorre em função das imagens técnicas serem produto de uma invenção tecnológica que lhe confere estatuto científico: "aparentemente, o significado das imagens técnicas se imprime de forma automática sobre suas superfícies, como se fossem impressões digitais onde o significado (o dedo) é a causa, e a imagem (o impresso) é o efeito" (FLUSSER, 2002, p. 14). Esse efeito de realidade construído por imagens técnicas como a fotográfica dispensa o expectador da busca do seu significado, pois ela não se apresenta como símbolo, mas como a própria realidade do objeto encenado, nesse sentido, nos alerta o filósofo, "a função das imagens técnicas é a de emancipar a sociedade de pensar conceitualmente" (FLUSSER, 2002, p. 16). Essa reflexão aprofunda a discussão aberta na crônica de Bilac. Ela explica por que a fotografia se adequava tão bem aos novos tempos vividos pelo poeta. Tempo esse em que, como nos lembra Nicolau Sevcenko (1998, p. 522), se constatava:

> O desenvolvimento dos novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, os meios de transporte movidos e derivados do petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema intensificarão esse papel da capital da República, tornando-a no eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação em território brasileiro.

O império da imagem, particularmente das imagens técnicas como a fotografia e o cinema, marcaria profundamente o ritmo do novo século. É preciso situar a fotografia nesse contexto para entendermos o efeito mágico que ela produz ao fazer crer que abre uma janela para o passado ao invés de ser vista como "superfícies que transcodificam processos em cenas" (FLUSSER, 2002, p. 15).

Nosso interesse pela fotografia se deu ao nos depararmos com imagens da Guerra do Contestado reunidas em álbum fotográfico incluído no acervo documental do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), localizado no Rio de Janeiro. Nosso objetivo é decifrar o conteúdo dessas imagens. Para isso levaremos em consideração o fato de que elas são produções que estão na dependência dos equipamentos tecnológicos sem os quais não existiriam, assim como atentaremos para o fato de que elas imprimem um efeito de verdade que as projetam entre as demais imagens fabricadas à época, além desses cuidados, procuraremos situar os fatores históricos que mobilizaram a montagem do álbum, ou seja, não deixaremos de analisar os interesses de quem encomendou as fotografias da

Guerra do Contestado e o sentido dessa encomenda no contexto da própria história militar brasileira.

4.2 A GUERRA COMO NEGÓCIO: O DESENVOLVIMENTO DA FOTOGRAFIA DE GUERRA

Antes de tratarmos da fotografia de guerra é preciso falar do seu desenvolvimento histórico. Cenas militares feitas por meio da tecnologia fotográfica nasceram com o próprio desenvolvimento da máquina que lhe permitiria captar tais imagens: inicialmente o daguerreótipo, criado pelo francês Louis Daguere em 1837 e depois o aparelho fotográfico. Nos primórdios da fotografia era comum registrar um oficial, ou mesmo um soldado, em estúdio fotográfico ou em cenário familiar, conforme permitisse a tecnologia disponível ao artista e a renda do interessado na imagem. O pesquisador Adler Homero Fonseca de Castro (2006, p. 1) [136] afirma que o primeiro registro de imagem técnica realizado no Brasil foi um daguerreótipo da formatura do 1º Regimento de Cavalaria do exército brasileiro em frente ao Paço Imperial.[137] Ao fazer isso ele articula a origem da imagem técnica com o desenvolvimento da história militar. Mais que isso apresenta esse daguerreótipo como marco da fotografia brasileira e militar no Brasil.

De acordo com o *Historical dictionary of war journalism* (1997) a primeira visita sistemática da tecnologia fotográfica no *front* ocorreu durante a Guerra da Criméia (1853-1856), que envolveu, de um lado a Rússia e de outro uma coligação integrada pelo Reino Unido, a França e o Piemont-Sardenha (atual Itália). Roger Fenton foi o autor da façanha que registrou cenários e personagens desse conflito. No penúltimo ano da guerra (1855), ele seguiu em missão particular para o campo de batalha com patrocínio da firma *Thomas Agnew & Sons*, mas também em caráter oficial, uma vez que levou consigo cartas de recomendação aos generais ingleses assinadas pelo príncipe Albert, representante da coroa britânica, e o conselho, por parte do mesmo, de "*No dead bodies*" (RAINER FABIAN, apud ANDRADE, 2002, p. 245). Essa relação firmou o

[136] Especialista em tecnologia militar Adler Homero Fonseca de Castro é Curador de armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares, localizado em São Cristóvão (RJ); Pesquisador do IPHAN e mestre em História. O texto foi publicado na *Rede de Memória Virtual Brasileira* da Biblioteca Nacional e está disponível no site: http://catalogos.bn.br/redememoria/gutierrezarmada.html. Acesso em: 8 out. 2007.

[137] Ao que parece o autor se refere à imagem captada pelo daguerreótipo de Luis Compte feito em 1840 no Rio de Janeiro.

contrato entre a novidade tecnológica que era a fotografia e o uso ideológico da mesma, além de ter produzido um registro de guerra inovador em termos estéticos e mesmo tecnológicos, uma vez que fotografias feitas no campo de batalha exigiam montagem de equipamentos com capacidade de locomoção, que vão das máquinas fotográficas às placas de vidro com soluções químicas usadas para fixar a imagem.

Roger Fenton cumpriu sua missão com esmero e profissionalismo. O fotógrafo permaneceu na região conflituosa por três meses e retornou do cenário belicoso com 360 negativos contendo imagens da guerra (Cf. ROTH, 1997), o curioso é que em nenhum deles aparecem cenas de mortos e de feridos. Predominam em sua abordagem cenários destruídos e personagens militares em pose preparada, mas nada de corpos e mutilações, ingredientes indispensáveis em uma guerra.

Além dos militares Fenton também registrou personagens locais em trajes exóticos, o cenário árido que serviu de palco para a guerra e monumentos destruídos pelas forças aliadas para atestar o poder de fogo das forças européias. Seu enquadramento atendia perfeitamente a caracterização da fotografia como obra de arte. Em suas imagens o conflito se transformou em monumento a ser contemplado, mais do que em violência a ser denunciada, logo, o que foi ressaltado dizia respeito antes ao exército e à estetização fotográfica que à guerra em si.

Assim que retornou à Inglaterra Fenton revelou as fotos feitas no campo de batalha. Nos meses de novembro e dezembro de 1855 algumas das suas fotografias foram publicadas no *The Illustrated London News* em xilogravuras feitas a partir dos originais. De acordo com Joaquim Marçal Ferreira de Andrade (2002, p. 245) [citando o pesquisador Bodo von Dewitz] as fotografias de Fenton foram aclamadas “não como um relato de guerra, mas sim como notícia da impressionante exposição de suas fotografias, que ora acontecia em Londres”. O empreendimento foi um sucesso editorial, tanto quanto político, pois era preciso convencer a população européia da necessidade da guerra. Os militares também ficaram satisfeitos com o resultado, pois as imagens de Fenton serviram de documentação das suas atividades em campo de batalha. Desde então os cenários de guerra foram constantemente visitados por fotógrafos e a máquina fotográfica passou a fazer parte do arsenal bélico militar. A partir daquele momento a

fotografia imprimia um selo de veracidade aos pronunciamentos oficiais, afinal, quem contestaria imagens técnicas como as fotográficas? Os militares, e a população em geral, certamente compartilhavam da crença relatada na crônica de Bilac de que “as palavras são traidoras, e a fotografia é fiel”.

Em termos técnicos e artísticos é preciso dar os devidos créditos, como tradicionalmente se faz, a Roger Fenton. Ele contou com o aval das autoridades militares para fotografar cenários e personagens no território beligerante, mas venceu o limite imposto pela própria tecnologia fotográfica disponível e conseguiu atingir resultados primorosos ao transformar a guerra em arte...[138]

Os avanços tecnológicos, tanto em relação à fotografia quanto em relação à sua reprodução na imprensa, estimularam a produção de imagens da guerra. Tal como na Inglaterra, a iniciativa de fazer uma cobertura fotográfica do conflito envolvendo sul e norte dos Estados Unidos durante a Guerra de Secessão (1861-1865) foi empreitada particular. O fotógrafo e empresário Mathew Brady acionou sua fortuna pessoal bem como as boas relações de amizade que possuía junto a personalidades políticas e militares e enviou para o campo de batalha equipe formada pelos fotógrafos Alexander Gardner, Thimothy O´Sullivan e George N. Barnard. Nesse momento novas tecnologias fotográficas já estavam à disposição, o que facilitou o trabalho dos fotógrafos e permitiu a produção de imagens em melhores condições técnicas do que as feitas por Fenton na Criméia. De acordo com Joaquim Marçal de Andrade (2002, p. 246) a equipe montada por Brady trouxe do teatro de operações “mais de sete mil negativos de colódio úmido”.

As fotos de Brady não marcaria o gênero de fotografia de guerra somente pela qualidade e pela quantidade de imagens recolhidas, elas se destacam na atualidade, sobretudo, por mostrar a violência da guerra ao revelar os mortos e feridos vitimados pelo conflito. A diferença existente entre as fotos da Guerra da Secessão e as da Guerra da Criméia está no caráter de denúncia das primeiras ao retratar de forma crua soldados mortos, cadáveres amontoados, pessoas mutiladas. Vale ressaltar que essas imagens foram reproduzidas simultaneamente na imprensa.

O impacto das fotografias de guerra nos Estados Unidos foi imediato e serviu para o engajamento dos americanos do norte na campanha contra os

---

[138] As fotografias de Roger Fenton estão disponíveis no site da The Library of Congress no site http://www.loc.gov/rr/print/coll/251_fen.html. Acesso em: 22 out. 2007.

estados do Sul, afinal não era mera coincidência os fotógrafos de Mathew Brady serem todos ligados à causa do norte. De acordo com Andrade a estratégia também foi usada, embora em situações mais precárias, pelos estados confederados, como se constata nas fotos feitas por George F. Cook e A. D. Lytle, ambos fotógrafos do Sul dos Estados Unidos (ANDRADE, 2002, p. 246).

Na América do Sul a fotografia de guerra despertou interesse e ganhou notoriedade durante a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). Na pesquisa bibliográfica feita por André Toral (2001) acerca das imagens produzidas sobre esse conflito é confirmado o registro dos demais pesquisadores de que a Guerra do Paraguai inaugurou a fotografia de guerra no Brasil. Já o pesquisador militar Luqui-Lagleyze (1994) defende a tese de que as imagens produzidas durante a luta dos estados argentinos (1853-1862) já podem ser consideradas como fotografia de guerra. Toral parece compartilhar dessa idéia ao afirmar, inspirado no texto desse historiador argentino:

> Daguerreotipistas e fotógrafos registraram continuamente retratos de federalistas e unitários, *montoneros* insurretos e exércitos regulares. As primeiras fotografias tomadas em Buenos Aires já podiam ser consideradas fotografias militares, pois uma delas mostrava o exército de Urquiza entrando na cidade após a derrota de Rosas, e outra era o retrato do vencedor (TORAL, 2001, p. 85).

Acreditamos que essa visão necessita ser ponderada, pois embora na Argentina houvesse uma “tradição de registros fotográficos de conflitos internos, anterior à Guerra do Paraguai” (TORAL, 2001, p. 84), como as fotos produzidas entre 1840 e 1860 no contexto dos conflitos internos desse país, elas não foram feitas no campo de batalha, elemento essencial, a nosso ver, para defini-las como fotografia de guerra.

Tendo como referência a atuação de fotógrafos em território beligerante arriscamos a categorizar a fotografia de guerra como aquela que em primeiro lugar é produzida no *front*; nesse sentido, ela se diferencia das fotografias sobre militares ou sobre eventos militares. O fato de ter de se deslocar para ambientes desconhecidos e, maioria das vezes, impróprios para a fabricação da imagem, marcou profundamente o que denominamos fotografia de guerra, tanto em relação aos recursos financeiros e tecnológicos empregados, quanto na composição da imagem e mesmo nos temas abordados, isso porque além de todos os fatores naturais a serem superados tais como calor, umidade, transporte e preservação dos

equipamentos, os fotógrafos de guerra deveriam se submeter à autoridade dos comandantes militares, bem como aos critérios dos oficiais quanto àquilo que consideravam digno de ser capturado pela câmera. O próprio Toral reconhece isso ao afirmar que:

> As particularidades do acompanhamento da guerra faziam os fotógrafos, sobretudo os que atuavam próximo ao *front*, repensarem alguns dos fundamentos do oficio: como trabalhar com o instável colódio no calor e umidade, como fazer a composição das fotos fora do estúdio, como fazer retratos “naturais” de soldados e paisagens, como fotografar novas poses e assuntos pedidos pelos próprios soldados etc. (TORAL, 2001, p. 95).

Por fim, ainda como conseqüência da presença do fotógrafo no ambiente da guerra, evidencia-se sua dependência em relação aos soldados haja vista que nem todos se dispunham a posar para o profissional da imagem, pois isso demandava tempo e preparação que muitas vezes o militar não dispunha. Outro elemento que dificultava a fabricação de fotos de guerra era o fato de que nem só o fotógrafo, mas também o soldado necessitava, por via de regra, da autorização do oficial comandante para que o registro fosse feito. Todos esses elementos que consideramos essenciais para a composição do que entendemos como fotografia de guerra explicariam por que, no contexto do Oitocentos e inicio do século XX, foram feitas tantas imagens sobre militares ou mesmo sobre o cenário de guerra e tão poucas sobre a violência da guerra. No caso brasileiro isso pode ser detectado numa breve observação das fotos preservadas sobre a Guerra do Paraguai, a Revolta da Armada, a Guerra de Canudos e mesmo a Guerra do Contestado. Em todas é a estética de Fenton, e não a de Brandy, que se destaca.

Apesar dos aspectos cerceadores da ação do profissional da imagem em cenários de guerra apontados acima é preciso destacar que a fotografia da Guerra do Paraguai inovou o gênero na América do Sul. Com o objetivo de superar as dificuldades técnicas e políticas impostas, foram feitas experiências que modificaram completamente a composição da imagem produzida até então. André Toral (2001, p. 94) afirma que:

> Os fotógrafos abandonaram uma certa rigidez na composição das fotos em ambientes fechados e passaram, dadas as condições, a fazer retratos em campo aberto, em meio a tendas, baterias de canhões, cadáveres, barracas e soldados. (...) Para a fotografia da época, cujo enquadramento e composição eram absolutamente cerebrais, regulados pela lógica de composição da pintura acadêmica, aquilo era uma mudança.

Apesar das inovações o mesmo pesquisador citado acima ressalta que as fotos da Guerra do Paraguai não alteraram o panorama internacional das fotografias de guerra, haja vista que as imagens da Guerra de Secessão, produzidas sob o vantajoso financiamento de Mathew Brady, marcaram o estilo no cenário mundial, apesar disso, para o tipo de fotografia feita na América do Sul entre as décadas de 1840 e 1860, tanto Toral (2001) quanto Andrade (2004) reconhecem que a guerra trouxe algumas mudanças, entre elas a popularização e a maior circulação da fotografia.

Os avanços na tecnologia fotográfica permitiram o desenvolvimento do formato conhecido como *carte de visite*: pequenos retratos no formato de um cartão de visita (6 x 9 cm), como o próprio nome sugere. Esse foi o tipo de fotografia mais popular durante a Guerra do Paraguai. No limiar da morte, como era o clima da guerra, a busca de registrar sua presença por meio de uma imagem ganhou grande desenvolvimento entre os soldados, pois os interessados podiam adquirir a preços mais baixos uma imagem e remetê-la para parentes e amigos. Mas além dos familiares outros consumidores das imagens fotográficas que contribuíram para maior circulação das imagens técnicas forjadas no campo de batalha eram os colecionadores interessados em montar álbum com personalidades políticas e militares da época (ANDRADE, 2004). Falta na produção da fotografia outro personagem até aqui pouco mencionado: o fotógrafo.

Os primeiros artífices da nova tecnologia a circular na América do Sul eram aventureiros estrangeiros que divulgaram a novidade pelo mundo em busca de fama e de dividendos. Na lista de fotógrafos da Guerra do Paraguai o pesquisador argentino Miguel Angel Cuarterolo (2000) localizou alguns nomes que denunciam as origens européias dos empreendedores, tais como John Fitzpatrick, Desidério Jouant, Alfredo Vigouroux, Enrique Schikendantz e Juan Wander Weyde, todos estabelecidos no Uruguai; Jorge Enrique Alfed e Pedro Bernadet na Argentina. Mas de todos os empreendimentos fotográficos desse conflito é a empresa *Bate & Cia*., pertencente aos irmãos Bate, que se destaca como a produtora do maior volume das imagens, ao menos entre as já identificadas, sobre a guerra. Conforme as pesquisas realizadas por Cuarterolo (2000), George Thomas Bate instalou seu estúdio em Buenos Aires no ano de 1859 e em 1861 se mudou definitivamente para Montevidéu. Ele montou grande equipe para fotografar a guerra, tal como fizera Brady nos EUA, mas não

conseguiu manter o empreendimento até o fim. Em 1865 o estúdio foi vendido para o químico belga Juan Wander Weyde que manteve a razão social da firma e seguiu o negócio até sua falência em 1867, ocasião em que a empresa foi novamente vendida para seu concorrente.

Tal como Cuarterolo fez para a Guerra do Paraguai, Pedro Vasquez (1985; 2002), Gilberto Ferrez (1985) e Boris Kossoy (2002) têm se empenhado em catalogar o nome dos primeiros estúdios e fotógrafos existentes no Brasil no século XIX. Entre eles merecem destaque os nomes de Augusto Stahl, Victor Frond, Bem R. Mulock, Luiz Terragno, Augusto Amoretti, Louis Niemeyer, Rever Henrique Klumb, George Leuzinger, Carlos César, Augusto Riedel, Christiano Júnior, Guilherme Gaensly, Marc Ferrez, Juan Gutierrez, Flavio de Barros entre muitos outros. Nos nomes listados percebemos a predominância de fotógrafos de origem estrangeira assim como constatado por Cuarterolo na Argentina e no Uruguai. Passadas pouco mais de duas décadas de invenção do daguerreótipo na Europa o número de estúdios fotográficos se expandia pelo mundo. A concorrência no mercado europeu certamente contribuiu para chegada em massa de fotógrafos na América do Sul.

Durante o século XIX o equipamento fotográfico não era barato, mas permitia ao seu proprietário um trabalho autônomo e facilidade para se deslocar para locais onde houvesse maior possibilidade de ganhos. A renda geralmente vinha da arte de fazer retratos, mas, além disso, os fotógrafos construíam imagens de índios ou de escravos, montavam álbuns exóticos e os colocavam à venda no mercado internacional. Quando não era dos personagens era a natureza brasileira que se destacava nas lentes dos principais fotógrafos fixados no Brasil durante o Oitocentos. Tais imagens técnicas do país durante o século XIX produziram, como bem nos apresenta Ana Maria Mauad, uma imagem do Império que ressaltava os seus elementos naturais em sintonia com os discursos produzidos pelo olhar dos viajantes estrangeiros que por aqui passaram desde os tempos coloniais (MAUAD, 1997). Em análise desse tipo de produção fotográfica o pesquisador Pedro Karp Vasquez chega a asseverar que o fotógrafo Christiano Júnior via os escravos mais como mercadorias do que como seres humanos. É de Vasquez a análise abaixo:

> Corrobora essa impressão o anúncio por ele publicado no *Almanak Laemmert* do ano de 1866, divulgando seu estabelecimento situado à

> rua da Quitanda 45 e notificando ao “respeitável público” possuir “variada coleção de costumes e tipos de pretos, coisa muito própria para quem se retira para a Europa”. Prova de que sua única preocupação era apenas explorar o “exotismo” brasileiro em sua pior faceta: a de país escravocrata. Muitos outros fotógrafos também cometeram o mesmo pecado, produzindo retratos de escravos para exportação, como Augusto Sthal, Rodolpho Lindemann, Alberto Henschel e Marc Ferrez, mas Christiano Júnior foi aquele que o fez de forma mais sistemática e desapiedada (VASQUEZ, 2002, p.23).

A leitura das pesquisas citadas acima nos dá uma idéia da expansão da fotografia no Brasil bem como o seu papel na fabricação da imagem do Império, mas também nos oferece um mapa dos estúdios e dos fotógrafos que inauguraram e fixaram o novo empreendimento de imagens técnicas abaixo da linha do equador. Cuarterolo, por sua vez, nos oferece o mesmo trabalho ao fixar sua pesquisa nos fotógrafos de guerra que por aqui circularam no contexto do conflito que confrontou os países vizinhos do Cone Sul.

Entre os fotógrafos mais representativos da Guerra do Paraguai destaca-se em função do tipo de fotos que fez o uruguaio Esteban Garcia, ligado a *Bate & Cia*. São de sua autoria as fotografias de corpos amontoados que o liga a estética das imagens recolhidas durante a Guerra de Secessão sob direção de Brandy (TORAL, 1999). Sobre a experiência brasileira nesse conflito internacional dispomos das imagens feitas pelo fotógrafo Carlos César radicado no Rio de Janeiro. Ele foi contratado pelo governo após a conquista de Humaitá em julho de 1868 para registrar os cenários destruídos pelo fogo das forças armadas do país bem como os oficiais militares ali presentes. O Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, possui coleção de 19 fotos de César produzidas ao estilo de Fenton e dedicadas pelo autor ao visconde do Rio Branco.

Outro momento importante para a produção da fotografia de guerra no Brasil é a Revolta da Armada (1893-1894). Ela foi documentada pelo famoso fotógrafo Juan Gutierrez: espanhol naturalizado brasileiro logo após as facilidades apresentadas nesse sentido com a Proclamação da República. São 77 fotos conservadas no Museu Histórico Nacional que registram não os combates, o que seria difícil pela tecnologia fotográfica disponível à época, nem tampouco cenas de morte, tendo em vista que seu trabalho foi feito sob contrato com o exército

brasileiro, mas imagens que destacam cenários destruídos ou simulam homens em posição de combate. [139]

De todos os fotógrafos a fazer registro dos conflitos que envolveram o Brasil, o mais abordado pelos pesquisadores é Flavio de Barros. Ele foi o responsável pelas imagens feitas no último mês das ações militares em Canudos (outubro de 1897). Barros era um fotógrafo anônimo fixado em Salvador até ser contratado pelo exército brasileiro para documentar a vitória militar contra os conselheiristas. Ao todo são 68 imagens da guerra, a maioria de cunho eminentemente militar, mas também contendo cenas de mortos que serviriam, posteriormente, de denúncia da violência da guerra. Entre essas destaca-se a foto intitulada pelo fotógrafo “400 jagunços prisioneiros” que apresenta mulheres, crianças e idosos esquálidos que se renderam às forças do 4º Batalhão do Exército a 2 de outubro de 1897. Essa imagem é atualmente conhecida por ser reproduzida em livros didáticos, sites e demais publicações destinadas a discutir a Guerra de Canudos. Berthold Zilly (1999) afirma que essa foto é a que Euclides da Cunha gostaria de ter tirado, pois ela se adequa perfeitamente à sua denúncia da violência militar contra os sertanejos da região.

Diante do quadro esboçado acima sobre o desenvolvimento da fotografia no Brasil acreditamos que é necessário fazer uma diferenciação entre fotografia de guerra, fotos de militares e a fotografia militar. Entendemos como fotografia militar imagens feitas sob a orientação das forças armadas e atendendo inicialmente aos interesses militares. Enquadram-se nesse campo fotos criadas com o objetivo de documentar uma ação ou equipamento bélico, aquelas produzidas para apoiar determinado discurso oficial, e as fabricadas para servir de prova contra ataques promovidos por terceiros à corporação. A diferença entre a fotografia de guerra e a fotografia militar é tênue, visto que as fotos de guerra podem ser incluídas no campo das fotos militares, mas nem todas as fotos militares são fotos de guerra, ou seja, nem todas as fotos militares são produzidas nas condições de uma guerra. As fotos feitas por Fenton e por Brandy, por exemplo, classificamos como fotos de guerra, as feitas para documentar a expedição Rondon chamaríamos de fotografia militar. Fotos de militares seriam

---

[139] O documento que provaria o contrato firmado entre o exército brasileiro e o fotógrafo não foi encontrado, mas os pesquisadores não hesitam em afirmar que as fotos foram feitas mediante encomenda do exército (Cf. VASQUEZ, 2002; ERMAKOFF, 2001).

todas aquelas que registram os militares como os retratos produzidos em estúdio, ou as imagens técnicas que mostram um grupo de oficias em atividade de lazer. Tais imagens não se prendem a estruturas rígidas de montagem, nem tampouco de formalização da postura dos oficiais ao se portarem diante da câmera. No caso da fotografia militar todos esses elementos são previamente observados, pois as imagens representam não o indivíduo, mas a corporação.

Temos consciência da fragilidade da classificação proposta acima, mas acreditamos que ela se aplica perfeitamente ao rol de imagens fotográficas produzidas pelo exército brasileiro, principalmente no momento em que se empenhava na campanha de modernização dos seus quadros no limiar do século XX. Observamos nesse momento maior rigor formal na composição das imagens militares do que o observado nas feitas em tempos passados. Acreditamos que isso é fruto do peso da corporação agindo sobre o indivíduo e atuando diretamente na composição da imagem fotográfica. Essa é uma das marcas da profissionalização do exército, que como vimos, está em formação nesse momento. De qualquer forma, os estudos sobre a fotografia militar no Brasil são raros e os poucos existentes se concentram em fotografias de guerra e não necessariamente no acervo de fotografias militares. No levantamento bibliográfico que realizamos destacamos os estudos empreendidos por Toral (1999; 2001) e Andrade (2002; 2004) ao tratar das imagens da Guerra da Tríplice Aliança. Para esse mesmo conflito merece destaque a primorosa pesquisa realizada por Ricardo Salles em publicação de luxo financiada pela Biblioteca Nacional (2003). Embora o álbum tenha o mérito de reunir as imagens antes dispersas nos arquivos sobre a guerra, não empreende um estudo específico sobre o documento, ou que tenha a fotografia como fonte central. Sobre a Revolta da Armada encontramos as referências de Vasquez (2002) e de George Ermakoff (2001) e um artigo de Adler Homero Fonseca de Castro (2006); sobre as fotografias de Flavio de Barros destaca-se a pesquisa meticulosa feita por Cícero Antonio de Almeida (1997), o ensaio de Joaquim Marçal Ferreira de Andrade localizado nos *Cadernos de Fotografia* do Instituto Moreira Salles (2002) já citado e um artigo com uma proposta metodológica de análise de imagens fotográficas feito por Ana Maria Mauad (1993). Tais estudos não esgotam o assunto e todos os pesquisadores ressaltam a necessidade de aprofundar as pesquisas que tomem a fotografia militar como documento.

Em nossa investigação constatamos a carência de uma história social da fotografia de guerra no Brasil. Até o presente momento pouco sabemos sobre a vida de Flavio de Barros antes de Canudos; a relação de Gutierrez com o exército que deu origem as fotografias da Revolta da Armada também demandaria estudos mais aprofundados, tanto quanto a lógica de produção e de circulação de suas imagens; a produção fotográfica de Carlos César sobre a Guerra do Paraguai, embora o acervo esteja catalogado e disponível para pesquisa, ainda não foi analisada detidamente. De todos os estudos de imagens militares, talvez o acervo mais visitado, principalmente por antropólogos, seja o de Rondon. No entanto, as fotos da grande expedição liderada pelo militar sertão adentro nem sempre aparecem como guia central das interpretações, a atenção dos pesquisadores é voltada antes para os objetos encenados do que para as condições de produção da fotografia.[140] Afora tudo isso, carecemos de uma abordagem sistemática que empreenda uma análise histórica com vistas a mostrar a estreita relação do exército com a tecnologia fotográfica ao longo da história militar.

A carência de estudos sobre fotografia militar e de guerra reflete a recente investida dos historiadores no campo da fotografia e também dos assuntos militares. De acordo com Kossoy (2001) somente na década de 1990 é que se verificou no Brasil interesse dos historiadores em tratar a fotografia como documento. Em levantamento realizado em teses e dissertações de diversas áreas que incluíram a fotografia como fonte de pesquisa, foram detectados 73 trabalhos para a década de 90, 12 trabalhos para a década de 80 e quatro para a década de 70 (KOSSOY, 2001, p. 31).[141]

Diante desse quadro vale se perguntar como situar as pesquisas sobre a fotografia na Guerra do Contestado. O conflito é alvo dos pesquisadores acadêmicos desde a década de 1950 com a tese de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957) e o livro de Aujor Ávila da Luz (1ª edição em 1952). Entre os

---

[140] O mais recente estudo dedicado a *Comissão Rondon* é o livro de Todd Diacon. *Rondon: o marechal da floresta* (2006). O historiador norte-americano se propõe a analisar a construção da imagem mitificada de Rondon. Embora no seu texto apareçam diversas fotografias produzidas pela equipe de Rondon, sentimos falta de uma análise específica dessas imagens, visto que elas tiveram papel central na construção idealizada do marechal no panteão cívico nacional. Entre os trabalhos que exploram as imagens da *Comissão Rondon* destacamos os livros A *nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da* "*Comissão Rondon*" de Laura Antunes Maciel (1998), *A imagética da Comissão Rondon* de Fernando de Tacca (2001) e a dissertação de mestrado intitulada *Um olhar diferente sobre Rondon* de Fernando da Silva Rodrigues da Silva (2005).

[141] Conforme levantamento realizado por Kossoy no site Fotoplus: http://www.fotoplus.com/database/db.htm de Ricardo Mendes.

anos 60 e 70, no contexto da influência marxista e da difusão dos programas de pós-graduação no Brasil, os sertões catarinenses foram constantemente visitados por pesquisadores da área de sociologia e antropologia, o que rendeu estudos clássicos como o de Mauricio Vinhas de Queiroz (1ª edição em 1966) e de Duglas Teixeira Monteiro (1974), isso sem contar os inúmeros trabalhos de pesquisadores catarinenses e paranaenses de pouca visibilidade nacional em função das publicações locais, de pequena circulação nacional. Somente na década de 90 é que os historiadores acadêmicos se aventuraram a abordar o conflito. A maioria das dissertações e teses defendidas foram imediatamente publicadas, tal como o livro de Ivone Cecília d´Avilla Gallo (1999) sobre o sentido de monarquia entre os fiéis do Contestado, de Márcia Janete Espig (2002) acerca da gesta carolíngia na organização do movimento rebelde e de Paulo Pinheiro Machado (2004) no estudo que fez sobre a organização das lideranças no movimento e a meticulosa revisão das informações e das interpretações sobre o conflito.

Em todas essas abordagens nenhuma se deteve sobre a fotografia da guerra do Contestado, quando muito ela aparece como ilustração do texto escrito.[142] Embora algumas imagens sejam reproduzidas em materiais didáticos que tratam brevemente do conflito no Sul, predomina completo desconhecimento do público em geral sobre a guerra e sobre as imagens da guerra. Nem mesmo pesquisadores dedicados aos estudos da fotografia no Brasil parecem conhecer as fotos da Guerra do Contestado. Isso pode ser verificado em artigo de um pesquisador especializado em assuntos militares ao fazer a seguinte afirmação:

> Em outros grandes conflitos que se seguiram, como a revolta da Armada no Rio de Janeiro, a campanha de Canudos ou a campanha de 1924 contra os revoltosos do Paraná, a situação foi outra. Por motivos ainda não muito claros, o Exército contratou serviços fotográficos para documentar essas operações, apesar de não o ter feito em outras ocasiões de igual importância, como a Revolução Federalista no sul em 1893/95 ou a Campanha do Contestado nas quais, até onde sabemos, não houve um registro sistemático dos eventos por parte de um fotógrafo contratado pelo governo (CASTRO, 2006, p. 1).

[142] Em livro recentemente lançado sob organização de Paulo Pinheiro Machado e Marcia Janete Espig: *A Guerra Santa Revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado* (2008), há um capítulo escrito por Dorothy Jansson Moretti, filha do fotógrafo Claro Jansson. Esse sueco radicado no Brasil no final do século XIX foi responsável pela cobertura oficial da guerra acompanhando o Exército brasileiro em sua campanha de guerra. Outra breve menção ao trabalho fotográfico de Jansson na Guerra do Contestado está registrada no Álbum *Claro Jansson: o fotógrafo viajante* organizado por Vito D´Alessio (2003).

Houve o registro fotográfico, mas até o momento ele permanece ignorado por maioria dos pesquisadores. Trata-se do álbum localizado no setor de iconografia do Arquivo Histórico do Exército (AHEx) que exploraremos com mais detalhe adiante.

Ana Mauad é uma das poucas estudiosas a fazer referência à fotografia de guerra do Contestado. Em artigo em que analisa as fotos de Flavio de Barros a historiadora afirma que a partir da Guerra de Canudos tornou-se corriqueiro nos meios militares fazer registro fotográfico de suas ações. Ela cita como exemplo desse procedimento do exército "a grande documentação fotográfica a respeito do conflito do Contestado" (MAUAD, 1993, p. 26). Ao leitor descuidado pode parecer que a autora está falando do álbum fotográfico do AHEx, mas na nota de fim de página a referência revela se tratar da publicação feita no contexto de comemorações do aniversário de setenta anos do fim da Guerra do Contestado, edição em formato de álbum publicado em 1987 numa parceria do governo do Estado de Santa Catarina com a Fundação Roberto Marinho.

O álbum possui o mérito de ter empreendido pela primeira vez levantamento de imagens feitas na região do Contestado nos anos da guerra, no entanto, as mais de cem fotos reproduzidas em edição de luxo só aparecem como ilustração dos textos feitos por renomados historiadores catarinenses como Walter Piazza e Nilson Thomé. A publicação nada informa sobre os autores das fotos, nem sobre as condições de produção das mesmas, embora no fim do livro haja indicação do arquivo e do acervo de onde foram copiadas. As únicas imagens com autoria no álbum são as feitas por Guilherme Fracornel. Ele fotografou objetos encontrados em museus do Rio de Janeiro tais como facões, livro de rezas, cartucheira de balas e demais objetos recolhidos do cenário de guerra.

Outro elemento digno de nota na publicação empreendida sob os auspícios do governo de Santa Catarina, é o discurso oficial que as imagens consagram. Além das fotos dos militares, constata-se o predomínio de imagens de coronéis locais e da empresa norte-americana que explorou madeira na região. Trata-se da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* criada como subsidiária da *Brazil Railway Company* responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande que atravessava a região, ambas pertencentes a Percival

Farquhar.[143] Esse empresário foi um dos maiores representantes da exploração capitalista internacional do inicio do século XX. No Brasil ele se dedicou a atividades portuária, frigorífica, madeireira, de colonização e de construção ferroviária, além de atuar na área de eletrificação ao conseguir a concessão de iluminação pública e privada e o controle acionário das linhas de bonde no Rio de Janeiro (1904). Seus investimentos começaram em Cuba, no final do século XIX, se estenderam pela Guatemala, Chile, Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil. No alvorecer do século XX conquistou o mercado sul americano por meio do *sindicato Farquhar,* truste formado pela empresa de grandes investidores norte-americanos que exploravam os setores ligados a transporte e de distribuição de energia elétrica na América Latina. De acordo com Paul Singer (1977, p. 385),

> No ápice de sua extraordinária carreira, Farquhar, em 1912/13, controlava os sistemas de transporte da Amazônia (porto de Belém, navegação no Amazonas e E. F. Madeira-Mamoré) e do Centro-Sul do país (os portos do Rio, Paranaguá e Rio Grande, as estradas de ferro Paulista, Mogiana, Sorocabana, SP-RG e *Auxiliaire*), serrarias, fazendas de gado, frigorífico e hotel.

Embora associado a empresários norte-americanos os investimentos de Farquhar eram financiados por banqueiros europeus, principalmente os franceses. A partir de 1912 uma grande campanha nacionalista se desenvolveu no Brasil e o truste Farquhar foi duramente denunciado na imprensa ao contar com a atuação de renomados intelectuais como Alberto Torres e Alberto de Faria. No final de 1913 e inicio de 1914 seu império começou a ruir, várias de suas empresas foram a bancarrota e o governo brasileiro, diante da crise internacional, não saldou uma dívida de 30 milhões de dólares que tinha com o capitalista. Ao analisar os motivos da falência de Farquhar, Paul Singer (1977, 387) afirma que nesse momento ele "representava uma forma de penetração imperialista que estava sendo superada. Sua falência justamente em 1914, ano que começa a Primeira Guerra, simboliza a passagem de uma época a outra". Como se pode ver a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* era apenas mais um dos inúmeros tentáculos de Percival Farquhar em seu bem sucedido investimento exploratório pela América.

---

[143] Sobre a atuação da *Brazil Railway* no Sul do país temos o livro de Todd Diacon *Millenarian vision, capitalist reality* (1991). Márcia Janete Espig está concluindo tese de doutorado em história na UFRGS sobre os trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*.

No álbum publicado pela Fundação Roberto Marinho aparecem imagens da casa do representante oficial da *Lumber* no Brasil, Sherman Bishop, fotos dos próprios diretores, imagens das engrenagens e do processo de produção, algumas com trabalhadores posando ao lado. Se apenas a seleção de fotos incluídas no álbum não fosse suficiente para convencer o leitor do elogio à empresa norte-americana e aos avanços do capitalismo sertão adentro, as legendas dariam conta daquilo que o discurso imagético sugere. São textos que oferecem informações em tom de celebração acerca da presença da empresa na região, como a que encontramos abaixo de uma das fotos com a seguinte inscrição: "O alto grau de mecanização da serraria *Lumber* demandava a operação constante de grandes geradores, em Três Barras (1912)" (CONTESTADO, 1987, p. 51); outra legenda projeta a imagem para além de um simples depósito de madeira ao registrar: "As instalações da serraria da *Lumber* em Três Barras, então o maior empreendimento madeireiro da América do Sul" (CONTESTADO, 1987, p. 56). As fotografias incluídas nesse álbum reproduzem e ao mesmo tempo atualizam o discurso oficial ao celebrar a presença da empresa como a chegada do progresso na região e não se manifestar acerca da exploração dos trabalhadores e dos pequenos proprietários de madeireira na região.

Quanto ao álbum militar conservado no AHEx verificamos que ainda não foi objeto de análise. Acreditamos que a exploração dessa fonte tem muito a contribuir para os estudos acerca da Guerra do Contestado e para a história militar brasileira, isso porque a seleção das imagens incluídas no álbum foi feita no momento de grandes transformações na organização do exército, como a tentativa de profissionalização empreendida pelos "jovens turcos".

Um álbum de fotografia de guerra no contexto de modernização militar por que passava o exército no inicio do século XX formava um poderoso discurso de valorização dos feitos militares. Com o objetivo de melhor explorar a riqueza dessa documentação trataremos de dividir a análise da seguinte forma: em primeiro lugar discutiremos o caráter manifesto do álbum, qual fora, o de servir de contraprova às denúncias efetuadas pela imprensa sobre o despreparo do exército para uma ação de guerra; em seguida trataremos do uso da fotografia como registro das novas tecnologias bélicas adotadas pelo exército em fase de modernização e, por fim, abordaremos o papel dessas imagens na construção da memória militar sobre a guerra e sobre o exército brasileiro.

4.3 A BATALHA CONTRA A IMPRENSA: A FOTOGRAFIA COMO PROVA

As fotos do álbum da campanha militar movida contra os sertanejos no sul do Brasil são indissociáveis do relatório de guerra feito por Setembrino de Carvalho ao ministro da Guerra e publicado pela imprensa oficial no ano de 1916, portanto, meses após o fim das operações sob seu comando na região do Contestado: Setembrino deixou a região em maio de 1915.

A fabricação de relatório de guerra é tarefa obrigatória do comandante de uma expedição e pode ser vista como mais uma das muitas atividades burocráticas que envolvem uma ação militar. No entanto, o cuidado na produção desse documento por parte de Fernando Setembrino de Carvalho parece superar os relatórios padrões. Isso pode ser confirmado não apenas pelas centenas de páginas escritas, mas também pelo tipo de informações incluídas, pelos documentos anexados, sem contar o levantamento histórico empreendido pelo general para dar conta dos pródromos do conflito.

O relatório possui mais de trezentas páginas e está dividido em quatro partes básicas. A primeira faz um detalhado relato das expedições militares enviadas até setembro de 1914;[144] a segunda descreve a ação que comandou; a terceira, intitulada "ensinamentos", traz uma análise dos equipamentos bélicos utilizados e da instrução das tropas; na parte final, estão anexados documentos, como telegramas, contratos firmados com empresas responsáveis pelo transporte e abastecimento do Exército, tabelas discriminando a alimentação dos soldados, regulamentos criados no *front*, relatórios e lista de mortos e feridos em combate, além de 43 fotos da campanha de guerra.

As imagens presentes no relatório fazem parte da seleção que deu origem ao álbum da Guerra do Contestado. A lógica de apresentação das fotografias no relatório não é a mesma que aparece no álbum e muitas vezes elas nem mesmo correspondem ao momento da narrativa da página, essa disposição confunde o pesquisador que tenta entender os critérios de ordenamento das imagens. Na busca de pistas que ajudem a desvendar essa lógica, encontramos a seguinte declaração

---

[144] Como as fontes primárias reproduzidas, tais como relatórios militares e partes de combate dessas expedições, estão praticamente desaparecidas, o texto de Carvalho e os livros dos historiadores de farda são as referências seguras dessas informações.

do general Setembrino de Carvalho, responsável pela seleção das fotos incluídas no álbum da guerra:

> As fotografias que ilustram o presente relatório não foram ai incluídas para dar maior realce à exposição que ele encerra, senão precisamente com o fim de opor uma contra prova a acusações injustas assacadas contra o comandante das Forças em Operações no Contestado (...).
> O modo por que se apresenta a tropa em todos os serviços, perfeitamente fardada, equipada e convenientemente armada, como se verifica facilmente das fotografias, desmente de modo categórico a informação trazida à imprensa do Rio, de que os soldados andavam rotos e sem abrigo contra as intempéries.
> Elas representam também, juntamente com as instruções que vão nos anexos, documentos inestimáveis da organização dos abastecimentos, hospitais, etc., por onde se vê que o Exército entrou n´esta campanha com um aparelhamento perfeito dos serviços de 2ª linha, sendo tudo previsto e determinado em ordens preestabelecidas, na falta dos regulamentos essenciais a respeito (CARVALHO, 1916, p. 1).

Conforme dito acima o objetivo das imagens fotográficas é servir de provas contra as denúncias feitas pela imprensa à condução da ação de guerra movida contra os sertanejos do Contestado. Para tanto não bastavam as cem páginas de documentos anexados ao final do relatório − o uso da fotografia, melhor e mais eficazmente que os demais documentos, garantiria a veracidade do relato.

Como vimos acima (capítulo 1), ao chegar ao palco do conflito em setembro de 1914 Setembrino de Carvalho encontrou o exército brasileiro completamente desorganizado. Havia dúvidas quanto à necessidade do uso efetivo da força federal na querela de coronéis da região que agravava a luta dos fiéis de João Maria. Tais dúvidas aparecem de forma explícita nas declarações do general Abreu, oficial responsável pelo comando da 11ª região militar com sede em Curitiba antes da nomeação de Setembrino de Carvalho e do relatório do veterano de Canudos, general Carlos Frederico de Mesquita, construído para prestar contas da expedição militar que comandou contra os fiéis poucos meses antes de Carvalho assumir o comando das operações. Até setembro de 1914 havia descontentamento geral dos soldados e oficiais inferiores, queixosos dos soldos atrasados, da ausência de itens básicos, como medicamentos, alimentação e abrigo.

Foram necessários pelo menos três meses para reorganizar o exército, distribuir os homens em unidades regulares, equipar os soldados e iniciar efetivamente a estratégia planejada. Em janeiro de 1915 as forças repressoras já

haviam consolidado sua supremacia militar por meio de um cerco que dificultou a entrada e saída de pessoas, de equipamento e de víveres na vasta região conflagrada. Nessa data também já estava relativamente controlado o acesso a informações que chegavam à imprensa.

Apesar disso as denúncias contra a ação militar prosseguiam nos principais periódicos do país. Elas provinham principalmente de jornais de oposição ao governo que se aproveitavam dos acontecimentos no sul do Brasil para dar visibilidade às suas críticas (*vide* capítulo 2).

É nesse contexto que se produzem as imagens fotográficas da guerra do Contestado e o relatório destinado ao ministro da Guerra. Ao folhear o álbum guardado no setor de iconografia do AHEx, verificamos que as três fotos que abrem o álbum apresentam o comandante-em-chefe das operações militares em destaque. Na primeira ele posa em frente a barracas de campanha e nas duas seguintes, aparece acompanhado dos oficiais que compunham o seu Estado-Maior, em marcha a cavalo pela região conflagrada. É como se ali iniciasse oficialmente a ofensiva contra os sertanejos.[145]

---

[145] Conservamos as legendas originais incorporadas às fotografias no álbum militar da Guerra do Contestado conservado no AHEx. Acreditamos que elas nos remetem à forma como os militares conceberam as imagens técnicas bem como a forma em que representavam o Exército Brasileiro.

Fotografia 1: General Setembrino de Carvalho, chefe das tropas governamentais, em seu acampamento de Canoinhas, SC, destacando-se barracas de campanha
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Fotografia 2: General Setembrino de Carvalho, e seu Estado-Maior montados a cavalo em Porto União da Vitória, PR
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Essas imagens cumprem a função de opor-se ao discurso jornalístico que acusava Setembrino de comandar a guerra sem sair do quartel-general montado em Curitiba.

Além das fotos mencionadas acima, em outra série dedicada a mostrar as manobras militares feitas no momento da guerra, Setembrino de Carvalho aparece passando em revista as tropas. O álbum novamente encena a efetiva presença do comandante no campo de batalha e se contrapõe às matérias que criticavam a sua atuação.

Fotografia 3: O General Setembrino de Carvalho passando revista ao 56.º Batalhão de Caçadores sob o comando do coronel Onofre Ribeiro em Canoinhas, SC
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Mas à medida que Carvalho se empenhava em fabricar provas contra os ataques da imprensa, novos fatos eram registrados.

Em setembro de 1915 o jornal catarinense *O Estado* publicou matéria atribuída a um soldado que servia no Contestado. A denúncia comprometia a imagem do exército profissional construída por Setembrino enquanto esteve no comando das operações militares no Sul do Brasil. O texto veio a público meses após o fim da expedição por ele comandada – Setembrino e suas tropas deixaram a região em maio de 1915 – mas ocorreu no momento em que era redigido o relatório para o ministro da Guerra. O título escolhido para ilustrar a narrativa foi “Uma situação vergonhosa: as condições das forças federais em campanha. Para quem apelar?”. O autor assim iniciou o seu desabafo:

> Sabe Vossa S. que aqui estamos no Contestado há quase um ano, em contínua vigilância aos bandoleiros, sem termos ainda uma pequena esperança de regresso aos nossos quartéis.
> (...) Atirados aqui sem o mínimo conforto, sujeitos ao rigor da estação invernosa, ainda tiram nossos minguados soldos, paga do sacrifício de nossa saúde! (...)
> Quanto ao fardamento, ainda este ano nada recebemos, estamos descalços porque nem ao menos podemos comprar botinas á paisana. (...)
> Muitos dos nossos companheiros quase andrajosos, já não parecem soldados da Pátria, e sim mendigos de estrada. (...)
> Devido a esta situação os nossos companheiros adoecem às dezenas, e não há medicamentos para socorrê-los.
> E ainda ficamos satisfeitos quando não nos dão baixa por incapacidade física.
> Sr. Redator, a Pátria encontrará sempre em nós, soldados dispostos a defendê-la e manter suas leis, mas, é preciso que não nos desprezem.[146]

O soldado não se identificou e se o fizesse seria repreendido ou mesmo expulso do exército. Uma matéria de autoria anônima publicada num jornal de oposição ao governo parece bastante suspeita e não é impossível que o redator do jornal a tenha fabricado, como foi o caso da invenção da Proclamação do Imperador do Contestado e das cartas do caboclo analisadas no capítulo 2. Mas também era comum a participação de militares na imprensa na qualidade de correspondentes, e isso depõe a favor da veracidade do documento. De qualquer forma, a situação dos soldados, principalmente após a saída de Setembrino de Carvalho do comando das operações no Contestado, não destoava da descrita pelo soldado anônimo. O general possuía carta branca para investir o que fosse necessário na guerra. O contato direto que mantinha com o ministro da Guerra e também do Interior facilitava sua negociação na captação de recursos, e tal facilidade não foi estendida aos demais comandantes das expedições militares, como bem expressam os relatos do general Frederico de Mesquita e os relatos do capitão José Vieira da Rosa, comandante da expedição militar contemporânea da denúncia do soldado anônimo. Independentemente da autoria da matéria sua mensagem era direta e atingia a imagem do exército no momento de auge da campanha de modernização militar.

O que se apresenta no texto é que na Guerra do Contestado o inimigo a enfrentar não é somente o suposto fanático, mas o descaso do próprio governo. No momento crucial da campanha pela implementação da lei que instituía o sorteio militar no Brasil, divulgar que o exército não possuía sequer medicamentos,

---

[146] *O Estado,* Florianópolis, 01 set. 1915.

alimentos e abrigo para os soldados, era condenar todo esforço realizado por meio das publicações dos "jovens turcos" e dos demais empenhados na campanha de modernização do exército.

Como já dito acima a matéria veio a público após a expedição Setembrino, mas ela certamente repercutia negativamente para além do comando militar no campo de batalha, isso porque, além de ser publicada num momento de campanha de convencimento da população brasileira do suposto profissionalismo do exército, somava-se a denúncias já feitas anteriormente, tanto em relação a estrutura militar quanto em relação as ações violentas cometidas no *front*. Em função disso, é possível entender o relatório de Setembrino de Carvalho sobre a guerra, concluído no final de 1915, como resposta a denúncias como essa. A fotografia aparece como antídoto contra declarações supostamente injuriosas feitas por testemunhos diretos contra o exército. Imagens técnicas mostrando um exército perfeitamente equipado talvez fossem uma das poucas fontes capazes de desqualificar as críticas à atuação militar e ao governo federal veiculadas pela imprensa.

Nessa lógica é que entendemos a série de imagens incluídas no relatório referentes aos gêneros depositados nos armazéns, as fotos dos postos de saúde e tratamento de feridos de guerra, além daquelas que exibem os acampamentos e as barracas de campanha. Tais imagens se contrapõem à denúncia do soldado.

Fotografia 4: Interior do armazém de campanha em Porto União da Vitória, PR, vendo-se pilha de barris e caixas com víveres
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Fotografia 5: Interior do armazém de campanha em Porto União da Vitória, PR, vendo-se pilha de sacos com víveres e fardos de alfafa
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

As fotos do armazém de campanha localizado em Porto União da Vitória, Paraná, mostram pilhas de barris, sacos e caixas de víveres (armazenadas ao fundo), além de montes de alfafa destinados a alimentar os animais. São apenas duas fotos feitas em janeiro de 1915, mas com grande peso simbólico.

As fotos mostrando as barracas e os acampamentos militares em primeiro plano fazem parte de outra série de imagens destinadas a contrapor-se às denúncias da imprensa. Ao todo o álbum apresenta 16 fotos em que as barracas aparecem. Na imagem vemos os soldados perfilados em ambiente limpo e organizado. A disposição simétrica encenada na fotografia acima não nos permite ver os problemas enfrentados pelos homens com esse tipo de abrigo. No cotidiano a situação dos acampamentos deveria ser bem mais complicada. A região beligerante é de planalto, de clima instável com temperaturas abaixo de zero grau. Embora a expedição militar de Carvalho tenha atuado na região fora da estação invernosa, não deixou de enfrentar o frio da região, bem como as chuvas. Estas certamente deixavam a região do acampamento em estado lastimável. As barracas não resolviam esses problemas – frio e lama – enfrentados pelos soldados. No relatório Setembrino de Carvalho admite que “para conservá-las mais tempo e torná-las mais confortáveis, os soldados costumavam protegê-las com ramadas de sapé ou de girivá” (CARVALHO, 1916, p. 157), diante disso, podemos afirmar que a situação apresentada na imagem abaixo foi devidamente preparada para o registro fotográfico, pois no cotidiano o cenário era outro.

Fotografia 6: Componentes do 29.º Batalhão em forma no acampamento da colônia eslava de Iracema
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

A terceira série de imagens que destacamos com a função de contrapor-se ao discurso jornalístico enfatizado no texto do soldado anônimo é sobre os cuidados com os feridos da guerra. São incluídas seis fotos. Em uma delas exibe-se a farmácia militar com vidros de remédios expostos na estante. Em outra verificamos o interior de uma enfermaria com os homens confortavelmente deitados nas camas, aquecidos com agasalhos e acompanhados de soldados prontos a cuidar das suas feridas. Na imagem seguinte um jovem aparece com o braço esquerdo numa tipóia enquanto oficiais assistem os soldados fazer-lhe um curativo no ombro. Em outra foto os militares que compunham o serviço de saúde do exército em guerra posam em frente ao hospital de sangue construído em Porto União da Vitória, mesma cidade que abrigava o armazém de campanha do exército. Das seis fotos dessa série, a primeira apresentada tanto no álbum quanto no relatório é a que mostra um vagão de trem improvisado para transportar os feridos de guerra.

Fotografia 7: Interior do de um vagão de passageiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, adaptado para o transporte de feridos da Campanha do Contestado
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Essa foto registra a suposta excelência do serviço de saúde militar montado no teatro das operações de guerra no sul do Brasil. Ela encena o preparo técnico da grande expedição comandada por Setembrino, mas omite a realidade

dos muitos feridos que não tinham acesso a esse hospital-modelo, tendo em vista ser o único destinado a abrigar todos os feridos espalhados no vasto teatro de operações militares. Além disso, essas enfermarias estavam preparadas apenas para os primeiros socorros. Os casos mais graves tinham que ser enviados para o hospital militar de Curitiba. O contraste entre as imagens e a realidade enfrentada pelos soldados é primorosamente eliminado pela fotografia. O que assistimos no álbum é uma guerra asséptica, sem dores nem sofrimento. A fotografia não só desmentia as denúncias como encenava o oposto daquilo que se apresentava em relatos como o impresso no jornal catarinense, nas partes de combates e nos inquéritos policiais. A máquina fotográfica se aliava com perfeição à estratégia militar, aparecendo como uma das muitas tecnologias bélicas de ponta que seriam apresentadas nessa guerra.

O uso da fotografia como fonte capaz de comprovar a veracidade do discurso militar não era novidade no exército. Como vimos tal prática remonta à Guerra do Paraguai, mas assumiu, a partir da Revolta da Armada, papel fundamental na produção documental militar. Durante a Guerra do Contestado essa parceria estava consolidada.

4.3.1 IMAGENS DE UM EXÉRCITO IDEAL: A FOTOGRAFIA NO CAMPO DE BATALHA

A fotografia como contra-prova é o sentido manifesto do uso da imagem pelo general Setembrino de Carvalho, mas ela não se resume a isso. Nossa preocupação em relacionar a Guerra do Contestado com a campanha de modernização do exército tendo as fotografias como fonte de referência se deve ao fato de as imagens técnicas, como as fotográficas, terem um poder de convencimento e permitir uma leitura rápida, que foi magistralmente percebida por Bilac na crônica citada acima. Mas elas também serviam como registro dos equipamentos e das instruções aplicadas no campo de batalha, muitos deles em fase de teste nos meios militares tais como fardamento, calçados etc.

A pista que temos para desenvolver nosso argumento é o discurso predominante no conjunto de fotos incluídas no álbum da guerra. Uma análise detalhada comprova o cunho eminentemente militar das imagens selecionadas. O sertanejo é completamente omitido, exceto em algumas fotografias em que ele aparece para coroar a estratégia militar posta em ação pelo exército. No mais, o

destaque é para a instrução das tropas e os equipamentos bélicos, tudo mostrado em detalhes. Há uma gritante diferença entre a figuração do movimento rebelde e dos sertanejos no álbum e nos livros dos historiadores de farda. Vimos que estes apesar de possuírem uma visão militarizada demonstram interesse pelos habitantes do interior do país, querem desvendar seus rituais e entender suas crenças religiosas. Na trama montada pelos oficiais o exército é o protagonista, mas os fiéis de João Maria representam papel indispensável, uma vez que eles dão sentido ao projeto civilizacional dos militares, coroam seus esforços e até justificam, conforme visão de alguns, a violência cometida. Os sertanejos ocupam praticamente todas as páginas dos livros dos historiadores de farda enquanto no álbum são raras as suas aparições. Nas oitenta e sete fotos incluídas no álbum, em nove os habitantes do interior aparecem: uma da suposta manifestação feita por imigrantes da colônia eslava de Iracema em louvor a Setembrino de Carvalho, uma de missa campal realizada em Canoinhas, SC, duas sobre os vaqueanos, duas sobre os traidores do movimento rebelde se apresentando ao Exército – Alemãozinho e Bonifácio Papudo – e, finalmente, três sobre os fiéis do reduto de Antonio Tavares que se apresentaram à força repressora.

A lógica de montagem do álbum de fotografias da campanha do Contestado ignorou a presença do outro, os rebeldes não aparecem nem mesmo para ressaltar as diferenças como o fizeram os historiadores de farda. A preocupação central foi apenas com a imagem do Exército e com suas ações no sertão. Poder-se-ia argumentar que uma comparação entre imagens e escrita deixaria a primeira sempre em desvantagem, mas uma rápida observação nas imagens fotográficas feitas pela *Comissão Rondon* reforça nosso argumento.

Os álbuns fotográficos montados pela comissão dirigida por Rondon possuem, como bem ressalta Laura Antunes Maciel (1998), o objetivo de integrar os sertões no território nacional, papel, diga-se de passagem, não casualmente atribuído ao Exército, e também presente no Contestado. Concordamos com Maciel (1998, p. 176) quando afirma que "a atuação da *Comissão Rondon*, e mais tarde seu desenvolvimento em SPI, pode ser então pensada em termos de um processo de conquista e ampliação do território nacional capaz de gerar/produzir homogeneidades culturais inexistentes antes de sua intervenção", mas gostaríamos de ressaltar que as imagens da comissão se aproximam da representação feita posteriormente do sertanejo nos textos dos historiadores de farda. Nas imagens

colhidas pela *Comissão Rondon* há uma preocupação em apresentar o índio, em entender sua cultura. O objetivo, tal como o presente entre os oficiais ilustrados que atuaram no sul do Brasil, era de civilizá-los para que então pudessem ser integrados à nação. Uma visão tutelar, sem dúvida, mas que mira o outro e sua cultura e no limite o representa.

Embora nos álbuns de fotografia da *Comissão Rondon* as populações indígenas apareçam vestidas à militar, "amansadas", conforme expressão usada por Maciel, elas não deixam de figurar nas imagens, aliás, elas são personagens centrais, pois conferem legitimidade a ação exercida pelo oficial positivista. O antropólogo Fernando de Tacca (2001) analisou uma série de imagens técnicas – fotografia e cinema – da *Comissão Rondon* que mostram os rituais indígenas e ressalta a complexidade dessas imagens, uma vez que elas ora mostram o índio "selvagem", ora o "pacificado", ora o "integrado" até destacar o índio "civilizado". Nada disso aparece no álbum militar da Guerra do Contestado. O projeto civilizacional do Exército é ressaltado como se ele se bastasse em si mesmo. As imagens/documentos possuem um sentido totalmente militarista. O objetivo do álbum é imortalizar os feitos militares e documentar as ações realizadas para o exército para que elas possam ser aproveitadas para o aprimoramento técnico e estratégico da força terrestre. É o que se evidencia também no parecer efetuado por Setembrino de Carvalho em seu relatório ao ministro da Guerra.

> As guerras coloniais não trazendo mais proveito que o preparo incompleto dos oficiais para o exercício da grande guerra, compreende-se bem que a experiência restrita da luta sertaneja não poderia nos dar lições inéditas.
> Não nos ensinou – advertiu-nos. Apontou-nos as falhas. E mostrou-nos com a sinceridade nua dos fatos, que precisamos melhorar intelectualmente, moralmente, praticamente.
> É neste sentido que apontarei alguns ensinamentos, aproveitando, em muitos pontos, as observações dos comandantes das colunas (CARVALHO, 1916, p. 137).

As fotografias da guerra entrariam, nesse sentido, como registro das melhorias programadas para o exército. Elas não foram feitas para denunciar as falhas, nem tampouco para mostrar a situação dos habitantes do interior do país, mas para indicar o futuro almejado para a força de terra, em sintonia com o projeto de modernização em curso.

Numa análise comparativa verificamos que a seleção das fotos da guerra do Contestado apresenta lógica de montagem semelhante à das fotos encomendadas a Juan Gutierrez sobre a Revolta da Armada, pois nos dois casos o destaque é dado para os aspectos técnico-militares de interesse do exército. A diferença está no fato de que os registros de Gutierrez dão ênfase à tecnologia militar então disponível, enquanto no caso do Contestado o que se vê são equipamentos e artefatos bélicos almejados para compor a força moderna idealizada à época. O material comparativo que possuímos para fazer tal afirmação são tanto as imagens da revolta quanto o artigo do pesquisador Adler Homero Fonseca de Castro (2006), além das breves referências feitas no estudo de Vasquez (2002) sobre os fotógrafos existentes no Brasil durante o século XIX. [147]

Sobre o conflito envolvendo a marinha e o exército brasileiro no final do século XIX, Castro criticou a avaliação que Pedro Karp Vasquez fez das fotos encomendadas ao então fotógrafo Juan Gutierrez radicado no Rio de Janeiro. Vasquez não desconsiderou o valor documental das fotos de guerra, mas lamentou que o fotógrafo não tivesse inovado no gênero, uma vez que possuía habilidades artísticas para tanto. Eis a avaliação do especialista em história da fotografia no Brasil:

> Fotografias de valor inquestionável e, até mesmo esteticamente agradáveis, mas decepcionantes se as analisarmos do ponto de vista estritamente fotográfico, cotejando-as com os exemplos internacionais da fotografia de guerra produzida no mesmo período. Ao limitar-se a registrar apenas os danos materiais do conflito, evitando focalizar a ação propriamente dita e as perdas humanas e de animais, ele estava retrocedendo no tempo e adotando a abordagem cautelosa de Roger Fenton (1819-1869), ao inaugurar a fotografia de guerra com a cobertura da Guerra da Criméia em 1855 (VASQUEZ apud CASTRO, 2006, p. 1).

A crítica do pesquisador em assunto militares se dirige aos critérios adotados por Vasquez para avaliar a produção do fotógrafo. Para Adler de Castro o fato de Gutierrez ter sido contratado pelo exército para documentar imagens da Armada o impediria de fazer imagens esteticamente inovadoras, tanto quanto de fotos que apresentassem qualquer crítica à imagem militar.

A favor da argumentação de Adler de Castro, vale lembrar que os fotógrafos viviam das encomendas feitas aos seus estúdios, portanto, manter bons

---

[147] As imagens da Revolta da Armada estão disponíveis no site: http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria03/armada/index.htm Acesso em: 15 dez. 2007.

relacionamentos com autoridades de época, principalmente as ligadas ao governo federal, poderia favorecer seus negócios. Se lembrarmos que Gutierrez obteve autorização oficial do exército para fotografar a Guerra de Canudos ocorrida poucos anos após a Armada, entenderemos que seu trabalho foi não só reconhecido como valorizado pelo exército.[148]

Adler de Castro propõe reavaliar as setenta e sete fotos da Revolta da Armada feitas por Gutierrez, tendo como fio condutor de análise, não tanto o gosto estético do fotógrafo, mas o papel das imagens como registro daquilo que o exército considerava relevante ser documentado, fosse do ponto de vista técnico – tais como efeitos dos disparos de determinado equipamento bélico – , fosse sob o prisma logístico e ideológico ao registrar elementos que mostravam o preparo da força terrestre para enfrentar a esquadra revoltada. O autor conclui que:

> O importante é que mesmo numa leitura superficial de algumas das imagens da coleção Gutierrez, como a que é possível nessas poucas linhas, fica evidente que houve uma cuidadosa escolha de assuntos a serem fotografados, não só como registro dos efeitos das armas para estudo dos oficiais do exército, mas também para documentar essas próprias armas e para preservar a memória da coragem dos oficiais e soldados do exército (CASTRO, 2006, p. 3).

A crítica que Adler de Castro faz da análise de Vasquez tem fundamento ao demonstrar que ele ignorou os critérios que motivaram a contratação dos serviços fotográficos de Gutierrez, principalmente quando pensamos que essa instituição é o exército, mas também peca ao não considerar os valores estéticos presentes na captura da imagem como elementos importantes para compreender a sua encomenda e seleção. O que Vasquez esboça é uma comparação do estilo impresso nas imagens da Armada com as fotos da Guerra da Criméia. Tal análise mereceria ser aprofundada, pois há grande possibilidade de Gutierrez ter conhecimento das fotos feitas por Roger Fenton sobre o conflito ocorrido no sul da Rússia quase meio século antes. Se isso fosse confirmado se poderia corroborar a tese que o fotógrafo inglês conseguiu fixar um estilo próprio de fotografia de guerra que seria modelo para as demais imagens do gênero. Tal confirmação faria jus aos registros que lhe atribuem a paternidade da fotografia de guerra no cenário internacional. Sendo assim, uma análise "estética", conforme a criticada por

---

[148] Gutierrez morreu no campo de batalha em Canudos após ter se alistado voluntariamente nas fileiras do exército. Alguns pesquisadores acreditam que ele tenha feito registro do conflito, no entanto, Pedro Karp Vasquez (2002, p. 38) descarta essa possibilidade.

Castro, não só seria útil como necessária, até mesmo para entendermos os critérios de fixação das imagens para além do compromisso firmado entre o fotógrafo e o contratante.

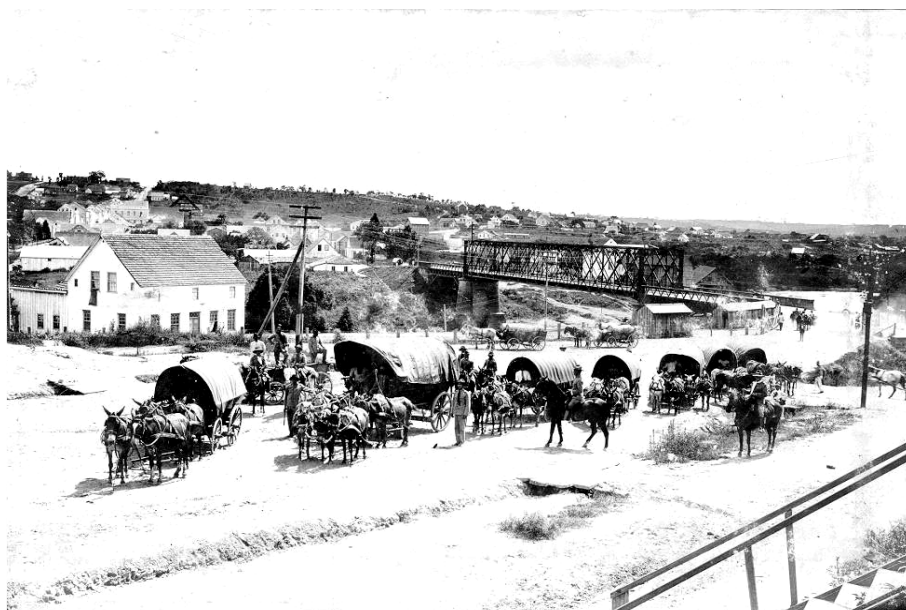
A apreciação de uma foto do Contestado ilustra bem o que queremos dizer.

Fotografia 8: Obuseiros em Porto União da Vitória
Fonte: Claro Jansson. Acervo particular de Paulo Jansson Moretti

A foto acima possivelmente atendia aos interesses militares ao colocar em primeiro plano obuseiros levados ao campo de operações. Embora saibamos, por meio do relatório de Setembrino de Carvalho, que eles raramente foram utilizados no campo de batalha devido à dificuldade de transporte causada por fatores naturais, como vegetação e topografia da região onde estavam situadas as vilas dos rebeldes, a imagem cumpre o caráter documental, ou seja, registra o preparo do exército para a guerra. Essa constatação não é a única que podemos fazer a partir da foto. O fotógrafo fez questão de incluir outros elementos na imagem, como os soldados em conversa descontraída. Também foi opção captar a imagem na horizontal com direção que parte da direita para a esquerda. Esse enquadramento permitiu mostrar a cidade ao invés do rio que a margeava. Que mais seriam esses cuidados senão a impressão do estilo do autor na imagem? Para reconhecê-los e avaliá-los não precisamos recorrer a uma análise estética da

fotografia? Tais fatores não seriam importantes para a seleção ou mesmo exclusão da fotografia nos arquivos oficiais do exército?

Apesar da oposição que Adler de Castro faz entre análise estética, de conteúdo e de intenção de quem contratou os serviços fotográficos de Gutierrez, consideramos que sua proposta é a que mais se aproxima da mentalidade militar ao explorar as imagens conforme a lógica de quem as encomendou. É nessa trilha que gostaríamos de prosseguir a discussão sobre as imagens incluídas no álbum militar da Guerra do Contestado. Acreditamos que, tal como nas imagens da Revolta da Armada, as fotos do Contestado foram dirigidas por algum oficial do exército. É a mão do contratante que se sobrepõe, embora, como demonstrado acima, não seja a única a compor a imagem, pois além das opções do fotógrafo é preciso acrescentar, como bem destaca Vilem Flusser, os limites impostos pela própria técnica fotográfica disponível no momento. Com o objetivo de entendermos a lógica de seleção das fotos presentes no álbum militar sobre o Contestado dividimos as imagens em séries tendo como critério de agrupamento o que aparece em primeiro plano em sua encenação, ou seja, seu caráter intencional.

Nas fotos da guerra destacam-se a importância atribuída aos equipamentos bélicos e víveres levados ao teatro das operações militares. Não por acaso, na maioria das fotos, as tropas aparecem em marcha, impondo-se às dificuldades naturais da região. O que se apresenta nas fotografias é o exército brasileiro perfeitamente equipado, preparado para enfrentar uma ação de guerra.

Fotografia 9: Transporte de gêneros e munições da Vila de Rio Negro, PR para os povoados de Itaiópolis, Papanduva, Estiva e Moema, por ocasião da Campanha do Contestado, destacando-se carroças tracionadas por animais
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Fotografia 10: Pelotão de transporte de gêneros no sertão catarinense, por ocasião da Campanha do Contestado
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Fotos de personagens e atividades em movimento são uma inovação na fotografia de guerra, se comparadas às feitas no Brasil durante o século XIX. Tanto no Paraguai quanto em Canudos e mesmo na Revolta da Armada, não

temos imagens de tropas em se locomovendo, e essa ausência deve ser atribuída à técnica fotográfica disponível.

Quanto ao arsenal bélico, ele é retratado em primeiro plano em mais de quinze fotos do álbum. A foto abaixo é a que melhor representa a série de imagens que cumpre a função de apresentar o maior número possível da tecnologia bélica de ponta que seria adotada no exército brasileiro no momento da campanha de modernização militar.

Fotografia 11: Componentes da 4.ª Companhia de Metralhadoras sob comando do capitão Coelho de Souza nas trincheiras da Vila de Canoinhas, SC destacando-se metralhadoras em primeiro plano
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

A imagem dá conta de vários aspectos considerados essenciais para a condução de uma campanha de guerra, tais como equipamentos, armamentos, instrução e treinamento de animais. Em destaque as duas metralhadoras de fabricação alemã, no centro um oficial exibe o binóculo de campanha e deitados ao fundo aparecem soldados com animais treinados para ações de guerra.

Vieira da Rosa (1918) afirma que muitos dos materiais bélicos presentes em alguns regimentos militares que atuaram no Contestado não estavam disponíveis para todas as unidades. Ele denunciou principalmente a falta de

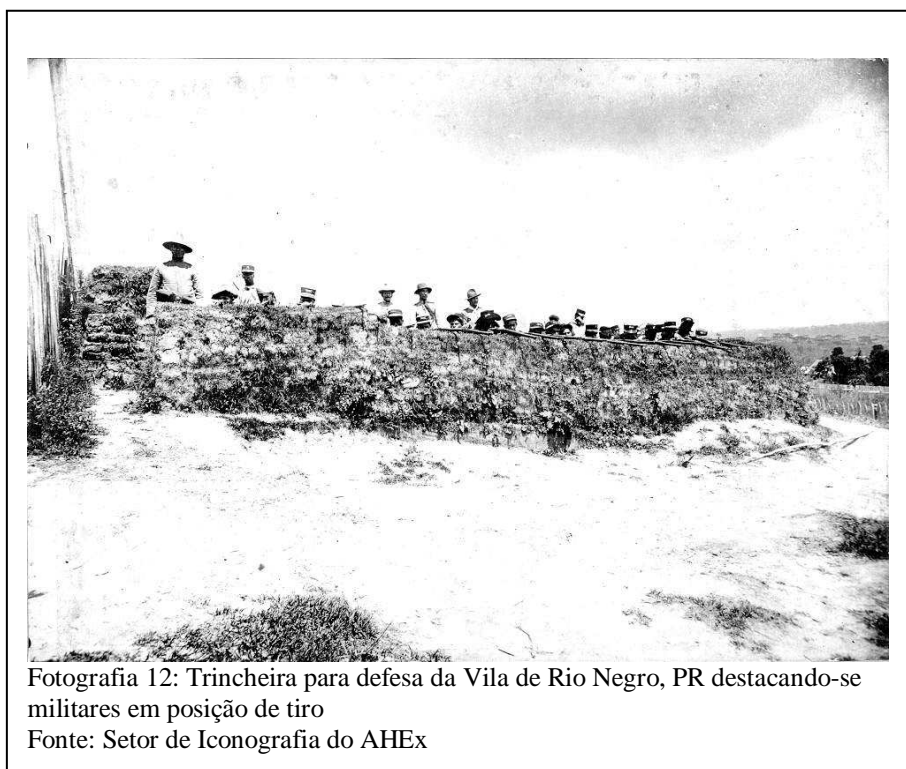
equipamentos de primeiros socorros e a falta de padiolas para transportar os feridos. Em uma das convocações feitas aos homens da região para se incorporar à força repressora, o coronel Estillac Leal solicitou que esses se apresentassem munidos de suas respectivas armas. Diante do exposto acreditamos que os equipamentos bélicos usados nessa campanha de guerra certamente não eram tão homogêneos e avançados como faz crer a imagem acima. Eles existiram, mas estavam disponíveis para aqueles que Vieira da Rosa chamou, com certo rancor, de "batalhões aristocráticos", ou seja, para as forças provenientes das grandes unidades militares como a de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. É do próprio comandante-em-chefe a declaração de que boa parte do equipamento disponível deveria ser substituído: "Condenando o equipamento que figurou nos sertões do Contestado, por ser de péssima qualidade, não o analisarei porque se trata de sua substituição pelo equipamento inglês" (CARVALHO, 1916, p. 147). Setembrino propõe que em ações como essa seja mudado o material de sapa por outro mais resistente, [149] o mesmo sugere para o talim "que deve ser largo e de couro para ajustar-se bem sobre a túnica, à feição de um cinto em que se prendam a espada, o revólver e o estojo do binóculo" (CARVALHO, 1916, p. 147). Propõe, ainda, que cada oficial tenha consigo uma caderneta de anotações "de folhas picotadas e quadriculadas, tendo impressos os dizeres dos cadernos de ordem do estado-maior" (p. 148). Aventa, por fim, a adoção de binóculo prismático para todos os "subalternos" da infantaria, assim como para os comandantes de companhias, os oficiais superiores de infantaria e todos os outros das armas montadas. Outros itens de equipamento apresentados como indispensáveis em operações como a do Contestado são a bússola de algibeira e o passômetro.

Quanto ao armamento, Carvalho afirma que o fuzil e a clavina *Mauser* "satisfazem otimamente a todas as condições requeridas pelas boas armas de repetição. São máquinas perfeitas" (CARVALHO, 1916, p. 148). Em seguida também faz avaliação positiva do sabre punhal, da pistola *Parabellum*, da espada distribuída à cavalaria, das metralhadoras e da munição. No último item, apenas uma ressalva: "Duas faltas que se fizeram sentir no Contestado foram a granada

---

[149] Sapa designa "Trabalhos subterrâneos que se fazem para derrubar uma muralha; escavação feita ao pé de um muro para o fazer cair; trincheira (...) São indispensáveis ao ataque, permitindo que o atacante se aproxime das obras que quer destruir pela mina ou pelo canhão" (Cf. ALBUQUERQUE, 1911, p. 340). Como exemplo de material de sapa poderíamos citar pás, foices, machados e enxadas.

de mão, que prestaria, em muitos casos, magníficos serviços, e o carro observatório, para o comandante de bateria" (p. 151). Vê-se, pelos itens selecionados, que Setembrino de Carvalho fez questão de destacar somente os armamentos considerados ideais para a apresentação do Exército como força avançada, omitindo os condenados.

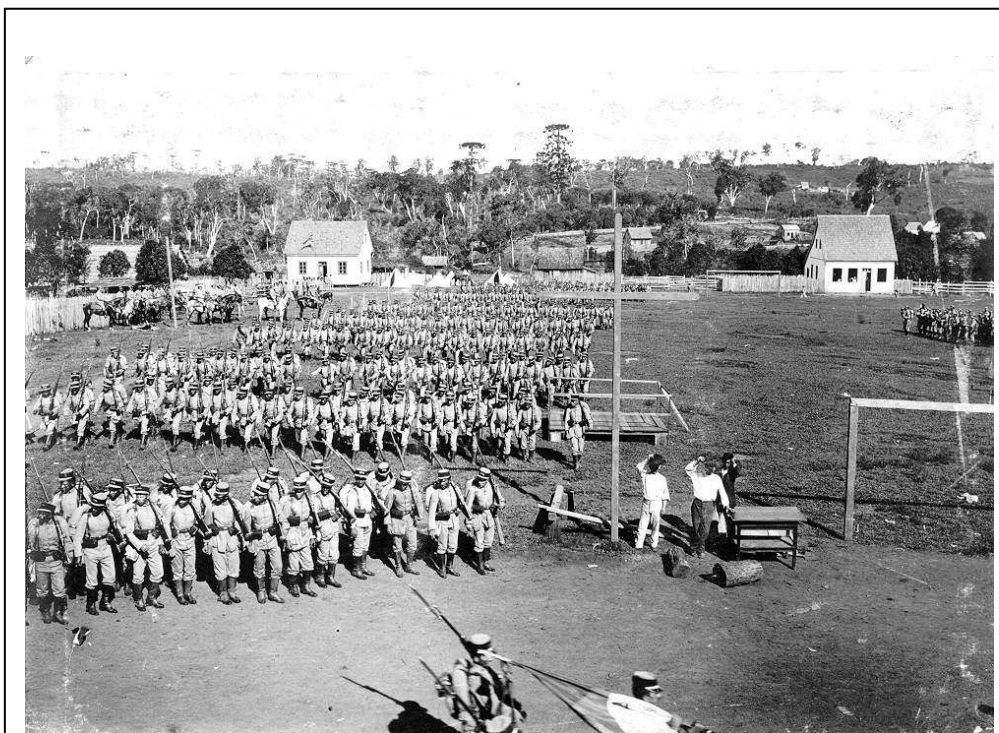
Fotografia 12: Trincheira para defesa da Vila de Rio Negro, PR destacando-se militares em posição de tiro
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Com o mesmo propósito de exposição do alto grau de profissionalismo do exército incluem-se no álbum cinco imagens de trincheiras de guerra. Elas apresentam os soldados em posição de tiro e mostram mais uma das muitas facetas de preparo do exército brasileiro para uma situação beligerante.

Vale lembrar que as imagens sobre a Primeira Guerra Mundial ocupavam as primeiras páginas dos principais jornais do mundo e que as trincheiras desempenharam papel central nessa guerra, de tal forma que ela ficou popularmente conhecida como guerra de trincheiras.[150] Nesse contexto, as imagens de trincheiras incluídas no álbum militar como parte do plano adotado por Setembrino de Carvalho ganhava um significado maior que o de registro

[150] Sobre o papel das trincheiras na Primeira Guerra Mundial nos guiamos pelas análises feitas por Modris Ekstheins, em *A sagração da primavera* (1991) e Marc Ferro em *La Gran Guerra* (1914-1918). (1984).

documental, pois colocava a o exército que atuou no Contestado em pé de igualdade com a mais modernas forças militares do mundo.

Além dos equipamentos bélicos, outra série fotográfica se insere nesse aspecto documental e de projeção do exército. Trata-se das imagens que mostram manobras militares no teatro das operações de guerra.

Essas manobras eram realizadas nas capitais para deleite do público. Hermes da Fonseca, quando ministro da Guerra (1906-1909), ficou popularmente conhecido por realizar essas demonstrações na fortaleza de Santa Cruz, tendo como modelo as manobras alemãs. Elas eram encenadas sob o olhar atento de curiosos e de jornalistas.[151] Na Capital Federal a imprensa apresentava a iniciativa como a chegada da modernidade no exército brasileiro.

Fotografia 13: Revista passada aos 56.º Batalhão de Caçadores sob o comando do coronel Onofre Ribeiro, pelo General Setembrino de Carvalho, chefe das tropas governamentais, em Canoinhas, SC
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

As fotos de manobras militares que aparecem no álbum foram feitas em janeiro de 1915 na vila catarinense de Canoinhas, mas um empreendimento maior

[151] O Museu Histórico Nacional possui um acervo de imagens das manobras realizadas por Hermes em sua gestão como Ministro da Guerra. Ao que sabemos nenhuma análise foi feita até o momento dessas fotos.

nesse sentido foi organizado por Carvalho com vistas a destacar o profissionalismo militar das forças que atuaram sob seu comando durante a retirada do exército do território conflagrado. Possivelmente atento à repercussão na imprensa e preocupado em mostrar o suposto preparo profissional das forças que atuaram no Contestado, Setembrino de Carvalho organizou uma grande manobra militar para marcar a despedida do exército do teatro de guerra, com data prevista para maio de 1915. A importância do evento pode ser medida por meio do convite que dirigiu ao ministro da guerra para presenciar as manobras:

> A tomada dos últimos antros do fanatismo é um argumento irreparável contra os doestos atirados contra o exército pela imprensa e pelos maldizentes. Mas se não para silenciá-las ao menos por um justo motivo de confraternização militar eu desejava fazer uma revista geral em Ponta Grossa com a presença de Vossa Excelência e do Sr. General Chefe do Estado-Maior. Não acarretando sensíveis despesas a concentração da tropa naquela cidade pois a maioria das unidades irão escoar-se pelo norte. Haverá a oportunidade de apreciar-se um espetáculo belamente emocionante, de uma força numerosa [seis mil homens], bem disposta, bem fardada, e regularmente aparelhada após seis meses de luta aspérrima em sertões ínvios e pobres. Preferi Ponta Grossa já por ser o ponto mais cruzado por estradas de ferro, portanto, mais próprio para o escoamento ulterior como porque o lugar oferece melhores condições para semelhante estacionamento. Aguardo por isto a resposta urgente deste telegrama bem como do que transmiti a V. Excia. Em 29 de março último tratando do escoamento da tropa após a terminação da luta. Cordiais Saudações – General Setembrino.[152]

O ministro Caetano de Faria não pôde se deslocar do Rio de Janeiro para o interior do Paraná para assistir à exibição preparada por Carvalho, mas teve a oportunidade de conhecer as apresentações por meio das fotografias incluídas no relatório de guerra.

As imagens de manobras militares imprimem a idéia de que, além de equipado tecnologicamente, o Exército estava ideologicamente preparado, ou seja, os soldados eram disciplinados e prontos para a defesa da nação. A imagem reproduzida acima é exemplar nesse sentido. Nela podemos observar uma formação militar perfeita, que remonta à idéia que temos atualmente do exército: soldados perfilados como se fossem um único corpo em movimento, homens impecavelmente uniformizados e prontos a obedecer as ordens de seus superiores.

É preciso destacar que a captação dessa imagem exigiu habilidade do fotógrafo. Além da lente adequada para dar conta do vasto espaço de manobra, foi

---

[152] Telegrama ao ministro da Guerra, 5 abr. 1915.

preciso posicionar a máquina de cima para registrar o máximo da ação desenvolvida. Nas imagens de guerra feitas em Canudos, na Revolta da Armada e na Guerra do Paraguai, não encontramos fotos que apresentem uma formação militar semelhante. Acreditamos que o contraste das imagens sobre soldados em formação nos registros feitos antes do Contestado revela mais que a limitação do equipamento fotográfico do século XIX: essa diferença ilustraria o desenvolvimento da instrução militar que separa o Exército do século XX daquele existente em tempos passados.

Depois das perdas sofridas na Guerra de Canudos o exército brasileiro demoraria décadas para se reequipar tecnológica e ideologicamente, mas durante a Guerra do Contestado já exibiria parte de seus investimentos na modernização militar vista como urgente, principalmente após as perdas sofridas contra homens sem instrução militar formal, como os seguidores de Antonio Conselheiro.

Outro elemento contrastante nas fotografias de guerra do Contestado e de Canudos, visível no álbum e que se destaca nas imagens de manobras, diz respeito ao fardamento. Essa diferença depõe a favor da nossa argumentação de que a fotografia serviu para fixar a evolução militar em todos os níveis: técnico, disciplinar e de instrução.

Durante a Guerra de Canudos, os oficiais já reclamavam da deficiência dos uniformes e calçados militares. As botas, por exemplo, prejudicavam mais que protegiam os pés dos militares. Era comum os soldados abandonarem os calçados para marchar a pé ou de alpercatas. Essa prática pode ser comprovada numa rápida visita aos relatórios de oficiais que atuaram tanto em Canudos como no Contestado.

Setembrino, reproduzindo a avaliação dos oficiais que comandou no sul do Brasil, faz sérias críticas ao calçado adotado pelo Exército brasileiro nessa campanha de guerrra: “os tipos que usamos no sertão – sapato racional e botina inteiriça de elástico – estão muito aquém das condições requeridas por um bom calçado militar” (CARVALHO, 1916, p. 146). Ele atribui o problema à qualidade do material e também ao hábito que os soldados tinham de usar alpercatas ao invés de botinas.

A adoção de alpercatas em campanhas militares pelo interior do país seria melhor aceitas pelas tropas, mas Setembrino vê nelas o inconveniente de expor os homens aos espinhos e mordeduras de cobras, perigo freqüente em ações

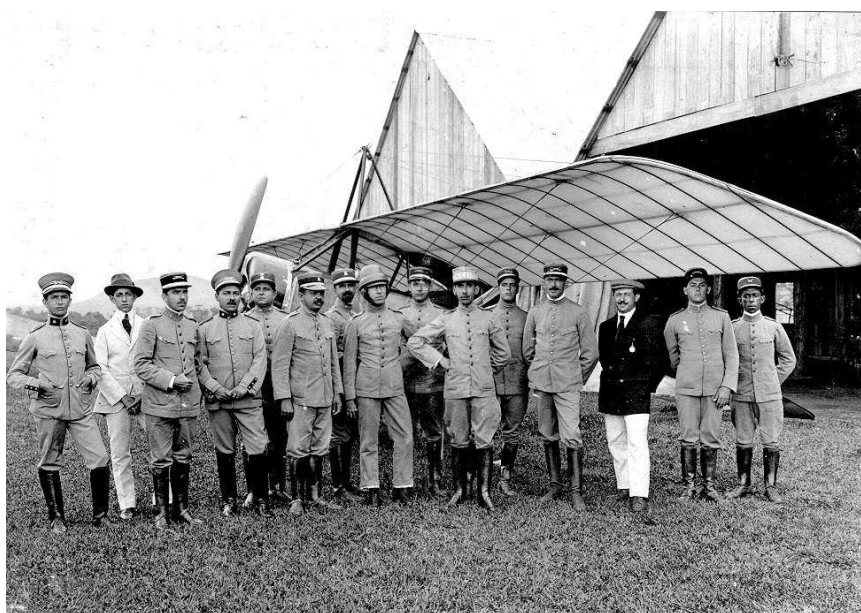
desenvolvidas no mato. No sul do Brasil pés descalços apresenta o inconveniente dos os incômodos oferecidos pela umidade e pelo frio da região de planalto. A proposta levado pelo general seria adotar o calçamento usado pela Força Pública paulista, conforme se evidencia na citação a seguir: "Se exigirmos, portanto, matéria-prima de primeira ordem e manufaturação bem cuidada, o borzeguim usado pela força policial de São Paulo talvez nos conviesse, ao menos como ponto de partida para novas experiências" (CARVALHO, 1916, p. 146). Atento para os custos elevados de tal empreendimento Setembrino de Carvalho recorre ao sentimento cívico: "Assunto de tal monta exige sérios estudos, e põe mesmo de lado o aspecto econômico da questão, não importando que se gaste patrioticamente um pouco mais". Na lista do fardamento mais adequado o general inclui a polaina inglesa *Clarck* e a substituição do poncho – "pondo-se de lado o anacronismo estúpido do poncho ainda usado pela cavalaria e pela artilharia de campanha" (CARVALHO, 1916, p. 147) - pelo capote alemão. Por fim, sugere que todas as peças, tanto dos soldados quanto dos oficiais, sejam feitas em cor cáqui.

Tamanho cuidado com a indumentária militar aparece de forma exemplar no álbum da Guerra do Contestado, como se observa na foto da manobra militar citada acima. Em contraste, as fotografias de Canudos revelam completa desordem tanto na vestimenta quanto na postura dos soldados e dos oficiais.

Fotografia 14: 7.º Batalhão de Infantaria nas trincheiras. Bahia / Brasil, 1897
Fonte: Flavio de Barros. Instituto Moreira Salles

Não fosse a legenda, nas imagens acima poderíamos confundir os soldados do 29º Batalhão de Infantaria com um grupo de civis armados. A anarquia dos trajes pode ser observada pela diversidade de calçados que vão de alpercatas, visíveis nos homens sentados à frente, às botas dos oficiais que se encontram de pé, dos chapéus ao modelo das calças, sem contar o desalinho dos casacos dos oficiais que aparecem dispostos ao gosto e conveniência individual: alguns com lenços, outros abotoados pela metade.

A "revolução" operada nas vestimentas das tropas que lutaram no Contestado pouco mais de uma década da repressão militar em Canudos não se evidencia apenas nas imagens que registram a presença de soldados. Ela aparece até mesmo quando confrontadas com as fotos da alta oficialidade. Na fotografia do alto comando da Quarta Expedição em Canudos o contraste fica por conta dos modelos de calça e do tecido em que os uniformes foram confeccionados. Alguns oficiais figuram com trajes à gaúcha outros preferem um modelo mais social. A oscilação das cores claras e escuras também dificulta a localização de um critério uniforme para sua incorporação no Exército, o mesmo valendo para os chapéus e botas.

Fotografia 15: Generais Barbosa, Oscar, Eugênio e ajudantes. Bahia / Brasil, 1897
Fonte: Flávio de Barros. Instituto Moreira Salles

Fotografia 16: Grupo de oficiais junto ao aeroplano no hangar da Sessão de Aviação em Porto União da Vitória, PR
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Ao observar os trajes do Estado-Maior da expedição de Setembrino de Carvalho é perceptível o domínio da corporação sobre o corpo dos seus oficiais, o que se verifica pela homogeneidade dos tecidos, pelo modelo dos chapéus e até

mesmo dos calçados. Nessas imagens o espírito militar predomina em cada detalhe, não havendo problema em distinguir civis e militares. Até mesmo o aviador, situado ao centro – trata-se de Ricardo Kirk -, não se confunde com os outros oficiais do Exército, uma vez que o capacete o distingue entre os camaradas.

Conforme temos demonstrado a imagem construída pelas fotos selecionadas para representar a atuação militar na Guerra do Contestado era a de um Exército coeso e forte para representar e defender a nação, tanto quanto para receber seus filhos e prepará-los como soldados e cidadãos. O uniforme confere a identidade corporativa almejada, principalmente para quem faz um julgamento a partir de uma observação superficial, como a realizada pela maioria daqueles que não se dedicam a pesquisar o universo militar - ou seja, o público leigo -, por isso, em momento de reestruturação dos seus valores, em franca campanha durante a Guerra do Contestado, os oficiais do exército propunham uma remodelação na indumentária militar.

O empreendimento não deixou de ser observado pelo escritor e amanuense do Exército, Lima Barreto no já citado livro *Os Bruzundangas*. De acordo com o romancista:

> Na Bruzundanga não existe absolutamente força armada. Há, porém, cento e setenta e cinco generais e oitenta e sete almirantes. Além disto, há quatro ou cinco milheiros de oficiais, tanto de terra como de mar, que se ocupam em fazer ofícios nas repartições. O fim principal dessas repartições, no que toca ao Exército, é estudar a mudança de uniformes dos mesmos oficiais. Os grandes costureiros de Paris não têm tanto trabalho em imaginar modas femininas como os militares do país das Bruzundangas em conceber, de ano em ano, novos fardamentos para eles (BARRETO, 2001, p. 62).

A sátira de Lima Barreto, como praticamente toda a sua literatura, tirava do cotidiano político social de seu tempo o mote para a ficção, pois como observamos, nesse período o uniforme militar era alvo de reformulações para que atendesse melhor aos ideais profissionalizantes vigentes à época. Curiosamente em sintonia com as propostas feitas por Setembrino de Carvalho, Lima Barreto nos chama a atenção para o fato de que, na Bruzundanga, quando os militares não conseguem alterar totalmente o uniforme "reformam o feitio do boné ou do calçado". O escritor arremata: "É assim que já usaram os oficiais do Exército de

lá, coturnos, borzeguins, sandálias, *sabots* e aquilo que nós chamamos aqui – tamancos" (BARRETO, 2001, p. 62).

Figura 7: As grandes reformas do Exército
Fonte: *O Malho*, 30 jan. 1915

Os jornais da época também chamaram a atenção para as propostas de mudanças apresentadas sob os auspícios do ministro Caetano de Faria, que além de assumir a pasta da Guerra na presidência de Wenceslau Braz (1914-1918) também era colaborador da revista militar *A Defesa Nacional*. Com sua ironia peculiar, o periódico carioca *O Malho*, na edição de 30-1-1915, chamou a atenção para a novidade nos uniformes, principalmente após a empenhada ação do ministro.

Em análise posterior às reformas efetuadas na indumentária militar Gustavo Barroso também criticou a falta de homogeneidade nos trajes do exército em vigor durante a Primeira República. Em sua *História Militar do Brasil* Barroso afirma que "A campanha de Canudos (...) apontou os graves defeitos do fardamento em voga e os soldados vestiram-se, em confusão, durante ela, uns à gaúcha e outros à sertaneja" (BARROSO, 2000, p. 83).

Constata-se, diante das observações feitas por Lima Barreto e por Gustavo Barroso, que, desde a Proclamação da República, o exército brasileiro buscava adequar a indumentária militar ao novo regime, e isso originou vários decretos

anunciando a alteração dos uniformes do final do século XIX até o momento da Guerra do Contestado.

Na visão conservadora do intelectual cearense essas reformas contribuíram para descaracterizar a indumentária militar ao romper com os traços tradicionais vigentes, principalmente aqueles ligados às tradições aristocráticas portuguesas valorizadas por ele. Os elementos históricos que vigoravam nos uniformes até então, reclama Barroso, "quase desapareceram com a transformação de 1894, graças à malfadada influência do positivismo nas classes armadas" (BARROSO, 2000, p. 78). É bom lembrar que Gustavo Barroso não só foi o idealizador de um museu militar no Brasil, como também foi um dos responsáveis pela consagração de Caxias ao panteão cívico militar nacional. É dele também a minuciosa pesquisa que deu origem ao livro intitulado *Uniformes do Exército Brasileiro* (1922) com as ilustrações feitas pelo pintor J. Washt Rodrigues (*vide* capítulo 3).

Atento à necessidade de modernização militar e crítico das últimas reformas feitas no fardamento, Carvalho emitiu no relatório enviado ao ministro da Guerra a sua opinião sobre o assunto:

> Acompanhar o histórico dos nossos uniformes militares é despender o esforço curioso e inútil de quem folheia um livro qualquer de figurinos.
> Não há evolução: há moda. Da casaca militar folgada ao *dolman* constrictor, incômodo e caríssimo, há uma longa série de mudanças, em que não se descobrem traços leves sequer de um plano ou de um princípio. E ainda agora, bem que estejamos próximos de uma boa solução, apontam-se, em nosso traje militar, pequenos defeitos, de fácil correção (CARVALHO, 1916, p.144-145).

A solução proposta por Carvalho é fazer uma nova correção nos uniformes aparando os pequenos defeitos, que em sua visão, ainda vigoravam nos mesmos. Com isso ele repetia a fixação dos oficiais da Bruzundanga, conforme nos apresentado por Lima Barreto. Provavelmente prevendo resistência popular a proposta feita por Setembrino de Carvalho enfatiza que esta não seria baseada em critérios estilísticos, mas na necessidade de adequar o fardamento aos princípios modernos defendidos por estadistas militares. A inspiração, embora viesse da França, não estaria alicerçada na alta costura, como a feita pelos militares do país inventado por Lima Barreto, mas nas recomendações de generais modernos que destacaram a importância do uniforme para a formação e desempenho dos soldados numa campanha como a movida nos sertões catarinenses. Carvalho cita

como referência o livro *Reforme de L`Armée* escrito pelo general francês Jules-Louis Lewal (1823-1908) em 1871:[153]

> Se houvermos, portanto, de introduzir modificações em nossos uniformes, devemos aceitar, quase que integralmente os seus conselhos, pondo à margem quaisquer considerações referentes à fantasia e ao capricho dos casquilhos para volvermos ao que é prático e ao que é útil (CARVALHO, 1916, p. 145).

Percebe-se no argumento de Carvalho que os princípios da correção nos uniformes deveriam atender às modernas concepções militares que colocavam em primeiro plano o caráter prático da indumentária, ou seja, deveriam se inspirar nas modernas diretrizes que guiaram a transformação da força francesa numa das mais poderosas de sua época. Todo esse empenho ressalta a visibilidade que se deu na indumentária militar da força que atuou no sul do Brasil contra os fiéis de São Sebastião. A guerra aparece como um canteiro de possibilidades para se observar e testar as novidades propostas para o Exército.

O que se encena no álbum de fotografias da Guerra do Contestado, se comparado ao álbum de fotos de Canudos, é uma mudança radical no Exército, principalmente se lembrarmos que entre os dois conflitos transcorreram pouco mais de 15 anos. Acreditamos que, na campanha de Canudos, a presença de soldados e oficiais com uniformes de épocas distintas, mesmo após ter sido abolido legalmente os antigos, indica os limites da corporação em unificar suas unidades com uma mesma linguagem, assim como o apego de alguns oficiais a tradições do período imperial. No caso da indumentária apresentada por Setembrino no Contestado, o que ocorre é bem diferente. A linguagem visual ressaltada pelos uniformes, tendo como meio de divulgação a fotografia, destaca uma atitude de vanguarda. A uniformização da indumentária que aparece no álbum do Contestado não era a predominante nas diversas unidades militares do exército espalhadas pelo país, mas a que seria adotada poucos anos depois. A mudança nos trajes militares estava inserida no grande projeto de modernização do Exército e só seria efetivamente aplicada a partir de 1916, quando da administração de Setembrino de Carvalho na Inspetoria dos Serviços Administrativos da Guerra, cargo que deve ter conquistado em função de sua

---

[153] Além deste, constam entre as obras desse oficial os livros *Stratégie de Marche* (1893), *Contre le Service de Deux Ans* (1895) e *Le Danger des Milices* (1898).

atuação no Contestado. É provável que seu relatório de guerra o tenha projetado para esse mesmo cargo.

Uniformes novos representavam o espírito militar desejado pelos modernizadores, sua apresentação em campo de batalha como nas imagens selecionadas no álbum da guerra do Contestado antecipavam o investimento, mas também o incentivava após mostrar que eles atendiam perfeitamente à estética moderna e ao princípio prático que era colocá-los sob prova em uma ação efetiva de guerra e não apenas em desfiles militares. Diante desse procedimento não é mera elucubração afirmar que muitos objetos em teste no exército foram usados durante a Guerra do Contestado. Não só as fotografias o comprovam como também o relatório de Carvalho, isso sem contar a seção inaugurada em *A Defesa Nacional*, destinada a publicar as "Observações colhidas nas operações da Coluna Sul" com autorização do autor, o comandante da mesma Coluna, coronel Francisco Raul d´Estillac Leal. [154]

Estillac Leal fez um estudo minucioso das operações de guerra. Nenhum outro oficial comandante das colunas se empenhou tanto no estudo da ação militar do Contestado quanto ele. Analisou a constituição dos destacamentos militares, a relação entre comandante e tropas, a organização dos acampamentos, a ação de todas as armas utilizadas na guerra, o tipo de alimentação disponível, a munição, o serviço de saúde e até mesmo o serviço veterinário presente no campo de batalha. Também foi iniciativa desse oficial a contratação do historiador de farda Herculano Teixeira d´Assumpção como secretário da Coluna em operação no sul do Brasil (*vide* capítulo 2).

A última série de fotos destinadas a documentação que indicam os cenários da guerra do Contestado como laboratório de teste para o projeto de modernização do exército encenam a presença do telefone, do telégrafo e da aviação no teatro de operações.

---

[154] As matérias foram publicadas na ADN nas edições de julho a setembro de 1915.

Fotografia 17: Integrantes da Companhia de Engenheiros do 2.º Batalhão realizando tarefa de reestabelecimento da linha telegráfica da Estrada de Ferro entre Canoinhas, SC e Porto União da Vitória, PR, interrompido pela ação dos rebeldes
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Fotografia 18: Integrantes da Companhia de Engenheiros do 2.º Batalhão reunidos junto a posto telefônico de campanha, por ocasião do reestabelecimento da linha férrea efetuado pelo capitão Oscar Paiva e pelo tenente Goyana Primo. O tráfego havia sido interrompido pelos fanáticos
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Setembrino fez questão de instalar uma rede telegráfica exclusiva para o Exército, alegando que os funcionários dos correios e telégrafos, responsáveis

pela transmissão das mensagens militares não eram confiáveis, pois além de se indisporem com oficiais, eram suspeitos de passar informações militares para os rebeldes. Mas, de todos os equipamentos bélicos mobilizados para a Guerra do Contestado, o aeroplano é o que melhor denuncia o caráter experimental dessa guerra e ao mesmo tempo o papel da fotografia como documentação das inovações militares usadas no *front*.

Um oficial do Exército, Ricardo Kirk, e um civil, Ernesto Darioli, ficaram responsáveis por sobrevoar o território ocupado pelos sertanejos, fazer reconhecimento e posteriormente atirar granadas sobre as vilas, no entanto, num vôo preliminar sobre os redutos, o aeroplano de Kirk caiu, vitimando o único oficial da força terrestre habilitado para assumir a desejada tarefa de incluir a aviação entre as armas de guerra do Exército. É preciso contextualizar essa experiência para melhor entender o seu significado.

Em outubro de 1911 foi criado o Aero-Clube Brasileiro (AeCB), com interesse em desenvolver a aviação no Brasil e criar uma Escola de Formação de Pilotos. Atento ao avanço bélico dos países da América Latina o Brasil se preocupava com o fato de em 1912 o Chile e a Argentina já terem constituído junto às suas forças armadas a aviação militar (Cf. CALAZA, 2007, p. 43).

De acordo com Calaza (2007) a idéia inicial era montar no Brasil uma escola de aviação militar em parceria com o Aero-Clube Brasileiro, tal como se fez na Argentina em 1912, ou seja, a partir de esforços conjuntos de civis e militares. No inicio de 1913 uma empresa italiana - Gino Bucelli e Cia. - estabeleceu com o ministro da Guerra, Vespasiano de Albuquerque, um contrato para fundar no país a Escola Brasileira de Aviação (EBA). Segundo Calaza (2007, p. 59) “instalada no Campo dos Afonsos, na mesma área cedida precariamente ao AeCB, a EBA/Gino Bucelli & Cia iniciou suas atividades em fevereiro 1914, com uma primeira turma de 35 oficiais do Exército e 25 da Marinha”. Ricardo Kirk – oficial militar e sócio do Aero-Clube - se esforçou para concretizar uma parceria dessa instituição com o Exército, mas não obteve sucesso ao ser completamente ignorado por Vespasiano de Albuquerque. O mesmo pesquisador citado acima afirma que “embora brasileira em sua designação, toda a diretoria [da EBA] era de estrangeiros. Os únicos instrutores eram o proprietário italiano Gian Fellice Gino e o aviador argentino contratado Ambrosio Caragiola, tendo como fiscal do governo o tenente da Marinha Jorge Moller” (CALAZA, 2007, p.

59). O empreendimento foi duramente criticado pela imprensa que assumiu ares nacionalistas ao ver o AeCB preterido. O contrato da empresa italiana com o ministério da Guerra foi interrompido a 18 de junho de 1914 e o material aeronáutico, bem como as instalações da EBA, feitas com dinheiro público, foi doado para o Aero-Clube Brasileiro, a experiência malograra antes mesmo de apresentar algum resultado.

No período de inauguração da EBA Ricardo Kirk estava na França. Ao retornar - abril de 1914 - trouxe consigo "dois aviões *Morane-Saulnier*, hélices de reposição e a conquista da almejada filiação provisória do AeCB junto à Federação Aeronáutica Internacional" (CALAZA, 2007, p. 59). Logo após sua chegada Kirk foi designado para servir no Contestado sob as ordens de Setembrino de Carvalho e deu inicio aos procedimentos necessários para concretizar a primeira operação aérea do Exército brasileiro.

Desde a expedição do general Mesquita (abril/maio de 1914), foi solicitado o uso da aviação contra os fiéis de São Sebastião, no entanto, a proposta não vingou por falta de verbas e por desinteresse do então ministro da Guerra, Vespasiano de Albuquerque. Durante a atuação de Setembrino de Carvalho no sul do Brasil a idéia foi acatada pelo novo ministro, Caetano de Faria, que não só apoiou como também incentivou a iniciativa. No inicio de 1915, cinco aeroplanos do AeCB foram conduzidos até o interior do Paraná após a construção de um espaço exclusivo para sua utilização no teatro das operações de guerra. Somente três chegaram intactos ao destino, os outros sofreram perdas ao serem atingidos por fagulhas criadas do trem durante o transporte. Hangar e pista de pouso foram construídos em Porto União da Vitória exclusivamente para os serviços do Exército. A imprensa da época acompanhou excitada a experiência da aviação militar e destacou os problemas decorrentes com o transporte dos aeroplanos:

Figura 8: A "urucubaca" dos aeroplanos
Fonte: *O Malho*, 10 nov. 1914

O incêndio ocorrido durante a condução dos aeroplanos parecia antecipar a urucubaca da aviação no Contestado. Apesar do desastre a imprensa humorística, atenta aos acontecimentos políticos nacionais e internacionais, fez troça da situação. Na charge de *O Malho* o desenhista faz referência à peripécia do aviador Edu Chaves. Ele fez vôo sem escalas de São Paulo ao Rio de Janeiro. O jornal *O Século* (6-6-1914) em tom comemorativo registrou: "Edu Chaves, o valoroso e pertinaz aviador brasileiro, conseguiu fazer num só vôo, sem escalas, a travessia São Paulo a esta capital. Com essa audaciosa prova bateu o recorde da velocidade em longo percurso na América do Sul". O aviador saiu de São Paulo às 9:30 da manhã e pousou no Campo dos Afonsos, território do AeCB, às 2:10 da tarde. Segundo *O Século* (6-6-1914) "em nosso aeródromo achava-se várias pessoas, inclusive o Marechal Hermes, que, com sua esposa, haviam ido ali assistir aos exercícios aviatórios de Kirk e Darioli".

A aviação brasileira vivia nesse momento um clima de emergência. Além de ter os olhos voltados para a América Latina, o Exército brasileiro também acompanhava com desconfiança os investimentos na Força Pública Paulista, mais avançada tecnologicamente que a força terrestre nacional. Em dezembro de 1913 foi criada Escola de Aviação da Força Pública de São Paulo por iniciativa de

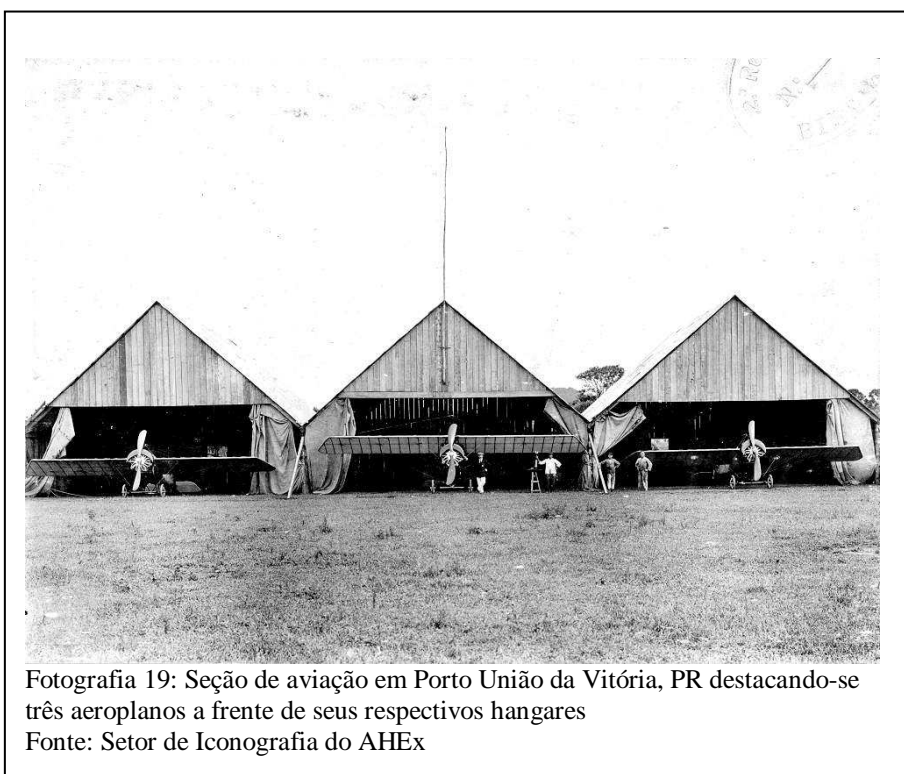
Rodrigues Alves, presidente do Estado e opositor político de Hermes da Fonseca. O pesquisador e oficial da Aeronáutica, Cláudio Calaza, em sintonia com a mentalidade militar afirma que “a criação desta escola (...) visava dotar a poderosa Força Estadual paulista de mais um meio de persuasão para enfrentar uma tentativa de intervenção federal em São Paulo” (CALAZA, 2007, p. 62). Ele completa a informação destacando que a duração desta escola “também foi efêmera, sendo fechada em meados de 1914 por deficiências de infra-estrutura e de peças de reposição para suas aeronaves” (CALAZA, 2007, p. 62).

A charge também faz referência à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ao brincar com a idéia de que o transporte ferroviário brasileiro seria uma poderosa arma a favor dos países aliados se a condução dos zepelins alemães dependesse do seu serviço.

O conflito internacional que conflagrou a Europa não foi citado por acaso. Tal como na abordagem feita acerca das trincheiras é preciso destacar o significado do empreendimento na aviação militar, situando-o não somente no contexto nacional e da América Latina, como também internacional, afinal o mundo assistia pela primeira vez a uma guerra aérea. De acordo com Calaza (2007), antes da Primeira Guerra algumas experiências militares com aeroplanos foram feitas no mundo, primeiramente em 1911 durante a guerra Ítalo-turca, e em 1914 no México durante a Revolução Mexicana (CALAZA, 2007). Apesar dessas experiências exploratórias, somente a partir de dezembro de 1914, durante a Primeira Guerra Mundial é que a aviação seria efetivamente consolidada como arma de guerra. De acordo com Marc Ferro (1984, p. 176) “Los aliados disponían em 1914 de 220 aviones y las potencias centrales de 258, a los que añadían una flota de varias decenas de dirigibles”. Durante toda a guerra a vantagem no uso da aviação sempre esteve do lado alemão. Ferro (1984, p. 177) destaca que “En 1918 los alemanes disponían de uma flota de zepelines que contaba con más de 100 aparatos gigantes que podían llevar cada uno 40 toneladas de explosivos hasta una altura de más de 2.000 metros y a la velocidade de 130 k/h”. Apesar da vantagem o historiador francês pondera que “En el frente propiamente dicho, los alemanes dominaban todovia el aire con gran diferencia en la ocásion de la batalla de Verdun, pero los franco-británicos les hicieron frente desde el verano de 1916” (FERRO, 1984, p. 177). Mesmo sem sucesso, a tentativa de um ataque aéreo no Contestado projetava o exército brasileiro ao lado dos mais potentes do mundo. Se

a experiência não foi bem sucedida ao menos o registro fotográfico foi feito e divulgado na imprensa da época. A imagem consagraria a iniciativa e a perpetuaria na história.

Malgrado a expectativa levantada com a ida de Ricardo Kirk para o Contestado, o desastre que vitimou o único oficial do Exército com credenciais para dar inicio a formação de pilotos militares no país acabou retardando um pouco mais o serviço de aviação militar no Brasil. O desastre não impediu o general Fernando Setembrino de Carvalho de fazer o registro da ação e incluí-la no relatório enviado ao ministro da Guerra e no álbum de fotografia do Contestado, afinal, mesmo que desastrosa a experiência foi pioneira no Exército brasileiro. Em sintonia com os critérios adotados para fixar a excelência do serviço disponível nesse conflito, três fotografias dos aeroplanos no teatro das operações militares foram incluídas no álbum. Elas compartilham com as demais o desejo de exibir um exército altamente equipado - A tecnologia fotográfica foi essencial nessa empreitada.

Fotografia 19: Seção de aviação em Porto União da Vitória, PR destacando-se três aeroplanos a frente de seus respectivos hangares
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

A tentativa de uso dos aeroplanos no Contestado, tal como interpretamos, não visava apenas promover um ataque aéreo, mas alavancar o serviço de aviação no Exército brasileiro.

Com a morte de Kirk a força terrestre brasileira teria que recorrer novamente ao serviço dos civis para levar adiante a sua proposta de inserir a aviação nos seus quadros. Finalmente caberia ao AeCB o papel de formar pilotos para o Exército.[155]

Frank McCann, assim como Calaza, destaca a relevância do Aero-Clube na formação dos pilotos militares, mas antes faz um comentário irônico acerca da contratação da empresa italiana em abandono dos serviços de Kirk e do AeCB ao afirmar: “O Alto-comando também patenteou a curiosa atitude brasileira de menosprezar as qualificações de seus cidadãos quando criou uma escola para pilotos e contratou um italiano para dirigi-la” (McCANN, 2007, p.239). Esse mesmo historiador constatou que passados três anos da morte de Kirk “o Exército tinha meia dúzia de aviadores em ação e alguns sendo treinados na França e na Grã-Bretanha” (McCANN, 2007, p.239). Diante dessa constatação verificamos que a aviação militar no Brasil ainda engatinhava.

Em síntese à abordagem feita nesse capítulo, vale ressaltar que a Guerra do Contestado permitiu ao exército brasileiro pôr em prática tanto equipamentos bélicos quanto modernas instruções de guerra. A técnica fotográfica que se registrasse tudo e, ao fazê-lo, conferiu uma história gloriosa para a força terrestre brasileira. Nessa encenação, não havia lugar para as violências praticadas contra os fiéis de José Maria, nem tampouco para as controvérsias militares afloradas na condução da guerra. As imagens fotográficas também omitiram propositalmente os problemas que os soldados e oficiais enfrentaram com as novas tecnologias de guerra. Tal omissão advém principalmente daquilo que o comandante-em-chefe priorizava registrar, mas principalmente, do enquadramento efetuado, da perspectiva do fotógrafo e dos limites impostos pela tecnologia fotográfica disponível. Isso sem contar que uma imagem técnica ao recortar determinada cena, consequentemente exclui outra, e o pesquisador deve estar atento a isso. O que se desenvolvia no *front* durante as manobras, no uso das modernas metralhadoras de fabricação alemã, nas marchas pela região de planalto ou dentro das enfermarias, a fotografia não nos apresenta. O que ela faz é congelar uma imagem e encená-la para o expectador. Diante disso achamos necessário evocar os

---

[155] Frank McCann (2007, p. 239) ressalta que o Exército também recorreu aos serviços da Marinha, mais adiantada que a força terrestre em termos de aviação militar, uma vez “que estava na vanguarda com seu treinamento em hidroplanos”.

silêncios das fotografias. Destacar aquilo que foi omitido no álbum é desvendar os interesses da sua montagem, fazendo uma leitura a contrapelo.

4.4 DESTRUIÇÃO E VIOLÊNCIA NO CAMPO DE BATALHA: RETRATO DE UMA AUSÊNCIA

Outro grupo de imagens que se integra ao discurso militar modernizador é o referente à demolição e à violência. São nove fotos, três delas de escombros de uma fazenda e três sobre a recuperação de uma ponte pelo serviço de engenharia do Exército. Duas fotos registram a destruição de estações da Estrada de ferro − a da Piedade e a de Calmon. Os danos à propriedades são sempre atribuídos aos sertanejos, não se registrando qualquer ação ofensiva das forças oficiais, embora nos relatórios de guerra abundem tais relatos, como se verifica no telegrama que o capitão Tertuliano Potiguara enviou ao general Setembrino, noticiando sua ação na tomada da vila de Santa Maria em 5 de abril de 1915.

> General Setembrino: Depois de onze dias de marcha sendo oito de combates dias e noite tomei e arrasei treze redutos com sacrifícios enormes do meu heróico destacamento. Matamos em combate a fogo e arma branca perto de seiscentos (600) jagunços não contando o grande número de feridos que se iam arrastando por dentro das matas virgens e quase intransitáveis. Arrasei perto de cinco mil casas, dez igrejas e inúmeros ranchos de palha, tendo apreendido grande número de armas e munição de guerra. Infelizmente perdemos cinqüenta e seis mortos inclusive Dr. Castagnino e 1º tenente do 16º Oliveira, oitenta e sete feridos, sendo alguns em estado grave. Dentre os feridos contam-se os bravos tenentes do 12º Octaviano e Paes Leme, sendo ambos com ferimentos leves. Com vagar vos darei minuciosa narração de tudo que fiz e que sofri. Perdi vinte e oito cavalos e dezenove muares mortos ficando com a minha tropa a pé além do meu pessoal se achar completamente cansado e estropiado motivo pelo qual peço-vos ordens para seguir com urgência via Porto União da Vitória com todo meu destacamento.[156]

Um instantâneo de momentos como o descrito acima escapava à possibilidade fotográfica da época, pois além de todos os limites técnicos, havia ainda o terreno acidentado, muitas vezes de mata fechada, que impossibilitaria o registro da ação. Apesar dessas dificuldades, encontramos uma foto da destruição do chamado “reduto Tavares”.

A ausência de cenas de mortos nas imagens da Guerra do Contestado conecta a documentação fotográfica do conflito com a do mesmo gênero feita sobre a Revolta da Armada e também Canudos. Para esse último movimento Ana

[156] Telegrama do capitão Tertuliano Potiguara ao general Fernando Setembrino de Carvalho. 5 abr. 1915.

Maria Mauad constata que, entre 72 fotografias analisadas, somente três exibem a morte de forma direta e objetiva.

> A primeira retrata o túmulo de Moreira César, oficial morto na terceira expedição, enfeitado com o pavilhão nacional; a segunda apresenta corpos irreconhecíveis perdidos em meio a destroços e a última é a de Antonio Conselheiro morto, trajando o seu velho surrão deitado em uma esteira de palha (MAUAD, 1993, p. 36-37).

Acrescenta Ana Mauad (1993, p. 37) que a ausência de mortos ou de feridos nas imagens "indica a preocupação em garantir, ao Exército, parte integrante da ordem vigente, a associação à idéia de imortalidade e invencibilidade". Embora a invisibilidade da violência também seja constatada no álbum da Guerra do Contestado não achamos que ela tenha a mesma intenção detectada por Mauad nas imagens de Flávio de Barros. As fotos da atuação militar no sul do Brasil representam, como já afirmado acima, um recurso defensivo contra denúncias feitas pela imprensa acerca da violência praticadas contra os sertanejos e uma tentativa de registrar o uso de equipamentos e estratégias militares no campo de batalha, mais do que um discurso de heroicização militar.

Fotografia 20: Aspecto da ponte provisória da Estrada de Ferro de São Francisco, incendiada pelos rebeldes do Contestado, vendo-se ao fundo elementos da Companhia de Engenharia do 2.º Batalhão fazendo reconhecimento da área
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Nas fotos de destruição da Guerra do Contestado podemos depreender que os fiéis foram evocados. Nessas imagens localizamos uma narrativa que apresenta os sertanejos rebelados como bandoleiros, selvagens, avessos à civilização. Não é por acaso que os cenários de destruição retratados são uma fazenda que abrigava uma máquina pertencente à serraria da *Lumber*, uma ponte por onde passava o trem, e duas estações da estrada de ferro. Em todos os casos eles representam o progresso. A imagem negativa construída por essas fotos se junta ao discurso oficial da imprensa da época, empenhada em desqualificar o movimento e as pessoas nele envolvidas.

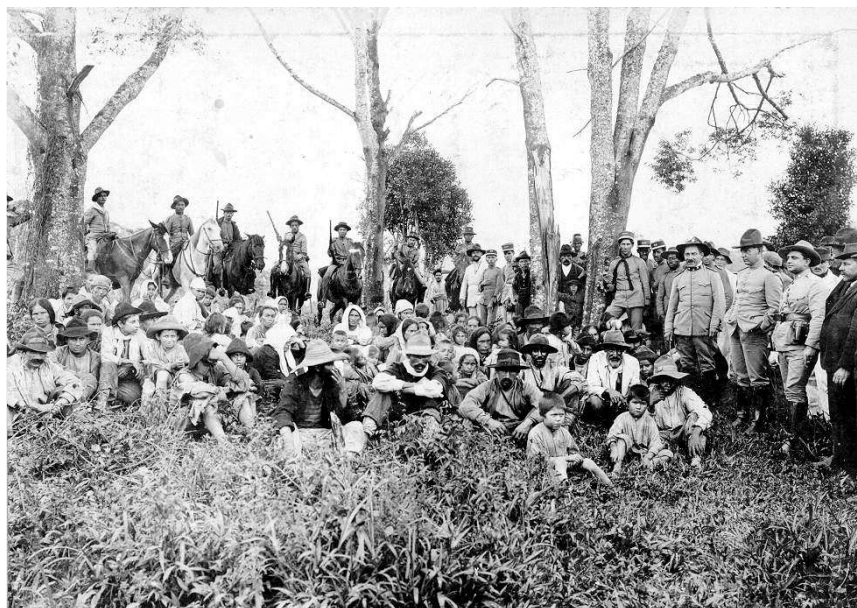
A única foto que apresenta uma ação ofensiva do Exército é a que retrata a destruição da comunidade sertaneja liderada por Antonio Tavares.

Fotografia 21: Incêndio no reduto de Antônio Tavares após sua rendição às tropas governamentais
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

A imagem foi feita à distância e não é possível visualizar nada além de uma clareira em meio à mata. O desafio apresentado ao artista na fabricação dessa fotografia é o de retratar um acontecimento durante a sua ação, sabemos que o fotógrafo acompanhava o Exército, logo, estava sujeito ao ritmo das tropas além de impedido de fazer determinadas cenas, seja devido as ordens superiores, seja em função do acesso, como aparentemente foi o caso acima. É preciso destacar

que essa é uma das raras imagens técnicas capturadas no desenrolar da ação militar. As demais presentes no álbum foram, em sua maioria, cuidadosamente preparadas.

Parece haver na seleção das poucas fotos sobre destruição e violência em Canudos e no Contestado uma ruptura na auto-representação militar do Exército. No conflito do sul do Brasil é o profissionalismo que merece destaque nas lentes do fotógrafo, e nele a violência “selvagem” não encontra lugar, mesmo que em caráter supostamente defensivo. Em Canudos, em função do clima de conflito entre monarquistas e republicanos, das derrotas sofridas pelo exército nas expedições militares e das perdas de soldados no campo de batalha, o caráter de vingança é ressaltado por meio dos registros da derrubada da igreja e do corpo do Conselheiro exposto após ser desenterrado. Não encontramos nas oitenta e sete fotografias do álbum da Guerra do Contestado sequer uma que apresentasse sertanejos mortos, nem mesmo casas destruídas, ou seja, a violência militar não foi documentada, conquanto ela se justificasse, dentro da lógica militar, pela ação de guerra.

As imagens mais próximas disso que encontramos somam cinco fotos sobre fiéis que se apresentaram ao Exército. Em uma delas vemos Alemãozinho com seus seguidores rodeados pelas forças repressoras; em outra, a chegada de Bonifácio Papudo se apresentando com pequeno contingente; na terceira foto temos a representação do grupo de fiéis provenientes da comunidade liderada por Antonio Tavares – a mesma comunidade que aparece destruída na imagem mostrada acima – se apresentando ao coronel Onofre Ribeiro.

Fotografia 22: Grupo de rebeldes do reduto de Antônio Tavares aprisionado pela coluna de Leste, destacando-se a presença de mulheres e crianças
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Mesmo que tais imagens possam ser interpretadas como um relato da repressão militar, o que parece central na sua representação não é o caráter de denúncia, mas a eficácia do cerco militar. Ela sequer se aproxima da carga emotiva da imagem intitulada “Os 400 jagunços prisioneiros” feita por Flavio de Barros em Canudos, conforme se verifica abaixo. Isso não significa de forma alguma que as pessoas que figuram na foto acima tiveram sorte melhor que os conselheiristas, nem tampouco que sofreram menos com a derrota, apenas demonstra que o fotógrafo foi fiel aos interesses militares ao concentrar seu trabalho antes nas forças repressoras que nos reprimidos.

Fotografia 23: 400 jagunços prisioneiros. Bahia / Brasil, 1897
Fonte: Flávio de Barros. Instituto Moreira Salles

Embora a fotografia dos rebeldes do Contestado [fotografia 22] mostre pessoas que se apresentaram ao Exército, em sua composição temos a idéia que elas foram capturadas. A presença de oficiais na margem direita e homens armados ao fundo confere autoridade ao evento encenado, apresentando os fiéis, encurralados pelas forças repressoras, como troféu da guerra. Merece destaque a presença de civis entre os militares, possivelmente autoridades da vila mais próxima, que colaboraram com o Exército. Também há de se ressaltar a presença de idosos, mulheres e crianças entre os sertanejos, o que demonstra o perfil daqueles que se apresentavam à força repressora.

As degolas, praticadas comumente pelas forças repressoras, não mereceram sequer uma imagem no álbum, nem poderia tê-la, pois um Exército profissional não deveria se comportar de forma tão bárbara. Em Canudos, essa prática também não foi registrada em fotografia, mas foi minuciosamente descrita por Euclides da Cunha. Durante o Contestado, as denúncias que apareciam na imprensa acerca dos abusos cometidos pelas forças repressoras, eram imediatamente justificados por Setembrino de Carvalho. É o que se verifica na correspondência oficial, ao responder a cobrança do ministro da Guerra sobre as repercussões desse tipo de ação no campo de batalha:

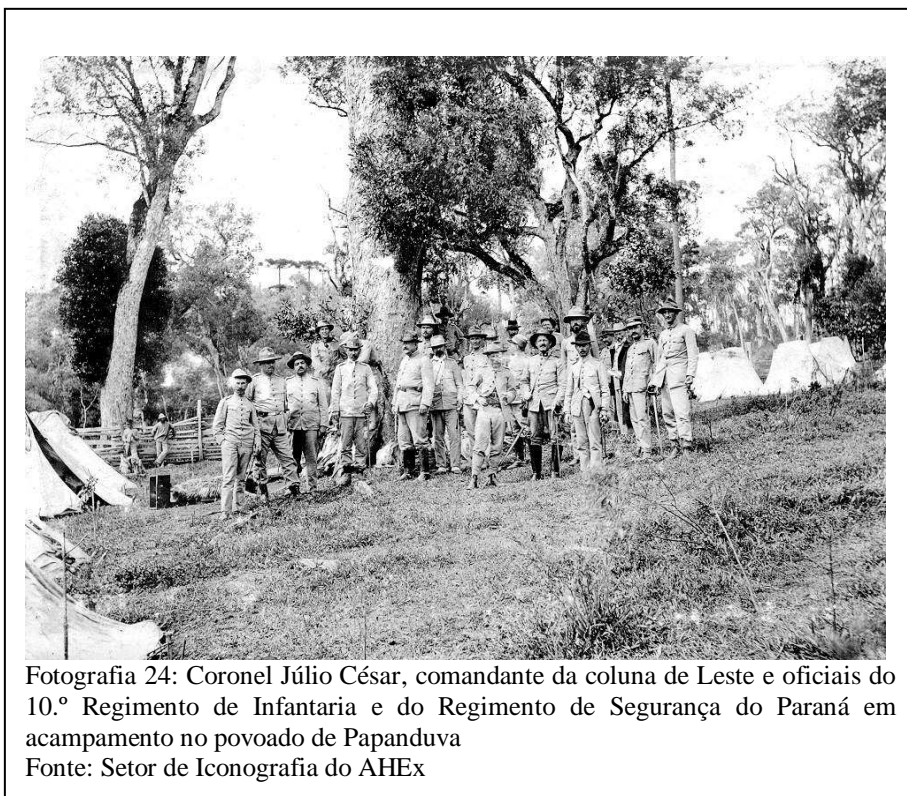
> (...) Ontem por ocasião desse serviço [reconhecimento] um soldado afastou-se um pouco dos outros e foi por um fanático oculto alvejado no peito, sendo grave o ferimento, os companheiros avançaram imediatamente, mas nada encontraram. Fatos como este têm despertado ódio entre a tropa que vê os seus companheiros caírem assassinados. Daí o difícil conter-se muitas vezes vindictas... Nós, hoje, fazemos guerra, sr. Ministro, contra bandidos, em que estão transformando os tais fanáticos, que devem ser expurgados da sociedade. É necessário aqui estar para ver quão de revoltantes os crimes que cometem. A minha tropa, Sr. Ministro, é vítima do sentimentalismo piegas daqueles que assistem nas ruas da capital esta luta ocupando-se ignorantemente de operações de guerra, invectivando, injuriando chefes militares que ao serviço país colocam todos seus esforços e patriotismo. Em qualquer outra parte seríamos acatados, respeitados, tal a conduta seguida nesta guerra. Aqui somos injuriados.[157]

A denúncia vinha da imprensa carioca e Carvalho não negou que fossem cometidos assassinatos de sertanejos, mas minimizou a ação ao atribuí-la a vingança de soldados que se revoltavam em ver seus camaradas mortos, para tanto enfatiza que os rebeldes passaram de fanáticos a bandidos. Por fim, é digno de nota a inferência histórica que o general faz a Caxias ao finalizar o telegrama: "Resta-nos o consolo de ter sido o grande Caxias acusado no senado brasileiro por ter trazido do Paraguai as duas bestas que conduziram a sua bagagem!".[158] Essa observação ajuda a entender o papel que Setembrino de Carvalho desempenhou na construção de Caxias como patrono do exército brasileiro, o que foi iniciado, vale destacar, no momento em que o comandante da expedição militar do Contestado ocupava o cargo de ministro da Guerra na década de 1920 .

Outra referência minimizada no acervo fotográfico diz respeito a participação do Regimento de Segurança como força auxiliar na campanha de guerra, assim como o registro da presença das tropas do exército provenientes do Paraná e de Santa Catarina. No álbum há somente duas fotos sobre a força policial, ambas do regimento paranaense. Nas breves aparições os soldados e oficiais estão perdidos entre os homens do Exército, como se observa na imagem abaixo.

A unidade militar catarinense sequer aparece, embora o 54º Batalhão de Caçadores fixado em Florianópolis tenha tido uma participação central na defesa de vilas como Lages, Canoinhas, Curitibanos e Campos Novos: redutos da oligarquia de Santa Catarina.

---

[157] Telegrama ao ministro da Guerra, 19 mar. 1915.
[158] Ibidem.

Fotografia 24: Coronel Júlio César, comandante da coluna de Leste e oficiais do 10.º Regimento de Infantaria e do Regimento de Segurança do Paraná em acampamento no povoado de Papanduva
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

A presença dos regimentos estaduais nas forças repressoras era um elemento bastante delicado nessa campanha de guerra, pois eles estavam subordinados aos governadores, logo, defendiam interesses dos presidentes de Estado. Na contenda de limites territoriais envolvendo Paraná e Santa Catarina, Setembrino apresentava o Exército brasileiro como árbitro imparcial na questão. Se fosse dado destaque a qualquer das forças estaduais isso geraria descontentamentos da outra, por isso o cuidado do comandante-em-chefe em não deixar que as tropas do regimento incorporadas ultrapassassem os limites territoriais do seu estado de origem e talvez esse mesmo motivo tenha contribuído para deixar essas forças com insignificante representação no álbum.

Outra breve menção que não faz jus ao efetivo emprego do exército que atuou no Contestado diz respeito aos civis incorporados às forças militares [a participação dos civis será analisada no capítulo seguinte]. Apenas duas fotos os incluem entre as forças oficiais. A primeira tem como destaque Fabrício Vieira e a segunda, Salvador Pinheiro. Ambos eram oficiais da Guarda Nacional que comandaram grupo expressivo de civis sob o patrocínio do exército contra os fiéis de João Maria.

Fotos de soldados em pose individual é outra ausência no álbum do Contestado. Ana Mauad fez essa mesma constatação sobre as fotografias de Canudos ao registrar que em 90% das imagens de guerra de Flavio de Barros aparecem os oficiais militares, “sendo que em 30 % como objetos centrais e em 60% acompanhando a tropa”. Para a historiadora “tais representações caracterizam a importância concedida à imagem dos oficiais como elemento centralizador e de liderança. À sua figura estão associados seus subordinados, que compunham o contingente repressor [...]” (MAUAD, 1993, p. 36).

Outra diferença importante entre o álbum de guerra do Contestado e de Canudos diz respeito ao cenário que serviu de pano de fundo das imagens. Como no sertão da Bahia era o arraial de Belo Monte o forte a ser vencido as fotografias feitas por Flávio de Barros se concentraram na vila. No caso do Contestado não encontramos sequer uma imagem dos chamados “redutos fanáticos”. Nem mesmo a mais famosa cidadela − Santa Maria −, tantas vezes comparadas a Belo Monte, mereceu um registro fotográfico no álbum oficial. Sequer conhecemos qualquer imagem técnica sobre ela. O que verificamos são referências às vilas e cidades que serviram de base militar para o Exército, como Porto União da Vitória e Rio Negro, no Paraná, e Canoinhas, em Santa Catarina.

O silêncio sobre as comunidades de fiéis está ligado à lógica de enaltecimento militar do álbum, mas também, como já afirmado, ao fato de que os locais eram praticamente inacessíveis ao fotógrafo e seu equipamento. Além disso, diferentemente de Canudos, o território conflagrado no sul do Brasil abrangia quase trinta mil quilômetros quadrados. Para dar visibilidade à região, bem como às dificuldades que o exército brasileiro teve que enfrentar nessa expedição de guerra, preferiu-se representar as tropas em marcha pelo sertão a figurá-las nas imediações e interior das vilas.

Fotografia 25: General Setembrino, chefe das tropas governamentais, e sua escolta em marcha pelo sertão paranaense, por ocasião da Campanha do Contestado
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Na foto acima merece comentário o destaque dado à natureza. Ela se sobrepõe aos indivíduos. É o cenário do sertão, conforme representação da época, que domina a imagem. Um contraste entre homem e natureza, conforme demonstrado no capítulo 2, predomina na análise dos historiadores de farda. O Exército aparece nessas imagens como aquele que leva a civilização aos recônditos do país. O cenário natural, nessas imagens, denunciaria, no discurso oficial, a mentalidade dos habitantes: ausência de civilização, império do banditismo e as dificuldades vencidas pelo exército brasileiro ao chegar à região.

As imagens das vilas que abrigaram as forças militares não ganharam, em nenhum momento, o destaque que a natureza mereceu como na imagem acima. Isso não ocorreu em função da ausência de grandes povoamentos na região. Porto União da Vitória e Rio Negro eram densamente povoadas. A primeira cidade serviu de base para as instalações logísticas da campanha de guerra. Como vimos, nela se montou o "hospital de sangue", para atender aos doentes e feridos, e também o armazém de campanha. Apesar disso, nenhuma foto destaca a cidade em si, excetuando umas raras que mostram casas ao fundo, mas nada que dê o destaque para o cenário urbano.

Diante do exposto acreditamos que as fotografias do Contestado, embora preservem, em sua composição estética e ideológica, traços que as ligam à fotografia da Guerra de Canudos, se singularizam ao encenar um Exército mais homogêneo e tecnicamente preparado. Elas também cumprem uma função diferente daquela identificada por Adler de Castro nas fotos que Juan Gutierrez fez da Revolta da Armada, pois não buscam apenas preservar uma memória técnica do Exército, ou mesmo simplesmente ressaltar os fatos militares, mas sim construir essa memória, haja vista que no momento da Guerra do Contestado o Exército brasileiro empreendia uma campanha que, entre outros objetivos, buscava romper com a imagem de uma força deficiente técnica e disciplinarmente, responsabilizada por crimes bárbaros contra seus compatriotas, como ocorrera durante a guerra de Canudos. Também se buscava romper com a imagem do Exército que precisava recorrer anualmente às forças policiais para preencher os claros abertos pela baixa apresentação voluntária dos brasileiros ao serviço militar.[159]

4.5 O EXÉRCITO DESEJADO NAS PÁGINAS DO ÁLBUM DE GUERRA

Desde sua invenção a imagem fotográfica ganhou o status de verdade, de imparcialidade sobre o objeto reproduzido. De acordo com Flusser (2002) isso se deve em grande parte à operação mecânica que a envolve. Além desta, é preciso ser destacado nessa operação o papel do fotógrafo, sujeito minimizado na filosofia de Flusser, pois ao selecionar, recortar, enquadrar etc. ele é personagem indispensável não só na composição da imagem como também na sua recepção e credibilidade perante o público. Vimos acima que na produção da fotografia de guerra há um outro personagem que não pode ser ignorado, pois ele interfere diretamente no resultado final: o comandante das operações militares. Esses fatores denunciam a parcialidade da cena representada e devem ser analisados pelo pesquisador, no entanto, para o público leigo que contempla a imagem fotográfica dificilmente tais elementos se manifestam. Numa operação metonímica a fotografia, em via de regra, faz da parte o todo. De acordo com

---

[159] Estudos recentes têm investigado a resistência da população brasileira ao alistamento militar, como os livros de Peter Beattie *The tribute of blood* (2001), Álvaro Pereira Nascimento *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial* (2001) e a tese de doutorado de Fabio Faria Mendes. *O tributo de sangue: recrutamento militar e conscrição do Estado no Brasil Imperial* (1997).

Susan Sontag (2004, p. 174) “a fotografia restabelece a mais primitiva forma de relação – a identidade parcial entre imagem e objeto [...]. A noção primitiva de eficácia das imagens supõe que as imagens possuem o predicado das coisas reais [...]”. Essa relação nos parece potencializada quando as fotografias estão dispostas em álbum, obedecendo a critérios de seleção do idealizador. Nesse caso elas produzem um discurso fechado, na maioria das vezes coerente com os valores e interesses de quem o montou. Elas encenam uma história.

Ao folhear um álbum de fotografias o expectador geralmente não se pergunta sobre as condições em que a imagem foi produzida, sobre os interesses de sua fabricação nem tampouco sobre o que a imagem excluiu. Nesse sentido, o álbum, visto como um discurso, não só registra determinados fatos como também os fabrica, os inventa. Vilém Flusser, atento para o poder de sedução da imagem fotográfica, destaca que sua eficácia está relacionada à capacidade que ela possui de encenar os eventos:

> O caráter mágico das imagens é essencial para a compreensão das suas mensagens. Imagens são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cenas. Não que as imagens *eternalizem (sic)* eventos; elas substituem eventos por cenas. E tal poder mágico, inerente à estruturação plana da imagem, domina a dialética interna da imagem, própria a toda mediação, e nela se manifesta de forma incomparável (FLUSSER, 2002, p. 8).

Ao substituir eventos por cenas a imagem fotográfica opera na construção da memória do que foi representado. Flusser destaca o papel que o equipamento ocupa nessa operação ao limitar as capacidades de transformação do evento à tecnologia disponível. Segundo ele “o aparelho programa o fotógrafo para transcodificar tudo em cena, para *magicizar* tudo. Em tal sentido, o fotógrafo funciona, ao escolher sua caça, em função do aparelho” (FLUSSER, 2002, p. 31). Não ignoramos tal procedimento, mas queremos destacar o papel que a circulação das imagens da guerra, para além do álbum guardado no acervo documental do exército, ocupou na construção da memória sobre a guerra e sobre a história do exército brasileiro.

Vimos que boa parte das fotos do Contestado foi incluída no relatório de Setembrino de Carvalho em edição feita pela Imprensa Oficial, o que favoreceu sua leitura fora do gabinete do ministro da Guerra. Algumas foram incluídas nos livros dos historiadores de farda. Nos dois volumes publicados por Assumpção, foram reproduzidas dezesseis fotografias, sendo oito dos oficiais superiores que

atuaram no Contestado. Entre elas uma imagem está presente no álbum depositado no AHEx: a foto do coronel Eduardo Arthur Sócrates, comandante da Coluna Oeste. Ele aparece ao lado de outros oficiais não nomeados (ASSUMPÇÃO, 1918, p. 20). Os três volumes lançado por Dermeval Peixoto são o que maior número de fotos reproduzem. Na versão completa que publicou em 1920 constam 29 fotografias distribuídas ao longo de quase oitocentas páginas de texto. Entre essas, nove constam no álbum de fotografias depositado no acervo do AHEx. Essas informações são demonstrativas de que as imagens "oficiais" da guerra circularam para além do relatório do ministro da Guerra. As imagens técnicas ausentes do álbum, entre as reproduzidas pelos dois historiadores de farda, chegam a 35. Se juntarmos esse acervo com o guardado no AHEx teremos um total de 120 fotografias de guerra recolhidas no campo de batalha.

Em tempos mais recentes, o álbum intitulado *Contestado* (1987), elaborado durante o mandato de Esperidião Amim como governador de Santa Catarina (1983-1987), também reproduziu algumas imagens do acervo, sendo esse material um dos poucos casos de difusão contemporânea das imagens da guerra à disposição de público não especializado no estudo do conflito. Nele, encontramos dez fotos copiadas do acervo do AHEx.

Todas essas imagens certamente cumpriram importante papel de exibição da atuação militar na Guerra do Contestado. Acreditamos que elas foram responsáveis pela fixação da memória histórica do movimento rebelde. A publicação dessas fotos, mesmo aquelas reunidas no álbum recente sob o patrocínio do governo catarinense, não deve ter alcançado público muito vasto, mas certamente influenciou pesquisadores e interessados na história desse conflito: figuras responsáveis pelo seu registro nos anais da história do país.

Mas, além de circular pelos veículos citados acima, um número considerável de fotografias da guerra foi publicado na imprensa brasileira no momento em que o Exército lutava contra os chamados fanáticos do sul e empreendia a campanha de modernização militar. O desafio do governo era encontrar um periódico que aceitasse publicar fotografias que mostravam o exército como uma força profissional, forte e preparada, como sugerem as imagens reunidas no álbum fotográfico, isso porque o contexto de transição da presidência da república do marechal Hermes da Fonseca para Wenceslau Brás

era completamente desfavorável ao primeiro, o que dificultava qualquer referência que o beneficiasse.

Até princípios de 1915 a imprensa brasileira comemorava o fim da administração de Hermes da Fonseca – vale lembrar que a passagem do cargo de presidente ocorria no aniversário da República, dia 15 de novembro. Jornais como *A Careta* e *A Noite*, do Rio de Janeiro, publicaram no mês novembro e de dezembro de 1914 matérias censuradas pela polícia sob ordens do governo e denunciavam os desmandos da administração Hermes, que fechou o último ano do seu quadriênio com a Capital Federal sob estado de sítio. A *Careta* (7-11-1914), por exemplo, reproduziu matéria que deveria ter saído na edição de dois de maio do mesmo ano. A nota informava que, em virtude da suspensão de circulação pelo governo, as folhas *A Última Hora*, *A Nota* e *Figuras e Figurões* deixariam, definitivamente, de ser publicadas. Na mesma edição o periódico também reproduziu uma charge que deveria ter sido publicada na folha de março de 1914, mês de inicio do estado de sitio, que perdurou até a saída de Hermes da presidência da República.

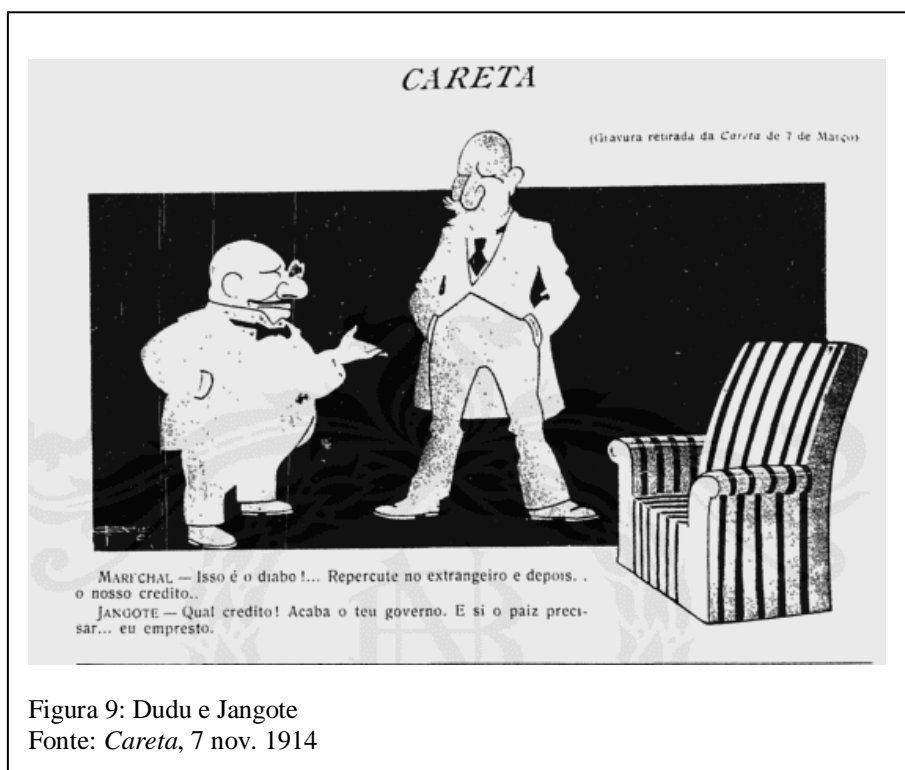



Figura 9: Dudu e Jangote
Fonte: *Careta*, 7 nov. 1914

Durante o ano de 1914, além da censura à imprensa, jornalistas e políticos foram presos e perseguidos e vários jornais, fechados, entre eles *O Correio da Manhã, O Imparcial, A Época* e *A Noite*, todos do Rio de Janeiro. Nota curiosa: os jornais perseguidos se haviam oposto à candidatura de Hermes durante a campanha eleitoral que disputou com Rui Barbosa em 1910.

Poucos órgãos da imprensa da época se atreviam a falar bem do quadriênio Hermes, exceção feita ao jornal *O País* porta-voz dos interesses oficiais. Apelidado popularmente de Dudu, o período governado por Hermes da Fonseca ficou associado a uma época de azar. Os jornais criaram o personagem "Dudu e a urucubaca" para representar o marechal e sua administração. Em função das censuras efetuadas pelo governo, os periódicos passaram a se referir ao personagem apenas como Ele. Quando Hermes deixou o governo a comemoração tomou conta das páginas dos principais jornais do Rio de Janeiro.

Figura 10: A partida do azar
Fonte: *A Época*, 13 nov. 1914

A desastrosa atuação de Hermes respingava na campanha de modernização do Exército, pois, mesmo não aparecendo como um político que representava os interesses militares, não tinha como desvincular sua imagem da força de terra na

qual ele e quase toda sua família fizeram carreira.[160] Esse foi mais um dos muitos desafios que o comandante geral das operações militares no Contestado enfrentou para divulgar o exército profissional por ele idealizado. Mas não seria o menor dos problemas.

Quando Setembrino de Carvalho assumiu o comando das operações no sul do Brasil em setembro de 1914, teve inicio na Europa a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esse episódio passou a ocupar todas as atenções da imprensa nacional, que se dedicava quase integralmente à edição de matérias e fotos da guerra que conflagrou a Europa. As informações sobre a Guerra do Contestado ganhavam notas perdidas em páginas finais, ou quando muito, mereciam uma coluna fixa sob o título “Os episódios no Sul” ou “Os fanáticos do Contestado”. Mesmo nos jornais dos estados beligerantes, as matérias sobre o conflito local ficavam em segundo plano. A própria recém-lançada revista militar *A Defesa Nacional*, empolgada que estava com as possibilidades de que a Guerra do Contestado colocasse à prova novas instruções e equipamentos militares, concentrou suas atenções na guerra mundial.

Apesar disso, verificamos que a prestigiada revista ilustrada *Fon-Fon* dedicou espaço importante à divulgação das imagens da Guerra do Contestado. O episódio não ocupou as primeiras páginas do periódico carioca, mas ganhou coluna cativa entre os meses de novembro de 1914 e maio de 1915. O título da coluna era *Fon-Fon! no Contestado* e, como era corrente, se dedicava essencialmente a publicar imagens, na maioria fotográficas, dos eventos sociais da época. Não fossem as fotos da Guerra Mundial, as imagens da Guerra do Contestado destoariam do perfil do periódico, mais voltado para publicação de reuniões sociais, de *soirée* de senhoras, de viagens feitas por representantes da alta sociedade etc.

O levantamento que fizemos sobre a presença da *Fon-Fon! no Contestado* não é completo devido à existência de muitas páginas mutiladas no material microfilmado que serviu de base para nossa pesquisa, mas nos dá uma idéia do volume das fotografias levadas a público no momento da guerra somente por essa revista ilustrada.

---

[160] O presidente Hermes da Fonseca era sobrinho de Deodoro, irmão de Severiano da Fonseca, patrono do serviço de saúde do exército e pai do deputado Mario Hermes da Fonseca.

TABELA 3
FON-FON! NO CONTESTADO

Ano	**1914**	**1914**	**1915**	**1915**	**1915**	**1915**	**1915**	
Mês	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	**TOTAL**
Nº. fotos	4	0	13	21	11	2	22	73

Fonte: *Fon-Fon!*, 1914-1915

Fotografia 26: Seção da 4.ª Companhia de Metralhadoras, Canoinhas – 4.ª Companhia de Metralhadoras, Canoinhas – 12.º Batalhão de Infantaria, Estação de Canoinhas
Fonte: *Fon-Fon,* 27 fev. 1915

O levantamento aponta um numero muito próximo das fotos organizadas no álbum depositado no AHEx − 87 fotos. Não é somente no número que elas se aproximam: algumas são exatamente as mesmas do álbum, havendo umas poucas imagens que não coincidem, mas que podem ser incluídas nas séries presentes no

acervo militar. Esse confronto nos permite sugerir ainda que a iniciativa da publicação partiu do Exército brasileiro, o que se verifica não só pela presença das mesmas imagens no álbum e nas páginas da revista, como também pela lógica de produção dessas imagens, sempre de caráter eminentemente militar.

A exibição das fotografias de guerra num meio de comunicação como a imprensa ilustrada, particularmente numa folha de projeção como era a *Fon-Fon*, ganha significado completamente diverso daquele presente na reprodução das imagens no relatório destinado ao ministro da Guerra, ou nos livros dos historiadores de farda. Isso vale tanto para o público que acessaria tais imagens quanto para aquilo que Flusser (2002) chama de decodificação das imagens, ou seja, o poder mágico da imagem que transforma os eventos em cenas ao projetar cenas que acabam substituindo o evento representado. A intensificação da publicação de fotografias nas fases finais da expedição de Setembrino de Carvalho – concluída em maio de 1915 − contribuiu para fixar uma memória da guerra que minimizava as denúncias contra o exército e o governo na imprensa. Com a divulgação dessas imagens o objetivo era fazer da guerra aquela apresentada nas páginas ilustradas da revista e não a das acusações feitas pelo soldado anônimo reclamando de gêneros básicos ou a guerra das degolas e assassinatos cometidos no campo de batalha. Em outras palavras, as cenas do exército profissional tinham como função apagar as denúncias e encenar nova história da guerra. Elas assumiam, como já afirmado acima, um caráter militarista, completamente diferente da representação que os historiadores de farda fizeram da guerra, pois estes não deixaram de apontar os crimes e os erros do exército, mesmo que os atribuíssem, como o fizeram Assumpção e Soares, aos vaqueanos.

Os critérios de seleção das imagens publicadas na *Fon-Fon* atendiam perfeitamente aos interesses do Exército, particularmente ao servir de documentação para as novas tecnologias contratadas por esta força. Da mesma maneira, para a apresentação do Exército idealizado, que estaria pronto para receber em seus quadros os jovens da classe média brasileira, tarefa defendida pelos “jovens turcos” e posteriormente, também pela catequese cívica promovida pela *Liga de Defesa Nacional*.

Aos analisarmos as fotografias da guerra do Contestado percebemos que o fotógrafo soube captar com precisão os interesses militares. Mas quem foi o fotógrafo dessa guerra? Roger Fenton ficou conhecido pelas fotos da Criméia,

Mathew Brandy, pela Guerra de Secessão, Esteban Garcia se destacou ao registrar imagens de cadáveres amontoados na Guerra do Paraguai, Juan Gutierrez tem seu nome ligado ao Exército pelas fotos que fez da Revolta da Armada, Flavio de Barros só ficou conhecido pelas fotos que fez da última expedição militar a Canudos. Qual o nome do fotógrafo da Guerra do Contestado?

Para o Exército, a autoria das imagens não era elemento essencial para garantir a veracidade do objeto fotografado. O registro em si já era visto como relato imparcial e fidedigno do evento. A contratação de um fotógrafo desconhecido, como era Flávio de Barros, na expedição que daria fim ao movimento dos conselheiristas na Bahia depõe a favor dessa idéia, pois o Exército poderia lançar mão de um fotógrafo famoso da época, como o fizeram os principais jornais ao enviar alguns jornalistas de renome para cobrir a ação de guerra no sertão baiano, mas acabou selecionando o desconhecido Flávio de Barros.[161] Mesmo a encomenda de fotos feitas ao então conhecido Juan Gutierrez parece ter sido mediada mais pela relação que esse fotógrafo manteve com a política republicana e com oficiais militares do que pela fama que gozava.[162]

A pouca atenção dada ao fotógrafo não significa descuido por parte dos oficiais militares com o registro documental em suporte fotográfico. Tanto que quem arquivou as fotos da Guerra do Contestado teve o esmero de identificar as cenas e os personagens representados, além de reproduzir fragmentos da pesquisa feita por Mauricio Vinhas de Queiroz para situar o expectador no contexto histórico. Até mesmo o registro da data das fotos, na maioria feitas em janeiro de 1915, mereceu a atenção do organizador do álbum, mas nada foi dito sobre o fotógrafo. Tal omissão não era própria dos oficiais militares. Mesmo a imprensa da época raramente informava o nome do autor das imagens fotográficas reproduzidas em suas páginas. Importa, dentro dessa visão, garantir a mensagem

---

[161] Apesar da meticulosa pesquisa realizada por Cícero Antonio de Almeida sobre a fotografia da Guerra de Canudos, pouco se sabe sobre Flávio de Barros e sobre os critérios que permitiram sua escolha como fotógrafo oficial do Exército na última expedição militar de Canudos. O pesquisador lança a hipótese de que os grandes fotógrafos fixados na Bahia, como os ligados à firma de Guilherme Gaensly e M. Lindermann, receavam se expor aos perigos da guerra. A disposição de Flávio de Barros em seguir para o *front* teria sido fator determinante de sua escolha. (Cf. ALMEIDA, 1997, p. 25)

[162] De acordo com Vasquez, o fotógrafo de origem espanhola era amigo de diversos oficiais militares (cujos nomes não informa). Essa informação parece se confirmar quando verificamos que Gutierrez se alistou voluntariamente no Exército para servir em Canudos poucos anos após ter feito as imagens da Revolta da Armada. (Cf. VASQUEZ, 2002).

por meio do cuidado com a seleção das imagens, a disposição dos soldados, os equipamentos bélicos a serem apresentados.

Um estudo sobre a história social da fotografia no Brasil, particularmente sobre os fotógrafos, já foi reivindicado por Boris Kossoy ao organizar o primeiro *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro* (2002). Para as grandes capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, já dispomos de alguns estudos que permitiram a identificação dos principais estúdios e fotógrafos fixados no país durante o oitocentos, mas, para capitais menores e, principalmente, para cidades do interior do Brasil, raras são as pesquisas feitas. Isso vale para a região do Contestado.

Malgrado a ausência de estudos, o álbum oficial depositado no AHEx comprova a existência de rica e volumosa produção de fotografias do cenário da Guerra do Contestado, no entanto, tais imagens encontram-se dispersas. Há fotografias catalogadas, embora a maioria sem indicação do autor, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, na Casa de Memória em Curitiba, no Museu Orty Magalhães de Machado, em Canoinhas (SC), e em alguns museus locais nos demais municípios que foram palco do conflito, sem contar acervos pessoais, como o que está sob a guarda da família de Claro Jansson, conforme exploraremos mais adiante.

O primeiro levantamento sistemático de fotos de personagens e cenários da guerra foi feito na elaboração do citado álbum produzido na década de oitenta pelo governo catarinense. Embora os organizadores tenham tido o cuidado de registrar os arquivos de onde retiraram as imagens, nada mencionaram sobre a autoria das mesmas. Em função disso, quase nada sabemos sobre os fotógrafos e as condições de produção das fotografias no cenário da guerra do Contestado.

Na coletânea de fotos publicadas em maio de 1915 na *Fon-Fon*, há uma referência de que um oficial do exército, primeiro-tenente Fávilla, seria o correspondente da revista, mas isso nada diz sobre a autoria das fotos. Como o período carioca não publicou nenhuma matéria escrita sobre a guerra é bem possível que o oficial militar tenha desempenhado a função de recolher as fotografias, fazer as legendas e encaminhá-las para a redação do jornal. Essa era uma prática comum na imprensa da época, pois dificilmente os periódicos dispunham de meios para enviar um correspondente devidamente equipado diretamente para o cenário da guerra. O mais corriqueiro nesse período era alguém

doar fotos de familiares ou amigos envolvidos no conflito para que fosse registrada sua presença no periódico. Sobre essa prática encontramos uma evidência na *Fon-Fon*, como se verifica numa breve nota informando que as nove imagens publicadas na página da revista no dia primeiro de janeiro de 1915 foram doadas por um dentista chamado A. Lei[te] de Carvalho. Vale ressaltar que as fotografias desse solícito leitor não destoam das demais imagens oficiais da guerra, tanto que três delas estão incluídas no álbum do Contestado.

Outra vaga notícia que temos sobre a autoria das imagens da Guerra do Contestado nos é dada pelo historiador de farda Dermeval Peixoto. Na citação que faz do relatório do general Carlos Frederico de Mesquita, há referência a um serviço fotográfico. O oficial que comandou a expedição oficial contra os sertanejos até maio de 1914 relatou que ao chegar na região foi visitado por autoridades locais como “o intendente de Canoinhas, juiz de direito, o capitão comandante do destacamento policial, mais dois oficiais do mesmo destacamento, o escrivão com os respectivos livros e mais outras autoridades, além de uns trinta civis armados de Winchesters” (apud PEIXOTO, 1995a, p. 134). Após relatar sua desconfiança em relação à inusitada visita, Mesquita nos fala da fotografia: “Nessa base de operações [Poço Preto] foram todos eles fotografados pela comissão fotográfica da expedição [...]”. Esse registro fotográfico aparece em uma das publicações de outro historiador de farda: José Octaviano Pinto Soares, conforme se verifica no seu livro *As lutas do Contestado perante a história* (1920). Infelizmente, nenhuma outra pista nos é dada sobre essa comissão fotográfica, mas, se ela existiu na expedição Mesquita, bem mais carente de recursos que a de Setembrino de Carvalho, certamente fez parte da grande operação de guerra liderada por esse último oficial no Contestado. Lamentavelmente, o general Setembrino não incluiu sequer um documento que comprove a existência desse serviço contratado.

Outra pista que confirma a proximidade do Exército brasileiro pelo uso da tecnologia fotográfica em seus quadros aparece na investida de Rondon sertão adentro. De acordo com Fernando de Tacca, o Serviço Fotográfico e Cinematográfico da *Comissão Rondon* foi criado em 1912. O major Thomaz Reis, responsável pela maior parte das imagens feitas, viajou para e Europa para adquirir equipamentos modernos e começou a registrar as atividades da comissão

no mesmo ano em que Setembrino de Carvalho atuava no Contestado (1914).[163] Antes de 1912, Rondon já usava a fotografia como registro documental de suas atividades. Ele chegou a usar por alguns anos os serviços da Casa Muso, estabelecimento fotográfico do Rio de Janeiro, até aceitar a proposta do então tenente Luiz Thomaz Reis para formar o serviço que coletaria as imagens da sua jornada pelo sertão brasileiro (TACCA, 2001, p. 16-17). Laura Antunes Maciel (1998, p. 180) ressalta que o primeiro álbum das ações desenvolvidas pela Comissão no interior do Brasil é de 1890 e a ele foi dado o título “Lembrança da Comissão Telegráphica de Cuiabá ao Araguaia”. Para essa historiadora “O sugestivo título parece querer realçar a capacidade evocativa da fotografia, a possibilidade que ela tem de provocar e sugerir lembranças no futuro e, ao mesmo tempo, indicar o uso do registro fotográfico como o meio capaz de reter um tempo-espaço que já ‘não é mais’”.

Essa informação nos mostra a estreita relação do exército brasileiro com a tecnologia das imagens técnicas como a fotográfica e a de cinema no alvorecer do século XX. Lamentavelmente o antropólogo Fernando de Tacca e a historiadora Laura Maciel não inserem a iniciativa de captação de imagens de Rondon na política militar, ou seja, não investigaram a proximidade do uso dessa tecnologia no arsenal técnico do Exército. Se o tivesse feito, poderíamos ter uma idéia mais precisa dessa parceria existente desde a Guerra do Paraguai, mas consolidada, ao que parece em definitivo, no inicio do século XX.

Em Jehovah Motta (2001, p. 177) encontramos menção ao estudo de fotografia no currículo do Curso de Estado-Maior instituído em 1890 pelo Exército. No 2º ano do curso realizado na Escola Superior de Guerra está incluso na *aula prática:* “aplicações militares da fotografia e aerostação”. No currículo de 1905 essa mesma instrução prática já aparece nos cursos de formação de oficiais nas Escolas de Artilharia e de Engenharia (Cf. MOTTA, 2001, p. 234-235). O

---

[163] Thomaz Reis não foi o único fotógrafo da *Comissão Rondon*. Além dele, Tacca localizou José Louro, doutor Benjamin Rondon, coronel Joaquim Rondon, Charlotte Rosenbaum e o expedicionário Carlos Lako. (Cf. TACCA, 2001, p. 16). Ao privilegiar a análise das imagens, Fernando de Tacca não aprofundou a pesquisa sobre os fotógrafos, nem tampouco sobre a história da fotografia militar no Brasil. O trabalho que melhor explora a tecnologia fotográfica e empreende uma busca pelos fotógrafos da Comissão, por nós encontrado, foi o de Laura Antunes Maciel (1998). O capítulo 2 do seu livro é dedicado inteiramente à fotografia. Ela acredita que o uso da fotografia atendia se adequava a concepção positivista de Rondon, além disso, a mesma historiadora viu na contratação do serviço fotográfico na Comissão iniciativa próxima daquelas realizadas por viajantes estrangeiros que incluíam um séquito de artistas para registrar cenários, personagens e as ações desenvolvidas.

historiador de farda João Batista Magalhães (1887-1966), por sua vez, insere o serviço fotográfico criado no Exército brasileiro nas reformas organizacionais efetuadas entre os anos 1908-1915, momento por ele identificado de ação efetiva de modernização do exército.

> Em 1909, foi criado no Estado-Maior do Exército um Gabinete Fotográfico, o qual se reorganizou pelo Decreto nº. 205, de 31 de dezembro de 1934, tomando a denominação de Gabinete Fotocartográfico do EME. Com a reorganização de 1938, seguida pela de 1941 (Decreto nº. 7.182, de 14 de maio), ele passou à Secretaria Geral da Guerra, regendo-se então conforme regulamento de 1942 (MAGALHÃES, 2001, p. 323-324).

Como vimos acima, as informações mais seguras que dispomos sobre o serviço fotográfico citado por Magalhães remetem à iniciativa de Rondon ou às poucas informações que possuímos sobre a contração de profissionais de estabelecimentos fotográficos para fazer determinado serviço, como os casos de Carlos César durante a Guerra do Paraguai e Flavio de Barros em Canudos. Esses profissionais só foram relacionados ao Exército em função do interesse dos pesquisadores pelos episódios por eles fotografados, sendo que, no caso de Gutierrez, o vínculo, como já vimos, foi descoberto mais pela fama do fotógrafo que pelas imagens da Revolta da Armada. O que sabemos sobre o fotógrafo da Guerra do Contestado? Alguns historiadores de farda afirmam que Henrique Wolland, o Alemãozinho, teria chegado à região do Contestado como fotógrafo itinerante. Trata-se de informação difícil de ser confirmada, mas nos chama a atenção a intimidade de Alemãozinho com a máquina fotográfica, como se observa nos vários registros que temos dele. Sua imagem chegou a ser publicada na *Fon-Fon*:

Fotografia 27: Alemãozinho e Zé Caboclo na *Fon-Fon!*
Fonte: *Fon-Fon*, 29 jan. 1915

Outra vaga informação que dispomos sobre os fotógrafos do *front* nos é dada por Assumpção. Ele cita um certo Jaconiani, “fotógrafo e mágico” que teria acompanhado o capitão Matos Costa poucos meses antes da expedição de Carvalho (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 292). Embora essas indicações nos dêem algumas pistas que confirmam o interesse do Exército pela fotografia, a informação mais precisa que temos sobre um fotógrafo no cenário de guerra do Contestado remete à presença de um sueco fixado no Brasil desde 1891, chamado Claro Jansson. Ele se fixou na região quando contava 14 anos de idade. Antes de se dedicar à fotografia, trabalhou como oleiro – profissão herdada do pai – e na extração da erva-mate na divisa do Brasil com a Argentina. Sua primeira máquina fotográfica foi adquirida em 1906, quando contava quase trinta anos de idade. Nesse período ele fotografou os ervateiros, revelando um interesse etnográfico pelas cenas e personagens da fronteira do Brasil. Sua fixação em Porto União da Vitória, no Paraná, ocorreu em 1911, logo, um ano antes do combate do Irani. Nessa cidade ele fixou seu estúdio fotográfico e consolidou a profissão que lhe renderia o reconhecimento futuro.

Jansson, como boa parte dos fotógrafos da época, vivia do oficio de retratista com estúdio montado em sua casa, mas nas horas vagas fotografava personalidades e personagem comuns ou ainda se dedicava a captar imagens da

paisagem e dos cenários das vilas que se desenvolveram em torno da região, cortada pela Estrada de Ferro *Brazil Railway*. A Guerra do Contestado certamente lhe acenou com possibilidades de aumentar os rendimentos vendendo seu serviço tanto para o Exército como para particulares interessados em fazer registro fotográfico de sua atuação no cenário do conflito.

Devido a sua popularidade, como também ao fato de ser o único fotógrafo das redondezas, Jansson teve a oportunidade de fazer retratos de importantes líderes políticos envolvidos na guerra, como muitos dos coronéis incorporados à força oficial nas expedições militares contra os sertanejos do Contestado. Ele também capturou imagens de atividades religiosas, como a da procissão que aparece a seguir.

Fotografia 28: Procissão na Divisa, moradores de Canoinhas
Fonte: Claro Jansson. Acervo particular de Paulo Jansson Moretti

Como primeiro fotógrafo da guerra, senão o único, Jansson registrou personagens e cenários envolvidos nesse conflito desde os primeiros momentos. É dele a foto que mostra o deslocamento do coronel João Gualberto momentos antes de enfrentar as forças lideradas pelo monge José Maria em outubro de 1912 no Irani, assim como a imagem do caixão do mesmo oficial ao ser transportado para Curitiba.

Vito D´Alessio (2003) afirma que essas fotos de Jansson lhe valeram a patente de primeiro-tenente da Guarda Nacional, a ele conferida pelo presidente Hermes da Fonseca em 1913. No ano seguinte ele seria contratado pela *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* para registrar o cotidiano da produção. A série de imagens que fez para a serraria norte-americana aguarda um estudo sistemático.

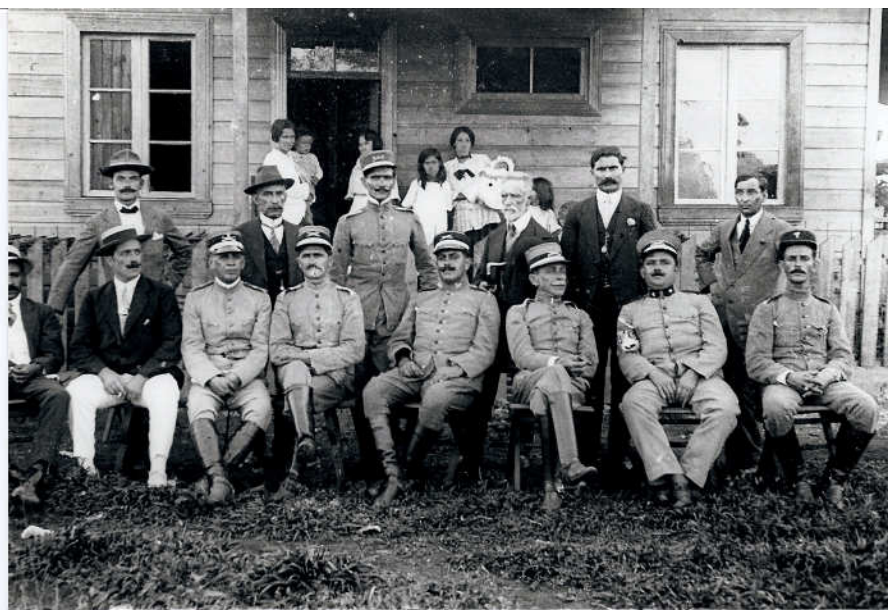
Ao compararmos as fotos do álbum da Guerra do Contestado sob a guarda do Exército com as imagens localizadas no acervo pessoal de Jansson, percebemos grande semelhança no estilo. Algumas fotos parecem inclusive pertencer à mesma série de imagens de guerra selecionadas por Setembrino de Carvalho. O trabalho desse fotógrafo circulou, e ainda circula, para além do seu domínio. Entre as imagens reproduzidas no livro de Peixoto encontramos uma que mostra trincheiras no sertão catarinense (PEIXOTO, 1920, p. 396). Constatamos também que entre as fotografias de guerra publicadas na *Fon-Fon* constavam imagens feitas por Jansson, como a que aparece a seguir:

FON-FON ! NO CONTESTADO

O Snr. General Setembrino de Carvalho visita Tres Barras - Paraná, zona conflagrada pelos fanaticos. Na presente photographia se vê o Snr. General ladeado pelo seu estado-maior, pelo Snr. Dr. Gilberto Santos, Juiz de Direito, Alfredo Nogueira, Promotor, Dr. S. A. Bishop, Superintendente da Companhia B. Lember e o Tenente José Pereira de Moraes da Brigada Policial Paranaense, Chefe de Policia local e Commandante do Contingente local. Visita realisada quando o Snr. General se dirigia á Canoinhas, séde da columna movel.

Fotografia 29: Autoridades militares e civis na Estação de Três Barras, PR
Fonte: *Fon-Fon*, 13 fev. 1915

Apesar da semelhança entre as sessenta imagens da guerra do Contestado recolhidas do acervo pessoal de Jansson localizamos somente oito presente no

álbum, mas como mostrado acima, suspeitamos que ele tenha sido o autor, se não de todas, ao menos da maioria das fotografias incluídas no álbum oficial do Exército.[164] Além das similaridades entre as fotos sem autoria encontradas no AHEx, e da patente a ele concedida, também há uma foto que apresenta indícios de sua relação com as forças repressivas em ação no Contestado.

Fotografia 30: General Setembrino de Carvalho em frente à casa de Claro Jansson
Fonte: Claro Jansson. Acervo particular de Paulo Jansson Moretti.

Essa foto foi feita em frente a casa de Jansson. O senhor magro sentado ao centro (terceiro da direita para a esquerda) é o general Fernando Setembrino de Carvalho. Ao fundo aparecem algumas mulheres, entre elas a esposa do fotógrafo, Leonor Deflon Jansson, tendo aos braços o filho Antônio. Numa foto oficial, dificilmente seria permitida a reunião de personagens militares com donas de casa, tanto que essa foto não aparece no álbum depositado no AHEx. A imagem deve ter sido feita graças ao relacionamento amigável de Jansson com Setembrino de Carvalho, o que confirma as informações dadas por D´Alessio de que ele possuía autorização para acompanhar as forças oficiais contra os sertanejos do Contestado na qualidade de fotógrafo.

---

[164] Agradeço a atenção e generosidade de Paulo Pinheiro Machado e do neto de Jansson, Paulo Moretti, por facilitar o acesso ao acervo de Jansson e enviar cópias das imagens que fez sobre a Guerra do Contestado.

Ao marchar ao lado do Exército com apoio do comandante-em-chefe das forças repressoras Jansson teve oportunidade de registrar momentos históricos dessa guerra, como a rendição em massa dos fiéis de José Maria em janeiro de 1915 e a traição de Henrique Wolland ao se apresentar ao Exército para, em seguida, servir como colaborador das forças de repressão.

A produção fotográfica de Jansson não se resume aos episódios da Guerra do Contestado e da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Ele fotografou a ação dos “tenentes” rebeldes no Paraná em 1924, a Revolução de 1930 nos limites de São Paulo com Paraná, inclusive a passagem de Getúlio Vargas por Itararé (SP) em 28 de outubro de 1930 e a revolta paulista de 1932 na mesma região. Também registrou a passagem do presidente norte-americano Theodor Roosevelt por Porto União da Vitória e as pequenas cidades por onde andou e trabalhou, sem deixar de mostrar seus habitantes. Jansson morreu em 10 de março de 1954 e nos deixou um legado fotográfico de excelente qualidade e de grande interesse histórico. Sua produção fotográfica merece um estudo aprofundado.

5 VAQUEANOS E CORONÉIS: A PRESENÇA DE CIVIS NAS FORÇAS MILITARES DURANTE A GUERRA DO CONTESTADO

5.1 JAGUNÇOS, VAQUEANOS E SERTANEJOS: OS HOMENS DO SERTÃO

Fotografia 31: Piquete de vaqueanos em Três Barras, PR
Fonte: Claro Jansson. Acervo Particular de Paulo Jansson Moretti

Durante muito tempo, a imagem acima foi confundida com uma representação do movimento rebelde. Ela figura na capa do álbum *Contestado*, publicado em 1987 pela Fundação Roberto Marinho. Na página 67 desse livro, a fotografia é repetida com os seguintes dizeres: “Bando de jagunços e fanáticos em demonstração de poder armado e animado por uma dupla de músicos. Nota-se a mistura étnica do grupo”. A informação de que se trata de um grupo de fanáticos e de jagunços aproxima o parecer do autor da legenda da representação militar que se fez do conflito quando de sua eclosão no sul do Brasil. Nessa época, disseminou-se a idéia de que no movimento rebelde havia os crentes nos monges e os bandidos.

O uso do termo jagunço é ambíguo[165] e, se remetido à documentação da época, bem como a memória de alguns sobreviventes, poderia designar tanto os

[165] O dicionário *Aurélio* registra que jagunço significa capanga, mas que também é designativo de “indivíduo do grupo de fanáticos e revolucionários de Antônio Conselheiro (1828-1897), na campanha de Canudos (1896-1897)”.

homens ligados à Santa Irmandade quanto à força armada dos coronéis locais. [166] Paulo Pinheiro Machado (2004) denomina de *tempo do "jaguncismo"* a fase em que as "lideranças de briga" assumiram o comando do movimento. O historiador, atento ao sentido pejorativo da palavra, registra-a com a ressalva das aspas, mas não a descarta em função de ser ela uma atribuição dos próprios contemporâneos do conflito. Também eram comuns os sobreviventes tratarem seus antepassados de fanáticos, o que aparece em suas declarações às autoridades após terem se apresentado às forças repressoras. Embora assumindo a qualificação oficial, certamente os fiéis conferiam sentido diferente à palavra fanático e jagunço, e isso, uma vez esclarecido numa abordagem sobre o assunto, poderia justificar o uso atual dessas designações. A adoção da linguagem oficial por parte dos fiéis não deixa de revelar uma tática dos sobreviventes em adotar expressões das forças repressoras com o objetivo de poupar suas vidas e de familiares, mas também demonstra a incorporação do discurso oficial na memória do movimento, o que exigiria do pesquisador cuidado especial em incorporar a linguagem dos sobreviventes, pois elas nos encaminham para as armadilhas da memória.

Retomando a imagem e a legenda a ela atribuída, é preciso destacar que a confusão entre jagunços e rebeldes não se restringe a uma questão de linguagem e de memória. Acreditamos que a única questão que separa um do outro não é nem mesmo a crença nos monges, uma vez que muitos homens de fora do movimento compartilhavam a fé em João Maria, mas principalmente a participação efetiva na Santa Irmandade.

Essa adesão exigia, em primeiro lugar, comungar do ritmo, do cotidiano e dos rituais vividos pelos fiéis; em outras palavras, uma entrega à causa sertaneja. Causa esta que era dinâmica, incorporando diversas reivindicações que iam da exigência de partilharem suas crenças até a deposição do Presidente Hermes da Fonseca. A questão de limites, a derrubada de políticos locais, a luta pela terra, o combate à exploração internacional feita pela companhia de estrada de ferro e pela madeireira foram incorporados aos poucos ao movimento rebelde. O Contestado nasceu como agrupamento místico e acabou se tornando movimento de oposição à

---

[166] Os fiéis de José e João Maria estavam distribuídos pela vasta região contestada pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina, mas nem todos aderiram ao movimento rebelde que enfrentou as forças oficiais, muitos permaneceram em suas terras e, dependendo da circunstância, colaboraram com os rebeldes ou com as forças repressoras. Santa Irmandade designa apenas os fiéis que, na análise empreendida por Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 11), construíram uma comunidade "que vive, organiza-se e luta contra seus adversários dentro de um espaço e de um tempo míticos".

estrutura de poder dominante na região, porém a incorporação de reivindicações sociais e políticas no movimento não eliminaram a crença nos monges e nos santos, elemento central de coesão dos adeptos da Santa Irmandade.

Afora isso, jagunços e rebeldes eram em quase tudo semelhantes. Suas respectivas composições étnico-sociais eram tipicamente brasileiras, ou seja, havia pessoas das mais diversas etnias e das mais variadas classes sociais. Um olhar atencioso para a fotografia acima nos revela a complexidade dos homens denominados jagunços. Nela vemos negros, mestiços e brancos; homens com trajes simples como o que aparece no centro da imagem: com os pés descalços e uma espada na mão direita, assim como outro jagunço garbosamente vestido a ostentar, além da indumentária, os adereços que lhe conferem autoridade: relho cuidadosamente disposto na mão esquerda para ficar visível sua condição de cavaleiro, a espada a indicar que era oficial da Guarda Nacional e, por que não, o longo bigode, sinal de prestígio dos fazendeiros da época. Ao lado dele, temos outro jagunço com um chapéu diferente dos demais. A peça sugere que ele já serviu em alguma força militar, talvez no Regimento de Segurança de algum estado. A variedade de armas apresentadas é outro elemento digno de nota nessa fotografia, a tecnologia bélica dos jagunços era tão diversificada quanto sua composição social. A diferença de idades também se impõe nessa fotografia constando inclusive um adolescente que apresenta semelhanças físicas com o jovem ao seu lado. Ambos compartilham uma indumentária simples, o que, somado à aparência comum, sugere pertencerem a mesma família.

Há outro elemento curioso nessa fotografia: os homens não estão dispostos hierarquicamente, por idade, por cor de pele, nem tampouco, como era de se esperar em imagens preparadas, por classe social. O que predomina é a liberdade de cada um se apresentar como quiser: vale ressaltar o jeito descontraído do violeiro e o olhar do segundo homem de pé da esquerda para a direita. Não há formalidade alguma no jeito como estão dispostos e isso é um dos elementos que confere a essa imagem não só um valor documental importante, como também valor estético, dado que o fotógrafo foi capaz de captar os homens conforme eles se apresentaram ao invés de impor uma pose-padrão. Sua composição se afasta completamente daquela que verificamos na fotografia militar.

A disposição dos homens na fotografia remete à ilusão de que entre os jagunços todos eram iguais. É muito comum se recorrer à idéia de que nos sertões

do país muitos fazendeiros lutavam lado a lado com seus homens, que comiam do mesmo prato, que partilhavam o mesmo linguajar e costumes. Em muitos casos, isso ocorria, mas não significava, de forma alguma, ausência de diferenciação. No caso dos capangas e coronéis, o que os distinguia era o poder de mando, a audácia e a bravura.

Malgrado a ambigüidade da imagem acima, captada pelo fotógrafo Claro Jansson durante a Guerra do Contestado, ela não exibe um grupo de jagunços/fiéis, mas de jagunços/vaqueanos, ou seja, é um registro do grupo de capangas mobilizados pelos mandões locais para assegurar suas posses e usurpações na região. O esclarecimento só foi feito recentemente, graças ao esforço de pesquisadores como Paulo Pinheiro Machado e Márcia Janet Espig (2008) e do neto do fotógrafo, Paulo Jansson Moretti.

A relação jagunços e fiéis é um dos motivos da análise deste capítulo. Eles usavam táticas militares semelhantes e também compartilhavam o conhecimento da região, sendo este um dos argumentos utilizado pelo Exército para justificar a incorporação de número significativo de civis na força militar de repressão ao movimento rebelde. A presença desses homens depunha contra sua capacidade de o Exército solucionar com recursos próprios o conflito no sul do Brasil. A colaboração dos vaqueanos junto às forças repressoras, por sua vez, revela a fragilidade do poder político pessoal dos coronéis e denuncia a corrida de muitos fazendeiros locais na tentativa de auferir lucros da situação de guerra. Essas idéias que acabamos de enunciar serão examinadas no texto que segue.

5.2 APRESENTAÇÃO DOS VAQUEANOS

De acordo com os dados oficiais da Guerra do Contestado foram incorporados ao exército brasileiro cerca de mil civis.[167] Tal número diz respeito apenas à campanha militar comandada pelo general Fernando Setembrino de Carvalho, que esteve na região entre os meses de setembro de 1914 e maio de 1915. Para os períodos anteriores e posteriores a essa expedição não há referência completa. As informações, embora dispersas, apontam para um número superior a 1500 civis junto às forças repressoras entre os anos de 1912 a 1916. A presença de

---

[167] Números apresentados no relatório redigido por Setembrino de Carvalho (1916) prestando contas da sua atuação na Guerra do Contestado ao Ministro da Guerra. Tais números se referem apenas à expedição militar sob seu comando.

civis junto às chamadas tropas legais instiga alguns questionamentos, pois se o exército defendia uma modernização militar, a significativa presença desses homens incorporados às suas fileiras, não indicaria a incapacidade das forças federais em resolver os problemas no Sul do Brasil? Qual era a aceitação dos coronéis e seus capangas entre os oficiais que atuaram no conflito, particularmente entre aqueles que defendiam um exército moderno e profissional? A essas questões, de fundo propriamente militares, deve ser acrescida uma análise que explore o interesse dos civis que lutaram ao lado do exército. Afinal, esses homens não estavam arriscando suas vidas por um sentimento cívico, como supostamente se acredita que os soldados o faziam, eles possuíam interesses próprios nessa guerra. Quem são eles? Quais as suas motivações? Que relações mantinham com os homens e mulheres da Santa Irmandade?

Essas questões não são fáceis de responder. Ao beber na rica e diversificada produção acadêmica sobre o conflito envolvendo os fiéis de São Sebastião e de João Maria, encontramos informações dispersas que tentaremos sistematizar num texto que aborda o problema. Além da variada produção intelectual e militar sobre a Guerra do Contestado utilizaremos como fonte primária central as folhas de pagamento de civis contratados pelo exército durante a expedição de Setembrino de Carvalho. Nessa documentação é possível localizar informações sobre valores das diárias, o nome completo dos civis, o tempo de trabalho e o bando ao qual estavam ligados.[168]

O acervo dessa documentação não dá conta de todos os bandos incorporados à força repressora de Setembrino de Carvalho, o que dificulta uma análise quantitativa do número de não militares. A maioria das folhas é de serviços prestados à Coluna Norte, cujo acantonamento, ou sede de comando de uma das quatro frentes de guerra, estava situado em Canoinhas/SC.[169] Por meio de outras fontes, como telegramas e memórias de oficiais, foi possível obter maiores

[168] Tal documentação encontra-se depositada no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro (AHEx) e, aparentemente, até o momento permaneceu inédita, pois os pesquisadores não se preocuparam em cruzar as informações presentes para adentrar o universo dos vaqueanos.

[169] O Exército comandado por Fernando Setembrino de Carvalho foi dividido em quatro grandes colunas militares, contendo entre 1500 a 2000 soldados. As Colunas foram nomeadas de acordo com o ponto cardeal ao qual estava localizada a sede do seu comando, sendo essa localização também o ponto de ação sob sua responsabilidade. Sendo assim foram criadas as Colunas Norte, sob o comando do coronel Manoel Onofre Ribeiro; Coluna Sul comandada pelo coronel Raul de Estillac Leal; Coluna Leste sob o comando do coronel Julio César Gomes da Silva e a Coluna Oeste comandada pelo coronel Arthur Sócrates.

informações sobre os bandos ligados às demais colunas, no entanto, tais informações não possuem a minúcia e a regularidade das folhas de pagamento encontradas no AHEx.

Algumas possibilidades podem ser aventadas para a ausência das folhas de pagamento dos demais piquetes.[170] A primeira delas é a de que essa documentação se perdeu ou foi enviada para as regiões do regimento militar de origem. A força militar responsável por defender as proximidades da cidade catarinense de Lages, por exemplo, era sediado em Florianópolis, trata-se do 54º Batalhão de Caçadores. A documentação desse destacamento militar possivelmente seguiu para a capital catarinense, uma vez que o seu comandante, o historiador de farda capitão José Vieira da Rosa, tencionava durante a guerra imortalizar os feitos da sua tropa em uma história da Guerra do Contestado.

Outra possibilidade para a sua ausência se deve ao fato de que alguns bandos tiveram rápida participação ao lado do exército e por motivos diversos foram dispensados. Tal parece ter ocorrido com o piquete do negociante Eugênio La Maison, colocado sob suspeita pelo coronel Fabrício Vieira em telegrama enviado diretamente ao comandante geral das operações militares no Contestado. É o próprio Setembrino de Carvalho que reproduz o conteúdo ao ministro da Guerra:

> Com as necessárias reservas, transcrevo o seguinte despacho do Cel. Fabrício, comandante em S. Matheus de um grupo de vaqueanos, que tem prestado excelentes serviços [Fabrício Veira] "três indivíduos que aqui se apresentam com as famílias nas suas declarações comprometem seriamente Raphael Labela, Cel. Rupp de Campos Novos, Henrique de Almeida, de Curitibanos, Eugênio Lamayson, de quem pessoalmente e por telegrama já vos falei. Dizem afirmativamente que o desfecho geral será o Irany onde tem pessoal competente para na ocasião oportuna agir e disto eu sou há muito tempo convencido. É um perigo armar pessoal naquela zona. Bandidos aparentam auxiliar autoridades com o fim de pegar armamentos". Cordiais saudações, General Setembrino.[171]

É de se registrar que Eugênio La Maison servia a Coluna Norte e aparentemente mobilizou número considerável de jagunços sob sua liderança com o interesse de vender o serviço para o exército. Os registros de sua participação ao lado das forças militares aparecem nos historiadores de farda e nos telegramas,

---

[170] Piquete. Grupo de homens destinados à guarda ou combate. Conforme TOKARSKI, Fernando. *Dicionário de regionalismos do sertão do Contestado* (2004)

[171] Telegrama ao ministro da Guerra, 04 dez. 1914.

mas em nenhum momento nas folhas de pagamento. A denúncia feita pelo coronel Fabrício certamente foi considerada. Em casos como esses, é bem possível que o vaqueano nem mesmo tenha recebido pelo breve serviço prestado durante a expedição de Setembrino, embora haja evidências de que atuou nas expedições militares anteriores à de Carvalho. Apesar disso, seu bando foi equipado belicamente com armamento moderno do exército brasileiro, igualmente o foram todos os demais piquetes incorporados às forças legais.

Outra possibilidade que deve somar-se às anteriores é a de que alguns vaqueanos influentes não recebiam dinheiro pelo pagamento, pois auferiam outros ganhos com a parceria realizada com o exército. Um caso particularmente intrigante é o da participação do já citado Fabrício Vieira. Sua atuação ao lado das forças legais é citada por todos os historiadores de farda e louvada pelo general Setembrino. Ele foi capaz de mobilizar o maior número de homens sob sua autoridade que qualquer outro fazendeiro da região. No entanto, não localizamos sequer uma folha de pagamento referente ao seu grupo.

Apesar da lacuna existente é possível fazer uma análise comparativa dos dados e informações presentes nas folhas encontradas e nos registros efetuados pelos historiadores de farda. Com o cruzamento dessas informações será possível comprovar algumas suspeitas sobre a inter-relação dos integrantes dos piquetes com os adeptos do movimento do Contestado, além de fornecer indícios sobre a complexa variedade de interesses que motivaram os civis a se aliar ao exército.

Quanto ao formato das listas de pagamento encontradas no AHEx vale observar que algumas foram escritas à mão, outras datilografadas. As letras, nem sempre legíveis, dificultam a identificação dos nomes. As folhas manuscritas são de responsabilidade do chefe do piquete civil. Nessas folhas, geralmente redigidas por um homem especialmente designado para tal fim, aparecem registros esparsos tais como a data da morte de alguém do bando, o desconto efetuado no pagamento de outro, os rabiscos a lápis sobre o nome de um vaqueano, dando a entender que o sujeito foi excluído da lista, além de alguns nomes acrescidos de última hora.

Cada chefe dos piquetes enviava a sua lista ao militar comandante ao qual estava subordinado que, por sua vez, mandava providenciar o pagamento. O registro feito no diário de um aspirante a oficial que atuou no Contestado nos mostra que havia listas irregulares. Algumas apresentavam nomes falsos ou

mantinham aqueles dos mortos em combate. Eis o registro feito por João Pereira de Oliveira (1962, p. 70) no dia 7 de dezembro de 1914:

> De ordem do sr. tenente-coronel Estillac, deixou Curitibanos, acompanhado de um piquete de paisanos e uma praça, o capitão-ajudante Fleury, a fim de ir orientar, em Guarda-Mor, o ataque, que se não realizou, contra o bando de jagunços referido na carta do Lino, e ao mesmo tempo verificar se realmente os nossos piquetes constavam do número de homens que figuravam nas relações entregues pelos seus chefes.

Além da suspeita de falcatruas nas folhas de pagamento a informação acima confirma o uso, já anunciado acima, de piquetes em outras colunas que não apenas a comandada pelo coronel Onofre Ribeiro. Vale ressaltar que as folhas de 1914 estão em sua maioria escritas a mão, sendo as de 1915 datilografadas, o que sugere o aperfeiçoamento do aparelho burocrático existente no *front* após poucos meses da presença de Carvalho na região.[172]

No caso das listas datilografadas é anunciado no título o nome do chefe do piquete civil e o mês dos serviços prestados, além de estar dividida em colunas para registrar o nome dos vaqueanos, o número de dias trabalhados, o valor da diária, a importância recebida por cada um e uma coluna para observações. As folhas eram fechadas mensalmente e nem sempre os nomes que apareciam correspondiam ao número real de homens em combate.

No AHEx existem aproximadamente 30 listas referentes ao pagamento dos bandos incorporados à força militar de repressão aos sertanejos. Após organizá-las numa planilha foi possível levantar um total de aproximadamente trezentos nomes, todos ligados apenas à Coluna Norte sob o comando do coronel do exército Onofre Ribeiro.

Uma última observação sobre as listas de pagamento se refere ao registro dos nomes e sobrenomes das pessoas. Eles variam tanto nas folhas manuscritas quanto nas datilografadas. Manoel e Manuel, Rodrigues e Rudrigues, Corat e Coral ou então, como o caso dos Offeling, que aparecem como Offling e também como Hoffling. A situação fica mais complicada em função dos muitos nomes de origem européia (italiano, português, russo, polonês e alemão). A grafia desses nomes muda completamente e somente após exaustiva comparação com as outras

[172] Os primeiros meses de atuação da expedição comandada por Setembrino de Carvalho, setembro a dezembro de 1914, exigiram do general organizar as tropas militares destinadas a campanha do Contestado. Somente a partir de final do mês de dezembro de 1914 que o comandante-em-chefe conseguiu montar um aparelho de guerra completo na região.

listas é que é possível atentar para as semelhanças e verificar que se trata da mesma pessoa ou mesma família. Não duvidamos que tenha escapado alguns sobrenomes, como parece ter sido o caso dos Pesch e dos Pétes, aparentemente a mesma família, mas por falta de elementos de comparação foram mantidos os dois sobrenomes como se fossem de famílias distintas. Nos casos mais evidentes de variedade na grafia dos sobrenomes foi adotado como critério registrar apenas aquela que pareceu mais correta, seja porque se repetiu da mesma forma em várias folhas, seja porque estava mais legível em determinado registro. Optou-se por não contemporizar, conforme as normas atuais, os nomes das pessoas, sendo assim Cyriaco, que poderia ser registrado como Ciríaco, permanecerá como na época.

Sobre a denominação dos grupos foi adotada a linguagem do momento da guerra. Designava-se "piquete civil" o bando chefiado por algum mandão local. Esse poderia ser um coronel, quando possuía patente da guarda nacional, ou simplesmente vaqueano, termo também designativo dos homens incorporados ao piquete. Quanto aos participantes do movimento rebelde, na linguagem da época eram denominados "fanáticos", em função da crença nos monges e em São Sebastião. Dada à carga pejorativa da designação, preferiu-se adotar sertanejo ou simplesmente fiel, tal como registrado nos estudos acadêmicos clássicos do movimento do Contestado, principalmente os feitos por Mauricio Vinhas de Queiroz (1981) e por Duglas Teixeira Monteiro (1974).

5.3 OS HISTORIADORES DE FARDA E OS VAQUEANOS

Antes de efetuar uma análise do papel dos vaqueanos junto às forças federais convém analisar como esses homens eram representados pelos historiadores de farda. As preciosas obras de história escritas por oficiais que participaram da guerra oferecem minúcias de quem presenciou muito dos fatos narrados, eles aproveitaram dados dos acervos cartoriais da região e reproduziram depoimentos e objetos dos sertanejos. Em suas obras é possível entrever a recepção dos vaqueanos nas tropas militares no momento da guerra. Os registros feitos por esses oficiais ilustrados mostram-se importantes por terem sido lidos e referendados por contemporâneos, civis e militares, e por pesquisadores das principais instituições de memória do país.

Os vaqueanos eram completamente desprezados por maioria dos historiadores de farda, tanto quanto por boa parte dos soldados que tiveram que

conviver diariamente com esses mandões locais e seus homens nas fileiras do exército. A rejeição aos bandos civis não ocorria tanto pelo fato de serem provenientes do interior do país, mas pela relativa autonomia dos mesmos dentro das unidades militares. Embora os piquetes fossem subordinados aos oficiais, eles prestavam um serviço ao exército. Os civis incorporados não se viam obrigados à hierarquia militar. Seus laços de dependência não se dirigiam aos oficiais, mas aos coronéis da região. Enquanto o exército tentava construir sua identidade pela disciplina e rígida hierarquia, entre os bandos os laços de dependência eram assegurados, com bem salientou Monteiro (1974, p. 23), pela capacidade que os coronéis tinham de dispor de "recursos materiais, na troca de proteção contra serviços e na possibilidade de recorrer à força".

Para os historiadores de farda a incorporação dos vaqueanos às fileiras do exército era uma péssima decisão do comandante geral, uma vez que eles incorporavam os vícios políticos que predominava no país, além disso, os vaqueanos eram vistos com os fomentadores das intrigas que deram origem ao conflito. Essa é a opinião da maioria dos jovens oficiais ilustrados, porém quem melhor a formulou foi Dermeval Peixoto ao listar de forma concisa e irritada os mandões políticos locais pagos pelo governo federal para combater uma rebelião da qual eram os maiores responsáveis:

> Os Amazonas Marcondes, em União da Vitória, os Arthur de Paula, nas beiras do Iguaçu, os Fabrício Vieira de tradição afamada, os Juca Pimpão, em Palmas e inúmeros chefes e chefetes políticos das hostes paranaenses; os Thomas Vieira, em Canoinhas, os Chiquinho de Albuquerque, em Curitibanos, os Henrique Rupp, em Campos Novos e outros das bandas catarinenses emparelhando àqueles, são todos coronéis da roça, mandões políticos uns e proprietários despóticos outros, em regra preocupados com a dilatação de suas terras e com o crescimento complicado dos bandos de seus animais (PEIXOTO, 1995a, p. 18).

A incorporação dos vaqueanos às tropas legais, por sua vez, é justificada por alguns oficiais como necessária, pelo fato deles possuírem profundo conhecimento da região e dos habitantes, informações consideradas indispensáveis para o sucesso das ações de guerra no *front*. O exército desconhecia totalmente o teatro das operações dado a falta de cartas geográficas da região, diante disso os oficiais mal conseguiam se localizar no vasto território conflagrado. Muitas vezes, em sua marcha rumo aos redutos, as tropas caíam em emboscadas ou eram surpreendidas com tiros sem nem mesmo saber de onde

partiram. Com os piquetes civis que sabiam reconhecer bem as pistas deixadas pelos sertanejos, bem como localizá-los entre a vasta vegetação, poderiam se precaver dos ataques surpresas. Além disso, como não raro, tropas inteiras se perdiam nas labirínticas trilhas existentes, somente com experimentados habitantes locais poderiam vencer as artimanhas da natureza que parecia tão favorável aos rebeldes. Para Peixoto, contudo, a presença dos civis junto ao exército não convencia nem mesmo sob essa justificativa:

> Ignorantes como a tropa, em respeito aos caminhos e veredas, os tais vaqueanos foram uma nova e perniciosa espécie de combatentes postos ao lado dos soldados, cheios de privilégios, bem pagos e sem o principal fator da vitória – o aproveitamento dos disparos, isto é, a disciplina de fogo. Em nada valia uma valentia inconteste da maior parte desses jagunços mansos armados em favor da legalidade. Seu rendimento militar era insuficiente para o gasto respectivo e, sobretudo, pesava a razão de não se dever misturar com a tropa, homens que mais cedo ou mais tarde poderiam bandear-se para os rebeldes, como houve exemplos... (PEIXOTO, 1995a, p.19).

De opinião semelhante, outro historiador de farda, o então tenente Herculano Teixeira d´Assumpção, apresenta os homens dos piquetes civis incorporados à Coluna Sul como contraponto à bravura dos soldados do exército. Na fabulosa epopéia construída por esse historiador de farda, os bandos civis são representados como arrogantes e covardes. Ao citar o episódio em que um oficial do exército ordena uma missão para o bando de Francisco Lino, ele destaca as características negativas dos vaqueanos:

> O Lino, à frente do seu piquete, recebia as instruções para o bom desempenho da sua nova missão. Os seus homens, porém, não faziam boa cara ao ouvir os ditames dessa espinhosa incumbência; um "frisson" de medo percorreu-lhes a espinha. A sua habitual pimponice sofria um novo golpe de morte (ASSUMPÇÃO, 1918, p. 98-99).

Outra representação freqüente nos historiadores de farda é de que os vaqueanos eram, além de traidores, bárbaros e sanguinários, tanto quanto os mais afamados sertanejos ligados ao movimento rebelde. Eles são apontados como os autores das degolas, dos estupros, dos saques às propriedades, dos assassinatos de pessoas, muitas delas sem nenhum vínculo direto com a Santa Irmandade.

Mesmo tão depreciados, a presença desses homens junto ao exército era maior que o contingente militar do 54º Batalhão de Caçadores, proveniente de Santa Catarina e composto por aproximadamente trezentos homens entre soldados

e oficiais.[173] Qual era a necessidade desses homens além da justificativa de que eram exímios condutores pelos sertões catarinenses? Setembrino de Carvalho e a alta oficialidade militar que concordava com a presença dos vaqueanos entre as tropas oficiais certamente não ignoravam os interesses particulares da maioria dos vaqueanos na contenda envolvendo os seguidores de José Maria. Também não desconheciam os riscos que tais homens representavam à imagem de um exército moderno e profissional idealizado pelo comandante geral para essa campanha. Apesar disso, foram largamente utilizados e em determinados momentos suas decisões se chocavam com a dos oficiais militares.

Ao analisar a participação dos vaqueanos junto às forças repressoras percebemos que desempenharam importante papel na condução do exército no teatro das operações de guerra, no entanto, o uso desses bandos não ficou restrito a condição de guias. Eles pegaram em armas, aliás, eles receberam armamentos modernos do exército e atuaram em tropas de cavalaria e de infantaria. Tiveram participação ativa nos combates e, na maioria das vezes, assumiam as tarefas mais arriscadas, pois geralmente eram colocados na vanguarda, sendo, portanto, os primeiros a enfrentar a hostilidade dos sertanejos quando se encontravam nos prados catarinenses.

5.4 SOBRE OS PIQUETES E SUA ORGANIZAÇÃO

Embora a documentação seja mais precisa sobre os bandos que serviram durante a campanha comandada por Setembrino de Carvalho, a presença dos mesmos junto às forças militares foi prática corriqueira desde as primeiras expedições oficiais contra os sertanejos do Contestado. O general Mesquita que atuou na região entre os meses de abril e maio de 1914, registra que solicitou ao inspetor da 11ª Região Militar a incorporação, remunerada, de 200 civis, mas só conseguiu autorização para 60 (MESQUITA apud PEIXOTO, 1995a, p. 139). Nas primeiras expedições repressoras enviadas ao agrupamento religioso de Taquaruçu em dezembro de 1913, registra-se a presença dos piquetes civis sob o comando do capitão do Exército Esperidião José de Almeida.[174] Entre os civis

[173] O 54º BC estava subordinado a coluna sul e o número apresentado (269 praças de *pret*, 11 oficiais combatente e 3 oficiais não combatentes) é de 28 de novembro de 1914. Esses números oscilaram com o desenvolvimento da guerra.

[174] Conforme Assumpção (1917, p. 247) esse oficial foi reformado no posto de major graduado, e 1 de setembro de 1915.

consta o nome de Salvador Pinheiro Machado, temido bandido nos sertões catarinenses mais conhecido como "Dente de Ouro".[175] Salvadorzinho, como também era chamado, provinha de família influente: era sobrinho do senador Pinheiro Machado. Ele fugiu do Rio Grande do Sul por envolvimento em homicídio. Buscou refúgio no planalto catarinense e foi recebido pela família Ramos, de Lages, com quem mantinha laços de parentesco. Durante a Guerra do Contestado "Dente de Ouro" foi um dos vaqueanos do coronel Fabrício Vieira e contribuiu para avultar os crimes cometidos pelo bando desse oficial da Guarda Nacional. De acordo com Machado (2004, p. 282) "Salvadorzinho continuou atuando no planalto norte com um piquete reduzido de dez vaqueanos, vivendo da venda de 'proteção' a fazendeiros e comerciantes da região, submetidos ao constrangimento e ameaça de seu piquete".

Uma terceira evidência que comprova o uso regular dos vaqueanos antes mesmo da grande expedição comandada pelo general Setembrino de Carvalho é oferecida pelo depoimento de um ex-vaqueano entrevistado por Duglas Teixeira Monteiro durante a década de 1970. O sr. Ireno relata que no primeiro combate de Taquaruçu – fevereiro de 1914 – havia duzentos vaqueanos sob o comando do Capitão Vieira da Rosa e do chefe de polícia de Santa Catarina (MONTEIRO, 1974, p.243-244).

A maioria dos bandos auxiliares do exército nas primeiras expedições não era remunerada e se incorporava às forças repressoras para defender suas terras, para saquear as propriedades dos fiéis ou por vingança.

Dada a dificuldade em precisar o número de civis nas primeiras expedições em função da exígua documentação produzida naquele momento, é apresentada abaixo uma tabela dos vaqueanos incorporados à expedição Setembrino.

[175] Essa expedição não chegou a confrontar-se diretamente com os fiéis de João Maria. Conforme se verifica na tabela das expedições militares apresentada no capítulo 1.

Nome	Coluna	Observação
Alfredo Collette	Sul	
Caetano Ribeiro	Norte	Capitão Guarda Nacional
Davi Padeiro	Norte	
Eugenio La Maison	Norte	
Fabricio Vieira	Norte	Coronel Guarda Nacional
Francisco de Paula	Sul	
Francisco Lino	Sul	
Francisco Pires	Sul	
João Alves	Leste	Coronel Guarda Nacional
João Göetten Sobrinho	Sul	
Julio Hildebrando	Norte	Reservista do Exército
Leocadio Pacheco	Norte	Capitão Guarda Nacional
Manoel Elias de Souza	Norte	
Nicolau Bley Netto	Leste	Coronel Guarda Nacional
Pedro Ruivo	Norte	
Salvador Pinheiro	Norte	

QUADRO 2 –VAQUEANOS QUE SERVIRAM AO EXÉRCITO NA GUERRA DO CONTESTADO (1914-1915)
Fonte: Peixoto, 1920; Assumpção, 1917

Alguns piquetes atuaram por pouco tempo, outros serviram ao exército até o fim da campanha. Os nomes dos chefes listados acima demonstram que a utilização de civis junto das forças militares não era novidade na região. Tal prática antecedeu a campanha de Carvalho, mas foi explorada de forma mais sistemática a partir de sua atuação como comandante das forças repressoras. Em função disso, entre os números levantados os mais seguros são os referentes à Coluna Norte, sob o comando do coronel Onofre Ribeiro. As folhas de pagamento existentes no arquivo do exército dizem respeito aos bandos de Pedro Ruivo, Leocádio Pacheco, Pedro Pacheco, Bonifácio Massaneiro e Manoel Elias de Souza.

O questionável na colaboração dos vaqueanos não é o fato de serem civis, mas a conhecida má fama que muitos deles gozavam na região. Alguns se aliaram ao exército para resolver querelas ligadas à honra e a vingança, geralmente motivada por crimes cometidos contra parentes ou destruição de propriedade, mas havia também os aventureiros sequiosos da pilhagem e do banditismo, atraídos pelo protetorado do exército. A incorporação a um bando civil acenava, à época, como um bom negócio, além dos butins os bandos civis poderiam se beneficiar dos recursos liberados pelo ministro da Guerra para a grande expedição comandada por Setembrino de Carvalho. As notícias sobre o empreendimento

bélico foram amplamente divulgadas nos jornais da época e despertaram a cobiça de alguns personagens locais que, movidos por outras ambições, aproveitaram para oferecer seus serviços ao exército brasileiro.

A cobiça, aliás, é um aspecto pouco explorado na guerra do Contestado. Além dos coronéis da região, as elites econômicas e políticas do Paraná e de Santa Catarina também aspiravam a seu quinhão nesse conflito. Na posição de inspetor da 11ª Região Militar Setembrino de Carvalho faz saber que a partir de 22 de setembro de 1914, caberia a empresa *M. Loureiro & Companhia*:

> Fornecer aos armazéns de Campanha situados no Porto União da Vitória e na cidade do Rio Negro, víveres, forragem, ferragens e outros artigos, para a subsistência das forças, alimentação dos animais, para outros misteres e para o hospital de sangue, tudo das forças em operações de guerra no interior dos Estados do Paraná e Santa Catarina (CARVALHO, 1916, p. 213).

A empresa teria vencido uma concorrência aberta segundo os ditames da lei. A citação acima nos mostra como ela centralizava toda a distribuição de produtos, desde forragens, alimentação até material para os hospitais. Os catarinenses, indignados, reclamavam em alta voz na imprensa de Florianópolis. Diziam que além da zona beligerante situar-se quase totalmente em território de Santa Catarina seus filhos não obtinham lucro nenhum com a guerra, como fica evidenciado na citação abaixo:

> Diga-se de uma vez para sempre, Santa Catarina só tem sofrido com essa campanha, o Paraná só vantagens tem auferido. Santa Catarina viu as suas localidades destruídas, seus campos devastados, o comércio arruinado, a população ordeira sacrificada e as rendas públicas completamente anuladas pela desorganização dos serviços públicos na zona infestada. O Paraná, radiante, desfrutando nossas terras, assiste ao desenvolvimento de todos os departamentos da administração, com o comércio tranqüilo e próspero, monopolizando todos os fornecimentos.[176]

Em Santa Catarina a família dos *Hoepcke*, uma das principais detentoras do comércio no estado, esperava lucrar com a guerra, uma vez que abastecia o Regimento de Segurança catarinense, distribuía produtos variados pelo interior do Estado, controlava a companhia de navegação em Florianópolis e, como de costume na época, também vendia armas e mantimentos.

Mas além dos benefícios econômicos da situação de guerra na região contestada por Paraná e Santa Catarina, havia os políticos. É certo que o conflito

---

[176] *Folha do Comércio*, Florianópolis, 8 abr. 1915.

ganhava força considerável e os destacamentos militares locais não conseguiam resolver o problema, mas não é menos certo que os presidentes de Estado, Felipe Schmidt, de SC, e Afonso Camargo, do PR, esperavam com essa intervenção acionar seus caciques no senado e conquistar vantagens políticas com a intervenção militar. Ambos acreditavam que com as influências políticas que dispunham poderiam resolver a querela judicial sobre o tratado de limites dos dois Estados, tendo Setembrino de Carvalho como árbitro.[177]

O general, em suas memórias, relata que ao ser indicado para assumir a campanha contra os rebeldes foi procurado às vésperas de sua nomeação oficial por um senador paranaense, Alencar Guimarães, que explicitou seu desejo de ver o Estado do Paraná beneficiado por uma possível intervenção política na região. Carvalho descreve inclusive os expedientes que antecediam, como de praxe, esse tipo de conversa: jantar luxuoso, convite para caminhada, referências vagas sobre os benefícios de um pacto de amizade política. Irritado com a sondagem do senador, o general Setembrino de Carvalho afirma ter recusado a proposta de Guimarães, mas entendido os reais interesses envolvidos do jantar.

Assim como os paranaenses contavam com o peso e a influência do senador Alencar Guimarães, amigo pessoal de Pinheiro Machado, os catarinenses também dispunham de representantes no jogo político. Não se pode esquecer que Felipe Schmidt era oficial do exército e que certamente não veria problema em recorrer à camaradagem militar para conquistar vantagens políticas, além de contar com o conterrâneo Lauro Muller, senador de grande influência na época e também oficial do exército brasileiro.

Além dos ganhos políticos e econômicos provenientes dos grandes negócios e conchavos com que essa intervenção acenava, no dia-a-dia os mandões locais disputavam as migalhas da guerra. Nesse sentido, é correta a interpretação de Vitor Nunes Leal (1997) de que a política oligárquica da Primeira República, ao invés de conferir maior poder aos coronéis, enfraqueceu sua autonomia, já que eles passaram a depender diretamente das benesses das oligarquias se tornando mais sensíveis às mudanças políticas e econômicas locais. Com a Proclamação da República, embora mantendo seu prestígio, os coronéis perderam parte de sua

---

[177] O STF deu ganho de causa a Santa Catarina em 3 momentos sucessivos: 1904, 1909 e 1910. Pela sentença Santa Catarina ficava com as terras ricas em erva-mate, no entanto, os paranaenses contestavam a decisão judicial baseando-se no *uti possidetis*, ou seja, o direito de posse das terras por eles ocupadas e exploradas há décadas (Cf. MACHADO, 2004).

autonomia política, logo, necessitavam formar ou aliar-se a uma oligarquia para barganhar recursos que lhe garantiria o prestígio. A chegada do Exército lhes acenava com uma parceria proveitosa. Duglas Monteiro (1974, p. 29), em sintonia com as idéias de Leal afirma que durante a Guerra do Contestado o que se verificou foi que,

> (...) tanto o "coronel" oposicionista, respeitado pelos laços locais, como o situacionista, por esse mesmo motivo e, mais ainda, pelo respaldo da oligarquia de Florianópolis, foram, com habilidade "política", submetidos à autoridade maior representada pelo Exército, subordinando-se o mandonismo de ambos ao "interesses gerais". Rompera-se o equilíbrio de forças sobre o qual se sustentavam.

Como podemos verificar Monteiro já anuncia em estudo realizado na década de 1970 o enfraquecimento dos coronéis da região. Seguindo sua interpretação destacamos que se a República estabeleceu nova relação política entre mandões locais e política nacional, conforme afirmado por Vitor Leal, não é de se estranhar que tenha havido novas relações da massa com o coronel. Os laços que uniria esses dois grupos não seriam mais firmados apenas pela tradição e pela honra, embora esses elementos ainda fossem de extrema relevância. Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 27) destaca ainda que:

> Alguns episódios ligados à Guerra Santa evidenciam a presença de um elemento de ambigüidade no relacionamento entre os poderes estatais (federais), representados pelo Exército, as oligarquias estaduais e as chefias locais. Mais ainda, mostram que essa ambigüidade tendia a resolver-se pela subordinação do "coronel".

Subordinação, vale assinalar, nas negociatas políticas. Monteiro conclui com perspicácia que a presença de velhos e novos coronéis na disputa pela terra era um forte indicio do declínio do poder coronelístico, ou melhor dizendo, da sua subordinação aos interesses das oligarquias estaduais e ao poder federal. Concordamos com Paulo Pinheiro Machado (2004, p.91) ao afirmar que o poder do coronel no planalto catarinense não estava atrelado à sua capacidade de arrebanhar homens que decidiriam as eleições estaduais, nacionais e até municipais, mas ao poder tradicional que possuía. Machado (2004, p. 129) ressalta que "As autoridade do planalto norte-catarinense sofriam de uma fraqueza que provinha do próprio perfil social da região, ou seja, da existência de muitos posseiros e pequenos lavradores independentes". Tal fato ajuda a entender a crise política que se instaurou durante a eclosão do movimento rebelde e a corrida dos

vaqueanos para o protetorado oferecido pelo exército, além de corroborar a tese defendida por Monteiro.

Na pista deixada por Machado e por Monteiro vale se perguntar que benefícios os pequenos e grandes fazendeiros poderiam tirar da chegada das forças federais na região? Como usar a guerra para eliminar adversários políticos? Como vimos o conluio dos coronéis e vaqueanos com exército sugere dependência e não autonomia conforme se crê possuírem esses homens. Um exame cuidadoso da organização dos piquetes civis que aparecem na documentação regular do exército ajuda a responder algumas dessas questões e abre possibilidade para algumas generalizações acerca dos ganhos dos bandos civis na região.

O contingente de um piquete variava de 30 a 50 homens, no entanto um vaqueano chefe poderia ter sob seu comando vários piquetes, estando à frente de um número de comandados que chegava a 150 capangas. Um oficial do exército que tomou parte nas ações militares do Contestado afirma que "na zona do Herval, o negociante hervateiro Eugenio La Maison conta com mais de meia centena de tabaréus em pé de guerra 'para o que der e vier'" (PEIXOTO, 1995a, p. 29). Outro oficial afirma que o coronel Fabrício Vieira chegou a comandar 150 vaqueanos (ASSUMPÇÃO, 1918, p. 23). O capitão Vieira da Rosa em suas "Reminiscências" (1919, p. 32) afirma que em meados de 1914 a cidade de Lages contava com "cerca de 600 civis irregularmente armados e 60 homens do 54 [Batalhão de Caçadores] sob o comando de Januário de Abreu". Se estes números se referem apenas a cidade de Lages, é possível aceitar a colocação de Paulo Machado (2004, p. 94) ao afirmar que os vaqueanos chegaram a liderar "centenas e até milhares de capangas no auxilio as tropas federais".

Ao ser incorporado às forças legais cada bando recebia armas e munições do exército brasileiro – em sua maioria de proveniência alemã – e também a mesma ração distribuída aos soldados. Os vaqueanos da Coluna Norte recebiam uma diária de 5$000 (cinco mil réis). O pagamento era efetuado mensalmente direto ao chefe do bando que se comprometia a encaminhar a importância devida para os seus homens. O montante recebido pelo trabalho de um mês era de 150$000 e de acordo com algumas testemunhas nem sempre era repassado aos

vaqueanos (MONTEIRO, 1974, p. 243-244).[178] A diária não era insignificante, uma vez que um funcionário da *Lumber*, madeireira norte-americana fixada na região, também ganhava cinco mil réis por dia trabalhado, mas se comprarmos com o soldo de um inferior do exército verificamos uma diferença razoável. Consta na tabela de vencimentos dos oficiais e praças de 1910 que os cabos, músicos de 2ª classe, anspeçadas e corneteiros percebiam um soldo mensal de 24$000.[179] Embora o valor esteja sem as devidas gratificações é bem possível que ele não ultrapassasse cinqüenta mil réis por mês. Isso significa que um vaqueano poderia ganhar três vezes mais que um praça.

A formação dos piquetes civis, embora anteceda a chegada das tropas federais na região – vale lembrar que a formação de bandos de jagunços consistia numa unidade de mando tradicional na sociedade rural brasileira - aparentemente se reestruturara com o acirramento da guerra. Além dos soldos oferecidos aos civis havia os benefícios que poderiam ser angariados com esse serviço, principalmente o comércio de alimentos e de animais.

A região do Contestado apresentava terreno acidentado, os planaltos dificultavam o transporte de materiais bélicos e munição sertão adentro. O número de animais do exército federal transportado para a região não atendia às necessidades da guerra. Na tabela abaixo é discriminado o número de solípedes conduzidos à zona conflagrada: [180]

TABELA 4
COMPOSIÇÃO DAS COLUNAS EM OPERAÇÕES NO INTERIOR DOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA EM 28-11-1914

Coluna	Solípedes de Sela	Solípedes de Cargueiro	Soma
Norte	145	173	318
Sul	504	20	524
Leste	111	68	179
Oeste	68	34	102
TOTAL	**828**	**295**	**1123**

Fonte: Carvalho, 1916

[178] Cabe ressaltar que o governo catarinense oferecia a diária de 1$000 aos vaqueanos incorporados à Força Pública do Estado.
[179] Conforme Lei nº. 2.290 de 13 de dezembro de 1910. Os valores presentes nessa tabela regulam os vencimentos dos oficiais e praças do Exército e da Armada. A lei está disponível no site: http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action Acesso em: 6 nov. 2007.
[180] Conforme o dicionário *Aurélio* solípede refere-se ao animal que tem só um casco em cada pé.

Observe-se que os animais de sela predominam sobre os de carga. Na topografia dos sertões catarinenses estes eram mais necessários que aqueles, no entanto, Setembrino de Carvalho não hesitou em conduzir do Rio de Janeiro o dobro de animais de sela em relação aos de carga. O motivo desse disparate estava naquilo que o oficial catarinense, Vieira da Rosa, com razão atacou: as tropas federais enviadas ao território conflituoso se compunham de batalhões aristocráticos. Seu objetivo central era construir a imagem de um exército poderosamente equipado e profissional (vide capítulo 4). Desfilavam com padiolas importadas, metralhadoras, canhões, e binóculos provenientes da Alemanha e da França. Tais equipamentos eram de grande utilidade para os desfiles públicos na capital federal e para a auto-imagem do exército inventada por meio das fotos enviadas para os principais jornais do país, mas de pouco, ou nenhum uso no momento da guerra. Isso porque não existiam em número suficiente para todos, nem tampouco estavam adaptados ao baixo nível do treinamento dos soldados, consequentemente, apenas um grupo privilegiado dos oficiais, e suas respectivas tropas, tinha acesso a tais equipamentos, enquanto aos demais faltavam artigos básicos.

No quadro de despesas extraordinárias da guerra ficam evidenciados os gastos efetuados com animais e transportes durante a campanha de Setembrino de Carvalho.

TABELA 5
DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS DA GUERRA DO CONTESTADO

	Gastos 1	Gastos 2	
Despesas	**Valor**	**Valor**	**Soma**
Material	221:959$726	50:134$515	272:094$241
Transporte em carroças e cargueiros	46:858$356	28:646$700	75:505$056
Compras de animais	20:916$790	26:418$000	47:334$790
Folhas de civis	181:288$694	299:317$450	480:606$144
Excesso de forragem	23:979$434	108:032$871	132:012$305
Terço de campanha e meia etapa	405:000$000		405:000$000
TOTAL	**900:000$000**	**512:549$536**	**1.412:549$536**

Fonte: CARVALHO, 1916

Os números oficiais apresentados na coluna "Gastos 1" se referem ao crédito de novecentos mil réis concedidos pelo governo, conforme prestação de conta efetuada em 3 de abril de 1915 (CARVALHO, 1916, p. 180). Como

Setembrino de Carvalho previra que a campanha duraria até junho do referido ano, e uma vez esgotados os recursos iniciais, solicitou mais verba. Conseguiu o crédito de um conto e quinhentos mil-réis, dos quais ele explicita o gasto de pouco mais que quinhentos mil [Gastos 2]. O comandante geral da Campanha do Contestado salientou que essa última importância foi "despendida extraordinariamente com a última expedição do Contestado" e ressalvou: "mas ainda não se pagou a última quantia, despendida toda ela a crédito".

Os gastos com material incluíam principalmente aqueles adquiridos no comércio, como cangalhas, bruacas e material de acampamento. Possivelmente eles foram destinados à grande empresa fornecedora citada acima - *M. & Loureiro* -, cabendo incluir também a forragem. No entanto, é possível que tenham sobrado algumas migalhas para o comércio das cidades mais importantes como Rio Negro e Porto União da Vitória, ambas paranaenses. Ao somar os gastos com excesso de forragem e material constata-se que quase 25% das despesas oficialmente declaradas foram destinadas a empresas comerciais. Os maiores dispêndios se referiram a pagamento de civis, compras de animais e transporte em carroças e cargueiros. Somados, tais gastos correspondem a mais de 40% de tudo que foi pago aos civis na campanha liderada por Setembrino de Carvalho.

O aluguel e a venda dos animais de carga eram dois dos benefícios explorados pelos homens da região, muitos deles fazendeiros renomados. Outra forma de lucrar era com o fornecimento de alguns produtos básicos para abastecimento do exército. De acordo com um oficial que participou ativamente da campanha de guerra, o preço dos gêneros alimentícios subira exorbitantemente com a chegada das forças militares. O historiador de farda Herculano Teixeira d´Assumpção (1917, p. 55) constatou que um litro de leite custava entre 60 a 100 réis, com a chegada do exército era vendido por 200 réis; a dúzia de ovos passou de 200 para 500 réis. Vale ressaltar ainda que se o aumento dos preços beneficiou uns poucos, penalizou a maioria da população local.

Além dos gêneros básicos, o preço de transporte, aluguel e venda de muares também foram inflacionados na região. Setembrino de Carvalho registrou:

> Sem uma lei de requisições militares, que obrigasse o comerciante ou o proprietário à cessão imediata, e preços correntes, do material e dos animais necessários, procurei restringir a exploração do mercado expedindo um civil e depois uma excelente comissão de três oficiais [1º Tenente Oscar de Almeida e Augusto de Lima Mendes e 2º tenente

> veterinário Oscar Carlos Reis] para adquirir respectivamente muares e cavalos no Rio Grande, seguindo outro civil, quase nos mesmos dias e com a mesma incumbência, para o município de Palmas (CARVALHO, 1916, p. 51).

A informação prestada acima pelo comandante acerca da comissão responsável pela compra de animais merece crédito à medida que confirma os relatos sobre os altos preços cobrados na região, mas isso não impediu que alguns mandões locais se beneficiassem do expediente. A começar pelo fato das comissões serem efetuadas ou orientadas por um civil. O eleito devia ser remunerado pelo serviço e possivelmente indicaria algum amigo, parente ou comparsa, para a transação. Vale destacar que boa parte da região do Contestado foi inicialmente colonizada por tropeiros que faziam a rota Rio Grande do Sul/Sorocaba. Os habitantes mantinham estreitas relações com os vizinhos no RS, logo, deixar de comprar animais no Planalto Catarinense para buscá-los em terras gaúchas não significava reduzir a possibilidade de vantagens dos fazendeiros. Além disso, o transporte desses animais até o teatro das operações certamente contribuía para aumentar as despesas com a operação.

Retomando as informações apresentadas na tabela acima é preciso ressaltar que os gastos com o pagamento de civis - leia-se: vaqueanos - correspondiam a mais de um terço das despesas oficialmente declaradas.

Os benefícios apontados acima, como serviços dos vaqueanos, venda de animais, transporte de mercadorias etc. eram oficialmente garantidos aos bandos, porém, eles não esgotavam as vantagens desses mandões com a guerra. Somavam-se a isso os saques realizados às propriedades e bens dos habitantes da região sob o aval do exército brasileiro. Esses eram um dos recursos mais vantajosos na aliança dos civis às forças repressoras. As pilhagens foram de tal forma praticadas no sertão catarinense que um grupo de fazendeiros da região abriu um processo no ano de 1915 exigindo do governo federal indenização pelas fazendas destruídas, animais arrebanhados e pelos saques às suas propriedades. Entre os denunciantes estava, como informa o jornal catarinense *Folha do Comércio* (20-2-1915), o coronel Zacharias de Paula Xavier, de Curitibanos.

O caso não era isolado. Conforme analisaremos no capítulo seguinte, punição de furtos em casa comercial feitos, comprovadamente, por soldados do exército pipocavam nas chamadas ordens do dia. Notícias como essas chegavam à

imprensa, criava pânico nas pessoas e, por fim, respingavam na política dos governadores.

A estratégia em casos como esses era responsabilizar os piquetes civis pelas ações bandoleiras. A presença dos bandos junto às forças repressoras encobria a violência praticada na guerra, fosse ela cometida ou não por militares. Além disso, os bandos ofereciam outras vantagens ao "glorioso" Exército. Os homens dos piquetes civis além de guias faziam muito dos serviços pesados como o transporte de equipamentos e a abertura, a facão, de picadas no interior do sertão. A eles cabia, muitas vezes, uma das atividades mais arriscadas da guerra: o serviço de bombeiro - como era designada a espionagem na linguagem da época - que consistia em infiltrar-se em vilas santas, passando-se por fiel, para em seguida retornar com informações sobre número de pessoas, capacidade bélica e organizacional dos redutos.

Os vaqueanos eram nomeados ainda para proteger regiões estratégicas para salvaguardar os interesses dos poderosos da região. Em maio de 1914 o diretor da companhia norte-americana *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* enviou o seguinte telegrama para o governo brasileiro:

> Está em abandono a zona infestada pelos fanáticos, havendo falta de garantias individuais e para as propriedades. Por isso vimos perante o Chefe da Nação protestar contra as retiradas das forças, responsabilizando a União pelos prejuízos que possamos sofrer naquela zona, procurando assim salvaguardar os interesses nossos que podem ser lesados em conseqüência daquele ato, pois é sabido que as povoações estão ameaçadas por uma horda de fanáticos, conforme protesto que lavramos hoje perante os representantes da justiça federal, para a todo o tempo fazermos valer os nossos direitos (Assinado) Bischap (sic), Diretor da Companhia *Lumber* (apud PEIXOTO, 1995a, p. 147).[181]

O documento foi remetido no momento da retirada da expedição comandada pelo general Carlos Frederico de Mesquita, veterano da guerra de Canudos. Como vimos no capítulo 1, após breve estadia na região ele decidiu dissolver a operação das forças federais no Contestado por julgar que o conflito instaurado na região advinha da politicagem local.

Vale assinalar o tom peremptório de Bishop na correspondência enviada ao governo federal, com ameaça de responsabilizar a União pelos prejuízos causados pela guerra. Resultado: ao assumir o comando da campanha militar,

[181] Esse mesmo documento é reproduzido em Assumpção (1917, p. 287).

Setembrino de Carvalho pagou com dinheiro público um bando de civis para proteger a estação ferroviária situada na pequena vila constituída pelo avanço paranaense denominada Três Barras. O piquete responsável pela segurança da estação era liderado pelo vaqueano e grileiro Leocádio Pacheco, ele possuía interesses particulares em manter a segurança em Três Barras, pois vendia terras usurpadas por meio de contratos "legais" firmados em cartórios paranaenses. A presença de homens sob sua liderança estreitava os laços de cumplicidade entre sua família e dirigentes da estrada de ferro e companhia colonizadora de terra. De acordo com Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 151) a família Pacheco "vendeu 16 mil hectares de terras à *Lumber*, na região contestada de Três Barras". Ele afirma ainda que "os irmãos Pedro Firmino e Leocádio Pacheco venderam, em meio a esta terra 2 mil hectares que eram reivindicados por Aleixo Gonçalves de Lima, mas que os Pachecos tinham registrado em seu nome em cartório paranaense" (2004, p. 162).

A empresa já mantinha um grupo de jagunços particulares no local. De acordo com Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 152) "a Lumber possuía um corpo de segurança de mais de 300 guardas, o que representava, na época, um efetivo superior ao do Regulamento de Segurança de Santa Catarina que possuía, em 1910, 280 homens (...) espalhados por todo o estado". O cenário da estação ferroviária remetia a construção cinematográfica do faroeste norte-americano, como bem representa a imagem abaixo.

Fotografia 32: Funcionários e seguranças da Lumber (1912)
Fonte: *Contestado*, 1987

A companhia estrangeira apesar de cobrar segurança do governo não facilitou em nada as ações de guerra no Contestado. Como o teatro das operações ficava distante do litoral, o transporte de víveres, pessoas, animais e equipamentos bélicos tinha que ser feito por trem. A empresa se beneficiou o máximo que pode com a prestação de serviços ao exército ao cobrar elevados preços pelo transporte, atrasar as entregas e ainda disponibilizar os piores vagões para esse fim.

A assinatura das folhas de pagamento do piquete remuneradao pelo exército para defender a estação de Três Barras, demonstra como a chefia dos bandos estava indissociavelmente presa a unidade familiar. A liderança poderia ocorrer diretamente pela figura do mandão local, ou indiretamente por meio de um dos seus nomeados, geralmente alguém da família. O bando estacionado em Três Barras, por exemplo, é confiado ao filho de Leocádio Pacheco, chamado Pedro.

Na documentação do exército o nome de alguns vaqueanos aparece em mais de uma folha de pagamento no mesmo mês. Esse é o caso do já citado Leocádio Pacheco e também de Pedro Ruivo. O primeiro aparece na folha que faz registro do bando por ele liderado e também no piquete chefiado pelo seu filho. Ruivo, por sua vez, é registrado nas folhas referentes ao seu bando e no de Manoel Elias de Souza. Isso significa que os chefes recebiam duplamente, cabendo ressalvar que Pedro Ruivo foi o único dos vaqueanos que percebia uma

diária maior que os demais (dez mil réis). O motivo de tal privilégio não é explicado nos documentos.

Como já afirmado acima, os vaqueanos, em sua maioria, eram agregados dos chefes do bando e viviam sob sua proteção. Geralmente se dedicavam à agricultura ou a cuidar do gado e do cavalo do seu protetor. As relações que mantinham com o senhor eram de fidelidade, podendo inclusive morrer defendendo sua vida e seus interesses. Tal relação incondicional de amizade entre vaqueano e chefe era estendida à família, pois muitas das vezes solicitavam ao fazendeiro que batizasse sua prole.

Além de trabalhadores rurais agregados à posse do fazendeiro havia entre os vaqueanos um anônimo agente da estação da estrada de ferro e um telegrafista em Canoinhas, Sr. Aracydeo Ferreira, todos no bando de Pacheco. Sob a liderança de Pedro Ruivo há referência de um agrimensor, Wolff Filho, lutando ao lado de seu pai, Rodolpho Wolff.[182] É registrada ainda a presença de um reservista do exército de nome Julio Hildebrando na liderança do piquete situado na cidade catarinense de Lages.

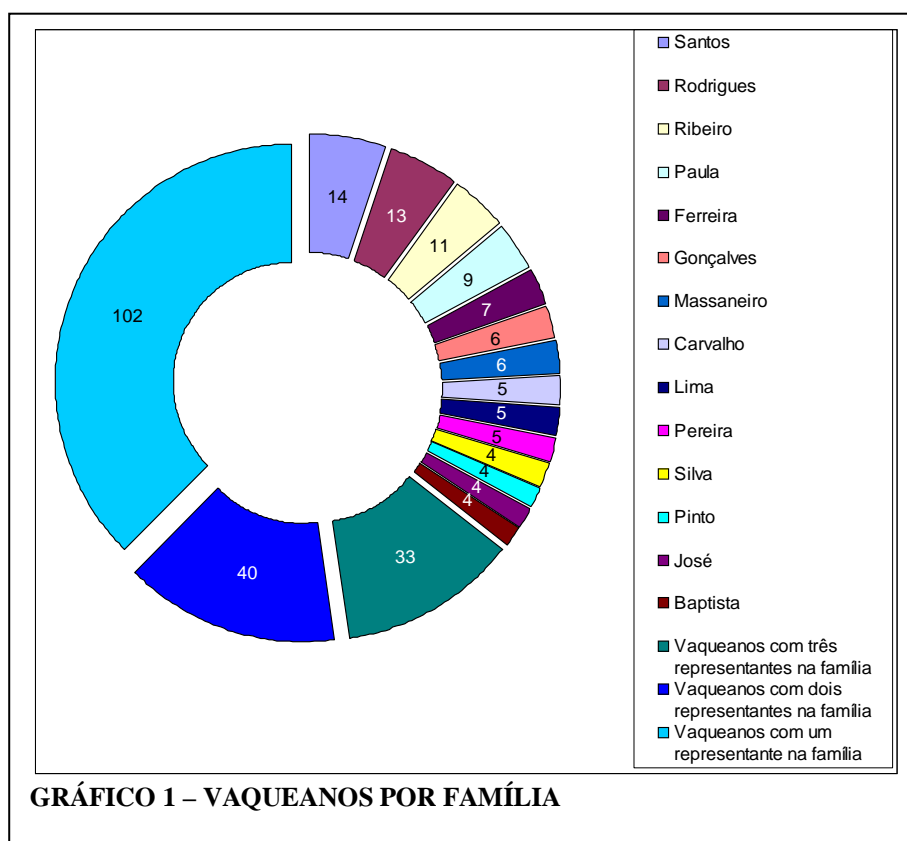
Quanto ao perfil familiar dos vaqueanos nota-se a regularidade dos mesmos nos respectivos piquetes a partir da repetição dos seus nomes nas listas de pagamento. Interpretamos esses dados como indícios da fidelidade desses homens ao vaqueano-chefe. Membros da família Fernandes, ligada ao vaqueano Nicolau, mais conhecido como Lau Fernandes, aparece nas primeiras folhas de pagamento do bando de Pedro Ruivo redigidas no mês de outubro de 1914. Nicolau é registrado na listagem do mês de abril de 1915, confirmando sua presença no bando incorporado nas fileiras do exército desde os primeiros meses de sua contratação. Outros casos de vaqueanos presentes nos bandos com a mesma regularidade, durante os oito meses da expedição de Setembrino de Carvalho, são: Arthur Offeling (Ruivo), Maximino Maiorca (Pacheco) e até um homônimo do Monge inspirador do movimento, João Maria, pertencente ao bando de Leocádio Pacheco.

Por outro lado dificilmente aparecem pessoas com sobrenomes idênticos em bandos diferentes. Em casos raros localizam-se alguns homens migrando de

---

[182] O talento dos Wolff foi utilizado pelos oficiais do exército na construção das cartas geográficas da região. Consta ainda o auxílio primordial de um cartógrafo independente, sr. Schimdt, junto ao Estado Maior do Exército encarregado de fazer os mapas dos sertões do Paraná e de Santa Catarina.

piquete, como o caso de João Cyriaco, presente no bando de Pacheco no mês de fevereiro de 1915 e alistado no piquete de Pedro Ruivo em abril do mesmo ano. O gráfico abaixo precisa o número de homens com o mesmo sobrenome alistados nos piquetes civis:

GRÁFICO 1 – VAQUEANOS POR FAMÍLIA

A presença maciça de homens com o mesmo sobrenome sugere o quanto o envolvimento das pessoas nos piquetes era, na maioria das vezes, uma decisão ligada aos interesses da família reforçando a idéia de que os bandos tinham propósitos maiores em se aliar ao exército que os míseros réis, aliás, nem sempre recebidos.[183] Os lucros econômicos e políticos advindos dessa aliança, bem como o compromisso firmado com o chefe político, sustentavam a relação de confiança e obediência entre o vaqueano-chefe e seu grupo.

---

[183] De acordo com um dos sobreviventes do conflito, o Sr. Juvenal Bacellar, o pagamento em dinheiro era raro na região e só ocorria em tarefas especiais, logo, a possibilidade de receber em moeda certamente atiçou a cobiça de muitos homens. O agregado geralmente recebia em espécie. Poderia ser um animal (vaca, porco, cavalo) ou a concessão de ocupar uma parte da terra do senhor e ali se dedicar a produção de produtos para subsistência. Depoimento II. MONTEIRO, 1974, p. 232-233.

São raros os casos de indisciplina e rebeldia dos vaqueanos para com os chefes. As folhas de pagamento analisadas mostram o baixo índice de fugas e os historiadores de farda, malgrado as suas implicâncias com a presença dos vaqueanos ao lado do exército, são unânimes em afirmar que, mesmo contrariados, os homens desempenhavam firmemente atividades arriscadas. No entanto, se o chefe não aceitasse a ordem do militar, todo o bando o seguia na decisão.

Quando ocorria do nome do vaqueano não constar na lista de pagamento do mês seguinte isso não era sinal de deserção, mas de morte em combate. Na folha de pagamento do mês novembro de 1914, é registrado a lápis, por exemplo, a morte de dois vaqueanos do bando de Pedro Ruivo: Francisco Mirena e Izidro dos Santos, porém observações como essas são raras, sendo o mais comum simplesmente não mencionar o nome do homem na folha seguinte e silenciar sobre o seu destino.

Dados mais precisos sobre mortos e feridos na guerra aparecem no minucioso relatório redigido pelo general Fernando Setembrino de Carvalho e enviado ao ministro da guerra. Neste são apresentados 237 nomes, além de uma lista com a seguinte legenda: Relação dos oficiais, praças e civis, mortos em combate, e subtítulo: Relação dos oficiais, praças e civis, feridos em combate (CARVALHO, 1916, p. 281-300).

O título da tabela sugere ser esse o número total de homens mortos e feridos na campanha comandada por Setembrino de Carvalho, pois embora fale de combate, não especifica de qual se trata, logo, por um jogo de linguagem opera como se a parte fosse o todo. Ao analisar os dados apresentados observa-se que das 237 baixas, 54 são de civis incorporados à Coluna Norte, ou seja, aceitando-se essa informação verifica-se que mais de 20% dos feridos eram dos piquetes civis. Vale lembrar que esse dado não corresponde a todas as perdas de vaqueanos, mas somente aqueles ligados a Coluna comandada pelo coronel Onofre Ribeiro, não incluindo, portanto, informações sobre as baixas dos homens incorporados às colunas Leste, Sul e Oeste. Isso permite afirmar com segurança que o número de mortos é superior aos números apresentados. Além disso, observando com detalhe as datas, mais de 90% dos registros de feridos e mortos entre os civis se refere a um único combate, o de Santa Maria.

As perdas de vida verificadas ao longo da campanha de guerra movida por Setembrino de Carvalho contra o sertanejos rebeldes no sul do Brasil ultrapassa em muito os registros feitos no relatório. Os pesquisadores divergem quanto aos números, mas estima-se algo em torno de três a dez mil entre civis e militares (MACHADO, 2004). O que esses números revelam em relação à violência praticada nos sertões catarinenses? Quantos foram os degolados e os estuprados? Quantos morreram alvejados pelas metralhadoras e fuzis? Qual o número das vítimas que padeceram de fome após o cerco imposto às comunidades por Setembrino de Carvalho? E os mortos pelas feridas e doenças contraídas em função da guerra? Tais certezas o historiador não pode dar. Nesse campo minado das informações quantitativas temos que nos contentar com a imprecisão, com as hipóteses. Os estudos de caso, nesse sentido, são muito úteis. Embora restritos a um episódio, sendo ele um fragmento de um recorte já bastante delimitado, pode contribuir para esclarecer o todo. Eis ai a importância do estudo cuidadoso das folhas de pagamento e das demais fontes regulares dessa guerra. Vejamos o que é possível retirar da lista, não mais de pagamento de vaqueanos, mas de rendição dos fiéis.

5.4 ENTRE PELADOS E PELUDOS: RELAÇÃO DOS HOMENS DOS PIQUETES COM OS FIÉIS DE JOÃO MARIA

Em janeiro de 1915 o cerco montado por Setembrino de Carvalho apresentou resultados. A fome começou a castigar os fiéis e eles se viram na responsabilidade de lutar contra as forças repressoras e pelo sustento dos sobreviventes. A saída encontrada por alguns líderes foi a rendição de parte ou de todo o grupo que comandava, como o fez Antônio Tavares ao enviar para os acampamento militares as maiores vítimas da guerra: crianças, idosos e mulheres. De acordo com Vinhas de Queiroz (1981, p. 217),

> Nesse mês processaram-se rendições em massa em várias localidades, particularmente na frente Norte. Em Papanduva entregaram-se 300 revoltosos que não suportavam mais as condições da guerra sertaneja. Em Rio Negro apresentaram-se 65 pessoas que se haviam internado no mato desde o inicio do movimento. No município de Lages depuseram armas 528 indivíduos, provenientes da área de Serrito e de Campo Belo. Dentro de Campos Novos, 40 jagunços puseram-se a mercê dos vaqueanos. Ao todo, calculou-se que no decorrer do mês [janeiro], 3000 antigos jagunços rojaram fronte ao pó.

Ao se apresentarem às forças repressoras as pessoas geralmente eram listadas, interrogadas e enviadas ás autoridades locais. Os que haviam participado da luta armada eram assassinados e os demais entregues às autoridades da região para que fossem encaminhadas para próximo de familiares ou em suas antigas propriedades.

No Arquivo do Exército encontramos duas dessas listas de apresentação. A primeira contendo 1092 pessoas e a outra com o registro de 96 homens, ambas elaboradas pelo comandante da Coluna Norte, coronel Onofre Ribeiro, nos primeiros dias de janeiro de 1915. A partir dos dados dessas listas faremos algumas considerações a respeito da organização dos próprios fieis e da relação desses com os vaqueanos.

Em texto inédito a historiadora Márcia Janete Espig persegue uma das muitas lacunas sobre a composição das pessoas que atuaram na Guerra do Contestado. A tese de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, embora centrada nos trabalhadores da estrada de ferro do grupo Farquhar, tem como ponto de partida as informações registradas por Setembrino de Carvalho de que muitos dos fiéis de João Maria a pegar em armas seriam de ex-trabalhadores da empresa norte-americana com proveniência do nordeste brasileiro. Essa informação cristalizou-se de tal forma na produção acadêmica que mesmo pesquisadores de forte tradição empirista como Frank McCann (2007) e Todd Diacon (2006), para citar apenas os contemporâneos, a repete nas suas minuciosas análises da Guerra do Contestado.

Espig trabalha com a hipótese, já enunciada por Paulo Pinheiro Machado, de que a maior parte dos fiéis de João Maria era habitante da região. Com acuidade a historiadora rastreou as repetições dessa informação na literatura acadêmica sobre a guerra na tentativa de localizar o momento em que se tornou fato histórico.

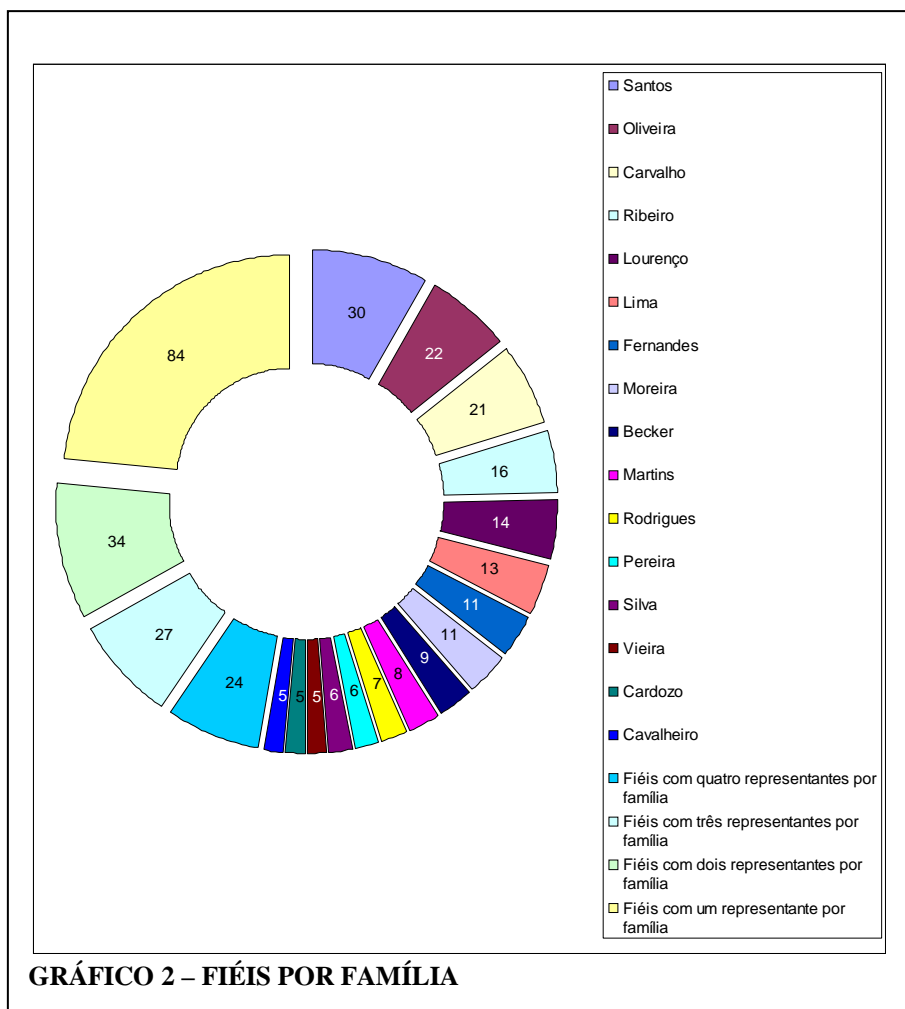
Antes dela Paulo Pinheiro Machado (2004) investigou minuciosamente a origem das famílias que aderiram a Santa Irmandade. Por meio dos processos criminais envolvendo conflitos locais, ele demonstrou que as lideranças jagunças eram todas provenientes da região sul, portanto, de homens ligados aos interesses locais. Não foi encontrada nenhuma liderança proveniente do sudeste ou do nordeste ou mesmo ex-trabalhadores da *Brazil Railway Company*. É certo que

essa informação não resolve o problema da proveniência das massas adeptas ao movimento, mas pelos sobrenomes dos rebeldes citados, bem como dos listados na folha de rendição encontrada no AHEx é possível assegurar, em sintonia com Espig e Machado, que boa parte dos fiéis era de locais, muitos descendentes europeus, conforme modelo de colonização da região.

Os nomes que aparecem nas duas listas de rendição são, majoritariamente, de pessoas do sexo masculino, exceção feita ao registro de uma viúva, a senhora Virgolina Ferreira, que se apresentou acompanhada de uma mulher e sete crianças e do registro de Amélia Luiz de Amorim com duas crianças.[184] Outros dois grupos familiares aparentemente se apresentaram sem os homens tendo a mulher como responsável, pois foram inscritos como família de João José de Lima (uma mulher e cinco crianças) e família de Leonardo Schinovsky (uma mulher e cinco crianças). Os quase quatrocentos nomes masculinos registrados nas duas listas não imprimem o nome das mulheres. Elas aparecem apenas como acompanhantes, sugerindo serem suas respectivas esposas ou filhas. Somente a primeira, e maior listagem faz referência numérica de todos os que se apresentaram. Constam nela 275 homens, 638 crianças e 175 mulheres. Na segunda lista é registrado apenas o nome dos homens.

As listas comprovam a existência de até trinta pessoas da mesma família nas Vilas Santas. O gráfico abaixo relaciona o número de pessoas com o mesmo sobrenome proveniente do movimento rebelde.

[184] A lista completa está disponível em anexo. Todas as informações apresentadas aqui poderão ser conferidas nessa lista de apresentação.

GRÁFICO 2 – FIÉIS POR FAMÍLIA

Os sobrenomes mais numerosos provêem das famílias Santos, Oliveira, Carvalho, Ribeiro, Lourenço e Lima. Somente da família Oliveira, somando homens, crianças e mulheres são 33 pessoas. O que esses números indicam? Assim como a decisão de abandonar a vila santa e se apresentar ao exército era uma decisão familiar, o mesmo ocorria na adesão ao movimento. As pesquisas demonstram que muitos aderiram à Santa Irmandade para decidir querelas próprias, tais como a questão de limites ou uma rixa com algum político local (MACHADO, 2004), mas todos os pesquisadores concordam que o elemento que conferia unidade a interesses tão diversos como a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, a divergência com a administração da empresa norte-americana, a legalização das terras devolutas *etc.*, era a subordinação aos preceitos religiosos, logo, a fé nos monges e em São Sebastião.

Embora a adesão ao movimento fosse uma iniciativa majoritariamente familiar, merece destaque o fato de que algumas fontes de memória dos sertanejos

destacam que em muitos casos a decisão partia das mulheres. Eram elas as mais fervorosas devotas do monge e isso, em alguns casos, era suficiente para convencer toda a família a migrar para os redutos.

A particular relação das mulheres com a religiosidade predomina nos primeiros anos do movimento, na fase que Machado denomina de "lideranças religiosas".[185] Entre os fiéis as primeiras supostas aparições do monge José Maria solicitando que as pessoas se preparassem para o retorno de São Sebastião ocorrera para uma adolescente de nome Teodora. Da mesma forma é marcante a liderança religiosa e também militar de Maria Rosa, pelo exército alcunhada de a "Joana D´Arc dos sertões", ao longo da resistência às forças militares.

Durante os combates cabia às mulheres agitar a bandeira do divino na retaguarda dos guerreiros de São Sebastião, conclamando em altas vozes o nome do santo e do monge. Acreditava-se que com esse ritual um homem assumia a força de mais de cem guerreiros.

O fervor religioso das mulheres não passou despercebido pelos historiadores de farda. Assumpção registrou:

> Em geral, as mulheres mais ignorantes, muito supersticiosas, tendo o espírito exageradamente apurado e, portanto, predisposto para a sugestão, fanatizavam-se com facilidade. Essas viragos, aceitando como gnomas as estultas frases proferidas pelos cabecilhas das récuas de desprezíveis velhacos que passavam pelas suas choupanas, quando não conseguiam convencer seus maridos de que deviam adotar a doutrina de José Maria, fazendo-os ir para o meio dos sicários, fugiam para lá com os seus inocentes filhinhos. Às vezes, do acampamento dos bandidos, escreviam ou mandavam recados aos respectivos esposos, marcando entrevistas que não eram mais do que infames ciladas. Esses pobres homens, presos durante tão ignóbeis embustes, ou se confessavam adeptos da monstruosa doutrina do fanatismo, ou eram sacrificados pela fúria sanguinária dos uncinados abutres! Apertados nesse apavorante dilema, o instinto de conservação sempre os apontava para o primeiro argumento... (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 306-307).

Na primeira e mais completa listagem dos fiéis existentes na documentação da guerra, dos 275 homens apresentados, cem não aparecem acompanhados de mulheres, sendo, portanto registrados individualmente. Além da possibilidade plausível de morte das mesmas nos combates, é possível que a quase

[185] Paulo Pinheiro Machado separa as lideranças religiosas, predominantes no inicio da guerra das lideranças de briga que comandaram o movimento na fase final do confronto com o exército (Cf. MACHADO, 2004).

três centenas de homens tivessem idade avançada. Um oficial do exército chegou a registrar que se apresentavam apenas as pessoas que não tinham mais condições para a luta, "Os homens válidos continuavam firmes nos seus postos de combate; os inválidos, acompanhados de mulheres e crianças – verdadeiro peso morto para os bandidos – apresentavam-se às autoridades militares" (ASSUMPÇÃO, 1918, p. 285).

Uma vez registrados após rendição, os fiéis eram imediatamente interrogados, suas declarações eram comparadas e se fosse comprovada a existência de algum homem que tivesse atuado ativamente na luta contra as forças de repressão esse era imediatamente assassinado, geralmente por meio da degola. As execuções sumárias de alguns sertanejos que se apresentavam ao exército, embora tivessem recebido a garantia de que nada lhes aconteceria, vazou na imprensa da época. O aviador Darioli, contratado pelo exército para ação militar no Contestado, retornou da região após a morte do colega, Ricardo Kirk, com declarações sobre a violência cometida no *front*. Sua entrevista foi publicada na imprensa carioca e reproduzida nos jornais estaduais. Diz-nos ele:

> O general Setembrino manda fuzilar aqueles que são verificados após um inquérito, serem bandidos.
> O coronel Fabrício manda amarrar os prisioneiros fanáticos, condenados, com as mãos para as costas, sendo a cabeça decepada a facão.
> Os bandidos quando pegam os soldados picam todos e atiram os pedaços aos porcos.[186]

O Exército respondia a tais denúncias atribuindo-as aos vaqueanos incorporados às forças legais, no entanto, fosse à mão dos soldados e oficiais ou à conivência das forças federais, tais assassinatos deveriam recair sobre o comando oficial da campanha militar. Os registros que citam as degolas realmente as atribuem aos vaqueanos, mas, como bem avaliou Peixoto, esses "tarados em nome da lei" encontravam no exército o aliado perfeito para realizar os seus crimes.

A repercussão dessas execuções entre os sertanejos certamente dificultou a rendição de homens "válidos". Por esse motivo, quando as famílias decidiam se apresentar às forças federais dificilmente o faziam isoladamente. Levavam consigo a prole e se associavam a um grupo maior, o que contribuía para tornar anônimo algum guerreiro de São Sebastião. Outra estratégia utilizada antes de se

---

[186] *Folha do Comércio*, Florianópolis, 29 mar. 1915.

apresentar era a de buscar informações sobre o comandante, a escolha recaía sobre aquele considerado menos belicoso. Consta nas fontes militares que o maior número se apresentou ao comandante da Coluna Norte, coronel Onofre Ribeiro, por ser considerado menos sanguinário com os que se entregavam. A “valorosa” Coluna Sul comandada por Raul d´Estillac Leal, aparentemente não gozava da mesma fama, assim como o oficial que comandou um destacamento ligado a Coluna Norte, capitão Tertuliano Potiguara. Consta em seus relatórios de guerra que em uma única ação destruiu mais de 900 casas. As forças sobre seu comando não poupavam vidas e faziam desse morticínio uma façanha.

É certo que numa atividade de guerra a morte e a destruição são elementos constantes. Os assassinatos praticados tanto pelos fiéis quanto pelos homens ligados ao exército, são provas contundentes dessa violência, porém a heroicização de sanguinários não é natural de uma guerra. Se em tempos passados o mais belicoso dos oficiais era aclamado como o herói da guerra, não parece ser esse um ponto pacífico entre os militares no inicio do século XX. Para alguns oficiais o herói seria aquele que poupasse o maior número de vidas, não o que matasse o maior número de pessoas. A heroicização do violento e impetuoso Potiguara foi aclamada e criticada ao mesmo tempo. Ela duelava com a figura carismática do capitão Mattos Costa, eleito mártir da guerra por tentar resolver o conflito por meio de negociação com os sertanejos. Sua suposta declaração de que “a revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança” foi unanimemente repetida por quase todos os historiadores de farda, exceção feita à Vieira da Rosa, que derrama sobre Matos Costa todo o seu rancor por ter sido preterido no comando das operações militares quando da saída do general Mesquita em maio de 1914. Também é atribuído a Matos Costa a idéia de que “A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito” (CABRAL, 1979, p. 215). Tal idéia foi registrada nos anais militares e acadêmicos como evidência da boa intenção desse oficial em solucionar o conflito sem derramamento de sangue.

Apontadas as características gerais da composição familiar dos fiéis resta ainda a questão da sua origem. Os fiéis que se apresentaram em Canoinhas vieram de que reduto? É provável que as pessoas listadas sejam provenientes do

grupo reunido na comunidade liderada por Antônio Tavares. Ele aderiu ao movimento por causa da questão de limites. Possuía instrução e tinha um posicionamento político claro nesse conflito, como pode ser observado na correspondência dirigida ao major Atalibio Taurino de Rezende a 18 de dezembro de 1914:

> A causa que defendemos é uma causa sacrossanta, mas que infelizmente até hoje tem sido descurada pela nefasta negligência dos ex-governadores do meu pobre Estado, e que é a apodrecida questão de limites.
> Só temos um lema e esse é: execução da sentença ou morte! São, ilustríssimo senhor, dez mil famílias que sentem-se ignominiadas por essa conspurcação vexatória do Direito, da Lei e da Justiça, feito exclusivamente para satisfazer capricho sem razão de ser de meia dúzia de politiqueiros e acolitada pela "sede insaciável dos nossos vizinhos".
> São dez mil famílias que choram o longínquo bem-estar de suas residências, são dez mil famílias, enfim, que preferem entregar-se em holocausto a suportarem à ambição desmedida e perseguição contínuas do sequioso Paraná. Foi por esse brado de desespero e de justiça que corri às armas para, ao protesto espontâneo e unânime desse povo bem digno de chamar-se brasileiro, juntar o meu e os meus resumidos esforços, esquecendo filhos, vida e propriedade e não para espalhar o sangue e me tornar bandido de que me acoima o Paraná. Não pesará acaso na enigmática consciência do ex-presidente da República [Hermes da Fonseca] esta luta fratricida? Certamente, não; porque pesariam também, nesse caso, o não sei quantos meses de vergonhoso estado de sitio!
> Tenho pois a dizer a V. Ex. que tudo se conseguirá, desde que o preclaro e operoso chefe da Nação queira fazer justiça. Só, sim, previno os interessados que com ameaças nada conseguirão porque mil homens que existem neste acampamento sob minhas ordens só se entregarão contra o direito depois do último cair exânime. Ao convite verbal que V. Ex. se dignou mandar-me fazer, pode V. Ex. marcar o lugar, assim como se quiser, poderá vir até este acampamento, onde teremos o prazer indizível de recebê-lo. Pode V. Ex. vir sem o menor receio que será garantido; não costumamos violar as nossas promessas. Subscreve-se com estima – Antonio Tavares Junior (apud CARVALHO, 1916, p. 228).

Conforme demonstrado por Paulo Pinheiro Machado (2004,), Tavares nasceu na cidade portuária de São Francisco do Sul, "era membro do Partido Republicano, tinha participado da fundação do município de Canoinhas, onde era rábula, professor e suplente de promotor público". A instrução letrada de Tavares é perceptível no estilo impresso na correspondência acima, ressaltando-se a forma respeitosa com que se dirige ao major, a escolha das palavras, os argumentos apresentados e os objetivos que generaliza para o movimento rebelde. Sua visão política é claramente apresentada na correspondência, tal como a acusação de descuido dos antigos governadores catarinenses pela disputa de limites entre

Paraná e Santa Catarina e ao atribuir a Hermes da Fonseca a culpa pelas mortes na guerra. Não menos incisiva é a denúncia de que o marechal não se importaria com tais crimes, uma vez que teria mostrado sua intransigência governando o país sob estado de sitio.

Pesava sobre Tavares a acusação de que fosse títere do governo catarinense. A imprensa paranaense afirmava que ele teria aderido ao movimento de forma oportunista para pressionar as autoridades a solucionar a questão de limites em favor de Santa Catarina. Ele possuía contatos com o governo catarinense e mantinha correspondência com o governador do Estado, fruto, talvez, de sua experiência no serviço público no município de Canoinhas. Quanto ao seu possível envolvimento com políticos catarinenses nada foi comprovado.

Após uma série de correspondência com o major Taurino o líder Antonio Tavares se dispôs apresentar-se ao exército acompanhado do considerável contingente de mil homens sob sua chefia, mas fez diversas exigências como se observa em nova correspondência com o oficial militar:

> Temos a dizer que não abandonamos a civilização e nem repudiamos o trabalho, estamos nos debatendo e continuaremos a nos debater até o dia que o Presidente da Nação quiser fazer justiça. Não há certamente brasileiro que tendo um pouco de bom senso, não sinta-se ofendido diante do nenhum valor que dão os grandes homens da atualidade ao mais alto poder do País. Enfim, basta! Não continuarei neste ponto. O Sr. General Setembrino, não tem até aqui, certamente, interpretado bem as nossas intenções; não queremos nos internar nos sertões, nenhum sentimento desprezível inoculamos, queremos apenas o que todo catarinense que não degenerou quer, que é a execução da sentença, e sem isto, serão baldados todos os esforços porque todos preferiremos a morte à continuação do País desmoralizado! Se o governo por implorarmos justiça e solicitarmos aquilo que temos direito quiser nos exterminar, paciência, porque o nosso protesto para a posteridade será mais esse ponto negro gravado indelével nos anais da história; porém transigirmos, nunca, diante mesmo dos maiores sacrifícios (apud CARVALHO, 1916, p. 231).

A partir desse momento a negociação fica tensa. A primeira correspondência de Tavares com Taurino de Rezende é de 18 de dezembro de 1914 e a última de 4 de janeiro de 1915. Setembrino de Carvalho dizia ser impossível solucionar a disputa territorial de chofre; que só distribuiria víveres se o grupo inteiro depusesse as armas e chamava a atenção para o fato de que Tavares e seus homens estavam lutando contra poderes constituídos legitimamente, logo, estavam infringindo a lei. Tavares retrucou que o descumprimento da lei partia do governo paranaense, uma vez que não cumpria a

sentença judicial que garantia aos catarinenses ganho de causa na disputa de limites.

Fotografia 33: Grupo de rebeldes do reduto de Antônio Tavares aprisionados pela Coluna de Leste, destacando-se a presença de mulheres e crianças
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

É, pois, nesse contexto de negociação que os fiéis se apresentam à Coluna Norte em Canoinhas, possivelmente em 8 de janeiro de 1915. Vale notar que o líder jagunço, conforme designação de Paulo Pinheiro Machado, pode ter exagerado o número de homens que tinha sob sua chefia (mais de mil, sem contar mulheres e crianças). Porém, mesmo que fosse exata a informação, o número de homens registrados na lista de apresentação encontrada no AHEx corresponderia a menos de um terço do total mencionado por Tavares, sem contar que entre os 275 homens listados, parcela considerável deveria ser de idosos. No grupo dos que se renderam é significativo o número de crianças, mais da metade (638 crianças), assim como é curioso o pequeno número de mulheres (175), valendo considerar que entre essas também deveria haver número razoável de pessoas idosas designadas a cuidar das crianças. Esses números dão pistas que possibilitam sugerir que os homens válidos para a luta se mantiveram firmes no movimento, assim como possivelmente algumas mulheres. Com a saída desse contingente era

possível reduzir as despesas no reduto, ganhar mais mobilidade e manter a luta, além de resolver o problema da falta de alimentos.

Para as forças repressoras as apresentações em massa significavam o sucesso de suas investidas, mas também a chegada de novos problemas. A questão central era o que fazer com os rendidos? Setembrino de Carvalho em telegrama enviado ao ministro da guerra no final de dezembro de 1914 diz que o exército faz serviço de "sísifo", ou seja, prende os rebeldes, faz o reconhecimento, solta e depois prende novamente. A solução para os que se apresentavam deveria ser tratada diretamente com o governador de Santa Catarina. Felipe Schmidt em parceria com o ministro do Interior decidiu encaminhar os sobreviventes para as colônias de povoamento do próprio Estado, principalmente os existentes entre a cidade de Lages e Florianópolis. O general Setembrino se opôs a essa solução, conforme se evidência no telegrama enviado ao ministro Caetano de Faria.

> Acho isso muito mau porque essas colônias ficam próximas sertão onde tem constituído seus redutos hoje já extintos exceto o de Santa Maria que o será fatalmente pois é uma questão de tempo podendo por conseguinte voltar a constituírem outros novos após retirada forças federais assim o fanatismo continuava como sabe Vossa Excelência O território Santa Catarina é muito pequeno, em qualquer ponto que se localizarem não ficarão impedidos de voltar para os seus antros Me permite pois ponderar que uma medida qualquer deverá ser adotada pelo governo republicano mediante acordo com o de Santa Catarina afim de retirar esses fanáticos do Estado, assim não se fazer amanhã novas dificuldades aparecerão ao governo da União e ao exército que terá de voltar outra vez para cá *Deportação para os estados do norte me parece ser o alvitre de melhor resultado* Julgo do meu dever chamar atenção V. Excia. Do governo da república para esta questão que reputo de alta relevância. Saudações General Setembrino.[187]

O general Setembrino de Carvalho recorre a prática usada pelo Estado contra as populações urbanas, ou seja, o desterro para colônias no norte do país, tal como se fez em 1904 com os envolvidos na Revolta da Vacina e posteriormente com outros "indesejáveis" cidadãos politizados. Paulo Sérgio Pinheiro (1991, p. 89) afirma que,

> Na medida em que as revoltas passam a abranger contingentes populares, o desterro será um instrumento para reprimir as classes subalternas largamente utilizado na revolta contra a vacina de 1904, na luta contra a carestia e nas greves dos anos 10, nas rebeliões tenentistas dos anos 20, em especial na revolução de 1924, em São Paulo.

---

[187] Telegrama ao ministro da Guerra, 13 dez. 1914, grifo nosso.

A proposta de desterro não foi acatada. As degolas, principalmente para o mais rebeldes, foram amplamente utilizadas.

5.5 RELAÇÃO FIÉIS VAQUEANOS

A lista de sobrenomes de pessoas que se apresentaram revela a multiplicidade étnica dos fiéis, situação também observada na lista de nomes dos vaqueanos e na fotografia reproduzida acima. Eis alguns sobrenomes listados entre os sertanejos: Becker, Lima, Rutts, Xavier, Bork, Carvalho, Cavalheiro, França, Katimorack, Maia, Achminoski, Galeski, Crunikoski, Frederick, Jungles, Odoguinski, Oliveira, Reucheskosky, Santos, Vieira e o tão popular Silva. A crença nos monges, portanto, não possuía limites de cor, de idioma, renda ou mesmo de instrução. Isso não significou ausência de hierarquias sociais e de intrigas de poder, como sugere a pesquisadora Marly Auras ao afirmar:

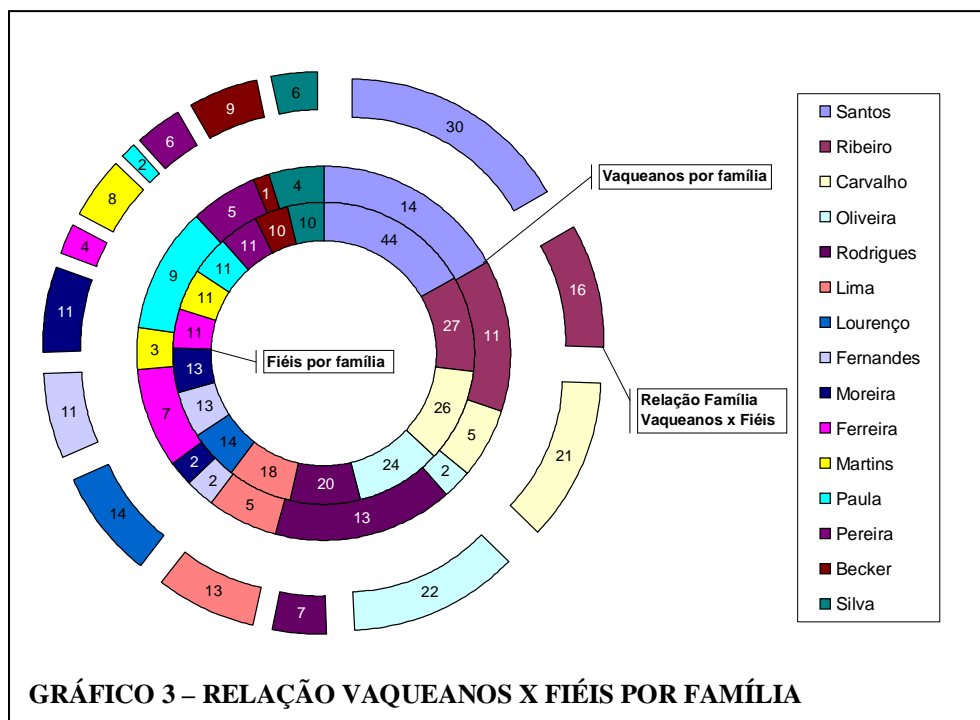
> Mas, não obstante todas as limitações, os caboclos ergueram as “cidades santas” e nelas organizaram a irmandade. Os fortes laços fraternais unindo as pessoas, a comida inicialmente farta, a participação de todos na construção e na manutenção da vida em comum, os próprios desacertos das primeiras incursões das indigentes forças policiais (...), são elementos demonstrativos de que no interior dos redutos a vida era melhor, distinguindo-se da ordem em curso no mundo dos “peludos” (AURAS, 1997, p. 169).

Os estudos recentes sobre a organização social dos sertanejos do Contestado demonstram que diferentemente das idealizações românticas o movimento não era composto apenas por despossuídos de terras. Consta a presença de pequenos e grandes fazendeiros, a adesão por interesses particulares, o desejo de solucionar a questão de limites. Certamente todos esses interesses eram entrelaçados com as crenças religiosas e com a luta empreendida contra a exploração política e econômica na região.[188]

Pela lista de sobrenomes é possível cruzar as informações obtidas nas folhas de pagamentos dos vaqueanos e inferir que muitos dos homens ligados aos piquetes civis possuíam familiares no movimento sertanejo, como se observa no gráfico abaixo:

---

[188] Cabe ressaltar que concordamos com Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 224-225) ao afirmar que a base do movimento rebelde era popular. A presença de homens mais abastados ou de interesses diversos não descaracterizou o movimento sertanejo do Contestado.

GRÁFICO 3 – RELAÇÃO VAQUEANOS X FIÉIS POR FAMÍLIA

No primeiro círculo temos o número de sobrenomes comuns – vaqueanos e fiéis – predominando os Santos, Ribeiros, Carvalhos e Oliveiras. No segundo os dados com os sobrenomes de vaqueanos e o terceiro com o dos fiéis. Em todos os casos se sobressai a família - ou famílias – Santos. Também não é destoante o índice apresentado na junção em relação a família Ribeiro como a segunda mais numerosa. Entre os vaqueanos ela aparece em terceiro lugar e entre os fiéis em quarto. Os dados apresentam diferenças razoáveis quando verificamos que a família Carvalho é mais numerosa entre os fiéis que entre os vaqueanos. Já a família Rodrigues se sobrepõe entre os vaqueanos – a segunda maior – ocupando o décimo primeiro lugar na lista de sobrenomes de fiéis. Embora reconheçamos os limites dessa comparação, uma vez que as relações de parentesco na região eram movidas antes por apadrinhamento do que por consangüinidade, não deixa de ser ilustrativa a informação que o gráfico nos oferece.[189]

---

[189] Nos planalto catarinense o compadrio era de tal forma relevante que a união conjugal entre compadre e comadre era vista como incestuosa. Machado (2004, p. 67) afirma que “pela tradição do planalto, a relação entre compadres e comadres implicava atitudes de auxílio, respeito e uma espécie de extensão dos laços familiares”. Uma análise específica das relações de apadrinhamento no Contestado é encontrada em Duglas Teixeira Monteiro (1974) capítulo 3 denominado “O significado do compadrio”.

De acordo com os historiadores de farda, o trânsito das pessoas entre as tropas do exército e os redutos era comum, o que facilitava a inserção de espiões nos dois lados da contenda.

Assim como muitos homens colaboravam com o exército, embora muitos não o tenha feito por vontade própria, era também comum, como já foi apontado, a colaboração de vaqueanos com os fiéis de José Maria, além da presença de bombeiros junto às forças militares. As razões para que eles cooperassem com os sertanejos eram muitas. A primeira e mais forte era que, mesmo não se alistando ao movimento, boa parte dos homens daquela região compartilhavam a fé em João Maria. O respeito e a devoção pela memória do monge eram bastante difundidos no Contestado. Além disso, eles possuíam, conforme sugerido no gráfico acima, familiares nas "vilas santas", e não é de estranhar que buscassem preservá-los de um confronto armado com o exército.

Além de bombeiros nos dois lados, a guerra produziu também os traidores de sempre. No Exército a traição em tempos de guerra poderia ser punida com a pena de morte.[190] As informações de traição no exército durante a Guerra do Contestado são raras e sem comprovação empírica, embora os historiadores de farda Herculano Teixeira d´Assumpção e Dermeval Peixoto a tenham mencionado brevemente em seus livros. Por sua vez, a traição entre os fiéis ganhou fama. O caso de maior repercussão historiográfica e de préstimo às forças repressoras, dado as minúcias das informações que forneceu foi o de Henrique Wolland.[191] Ele chegou a liderar um dos grupos de fiéis sob a autorização da líder Maria Rosa. Seu nome consta na lista dos que se apresentaram em Canoinhas em janeiro de 1915, com a observação registrada ao lado - "comandante Alemãozinho" -, forma como era conhecido. Sua origem é incerta, embora Assumpção registre, sem precisar a fonte, que seria ele um desertor da canhoneira *Panther* da Marinha (ASSUMPÇÃO, 1918, p. 72). Há indícios que fosse fotógrafo naquela região (Cf. STULZER, 1982, p. 69). Ainda que não exercesse a profissão de retratista vale destacar sua familiaridade e despojamento diante da objetiva, como aparece na

[190] Cf. Artigo nº. 150 do *Código Penal Militar da Armada* 1891 estendido ao Exército em 1899.

[191] O se apresentar às forças repressoras Alemãozinho apresentou um documento, ao que alega escrito por Maria Rosa, o nomeando comandante dos "Pares de França". Paulo Pinheiro Machado (2004) põe em dúvida a autenticidade desse documento, uma vez que nesse período a líder sertaneja já havia perdido seu poder de comando, além disso, não consta nenhum documento similar emitido por ela, nem tampouco que fosse alfabetizada. Alemãozinho era perito em avultar seus feitos para conquistar prestígio.

foto abaixo em que dirige o olhar firmemente para as lentes, posiciona o cigarro de forma “adequada”, faz pose de braços cruzados e olhar altivo (tal postura é no mínimo curiosa, quando se pensa que é de um sujeito que se rendeu às forças repressoras):

Fotografia 34: Henrique Wolland “Alemãozinho”
Fonte: Claro Jansson. Acervo Particular de Paulo Jansson Moretti

Alemãozinho se entregou ao comandante da Coluna Norte sob a condição de contribuir com o Exército na destruição dos redutos sertanejos e na prisão de alguns líderes do movimento. Numa fotografia de sertanejos supostamente capturados por essa Coluna ele aparece junto dos militares ostentando os prisioneiros como troféu de batalha:

Fotografia 35: Prisioneiros sentados exibidos por Alemãozinho
Fonte: Claro Jansson. Acervo Particular de Paulo Jansson Moretti

Observem como ele se posiciona de forma altaneira entre quatro jovens e um oficial. A presença das moças ao fundo com seus trajes alvos denuncia todo o preparativo para a imagem, colocando em dúvida a suposta captura dos fiéis apresentados como troféu de guerra. É mais provável que tenham se entregado ao coronel Onofre ou se apresentado junto com Alemãozinho.

Arranjada a foto ou não, é nítido o jeito altivo de Alemãozinho, tanto nessa como em outras imagens. Não se sabe ao certo o que motivou sua traição, além do desejo de querer salvar a pele. Vinhas de Queiroz (1981, p. 156) afirma que “É possível que Wolland haja exorbitado porque, mais tarde, se queixaria de que a virgem [Maria Rosa], pouco depois que o nomeara, o destituíra do comando”. Especula-se ainda que teria se apaixonado pela líder Maria Rosa, sem ter sido correspondido.[192] Embora os reais motivos sejam ignorados, importa que ele colaborou com o Exército fornecendo informações preciosas, tais como táticas, localizações, capacidade bélica, nomes de líderes. Ao se apresentar com grupo de aproximadamente trezentas pessoas colocou seus homens a serviço do exército como vaqueanos e declarou que o movimento degenerou para o banditismo. De

[192] Os registros melhor documentados sobre a atuação de Henrique Wolland na Guerra do Contestado podem ser encontrados em Vinhas de Queiroz, 1981, p. 155-156, 169, 208-221; além de Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 238-285).

acordo com Vinhas de Queiroz (1981, p. 214) “enquanto perfeito conhecedor dos caminhos e lugares de toda aquela área, localizou, no mapa que Setembrino lhe estendeu, os redutos que se mantinham de pé”. Como informante chegou a gozar de prestígio entre os militares, conforme indica a imagem abaixo:

Fotografia 36: Alemãozinho e tenente-coronel Onofre Ribeiro
Fonte: Claro Jansson. Acervo Particular de Paulo Jansson Moretti

Na fotografia, Alemãozinho tem o privilégio de posar ao lado do coronel Onofre Ribeiro. Novamente merece destaque seu jeito descontraído ao lado de alto oficial do Exército. Enquanto Onofre se apresenta em pose marcial, Alemãozinho olha fixamente para o espectador e ostenta o cigarro entre os dedos, essa pose confere com as descrições feitas acerca de seu jeito altaneiro. Um religioso que conheceu Alemãozinho afirma que sua adesão ao movimento rebelde se deu movido “pelo gosto da aventura” (STULZER, 1982, p. 69). O pesquisador Mauricio Vinhas de Queiroz (1981, 214) nos oferece opinião similar ao afirmar que “Por muitos dias, Wolland andou conversando pelos

acampamentos da tropa, contando casos e histórias em seu dialeto caipira, com forte sotaque germânico".

Não sabemos qual foi o seu destino. Alemãozinho continua sendo um dos casos mais intrigantes dessa guerra.

5.6 CORONÉIS, FAZENDEIROS E VAQUEANOS

Entre as motivações dos coronéis para colaborar com o exército fornecendo homens de sua confiança às forças de repressão consta o interesse pelas terras dos fiéis. No contrato firmado pelo governo brasileiro com a *Brazil Railway Company*, responsável pela construção da estrada de ferro SP/RS, foi concedido à empresa 15 km de terras devolutas ao longo das margens da estrada construída. Em alguns pontos havia famílias que exploravam tais terras há décadas e se negavam a deixá-las.

Com a criação da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* os conflitos aumentaram. O objetivo da nova empresa era explorar a madeira nas terras arrebanhadas pela *Brazil Raiway Company* e depois loteá-las e colocá-las à venda. Para garantir o sucesso da empreitada a empresa colonizadora promoveu propaganda do investimento na Europa, com vistas a incentivar a imigração estrangeira na região contestada.

O impacto da chegada da estrada de ferro no oeste catarinense foi analisado por Rosangela Cavallazzi em dissertação de mestrado defendida na década de 1980. A pesquisadora defendeu a tese de que "a inserção do capital estrangeiro, entre outros fatores, contribuiu sensivelmente para a modificação da propriedade da terra, e em especial, influenciou profundamente o processo de instituição da propriedade privada (CAVALAZZI, 1980, p. 4)". Cavallazzi (1980, p. 99) assevera que devido ao estabelecimento do capital estrangeiro na região, representado pelo grupo *Farquhar*, principal acionista da *Brazil Railway Company*, "a terra se transforma em mercadoria. Deixa de ser bem de uso, torna-se bem de produção".

Antes dela Duglas Teixeira Monteiro (1974) já havia sugerido o mesmo. Ele acreditava que a estrada de ferro na região, além do progresso, trouxe também os valores capitalistas. A terra passou a ter um valor comercial e não só o valor simbólico que conferia *status* a quem a possuía. A usurpação de terras, algumas delas consideradas devolutas, contava ainda com a vantagem daquela região estar

indefinida juridicamente, uma vez que o Paraná contestava a decisão judicial que concedia a Santa Catarina posse de boa parte das terras disputadas na fronteira. Sendo assim, algumas terras registradas em cartório catarinense, muitas vezes eram oficializadas por outros fazendeiros em cartório paranaense, bastando para isso influência política. Tal foi o ocorrido com as terras do líder do movimento sertanejo, capitão da guarda nacional Aleixo Gonçalves de Lima. Após aderir o movimento Aleixo teve suas terras empossadas pela família Pacheco que, em seguida, as vendeu para a *Southern Brazil Lumber and Colonization.*

A disputa pelas terras em território contestado foi um dos principais elementos de cobiça dos fazendeiros nesse momento. Ela oferecia uma oportunidade de enriquecimento rápido, logo, atuar ao lado do exército garantia vantagens reais com aparato de legalidade que a situação de guerra propiciava. Nessa situação dificilmente se poderia contestar tais apropriações. Em meio ao clima beligerante, os vaqueanos usurpavam propriedades até mesmo daqueles que não estavam envolvidos diretamente com a guerra.

Um dos homens que mais se enriqueceu com a aliança feita com o exército durante a guerra foi o chefe de vaqueanos Pedro Ruivo. Sua ação sanguinária não poupou nem mesmo as mulheres. O jornal catarinense *O Estado* (18-5-1915) informou que,

> Da cadeia de Canoinhas eram retirados diariamente levas de desgraçados que se tinham apresentado voluntariamente, e entregues a Pedro Ruivo, um celerado promovido a herói. Pedro Ruivo conduzia as vítimas para fora da vila e, na primeira curva do caminho, degolava-as. Os cadáveres ficavam insepultos. Os porcos e os corvos tinham fome (apud QUEIROZ, 1981, p. 218).

Vinhas de Queiroz (1981, p. 220) afirma que os crimes cometidos por bando de Ruivo foram a julgamento tempos depois da guerra. As testemunhas afirmaram que ele, seu filho e outros vaqueanos do seu bando "assassinaram durante a campanha diversos indivíduos que não eram fanáticos, roubaram centenas de cabeças de gado, cavalos e mulas, incendiaram casas e estupraram mulheres". O pesquisador acrescenta que ele foi absolvido do julgamento e estabeleceu-se "no Município da Lapa, onde viria adquirir carro de luxo e fazer a vida de homem rico".

As denúncias de abusos e violências são confirmadas pelas autoridades da época. O governador de Santa Catarina chegou a solicitar a Setembrino de

Carvalho esclarecimentos sobre os abusos do piquete de Ruivo em terras catarinenses:

> De Florianópolis
> Sr. General Setembrino de Carvalho – Porto União – Comunico prezado amigo noticias chegam Canoinhas me deixam verdadeiramente contristado continua toda aquela zona sendo feita destruição sistemática propriedades arrebanhamento gado cavalos assassinatos praticados Pedro Ruivo contratado comandar elementos civis sendo de notar depredações assassinato exercido indistintamente contra fanáticos ou não há poucos dias Pedro Ruivo assassinou nove indivíduos eleitores Canoinhas contra os quais não havia menor acusação ainda anteontem chegara Canoinhas cavalos arreiados de pessoas que foram assassinadas Pedro Ruivo se sobrepõe ali a todas autoridades e tem assassinado pessoas portadoras salvos condutos fornecidos autoridade militares afim evitar que tarde sejam força vosso Exercito acusadas co-participação esses crimes que aviltam nossa civilização conviria fosse instaurado urgente inquérito militar apurá-lo convenientemente Pedro Ruivo Dente de Ouro são indivíduos sem escrúpulos ciosos exercer vinganças contra população toda região confio providenciará com urgência exigidas circunstâncias. Salvar Canoinhas completo aniquilamento castigar criminosos. (...) Afetuosas saudações – Felippe Schmidt (apud CARVALHO, 1916, p. 239).

Em resposta, Setembrino de Carvalho negou que o bando de Ruivo estivesse cometendo crimes e defendeu a integridade dos vaqueanos. Além disso, indignou-se com o governador de Santa Catarina por ter sugerido inquérito para apurar os crimes cometidos pelos piquetes civis:

> De resto direi ao meu nobre amigo que tenho a pretensão de conhecer os deveres que me assistem como comandante de forças, o que me não permite aceitar insinuações de qualquer natureza, como a que se contém no fim do vosso telegrama, referente a inquérito, e digo isso com pesar porque o meu nobre amigo foi além do limite da esfera em que se exerce a sua autoridade com flagrante violação da que me é atribuída pelo cargo que desempenho (apud CARVALHO, 1916, p. 241).

A briga cordial entre as duas autoridades rendeu mais algumas correspondências. Felippe Schmidt era oficial militar assim como Setembrino e continuou afirmando que os bandos cometiam atrocidades com o amparo do Exército. Os crimes praticados pelo piquete de Pedro Ruivo só foram investigados oficialmente no ano de 1917. Seu bando foi acusado de estupros, roubos e assassinatos. Informa Vinhas de Queiroz (1981, p. 218-219) que Pedro Ruivo e sua família desfrutaram até a década de 1930 de grande fortuna conquistada durante a guerra.

Antes da expedição de Setembrino de Carvalho há referências de que Pedro Ruivo e outro vaqueano, Nicolau Fernandes, serviam de capangas do coronel e superintendente do município catarinense de Curitibanos, Francisco Albuquerque. Esse oficial da Guarda Nacional teria mobilizados seus homens para garantir a eleição do major Tomás Vieira a superintendente municipal do recém criado município de Canoinhas, conforme demonstrado por Machado (2004, p. 130).

Fotografia 37: Grupo de vaqueanos
Fonte: *Contestado*, 1987.

Por meio dessa informação é possível afirmar que além de fazendeiros interessados nas terras da região havia entre os vaqueanos assassinos profissionais que vendiam seus serviços aos fazendeiros, como o caso de Ruivo, Fernandes e Dente de Ouro, o último denunciado por Schmidt no telegrama dirigido a Setembrino de Carvalho. Como vimos acima Salvador Pinheiro Machado, o "Dente de Ouro" era bandido de afamada crueldade. Cobiçava as terras de um negociante e explorador da erva-mate nas proximidades de Vila Nova do Timbó e durante a sua permanência ao lado das forças militares se apropriou de bens e propriedades de muitos habitantes da região.

Os homens que lideravam os bandos civis, assim como muitos dos vaqueanos sob seu comando, eram médios ou grandes proprietários de terras na

região e tinham interesse nas propriedades dos fiéis, seja para aumentar seu patrimônio imobiliário, seja para vender as terras para a *Lumber*. Esse é o caso do já citado Arthur de Paula, dono da fazenda Santa Leocádia. Suas propriedades eram constantemente saqueadas pelos fiéis de José Maria em função da sua relação com a companhia norte-americana de colonização. Após denúncias feitas à imprensa paranaense cobrando do governo proteção para os seus bens, Arthur de Paula conseguiu que fosse enviado um pequeno destacamento militar para sua proteção. No entanto, os ataques não diminuíram e o patriarca, acompanhado da família, teve de deixar suas terras, indo fixar-se na margem direita do rio Iguaçu, o lado oposto da sua fazenda. Após outra denúncia contra o abandono do governo dirigido a imprensa paranaense, Arthur de Paula voltou a sua propriedade para tentar reaver seus bens e lá encontrou alguns sertanejos arrebanhando gado. No encontro acabou morto com um tiro. Seu corpo foi colocado dentro da casa, sede da fazenda, e incinerado junto da mesma. Tal atitude serviu para as autoridades propagarem a idéia de que a ação que regia o movimento não era o fanatismo religioso, mas o banditismo e a selvageria. Valendo-se do prestígio da imagem para convencer as pessoas, Setembrino de Carvalho registrou em foto a destruição da fazenda Santa Leocádia como um dos episódios que comprovava a barbárie dos sertanejos.

Fotografia 38: Aspecto dos escombros da Fazenda Santa Leocádia localizada na margem esquerda do Rio Iguaçu, incendiada por rebeldes do Contestado
Fonte: Setor de Iconografia do AHEx

Outro homem influente na região foi Fabrício Vieira. Era proprietário de uma das maiores fazendas às margens do rio Iguaçu. Desde as primeiras expedições militares oficiais contra os sertanejos esteve ao lado do Exército. Possuía interesse em terras, tanto para venda, quanto para a exploração da erva-mate, principal produto extrativo da região. Durante o curto período da expedição comandada pelo capitão Matos Costa, junho a agosto de 1914, Fabrício Vieira foi denunciado como o responsável pela distribuição de moedas falsas nos sertões catarinenses. Matos Costa, em viagem feita à Capital Federal, apontou o coronel Vieira e Arthur de Paula como os maiores responsáveis pela deflagração do movimento rebelde, alegando que os mesmos se apropriavam de terras dos sertanejos e as vendiam para a companhia norte-americana.

Apesar das denúncias Fabricio Vieira, que tivera atuação significativa no movimento federalista ao lado de Pinheiro Machado, conseguiu livrar-se das denúncias e ainda conquistou a confiança do general Fernando Setembrino de Carvalho. Na foto em que oficiais posam em frente ao aeroplano junto de Ricardo Kirk (capítulo 4, fotografia nº.) ele aparece junto ao grupo que contou com a presença do comandante-em-chefe. Vieira foi, sem dúvida, o mais influente e

poderoso dos vaqueanos incorporados ao exército. Dermeval Peixoto ao analisar o piquete de Fabrício Vieira afirmou:

> Os bons e os maus atos imputados aos fabricianos devem de ser expostos para que melhor resultem agora os comentários. Não serão, pois, encobertos os cometimentos anteriores do pessoal que esteve pomposamente rotulado de 59 de patriotas (PEIXOTO, 1995c, p. 9).

Essa informação oferece pistas para questionarmos a ausência de folhas de pagamento do bando liderado pelo afamado coronel da Guarda Nacional e seu grupo denominado de “fabricianos”. É bem possível que seu Batalhão tenha sido incluído como pertencente ao Exército, uma vez que entre os seus integrantes encontravam-se dois oficiais militares cedidos pelo próprio comandante-em-chefe.

Fotografia 39: Grupo de vaqueanos. Ao centro coronel Fabrício Vieira
Fonte: *Contestado*, 1987

Fabrício Vieira era amigo pessoal do senador Pinheiro Machado e abrigou um sobrinho do importante político em seu bando. Também lutou ao lado dele na Revolta Federalista. Com esse passado ele tinha prestígio para negociar seus serviços com os militares. Um dos historiadores de farda confirma que ele e seu bando era remunerado, ao que parece, ele recebia um valor diferenciado dos demais vaqueanos:

> O famoso coronel Fabrício Vieira, honorário da campanha de 93, abastado quão temido proprietário da fazenda do "Chapéu de Sol", situada numa das mais belas enseadas das caprichosas sinuosidades do Iguaçu, tem sua gente sempre obediente ao mais breve sinal; e, felizmente, tem-na posto, em diversas expedições, ao serviço da legalidade, muito bem remunerada, é verdade, por habilidade inconfessável, talvez, dos chefes expedicionários (PEIXOTO, 1995a, p. 29).

Apesar da sutil ressalta que faz ao serviço prestado por Fabrício Vieira, o historiador de farda Dermeval Peixoto, assim como Assumpção, criticou ferrenhamente a atuação desse oficial da Guarda Nacional junto às forças militares. Além dos interesses particulares que o ligavam às forças repressoras, o coronel Fabrício possuía grande autoridade perante os militares e seu bando gozava de autonomia junto às forças regulares. Vale repetir aqui fragmento da correspondência por ele encaminhada ao general Setembrino de Carvalho fazendo denúncias quanto à fidelidade de alguns políticos locais:[193]

> [...] três indivíduos que aqui se apresentam com as famílias nas suas declarações comprometem seriamente Raphael Labela, Cel. Rupp de Campos Novos, Henrique de Almeida, de Curitibanos e Eugênio Lamayson, de quem pessoalmente e por telegrama já vos falei.[194]

O coronel Fabrício não só declara que tomou depoimento dos homens que se apresentaram, ou no mínimo acompanhou o interrogatório dos mesmos, quanto evidencia sua relação pessoal com o comandante geral da campanha militar. O general Setembrino, por sua vez, parece dar muito crédito ao que o oficial da Guarda Nacional dizia, pois reproduziu a missiva ao ministro da Guerra, tal como lhe fora dirigida. No fim do mesmo telegrama Fabrício Vieira não se contenta em apenas denunciar os ricos fazendeiros, e arrisca um conselho: "É um perigo armar pessoal naquela zona. Bandidos aparentam auxiliar autoridade com o fim de pegar armamentos". Não há necessidade de comprovar empiricamente que os homens apontados no telegrama eram seus inimigos políticos. Sua denúncia foi devidamente acatada por Carvalho.

Setembrino de Carvalho que orgulhosamente se gaba em sua memória de ter sido imparcial nessa contenda, de ter levado a cabo uma guerra justa, sem envolvimento com a politicagem local, não reconhece o quanto o Exército foi aproveitado pelos fazendeiros da região para assegurar os privilégios tradicionais

---

[193] Esse documento já foi citado na íntegra na página 311.

[194] Telegrama ao ministro da Guerra 04 dez. 1914.

de alguns. Ele que se preocupava, tal como os oficiais envolvidos diretamente com a modernização militar, em não confundir os soldados do Exército com jagunços de coronéis, colocou lado a lado não só bandidos incorporados nos piquetes, mas também fazendeiros interesseiros junto aos homens da força terrestre brasileira. Força essa que se apresentava como moderna, profissional, distantes dos conchavos políticos predominantes no país.

A união dos vaqueanos com os soldados e oficiais do exército influenciou as técnicas de combate, as ações desenvolvidas e as formas como eram executadas no campo de batalha nos dois lados. Para os historiadores de farda esse contato além de "sujar" a imagem da corporação que tanto se empenhava para se apresentar como profissional e civilizada ainda oferecia mau exemplo para os soldados com seus hábitos grosseiros, sua relativa autonomia dentro do bando, suas historias narradas nos intervalos da guerra. A lúcida avaliação de Peixoto acerca dos "fabricianos" denunciava:

> [...] não se compreendia como uma tropa destinada a determinado objetivo, precisasse lançar mão de elementos recrutados entre os mais díspares indivíduos, em regra irrecomendáveis para auxiliá-la na delicada missão que lhe estava afeta, tal a de reprimir desordens no cenário onde o mais difícil seria precisar o pomo ou a razão de ser da própria rebeldia. Semelhante prática deixaria parecer maliciosamente que a tropa não se encontrava capaz de tão pesada incumbência, ou então, estava excusando-se disso, preferindo a outros transferir sua tarefa. E a face mais perigosa não era a que transparecia, mas a que realmente se dava: - o abuso desse *pessoal* que, escudado na categoria de *vaqueanos* da tropa, enveredava pelos cometimentos violentos, levando ao desprestígio e às mais rudes e imerecidas censuras o nome sempre generoso do Exército (PEIXOTO, 1995c, p. 11, grifo do autor).

O historiador de farda, por meio da citação acima, sugere que a presença dos vaqueanos sinalizava para a incapacidade do exército resolver os conflitos na região. No auge da campanha de profissionalização militar aceitar oficialmente criminosos e interesseiros na corporação militar poderia, inclusive, comprometer os ideais modernizadores. A presença de mais de mil vaqueanos junto ao Exército, numa força composta por aproximadamente seis mil militares, só parece ratificar a idéia de que o mesmo, embora almejando a profissionalização nos moldes europeus, ainda não possuía condições suficientes para tanto. A presença de tão grande número de civis remontava a um Exército que incapaz de dar conta do problema, teve que contratar mercenários para concluir o serviço que os chefes da nação lhe atribuiu. De acordo com Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 35) os

crimes cometidos pelos vaqueanos eram denunciados por várias pessoas, inclusive por autoridades locais. O pesquisador afirma que “A defesa que o general Setembrino faz desses homens é posta em tais termos que se é levado a indagar em que medida ele não os encarava como ‘os seus homens’”.

Outro elemento ainda não destacado no perfil dos vaqueanos é que grande parte deles era composta de oficiais da Guarda Nacional. Tal era o caso de Leocádio Pacheco, Nicolau Bley Netto, João Alves, Fabrício Vieira e Caetano Ribeiro. Um dos pilares da campanha de modernização movida pelos “jovens turcos” era o combate a essa corporação, acusada de ser o refúgio de politiqueiros e ainda desviar os jovens brasileiros do patriótico serviço militar.[195] Frank McCann (2007, ver nota 34 cap. 4) informa que no projeto de modernização do Exército defendido pelo ministro Caetano de Faria (1914-1918) se almejava “o controle da Polícia Militar dos Estados e da Guarda Nacional (...) pois sua neutralização aumentaria o poder federal e, com isso, intensificaria a sensação de segurança do corpo de oficiais”. Setembrino de Carvalho não via problemas em incorporar oficiais da Guarda Nacional nas forças militares, conferindo a eles certa autonomia na missão. Talvez por que esses homens ficariam subordinados ao comando do Exército, ou ainda por eles assumirem as maiores atrocidades cometidas pelas forças oficiais, tal como degolamento, roubo, estupro e saques de bens das pessoas da região. De qualquer forma a presença de oficiais da Guarda Nacional se beneficiou da ação beligerante no sul do Brasil, tirando grande proveito da relação mantida com o Exército. Mesmo que negada, tal relação denuncia o favoritismo do Exército com os interesses políticos locais. Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 101) ressalta que “A Guerra do Contestado foi o último conflito de atuação, decisivo para seu desfecho, da Guarda Nacional, não por ser instituição nacional e estadualmente organizada, mas pelo desempenho de seus oficiais e civis vaqueanos na repressão ao movimento rebelde”.

Peixoto e Assumpção reconhecem que era impossível o Exército passar incólume diante dessa parceria. A presença dos vaqueanos junto às forças legais contribuía, conforme a representação dos historiadores de farda, para destruir a

---

[195] A tentativa de neutralizar a Guarda Nacional remonta ao século XIX. Fabio Faria Mendes, em pesquisa realizada sobre o recrutamento militar, destaca que após a segunda metade do Oitocentos “os relatórios do Ministério da Guerra queixam-se profusamente, quase que ano a ano, que a organização da Guarda Nacional tornava indisponível grande parte da população do Império para fins militares” (MENDES, 1997, p. 109).

disciplina militar, uma vez que a organização desses piquetes era exatamente o modelo combatido pelos oficiais interessados na profissionalização militar: homens sanguinários e vingativos, irregularmente vestidos, indisciplinados para os moldes militares e com certa autonomia dentro do bando; homens defendendo interesses próprios ao invés da causa patriótica. Tais atos além de comprometer "o nome sempre generoso do exército", ainda contaminava a disciplina das tropas. Referindo-se aos crimes cometidos pelos vaqueanos, Peixoto afirma:

> Era difícil aos comandos impedir que os rapinantes se abastecessem com a mercadoria alheia. Cada vaqueano, que em começo caminhava de pé, em pouco possuía três e mais montadas bem apeiadas; os próprios soldados, vendo os exemplos, apareciam domando potros e cavalos velhos: - compravam-nos de alguém ou laçavam-nos durante as explorações vadias. Até os animais dos comboios e dos pelotões de cavalaria eram apanhados como se estivessem em abandono, o que resultou motivos de aborrecimentos na Coluna Sul. O "arrebanhar", entre os acampamentos da Tapera e Rio Caçador, foi uma inqualificável tolerância dos últimos meses da expedição; nesta época o próprio comandante da Coluna teve o animal de sua montada roubado nas proximidades da barraca onde estava, para precaução, preso a soga... (PEIXOTO, 1995b, p. 128-129).

Na documentação interna do exército, chamada *ordens do dia*, bem como nos processos abertos durante a guerra envolvendo soldados e oficiais, encontramos referências a estupros, roubos a casa comercial, assassinatos de civis, pancadarias e muitas outras violências cometidas pelos soldados da pátria indicativas da indisciplina e das ações não muito legais das forças militares. Seria ingênuo afirmar que os homens do Exército brasileiro aprenderam com os vaqueanos a arte de pilhar, no entanto não se pode ignorar que as ações bandoleiras dos piquetes civis serviam de péssimo exemplo para o Exército. Um exame das repreensões e castigos disciplinares efetuados contra soldados e oficiais no campo de batalha ofereceria algumas evidências do quanto à guerra influenciou no cotidiano das pessoas da região, mesmo daquelas que não aderiram à Santa Irmandade. Essa é a proposta a ser desenvolvida no capítulo seguinte.

5.7 A SOLUÇÃO FINAL

Na fase final da guerra - julho de 1915 a agosto de 1916 – o comando da força repressora foi entregue ao capitão José Vieira da Rosa e aos mandões locais. A retirada das forças federais, o clima de guerra internacional - vale lembrar que estamos no auge da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) - e o enfraquecimento

do movimento contribuíram para a pouca visibilidade dada às ações militares no planalto catarinense na etapa final da guerra. Violência praticada entre os fiéis com a disputa das lideranças e divergências de opinião acerca das decisões a serem tomadas com o cerco militar; barbaridades cometidas pelas forças de civis e militares designadas para concluir o serviço nos sertões catarinenses. Vinhas de Queiroz denomina esse momento de período do "açougue". Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 322) ressalta que a violência cometida nessa fase foi seletiva: "Rosinha e os vaqueanos sabiam quem eram as pessoas mais próximas ao último chefe". Em relatório oficial apresentado pelo governador à Assembléia Legislativa de Santa Catarina consta que entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916 somente em Canoinhas se apresentaram quatro mil pessoas e em Curitibanos seis mil.

Um jornal de Canoinhas fez uma descrição comovente, malgrado o tom sensacionalista, da chegada dos fiéis em dezembro de 1915:

> Mulheres esquálidas que mais se pareciam com um esguia quadro plástico e crianças que mais se assemelhavam com um esqueleto preocupavam os corações dos habitantes de Canoinhas que lhes davam o conforto e lhes perdoavam o que fizeram quando durante tantas noites chuvosas atacavam o nosso povoado e roubavam a tranqüilidade do lar.
> [...] Uns se apresentam porque estão famintos, outros porque não têm munição, outros arrependidos, outros porque estão cansados, mas em tudo isto vemos uma coisa mais séria: os fanáticos se apresentam porque o Governo do Estado lhes move uma guerra tremenda dentro da lei e com princípios de humanidade!
> Venham, pois, os infelizes sertanejos trabalhar conosco, esqueçamos o passado, venham ocupar as suas velhas moradas hoje reduzidas às cinzas e a destruição, sirva-lhes de exemplo os fatos tristes dos redutos, risquem da memória os Santos Monges e os Eremitas, falsos apóstolos dos tempos idos.[196]

Nesse período o número de vaqueanos incorporados à força repressora superou o de militares. Junto ao 54º Batalhão de Caçadores – que tinha aproximadamente trezentos homens - havia 500 civis e parte da força policial de Santa Catarina. Eles ficaram concentrados em Curitibanos. O capitão Euclides de Castro ficou em Canoinhas tendo ao seu comando um grupo do Regimento de Segurança de Santa Catarina e o auxílio de aproximadamente mil vaqueanos liderados por Lau Fernandes (Cf. MACHADO, 2004, p. 321).

Quanto aos homens e mulheres que se apresentaram nesse momento ficavam a mercê dos vaqueanos que decidiam se os deixavam viver ou não.

---

[196] *O Imparcial*, Canoinhas, SC, 25 dez. 1915.

Geralmente os capturados eram assassinados no meio das matas. Aos que se apresentavam procedia-se a identificação de cada um e aqueles que eram reconhecidos como homens de briga eram fuzilados ou degolados. Esse procedimento contrariava os ditames legais, mesmo em tempos de guerra. De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro (1991, p. 90) "durante a Primeira República havia um pacto não escrito entre as classes dominantes, segundo o qual, no caso de rebeliões contra o poder central, mesmo havendo participação popular, os dissidentes não poderiam ser eliminados fisicamente". Vimos acima que Setembrino de Carvalho, em sintonia com essa proposta sugeriu que os rebeldes fossem encaminhados para campos de internamento no norte do país, mas sua proposta não foi acatada, a solução acabou repetindo a tradição: a violência selvagem.

Os que sobreviviam à fúria dos vaqueanos comandados pelas forças militares eram enviados às suas antigas moradias sob a "proteção" de algum mandão local. Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 323) afirma que "antigos laços de amizade e de compadrio devem ter sido reatados no período crítico das rendições, processadas em massa entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916", esse historiador acrescenta que

> [...] com o fim da guerra sertaneja, o poder dos coronéis contou com muitas condições favoráveis para tornar-se mais abrangente e discricionário sobre as populações caboclas do planalto. As formas de 'apresentação' dos prisioneiros às autoridades locais converteram-se em passaportes para a criação, ou recriação, de situações de dependência e ampliação da patronagem (MACHADO, 2004, p. 326).

Podemos concluir que a opção pelo contrato de civis facilitou o serviço de repressão. Ela também significou o estreitamento dos laços entre mandões locais, governo catarinense e forças militares. Vale lembrar que esses homens recebiam um numerário e ainda equipamento bélico, embora àqueles que tivessem armas próprias deveriam utilizá-las. Não parece exagero afirmar, dado o número de civis em conluio com os militares, que o governo federal e estadual equipou belicamente boa parte dos civis incorporados às forças repressoras e com isso garantiu a eles mais poder de mando e, em contrapartida, fidelidade política.

6 PRÁTICAS DE UM EXÉRCITO "PROFISSIONAL"

6.1 FORMAÇÃO DA CULPA

Vimos no capítulo anterior que a presença dos vaqueanos entre soldados do Exército era mal vista pelos historiadores de farda, e, também, que, apesar disso o general Setembrino de Carvalho não hesitou em incorporar às forças de repressão contingente significativo de civis, na maioria com interesses e rixas pessoais com os fiéis. A resistência dos historiadores de farda à presença desses homens se explica, entre outros fatores, pelo entendimento de que eles estariam perturbando e corrompendo a disciplina dos "soldados da pátria". Segundo Dermeval Peixoto (1995c, p. 7-8) "como representantes da tropa foram servir ao lado dos fabricianos os sargentos Saturnino e Waldomiro que cedo se irmanaram com os mercenários, a ponto de com eles confundirem-se nas próprias vestes sertanejas, pelas quais logo trocaram as suas fardas e divisas!..." A acusação merece ser debatida. Em primeiro lugar, ela pressupõe que os soldados eram ingênuos e o contato com homens supostamente não civilizados, como era a representação feita dos vaqueanos, macularia sua obediência à disciplina. Depois, parte da premissa de que, no interior das forças armadas, predominava maior disciplina do que entre as tropas dos jagunços dos coronéis, oposição que pretendia estabelecer uma distinção entre as tropas militares e as dos vaqueanos. Para debater essas questões, dividiremos o texto em duas partes. Inicialmente, trataremos das agressões praticadas pelos militares no campo de batalha contra os habitantes da região e entre si; em seguida, analisaremos os problemas decorrentes da indisciplina e do despreparo dos soldados para uma operação de guerra, tendo como exemplo os casos de embriaguez, furtos, mortes acidentais etc.

A documentação disponível para empreendermos essa discussão está assentada nos inquéritos policiais militares, nos conselhos de Investigação e de Guerra e nas ordens do dia. Essas fontes, como todas, possuem uma lógica de organização que exige breve introdução explicativa, sem a qual comprometeríamos o entendimento das informações nelas presentes.

O Exército brasileiro possui legitimidade para julgar os seus membros, conforme critérios próprios que atenderiam às peculiaridades da corporação. Os crimes cometidos pelos e contra os militares durante a Guerra do Contestado eram regulados pelo *Código Penal da Armada* (CPA) de 1891, estabelecido pelo

decreto nº. 18 de 7 de março desse mesmo ano. Por meio da Lei nº. 612 de 29 de setembro de 1899, ele foi estendido ao Exército brasileiro.

Em caso de guerra, os tribunais eram montados no próprio campo de batalha e os indiciados eram julgados em primeira instância imediatamente após o ocorrido. As sentenças do Conselho de Guerra poderiam ser objeto de recurso ao Supremo Tribunal Militar (STM), a quem competia julgar em segunda e última instância todos os crimes militares, tendo a autoridade de confirmar ou mudar a sentença proferida pelo dito conselho.

Nem todos os delitos cometidos na guerra exigiram a formação do tribunal militar. Os conselhos de guerra do Contestado constituem uma documentação irregular, não propriamente pela ausência de crimes, mas pelo extravio de muitos documentos relativos ao conflito. Diante disso, vale destacar que pouco teríamos do cotidiano militar se nos debruçássemos apenas sobre os processos levados ao STM ou mesmo os conselhos aberto no campo de batalha, mesmo porque tais fontes nem sempre estão disponíveis para o pesquisador, já que, além das perdas, muitas estão anexadas à fé de oficio do indiciado, sendo, portanto, tratadas como documentos sigilosos, o que dificulta o acesso a eles. Foi nas ordens do dia que encontramos mais e melhores informações sobre o cotidiano do exército no *front*. Mas essa mesma documentação também possui os seus limites, pois nem todos os comandantes foram ciosos em relatar os fatos em seus pormenores.

As ordens do dia, como o próprio nome indica, eram publicadas diariamente e lidas em alta voz para que todos tomassem conhecimento do seu conteúdo. Nelas eram registradas inclusões e exclusões de soldados, punições, recomendações, notas de louvor e de repreensão, ordens de movimento das tropas etc. Também se reproduziam correspondências ou telegramas oficiais, além da formação dos conselhos e abertura de inquéritos e respectivas sentenças. Trata-se, como se vê, de uma fonte privilegiada, que nos coloca em contato com o cotidiano do Exército no campo de batalha.

Como o grande contingente militar enviado para o sul do Brasil foi dividido em quatro frentes de guerra - colunas Norte, Sul, Leste e Oeste - com seus respectivos comandantes, cada Coluna publicava sua ordem do dia, havendo ainda aquela que era publicada diretamente pelo Estado-Maior em Operações de Guerra, com ordens do comandante-em-chefe.

Quanto aos inquéritos policiais militares, eles eram abertos para se averiguar determinado delito. Em sua formação repetiam-se os poderes policiais atribuídos ao Exército em tempos de guerra, conforme a seguinte fórmula: “chegando ao meu conhecimento o fato que trata a parte junta, delego-vos as atribuições policiais que me competem a fim de que tomeis conhecimento do aludido fato, procedendo ao respectivo inquérito para os fins convenientes”. Com isso, o comandante da Coluna, ou, se fosse o caso, o próprio comandante geral da operação militar, indicava a pessoa responsável pela condução das investigações, que, por sua vez, nomeava um escrivão para redigir os autos.

Na nomeação do oficial que conduziria as investigações era preciso certificar-se se a sua graduação era igual ou superior à do indiciado. O número de testemunhas interrogadas no processo variava de três a oito, dependendo do delito disciplinar ou do crime cometido. A investigação geralmente ocorria imediatamente após a denúncia e os demais procedimentos de formação dos autos geralmente não tomavam mais de dez dias. Nos inquéritos analisados verificamos que com o fim das investigações, estabelecia-se uma punição que poderia ser estipulada pelo próprio responsável pelo inquérito ou, como era mais comum, pelo o comandante da Coluna.

Nos casos em que os interrogados eram analfabetos, seus depoimentos eram assinados por outrem. Para os indiciados exigia-se a assinatura de duas testemunhas; para os demais bastava uma. As punições para as faltas cometidas eram em sua maioria de tipo disciplinar: repreensão, serviços pesados, marcha acelerada em momentos determinados do dia, redução da alimentação, corte no soldo, prisão, baixa do posto. Elas também poderiam ser combinadas: prisão celular por 30 dias a pão e água, repreensão com baixa definitiva do posto etc.

Concluído o inquérito, caso o comandante julgasse necessário, abria-se um Conselho de Investigação ou um Conselho de Guerra. Ao Conselho de Investigação competia formalizar a culpa dos indiciados; ao Conselho de Guerra, processar e julgar em primeira instância os crimes militares. Os conselhos de investigação que encontramos no Contestado apresentavam em sua composição três pessoas denominadas juízes. O primeiro juiz, aquele que possuía maior graduação, era denominado presidente; o segundo, juiz interrogante e o terceiro, juiz escrivão, ficando esse cargo para o de menor patente.

O Conselho de Guerra exigia uma composição mais complexa. No tribunal do conselho de Manoel Joaquim de Santana sentenciado a 25 anos de prisão por ter assassinado o seu camarada no campo de batalha encontramos sete juízes: um presidente, três interrogantes, um escrivão, um auditor e um auditor *ad hoc*. As regras para a distribuição das funções no Conselho de Guerra eram as mesmas vigentes na organização do inquérito e do Conselho de Investigação: os de maior patente assumiam os postos mais elevados. A diferença na composição dos dois conselhos é que no de investigação temos a figura dos auditores, constando entre as suas atribuições a de fiscalizar e assessorar os demais juízes na condução do processo.

Na análise que segue optamos por uma abordagem qualitativa, ao invés da quantitativa, da documentação. Isso se deve a, pelo menos, três fatores. O primeiro deles é o fato de que a documentação militar da Guerra do Contestado está incompleta, não se dispondo de todos os inquéritos e processos abertos no *front*, nem tampouco de uma amostragem confiável para cada uma das quatro colunas, como se verifica facilmente pelos registros feitos nas ordens do dia ao citar inquéritos não localizados no AHEx. Tal como as listas de pagamento a documentação preservada é, em sua maioria da Coluna Norte. Em compensação, dispomos de diversas notas que comprovam que os problemas enfrentados pelo coronel Onofre Ribeiro eram vivenciados pelos outros oficiais comandantes. Diante disso, somente uma análise qualitativa permitiria aproveitar melhor as informações disponíveis.

O segundo fator da nossa opção metodológica é a compreensão de que, embora os casos relatados possam parecer insignificantes para o universo de mais de seis mil soldados distribuídos na vasta região do Contestado, eles ganham mais sentido se analisados no seu contexto local. A repercussão de um estupro cometido por um soldado do Exército no interior de Santa Catarina pode não significar muito se inserida no índice de violência numa capital como era o Rio de Janeiro em 1914, mas certamente ganhava outro peso para uma vila de pouco mais de 500 pessoas como era Canoinhas nesse mesmo ano. De qualquer forma, não descuidamos do contexto geral, pois não é de nosso interesse simplesmente relatar um repertório de acontecimentos sem ligá-los a um fio argumentativo. É aqui que ressaltamos o terceiro fator de motivação para a análise qualitativa dos casos encontrados nos documentos que tratam dos crimes e delitos cometidos

pelos soldados do Exército brasileiro. Vimos que as imagens fotográficas acerca da força militar que atuou no Contestado constroem uma memória de um Exército totalmente equipado, disciplinado e profissional. Ao explorarmos os casos de indisciplina, assassinato, embriaguez e agressão contra os habitantes da região, apresentaremos outra faceta desse Exército. Ele foi mais humano, portanto, mais complexo, do que fazem acreditar as fotografias. Por fim, nos inquéritos policiais militares sentimos pulsar as vidas, os conflitos e as contradições dessa guerra. Tais experiências dificilmente seriam passíveis de quantificação.

6.2 INDÍCIOS E INDICIADOS

No dia 14 de fevereiro de 1915 foi publicado no campo de batalha do Contestado, conforme ordem do dia nº. 42, o seguinte telegrama:

> Sr. Tenente-coronel Onofre, comandante da Coluna Norte – como tivessem sido encontrados nos redutos de armas na mão os indivíduos que se haviam apresentado aos comandantes de forças declarando [que] depunham as armas e sendo isso uma requintada traição, resolvi recomendar-vos que, feitas as necessárias, digo, rigorosas averiguações, sejam tais traidores passados pelas armas. Saudações: general Setembrino.

A determinação do comandante-em-chefe não deixa dúvidas: devia-se "passar em armas", ou seja, executar todos os sertanejos que, uma vez tendo se apresentado ao Exército, voltassem a lutar contra as forças oficiais. A ordem era extensiva a todos que tivesse, comprovadamente, atirado contra homens das forças repressoras. Ao ser questionado pelo ministro da Guerra, ou mesmo pela imprensa, Setembrino de Carvalho fazia questão de negar acusações de extermínio no campo de batalha, no entanto, a decisão acima não deixa dúvidas. Ela sequer foi tomada em caráter sigiloso, pois embora tenha sido redigida originalmente como telegrama ao comandante da Coluna Norte, foi publicada na íntegra na ordem do dia, para que todos os demais comandantes tomassem ciência da decisão e a colocassem em prática.

O historiador de farda Herculano Teixeira d´Assumpção é mais minucioso na descrição dos assassinatos cometidos na região do Contestado, embora nunca os atribua ao Exército brasileiro. Ele ilustra a prática de execuções no campo de batalha com a degola de um sertanejo preso pela Coluna Sul no dia 23 de fevereiro de 1915. Uma força de patrulha contendo vaqueanos do coronel da Guarda Nacional Fabrício Vieira capturou um rebelde que, na versão oficial, se

vangloriava de ter assassinado vários homens da força repressora. Conforme Assumpção (1918, p. 239) “era um caboclo ainda moço, mas de um aspecto repelente”. Seu nome era Manoel Lourenço de Andrade, trazia consigo uma clavina *Winchester* e um facão, além de ter no pescoço um patuá com reza de proteção. Ao chegar ao acampamento foi imediatamente levado à presença do coronel Fabrício, especialista em extrair confissões dos prisioneiros. O dito coronel “o amarrou pelo pescoço com um nó especial (...). E por muitas horas, entre os fabricianos, ficou o bandido” (1918, p. 240). De acordo com Assumpção, Manoel Lourenço teria confessado ter matado mais de 20 **peludos.**[197]

Na madrugada seguinte os vaqueanos, “levando à frente o bandido, com o baraço no pescoço” seguiram numa trilha indo rumar próximo a uma guarda sertaneja. A desculpa encontrada pelo historiador de farda para justificar o assassinato foi de que “o bandido traíra-os miseravelmente”. Diante disso Herculano d´Assumpção antecipando sua concordância com a tragédia que seguiria, arrematou: “E dele, que outro procedimento se poderia esperar?” *(*1918, p. 243). A descrição que fez da execução nos coloca diante do requinte narrativo do historiador de farda diante dos pormenores da violência:

> Os vaqueanos, indignados, voltaram-se contra Andrade. O bandido, então, abriu a boca para gritar. Mas antes que o forte som de sua voz pudesse ser emitido, uma tremenda apunhalada perfurava-lhe o pescoço de lado-a-lado!... Havia sido justiçado pelas mãos de um fabriciano. Enfim, *qualis vita finis ita* (ASSUMPÇÃO, 1918, p. 243).[198]

Poderíamos creditar a descrição acima aos arroubos retóricos de Assumpção, que, como vimos, possuía uma prosa empolada e grandiloqüente. No entanto, temos outro registro desse assassinato que não deixa dúvida sobre o fim de Manoel Lourenço. Um aspirante-a-oficial que acompanhava a Coluna Sul anotou em seu diário de campanha que, no dia 24 de fevereiro de 1915, “pela manhã, saiu em reconhecimento, guiado pelo fanático preso, o pessoal do

---

[197] Um dos elementos de identificação dos rebeldes era o corte de cabelo bem curto, eles se autodenominavam de “pelados” em oposição aos “peludos”. Estes seriam todos os que participavam ou colaboravam nas forças repressoras. De acordo com Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 49) a prática do corte de cabelo “rente” só ocorreu a partir do segundo ajuntamento de Taquaruçu, em dezembro de 1913. Há que se ressaltar ainda o sentido místico em denominar o outro de “peludo”, pois isso reforçava o caráter místico da luta dos fiéis de João Maria.

[198] A expressão significa literalmente “tal vida, tal fim”, pode ser traduzida ainda para “como se vive, assim se morre” que nos parece mais adequada para o contexto.

Fabrício. Mas, como o dito fanático tivesse procedido com deslealdade, foi imediatamente executado” (OLIVEIRA, 1962, p.86).

Em tempos de guerra o *Código Penal da Armada* previa execução para casos de espionagem (Artigo nº. 79), sendo essa feita mediante fuzilamento. O artigo 268 do *Regulamento Processual Criminal Militar*, de 1895 (RPCM, 1895), determinava que “o paisano que tiver de ser fuzilado, *por sentença condenatória dos tribunais militares*, sairá da prisão em que estiver, decentemente vestido, e será executado na conformidade das disposições contidas no artigo anterior [grifo nosso]”. Seria essa a base de sustentação da decisão de Setembrino e de Estillac Leal ao mandar executar os considerados espiões e traidores? Talvez, em termos gerais, para se defenderem, eles até pudessem recorrer à legalidade, mas, na prática, ambos ignoraram completamente a Justiça Militar e fizeram sua própria justiça no *front*. Vale observar que este procedimento era comum durante as guerras, além de tradicional na Marinha, mesmo em tempo de paz, como indica a existência da “justiça de convés” analisada por Álvaro Pereira do Nascimento (2001).

Em primeiro lugar não houve julgamento algum dos acusados. O código é explícito em relação a isso: devia-se formar um tribunal, julgar o caso em Conselho de Guerra, proferir a sentença e concluir os demais procedimentos legais. Nada disso foi feito, pois, na prática, a sentença era dada com base na declaração de um vaqueano, que geralmente confirmava ter visto o sertanejo com armas na mão. Como já mostramos acima, os interesses e as divergências de muitos desses homens com os sertanejos não os colocam como os melhores agentes da lei, e seus testemunhos eram tão parciais quanto o de boa parte dos soldados que ouviam e se chocavam com as notícias fantasiosas acerca dos crimes cometidos pelos sertanejos. Contrariando também a legislação, a execução poderia ser delegada a qualquer um dos integrantes da força de repressão, civil ou militar, sempre sob a autorização do comandante do Exército.

As pistas sobre as execuções dos sertanejos durante a Guerra do Contestado não são raras. Outro historiador de farda, José Octaviano Pinto Soares, nos apresenta o assassinato de Manuel Lourenço de Andrade: fiel de 30 anos de idade preso no dia 2 de fevereiro de 1915. Em suas palavras: “este jagunço, na manhã de 24 do mesmo mês, foi morto a punhaladas pela gente de Fabrício, nos matos da Serra de Santa Maria”. Além de relatar com tranqüilidade o assassinato

de Lourenço o autor ainda completa: "e ao conhecer de sua sorte, pedira, entanto, que lhe não matassem a baioneta, porque, naturalmente, sabia os efeitos terríveis da arma branca". O desfecho do assassinato beira o sadismo quando Soares exulta em informar: "Não foi, porém, satisfeita a sua última vontade" (SOARES, 1920, p. 76).

Em outro documento verificamos que as execuções não poupavam nem mesmo a vida de mulheres e crianças. O comandante da Coluna Sul, coronel Francisco Raul d´Estillac Leal, às vésperas de atacar a comunidade de Santa Maria em março de 1915, fez uma proclamação aos seus homens, conclamando-os a assassinar todas as pessoas que encontrassem no local:

> No reduto de Santa Maria não mais podemos ver apenas os inimigos da ordem pública que, a bem da tranqüilidade e da vida pacífica e útil do país, somos obrigados a combater no mero desempenho do nosso estrito cumprimento de dever; lá, naquele antro maldito, estão os assassinos dos denodados camaradas que rudemente tombaram no dia 8 do mês findo, estupidamente vitimados pelos botes traiçoeiros dos bandidos que da mata de Santa Maria fizeram sempre o tenebroso centro de irradiação dos assaltos à fortuna pública, à vida dos nossos concidadãos e de suas inermes famílias, e das mais mesquinhas e inexplicáveis depredações. *E a nossa consciência não deve mesmo sentir fortes abalos de compaixão pelas mulheres e crianças que acompanham os bandidos do reduto de Santa Maria*, desde que tenhamos sempre na mente o doloroso espetáculo da viuvez e orfandade que reina entre tantas famílias dos nossos camaradas, brutalmente imolados nas mãos de tão desalmados abutres (apud. ASSUMPÇÃO, 1918, p. 246-247, grifo nosso).

Como se observa na proclamação do comandante, nem mesmo mulheres e crianças deveriam ser poupadas. Essa ordem contrariava as declarações do general Setembrino de Carvalho feitas à imprensa da época, qual seja a de que promovia nos sertões catarinenses uma guerra "dentro dos limites de civilidade".

As pistas que evidenciam as práticas de execução dos sertanejos nessa guerra se acumulam a olhos vistos. A imprensa denunciava diariamente os crimes cometidos pelo Exército. O periódico carioca *A Noite*, o mesmo que iniciara naquele mês a publicação de *Numa e Ninfa*, romance de crítica política de autoria de Lima Barreto,[199] estampou na primeira página a seguinte chamada "Fora da lei e da civilização: a degola, o fuzilamento, o saque e o incêndio" (*A Noite*, 17-3-

---

[199] Merece menção o fato de que nesse romance Lima Barreto tinha como personagens os principais nomes da política e da alta roda social carioca da época. A publicação de matérias informando os crimes cometidos pelas tropas oficiais no Contestado no mesmo número que se reproduzia um romance que satirizava a política brasileira realça seu significado e nos coloca diante do posicionamento do periódico em relação ao governo vigente.

1914). A matéria denunciava os crimes cometidos pelo Exército no campo de batalha e conclamava para que se averiguassem os fatos. Dias depois (*A Noite*, 26-1-1914), novamente na matéria de capa, o mesmo jornal publicou entrevista com o aviador civil Ernesto Darioli, que confirmou os crimes praticados no Contestado por ordem do general Setembrino e afirmou que nas execuções preferia-se a arma branca às armas de fogo para se economizar munição.

A violência contra as populações locais do Contestado não se resumiam aos assassinatos por crime de traição efetuados sem julgamento. A ação bandoleira do Exército, que denuncia os limites do seu profissionalismo, também se verifica por ações de roubos praticados por seus soldados.

Na ordem do dia nº. 282 de 13 de outubro de 1914 o comandante Onofre publicou a seguinte decisão: "Fica determinantemente proibido que praças das forças de meu comando façam incêndios, ameaças e depredações aos habitantes desta vila, sob pena de serem rigorosamente castigados". A ordem, por si própria, nos revela o clima de tensão vivenciado pelos habitantes de Canoinhas e redondezas, afinal o coronel não baixaria tal norma se tais crimes fossem casos episódicos. Se assim fosse, bastaria punir o responsável que tudo estaria resolvido. Somente a freqüência dessas ações é que justificaria tal resolução.

Durante a Primeira Guerra Mundial também foram identificados comportamentos indisciplinados dos soldados, conforme se verifica na atuação do Corpo Expedicionário Português (CEP) em Flandres em 1917-1918.[200] A historiadora portuguesa Izabel Pestana Marques acredita que a desobediência, o desrespeito às normas e as autoridades são reflexos da desmoralização da disciplina militar. Na atuação do CEP a autora constatou inúmeras infrações comportamentais desse tipo, algumas parecidas com as praticadas pelos soldados brasileiros no Contestado, tais como:

> [...] o desrespeito diversificado de normas vigentes em áreas como a saúde e higiene (...), o furto (objetos militares e civis de portugueses, ingleses e franceses) e o contrabando (sobretudo tabaco); as zaragatas entre militares aliados (nos acantonamentos e *estaminets* , geradores de internamentos e até de mortes) e conflitos com a população civil (queixosa de furto e de danos materiais e humano na linha de aldeias)

---

[200] O Corpo Expedicionário Português (CEP) foi a força militar que Portugal enviou para a França durante a Primeira Guerra Mundial, com a finalidade de conseguir tirar proveito da luta movida pela Tríplice Entente contra a Alemanha e seus aliados. O CEP recebeu treinamento militar britânico em território francês e só assumiu efetivamente posição de guerra a 2 de abril de 1917, quando uma de suas companhias assumiu posição em trincheira (Cf. MARQUES, 2004, p. 109).

> e os abusos violentos de cariz sexual (assédio, exibicionismo, tentativa e consumação de violação de mulheres e menores) (MARQUES, 2004, p. 131).

Como podemos verificar na descrição feita acima sobre os atos de indisciplina do CEP, os delitos e os crimes cometidos por militares entre si e também contra os civis são corriqueiros em uma ação de guerra, e isso não deveria estranhar um pesquisador, principalmente se ele submetesse essas práticas a um levantamento estatístico que oferecesse índices seguros que ajudassem a medir o grau de indisciplina numa determinada tropa. Apesar de não dispormos de documentos quantitativos que nos ofereçam a segurança dos dados numéricos, gostaríamos de destacar que essas práticas, além de refletir os limites da disciplina imposta corroem a estrutura de mando que sustenta uma instituição militar. Para o caso da atuação repressora no Contestado, todos os crimes e delitos cometidos colocam em xeque não tanto o exército profissional que não existia à época, mas aquele idealizado pelos oficiais, tal como o que aparece no álbum de fotografia da campanha militar. Em função disso é que nos deteremos nos inúmeros casos de ações transgressoras efetuadas pelos soldados em sua atuação no sul do Brasil, a começar por um caso de invasão em casa comercial para a prática de furto.

No dia 16 de outubro de 1914 Onofre Ribeiro nomeou o segundo-tenente Hermínio Ascendino de Mattos Inspetor Policial Delegado para apurar a acusação de arrombamento em casa comercial na vila de Canoinhas. O episódio acontecera por volta das 19 horas do dia anterior e o cabo-de-esquadra José Cosme dos Santos foi acusado de autoria do crime. Ele contava 27 anos de idade, era solteiro, natural da Bahia e praça reengajada, ou seja, não era a primeira vez que servia ao Exército. No dia 17 o tenente Hermínio nomeou escrivão do processo o terceiro-sargento Anísio Ferreira Sampaio e convocou o acusado e as testemunhas para prestarem depoimento. A 18 do mesmo mês todos foram ouvidos e deu-se por findo o inquérito, concluindo-se pela culpa de José Cosme dos Santos. O passo seguinte foi remeter o documento contendo a investigação ao coronel Onofre para decidir a punição do cabo. O comandante da Coluna Norte mandou prender Antonio Cosme dos Santos por 30 dias, sendo 10 em prisão celular e reduzir sua ração diária. Solicitou também que o inquérito fosse remetido ao general Fernando Setembrino de Carvalho, e que a decisão fosse levada ao conhecimento das autoridades civis da vila.

José Cosme não assumiu a culpa da invasão, mesmo tendo sido encontrado saindo em fenda de assoalho feita na casa comercial. Para as sentinelas que o surpreenderam disse ter ido ali "fazer necessidades". Também afirmou ao oficial que conduziu o inquérito que não sabia que a casa estava repleta de gêneros, apesar de ter afirmado, no dia do flagrante, ter conhecimento por meio de terceiros que se tratava de casa de negócios abastecida com tecidos e cereais.

Não foi encontrada nenhuma mercadoria da casa em posse do cabo, mas o tenente concluiu, diante das contradições de sua declaração, que ele premeditara o roubo. Ele também foi responsabilizado pelo arrombamento da porta da casa comercial. Tal arrombamento foi efetuado por ordem do comandante. Este alega que só derrubou a porta porque José Cosme alegou ter ouvido vozes no interior da casa, o que foi inventado pelo cabo, como se comprovou ao inspecionar o recinto.

É preciso observar que o episódio aconteceu no dia da Proclamação da República. Em datas cívicas, geralmente as unidades eram liberadas dos trabalhos rotineiros, o que facilitou a ação do cabo, que tomou o cuidado de agir ao escurecer do dia (por volta de 19 horas). Embora saibamos que a casa estava fechada é bem provável que tal fato se tenha devido à ausência dos proprietários da vila em função da guerra, e não à comemoração da data cívica, isso porque as testemunhas alegaram que há muito a casa estava com as portas cerradas. Além disso, a ausência do depoimento do proprietário para averiguar se faltava algum produto também sugere não haver ninguém da família capaz de verificar o ocorrido. A tentativa de furto do cabo José Cosme dos Santos, foi um dos muitos casos de atentado contra a propriedade promovida pelas forças responsáveis pela defesa da região contra os supostos fanáticos.

No dia 16 de novembro registrou-se um incêndio de duas casas em Canoinhas. Dessa vez o acusado é o primeiro-tenente Antônio Cândido de Viveiros do 56º Batalhão de Caçadores, que foi chamado a depor em inquérito policial-militar como aparece na ordem do dia nº. 30. Não encontramos o inquérito na documentação da Guerra do Contestado, mas o fato merece registro, pois nos mostra que a ação de destruição de casas não partia apenas das praças.

O desfecho de outro inquérito aberto para averiguar situação similar nos é apresentado na ordem do dia nº. 44 de 30 de novembro de 1914. A praça Manuel Lúcio foi considerada culpada pelo incêndio de outra casa comercial em Canoinhas. Além disso, teria tratado desrespeitosamente as autoridades civis que

chamaram sua atenção. Nessa situação o coronel Onofre, diferentemente do caso de José Cosme, transferiu a decisão de penalizar Manoel Lúcio ao comandante imediato do mesmo.

Novas acusações de depredações causadas por soldados do Exército surgiram no dia 15 de dezembro. A ordem do dia nº. 59 informa o resultado do inquérito policial-militar aberto por solicitação do proprietário de uma olaria em Canoinhas, sr. Emilio Schultz, segundo o qual sua propriedade fora incendiada por tropas militares. Embora tenha sido verificado que o incêndio foi proposital, não se conseguiu identificar os autores do crime, alegando-se que a olaria estava situada fora das trincheiras da guerra.

Melhor resultado para os soldados delinqüentes aparece na ordem do dia nº. 11, de 11 de janeiro de 1915. Nela, é anunciada a absolvição de dez militares acusados de furto e resistência à prisão.

Observamos que os casos não foram raros nem limitados a uma semana, pois se repetem ao longo dos meses. O primeiro ocorreu no mês de outubro de 1914 e o último, em janeiro de 1915. Nos quatro últimos casos apresentados, tomamos conhecimento dos inquéritos apenas pelas ordens do dia. Não dispomos dos autos para analisarmos detalhadamente os fatos narrados, pois a documentação geralmente apresenta vários intervalos, o que sugere que houve extravio de documentos. De qualquer forma, eles nos dão idéia dos diversos abusos cometidos pelas forças legais contra a propriedade de pessoas que não estavam diretamente envolvidas na guerra, bem como as falhas do comando militar, que não conseguiu controlar os seus soldados.

A informação presente no inquérito de Manoel Lucio de que ele desrespeitou autoridades civis nos sugere que os soldados se sentiam superiores aos habitantes da região e que, em função do estado de guerra, se julgavam autorizados a determinados procedimentos que a própria guerra justificaria, tais como destruir ou invadir propriedades ou, mesmo, abusar das mulheres da região. Um inquérito aberto para averiguar um caso de estupro cometido na cidade paranaense de Porto União da Vitória ilustra melhor nossa idéia.

Os agressores foram os soldados Roque José Soares e João Ferreira de Oliveira. No inquérito foram ouvidas também as duas mulheres agredidas, Damázia de Oliveira e Brazília Piletti. Reproduziremos abaixo o depoimento da primeira para melhor empreender nossa análise:

> Damazia de Oliveira de vinte e cinco anos de idade, casada, serviços domésticos, natural deste Estado, residente nesta cidade, analfabeta, disse: que às duas da madrugada de dezesseis do corrente [outubro], apareceram em sua casa dois soldados que batendo à porta fizeram a depoente, sua irmã e sua mãe levantar-se, *dando em seguida voz de prisão*; que saindo as três mulheres para fora de casa os aludidos soldados conduziram presas até certa distância, indo a depoente e sua mãe na frente, ficando sua irmã Brazilia para trás com outro soldado; que o soldado que conduzia a depoente forçou-a afim de conseguir os seus instintos bestiais, sendo repelido, ameaçou-a de morte com um punhal; que o soldado ameaçava tanto a depoente como a sua mãe, dando socos; que por diversas vezes a depoente derrubou o seu agressor, levando esta luta três horas mais ou menos, depois de que o soldado já descrente que nada conseguia deixou a depoente e sua mãe; *que o soldado prendeu a depoente, disse que aqui estava em estado de sitio e que o tenente estava ali perto esperando*. Nada mais disse [grifos nossos].[201]

Ao que consta no depoimento de Damázia, apesar da agressão, João Ferreira de Oliveira não conseguiu estuprá-la, pois além de estar acompanhada de sua mãe, Galdina, ainda teria lutado com o soldado até o amanhecer. Roque José Soares, por sua vez, conseguiu violentar Brazilia Piletti. As duas informam que a violência aconteceu às 2 horas da madrugada e que se desenrolou até o clarear do dia. Nos dois casos também aparecem ameaça de morte com armas: João de Oliveira com um punhal e Roque Soares com um facão.

O escrivão do inquérito acrescentou no relatório que figura no fim da inquirição das mulheres que Brazilia Piletti teria apelado para a filha de cinco meses que trazia no colo, embora no depoimento da mesma nada tenha sido dito sobre a criança. Também é registrada a expressão “instintos bestiais” para designar o procedimento dos soldados. Apesar do crime, a punição a que foram sujeitos foi de quinze dias de prisão. Peter Beattie (2001), que analisou processos levados ao STM do final do século XIX até a década de 1920, afirma que a severidade das punições nas forças armadas dependia tanto do posto ocupado pelo soldado, quanto do *status* da vítima (BEATTIE, 2001, p. 181-182). O caso de Damásia e Brasília parece confirmar esta tese, pois a sentença foi bem inferior àquela aplicada ao cabo que invadiu uma casa comercial, embora nos pareça que o caso foi mais grave, pois combinou estupro, abuso de autoridade, envolvimento do nome do superior e ameaça de morte.[202]

---

[201] Inquérito policial militar de Roque José Soares e José Ferreira de Oliveira. Campanha do Contestado. AHEx.

[202] Conforme Artigo n.º 48 do CPA “Todo indivíduo ao serviço da marinha de guerra que atentar contra a honestidade de pessoa de um ou outro sexo por meio de violência ou ameaças, com o fim

Malgrado os critérios subjetivos adotados pelos comandantes para punir os seus homens é preciso ressaltar que a violência cometida pelos soldados deve ser somada àquela praticada pelos vaqueanos contra as populações civis no teatro das operações militares. Na declaração reproduzida acima gostaríamos de ressaltar dois pontos. O primeiro é o fato de os agressores chegarem à casa das mulheres dando voz de prisão e o segundo, a alegação de que a ação se justificava pelo estado de sitio. Nos dois exemplos, faz-se uso de argumentos legais para cometer os crimes. Podemos acreditar que essa foi uma mera desculpa usada para retirar as mulheres de dentro de suas casas em meio à madrugada, ao invés de invadir o domicilio. Mas contra essa interpretação, que não deve ser totalmente desconsiderada, acreditamos que eles poderiam ter agido sem envolver o nome do Exército nem o do seu superior imediato, pois isso certamente era um agravante para o crime que cometeriam, - isso certamente não era ignorado pelos agressores. Ao recorrer a argumentos legais os soldados revelam algo que talvez seja subjacente ao procedimento dos demais soldados ao cometer crimes contra as populações locais: a idéia de que a guerra tudo justifica, e mais que isso, é em nome dela que eles agem. Quando Tertuliano Potiguara envia telegrama comunicando ao comandante-em-chefe que incendiou mais de cinco mil casas (vide capítulo 4), ou quando Setembrino manda assassinar todos os considerados traidores, é em nome da guerra que eles justificam suas ações e as manifestam com a maior naturalidade. Os crimes cometidos pelos soldados contra as populações civis parecem se inspirar na mesma lógica. Eles nos dão pistas não só de como os inferiores agiam na guerra, mas também de como eles entendiam a própria guerra. Não há que duvidar de que alguns até defendessem suas ações em nome da legalidade, como o faz Setembrino de Carvalho ao justificar para o ministro Caetano de Faria que as degolas praticadas no campo de batalha seriam para vingar a morte de "soldados da pátria".

A violência praticada contra Brazilia, Galdina e Damázia, na cidade de Porto União da Vitória demonstra que as regiões ocupadas pelo Exército se tornaram áreas de risco, principalmente para o sexo feminino, pois muitas vezes os homens se ausentavam, em alguns casos até para se engajar nas forças repressoras como vaqueanos, e deixavam família nas vilas e cidades. Mulheres

---

de saciar paixões lascivas, ou por depravação moral, ou por inversão de instinto sexual" será punido com pena "de prisão com trabalho por um a quatro anos".

morando sozinhas eram geralmente consideradas prostitutas ou disponíveis para as tropas do Exército.

As depredações e as ameaças promovidas pelas forças legais se avolumam não somente na vila de Canoinhas ou na cidade de Porto União da Vitória. Na cidade de Lages (SC), os casos envolvendo agressões dos soldados contra as mulheres se repetem, como se observa nos exemplos extraídos das ordens do dia do 54º Batalhão de Caçadores, ali estacionado. O corneteiro Raul José dos Santos foi preso por dez dias por ter abandonado o posto de serviço noturno, "indo à casa de uma mulher de vida fácil, alcoolizado, provocar outros camaradas, usando palavras obscenas".[203] Recebeu ordem de prisão de 25 dias o soldado Theodoro Ramos "por ter ferido a mão de uma meretriz e se insubordinado contra um inferior que lhe deu voz de prisão".[204] Alceu Custódio Guimarães pegou quinze dias de prisão "por ter invadido a casa de uma mulher de vida fácil, ateando fogo em diversas peças de roupa da mesma".[205] O soldado Luiz Pereira de França recebeu ordem de prisão de 25 dias por ter invadido a casa de uma mulher, espancado um civil e extorquido dinheiro de um terceiro.[206] Um mês depois, outra ordem ordena que se prenda por dez dias o soldado Joaquim Ferreira da Silva, "por ter espancado uma mulher de vida duvidosa".[207]

A violência contra a mulher não era, contudo, restrita a espancamentos, invasões e estupros. Mulheres consideradas de família também sofriam cotidianamente o assédio dos soldados, como se vê em registro de janeiro de 1915 sobre incidente ocorrido em Canoinhas.

> Castigue severamente o anspeçada João Evangelista dos Santos, por ter ontem entrado na casa de um civil e pronunciado palavras indecorosas, na presença de sua esposa e uma filha, desobedecendo a ordem de prisão que lhe dera o inferior comandante da guarda da olaria.[208]

Em outro caso encontramos o registro de punição do soldado Pedro Gomes de Souza. Ele recebeu ordem de 25 dias de prisão por andar pelas ruas de Curitibanos (SC), "embriagado pronunciando palavras obscenas".[209]

---

[203] Ordem do dia nº. 232, 21-8-1914.
[204] Ordem do dia nº. 248, 08-9-1914.
[205] Ibidem.
[206] Ordem do dia nº. 325 de 28-11-1914.
[207] Ordem do dia nº. 355 28-12-1914.
[208] Ordem do dia nº. 7, 06-1-1915.
[209] Ordem do dia nº. 237, 8-9-1914.

Como podemos observar, a maior parte dos delitos ocorria com os soldados embriagados. Eles se dirigiam às tavernas, jogavam cartas, compravam bebidas e nem sempre pagavam. Dormiam nas ruas, disparavam suas armas causando distúrbios nas pequenas vilas por onde passavam. É a este tipo de procedimento que se refere a ordem do dia nº. 71, de 12 de março de 1915, em Porto União da Vitória, ao registrar a punição de trinta dias de prisão para o soldado João Francisco da Silva, "por ter se alcoolizado e feito dois disparos com sua arma" causando sobressalto na mesma cidade.

Os episódios envolvendo prostitutas são os mais recorrentes. Em Porto União da Vitória, sede da Coluna Leste, foi ordenado que se punisse o segundo-sargento José Ferreira Simas, arquivista do hospital de sangue, por ter levado para a cidade "uma mulher de vida fácil", ter se hospedado em hotel e não ter pago a conta. A atitude do sargento, conforme relatado no documento, "afrontou a sociedade".[210]

Em Canoinhas, a ousadia dos anspeçadas Allan Pereira da Silva e João Baptista de Moura foi maior que a de José Simas. Eles abandonaram o posto para buscar mulheres e as levarem para o interior do acampamento militar. Além disso, usaram os animais do Exército para facilitar o transporte. Foram punidos com quinze dias de prisão e rebaixados do posto que ocupavam.[211] Na mesma vila o cabo Napoleão Maciel e o terceiro-sargento Antonio Ostiniano da Silva discutiram no acampamento por causa de uma mulher considerada meretriz. O sargento agrediu Napoleão, vindo a ser punido com trinta dias de prisão e rebaixamento do posto por outros sessenta. Já o cabo foi condenado a 25 dias de prisão e rebaixamento.[212]

Foram muitas as ordens baixadas pelos comandantes de coluna proibindo os soldados de transitar durante a noite, de consumir bebidas alcoólicas, de jogar cartas, principalmente em casas comerciais. A freqüente repetição de tais ordens sugere que elas não eram cumpridas. É disso que trata ordem baixada pelo coronel Onofre:

> Tendo chegado ao conhecimento deste comando que aos diversos acampamentos desta Coluna vão civis vender bebidas alcoólicas às praças; que praças transitam desta vila a Barreiros e Reichardt e vice-

[210] Ordem do dia nº. 20, 14-10-1914.
[211] Ordem do dia nº. 66, 7-3-1915.
[212] Ordem do dia nº. 1, 1-1-1915.

> versa, isoladamente ou em pequenos grupos e, finalmente, que praças, sem a devida licença, vão a Três Barras, onde a mais das vezes promovem desordens, recomendo aos Srs. comandantes de unidades, destacamentos e chefes de polícia militar envidem todos os esforços possíveis, afim de tais irregularidades sejam de pronto cessadas.[213]

Havia, portanto, várias formas de se conseguir bebida alcoólica no campo de batalha, associando-se, geralmente, seu acesso a confusões entre soldados e civis. Vale notar que a ordem é dada em meados do mês de março de 1915, logo, passados seis meses da presença do exército na região e a menos de dois para sua retirada.

A embriaguez, seguida de desordens, como se vê, foi um dos grandes problemas a resolver no campo de batalha no sul do Brasil. O comandante da Coluna Sul, coronel Estillac Leal, testou o uso do café em substituição à aguardente e registrou em seu relatório: "Cito, com satisfação, durante os dias frios e chuvosos da primeira quinzena de março, na serra das Perdizes, o pessoal não sentiu falta da ração de aguardente, dando-se por satisfeito com o uso do café, pago em quantidade superior à normal da tabela" (apud ASSUMPÇÃO, 1918, p. 276).

O uso de álcool era comum nas forças armadas. De acordo com Izabel Pestana Marques ele foi um aliado importante para os soldados que atuaram nas trincheiras durante a Primeira Guerra Mundial:

> A tensão e o desgaste provocados pela expectativa e pelos receios dos perigos da morte e dos ferimentos atingem o auge quando se tornam realidade durante os combates intertrincheiras: o duelo das munições, a cacofonia do combate e as imagens de cor, luz e sombra fazem emergir sentimentos contraditórios como a inveja/saudade pelos que permaneceram a salvo na retaguarda e a revolta/resignação pela possível morte (MARQUES, 2004, p. 111).

Seria num contexto como o descrito acima que se procedia à distribuição de rum entre os soldados todos os dias a meia-noite. Segundo Marques (2004, 111) "a alcoolização, verdadeira droga das trincheiras, permitia exorcizar os medos, adormecer os membros enregelados dos vigilantes ou entusiasmar a ação combativa e, por fim, agüentar até ao raiar do dia".

Essas vantagens não foram reconhecidas por Herculano Teixeira d'Assumpção, uma vez que ele compartilhava da opinião de Estillac Leal, seu comandante. O historiador de farda reproduziu em seu livro várias páginas de um

---

[213] Ordem do dia nº. 70, 15-3-1915.

estudo científico, atribuído a Michel Levy, que disserta sobre as propriedades estimulantes da cafeína e seu bom uso por parte de militares, filósofos e grandes escritores. Em defesa da extinção do uso do álcool, Assumpção afirma:

> O álcool intoxica o organismo e nele produz lesões; até aos filhos o alcoólico leva os terríveis efeitos dos seus males...
> A violenta excitação nervosa que o álcool produz só pode ser muito prejudicial ao soldado. Como ele poderá, debaixo de tal excitação, ter a iniciativa, o tino, a boa pontaria? Tudo isso somente a calma nos pode dar.
> Substituamos, pois o álcool pelo café e os bons resultados serão prontos e positivos (ASSUMPÇÃO, 1918, p. 277).

A substituição não deve ter sido feita, pois a prática de consumo de aguardente continuou causando problemas no campo de batalha. Em Porto União da Vitória o soldado Valêncio Rodrigues Pedrosa foi encontrado "em estado de embriaguez, promovendo desordens nas ruas", e punido com quinze dias de prisão e ração cortada pela metade.[214] Os sargentos Archanjo Silva Maia e Juvêncio Pinto de Bulhões foram encontrados pelo chefe de policia militar da mesma cidade na noite de 24 de outubro de 1914 completamente bêbados "caídos na lomba que existe perto do Posto Marechal Floriano".[215]

A cidade de Porto União da Vitória oferecia muitas possibilidades aos soldados, pois era uma das maiores existentes na região sob jurisdição militar. Isso deve ter facilitado aos soldados o acesso a bebidas, aos jogos e outras diversões. Isso significou também maior possibilidade de arruaças. A ordem do dia nº. 4 de 4 de janeiro de 1915 anunciou a decisão de castigar o segundo-sargento Clodoaldo Edgundes Medeiros "por ter ontem, proximamente às 21 horas em o Hotel 'São Pedro' um tanto alcoolizado, provocado desordens e tentado obrigar que consigo bebessem cerveja dois 2 sargentos empregados no armazém de campanha", o documento informa, ainda, que ele tentou agredir um dos camaradas com seu punhal "perseguindo-o na rua, onde se expôs a tal estado".

O problema da embriaguez envolvia, também, oficiais. O coronel Estillac Leal se enfureceu com o capitão que comandava o contingente responsável por fazer a segurança da estação ferroviária de Calmon. Vejamos o caso.

---

[214] Ordem do dia nº. 20, 29-3-1915.
[215] Ordem do dia nº. 32, 26-10-1914.

Na noite de 4 de março de 1915 o comandante da Coluna Sul chegou em trem especial à estação da estrada de ferro denominada Calmon. Ele vinha da cidade de Caçador, SC, e seguia para Porto União da Vitória, num trajeto de 127 quilômetros.[216] Ao desembarcar nessa estação entre oito e nove horas da noite foi dado toque de reunir para que as praças e o oficial responsável por guarnecer o local se formassem para fazer as devidas continências ao comandante. Nessa oportunidade Estillac Leal foi informado que a tropa se encontrava inteiramente embriagada e em revolta com os trabalhadores da estrada de ferro. Ao convocar o oficial comandante da guarnição o encontrou totalmente alcoolizado.

O coronel Estillac Leal afirma em oficio enviado ao general Setembrino que em função da sua pressa não tinha condições de passar a noite em Calmon para fazer as devidas averiguações da denúncia, afirma ainda que a situação etílica de Cavalcanti estava de tal nível que o impedia de tomar qualquer decisão racionalmente, ainda mais comandar uma guarnição militar. Movido pelas circunstâncias decidiu dar ordem de prisão ao dito oficial e levá-lo consigo para Porto União da Vitória para que se fizessem as devidas investigações da denúncia de abuso de álcool e de revolta contra os funcionários que trabalhavam na estação.

A distância a percorrer de Calmon a Porto União da Vitória era de aproximadamente 50 quilômetros e nesse trajeto Pedro Cavalcanti tentou saltar do trem, mas foi impedido pelo coronel Estillac Leal. Ao chegar na cidade conseguiu ludibriar os soldados designados para vigiá-lo e fugiu antes de ser retido na cadeia..

Na manhã do dia seguinte Setembrino de Carvalho nomeou como delegado especial para apurar os fatos o capitão Ascendino Ferrreira do Nascimento, que por sua vez, fez do 1º tenente Bento do Nascimento Velasco o escrivão responsável por redigir e organizar os autos. Nesse mesmo dia Pedro Cavalcanti foi encontrado no Hotel Águia Negra da cidade de Porto União da Vitória, recebeu ordem de prisão, foi conduzido à presença do comandante do Estado Maior que o encaminhou para seu superior imediato, coronel Eduardo Arthur Sócrates, que enfim, o mandou prender na delegacia de Porto União da Vitória até que o inquérito fosse concluído.

---

[216] As distâncias apresentadas abaixo se encontram no apêndice do livro do historiador de farda Dermeval Peixoto (1920) que é uma reprodução dos mapas distribuídos aos comandantes militares da época.

Três dias depois (8-3-1914) Cavalcanti foi convocado pelo oficial responsável pelo inquérito, que por sinal tinha a mesma patente do indiciado, para ser interrogado. O capitão Pedro Cavalcante possuía 44 anos de idade, era natural do Mato Grosso, era filho de um major do Exército, Clementino Pereira Paz Cavalcanti e assentara praça no dia 11 de fevereiro de 1908.

Durante o interrogatório ele negou todas as acusações, afirmou ainda que em nenhum momento o coronel Estillac Leal lhe deu ordem de prisão, causando-lhe surpresa a presença do capitão Ascendino do Nascimento com a dita ordem no dia seguinte. Acusou o telegrafista da estação Calmon de caluniador, dizendo ter sido ele o delator que criou a confusão que se instaurou com sua prisão, alegou ainda que estava preocupado com sua tropa sem a sua presença e que "sobre os pontos de sua administração não receia um inquérito rigoroso, que possa atestar incapacidade de comando arbitrariedade ou frouxidão para com os seus comandados; que jamais recebeu queixa alguma de empregados da estrada de ferro". Confessou que poucas horas antes da chegada do coronel Estillac Leal havia bebido dois cálices de conhaque de alcatrão por sentir-se resfriado, mas que isso em nada prejudicava sua capacidade de comando. Em seu interrogatório Cavalcanti declarou ainda:

> Disse mais ao sr. Coronel Estillac haver o indiciado a muito tempo proibido o fornecimento de álcool às praças *a fim de evitar possíveis abusos que se deram anteriormente* por parte de algumas, mas que apesar das medidas tomadas nesse sentido deram-se alguns casos de embriaguez no seu acampamento chegando a conclusão de que alguns praças *conseguiam obter álcool por intermédio de empregados da estrada de ferro*" [grifos nossos].

Pelo que se observa na declaração o consumo de álcool já havia causado problemas no acampamento militar de Calmon e o fornecimento era facilitado pelos próprios funcionários da estrada de ferro, uma vez que nas imediações da estação não havia venda de bebidas. Vale retomar recomendação reproduzida acima e publicada dias depois do inquérito de Pedro Cavalcanti proibindo o consumo de álcool entre os soldados. Por meio dela sabemos que além dos civis irem ao acampamento vender bebidas, era freqüente o deslocamento das praças de Vila Nova do Timbó para Barreiros e Reichardt, ou mesmo para Três Barras.[217]

---

[217] Ordem do dia nº. 70 de 15-3-1915.

Tal fato nos mostra que a preocupação de Estillac Leal tinha relevância, pois os casos de embriaguez daquele contingente eram recorrentes, principalmente por parte do comandante, como se verificou no interrogatório das testemunhas. Também ficou comprovado que o fornecimento da aguardente era facilitado pelos funcionários da estrada de ferro. Diante disso parece ser verdadeira também a acusação de revoltas contra os trabalhadores da estação.

No dia seguinte ao interrogatório de Cavalcanti, 9 de março, o oficial responsável pelo inquérito ouviu as testemunhas. Foram convocadas oito pessoas: o capitão de engenheiros José Ozório, que verificou a ausência de Cavalcanti da estação na noite em que seria conduzido para prisão; um agente da estrada de ferro, José Henrick Blanc, jovem de 24 anos nascido no Paraná, e seis sargentos do destacamento de Calmon, todos com a idade entre 22 e 29 anos. Eles confirmaram a embriaguez do seu comandante na noite que foi preso pelo coronel Estillac Leal. O 2º sargento Antonio Pereira de Carvalho afirmou que ele estava "um pouco embriagado" e o 3º sargento Hugo Correia Paz que ele bebia de vez em quando. De todas as declarações a do jovem pernambucano de 22 anos de idade, Vicente Cícero de Mello, foi a mais enfática. Ele afirmou que o capitão Cavalcanti estava em "completo estado de embriaguez", já o 2º sargento catarinense Antonio Pereira da Cunha alegou que ele estava "realmente embriagado" na noite do dia 4 de março, disse ainda que ele consumia "constantemente" aguardente "única bebida que existia no acampamento".

Quanto à denúncia de embriaguez por parte das praças acampadas na estação Calmon todos alegaram ser falsa, assim como a existência de uma revolta dos mesmos contra os funcionários da estrada de ferro, até mesmo o telegrafista fez declaração favorável aos inferiores, no entanto, conforme se verifica na fala de Antonio Pereira da Cunha, havia aguardente dentro do acampamento. O capitão Ascendino do Nascimento não deixou a declaração passar em branco e perguntou se assim sendo por que as praças não se embriagavam? A resposta dada pelo sargento incriminou ainda mais o seu comandante, pois alegou que a aguardente depositada no acampamento era de propriedade privada do capitão.

Era de se esperar que os sargentos não assumissem a condição de ébrios, afinal poderiam receber punição superior a de Pedro Cavalcanti, mas é surpreendente que todos tenham incriminado o capitão. Nos depoimentos a única inferência de embriaguez entre as praças foi feita pelo telegrafista José Blanc, ele

negou que os inferiores estivessem na mesma situação que o comandante, mas afirmou que entre eles o sargento Goitacazes se dava ao hábito da embriaguez. Vale observar que esse sargento foi um dos indicados pelo capitão indiciado para depor a seu favor. Ele foi a primeira testemunha interrogada.

O inquérito foi concluído no dia 10 de março do mesmo ano e encaminhado para o general Fernando Setembrino de Carvalho. A sentença de Cavalcanti não foi estipulada no inquérito. A decisão caberia a um Conselho de Guerra, tendo em vista a graduação e o posto que ocupava. Ele poderia perder o comando da guarnição a qual estava responsável além de ganhar mais dias de prisão. Enquanto aguardava o julgamento possivelmente seria mantido em cárcere.

Poucos dias depois de encerrado o inquérito de Pedro Cavalcanti o coronel Onofre Muniz Ribeiro mandou publicar a seguinte nota:

> Aconselho meus camaradas a abstinência do álcool, tão prejudicial ao físico, porque arruína a saúde e depaupera o organismo, como ao moral, que se abate pelo entorpecimento da vontade e desaparecimento de certo amor próprio que o homem precisa ter para se impor ao respeito e admiração das pessoas dignas. O militar, principalmente o graduado, deve evitá-lo, não só para que suas funestas conseqüências não sacrifiquem a autoridade que precisa ter para cumprir os espinhosos encargos de sua nobre profissão, como também para poder dar, pelo exemplo, as lições de moralidade necessárias à estabilidade da disciplina.[218]

A recomendação deve ter sido motivada pelo caso Cavalcanti, mas também pelos freqüentes problemas atribuídos a embriaguez verificada entre as tropas. Na ordem do dia nº. 18 publicada a 18 de janeiro de 1915, portanto, poucos meses antes do acontecimento, encontramos referência a uma das testemunhas convocada no inquérito do capitão Pedro Cavalcanti:

> Ficam presos por 30 dias e rebaixados por 60 o 2º sargento do 15º Batalhão, Bernardino de Senna Lima, do contingente do 5º Regimento de Infantaria, destacado em Calmon, à vista da gravidade da transgressão que cometeu, capitulada nos § 2º e 20º do artigo 431 do Regulamento para Serviço Interno dos Corpos do Exército, por se ter embriagado no referido contingente, tentado agredir seu companheiro, agravado com o modo desrespeitoso com que se comportou perante o comandante oficial do contingente a que pertence.

Conforme o artigo e os parágrafos citados Bernardino teria não apenas se embriagado (*Regulamento para Instrução e Serviço Interno dos Corpos do*

---

[218] Ordem nº. 81, 26-3-1915.

Exército, artigo 431 § 20º)[219] e desrespeitado o comandante como também faltado com justiça ou ofendido com palavras um inferior (§ 2º). O sargento Bernardino de Senna Lima foi a quinta testemunha a depor no caso de Pedro Cavalcanti. Ele tinha 29 anos de idade, era natural do Rio Grande do Sul e solteiro. Sua declaração foi bastante cuidadosa, ele afirmou que soube que Cavalcanti se encontrava "um tanto alcoolizado", disse não ter presenciado o encontro do coronel Estillac Leal com o mesmo porque dormia em rancho que mandou construir na "linha do barraqueamento", portanto, à margem do acampamento. Alega que ao atender o toque de reunir tudo já se havia passado.

Essa evidência comprova que a embriaguez era realmente um problema no destacamento de Calmon. A decisão de Estillac Leal, aparentemente rigorosa ao subtrair o comandante da sua guarnição, tinha lá o seu fundamento, pois a situação do contingente militar de Calmon era preocupante para o Exército, sem contar para a própria segurança dos civis que ali trabalhavam ou que residiam nas imediações.

O inquérito do capitão Pedro Cavalcanti nos apresenta uma situação bastante delicada em termos de disciplina no exército, pois demonstra que o vício do álcool não atingia apenas as praças. Quais seriam os critérios que um comandante de um contingente em tempos de guerra, comprovadamente ébrio, adotava para punir os seus homens, principalmente nos casos de embriaguez? Qual seria a autoridade de comando do capitão? Como vimos, uma das testemunhas do seu inquérito, já o havia confrontado e acabou punido por desrespeito. Como se comportariam os demais?

A embriaguez, se costumeira, poderia levar à expulsão do Exército, conforme se verifica na ordem baixada pelo coronel Júlio César, comandante da Coluna Leste, a 3 de janeiro de 1915 [Ordem do dia nº. 3]:

> Exclusão por má conduta
> Sejam excluídos do efetivo do 43º. Batalhão de Infantaria como incurso no § 3. do artigo 455 do Regulamento para o Serviço Interno dos Corpos, os soldados Francisco d´Oliveira, *gatuno contumaz*, e Vicente José de Brito, *ébrio confesso* [grifo nosso].

O *Regulamento para o Serviço Interno dos Corpos do Exército* em vigor no campo de batalha do Contestado é aquele aprovado pelo Decreto nº. 7.459, de

[219] Regulamento aprovado pelo Decreto 7.459 de 15 de jul. 1909.

15 de julho de 1909. O artigo 455 trata de como se devia proceder com aspirantes a oficiais e demais praças de *pret* consideradas mal comportadas e incorrigíveis. Enquadravam-se nesse artigo todos os que "no espaço de doze meses consecutivos ou em menos tempo, cometerem seis transgressões da disciplina". A pena de expulsão poderia ser aplicada pelo próprio comandante da unidade de que fazia parte a praça, mas deveria ser confirmada pela mais alta autoridade militar da região, no caso, o general Setembrino de Carvalho. Apesar da lei, quem assinou a ordem de expulsão de Francisco e de José foi o comandante da Coluna Leste, possivelmente com autorização de Carvalho. O parágrafo 3º do Regulamento determinava que, nos casos de comprovada repetição do delito, seria "a praça excluída das fileiras do Exército, como *moralmente incapaz* de exercer a função militar, ficando inabilitada para exercer qualquer cargo público" [*Regulamento para Instrução e Serviço Interno dos Corpos,* 1909, art. 455, § 3º, grifo nosso].

Peter Beattie chama a atenção para o fato de que, a partir do século XX, o Exército brasileiro intensificou suas medidas disciplinares para tentar construir uma melhor imagem da corporação. Segundo esse historiador, com o passar dos anos melhoras na disciplina e o decréscimo de crimes entre os militares recuperariam a imagem pública do Exército e tornariam mais fácil à população aceitar o recrutamento a partir de 1916 (BEATTIE, 2001, p. 178).

Mesmo reconhecendo, como demonstra Beattie por meio de tabelas apresentadas em seu livro, que houve melhoras nas disciplinas dos soldados do final do século XIX para o inicio do século XX, não podemos deixar de ressaltar que as práticas de pequenos furtos cometidos pelas praças, de embriaguez seguidas de arruaças nas ruas das vilas e cidades na região ocupada militarmente pelo Exército poderiam ter um significado completamente diferente para aqueles que sofriam diariamente as ações dos mesmos. Para muitos habitantes da região do Contestado confirmava-se a idéia que tinham do Exército brasileiro: uma força pouco profissional, dada aos vícios e ao crime. Essa certamente era a imagem das mulheres agredidas em Porto União da Vitória, dos proprietários que tiveram suas casas destruídas e arrombadas, daqueles que presenciaram as degolas, das famílias que foram agredidas verbal e fisicamente pelos soldados ou mesmo daqueles que sabiam das suas peripécias nas tavernas e nas casas de prostituição. O consumo

de aguardente certamente ampliou as dimensões do problema, uma vez que estava relacionado à falta de disciplina dos soldados e aos limites do comando militar.

As histórias relatadas nos dão mostra da complexidade da relação mantida pelo Exército com as populações locais, assim como nos apresentam os limites da própria disciplina militar, exaltada no álbum de fotografia da guerra que tenta passar a imagem de um exército profissional. A idéia, defendida por Peixoto, de que os vaqueanos "jagunceavam" os "soldados da pátria", manchando "o generoso nome do Exército" não pode ser endossada. Os crimes dos militares muitas vezes eram cometidos totalmente à parte dos civis incorporados. As atrocidades cometidas pelo exército, conforme vimos no capítulo 2, se avultaram durante a Guerra de Canudos diante das denúncias da imprensa e também do livro de Euclides da Cunha.

É possível que a ação bandoleira de chefes vaqueanos como Pedro Ruivo, responsável por assassinatos, saques e destruição de propriedades, servisse de mau exemplo para os soldados, mas estes, ao praticarem ações de estupro, roubo, espancamento de mulheres, incêndio de propriedade etc., não as teriam aprendido com os civis. Tais crimes e delitos apenas revelam que a distância entre o Exército da pátria e os jagunços dos coronéis não era tão grande, assim como tênue era a fronteira que separava o Exército do passado do moderno.

6.3 AS VÍTIMAS

Na noite de dia 13 de outubro de 1914, a pequena vila de Canoinhas acordou sobressaltada com a descarga de tiros efetuados pelos soldados do 56º Batalhão de Caçadores, escalados para vigiar a trincheira ali montada. Os boatos de um possível ataque dos fieis de José Maria, somados à inexperiência dos soldados, foi a causa dos disparos. O oficial comandante daquela guarnição publicou uma nota de repreensão na ordem do dia intitulada "Tirania desenfreada":

> Vergonhoso e perigoso o lastimável fato de que foi teatro esta vila ontem à noite. Vergonhoso porque só pode ser atribuído ao abuso do álcool talvez ingerido por algum camarada inconsciente da responsabilidade que ora pesa tanto sobre as autoridades superiores do Exército em operações nesta zona do País, anarquizada pelos velhacos que a infelicitam; perigoso, porque demonstra um ato de indisciplina das tropas aqui estacionadas, capaz de levá-las a confusões mais horrorosas; essa tropa seria capaz de esgotar improficuamente, naqueles momentos, o maior depósito de munição que por acaso

> ficasse ao alcance de suas mãos e de, gasto o último, abandonar espavoridamente as suas posições.
> Simplesmente porque um cavalo branco correu pela frente de uma sentinela alcoolizada ou medrosa, toda a linha de trincheira que guardava esta praça, num momento, esgotou o grande estoque de cartuchos infelizmente distribuídos aos soldados que os guarneciam.
> E até os graduados que comandavam essas praças desconheceram o toque de cessar-fogo mandado repetir incessantemente pelo comando superior da praça. O senhor comandante de companhia e demais contingentes aqui estacionados reparem bem nesse caso e o exprobem veementemente aos seus comandados.[220]

Essa nota nos sugere um contingente do Exército completamente despreparado para a guerra, não somente pela confusão feita pelo soldado que iniciou os disparos ao supor que o animal que atravessou a trincheira no meio da noite fosse um grupo de sertanejos avançando, mas também por não ter reconhecido o toque que ordenava o cessar-fogo. O despreparo, conforme nos informa o texto, não era apenas dos soldados, pois nem mesmo os graduados acataram ou mesmo reconheceram a ordem de dar fim aos disparos. Há que destacar, ainda, a idéia, sustentada pelo oficial, de que aquela tropa seria capaz de fugir "espavoridamente" após esgotar toda a munição que tivesse, ou seja, um caso de total despreparo.

A avaliação que o comandante faz da disciplina de sua tropa poderia soar exagerada, mas verificamos que situações como essas se repetiam no campo de batalha. Os soldados de determinadas trincheiras viviam assombrados com as histórias contadas acerca da impetuosidade dos sertanejos. Eles tomavam conhecimento das suas façanhas por meio do contato que mantinham com os civis, ora nas tavernas, ora no convívio com os vaqueanos. Na tentativa de evitar situações como a descrita acima, o coronel Onofre Ribeiro baixou a seguinte ordem: "sendo constante o aparecimento de boatos alarmantes e convindo evitá-los, recomendo aos senhores oficiais envidarem esforços para que não tenham curso tais notícias perturbadoras da ordem".[221] A recomendação parece não ter surtido efeito, pois, passados dez dias, na mesma vila de Canoinhas, foi aberto inquérito policial-militar para averiguar novo tiroteio efetuado em direção ao mato em frente à trincheira.

Por volta das 22 horas da noite do dia 12 de novembro, o soldado que fazia sentinela na "trincheira da Polícia" viu um vulto seguindo em sua direção e

---

[220] Ordem do dia nº. 283, 14-9-1914.
[221] Ordem do dia nº. 15, 1-11-1914.

disparou alguns tiros, indo comunicar imediatamente seu superior imediato, o segundo-sargento Francisco Santiago da Costa Vasco. A noite estava escura e tudo que o sargento e demais praças que se aproximaram do local dos disparos conseguiram perceber foi um vulto deitado no chão. Então, o sargento Vasco ordenou nova descarga em direção à mata, indo verificar em seguida do que se tratava. Ao se aproximar percebeu que haviam atirado contra uma vaca branca que transitava próximo à trincheira.

No dia seguinte o segundo-tenente Antonio Bastos Reis Leme redigiu uma parte de denúncia dirigida ao comandante da Coluna Norte contra o segundo-sargento Vasco, por ter ordenado uma descarga de tiros indevidamente. Seguiu-se a ordem de apuração dos fatos por meio de um inquérito policial-militar, cabendo ao primeiro-tenente Guilherme Barboza Fontenelli Bezerril a tarefa de conduzir a investigação e ao segundo-sargento João Azevedo, a função de escrivão.

O indiciado e cinco testemunhas foram interrogadas no dia 16 de novembro. Francisco Vasco confirmou ter ordenado os disparos, acrescentando:

> Que acha não haver culpabilidade nenhuma das praças de sua trincheira, não só devido a escuridão da noite não permitir distinguir mesmo à pequena distância as coisas, como porque *havia ordens de atirar em qualquer vulto que se aproximasse pelo lado de fora da trincheira depois de seis horas da tarde* [grifo nosso].

Pelo que verificamos as ordens parecem contraditórias, pois em nota publicada um mês antes, verificamos repreensões sobre os disparos desnecessários efetuados pelos soldados na mesma vila. Apesar disso, Francisco Vasco afirma que simplesmente cumpriu o designado pelos comandantes. Os disparos nos indicam o clima de insegurança que predominava na trincheira, justificando a decisão do comandante Onofre de solicitar que se acabasse com os boatos referentes a “ações audaciosas” [palavras do escrivão do inquérito] dos “fanáticos”. Por outro lado, a repetição de descargas contra inimigos imaginários enfatiza o despreparo até mesmo do sargento que comandou a guarda noturna, o que ratifica a informação dada na nota de repreensão intitulada “tirania desenfreada” sobre o desperdício de munição e o despreparo das tropas.

Um dia antes, na mesma vila, outro oficial, tenente Leopoldo Itacoatiara de Senna, registrou em sua parte de combate a mesma insegurança das tropas:

> À tarde foram da praça feitos alguns tiros sobre vultos que cruzavam as matas vizinhas. Na extensa linha que me foi confiada fazia todo o

> possível para que se não manifestasse o pânico em a soldadesca, o que em parte consegui evitando que não se gastasse tanta munição como as outras pontas, notadamente a da estrada de Curitibanos e a de uma outra trincheira mais além, *cujos fogos, suponho, mal dirigidos, varriam algumas vezes o flanco a minha posição, pondo em perigo a vida dos próprios companheiros*.[222]

O oficial afirmou, também, que tentou evitar que a tropa entrasse em pânico, o que teria conseguido somente em parte, uma vez que muita munição foi gasta e que, no desespero, um dos contingentes situados em outra trincheira atirava de tal forma que descarregava sem mirar o alvo, colocando em perigo soldados que se encontravam em posição oposta.

Durante o mês de novembro os ataques dos sertanejos foram intensos, principalmente nos arredores de Canoinhas. As façanhas dos sertanejos eram reproduzidas por todos os cantos, e eles mesmos enviavam recados de que estavam prestes a atacar, aumentando o pânico das tropas militares. O Exército sofria baixas constantes e o jornal paranaense *Diário da Tarde* destacou, na primeira página da edição de 11 de novembro de 1914, notícias sobre o combate travado nos dois dias anteriores. A matéria chamou a atenção para o número de homens das forças oficiais internados no hospital de sangue de Rio Negro feridos em combate.[223]

O quadro de despreparo do Exército nessa guerra é reforçado por informações sobre eventos ocorridos em outros locais. Em Papanduva o comandante da Coluna Leste, coronel Júlio César Gomes da Silva, reproduziu fragmento da parte de combate redigida pelo major Benjamin Lage e o remeteu ao general Setembrino de Carvalho:

> Cumpri-me participar a V. Excia. que na madrugada de 18 do corrente, a hora 1, foi minha força alarmada com a detonação de um tiro dado por uma sentinela, que, interrogada, declarou atirar em vultos que surgiram da restinga além da igreja. Em vista de insistentes boatos de provável ataque dos bandoleiros ao acampamento, resolvi, após esse alarme, conservar a força em linha vigilante e pronta para a primeira emergência de forma a guarnecer todos os flancos.[224]

---

[222] Parte de combate do tenente Leopoldo Itacoatiara de Senna, Canoinhas, 15-11-1914, grifo nosso.

[223] As baixas militares preocuparam o ministro da Guerra, general Caetano de Farias, que, após consultar Setembrino de Carvalho sobre as notícias alarmantes publicadas na imprensa, sentiu-se obrigado a conceder uma entrevista para tranqüilizar os ânimos (Cf. *Diário da Tarde*, 27-11-1914).

[224] Parte de combate, major Benjamin Lage, Papanduva, 22-11-1914.

A experiência no campo de batalha demonstrava que nem sempre os vultos eram imaginários, podendo realmente ser perigosos. No mês de dezembro circulou no território conflagrado uma nota que informava:

> Os fanáticos, nos ataques à noite, usam de um cincerro, conduzido pelo chefe, sendo este um bom plano tático, pois que além de conduzirem o pessoal, sem risco de extravio, faz supor que seja animal qualquer que anda a passar batendo pacatamente os seus cincerros. Usam também, por meio de um chifre aparado, imitar o berro da vaca, e com uns apitos especialmente preparados, imitam algumas aves, como o nhambu, o uru etc. Às vezes no silêncio da noite, ouvem-se falar essas aves, em diversos lugares, o que não costumam fazer, ou uma vaca berrar na mata macabramente.[225]

O fato de os tiroteios a esmo terem ocorrido tão generalizadamente permite que se compreendam melhor as circunstâncias do caso do sargento Vasco, que deu inicio a essas considerações. Poderíamos atribuir sua decisão de descarregar tiros em um vulto à inexperiência no Exército. No entanto, ele assentou praça em janeiro de 1908 e, à época dos fatos, contava 34 anos de idade, não sendo, portanto, tão jovem como grande parte dos soldados que comandava naquela noite. Se Francisco Vasco estava no Exército há pelo menos seis anos o mesmo não se pode afirmar dos inferiores do 16º Batalhão de Infantaria. Foram interrogadas cinco testemunhas, todas participaram da descarga de tiros ordenada pelo sargento. Por meio das suas respectivas idades podemos demonstrar que eram jovens, e talvez, inexperientes no Exército, com grande possibilidade de ser essa uma primeira ação ofensiva em que tomaram parte.

O soldado que se confrontou com o vulto da vaca e efetuou os primeiros disparos, Floreano Lacerda dos Santos, possuía apenas 17 anos de idade e era natural de Alagoas. Ele foi a primeira testemunha a ser interrogada, a quarta, soldado Gaudêncio Calixto, de 21 anos de idade, era natural de Sergipe e tal como Floriano era analfabeto, pois nos seus respectivos depoimentos aparecem a assinatura do 1º tenente Manoel Macedo Netto e do 2º tenente Francisco Fletz Junior, antecedidos pela expressão “à rogo de”, ou seja, mediado pelos ditos oficiais.

A segunda e a terceira testemunhas eram cabos e ambos declararam que estavam no acampamento quando ouviram os tiros e se dirigiram para o local, lá chegando junto com o sargento Francisco Vasco. São eles: Pedro Damião da

[225] Ordem do dia nº. 65, 21-12-1914.

Silva, 19 anos de idade, natural da Bahia e o também baiano José Martins da Silva de 20 anos de idade.

A quinta e última testemunha era da mesma faixa etária dos demais, possuía 19 anos de idade, era anspeçada do mesmo Batalhão [16º Batalhão de Infantaria] e tal como Floreano era natural de Alagoas.

O número de homens solicitados por Setembrino de Carvalho na Guerra do Contestado exigiu o alistamento imediato de várias pessoas. Na época não havia como proceder à verificação dos seus antecedentes no momento da inclusão, logo, o Exército acabava incorporando bandidos afamados, soldados já expulsos por má conduta ou mesmo menores como Floreano Lacerda de 17 anos de idade. Rapazes como ele certamente viam nas forças armadas uma possibilidade de ascensão.

Os menores que se alistavam raramente eram descobertos. Em alguns casos a própria família reclamava e solicitava o filho de volta, como aparentemente foi o caso do jovem Aníbal dos Santos, conforme se verifica no documento reproduzido abaixo:

> Por ordem do senhor Ministro da Guerra e nesta data excluído do serviço do Exército por ser menor o soldado Aníbal dos Santos do 55º Batalhão de Caçadores, devendo o comandante do corpo em que estiver seguindo, providenciar para que siga para a capital federal, conforme oficio.[226]

Não aparece a idade do soldado recolhido do campo de batalha e levado de volta à sua cidade, mas conforme a lei que regulava o alistamento e o sorteio militar - Lei nº 1860 de 4 de janeiro de 1908 – seria obrigado ao serviço militar todos os homens entre 21 e 44 anos de idade; para os voluntários estipulava-se que fossem solteiros e que tivessem menos de 30 e mais de 17 anos de idade, no entanto, para os menores de 21 anos era exigida permissão formal do pai, da mãe ou do tutor. Aníbal possivelmente se alistou voluntariamente sem a permissão dos responsáveis, o que demonstra o relaxamento do Exército na exigência de documentos comprobatórios na hora do alistamento.

Descartada, portanto, a hipótese de inexperiência decorrente da pouca idade, somente o despreparo poderia explicar a atitude de Francisco Vasco. Ao menos, essa parece ter sido a interpretação do oficial que redigiu documento de

[226] Ordem do dia nº. 107, 26-4-1915.

denúncia contra ele e do coronel que solicitou abertura de inquérito para apurar os fatos.

O baixo índice de profissionalismo do Exército brasileiro não se evidencia apenas em casos como os descritos acima, mas também pelo mau uso que se fazia das armas e munições no campo de batalha. Ele reflete os problemas do treinamento no período da modernização do Exército. O inquérito policial-militar instaurado para averiguar o assassinato cometido pelo soldado José Gomes da Silva na cidade de Rio Negro nos coloca diante de mais um dos muitos casos de violência que reforça a idéia de o Exército ser uma força indisciplinada e de abrigar bandidos de todos os tipos.

Durante a marcha de um contingente do 15º Regimento de Infantaria com destino a Itaiópolis (SC), houve uma breve parada na cidade de Rio Negro. Nessa ocasião, o soldado José Gomes da Silva dirigiu-se a uma casa de boliche, que servia, aparentemente, de prostíbulo. Como era comum naquela região o material usado para a construção da casa era madeira. Acompanhado de uma mulher chamada Alzira o jovem − pernambucano de 22 anos de idade −, recebeu no quarto em que se encontrava a presença de um homem interessado em aprender manusear o fuzil *Mauser* usado pelo Exército. Enquanto dava as instruções ao desconhecido a arma teria disparado involuntariamente. O projétil atravessou a parede de madeira e atingiu mortalmente o dono da casa comercial que se encontrava em quarto contíguo. Vale registrar que a versão de José Gomes da Silva é bastante suspeita, como mostraremos adiante.

O crime aconteceu por volta de nove horas e meia da manhã do dia 11 de novembro de 1914. A tropa seguiu seu destino e no dia seguinte, tendo o tenente comandante do dia, Antonio Cabral, redigido a parte de denúncia contra o soldado, encaminhando-a ao superior da unidade militar de que faziam parte. Quando foi nomeado o oficial responsável pela apuração dos fatos, a tropa já se encontrava em Itaiópolis, distante 32 quilômetros do local do crime. Não houve testemunhas, além dos três soldados que chegaram ao local e prenderam José Gomes da Silva. Apesar da versão por eles apresentada não conferir com a do acusado, o caso ficou em aberto e não sabemos se o crime foi punido. Vamos às versões apresentadas.

O soldado Júlio Andrade da Silva afirma que passando em frente à casa que abrigava “mulheres de vida airada” ouviu um tiro. Ao chegar ao local

encontrou o soldado José Gomes carregando o corpo de um civil, aparentemente com o objetivo de ocultá-lo. Nesse momento lhe deu ordem de prisão. Afirma ainda que o soldado resistiu e com a chegada de mais dois camaradas conseguiu levá-lo à presença do tenente comandante do dia.

A idade de Júlio Andrade da Silva e sua naturalidade coincidem com a dos soldados do 16º Batalhão de Infantaria mencionados acima e com as das outras duas testemunhas militares interrogadas no inquérito. Ele tinha 25 anos de idade e era natural da Bahia, assim como o soldado Nilo Arsênio Marinho de 22 anos de idade. A terceira testemunha, o soldado Severino Martins de Santana, de 24 anos, nascera em Pernambuco, como o autor dos disparos. Todos eram solteiros.[227]

Um último detalhe do caso merece ser observado. As testemunhas foram unânimes em declarar que, ao chegarem ao local do crime, José Gomes carregava o ferido, ao invés de socorrê-lo como alegara. Ainda assim o responsável pelo inquérito, tenente Grimaldo Teixeira Fávilla, não encontrou elementos suficientes para incriminar o soldado. Concluiu que não havia como verificar se o disparo fora ou não casual e alegou que, encontrando-se já a tropa, em marcha e distante do local do crime, estava impossibilitado de fazer exame de corpo de delito no civil − que, por sinal, até o fim do inquérito permaneceu com nome ignorado−, e, também, de interrogar outras testemunhas.

Malgrado o pouco empenho do oficial responsável em apurar os fatos, ou mesmo apontar alguma responsabilidade de José Gomes da Silva, esse inquérito nos apresenta mais uma evidência do risco que muitos civis corriam no contato com os soldados do Exército brasileiro. Os fatos também nos indicam que, apesar das proibições, os militares continuaram burlando as ordens superiores. Em primeiro lugar o crime parece ter acontecido dentro de um prostíbulo, o que comprova que apesar das reiteradas recomendações publicadas nas ordens do dia os soldados continuavam freqüentando esses locais. Depois, a informação, confirmada pelo próprio acusado, de que para lá se dirigira portando o moderno fuzil *Mauser*, quando não deveria fazê-lo, poderia ser um agravante que lhe renderia no mínimo uma repreensão, isso sem contar a resistência à prisão e o fato de estar carregando o corpo, aparentemente para ocultá-lo. Por fim, mesmo que o

---

[227] Vale destacar nesse processo que embora Júlio Andrade da Silva fosse analfabeto, ele possuía conhecimento dos regulamentos militares ao dar ordem de prisão a um camarada da mesma posição que ele, recorrendo para isso à autoridade do seu comandante.

disparo não tivesse sido intencional, o fato de estar dando instruções de manuseio de uma arma pertencente ao Exército para um civil desconhecido já demonstraria o seu despreparo para o serviço militar. Despreparo certamente agravado pelo fato de que José Gomes da Silva era recente no Exército, tendo assentado praça em 3 de março de 1914, logo, poucos meses antes de cometer o crime.

No cotidiano da guerra verificamos que em casos sem solução como esse, a decisão caberia ao comandante da Coluna. O oficial poderia penalizar o soldado mesmo com o inquérito não tendo sido conclusivo quanto à sua culpa. É o que se verifica, por exemplo, em outro episódio, conforme decisão do coronel Eduardo Arthur Sócrates, comandante da Coluna Oeste:

> *Não me tendo conformado com o despacho de impronúncia proferido pelo Conselho de Investigação* a que respondeu o soldado Antonio Alves dos Santos por ter tentado assassinar o seu camarada Manoel de Araújo Silva, determino que se expeça o competente mandado afim de que o referido soldado seja conservado preso para responder ao Conselho de Guerra, por se achar incurso no artigo 152 do Código Penal da Armada, observadas as prescrições dos artigos nº. 120, 121 e 124 do Regulamento Processual Criminal Militar.[228]

Não tivemos acesso a esse inquérito policial-militar e a única informação que possuímos sobre ele é o seu registro na ordem do dia. Sabemos apenas que tratou-se de um ferimento por arma de fogo e que o soldado foi preso na cadeia de Porto União da Vitória. Ao consultar o artigo 152 do *Código Penal da Armada* verificamos que ele trata de ofensas físicas com ferimento, tendo a ação produzido alguma lesão no corpo ou dor física, embora sem derramamento de sangue. Para crimes desse tipo a pena prevista era de prisão com trabalho por um período de seis meses a um ano. Já o artigo 124 do *Regulamento Processual Criminal Militar* [RPCM, 1895] embasava a decisão do comandante ao discordar da impronúncia do soldado e determinar que ele fosse preso e submetido a Conselho de Guerra. O artigo 120 deste regulamento delega autoridade ao oficial responsável por efetuar a prisão, mesmo com a decisão em contrário do Conselho de Investigação, e o 121 alerta para as responsabilidades que poderiam pesar sobre quem desse guarida ao indiciado em sua cãs, sua residência poderia ser invadida, bastando para isso o depoimento de duas testemunhas, além de que o cúmplice poderia ser levado perante um tribunal por ter oposto obstáculos à execução de uma ordem judicial.

---

[228] Ordem do dia nº. 105, de 28-12-1914, grifo nosso.

A julgar pelos artigos citados, Antonio Alves dos Santos contava com grande proteção, pois, além de ter sido absolvido de um crime que cometeu, a citação do artigo 121 do RPCM sugere que ele poderia se refugiar na casa de alguém.

Os historiadores de farda, como já mencionado, reclamavam constantemente da indisciplina dos soldados, bem como do fato de serem péssimos atiradores, mas além disso, havia o pânico que os faziam atirar em vultos e gastar munição desnecessariamente, não atender ao toque de cessar fogo e ser capaz de até mesmo atirar em direção as forças militares, como relatou o oficial citado acima. Indisciplina, má pontaria, medo de inimigos fantasmas... A esses problemas apresentados pelos soldados, some-se o mau uso das armas, como sugerem as freqüentes recomendações dos comandantes sobre o cuidado com as mesmas. Em seu relatório, Setembrino de Carvalho afirmou que o fuzil e a clavina *Mauser* atendiam perfeitamente ao serviço do Exército brasileiro, mas reclamou da forma com que os soldados cuidavam dos seus armamentos:

> A eficácia do armamento depende (...) de sua conservação (...). Outro ponto que reclama especial atenção das autoridades é a repressão do péssimo hábito, em que estão os soldados, de retirarem, para não perdê-lo, o tapa-mira da boca do fuzil (...) Eles costumam guardá-lo no bolso, tapando o fuzil com buchas, sem imaginarem, talvez, o grave prejuízo daí resultante para o armamento (CARVALHO, 1916, p. 148).

O descuido com o armamento e a munição também fez vítimas entre os próprios soldados. A tragédia aconteceu no mesmo destacamento que passou por Rio Negro rumo a Itaiópolis, sob o comando do coronel Júlio César. Dessa vez o episódio aconteceu na marcha dessa vila para Moema. O oficial responsável por conduzir o inquérito foi o mesmo que investigou o crime cometido pelo soldado José Gomes da Silva mencionado acima: primeiro-tenente Grimaldo Teixeira Fávilla. Outra semelhança com o caso anterior é que a alegação foi de disparo involuntário.

Desta vez, as testemunhas confirmaram que o disparo foi acidental e foram unânimes ao dizer que a vítima era amiga do indiciado. O crime aconteceu por volta de meio-dia de 4 de janeiro de 1915. Durante a marcha, o cabo clarim Miguel José de Araújo, ao tentar retirar o poncho que o protegia da chuva, disparou a clavina que trazia a tiracolo. O disparo aconteceu porque o soldado não

travara a arma adequadamente. O tiro atingiu o lado direito do pescoço do cabo Severino Pio Pierre, que morreu minutos depois.

O tenente Grimaldo decidiu que não houve culpa de Miguel José de Araújo e, como de praxe, encaminhou os autos para o comandante da linha leste. Poucos dias depois (31-1-1914), o coronel Júlio Cesar ordenou a formação de um conselho investigativo para apurar melhor os fatos. O conselho foi composto pelo capitão médico dr. Alberto Mariz Pinto, encarregado de presidir as investigações, pelo 1º tenente Antonio Júlio Pacheco d´Assis na função de interrogante, e na qualidade de escrivão o 2º tenente João Batista Maciel Martins.

O cabo foi novamente interrogado. Ele pertencia ao 14º Batalhão de Infantaria, tinha 24 anos de idade, era natural de Alagoas e estava no Exército desde 3 de dezembro de 1913. Como era analfabeto e ainda indiciado pelo crime, seu testemunho foi assinado por dois oficiais. Ele alegou não ter tido intenção de disparar e confirmou ser amigo de Severino.

Foram ouvidas três testemunhas, as mesmas que depuseram no inquérito policial-militar, todos do nordeste do país: Juliano dos Santos, 21 anos, solteiro, natural de Alagoas, analfabeto; Manoel Ferreira, 20 anos, solteiro, natural de Alagoas e também analfabeto; a terceira e última testemunha era Severino Carneiro da Silva, 26 anos de idade, natural da Paraíba. A versão do inquérito foi confirmada, conforme a parte dirigida pelo oficial comandante que relatou o acontecimento às autoridades. O resultado que absolvia o cabo clarim Miguel José de Araújo, ele também natural de Alagoas, como se viu, foi mantido.

A predominância de soldados provenientes do nordeste é um fator que se destaca nas ordens do dia e nos inquéritos. Ao iniciar a guerra, Setembrino de Carvalho privilegiou destacamentos militares da região Sudeste, particularmente aqueles mais treinados, provenientes dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Após alguns meses no campo de batalha solicitou mais homens, sendo efetuada a entrada de centenas de soldados durante o mês de dezembro de 1914. Somente no dia 22 do mesmo mês foram incorporados às forças repressoras 119 homens vindos do nordeste.[229]

Quanto ao fato que ocasionou o crime − o não travamento adequado da arma −, ele depõe a favor do nosso argumento acerca da pouca habilidade dos

---

[229] Ordem nº. 89, 22-12-1914.

soldados que atuaram no Contestado. Como se pode verificar os casos não foram raros, e os próprios oficiais em suas partes de combate reclamavam da situação, assim como o general Setembrino de Carvalho em relatório dirigido ao ministro da Guerra.

Outro exemplo que temos envolvendo mau uso de armas no campo de batalha é o de Manoel Joaquim de Santana, soldado do 53º Batalhão de Caçadores. Seu caso foi levado a Conselho de Guerra montado em Porto União da Vitória no dia 5 de abril de 1915. Entre os juízes encarregados do julgamento consta o nome do historiador de farda Dermeval Peixoto.

O crime aconteceu na estação ferroviária de Nova Galícia. O soldado Manoel Joaquim de Santana brincava de esgrima tendo como arma a baioneta do fuzil *Mauser.*[230] No jogo sua arma disparou e matou o soldado Henrique José Ribeiro. Ele foi indiciado por homicídio e, embora o inquérito tivesse apontado que o disparo não fora intencional, o Conselho resolveu condená-lo por negligência ao não trazer a sua armada travada conforme ordens superiores. Incurso no artigo 151 do *Código Penal da Armada*, sem circunstâncias agravantes, sua pena foi de treze meses de prisão com trabalho.

6.4 CASTIGOS CORPORAIS: ENTRE O EXÉRCITO MODERNO E O TRADICIONAL

Na manhã do dia 20 de fevereiro de 1915 um contingente do 6º Regimento de Infantaria que se encontrava estacionado em Rio Caçador (SC), se preparara para o almoço – servido por volta de 9:30 – quando o soldado Manoel Azevedo de Almeida iniciou uma discussão com o soldado José Pedro de Lyra. Na contenda os dois começaram a se atracar e o cabo do dia, Manoel João Gomes dos Santos, interferiu exigindo fim da discussão, no que foi prontamente esbofeteado pelo soldado Manoel Azevedo. Nesse momento outro soldado, João da Silva Reis, interferiu a favor do cabo alegando que Manoel Azevedo provinha de outro contingente – o 57º Batalhão – e como estava adido ao 6º Regimento não tinha o direito de agredir o camarada. O soldado que já havia agredido dois, também não cedeu à interferência de João da Silva Reis que nesse momento puxou o punhal contra Azevedo. Nesse meio tempo o oficial que comandava o contingente militar

[230] A prática de jogar esgrima com a baioneta não era proibida no Exército. O coronel Caetano Albuquerque em seu *Dicionário técnico militar de terra* chega a afirmar que a esgrima de baioneta "é um dos melhores exercícios militares" (Cf. ALBUQUERQUE, 1911, p. 45).

foi avisado e chegou ao local encontrando Reis de punhal na mão, ordenando que ele abandonasse a arma e o seguisse para o alojamento para ser devidamente castigado pela confusão armada no local.

Todas as testemunhas confirmam que João da Silva Reis foi conduzido ao "rancho" e que o 1º tenente comandante Américo Vespúcio Pinto da Rocha solicitou um sargento que buscasse uma vara para surrá-lo. No momento em que voltava com o instrumento de castigo alguns soldados que estavam em forma teriam gritado "Não pode! Não pode!", expressão essa usada a favor de Reis, que os companheiros julgavam punido injustamente. João da Silva Reis afirma que os soldados que estavam em forma disseram ainda: "o companheiro não apanha" e que teriam pronunciado tais palavras aos gritos.

A confusão ganhou rumos completamente diversos do conflito entre camaradas iniciada por Manoel Azevedo, que, vale registrar, aproveitou a oportunidade e fugiu do local. Dois soldados resolveram sair em defesa de Reis e enfrentaram o oficial comandante: José Antonio Ignácio e Felix de Morais. O tenente Américo Vespúcio afirma que eles bradavam "em gritos sediciosos: bandido não pode, não pode fazer isso com meu companheiro". Na sua versão o soldado Antonio Ignácio, munido com um cacete tentou agarrá-lo pelo braço. Diante da contenda o tenente conseguiu sacar o revólver e ameaçou atirar em Felix de Morais, mas por intervenção dos sargentos presentes desistiu da ação. Como represália prendou os dois soldados e os encaminhou a frente dos camaradas em formação. Após proferir um discurso, mandou surrá-los com corda e os prender em vagão de trem, redigiu a parte de denúncia, contando sua versão dos fatos e ainda indicou as testemunhas que poderiam comprovar sua história. O inquérito policial-militar foi aberto no dia seguinte, 21 de fevereiro, por ordem do comandante da Coluna Oeste.

Foram interrogadas quatro testemunhas, sendo 3 indicadas pelo tenente Américo Vespúcio. Excetuando-se Pedro Alves de Siqueira, 35 anos, natural de São Paulo, todas as outras eram provenientes da atual região nordeste do Brasil. Os indiciados confirmam a presença já anunciada do grande número de homens provenientes do nordeste, e sugere que a eles eram imputados a maior parte dos castigos aplicados aos soldados durante a guerra. João da Silva Reis, que teria tentando defender o cabo das agressões de Manoel Azevedo de Almeida, era natural de Pernambuco, possuía 21 anos de idade e era analfabeto. José Antonio

Ignácio possuía 21 anos de idade, era natural do Rio Grande do Norte, sabia ler e escrever e tinha a mesma idade que o soldado Reis. Felix de Morais, o terceiro castigado corporalmente, compartilhava a idade de 21 anos, era analfabeto e natural do Rio de Janeiro.

Apesar das pequenas contradições encontradas na declaração das testemunhas e dos demais interrogados, todos confirmaram que o caso não envolvia embriaguez e que os soldados foram punidos corporalmente. Poucos anos antes a capital federal enfrentara uma revolta de marinheiros insurgida devido os castigos físicos legalmente praticados pela Marinha. A Revolta da Chibata ocorrida no Rio de Janeiro no mês de novembro do ano de 1910 certamente era do conhecimento dos soldados.[231] Na denúncia redigida pelo tenente Américo Vespúcio é alegado que José Antonio Ignácio, ao enfrentá-lo, teria dito: “eu já fui marinheiro, não tenho medo”. O mesmo soldado confirma em sua declaração que já havia servido à Marinha. Diante dessa informação nos parece possível inferir que a atitude de insubordinação dos soldados com o seu comandante deve ter sido agravada após sua decisão de castigar corporalmente o camarada João da Silva Reis, revivendo no campo de batalha do Contestado a traumática experiência instituída na Marinha, que por sua vez reproduzia atitudes dos tempos da escravidão no Brasil.

O próprio tenente parece se dar conta do abuso cometido, uma vez que na sua parte de denúncia ele ameniza a ordem de castigo corporal com a seguinte declaração: “como não acatavam as ordens resolvi lançar mão de meios mais enérgicos para fazer cumprir as ordens que dei”. Apesar disso, sequer uma das testemunhas deixou de fazer referência ao dito castigo.

O coronel Eduardo Arthur Sócrates, no despacho que redigiu no fim do inquérito, justificou a decisão do tenente, mas também aliviou a pena dos soldados como se verifica na citação abaixo:

> Constando dos depoimentos e relatório do presente inquérito que os soldados indiciados José Antonio Ignácio, João da Silva Reis e Felix de Morais se portaram de modo insubordinado para com o 1º tenente Américo Vespúcio Pinto da Rocha, iniciando contra ele uma agressão que não teve grandes conseqüências devido à intervenção de alguns sargentos do contingente do 6º. Regimento a que pertencem, mas considerando que lhe foi aplicado o castigo que as circunstâncias propícias do momento justificam, sejam os mesmos presos por 30

---

[231] Para maiores detalhes sobre esse conflito envolvendo os marinheiros *vide* Edmar Morel. *A Revolta da Chibata* (1984).

> dias, levando-se em conta a prisão preventiva. União da Vitória, 21 de março de 1915.[232]

Como o conflito aconteceu no dia 20 de fevereiro de 1915, logo, exatos trinta e um dias antes do despacho redigido acima, Sócrates determinou que eles fossem imediatamente libertados. Isso nos parece uma tentativa de amenizar os ânimos, pois em circunstância diferentes os soldados poderiam receber penas mais severas, caso fossem enquadrados no artigo 94 do *Código Penal da Armada* por crime de insubordinação. Em tempos de paz a pena prevista para esse tipo de crime era de prisão com trabalho de um a três anos, mas em terras militarmente ocupadas a penalidade era mais severa: a morte, se o crime fosse considerado de grau máximo; a prisão com trabalhos por vinte anos, se de grau médio, e por dez, se considerado de grau mínimo (Cf. Artigo 94 § Único, *Código Penal da Armada*, 1891). O código não previa, como se observa, castigos físicos.

Vale ressaltar que a existência de castigos corporais na força de terra brasileira estava abolida oficialmente desde 1874, quando ainda vigoravam os rigorosos artigos criados pelo conde Schaumburg-Lippe. Tais artigos, como nos apresenta Hendrik Kraay, foram diligentemente aplicados durante a Guerra do Paraguai, mas com a lei de recrutamento de 1874 eles foram abolidos. De acordo com Kraay:

> Regulamentos disciplinares subseqüentes instituíram um regime de sentenças de prisão, acompanhadas por cota extra de tarefas, exercícios em uniforme completo e trabalhos pesados, culminando em sentenças a depósitos de disciplina especiais para renitentes (...). Pelo menos no papel, o Exército brasileiro ingressava no mundo foucaultiano de reabilitação coerciva através de punições disciplinares cuidadosamente reguladas (KRAAY, 2004, p. 251).

Como vimos, na Guerra do Contestado as penalidades para os delitos cometidos no campo de batalha eram em sua maioria de tipo disciplinar. Os soldados tinham sua alimentação reduzida, eram obrigados a correr ou fazer determinados serviços mais pesados. Havia ainda o rebaixamento de posto. Todos esses casos poderiam ser acompanhados ou não de prisão celular, mas, como verificamos no inquérito contra os soldados que agrediram o tenente Américo Vespúcio, na prática o castigo corporal ainda era aplicado. Essa informação, assim como os demais casos citados, se distancia do ideal de Exército moderno e profissional, defendido pelos oficiais empenhados na divulgação dos ideais

[232] Inquérito policial militar de João da Silva Reis. Campanha do Contestado.

militares, particularmente na defesa da implementação da lei de sorteio militar. Um Exército que ainda mandava castigar seus soldados com vara e com cordas não é o mesmo do álbum de imagens de guerra depositado atualmente no Arquivo do Exército, nem tampouco aquele em que Olavo Bilac, em sua cruzada cívica, convidava a classe média a se alistar voluntariamente. A persistência de traços antigos como esse é um dos fatores que explica a baixa vocação do jovem brasileiro para o serviço militar àquela época.

Peter Beattie (2001, p. 9) identifica vários motivos para a resistência dos brasileiros ao serviço militar, principalmente ao longo do século XIX e inicio do XX. Entre eles, o fato de que o tratamento dispensado aos soldados era o mesmo conferido pelos senhores aos seus escravos. Segundo Beattie os castigos corporais e as humilhações pesavam muito na imagem que se tinha do Exército, assim como as notícias da prática de sodomia comuns no ambiente que reunia vários homens. Em função disso, só seguiam voluntariamente para os quartéis aqueles que se encontravam em situação insuportável, pois para alguns, apesar de tudo, as forças armadas representavam uma possibilidade de melhoria em suas vidas.

Às vésperas da implementação da lei do sorteio militar de 1908, esse traço tradicional do Exército brasileiro ainda vigorava. Em grande parte, portanto, o profissionalismo do exército estava antes presente no discurso dos “jovens turcos” e da *Liga de Defesa Nacional* do que no cotidiano militar, uma vez que no Exército se repetiam velhas práticas: baixo nível de preparo dos soldados, indisciplina, embriaguez, castigos corporais. Esses casos nos parecem mais freqüentes do que os registros oficiais anunciam, principalmente as sentenças dos conselhos de guerra levadas ao STM.

O Código Disciplinar para a Armada, instituído pelo Decreto nº. 509 de 21 de junho de 1890, previa o envio do transgressor à Companhia Correcional e esta era autorizada, pelo decreto que a criou, a aplicar castigos físicos em reincidentes. Vale ressaltar que não existia nada equivalente no Exército. Álvaro Pereira do Nascimento (2002) sustenta a tese de que havia na Marinha brasileira, paralelo ao código formal, um outro regulado pelo costume, que ele denomina de *tribunal do convés.* Por meio dele, os oficiais estipulavam castigos distintos dos permitidos pela lei. Não contamos com documentação suficiente para estendermos ao Exército o que Nascimento detectou como sendo uma lei costumeira na rotina da Armada, mas constatamos a persistência do velho castigo corporal no Exército

durante o ano de 1915. O oficial Américo Vespúcio não defendeu abertamente a aplicação do castigo físico, o que sugere modificações na mentalidade militar em relação ao padrão vigente em fins do século XIX. Entretanto, o recurso ao castigo físico na prática, denuncia que não houvera ruptura. O Exército brasileiro mantinha traços antigos, mesmo que defendendo novos valores militares.

A aplicação de castigos corporais não se dava à revelia dos comandantes. Em outro inquérito policial-, encontramos o seguinte oficio dirigido ao coronel Francisco Raul d´Estillac Leal:

> Comunico-vos que o soldado do 2º regimento de cavalaria que faz parte deste contingente Francisco Sabino de Almeida tendo cometido grave falta disciplinar *mandei castigar severamente e amarrar para conte-lo*, foi encontrado hoje morto apresentando vestígios de ter suicidado-se (sic) enforcando-se com a própria corda.
> Acampamento em Tapera, 11 de março de 1915
> Augusto de Lima Mendes
> 1º tenente comandante do contingente de cavalaria [grifo nosso].[233]

O suposto suicídio ocorreu em circunstâncias completamente suspeitas, pois não se explica de que forma o soldado conseguiu se desvencilhar das cordas destinadas a "contê-lo" para usá-las contra si. Também nos parece ambígua a declaração do tenente Augusto de Lima Mendes ao afirmar que mandou "castigar severamente" Francisco Sabino de Almeida, seguido da ordem de amarrá-lo. Vimos anteriormente que a mesma expressão foi usada pelo tenente Américo Vespúcio, que também fez uso de cordas no castigo aplicado aos soldados que ele chamou de sediciosos. As cordas também aparecem no assassinato do 2º sargento Raymundo Alves Brasil, cometido pelo soldado Manoel Miranda de Araújo ocorrido em abril de 1915 em Porto União da Vitória.

Essas pequenas pistas podem nos alertar para o fato de que os castigos corporais não eram tão raros, como sugerem as fontes disponíveis sobre a punição dos soldados do Exército ou mesmo a legislação militar.

Além de castigos corporais foram encontradas algumas referências ao fuzilamento de soldados, por ordem dos oficiais comandantes. No conflito envolvendo os soldados e o tenente Américo Vespucio as testemunhas relataram que ele estava disposto a assassinar o soldado Felix de Morais, que supostamente o teria atingido nas costas com uma pá, sendo convencido pelos inferiores a não seguir em tal intento. Nesse caso a punição física seria levada às últimas

---

[233] Inquérito policial militar de Francisco Sabino de Almeida.

conseqüências. João Pereira de Oliveira, que à época da guerra era aspirante-a-oficial, registrou em seu diário de campanha o fuzilamento de um soldado por ordem do comandante, ocorrido no dia 29 de janeiro de 1915:

> À tarde esteve em nosso acampamento o major Ciríaco Lopes Pereira, companhia de outros oficiais do 51º de caçadores que haviam chegado a fazenda de Francisco Granemann, distante de Perdizes Grandes dois quilômetros, às 10 horas. De volta ao acampamento o major Ciríaco resolveu com seus oficiais mandar fuzilar um soldado do Batalhão de seu comando que depois de ferir um seu camarada com dois tiros se insubordinara contra seus superiores (OLIVEIRA, 1962, p. 79).

Em nota de rodapé, feita *a posteriori*, o mesmo autor detalha as informações:

> A execução do soldado do 51º foi o remate natural de uma série de atos de indisciplina no Batalhão que fazia periclitar a sua eficiência para a campanha. Consoante informações que tive o nome do soldado punido com a pena máxima, que fazia parte da 3º companhia e tinha o nº 231, era José Ferreira da Silva, e o de sua vítima, Pedro Oscar da Silva (OLIVEIRA, 1962, p. 79).

Diante dessa declaração novamente encontramos casos de julgamentos feitos à revelia no campo de batalha. A pena de morte por crime de insubordinação, teoricamente aquele no qual se enquadraria o soldado acima mencionado, era prevista para tempos de guerra como penalidade de grau máximo (Cf. artigo 94, § único do *Código Penal da Armada*, 1891), desde que o acusado fosse devidamente julgado pelos foros legais. Esse certamente não foi o caso do soldado, que nos parece ter sido vítima da cólera do comandante.

Essas informações nos parecem muito seguras, mesmo porque elas foram colhidas e reproduzidas com um oficial de alta patente como o general João Pereira de Oliveira, que certamente não teve problemas em conseguir tais informações, como não se importou também em reproduzi-las. Não se pode deixar de observar, no entanto, que a nota de rodapé citada acima justifica a ordem de execução ao afirmar que a atitude do soldado comprometia a eficiência da campanha de guerra. Ao registrar que o soldado foi “punido com a pena máxima” Oliveira parece valer-se de argumentos legais para amenizar a ação no mínimo ilegal de ordenar execução de um soldado em campo de batalha sem proceder aos ditames da lei. Por fim, a mesma nota confirma nossa suspeita de que os problemas de indisciplina eram freqüentes no Exército e minavam, nas bordas, a estrutura profissional almejada. O autor chega a incluir o caso do soldado

assassinado numa “série de atos de indisciplina”, prova de que eles não só eram freqüentes como também comprometedores para o Exército.

Naturalmente, o significado da experiência com castigos físicos e fuzilamentos varia com a posição do observador. Para os pais do soldado Francisco Sabino de Almeida ou para os que vivenciaram no próprio corpo a humilhação de apanhar em público por algo que julgavam uma injustiça por parte do seu comandante, os castigos físicos tinham um significado completamente diferente daquele atribuído a um general comandante preocupado em manter a ordem e a disciplina, espinha dorsal da corporação militar. Já um historiador contemporâneo que se defronte com essa prática dificilmente poderá negar a conexão entre o Exército do século XIX e o Exército em fase de profissionalização das primeiras décadas do século XX. É impossível, portanto, não questionar o discurso do grupo de oficiais que, ao acompanhar as ações militares no Contestado, lastimavam a morte de companheiros, mas declaravam publicamente, como o fez o então tenente Francisco de Paula Cidade, que: “Si do estudo dos atuais acontecimentos resultar alguma lição proveitosa, bendito seja o sangue que vai correr” (ADN, 10-10-1914, p. 14). O sangue certamente não era o seu nem o de seus familiares, mas o de soldados anônimos, de homens e mulheres vitimados tanto pelo conflito político interno que se estabeleceu nas fronteiras do Paraná com Santa Catarina, como pelos métodos adotados pelas forças repressoras enviadas para estabelecer a ordem na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Herculano Teixeira d´Assumpção (1917), a ignorância religiosa e a política na região contestada por Paraná e Santa Catarina a igualava aos demais pontos do sertão brasileiro. Ele afirmou que, no Contestado, os sertanejos desconheciam dias pátrios, nunca ouviram o Hino Nacional, nem reconheciam a Bandeira do Brasil. Embora a afirmação nos pareça exagerada, ela nos diz muito sobre a visão da oficialidade militar acerca da política republicana no Brasil. Ao relatar a suposta ignorância dos sertanejos, o historiador de farda nos coloca diante da importância dos rituais e dos símbolos cívicos para as forças armadas.

Ao longo da tese, mostramos que os oficiais, particularmente aqueles envolvidos na campanha de modernização do Exército, preocuparam-se em articular a história da corporação à história nacional. Assumpção, como muitos outros militares, achavam que era dever dos oficiais do Exército levar os ideais republicanos aos recônditos do território brasileiro, tal como o fazia Rondon em sua expedição; além disso, ele julgava que à força terrestre caberia moralizar a política viciada pelo pacto oligárquico.

Na proposta do historiador de farda, não era apenas no corpo e na alma dos sertanejos que se deveria agir para formar o cidadão patriota. O espírito republicano deveria se destacar do seio do próprio Exército, por meio de tropas disciplinadas, prontas para doar a vida pelo Brasil. A formação das almas republicanas, valendo-nos de uma expressão fixada por José Murilo de Carvalho, ainda estava em construção, passadas mais de duas décadas da implantação do novo regime. Tínhamos um Estado, mas faltava a nação. O sertão e seus habitantes aparecem como sujeitos a serem integrados. A preocupação em “civilizar” o interior não era apanágio dos oficiais militares, mas também de uma geração de intelectuais como Euclides da Cunha, Alberto Torres, Teixeira Mendes e Olavo Bilac.

Nos oito meses de guerra no Contestado, as tropas comandadas por Setembrino de Carvalho foram levadas a comemorar todos os dias cívicos considerados relevantes pelo comandante-em-chefe. Encontramos celebrações dedicadas ao dia da Proclamação da República (15-11), Dia da Bandeira (19-11), da Independência do Brasil (7-9), de Tiradentes (21-4) e até da chegada de Colombo em terras americanas (12-10). Excluindo o dia do “Descobrimento da América”, todas as outras datas nos colocam diante de cultos a eventos

republicanos. As comemorações conectavam o Exército brasileiro diretamente ao novo regime e o apresentava como baluarte da defesa dos valores nacionais.

No campo de batalha, as comemorações obedeciam, geralmente, ao mesmo ritual: coro do hino com hasteamento da bandeira nacional, sempre com acompanhamento da banda militar e, quando possível, celebração de uma missa. Era regra o comandante da Coluna ou o comandante-em-chefe redigir um texto que deveria ser lido por todos os oficiais diante de suas tropas. Recomendava-se também o relaxamento dos castigos para os soldados.

A presença do hino, da bandeira e da salva de tiros já fazia parte da rotina nos acampamentos militares, cabendo ao discurso e à trégua nos castigos a demarcação da data comemorativa no calendário da campanha de guerra. Nessa celebração, a performance discursiva parece se sobrepor ao ritual em si. Mesmo tendo em mente que o discurso é parte do ritual, vale lembrar que é por meio dele que a história dos soldados é comparada à de heróis nacionais como Tiradentes e reafirmada como vocação sagrada de servir à pátria. É, ainda, por meio da narrativa cívica que se moldava a face do "inimigo": estrangeiros, anarquistas, fanáticos, desordeiros, bandidos, selvagens, entre outros.

Numa ordem publicada nos boletins internos da guerra do Contestado, o general Setembrino de Carvalho recomendou ao comando de todas as unidades do Exército a obrigação de saber tocar todos os hinos "máxime o nacional, da República e da Bandeira".[234] A determinação do oficial dá a entender que as canções pátrias não eram de domínio das tropas. Tal fato aproxima os militares daqueles civis criticados por Assumpção, pois demonstra que os sertanejos não eram os únicos seres do território brasileiro ignorantes dos símbolos e rituais cívicos republicanos. A sustentação dessa idéia não está apenas na ordem acima, mas na falta de disciplina verificada entre as praças - conforme visto no capítulo 6 - e nas reiteradas decisões dos comandantes de promover celebrações cívicas no campo de batalha.

O discurso preparado por Setembrino de Carvalho para o Dia da Bandeira é um dos muitos exemplos do zelo dos oficiais do Exército com o regime republicano, assim como uma prática que objetivava educar os soldados nos

---

[234] Ordem do dia nº. 72, 25-11-1914.

valores pátrios. O discurso que reproduzimos abaixo foi enviado para todas as unidades militares e lido diante das tropas em formação:

> Se alguma festa existe aproximando os indivíduos ao pálio de irmanados sentimentos, merecedoras das honras de uma primazia, a da bandeira é sem dúvida uma delas, senão a primeira. Símbolo da nossa nacionalidade, onde quer que a vejamos, invade-nos a grata lembrança de nossa pátria cara, cuja existência se prolonga desde o vasto território do Amazonas às águas do Prata. Até o estrito espaço que ela ocupa ao ondular nas popas dos navios, na fachada dos consulados e nas procissões de homenagem em terras estranhas. Maior talvez, que para os povos é para nós militares a significação da bandeira nacional.
> Este símbolo em que a arte lavrou seus traços estéticos no agrupamento por sua vez simbólico da áurea riqueza num belo quadro de esperanças sobre a região celeste que o cruzeiro assinala, é tanto mais significativo porque ao vê-lo ondular por sobre as baionetas luzidias, tremular frenética ao galopar da cavalaria conduzindo lanças à carga, ou volutear graciosamente no mastro das naves de guerra, presidindo o rugir do canhão, hoje em Salva, invade-nos a alma de eletrizantes vibrações patrióticas, que ao ser inteiro, vivo, ardente, entusiasmo transmite, indomável força gera e a sua sagrada defesa impele. De apoucada monta seria as espessuras dos baluartes, a têmpera das cúpulas, o aguçado das baionetas; apoucado seria o valor das couraças, o volume dos canhões, o depósito das medalhas dos vasos de guerra; estes e aqueles vasos e baluartes, belas concepções de arte consorciadas às necessidades bélicas, ostentando muralhas nas encostas ou planícies, e alteando costados no azul dos mares, inofensivas esfinges seriam, acaso o soldado, o marinheiro, haurindo sempre impressões de nobreza e valor na pátria bandeira, aí não estivesse para dar-lhes movimento, dar-lhes calor, dar-lhes Vida![235]

O texto, tal como uma oração, enumera as características da bandeira e o sentimento que ela deveria suscitar, fazendo do patriotismo uma virtude máxima das classes armadas e dos seus homens uma espécie de discípulos da nação: os únicos supostamente capazes de pagar com tributo de sangue o seu amor à Pátria. Palavras como <u>irmanados sentimentos, procissões, esperanças, região celeste, alma, sagrada defesa</u> são algumas expressões de forte conteúdo religioso usadas para sensibilizar os soldados. O apelo simbólico desse discurso, ao ser repetido, conferia legitimidade ao Exército e dava sentido à luta contra os fiéis de João Maria.

A ritualização das manifestações militares é um componente importante da disciplina e conseqüente hierarquização das relações, logo, é de se esperar

[235] Ordem do dia nº. 39, 25-11-1914. O discurso de Setembrino de Carvalho foi divulgado no dia 15-11-1914 e publicado na mesma data nas ordens do dia do Quartel General, nas Colunas, cada comandante construía o seu texto e o lia para a tropa. A publicação do discurso do comandante-em-chefe depois dias depois da festa da Bandeira, era uma forma de enfatizar a data e o significado que ela tinha para as forças armadas.

discursos e manifestações cívicas em instituições como o Exército. Porém, o fato de esse ritual ser reproduzido no campo de batalha sugere uma estratégia disciplinar que ultrapassa os objetivos imediatos de “pacificar” o sul do Brasil. Eles integram o soldado ao corpo cívico da nação.

Ainda sobre a comemoração à bandeira nacional, encontramos outro discurso, presente nas ordens do dia da Coluna Oeste acampada em Porto União da Vitória. Ele reforça a tentativa dos militares em relacionar culto religioso e cívico, assim como Exército e República:

> Significativamente e solene é a homenagem que nesta data o país todo rende à bandeira nacional, esse símbolo vibrante expressivo, consubstanciação de nossa nacionalidade, de nossa Pátria, pela qual devemos dar o nosso sangue, a nossa vida, oferecendo-lhes em holocausto num rasgo de patriotismo desprendimento e abnegação estóica toda vez que a sua dignidade e prestígio se sentirem ameaçados ou vilipendiados pelo estrangeiro audaz, no voltar contra ela seus gestos insolentes e as suas armas mortíferas e devastadoras.[236]

O soldado como mártir da nação novamente é evocado no discurso, tanto quanto as expressões de sentido religioso como <u>consubstanciação, sangue e holocausto</u>. Com isso, o perfil do inimigo é esboçado, eles são equiparados a estrangeiros, profanadores da pátria e, por isso, mereceriam o rigor das armas. Se entre os guerreiros sagrados da Santa Irmandade havia a crença de que os homens tombados em combate não morriam, mas **passavam**, ou seja, juntavam-se ao glorioso Exército encantado de São Sebastião, nos discursos cívicos a morte dos soldados militares era como um holocausto ao deus “Pátria”, um sinal da devoção dos seus mais abnegados seguidores. Tiradentes é evocado como exemplo, aparecendo nos discursos cívicos como aquele que ofereceu sua vida pela causa nacional.

Percebemos no texto acima que havia necessidade de construir um sentido para a guerra movida contra brasileiros no interior do país. A comemoração ao Dia da Bandeira, tal como outros rituais cívicos celebrados no campo de batalha, inventava essa legitimidade necessária para animar o espírito dos soldados, além de justificar perante a nação e a história a repressão ao movimento dos fiéis de João Maria.

---

[236] Ordem do dia nº. 66, 19-11-1914.

Em outra data cívica, o 15 de novembro, a ênfase é dada para a ruptura com um passado considerado obsoleto e atrelado aos grilhões do estrangeiro. A Proclamação da República aparece nesses discursos como o momento de libertação do Brasil, a autonomia desejada e conquistada pelo povo rumo ao progresso.

> Passa hoje mais um ano de realização do grande sonho dos Brasileiros!
> Fazem 25 anos que foi proclamada a República Brasileira – a obra portentosa de Benjamim Constant e generalíssimo Deodoro da Fonseca.
> De há muito que os filhos de Santa Cruz vinha lutando perseverantemente pela vitória do nosso povo, em sua vontade: o direito da Nação se governar por si e a igualdade de todos perante a lei.
> Assim Tiradentes, em MG, ofereceu sua vida em holocausto defendendo o ideal de seus irmãos.
> E a história registra as sucessivas revoluções de Norte ao Sul sempre com o mesmo objetivo. Por isso Benjamim Constant e Deodoro da Fonseca são os maiores filhos de nossa grandiosa Pátria.
> Salve o advento de 1889.[237]

O texto coloca o Exército, representado na pessoa do general Deodoro da Fonseca, como o maior protagonista do movimento que pôs fim à monarquia no país. Os esforços em relacionar os militares com o episódio de mudança de regime indicam não apenas um desejo de fixar a imagem dos mesmos como os guardiões da nação, como ainda de revolucionários. À representação de um passado de trevas e de isolamento é contraposta a de um país do futuro em que ordem e progresso marchariam irremediavelmente; pois, a partir de 15 de novembro de 1889, o povo brasileiro teria assumido as rédeas de sua própria história: conforme sugere outra ordem instituída no *front:*

> Passando-se hoje o 25º aniversário da Proclamação da República, a cujo evento estão indissoluvelmente ligadas as forças armadas da nação, congratulo-me com as forças do meu comando pelo transcorrer dessa memorável data, que lhes recordará diuturnamente essa transição máxima em nossa vida de povo livre a refletir-se no progresso e engrandecimento do Brasil, que desde então se enveredou por nova senda a interromper-lhe o isolamento e desconhecimento em que jazia, ao tempo do regime decaído.[238]

[237] Ordem do dia nº. 52, 15-11-1914.
[238] Ordem do dia nº. 62, 15-11-1914.

Nesse discurso, a proximidade da força terrestre com a nação é apresentada como intrínseca. O Exército como baluarte dos valores republicanos é novamente evocado. Os discursos cívicos, em seu ritual comemorativo, que como vimos incluía retreta e relaxamento de castigos disciplinares, informam sobre as estratégias de constituição do perigo nacional efetuadas no campo de batalha. O que presenciamos com essa performance cívica é a elaboração de uma ideologia militar que circunscrevesse o papel do Exército na defesa nacional e na história republicana do país, tal como se evidencia abaixo:

> Ao exército, como à marinha nacional, ocorre o imperioso e indeclinável dever de amar a República, prestigiá-la e defendê-la a todo transe, sempre que contra ela conspirem a anarquia, a desordem e a vesania dos que lhe queiram a ruína, no doce enlevo de reimplantar o regime proscrito.
> Unidos, fortes e compenetrados dos nossos deveres militares e cívicos, que nos impõe uma diretriz única, colimando o bem geral da República, ergamos-lhe os nossos vivas nesta data, que nos é muito cara e grata.[239]

Nesse fragmento, um elemento novo é destacado: o suposto retorno do "regime proscrito". A retórica do perigo monarquista é acionada, ainda que esse não fosse um risco potencial no ano de 1914; ao fazer isso, o discurso cívico militar estabelece laços com o passado que visa a legitimar o papel da força terrestre como personagem central na Proclamação da República, daí a justificativa para defendê-la a todo custo. Os soldados brasileiros ganhavam, por meio das comemorações pátrias efetuadas no *front*, um sentido para a defesa do país. Dessa forma, construía-se o roteiro cívico/religioso do Exército brasileiro assegurando o papel que o mesmo ocuparia nessa intrigante e não menos confusa peça que foi a atuação dos militares na Proclamação da República.

A Guerra do Contestado, assim como muitas outras ações do Exército no interior do Brasil, ofereceu a oportunidade de os militares darem vazão e colocar em prática suas propostas para a nação, principalmente aquelas que tinham os sertões em mira. Como demonstramos na análise efetuada ao longo da tese, houve um esforço dos oficiais do Exército em construir uma memória militar para a força terrestre brasileira em sintonia com a história política republicana em formação. Tal ensejo é posto em prática não apenas por meio das publicações dos

---

[239] Ordem do dia nº. 62, 15-11-1914.

historiadores de farda, mas também na vivência cotidiana das lides militares. Coube à ação beligerante no Contestado um papel importante nesse projeto.

Conforme vimos, a Guerra do Contestado foi um "personagem" de destacado papel na história do Exército brasileiro. A repressão ao movimento rebelde dos fiéis de João Maria permitiu aos oficiais militares colocar em prática algumas de suas propostas, elaborar e amadurecer outras e ainda executar estratégias e ações que afirmavam a vocação bélica e política da corporação. O conflito no sul do Brasil foi, seguramente, um momento de emergência e de convergência das propostas políticas e sociais defendidas pelos oficiais militares para o Exército e para o país.

Um sertão com muitas veredas é como enxergamos o Contestado. Uma delas nos conduz para a complexidade dos projetos elaborados para modernizar e profissionalizar a força terrestre, projeto esse que não se resumia à proposta dos "jovens turcos". Outra vereda leva-nos ao campo de batalha e coloca-nos diante de um Exército irregular e indisciplinado que praticou crimes bárbaros contra os sertanejos; noutra, vemo-nos diante dos vaqueanos: homens movidos pela ganância, pelo desejo de sobrevivência e pela vingança. Personagens centrais para o sucesso da atuação militar no Contestado.

Todas as veredas desse grande sertão chamado Contestado nos levam, por fim, a um mesmo destino: a violência real e simbólica a que foram submetidos os fiéis de São Sebastião e de João Maria, seja pelos disparos e degolas efetuados no campo de batalha, seja pela memória oficial construída sobre a guerra. Os sertanejos são os grandes sujeitos dessa história.

Cabe ressaltar, à guisa de conclusão, que ao darmos início à pesquisa que originou esta tese foram abertos caminhos. Um deles nos remetia ao estudo da Campanha Civilista ocorrida na virada de 1909 para 1910. A polêmica candidatura de um oficial do Exército brasileiro, após as duas primeiras gestões presidenciais do regime republicano, acionou o fantasma do militarismo no Brasil e mobilizou uma série de discursos acerca do papel dos militares na política. Durante a administração de Hermes da Fonseca (1910-1914), o país viveria um dos momentos de grande instabilidade da Primeira República com as derrubadas políticas promovidas por velhos generais do Exército contra oligarquias estaduais. Chegamos a levantar as fontes, bem como verificar o estado da arte. A exígua bibliografia existente sobre o assunto, bem como a cristalização das interpretações

que vêem Hermes da Fonseca como títere do senador Pinheiro Machado, por si mesmas sinalizam para a emergência de se avaliar com mais detalhe esse momento político importante que foi a virada da década de 1910. Ao verificarmos que não haveria como explorar com propriedade a Campanha Civilista sem tratar da política das salvações, deixamos de lado a proposta com vistas a desenvolvê-la em projeto futuro.

Outra vereda aberta por esta tese diz respeito a pouca produção acerca da fotografia militar e de guerra no Brasil. Tentamos sistematizar os estudos feitos até o momento [capítulo 4], mas há muito a fazer. Falta-nos um estudo sistemático da incorporação do serviço fotográfico ao Exército brasileiro. Verificamos que, desde a Guerra do Paraguai, a fotografia foi uma aliada dos militares, assim como localizamos nos currículos dos estabelecimentos de formação de oficiais do final do século XIX a incorporação da fotografia como matéria escolar, mas quase nada sabemos sobre a instituição da fotografia nos quadros militares, sobre as experiências desenvolvidas em torno das imagens técnicas, bem como acerca dos usos feitos dos primeiros acervos produzidos. Ao se falar em fotografia militar das primeiras décadas do século XX, ocorre-nos, sobretudo, as produzidas por Rondon e sua equipe. Essas têm sido analisadas há décadas, principalmente por antropólogos, mas o que sabemos do acervo produzido sobre o Movimento Tenentista da década de 1920? Só para citar um exemplo que foi amplamente registrado pela máquina fotográfica. A fotografia militar, ou mais precisamente, a fotografia produzida pelos militares, é outro tema instigante que mereceria análise mais aprofundada e que, dados os limites da tese, não tivemos condição de desenvolver a contento.

Grande acervo de imagens produzidas sobre a Guerra do Contestado foi recolhido ao longo desta pesquisa. Temos aproximadamente 50 charges inéditas que merecem uma análise própria com vistas a privilegiar a linguagem e o traço humorístico que elas encerram. Algumas delas foram dispostas neste trabalho, mas lamentamos não podermos desenvolver no corpo da tese a discussão que elas instigam. Como se pode constatar, há muito que fazer.

FONTES

1. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

Série: Revoluções Internas

Sub-série: Forças em operações no Contestado

Atas de Inspeção de saúde – Caixa nº. 5539.

Composição das colunas – Caixa nº. 5537.

Conselho de Guerra – Caixa nº. 5532.

Conselho de Investigação – Caixa nº. 5539.

Folhas de pagamento dos vaqueanos – Caixa nº. 5542.

Inquérito policial militar – Caixa nº. 5532.

Minutas e ofícios – Caixa nº. 5534.

Ordem do dia e boletim da guerra – Caixas nº. 5531-A, 5531-B, 5531-C, 5532, 5533, 5538

Partes de combate e relatórios e guerra – Caixas nº. 5536 e 5537, 5539

Relação nominal dos fiéis que se apresentaram Caixas nº. 5540, 5541.

SETOR DE ICONOGRAFIA

Álbum da Campanha do Contestado.

2. ARQUIVO EDGAR LEUENROTH (AEL) – CAMPINAS-SP

JORNAIS

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1909-1915.

A Noite. Rio de Janeiro, 1912-1916.

O Malho. Rio de Janeiro, 1909-1916.

3. ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA (AIHGSC) - SC

Artigos sob o título Reminiscências da Campanha do Contestado, do capitão Vieira da Rosa, no jornal Terra Livre, set.- dez., 1918.

Fotografia da Guerra do Contestado

Memórias, s.d., assinado pelo general Vieira da Rosa, sobre a Campanha do Contestado.

Pasta do general José Vieira da Rosa

4. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC)
   Fundo privado do general José Vieira da Rosa

5. BIBLIOTECA NACIONAL (BN) - RJ
   JORNAIS E REVISTAS
   Careta. Rio de Janeiro, 1909-1916.
   Fon-Fon. Rio de Janeiro, 1909-1916.
   O Imparcial. Rio de Janeiro, 1912-1916.
   Diário da Tarde. Curitiba, 1912-1916.
   A República. Curitiba, 14912-1916.

6. BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
   JORNAIS
   Folha do Comércio. Florianópolis, 1913-1915.
   O Dia. Florianópolis, 1913-1916.
   O Estado. Florianópolis, 1915-1916.
   A Notícia. Lages, 1912.
   O Imparcial. Canoinhas, 1915.
   A Época. Rio de Janeiro, 1914-1915.
   O Século. Rio de Janeiro, 1914.

7. CLUBE MILITAR – RJ
   Atas de reunião do clube, 1912-1920.
   Revista A Defesa Nacional, 1913-1920.

8. CPDOC-FGV - RJ.
   Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho.

9. FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA – RJ.
   Documentos sobre a sucessão presidencial de 1910 – Campanha Civilista.

10. IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL - RJ
    Publicações 1908-1920.

11. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL (IHGB) - RJ
    Fundo Fonseca Hermes

12. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL - RS
    Apêndice do Relatório Mesquita
    Correspondência do Sócio Correspondente José Octaviano Pinto Soares

13. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (MHN) - RJ
    Anais do MHN – 1940-1998.
    Fotografia da Revolta da Armada por Juan Gutierrez.

14. INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS – IEB
    Arquivo Olavo Bilac – Liga de Defesa Nacional

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d'. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

______. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

BARRETO, Lima. **Correspondência ativa e passiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

______. **Os bruzundangas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2001.

______. **Toda crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2 v.

BILAC, Olavo. **A defesa nacional** (discursos). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **A pacificação do Contestado**. Conferência realizada no Clube Militar na noite de 3 de julho de 1916. Rio de Janeiro, 1916.

______. **Memórias:** dados para a História do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950.

______. **Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

CERQUEIRA, Antonio Alves. **A jornada de Taraquaruçu**: feito guerreiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 1936.

MARCIAL, Criveláro [Pseudônimo de Dermeval Peixoto]. **A Campanha do Contestado**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1920.

MAYA, Alcides. **"Crônicas" e ensaio**s. Porto Alegre: Barcellos Bertaso & Cia., 1918.

MENDES, Raymundo Teixeira. **Ainda a República e o militarismo**. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1908b. [n. 271].

______. **Ainda o militarismo perante a política moderna**. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1908a. [n. 249].

OLIVEIRA, João Pereira. **Diário de Campanha de um aspirante a oficial** (Contestado – 1914-1915). Rio de Janeiro: [s.n.], 1962.

PEIXOTO, Dermeval. **A Campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 3 v. (Coleção Farol do Saber).

______. **Memórias de um velho soldado**. Rio de Janeiro: Bilbioteca do Exército Editora, 1960.

ROSA, José Vieira da. Reminiscências da Campanha do Contestado. **Terra Livre**. Florianópolis, set.-dez. 1918.

SOARES, José Octaviano Pinto . **As lutas do Contestado perante a História**: 1914-1915. [S.I.: s.n., 19--].

______. **Apontamentos para a História**: o Contestado. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do instituto de Eletro-técnica da Escola de Engenharia de Porto Alegre: [s.n.], 1920.

______. **Guerra em sertões brasileiros**. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

SULTZER, Aurélio [frei]. **A guerra dos fanáticos** (1912-1916): a contribuição dos franciscanos. Petrópolis, Vozes, 1982.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Guerras insurrecionais no Brasil (Canudos e Contestado). Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1966.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

BRASIL. Lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910. Modifica as tabelas de vencimentos dos oficiais e praças do Exército e da Armada e dá outras providências. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=55802. Acesso em: 6 nov. 2007.

BRASIL. Decreto n. 7.459, de 15 de julho de 1909. Aprova o Regulamento para Instrução e Serviço Interno dos corpos do Exército.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htmm. Acesso em: 19 fev. 2008.

CÓDIGO PENAL MILITAR [Comentado por Oscar de Macedo Soares]. Rio de Janeiro/Paris: Livraria Garnier, [19--].

DICIONÁRIOS E ÁLBUNS

ABREU, Alzira Alves de. et. al. (Coord.). **Dicionário histórico-Biográfico brasileiro** [DHBB]. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2001.

ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. e. **Dicionário Técnico Militar de Terra**. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1911.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. (Org.) **Canudos**: imagens da terra. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1997.

ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL: 1940-1998. Rio de Janeiro: DocPro Tecnologia, 1999. 1 CD-ROM.

CADERNOS DE FOTOGRAFIA BRASILEIRO: Canudos. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2002.

CONTESTADO. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1987.

CUARTEROLO, Miguel Angel. **Soldados de la memoria, imágenes y hombres de la Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2000.

D'ALESSIO, Vito (Org.). **Claro Jansson**: o fotógrafo viajante. São Paulo: Dialeto Latin American Domentary, 2003.

ERMAKOFF, George. **Juan Gutierrez**: imagens do Rio de Janeiro, 1892-1896. Rio de Janeiro: Contracap, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.11a.** Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

FERREZ, Gilberto. **A fotografia no Brasil**. 1840-1900. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.

KOSSOY, Boris (Org.). **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro**: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

ROTH, Mitchel. **Historical dictionary of war journalism**. London: Greenwood Press, 1997.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: memórias e imagens. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

TOKARSKY, Fernando. **Dicionário de regionalismos do sertão do Contestado**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

PUBLICAÇÕES – GUERRA DO CONTESTADO

AURAS, Marly. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 3. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 1997.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CALAZA, Cláudio Passos. **Aviação no Contestado**: investigação e análise de um emprego militar inédito. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Aeroespaciais) – Programa de Pós-Graduação UNIFA, Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. **"Nós não tem direito".** Costume e direito à terra no Contestado (1912/1916). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2002.

DIACON, Tod**. Milenarian vision, capitalist reality**: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham, N.C.: Duke University Press, 1991.

ESPIG, Márcia Janete. **A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado**. Canoas: Ed. Ed. ULBRA, 2002.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria**: recusa dos excluídos. Porto Alegre; Florianópolis: Editora da UFGRS; UFSC, 1995.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávilla. **O Contestado**: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos**: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

______; ESPIG, Márcia Janete. **A guerra santa revisitada**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

______. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 4. ed. t. 3, v. 2, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. cap. 2, p. 39-42.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **La "guerre sainte" au Brésil**: le mouvement messianique du Contestado. São Paulo: FFCL-USP, 1957.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

SILVA, Rosângela Cavalazzi da. **Terras públicas e particulares**: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo sobre a Brazil Railway Company no meio-oeste catarinense). 1983. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 1983.

WEINHARDT, Marilene. **Mesmos crimes, outros discursos?** Algumas narrativas sobre o Contestado. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

PUBLICAÇÕES – OBRAS GERAIS

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.

______. **O enigma de Os sertões**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. A fotografia de guerra e o episódio de Canudos ou a documentação como alvo. **Cadernos de fotografia brasileira: Canudos**. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2002. p. 238-269.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil**: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002.

BARROSO, Gustavo. Esquematização da história militar do Brasil. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, p. 401-431, 1942.

______. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

BAUSBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. v.1.

BEATTIE, Peter M. **The tribute of blood**: army, honor, race, and nation in Brazil, 1864-1945. Durhan: Duke University Press. 2001.

BIEBER, Judy. **Soldados Etnógrafos, viajantes e canibais: a reconstrução de culturas indígenas de Minas Gerais**. 2007. Palestra proferida na Universidade Federal Fluminense, em maio de 2007, sob a coordenação da professora Gizlene Neder .

BIGNOTTO, Newton. **Republicanismo e realismo**: um perfil de Francesco Guicciardini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. **Através do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BITTENCOURT, José Neves. Cada coisa em seu lugar: ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 8/9, n. 9, p. 151-174, 2003. Disponível em: http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/273/27300905.pdf. Acesso em: 15 out. 2007.

______. Um museu de história do século passado: observações sobre a estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, 1865-1902. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 29, p. 211-245, 1998.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História.** São Paulo: Companhia da Letras, 1994. p. 19-32.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço no tecido social**: a revista “A Defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório. 1985. 280 f. Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

CARDOSO, Vicente Licinio. (Org.). **À margem da história da república**. 3. ed. Recife: Massangana, 1990.

CARONE, Edgar. **A República Velha.** Rio de Janeiro: Difel, 1977. 2 v.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

______. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** t. 3, v. 2, São Paulo: Difel, 1974. cap. 5.

______. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. A fotografia de Juan Gutierrez na Revolta da Armada: um Código a ser decifrado. **Rede de Memória Virtual Brasileira**. 2006. Disponível em: http://catalogos.bn.br/redememoria/gutierrezarmada.html. Acesso a: 26-8-2007.

______. Do troféu ao copo de geléia. 1998. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.29, p. 247-261, 1998.

______. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 28, p. 163-181, 1997.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

______. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

______; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick. **Nova História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONTAMINE, Philippe. Mourir pour la patrie. In: NORA, Pierre (Org.). **Les lieux de mémoire**: la nation. Paris: Gallimard, 1997. p. 1695-1698.

COSTA, Emília Viotti. Sobre as origens da República. In: ______ . **Da Monarquia à República**: momento decisivos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUTINHO, Amélia. Gustavo Barroso. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2001. v. 2, p. 573-576.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. **Liberalismo e oligarquias na República Velha**: O Paiz e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909/1910). 1976. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, 1976.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um olhar à esquerda**: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

______; CABRAL, Fátima (Orgs.). **Nelson Werneck Sodré**: entre o sabre e a pena. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Juazeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DIACON, Todd. **Rondon:** o marechal da floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DIMAS, Antônio. **Bilac:** o jornalista. São Paulo: EDUSP, 2006. 3 v.

______. **Tempos eufóricos**: análise da Revista Kosmos: 1904-1909. São Paulo: Ática, 1983.

DOMINGO NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército, (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). **Os partidos militares no Brasil**, Rio de Janeiro: Record, 1980. cap. 3, p. 43-70.

DUMANS, Adolpho. A idéia da criação do Museus Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, p. 383-, 1942.

EKSTHEINS, Modris. **A sagração da primavera**: a Grande Guerra e o nascimento da era moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERRO, Marc. **La Gran Guerra** (1914-1918). Madri: Alianza Universidad, 1984.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha. São Paulo: Ática, 1984.

______. Histórico das edições. In: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 2. ed. São Paulo, 2004. p. 520-529. GALVÃO,

______. **No calor da hora**: a Guerra de Canudos nos jornais – 4ª Expedição. São Paulo: Ática, 1974.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 501-514, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick. **Nova História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. cap. 9, p. 237-268.

LAJOLO, Marisa. Introdução. In: BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. **Através do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAMARÃO, Sérgio. Liga de Defesa Nacional (LDN). In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2001. v. 3, p. 3112-3113.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEMOS, Renato Luís de Couto Neto e. **Benjamin Constant** – vida e obra. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVINE, Robert. **O sertão prometido**: o massacre de Canudos. São Paulo: EDUSP, 1995.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. t. 3, v. 2, São Paulo: Difel, 1977. cap. 2, p. 99-122.

LUQUI-LAGLEYZE, Julio M. Uniformología e fotografia antigua. Una feliz alianza recíproca. In: **II Congresso de historia de la fotografia**. Organizado por el Comitê Exjecutivo Permanente de Congresos de Historia de la Fotografia em la Argentina y el Circulo Medico de Vicente Lopez. Buenos Aires: Mundo Técnico S.R.L., 1994.

MAcCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do Exército brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

______. A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945. In: **A Revolução de 30**: Seminário Internacional. Brasília: UnB, [19--]. [Coleção Temas Brasileiros, v. 54].

______. **A nação armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro.** Recife: Guararapes, 1982.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. **Entre terra e mar**: história e política na narrativa oficial das forças armadas – os casos do Exército e da Marinha. 2007. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

MARQUES, Izabel Pestana. 1914-1918. Comportamentos de guerra. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. **Nova história militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 5, 2004. p. 99-135.

MAUAD, Ana Maria. “O olho da história”: análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 25-40, jan./dez. 1993.

______. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. cap. 4, v. 2, p. 143-179.

MEDEIROS, Laudelino. **A Escola Militar de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1992.

MENDES, Fabio Faria. **O tributo de sangue**: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. 1997. 365f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil.** São Paulo: Siciliano, 1991.

MOREL, Edmar. **A revolta da chibata**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal,1984.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. [2. reimpressão]

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV,1992.

MOURA, Aureliano Pinto de. **Contestado:** a guerra cabocla. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada**: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

______. **Do convés ao porto**: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910. 2002. 206 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

NEEDELL, Jeffrey. **A *bélle époque* tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras,1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PASQUINO, Gianfrancisco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). DICIONÁRIO DE POLÍTICA. 12. ed. Brasília: UnB, 2004. p. 748-754.

PEREGRINO, Umberto. **Euclides da Cunha e outros estudos**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

______. **História e projeção das instituições culturais do Exército**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

______. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Histórico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

ROUQUIÉ, Alain. **O estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa Ômega, 1984.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira da bélle époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SIGOLO, Renata Palandri. **Em busca da "sciencia medica"**: a medicina homeopática no início do século XX. 1999. 320f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Um olhar diferente sobre Rondon**: imagens do processo civilizador do sertão centro-oeste e norte brasileiro na Primeira República. 2005. 246f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2005.

SILVA, Marcos (Org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC, 2001.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In: Fausto, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. t. 3, v.1, São Paulo: Difel, 1977. cap. 5, p. 345-390.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TACCA, Fernando de. **A imagética da Comissão Rondon**. Campinas: Papirus, 2001.

TÉTARD, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000.

TORAL, André. Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, 1999. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000200012. Acesso em: 18 dez. 2007.

______. **Imagens em desordem**: a iconografia da Guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas, 2001.

TRINDADE, Nísia. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

TRONCA, Ítalo. In: História Geral da Civilização Brasileira. 2004.

TRONCA, Ítalo. O Exército e a industrialização: entre armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, Boris (Orgs.). História geral da civilização brasileira. 3. ed. t. 3, v. 3, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. cap. 7, p. 337-360.

UEÓCKA, Lorrayne Garcia. **A Campanha Civilista nas ruas**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UNESP, 2005.

VAZQUEZ, Pedro Karp. **A fotografia no Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

______. **Dom Pedro II e a fotografia**. Rio de Janeiro: Editora Index, 1985

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido de Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WINZ, Antônio Pimentel. Bicentenário da Casa do Trem. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 15, p. 140-204, 1953.

ZILLY, Berthold. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, mai./ago. 1999.Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000200006&script=sci_arttext. Acesso em 2 nov. 2006.